

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**



**ESTADO, CLASSE SOCIAL E EDUCAÇÃO NO BRASIL: UMA ANÁLISE  
CRÍTICA DA HEGEMONIA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO  
AGRONEGÓCIO**

**Rodrigo de Azevedo Cruz Lamosa**

**2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**Rodrigo de Azevedo Cruz Lamosa**

**ESTADO, CLASSE SOCIAL E EDUCAÇÃO NO BRASIL: UMA ANÁLISE  
CRÍTICA DA HEGEMONIA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO  
AGRONEGÓCIO**

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação.

**Orientador Prof. Dr. Carlos Frederico B. Loureiro**

**2014**

### CIP – Catalogação na Publicação

L233e Lamosa, Rodrigo de Azevedo Cruz  
Estado, Classe Social e Educação no Brasil: uma  
análise crítica da hegemonia da Associação Brasileira do  
Agronegócio / Rodrigo de Azevedo Cruz Lamosa. -- Rio  
de Janeiro, 2014.  
435f.

Orientador: Carlos Frederico Bernardo Loureiro.  
Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de  
Janeiro, Faculdade de Educação, Programa de Pós-  
Graduação em Educação, 2014.

1. Programa Educacional Agronegócio na Escola.  
2 . Associação Brasileira do Agronegócio. 3 . Educação  
Ambiental. 4. Hegemonia. 5. Intelectual. I. Loureiro,  
Carlos Frederico Bernardo, orient. II . Título

**Estado, Classe Social e Educação no Brasil: uma análise crítica  
da hegemonia da Associação Brasileira do Agronegócio**

Rodrigo Lamosa

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Banca Examinadora

---

Prof. Dr. Carlos Frederico Bernardo Loureiro – Orientador  
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

---

Prof. Dr. Roberto Leher  
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

---

Profa. Dra. Vânia Cardoso da Motta  
Universidade do Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

---

Profa. Dra. Sônia Regina Mendonça  
Universidade Federal Fluminense (UFF)

---

Prof. Dr. Gaudêncio Frigotto  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Rio de Janeiro, 20 de Agosto de 2014.

### **Dedicatórias**

#### **Os indiferentes**

(Antônio Gramsci)

“Odeio os indiferentes. Como Friederich Hebbel acredito que "viver significa tomar partido. Não podem existir os apenas homens, estranhos à cidade. Quem verdadeiramente vive não pode deixar de ser cidadão, e partidário. Indiferença é abulia, parasitismo, covardia, não é vida. Por isso odeio os indiferentes.

A indiferença é o peso morto da história. É a bala de chumbo para o inovador, é a matéria inerte em que se afogam frequentemente os entusiasmos mais esplendorosos, é o fosso que circunda a velha cidade e a defende melhor do que as mais sólidas muralhas, melhor do que o peito dos seus guerreiros, porque engole nos seus sorvedouros de lama os assaltantes, os dizima e desencoraja e às vezes, os leva a desistir de gesta heroica. [...]

Odeio os indiferentes também, porque me provocam tédio as suas lamúrias de eternos inocentes. Peço contas a todos eles pela maneira como cumpriram a tarefa que a vida lhes impôs e impõe quotidianamente, do que fizeram e sobretudo do que não fizeram. E sinto que posso ser inexorável, que não devo desperdiçar a minha compaixão, que não posso repartir com eles as minhas lágrimas. Sou militante, estou vivo, sinto nas consciências viris dos que estão comigo pulsar a atividade da cidade futura que estamos a construir. Nessa cidade, a cadeia social não pesará sobre um número reduzido, qualquer coisa que aconteça nela não será devido ao acaso, à fatalidade, mas sim à inteligência dos cidadãos. Ninguém estará à janela a olhar enquanto um pequeno grupo se sacrifica, se imola no sacrifício. E não haverá quem esteja à janela emboscado, e que pretenda usufruir do pouco bem que a atividade de um pequeno grupo tenta realizar e afogue a sua desilusão vituperando o sacrificado, porque não conseguiu o seu intento.

Vivo, sou militante. Por isso odeio quem não toma partido, odeio os indiferentes.”

A todos aqueles que lutam diariamente e resistem a se entregar ao duro cotidiano de nosso país, marcado pela expropriação realizada por uma classe dominante sociopata, escravagista e latifundiária. A todos aqueles que contribuem para o fortalecimento das lutas por uma sociedade socialista, urgente e necessária historicamente.

## **Agradecimentos**

Às mulheres da minha vida, Nivea Silva Vieira e Rosa Vieira Lamosa, sem as quais esta tese jamais poderia ser realizada.

À minha mãe Claudia, ao meu pai Ricardo, ao meu irmão Fernando e às minhas tias e tios Marília, Marisa, Nelson e Luiz por toda a compreensão, paciência, apoio e carinho ao longo de todos estes anos.

Aos meus amigos, amigas e contemporâneos dos tempos de graduação Lamarão, Thiago, Eduardo, Regis, entre outros que mesmo distantes ajudaram a construir este pesquisador.

Aos meus amigos, amigas e colegas de turma no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFRJ), Alice, Marta, Bruno, Rodrigo, entre outros, por todo nosso amadurecimento ao longo desses anos, troca de angústias, apoio mútuo, orientações e tudo mais.

Aos meus companheiros, companheiras e camaradas de militância no Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação, sobretudo no núcleo de Duque de Caxias. Aos companheiros do campo Luta Educadora e do coletivo Reage Socialista por tantos debates, discussões, reflexões, intervenções, estudos, lutas e disputas que construídas coletivamente só nos fizeram avançar.

Ao Prof. Carlos Frederico Bernardo Loureiro pela orientação, pela amizade, camaradagem, lutas, estudos, pesquisas, torcidas pelo Vasco, horas na internet em conversas e dedicação a construção de uma perspectiva marxista na Educação Ambiental. Enfim, por todos estes anos de relação que transcendeu às pesquisas na pós-graduação.

Aos meus companheiros e companheiras do Laboratório de Investigações em Educação, Ambiente e Sociedade (LIEAS) por tudo que vivemos nos últimos seis anos na construção de um campo crítico na Educação Ambiental.

Ao Prof. Roberto Leher pelo trabalho realizado nas disciplinas cursadas durante todo o período da pós-graduação, fundamental para o aprofundamento das questões trazidas por esta tese, pela participação nas bancas de dissertação e qualificação da tese, pela exemplar dedicação às lutas pela educação pública que acompanho desde que ingressei no ensino superior.

À Profa. Sônia Regina Mendonça, grande referência teórica desde minha graduação em História, realizada na UFF (2002-2005), por me auxiliar durante todo o percurso na pós-graduação, desde o mestrado, pelo apoio fundamental nos Seminários organizados por seu grupo de pesquisa e por ter participado das bancas de qualificação e defesa do doutorado.

Ao Prof. Gaudêncio Frigotto pelas indicações e sugestões de leitura contribuíram bastante para consolidar minhas escolhas teóricas, pela disponibilidade sempre aberta

as conversas e orientações não oficiais, e por ter aceito contribuir com a construção desta tese participando da qualificação e da defesa.

À professora Vânia Motta por ter aceito participar da banca de defesa desta Tese.

Ao companheiro Celso Sanches que esteve na banca como suplente e acompanhou toda a pesquisa sempre de forma fraterna e extremamente solidária e coletiva. Um agradecimento especial ao grupo de pesquisa “Desde el sur” (sempre!) que tem contribuído enormemente para estabelecer uma construção crítica na Educação Ambiental.

Aos professores e professoras do PPGE/UFRJ, dentre os quais destaco o professor Luiz Antônio Cunha com quem cursei importantes disciplinas, aprendendo muito mais do que constavam nos textos e livros escritos deste intelectual.

Aos servidores técnico-administrativos do PPGE/UFRJ, Solange “Sol” Rosa de Araújo, Henrique Mallet de Lima Feitosa, Aline Lyra dos Santos, Lais Faria de Oliveira, João Ricardo dos Santos e Marilda de Souza Camargo por toda paciência e disposição na ajuda aos estudantes da Pós-Graduação.

Aos colegas de trabalho com quem tive a oportunidade de compor a equipe de professores da Prática de Ensino de História da Faculdade de Educação da UFRJ: Ana Maria Monteiro, Warley Costa, Amilcar e Alessandra Nicodemos.

A todos meus queridos ex-alunos de Niterói, São Gonçalo, Maricá, Rio de Janeiro (Méier, Cascadura e Jacarepaguá), Teresópolis, Duque de Caxias, UFRJ e UERJ que muito me ensinaram. Dedico também aos alunos que conheci às vésperas da defesa desta Tesa na UFRRJ, onde espero trabalhar por muitos anos.

Aos meus queridos avós Bernadete de Azevedo Cruz e Mario de Azevedo Cruz e ao meu tio Narciso Gomes de Melo que sempre me tiveram como um filho. Dedico a estes o título de doutor e todos os títulos que vier a receber.

## Resumo

A Tese analisou o esforço da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) para a obtenção da hegemonia, tanto entre a própria classe dominante, quanto em relação, sobretudo, à classe dominada. O objetivo foi examinar como a ABAG articulou a formação de seus intelectuais orgânicos ao projeto de hegemonia, visando responder a indagação sobre a atuação da ABAG como um partido do estado maior do capital na atual configuração do bloco histórico dominante. Neste sentido, o trabalho buscou compreender os nexos entre Educação, Classes Sociais e Estado, em seu sentido integral, ou seja, incorporando tanto a Sociedade Política, mas de forma destacada, a Sociedade Civil e seus intelectuais, individuais e coletivos. Foi realizada pesquisa que constituiu no levantamento de documentos produzidos pela ABAG, através de seus informativos, cartilhas, artigos e vídeos. A pesquisa realizou também investigação sobre o Programa Educacional Agronegócio na Escola, organizado pela ABAG em dezenas de Redes Municipais de Educação do estado de São Paulo, através do levantamento de documentos e materiais sobre a ação pedagógica e entrevistas com diferentes sujeitos envolvidos. A pesquisa concluiu que a ABAG cumpre no período recente o papel de partido do Agronegócio. Ao longo das últimas décadas a associação conseguiu realizar a unidade entre algumas das principais frações do capital associadas ao Agronegócio, realizando um duplo trabalho na formação de diferentes níveis de intelectuais orgânicos, capaz, tanto de inserir seus interesses no interior de Conselhos, Comissões e Ministérios, quanto assimilar os professores da escola pública na região estratégica de Ribeirão Preto (SP).

**Palavras-chave:** Ideologia; Hegemonia; Programa Educacional Agronegócio na Escola; Associação Brasileira do Agronegócio



### **Abstract**

The Thesis analyzed the effort of the Brazilian Association of Agribusiness (ABAG) for obtaining the hegemony, both among the ruling class itself, how about, above all, the subaltern class. The objective was to examine how the ABAG articulated formation of their organic intellectuals to the project of hegemony, to answer the question about the performance of the ABAG as a party of the General staff of the capital in the current dominant historical block configuration. In this sense, the study sought to understand the nexus between education, social Classes and State, in its full sense, that is, incorporating both political society, but prominently, Civil society and their intellectuals, individual and collective. Research was conducted which was in the survey of documents produced by the ABAG, through their newsletters, booklets, articles and videos posted on their sites. The research also conducted research on the Agribusiness education program at school, organized the ABAG in dozens of municipal education Networks in the State of São Paulo, through the survey of documents and materials about the pedagogical action and interviews with different subjects involved. The research concluded that the ABAG meets in recent period the role of agri-business party. Over the past few decades the Association has achieved the unity between the most modern capital fractions associated with agribusiness, performing a double work in the formation of different levels of organic intellectuals, able both to insert their interests within Councils, commissions and ministries, let alone assimilate public school teachers in a process called this thesis as topsy-turvy Hegemony in Ribeirão Preto.

**Keywords:** Ideologie; Hegemonie; Agribusiness-Education-Programm in der Schule; Brasilianischer Verband der Agrarindustrie

## **Lista de siglas e abreviaturas**

**ABAG** – Associação Brasileira do Agronegócio

**ABCZ** – Associação Brasileira dos Criadores de Zebu

**ABDI** – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial

**ABIA** – Associação das Indústrias de Alimentação

**ABIOVE** – Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais

**AIT** – Associação Internacional dos Trabalhadores

**ANDEF** – Associação Nacional de Defesa Vegetal

**ANDES-SN** – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

**ANPEd** - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

**ARES** – **Agronegócio Responsável**

**AVITI** – Associação dos Viticultores de São Miguel Arcanjo

**BCSB** – Business Charter for Sustainable Development

**BNCC** – Banco Nacional de Crédito Cooperativo

**BM** – Banco Mundial

**CA** - Centro Acadêmico

**CBA** – Congresso Brasileiro do Agronegócio

**CADE** – Conselho Administrativo de Defesa Econômica

**CEBDS** – Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável

**CitruBR** – Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos

**CNBB** – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

**CNE** - Conselho Nacional de Educação

**CNI** – Confederação Nacional da Indústria

**CNTE** – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação

**CONED** – Congresso Nacional de Educação

**COPLANA** – Cooperativa Agroindustrial

**COTRIJUÍ** – Cooperativa Regional Triticola de Ijuí

**CPMF** – Contribuição Provisória sobre Movimento ou transmissão de valores e de créditos e direito de natureza Financeira

**CUT** – Central Única dos Trabalhadores

**DCE** - Diretório Central dos Estudantes

**DEDS** – Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável

**DIAP** – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar

**EA** - Educação Ambiental

**EMBRAPA** – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

**EJA** – Educação de Jovens e Adultos

**EMC** – Emenda Constitucional

**ESALQ** – Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiróz

**ESPM** – Escola Superior de Propaganda e Marketing

**EUA** – Estados Unidos da América

**FAO** - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

**FEA**- Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

**FIA** – Fundação Contabilidade Instituto de Administração

**FIESP** – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

**FIPE** – Fundação Instituição de Pesquisa Econômica

**FGV** – Fundação Getúlio Vargas

**FHC** - Fernando Henrique Cardoso

**FMI** – Fundo Monetário Internacional

**FNDE** – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

**FUNCEX** – Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior

**FUNDACE** – Fundação para a pesquisa e Desenvolvimento, Economia e Contabilidade

**FUNDAMIG** – Federação de Fundações de Minas Gerais

**FUDEB** – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais de Educação

**FUNDEF** – Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério

**HBS** – Harvard Business School

**IAC/Apta** – Centro Avançado de Pesquisa tecnológica do Agronegócio

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**ICONE** – Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais

**IDEB** – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

**LDB** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

**LIEAS/UFRJ** - Laboratório de Investigações em Educação, Ambiente e Sociedade

**MAPA** – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**MARE** – Ministério da Administração e Reforma do estado

**MEC** - Ministério da Educação

**MDB** – Movimento democrático Brasileiro

**MMA** - Ministério do Meio Ambiente

**MST** – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

**OCA** – Organização das Cooperativas da América

**OCB** – Organização das Cooperativas Brasileiras

**OCDE** - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

**OIT** - Organização Internacional do Trabalho

**OMS** - Organização Mundial da Saúde

**ONU** - Organização das Nações Unidas

**OSCIPs** - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público

**OSs** - Organizações Sociais

**PAC** – Plano de Aceleração do Crescimento

**PAR** – Plano de Ação Articulada

**PC** – Partido Comunista

**PCB** – Partido Comunista Brasileiro

**PCNs** - Parâmetros Curriculares Nacionais

**PENSA** – Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial

**PISA** - Programa Internacional de Avaliação de Estudantes

**PDE** – Plano de Desenvolvimento da Educação

**PDT** – Partido Democrático Trabalhista

**PFL** – Partido frente Liberal

**PIB** – Produto Interno Bruto

**PMN** – Partido da Mobilização Nacional

**PNE** – Plano Nacional de Educação

**PNRA** – Plano Nacional de Reforma Agrária

**PSDB** - Partido da Social Democracia Brasileira

**PENSA** – Programa de Estudos e negócios do Sistema do Agronegócio  
**PMDB** – Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
**PPGE** – Programa de Pós-Graduação em Educação  
**PT** - Partido dos Trabalhadores  
**PTB** – Partido trabalhista Brasileiro  
**PSB** – Partido Socialista Brasileiro  
**PSOL** – Partido Socialismo e Liberdade  
**PUC** – Pontifícia Universidade Católica  
**PV** – Partido Verde  
**RJ** – Rio de Janeiro  
**RP** – Ribeirão Preto  
**SP** – São Paulo  
**SAEB** – Sistema de Avaliação da Educação Básica  
**SARESP** – Sistema de Avaliação do Rendimento da Educação de São Paulo  
**SECAD/MEC** - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade  
**SEPE** – Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação  
**SESI** – Serviço Social da Indústria  
**SIBATER** – Sistema Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural  
**SME** – Secretaria Municipal de Educação  
**SNA** – Sociedade Nacional da Agricultura  
**SOCICANA** – Associação dos Fornecedores de Cana de Açúcar  
**SRB** – Sociedade Ruralista Brasileira  
**SUDCOOP** – Sociedade Cooperativa Central Agropecuária  
**TSE** – Tribunal Superior Eleitoral  
**UDR** – União Democrática Ruralista  
**UFRJ** - Universidade Federal do Rio de Janeiro  
**UNE** - União Nacional dos Estudantes  
**UNESCO** - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura  
**ÚNICA** – Associação das Indústrias da Cana de Açúcar  
**UNICEF** - Fundo das Nações Unidas para a Infância  
**URSS** – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## **Lista de Organogramas, imagens, gráficos e tabelas**

### **Organogramas:**

<b>Organogramas 1 - composição da ABAG</b>	<b>102</b>
<b>Organograma 2 - ABAG na Sociedade Civil</b>	<b>106</b>
<b>Organograma 3 - ABAG na Sociedade Política</b>	<b>125</b>

### **Imagens:**

<b>Imagem I – Capa da Revista Nova Escola</b>	<b>164</b>
<b>Imagem II - Cartilha Programa Educacional Agronegócio na Escola 1</b>	<b>183</b>
<b>Imagem III – Desenhos premiados (edição 2012)</b>	<b>209</b>
<b>Imagem IV – Capa do Informativo AGRONegócio</b>	<b>210</b>
<b>Imagem V – Matéria Folha de São Paulo</b>	<b>235</b>

### **Gráficos:**

<b>Gráfico 1 – Participação dos alunos</b>	<b>169</b>
<b>Gráfico 2 – Participação dos professores</b>	<b>169</b>
<b>Gráfico 3 – Evolução do Programa Educacional Agronegócio na Escola</b>	<b>169</b>
<b>Gráfico 4 – Empresas visitadas</b>	<b>187</b>

### **Tabela:**

<b>Tabela 1 – Empresas que financiam a bancada ruralista na câmara</b>	<b>125</b>
<b>Tabela II – Empresas que financiam a bancada ruralista no Senado</b>	<b>126</b>
<b>Tabela III – Evolução do Programa Educacional Agronegócio na Escola</b>	<b>171</b>
<b>Tabela IV – Critérios de avaliação</b>	<b>213</b>
<b>Tabela V – Resultado da edição 2012</b>	<b>216</b>

<b>SUMÁRIO</b>	<b>15</b>
<b>Introdução</b>	<b>18</b>
. Objeto de pesquisa, objetivos e quadro teórico	22
. A Metodologia de Pesquisa	27
<b>Capítulo I</b>	
<b>Estado, Classe Social e Educação</b>	<b>40</b>
1.1 Estado e sociedade: aspectos teóricos e metodológicos	43
1.2 A escola pública e a luta de classes	57
1.3 O trabalho docente e a luta de classe	65
<b>Capítulo II</b>	
<b>O Partido do agronegócio no contexto da contrarreforma neoliberal</b>	<b>75</b>
2.1 A contrarreforma neoliberal no Brasil	76
2.2 Do neoliberalismo à Terceira Via: pressupostos teóricos da contrarreforma	85
2.3 O Partido do agronegócio	95

<b>2.4 A ABAG na capital do agronegócio</b>	<b>135</b>
---	------------

### **Capítulo III**

<b>Escola Pública e a Hegemonia do Agronegócio</b>	<b>141</b>
--	------------

<b>3.1 De Educação para Todos ao Todos pela Educação</b>	<b>146</b>
--	------------

<b>3.2 Escola-empresa em São Paulo</b>	<b>159</b>
--	------------

<b>3.3 O Programa Educacional Agronegócio na Escola</b>	<b>166</b>
---	------------

### **Capítulo IV**

<b>O Programa Agronegócio na Escola</b>	<b>176</b>
---	------------

<b>4.1 Uma proposta de “capacitação”</b>	<b>180</b>
--	------------

<b>4.2 Os efeitos não divulgados</b>	<b>188</b>
--------------------------------------	------------

<b>4.3 A política de premiações</b>	<b>194</b>
-------------------------------------	------------

### **Capítulo V**

<b>A luta por uma outra hegemonia na capital do agronegócio</b>	<b>218</b>
---	------------

<b>5.1 Os limites do Programa Educacional Agronegócio na Escola</b>	<b>218</b>
---	------------

<b>5.2 As resistências ao "Programa"</b>	<b>239</b>
--	------------

<b>5.3 A ilusória e aparente autonomia docente</b>	<b>248</b>
--	------------



<b>5.4 Entre o consenso e a resistência: a hegemonia do agronegócio</b>	<b>254</b>
<b>Conclusão</b>	<b>263</b>
<b>Referências Bibliográficas</b>	<b>268</b>
<b>Apêndices</b>	<b>280</b>
<b>Apêndice I – Quadro histórico da diretoria da ABAG</b>	<b>281</b>
<b>Apêndice II – Transcrição das entrevistas</b>	<b>296</b>
<b>Anexos</b>	
<b>Anexo I – Orçamento Geral da União (Previsão 2014)</b>	<b>433</b>
<b>Anexo II – E-mail da Associação Brasileira do Agronegócio para as escolas</b>	<b>434</b>

## **Introdução**

Para iniciar esta Tese a proposta foi introduzir o leitor no percurso traçado pela pesquisa e, antes de entrar propriamente dito no conteúdo do trabalho, apresentar a trajetória que permitiu formular as principais questões. Por isto, esta introdução foi iniciada com a descrição dos primeiros e tímidos passos, até o momento final que resultou neste trabalho, revelando o momento de partida, os objetivos traçados e como o objeto final resultou de preocupações que transcendem as obrigações acadêmicas para a obtenção do título.

O interesse pelo estudo da classe dominante brasileira teve início ainda no curso de graduação em História, na Universidade Federal Fluminense, onde concluí o bacharelado e a licenciatura. Ao contrário das produções realizadas pelo próprio empresariado, a proposta, inspirada no referencial teórico produzido por Antônio Gramsci, era a realização de pesquisas que compreendessem e, mais do que isto, desvelassem as estratégias da classe dominante em sua tarefa histórica. A influência de um conjunto de docentes da Faculdade de História neste período foi evidente.<sup>1</sup>

Este interesse teve toda a influência nas minhas escolhas realizadas no momento de escrever a monografia de fim de curso, intitulada “Os economistas no Estado brasileiro”, quando analisei a atuação de um grupo de intelectuais, todos economistas, que atuaram organicamente junto, sobretudo, às frações financeiras do capital, articulando-se através do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Este foi o primeiro trabalho onde sistematizei os primeiros estudos sobre o pensamento gramsciano tendo como objeto a análise sobre a classe dominante brasileira, a organização de seus aparelhos privados de hegemonia, a formação e atuação de seus intelectuais orgânicos no interior do Estado.

---

<sup>1</sup> A Faculdade de História da Universidade Federal Fluminense foi durante muito tempo caracterizada pelo trabalho de inúmeros docentes com base no referencial teórico marxista, entre eles: Ciro Flamarion Cardoso, Sônia Regina Mendonça, Virgínia Fontes e Marcelo Badaró. Além destes existiam outros professores que, mesmo não sendo marxistas foram muito importantes na minha formação teórica pelo respeito intelectual com que sempre mantiveram o diálogo. Neste caso situam-se os professores Theo Lombarinhas e Carlos Gabriel com quem tive o enorme prazer de ser orientado na graduação.

É importante ressaltar que a influência marxista, em geral, e gramsciana, em particular, em minha formação não resultou apenas dos bancos escolares e da influência de meus professores. Em paralelo a minha formação nas salas de aula, tive ao longo desta trajetória a educação oriunda das lutas nos movimentos sociais, inicialmente ainda como discente no Centro Acadêmico (CA) e no Diretório Central dos Estudantes (DCE), quando ainda era filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT). Com o término da graduação, já filiado ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), me tornei professor da escola pública nas redes municipais de Teresópolis e Duque de Caxias (RJ), onde me filiei ao Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE-RJ).

Na carreira docente da Educação Básica e ao longo da minha experiência, primeiro como sindicalizado e depois como coordenador, no SEPE-RJ foi a primeira vez em que me deparei com o processo de entrada das empresas no interior da escola pública. A primeira vez que me deparei com isto foi em Teresópolis, com a presença de uma série de empresas organizando projetos e programas educacionais junto a professores e alunos das escolas de Ensino Fundamental da Rede Municipal.

A partir desta experiência em Teresópolis foi proposta ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRJ (PPGE-UFRJ) a pesquisa que resultou na dissertação “A Educação Ambiental e a nova sociabilidade do capital: um estudo nas escolas de Teresópolis” (Lamosa, 2010). A referida dissertação foi escrita sob orientação do professor doutor Carlos Frederico Loureiro e defendida em 2010. Nesta pesquisa, 50% das vinte e cinco escolas investigadas da rede municipal de Teresópolis, a partir de um estudo de caso (Yin, 2010), identificaram que inseriram a Educação Ambiental, através de projetos em parceria com empresas.

O número encontrado em Teresópolis chamou atenção para a necessidade de entender o interesse das empresas em desenvolver projetos em parcerias com as escolas públicas. Na pesquisa realizada foi possível identificar que as empresas encontradas em Teresópolis desenvolvendo parcerias com as escolas eram associadas a institutos de mobilização empresarial, todos surgidos a partir da segunda metade dos anos 1990: Grupo de Instituições, Fundações e Empresas (GIFE), Instituto Ethos e Instituto Akatu para cidadania. Ao identificar este aspecto, a pesquisa bibliográfica se aproximou dos estudos que identificaram neste período o surgimento de um processo de reorganização da classe dominante no Brasil (Martins, 2009 e 2010; Neves, 2005)

Na dissertação, portanto, os projetos empresariais encontrados em Teresópolis foram analisados e contextualizados ao processo de reorganização da classe dominante. Ao investigar como isto estava ocorrendo no estado do Rio de Janeiro, foi possível identificar algumas dezenas de empresas realizando projetos em escolas públicas. No entanto, não foi encontrado nenhum projeto organizado pelo patronato rural. Embora o Rio de Janeiro tenha diversas regiões em que a economia se caracteriza pela produção agrária, as principais frações que investiram na estratégia de inserir projetos nas escolas não representam o patronato rural.

O resultado encontrado no primeiro levantamento, no local mais óbvio, ou seja, o local de moradia e trabalho do pesquisador, no entanto, é enganador. Como diria Marx, se a aparência fosse igual à essência, não seria necessária a ciência, sendo a história compreendida sem esforços. Em São Paulo, foi possível, não apenas identificar um projeto de inserção de frações agrárias da classe dominante nas escolas públicas, como também formular a hipótese de que a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) é umas das principais organizações a formular, materializar em projetos e divulgar o novo padrão de sociabilidade da classe dominante.

A escola, instituição pública responsável constitucionalmente pela formação dos jovens brasileiros, passou a servir à divulgação da imagem do empresariado brasileiro, sobretudo a partir da primeira década do século XXI. A iniciativa de tentar tornar a instituição pública escolar em aparelho privado para difundir a imagem empresarial vem sendo promovida e materializada pelas classes dominantes. Desde a data de criação da ABAG (1993), foram organizados diferentes movimentos de entrada de empresários nas escolas públicas brasileiras, caracterizados pela tentativa de unificar os princípios dos setores empresariais que atuam no campo educacional. Em todos eles tiveram presença de associados da ABAG (Banco Itaú, Banco Santander, Banco do Brasil, GLOBO Comunicações, VALE, MONSANTO, SADIA, Nestlé, por exemplo).

Os anos iniciais do século XXI foi o contexto em que diversas frações da classe dominante no Brasil se organizaram em um movimento nacional para incidir sobre a educação pública brasileira. A escola pública tornou-se fundamental na divulgação da autoimagem construída pelo capital. Entre as diversas possibilidades de parceria, desenvolvidas ao longo da década de 1990, entre empresas e escolas, Souza (2000) explicita três: as empresas que mantêm sistema de ensino próprio; as que mantêm convênios com equipes de escolas particulares; e as que colaboram com o sistema

público de ensino, através das mais diversas formas de articulação. Este último perfil de parceria foi encontrado em Ribeirão Preto, sendo desenvolvido pela regional da ABAG, a ABAG-RP, através do Programa Educacional Agronegócio na Escola, desde 2001.

A pesquisa realizada que deu origem a esta Tese investigou sobre o papel que a ABAG vem desempenhando desde sua origem, visando responder a seguinte questão: a associação realizou o papel de “Partido do Agronegócio”? A ABAG surgiu em um período caracterizado pela multiplicação de um tipo novo de organização empresarial que se difere dos tipos tradicionais por mobilizar diferentes frações do capital. Este tipo de organização se difundiu no Brasil, a partir da segunda metade da década de 1990, em um movimento que deu origem ao GIFE (1995), Instituto Ethos (1998), Instituto Milenium (2000), Movimento Brasil Competitivo (2000), Movimento Todos pela Educação (2006), por exemplo. A ABAG, criada em 1993, pode ser considerada vanguarda neste processo de reorganização da classe dominante no Brasil que resultou na difusão de um tipo novo de organização empresarial que reúne diferentes frações do capital sob uma mesma associação.

No contexto de reorganização do empresariado brasileiro, as escolas públicas passaram a ser incluídas no projeto dominante, tendo em vista a necessária difusão da autoimagem associada a ideia de “sustentabilidade”, “responsabilidade social”, “competitividade” e “Segurança Alimentar”. A ABAG, através de sua regional em Ribeirão Preto, mantém convênio com secretarias de educação para inserir seu programa educacional nas escolas públicas. Isto demonstra também a importância da ABAG, em particular, na inserção de seus interesses no interior da escola pública, estratégia utilizada, posteriormente, por outras entidades da classe dominante, algumas das quais associadas ao próprio “Partido do Agronegócio”. Assim, muito antes do Itaú, um dos associados da ABAG, ser o “banco mais sustentável do mundo”<sup>2</sup>, como é anunciado na TV Globo, outra associada da ABAG, o “agronegócio”<sup>3</sup> já era divulgado

---

<sup>22</sup> A expressão “banco mais sustentável do mundo” foi utilizada pelo Banco Itaú em sua campanha publicitária durante todo o ano de 2013, sendo veiculada em diversos canais de televisão do país.

<sup>3</sup> Ao longo da Tese a palavra “agronegócio” está escrita entre aspas por ser a expressão pela qual a ABAG define a fração da classe dominante, denominada como “setor”, que representa. A ABAG se notabiliza atualmente na difusão da ideologia do “agronegócio”, seguindo uma trajetória iniciada ainda na década de 1970, quando seu fundador, Ney Bittencourt de Araújo, então, presidente do grupo Agroceres e diretor da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), frequentou os seminários do Programa de Pesquisa Agricultura e Negócios da Harvard Business School (HBS). Nestes seminários, Bittencourt conheceu o conceito “agribusiness”, elaborado por Ray Goldberg, coordenador do programa, em 1957.

como sendo sustentável, em campanhas de circulação nacional ou de forma local, como em Ribeirão Preto.

A relevância do papel da ABAG no contexto de reorganização da sociabilidade da classe dominante no Brasil não é justificada apenas pela originalidade, mas também por sua potencialidade. A interlocução da associação com a educação pública, tanto no Ensino Superior, onde produz pesquisas e forma seus intelectuais orgânicos, quanto na Educação Básica, onde insere o Programa Educacional Agronegócio na Escola, constitui fundamental estratégia de legitimação do “agronegócio”.

Os estudos realizados para o desenvolvimento do projeto de doutorado, a participação nas atividades do LIEAS-PPGE desde o mestrado e a atuação como professor da educação básica permitiram-me constatar que o processo de inserção dos projetos empresariais nas escolas, além de haver mobilizado diversas frações da classe dominante, tem exigido esforços e investimentos públicos ao longo de cerca de uma década. Trata-se, portanto, de um processo recente, carente de acompanhamento que promova a análise de como a escola pública tem sido permeada por projetos e programas da classe dominante que, desde a década de 1990, mas sobretudo a partir dos anos 2000, identificaram nas campanhas que associam sua imagem ao ideal de sustentabilidade uma importante estratégia para inserir seus interesses nas instituições públicas de ensino. A ação empresarial se ampara em políticas e programas que garantem o direito à Educação para a sustentabilidade (Lamosa, 2010; Kaplan, 2011) e de organismos internacionais que proclamaram a “Década da educação para a sustentabilidade” (UNESCO, 2005) como tema para o período entre 2005 e 2014.

A relevância da análise produzida por esta tese se justifica por causa da acelerada inserção de projetos empresariais nas escolas públicas de todo o país, nos últimos anos. O Programa Educacional Agronegócio na Escola é desenvolvido, desde 2001, e no levantamento de pesquisas, realizada nos bancos de Teses e Dissertações dos principais programas de Pós-Graduação, não foi identificado nenhum trabalho que o tenha investigado em profundidade. Esta pesquisa propõe contribuir com uma investigação considerada fundamental para a compreensão da reorganização das estratégias de hegemonia das frações da classe dominante e com um conjunto de trabalhos que tem analisado a temática a algumas décadas.

#### **. Objeto de pesquisa, objetivos e quadro teórico**

Esta Tese teve como objetivo geral identificar o papel da ABAG no processo de reorganização empresarial no Brasil, buscando compreender as estratégias de hegemonia elaboradas no interior da sociedade civil pelo agronegócio. Neste sentido, foram analisadas as estratégias produzidas pela ABAG na formação dos intelectuais orgânicos responsáveis pela difusão da nova imagem do agronegócio. É importante destacar que a ABAG em sua atuação política mobiliza um grande número de intelectuais responsáveis pela conquista da hegemonia na sociedade com papéis diferenciados. Enquanto alguns cumprem o papel de ocupar postos dirigentes à frente de agências da sociedade política, em comissões, conselhos, câmaras, Secretarias de governo, outros têm o papel de difundir a autoimagem do “agronegócio”. Esta tese concluiu que estes últimos a associação vêm recrutando nas escolas públicas através do Programa Educacional Agronegócio na Escola.

Foi possível concluir também que a associação cumpre o papel de “Partido do Agronegócio”, sendo fundamental na reorganização e difusão da nova autoimagem produzida pelo capital. A inserção da escola pública e do trabalho docente no projeto de hegemonia da ABAG tem sérias consequências para ambos. As escolas públicas vêm sofrendo um processo de desinstitucionalização, defrontando-se com a contradição de ter no interior destas instituições públicas interesses de entidades baseadas no direito privado. No Programa Educacional da ABAG, as escolas públicas passaram a ser disputadas e permeadas por uma pedagogia do consenso, responsável por valorizar a imagem do capital através da assimilação do trabalho docente que torna o professor um intelectual orgânico “subalterno”, componente de uma camada de “baixa patente” do “Partido do Agronegócio”.

O quadro teórico que me permitiu compreender a relação entre a inserção do agronegócio nas escolas públicas de São Paulo e o contexto da formação e atuação da ABAG tem como referência o quadro teórico conceitual formulado por Antônio Gramsci (2011). Em sua obra, Gramsci se refere ao Estado, distinguindo metodologicamente dois momentos de articulação do campo estatal: (1) em seu sentido estreito, considerando apenas a burocracia estatal e suas agências, secretarias, Ministérios e o Exército; (2) e em sua forma ampliada. A dominação de classe é exercida não somente através da coerção, mas através do papel educativo do Estado, procurando “realizar uma adequação entre o aparelho produtivo e a moralidade das massas populares.” (Buci-Glucksmann, 1980, p.128)

O conceito de Estado no Brasil foi inegavelmente hegemonizado por um conjunto de formulações teórico-metodológicas. Esta hegemonia difundiu no senso comum um sentido que confunde o Estado, ora com um determinado governante, ora com alguma agência da administração pública. Estas formulações são responsáveis por retirar das relações que formam o Estado ocidental suas mediações com a sociedade, produzindo uma espécie de coisificação do Estado. (Mendonça, 1998a).

O Estado, segundo Gramsci, não é sujeito – uma espécie de entidade que paira sobre a sociedade e os conflitos sociais-, nem objeto – como propuseram no século XX alguns marxistas denominados pelo italiano como economicistas, mas sim uma relação social, ou seja, uma condensação das relações sociais que estão presentes numa dada sociedade (Gramsci, 1991). O Estado tanto exerce suas funções coercitivas, quanto desenvolve o plano ideológico e econômico. O Estado Integral, ou Ampliado como define Glucksmann (1980), define-se “como hegemonia encouraçada de coerção. ” (Ibidem, p. 22)

O conceito “hegemonia”, inspirado nos escritos de Antônio Gramsci (Gramsci, 1999), foi utilizado como importante ferramenta teórica. Este conceito é usado, entendendo que as classes sociais produzem e reproduzem ao longo da história as condições objetivas e subjetivas de sua existência. Na atual fase do capitalismo, estas condições foram substancialmente modificadas, refletindo em novos preceitos de participação, cidadania e organização (Boltanski, 2009)

Os intelectuais são sujeitos importantes na interação entre a sociedade civil e a sociedade política, ambos espaços de consenso e de conflito. As interpretações do pensamento de Gramsci que decretam a sociedade civil o espaço unicamente do consenso (Bobbio, 2007), esquecem que a história dos movimentos sociais, dos sindicatos e associações de trabalhadores é parte da história da luta de classes, marcada pelo enfrentamento às milícias privadas. Ao mesmo tempo em que a sociedade política não existe apenas sob a sua forma violenta, mas se sustenta também fazendo algumas concessões. É fundamental, portanto, ressaltar que a divisão do Estado em Sociedade Política e Sociedade Civil só existe na obra do marxista italiano em termos metodológicos, pois ambas só podem ser compreendidas em sua unidade verificadas no Estado Integral.

Os intelectuais cumprem a fundamental tarefa de organizar sua fração de classe mediante seus interesses em ambos os espaços. Esta organização pode se desenvolver



de inúmeras maneiras: através de jornais, rádios, centros de pesquisa universitários, institutos, partidos e etc., organizando a intervenção em espaços que podem ser públicos e privados.

A ABAG, objeto desta tese, forma seus intelectuais orgânicos a partir da relação que mantém com o meio acadêmico, através de programas de Pós-Graduação, junto à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e através de um tipo particular de recrutamento de intelectuais, organizado a partir da inserção da associação nas escolas públicas pelo Programa Educacional Agronegócio na Escola. A ABAG segue uma tradição de aliança entre a burguesia agroindustrial com os meios acadêmicos, originada na Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiroz (ESALQ). A formação dos intelectuais orgânicos é fundamental, não apenas para fornecer ao setor seus técnicos, mas porque cada um dos centros responsáveis por esta tarefa produz uma enorme quantidade de pesquisas, publicações e campanhas de valorização da imagem do “agronegócio”. Além disto, o instituto Agronegócio Responsável (ARES) vem sendo, desde 2007, responsável por organizar a assistência às frações agroindustriais diante das exigências contemporâneas associadas à “sustentabilidade” e à “responsabilidade social” das empresas.

Os docentes envolvidos no Programa Educacional Agronegócio na Escola cumprem no projeto hegemônico da ABAG importante função na difusão da autoimagem produzida pela associação. Inicialmente, os resultados da pesquisa sugiram que os docentes se posicionam em uma situação contraditória. Embora fossem assimilados pela estratégia do agronegócio de valorizar sua imagem através das escolas públicas, todos os professores que participaram do programa e foram entrevistados reivindicaram possuir autonomia diante dos interesses da ABAG. A autonomia reivindicada pelos docentes entrevistados, no entanto, é utilizada pela associação em proveito do próprio programa educacional. Ao contrário dos projetos que entram na atualidade na escola pública com seu formato plenamente definido, restando aos professores consentir e transferir sua autoridade pedagógica às empresas, no caso estudado, a ABAG induz aos professores que estes formulem seus projetos, numa ilusória autonomia. A engenharia de convencimento da ABAG para a entrada na escola pública baseia-se numa ilusória e aparente manutenção da autonomia do trabalho docente, adensada por uma política de premiações que oferece prestígio a quem participa.

A ABAG, ao mesmo tempo em que retira dos professores o controle sobre a produção do conhecimento, insere no interior de uma instituição pública, programas com base no direito privado, produzindo uma contradição que retira da mesma qualquer possibilidade de cumprimento de sua função pública. Neste processo a ABAG assimila os docentes, tornando-os intelectuais orgânicos do “agronegócio”, sem retirar-lhes o potencial criativo de seus trabalhos que, ao término do ano letivo, passam a ser propriedade da associação.

A tarefa cumprida pelos intelectuais orgânicos do “agronegócio” é similar a aquele produzido pelos partidos, ou seja, ambos são fundamentais na difusão de uma pedagogia do consenso. A atuação de ambos intelectuais, individuais ou coletivos, é fundamental uma vez que sem a organização do consenso é impossível transformar interesses particulares de algumas frações da classe dominante em interesses gerais de um país, por exemplo. A análise histórica sobre a formação e desenvolvimento de um Estado, como por exemplo, o brasileiro, e a relação entre este e a sociedade exige, portanto, resposta há algumas questões: quais relações sociais constituíram historicamente o Estado? Qual a correlação de forças entre grupos sociais que possibilitaram a ocupação de alguns nas agências do estado estrito, em detrimento de outros grupos? A resposta para estas questões deve ser encontrada no exame da sociedade civil, mas principalmente nas formas como operam as frações hegemônicas da classe dominante no Estado Ampliado.

O Estado moderno capitalista, segundo Gramsci (2002, p.139), por “substituir o bloco mecânico dos grupos sociais por uma subordinação destes à hegemonia ativa do grupo dominante e dirigente”, torna-se educador. Ao Estado capitalista impõe-se a “tarefa de formar um certo ‘homem coletivo’, ou seja, conformar técnica e eticamente as massas populares à sociabilidade burguesa.” (Neves, 2005, p.26) Assim o Estado educador deve:

“Criar novos e mais elevados tipos de civilização, de adequar a ‘civilização’ e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção e, portanto, de elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade.” (Gramsci, 2000, p.23)

No papel de educador, o Estado moderno e, mais especificamente, as frações dominantes e hegemônicas deste Estado cumprem uma função pedagógica. Esta função

se traduz em ações concretas, tanto nas agências estatais (ministérios, agências e secretarias) quanto na sociedade civil. Na realidade:

“toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica, que se verifica não apenas no interior de uma nação, entre as diversas que a compõem, mas em todo o campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais.”  
(Gramsci, 1999, p.399)

Nas sociedades em que o Estado moderno se desenvolveu, a pedagogia da hegemonia é exercida por meio de ações de partidos e aparelhos de hegemonia política e cultural, tanto pelas classes dominantes, quanto pela classe trabalhadora. Por meio de ações, formulações e divulgações, escolas, associações, meios de comunicação, igrejas, partidos e outras instituições, a classe socialmente dominante articula os interesses políticos e econômicos, constituindo num bloco histórico. Na sociedade civil, as classes sociais e, destacadamente, a classe dominante dissemina e multiplica organismos que cumprem uma dupla e complexa tarefa, preservando suas maneiras específicas e próprias de atuação nas questões sociais. Estes organismos devem harmonizar os “interesses das classes e frações de classes em nome das quais atuam, como também organizar e organicizar as proposições mais afeitas a esses interesses particulares, constituindo-os como gerais.” (Neves, 2005, p.27)

### **. A Metodologia da pesquisa**

A pesquisa que resultou nesta tese percorreu a seguinte trajetória. Na primeira etapa, realizada nos dois primeiros anos de trabalho, a pesquisa se concentrou na documentação produzida pela associação. Esta documentação foi conseguida, em parte, no próprio site da ABAG que disponibiliza os informativos distribuídos mensalmente nas escolas que participam do programa, além do material fornecido aos professores para realização do trabalho com os alunos em sala de aula. A segunda etapa consistiu na entrevista de diferentes sujeitos com o objetivo de compreender a inserção do programa da ABAG nas escolas públicas.

Ao reconhecer que as políticas realizadas no Estado estrito são resultado da força política de determinadas frações de classe e que estas se organizam na sociedade civil em aparelhos privados de hegemonia, torna-se uma prerrogativa metodológica iniciar a pesquisa pelas formas de organização, mobilização e formação de seus intelectuais orgânicos e pela assimilação dos intelectuais tradicionais. Portanto, esta tese

compreende a ação das frações que compõe o agronegócio nas agências estatais e nas políticas públicas, a partir do estudo da sociedade civil, e não o contrário. Neste sentido, a pesquisa documental iniciou a investigação pelos documentos produzidos pela ABAG.

A pesquisa documental, segundo Gil (1991), ocorre a partir de fontes primárias, ou seja, que não receberam tratamento analítico anterior a pesquisa. O conjunto de fontes primárias, analisado nesta Tese, compreende desde os informativos produzidos pela ABAG, disponíveis em seus sites, à de obras produzidas ou editadas pela associação do agronegócio, muitas delas escritas pelos seus próprios diretores. A pesquisa nestas fontes foi fundamental para a identificação das diretorias da ABAG, a atuação de seus diretores e a sua relação com o governo federal. Além da produção editorial, a pesquisa realizou um levantamento inicial no Jornal Folha de São Paulo buscando reportagens que abordaram a inserção das empresas nas escolas públicas, entre 1993, ano de criação da ABAG, e 2001, quando a associação criou seu programa educacional. Este levantamento aconteceu após este jornal ter disponibilizado seu arquivo de forma digital em 2013.<sup>4</sup>

A pesquisa bibliográfica, fundamental segundo Gil (1991) e Silva e Menezes (2001), foi baseada no levantamento e análise da literatura publicada e disponível através de livros, artigos científicos e revistas acadêmicas reconhecidas. Esta parte da pesquisa ocupou quase todo o período de doutoramento, sendo fundamental o diálogo não apenas com os trabalhos de autores que se afinam com os referenciais teóricos assumidos no projeto e apresentados com mais ênfase no quadro teórico, mas também com outras matrizes teórico-metodológicas que tenham analisados o tema proposto ou o contexto em que está situado o objeto de pesquisa.

O debate historiográfico, fundamental para o amadurecimento da análise desta tese, identificou diversos trabalhos de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento que investigaram a reorganização recente da classe dominante no Brasil. A organização do quadro teórico e, a conseqüente, interlocução com pesquisas de referência na área da educação, permitiu entender que a inserção do agronegócio nas escolas públicas está relacionada à reorganização de um novo padrão de sociabilidade e a produção de estratégias de hegemonia tendo a escola pública como espaço divulgador

---

<sup>4</sup> Em relação à pesquisa sobre a relação da imprensa e as políticas educacionais do estado de São Paulo, desde a década de 1990, foi fundamental o diálogo com a obra de Souza (1997, 2000, 2011).

desta nova Hegemonia. Os trabalhos dos professores Carlos Frederico Loureiro (2007), Roberto Leher (2011), Frigotto (1984, 1994, 1998), Lúcia Neves (2005), André Martins (2009; 2010), Motta (2012) e Sônia Regina Mendonça (1997, 1998a, 1998b, 2003a, 2003b, 2010a, 2010b) ajudaram a compreender como as diversas frações da classe dominante operam estas estratégias visando a hegemonia no Brasil, desde a década de 1990. A extensão do debate bibliográfico, no entanto, transcende as fronteiras do país, pois o movimento de entrada empresarial nas escolas públicas não se restringiu ao Brasil.

Além das obras de referência, o levantamento bibliográfico inicial permitiu identificar algumas dissertações, e nenhuma tese, que tratam mais ou menos diretamente da ABAG. A pesquisa realizada por Raphaela Giffoni Pinto, defendida no programa de Pós-Graduação em História da UFF em 2009, investigou a origem da associação do agronegócio e sua relação naquele contexto com o PENSA, ambos tratados como aparelhos privados de hegemonia do patronato rural. A dissertação de Janaína Sevá, defendida em 2008 no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, analisou a relação conflituosa entre as organizações de patronato rural e as pressões ambientalistas na primeira década do século XXI. Outra importante pesquisa sobre a ABAG, foi realizada por Elaine Lacerda (2011), realizada no mesmo programa de pós-graduação.

A pesquisa através de entrevista, segundo Silva e Menezes (2001), deve ser utilizada para a obtenção de informações do entrevistado relativas a um determinado problema. As entrevistas podem ser padronizadas (roteiro previamente estabelecido) ou despadronizadas (não existe um roteiro previamente organizado). O modelo de entrevista utilizado na pesquisa que deu origem a esta tese foi o semi-estruturado, em que o pesquisador se orienta por temas e perguntas que podem ser ampliados, de acordo com as respostas do entrevistado.

As entrevistas foram realizadas na região de Ribeirão Preto, composta de noventa municípios, aonde vem sendo desenvolvido o Programa Educacional Agronegócio na Escola. O trabalho, no entanto, se concentrou naqueles municípios onde a pesquisa conseguiu contatar profissionais que tenham participado do programa: Ribeirão Preto, Dourado, Brodowski, Monte Alto, Jardinópolis, Bradópolis, Dumont, Sertãozinho, Miguelópolis, Bebedouro, Descalvado, Guariba, Matão. Ao todo, foram

trinta e um entrevistados: dezesseis professores, três membros da ABAG, uma subsecretária da Secretaria Municipal de Educação de Ribeirão Preto (SME-RP), o Secretário Municipal de Educação e Cultura de Matão (SME-Matão) e dois membros do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

O contato com estes os entrevistados foi inicialmente algo difícil. A dificuldade se concentrou em conseguir fazer contato com as Secretarias de Educação dos municípios. Nos anos 2011 e 2012, foram enviados e-mails para todas as Secretarias que participaram do programa no ano anterior. Entretanto, apenas a Secretaria de Educação de Ribeirão Preto deu retorno, pedindo a cópia do projeto de pesquisa que foi imediatamente enviado. Apesar disto, a autorização para a pesquisa nunca foi enviada.

Esta situação inicial da pesquisa suscitou muitas desconfianças sobre a real possibilidade de haver êxito e sua continuidade chegou a ser questionada. A necessidade de “ir à campo”, “pegar o leão dentro da jaula”, como disse o professor Gaudêncio Frigotto no momento da qualificação desta tese, nunca foi posto em questão. Conseguiríamos pesquisar em Ribeirão Preto ou teríamos que abandonar a proposta inicial de pesquisa. Os meses seguintes e o trabalho de investigação exaustivo, que produziu inúmeras ligações do Rio para São Paulo e muitos contatos através da internet e pessoalmente, mostraram que a paciência foi muito oportuna.

As dificuldades com que a pesquisa se defrontou logo no início exigiu que a aproximação com o objeto fosse realizada por meios alternativos. Foi assim que as primeiras buscas pela internet foram realizadas, através de páginas de relacionamento e listas eletrônicas de movimentos sociais, partidos socialistas e sindicatos. A procura por pessoas que pudessem oferecer elementos que aproximassem a pesquisa da realidade estudada resultou nos primeiros contatos. Nesta tese os nomes dos entrevistados foram sonogados visando preservá-los. Os únicos contatos que tiveram nomes revelados são aqueles que ocupam cargos públicos no executivo, como os Secretários de Educação, prefeitos, ministros, governadores.

O primeiro contato bem sucedido realizado pela pesquisa foi, em 2012, com a coordenadora de educação do Movimento dos Sem-Terra (MST) de Ribeirão Preto. A proximidade que ela tem com o tema auxiliou muito neste primeiro contato. A coordenadora do MST esteve, nos últimos anos, envolvida em Ribeirão na organização de um Fórum de lutas que mobilizou diversos movimentos sociais da cidade. Neste espaço, segundo ela, surgiram os primeiros debates sobre a entrada do Programa

Educacional Agronegócio na Escola nas Redes Municipais da região. A entrevista com a coordenadora ocorreu em Ribeirão Preto, em dois de junho de 2013, em sua residência, contando ainda com a participação da professora e de outro companheiro, também militante do MST.

A entrevista com os militantes do MST confirmou uma das hipóteses iniciais da pesquisa. O programa da ABAG chega aos assentamentos, através dos jovens que estudam nas escolas municipais da região. Estes jovens participam do programa como alunos matriculados nas escolas que participam do programa. As entrevistas com estes jovens e seus responsáveis chegaram a ser marcadas, mas, em função de uma série de desencontros não foram realizadas. A própria coordenadora que foi responsável pelo contato com o movimento precisou ser deslocada para outra localidade, deixando de residir na região em 2013, quando as entrevistas iriam ser realizadas. Através deste contato foi sugerida a entrevista com o Secretário de Educação de Matão e com um professor que participou do Programa Educacional Agronegócio na Escola na Rede Municipal de Educação da cidade de Ribeirão Preto.

O contato com o Secretário de Educação ocorreu inicialmente por e-mail. A entrevista com ele se justificava, além de qualquer coisa, pois Matão foi o único município que negou assinar o convênio com a ABAG. A resposta positiva para a realização da entrevista veio rapidamente também por e-mail e nosso encontro foi marcado, sendo realizado no dia seguinte à entrevista com as militantes do MST. A viagem até Matão foi realizada tendo como ponto de partida a cidade de Ribeirão Preto, passando pelo terminal rodoviário de Araraquara, com duração de três horas e meia. Por sinal, os trajetos até as mais diversas localidades visitadas sempre partiram de Ribeirão Preto, onde me hospedei todas as vezes que realizei as entrevistas. Os longos trajetos entre os municípios e, mais longo ainda, tempo de espera nas rodoviárias do estado de São Paulo serviram de importante laboratório. Foram momentos em que tive a oportunidade de trocar conversa com pessoas honestas que vivem do próprio trabalho e que me proporcionaram momentos que ficaram registrados em minha memória.

A entrevista com os envolvidos no Programa Agronegócio na Escola foi muito importante porque pode desvelar as táticas utilizadas pela ABAG para a entrada nas redes municipais de educação, as formas de cooptação dos profissionais da educação e a violência mesmo que simbólica experimentada por estes e expressa em suas falas sobre o papel desempenhado pelos mesmos na valorização da imagem do agronegócio. A

maioria dos professores entrevistados nunca havia se deparado com as questões propostas pela pesquisa e se colocaram a favor do programa. Entre os dezesseis professores entrevistados, apenas três foram críticos ao programa, sendo que dois destes nunca participaram diretamente da ação da ABAG. Estes dois professores foram os únicos com quem não tive contato fisicamente, mantendo diálogo apenas por mensagens eletrônicas. Ambos estão ligados à Associação de Professores de Ribeirão Preto, surgida com força nas jornadas de lutas de 2013.

O encontro com o Secretário de Educação de Matão foi especialmente fundamental, pois seu discurso levantou para a pesquisa, logo no início do trabalho de entrevistas, que o conflito estava demarcado, para além dos embates na cidade de Ribeirão Preto, há pelo menos quatro anos na região.

A entrevista com o professor indicado pela coordenadora do MST foi muito importante, pois através dele a pesquisa conseguiu ter acesso a uma série de fontes que só seria possível serem acessadas por um participante do programa como, por exemplo, todos os e-mails enviados pela ABAG para os professores participantes da edição 2012. A entrevista com este professor confirmou a hipótese da pesquisa de que os professores envolvidos no programa têm suas condições de trabalho ainda mais precarizadas. No entanto, um elemento importante foi revelado na entrevista. Pelo menos em Ribeirão Preto, onde todas as escolas estão inscritas no programa, as diretoras que não são eleitas pelo voto, mas são funcionários de confiança da SME, recebem no início do ano uma mensagem eletrônica com título em caixa alta e destacada em vermelho convidando a participar da ação pedagógica. Assim se acontece a entrada do programa privado na instituição pública de ensino da cidade. Este elemento caracteriza a violência, simbólica pelo menos, com que o programa penetra no espaço público. Não foi possível verificar este mesmo processo nas demais Redes Municipais que participam do programa.

Esta entrevista foi realizada na casa do entrevistado no dia quatro de junho de 2013. A entrevista foi antecedida por uma conversa de cerca de sessenta minutos, em que o entrevistado apresentou o programa da ABAG e diversos materiais acumulados a partir da sua participação na edição 2012. Entre os materiais estavam: todos as mensagens eletrônicas enviadas pela ABAG aos professores e escolas participantes, as cartilhas distribuídas aos alunos, as três redações selecionadas e enviadas à ABAG para concorrer ao prêmio, a camisa e o boné que os professores são obrigados a utilizar na



visita à Feira Agrishow, além do material utilizado pelo professor entrevistado em seu projeto inscrito no programa.

No mesmo dia da entrevista com este professor, foi realizada uma visita a SME de Ribeirão Preto. A SME recebeu através da coordenadora do segundo segmento do Ensino Fundamental que, até 2012, esteve responsável por acompanhar a parceria com a ABAG no programa educacional. Foi uma conversa rápida, sem gravação, pois a representante respondeu que “preferia ser entrevistada junto com a ABAG. Afinal, parceria é parceria.” Após uma pequena insistência por parte do pesquisador, a responsável da SME respondeu que “é melhor falar com a ABAG porque, depois de tanto tempo de programa, as escolas já se relacionam diretamente com a ABAG.” No mesmo dia foi marcada a entrevista com as representantes da ABAG e confirmada a presença da coordenadora da SME. Afinal, parceria é parceria.

A impressão, a partir destas entrevistas, era de que a pesquisa estava resolvida. Os professores são violentados e pronto. A iniciativa do “agronegócio” tem menos de hegemonia do que imaginava. Esta impressão inicial de que a pesquisa seria simples rapidamente começou a ser desfeita, pois os quatorze professores entrevistados na sequência foram unânimes em afirmar que sua adesão ao programa tinha sido realizada de forma voluntária. As incertezas estavam reabertas e foram fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa.

No mês seguinte, numa nova viagem a Ribeirão Preto, foi realizada a entrevista com os representantes da ABAG-RP: a Secretária Geral, principal cargo executivo da associação, e a Coordenadora do Programa Educacional Agronegócio na Escola. A coordenadora da SME-Ribeirão Preto, apesar de ter confirmado a presença, não apareceu no dia. Esta entrevista foi marcada depois de uma troca de mensagens eletrônicas, em que a diretora executiva da ABAG se dispôs a responder quaisquer dúvidas sobre o programa.

A entrevista com as representantes da ABAG-RP ocorreu no dia 05 de julho, em Ribeirão Preto, na sede da associação. As representantes da ABAG concederam duas horas de entrevista e forneceram diversos materiais distribuídos nas escolas. Estes se tornaram fontes desta pesquisa como o relatório de atividades da ABAG-RP, as redações, os desenhos e as frases vencedoras em 2012, os materiais trabalhados com os professores e os materiais fornecidos pela ABAG-RP para o trabalho dos professores com os alunos em sala de aula, além dos projetos inscritos pelos professores nas edições

2011 e 2012, além de uma lista de contato de cinco professores que participaram ou participam do programa em quatro cidades diferentes: Ribeirão Preto (dois professores), Descalvado, Dourado e Monte Alto. Com exceção dos professores de Ribeirão Preto, todos os demais contatos foram bem sucedidos e as entrevistas marcadas.

A entrevista com a professora no município de Descalvado ocorreu no dia quatorze de agosto e ocorreu na sala da direção da escola municipal de Ensino Fundamental. A viagem rodoviária até a cidade é realizada com escala em São Carlos, durando uma média de três horas. A professora que participou por dois anos consecutivos do programa, sendo premiada com o Premio Professor em 2011 e com o Prêmio para a escola em 2012, atualmente é diretora. A premiação da edição 2012 é estampada orgulhosamente em uma placa de metal com uma grande logo da ABAG e o ônibus que é símbolo do programa educacional logo na entrada da escola. Uma das alunas que participaram do programa estava presente no momento da entrevista com a professora-diretora<sup>5</sup>. Esta aluna, apesar de não estudar mais na escola, pois estava matriculada no Ensino Médio na escola do SESI-Ribeirão Preto, ainda participa do programa auxiliando o projeto desenvolvido em cada edição do Programa Educacional Agronegócio na Escola. A análise sobre a participação desta aluna indiretamente no programa, mesmo após sua saída da escola, reforça uma das conclusões da investigação que permite afirmar que um dos elementos mais importantes no processo de cooptação de professores, sobretudo, e alunos, em alguns casos como este, ocorre por meio da troca por prestígio junto à escola e à comunidade que depende desta instituição, para além da violência com que entra nas escolas em Ribeirão Preto.

A entrevista com a professora do município de Dourado ocorreu em uma sala reservada da escola municipal, sem a presença de outros funcionários. A professora estava participando pela primeira vez do programa na edição 2013. Isto alterou a ênfase de algumas perguntas que se concentraram nas expectativas da professora e nos primeiros aspectos da sua participação no programa que podem ser apreendidos. A entrevista mostrou, dentre várias outras coisas, que mesmo em um pequeno município do interior de São Paulo, como Dourado, com pouco mais de oito mil habitantes, o movimento de entrada dos empresários na escola pública ocorre a plenos vapores.

---

<sup>5</sup> No decorrer da pesquisa foi calculada a importância de entrevistar os alunos que participaram do programa, mas esta hipótese foi descartada em função das dificuldades burocráticas que teriam que ser transposta para inserir estes na investigação.

No dia seguinte a entrevista foi realizada com a professora do município Monte Alto que, diferente da professora de Dourado, conhece o programa desde sua juventude, quando participou na condição de aluna. Em 2012, já como docente concursada da Rede Municipal de Monte Alto, veio a participar com um projeto para trabalhar o programa da ABAG na disciplina História. Entretanto, como a maioria dos professores inscritos na edição de 2012, a professora não conseguiu encerrar o projeto inscrito no programa. A entrevista com esta professora possibilitou identificar diferentes aspectos que confirmam a necessidade proposta nesta tese de que o atual movimento de entrada dos empresários na escola pública renova as teses sobre a desprofissionalização e proletarização do trabalho docente.

Nesta última ida a Ribeirão Preto foi necessário confirmar a presença do pesquisador no dia do encerramento da edição 2013 e, por isto, mais um contato foi realizado junto à ABAG na sede localizada na cidade. A situação foi oportuna para pedir a coordenadora do programa que enviasse mais uma lista com nomes de professores que participaram da edição 2012. Isto foi imediatamente aceito e os contatos de outros cinco professores foram enviados. Estes professores trabalham em escolas nos municípios de Ribeirão Preto, Colômbia, Dumont, Descalvado e Guariba. Os contatos foram realizados e as entrevistas aconteceram no fim de 2013.

Em novembro a culminância do Programa Educacional Agronegócio na Escola reuniu centenas de pessoas, incluindo não apenas aqueles que participaram das premiações, mas muitos outros professores e alunos que participaram do programa, mas não se apresentaram neste dia. Esta atividade foi realizada no dia 08 de novembro de 2013, no Centro Avançado de Pesquisa Tecnológica do Agronegócio (IAC/Apta), localizado na Rodovia Antônio Duarte Nogueira, KM 321, em Ribeirão Preto. O evento ocorreu num grande auditório lotado, recebendo a apresentação de representantes da ABAG, professores, diretores, coordenadores pedagógicos e alunos. Estive presente neste dia e me localizei em uma das entradas do auditório, onde conseguia facilmente realizar contato com os professores e alunos participantes do programa que se dispuseram sem dificuldades a dar entrevistas do lado de fora, onde foi possível encontrar uma agradável varanda, em um ambiente favorável a privacidade. Ao todo foram entrevistados seis professores e quatro alunos, além do conselheiro da ABAG, Paulo Rodrigues, filho do ex-Ministro e ex-presidente da associação Roberto Rodrigues. Na entrevista, o coordenador se comprometeu que a Secretária Geral da entidade em

Ribeirão Preto poderia disponibilizar a contabilidade do Programa Educacional Agronegócio na Escola. No entanto, pouco tempo depois, os contatos com a ABAG não foram mais realizados por falta de retorno aos inúmeros e-mails enviados à associação.

Uma semana após a realização da culminância no IAC/Apta, a Secretária Geral da ABAG-RP enviou um e-mail pedindo a cópia de um artigo que analisou os resultados preliminares da pesquisa que resultou nesta tese. Este artigo foi publicado nos anais da 36ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), em 2013. O e-mail foi respondido com o envio do referido artigo e com o pedido de envio do balanço contábil do programa educacional. No entanto, após este retorno não houve mais sucesso em nenhum contato. Durante os meses de Fevereiro e Março de 2014, novas tentativas foram realizadas com o intuito de entrevistar o ex-ministro Roberto Rodrigues durante as atividades de formação do programa, mas nenhuma delas teve êxito. Em abril, através da imprensa a ABAG-RP noticiou a demissão de sua Secretária Geral<sup>6</sup>. Desde então, o trabalho de pesquisa na região foi concluído.

A Tese está dividida em quatro capítulos formulados no entrelaçamento entre amadurecimento teórico-metodológico e muito esforço de investigação, ao longo dos quatro anos de duração do curso de doutorado (2011-2014). O primeiro capítulo foi destinado a análise sobre os nexos entre Estado, Classes Sociais e Educação no Brasil. Este foi desenvolvido ao longo de quase toda a pesquisa, tendo sido o primeiro a ser iniciado, mas o último a ser finalizado. Isto porque o processo de assimilação dos professores pela ABAG, através do Programa Educacional Agronegócio na Escola, sempre foi uma questão que tencionou o trabalho. Embora os professores das escolas públicas tenham, em sua grande maioria, clara origem na classe trabalhadora, o papel desempenhado pelos mesmos no projeto hegemônico do “agronegócio” é o de intelectuais, no sentido que, não apenas difundem a autoimagem da ABAG, mas, numa ilusória autonomia pedagógica, ajudam a produzi-la, através de seus projetos, dispondo de toda a criatividade do trabalho docente que, após a finalização do programa, passa a

---

<sup>6</sup> Segundo noticiou o portal do Globo Rural na internet o afastamento da Secretária Geral, principal cargo executivo da ABAG-RP, Patrícia Milan Rodrigues Alves, “ocorreu porque a ABAG cobrava um perfil mais político e menos técnico da executiva que ocupou o cargo em 2011 em substituição a atual Secretária de Agricultura do Estado de São Paulo, Mônica Bergamashi.” <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2014/04/diretora-executiva-da-abag-em-ribeirao-preto-deixa-cargo.html> Acesso em 30 de abril de 2014.

ser propriedade da própria associação. Foram recuperados debates que atravessaram a história do debate acerca dos nexos entre Estado, Classe Social e Educação, destacadamente no interior da tradição crítica. Este capítulo termina com uma análise acerca das condições da luta classe que se insere o trabalho docente nos últimos vinte anos no Brasil.

O segundo capítulo foi destinado à análise do contexto em que se realizou a contrarreforma neoliberal no Brasil, destacando seus pressupostos teóricos, desde a matriz ortodoxa hayekiana, até a versão mais atual autointitulada como “Terceira Via”. Neste capítulo, foi analisado as condições históricas em que a classe dominante no Brasil organizou o atual estágio de hegemonia, desde a crise na década de 1980, até a formação do “Partido do Agronegócio”.

Apesar do diálogo realizado nesta Tese com os trabalhos de pesquisa que investigaram o conjunto de aparelhos que formam os quadros dirigentes do “agronegócio”, ou seja, incluindo a camada mais elevada dos intelectuais orgânicos da ABAG, a análise destinou maior atenção a uma lacuna de estudos sobre esta associação que é o processo de formação de uma outra camada de intelectuais que são assimilados pelo projeto hegemônico. Estes intelectuais são os professores das escolas públicas que participam do Programa Educacional Agronegócio na Escola.

No terceiro capítulo a análise se concentrou em compreender o projeto de hegemonia da classe dominante no Brasil, destacadamente a face voltada ao consenso dos trabalhadores através da inserção de instituições privadas no interior das instituições públicas de ensino. O início do capítulo foi reservado a compreensão do contexto que se estende desde o compromisso “Educação para Todos”, assinado em 1990, em Jomtien na Tailândia, até o movimento denominado “Todos pela Educação” que estendeu suas ações por todo o Estado ampliado brasileiro. Neste capítulo foram analisadas as condições políticas e sociais para a difusão destas ações na escola pública, desde o âmbito nacional, até o estado de São Paulo, culminando no Programa Educacional Agronegócio na Escola.

No quarto capítulo foi realizada a análise acerca da relação entre a ABAG e a escola pública, destacadamente a relação com os profissionais de ensino. A política de premiação de professores e alunos é a principal estratégia de convencimento e mobilização junto ao projeto de difusão da ideologia do “agronegócio” que propaga uma imagem associada a “sustentabilidade”, “modernidade”, “responsabilidade social”

e “segurança alimentar”, através de desenhos, frases e trabalhos pedagógicos produzidos nas escolas públicas. O potencial destes trabalhos, através da organização de jornais, páginas eletrônicas, programas de rádios e a realização de feiras, atinge as comunidades em torno das escolas.

O último capítulo foi reservado a compreensão sobre os limites de execução do programa da ABAG e as tentativas de resistência organizadas e descritas por alguns (poucos) professores, pelos representantes do MST e pelo Secretário de Matão. Este capítulo, embora tenha sido finalizado para efeito desta Tese, carrega a esperança depositada na História.

A partir dos resultados obtidos na pesquisa foi possível identificar uma situação contraditória criada pela precariedade que caracteriza a educação pública brasileira. O programa garante à ABAG a valorização da imagem do “agronegócio” na região através do trabalho docente realizado nas escolas. Entretanto, a precarização atual do trabalho docente e a própria concorrência entre diferentes projetos privados que penetram nas escolas, restringe o pleno sucesso do Programa Educacional Agronegócio na Escola. Entre as dezenas de escolas inscritas, o ABAG nunca conseguiu ter mais do que uma dezena de professores inscrito na última etapa do programa. Inicialmente consideramos a hipótese deste resultado ser compreendido como uma forma, mesmo que velada, de resistência dos professores participantes. No entanto, duas questões nos fizeram abandonar esta hipótese. A primeira foi que nenhum dos professores entrevistados revelou qualquer indício que pudesse reforçá-la. O único professor entrevistado que participou do programa e levantou críticas ao mesmo participou até a última etapa, tendo se inscrito na etapa relativa ao “Prêmio Professor”, embora não tenha sido premiado. A segunda foi que muitos professores, mesmo não tendo participado até a última etapa, participam de forma entusiasmada da culminância do programa que ocorre no penúltimo mês do ano. Isto foi possível ser constatado por nós no evento ocorrido no IAC/Apta.

É possível concluir que, ao fecharem acordo com a associação empresarial, as Secretarias permitem a inserção de um programa organizado por uma entidade privada que retira a possibilidade de existência da autonomia e do caráter público da escola. O ensino passa a ser mediado por interesses privados e a ideologia do desenvolvimento sustentável capitalista é reproduzida como única opção (Foladori, 2001), sem mediações

críticas e historicidade na análise do modo de produção e suas implicações sobre o mundo do trabalho e o metabolismo sociedade-natureza.

A “escola desinteressada”, defendida por Gramsci (2011), como modelo de escola pública fica, então, impedida por um projeto de “escola interessada”, tendo seus interesses confundidos com o mercado. Consequentemente, o necessário sentido universalista de educação pública, exposto na própria Constituição Federal (1988), fica reduzido a uma apropriação particularista do Estado, cujos interesses restritos de uma classe ou fração desta se afirma como interesses de todos, legitimando e naturalizando a apropriação privada do espaço escolar.

## CAPÍTULO I

### Estado, Classe Social e Educação

“A proposição contida na introdução à Crítica da economia política, segundo a qual os homens tomam consciência dos conflitos de estrutura no terreno das ideologias, deve ser considerada como uma afirmação de valor gnosiológico e não puramente psicológico e moral [...]

A realização de um aparelho hegemônico, enquanto cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento, é um fato de conhecimento, um fato filosófico. Em linguagem crociana: quando se consegue introduzir uma nova moral conforme uma nova concepção de mundo, termina-se por introduzir também esta concepção, isto é, determina-se uma completa reforma filosófica. [GRAMSCI, caderno 10, II, S12; 1, 320]”

A grande contribuição teórico-metodológica da obra do marxista italiano Antônio Gramsci começou a ser delineada no início do século passado. No fim da década de 1920, quando já havia sido preso pelas forças policiais do Estado fascista italiano, Antônio Gramsci se deparou com um movimento que lhe inquietou profundamente. A ascensão do líder de ultra direita Benito Mussolini havia sido apoiada por grandes massas de trabalhadores, destacadamente os camponeses. Isto ocorreu numa conjuntura marcada ainda pela vitória dos trabalhadores russos que, desde 1917, lutaram em guerra civil contra as forças do exército branco. A partir deste conflito Gramsci elaborou um conceito, Estado Integral, que, mais do que simples elemento teórico, é entendido nesta tese como uma proposta metodológica.

O Estado Integral, como foi formulado por Antônio Gramsci, produziu no interior do marxismo um elemento renovador fundamental para a compreensão da



dominação burguesa contemporânea. As questões relativas a este debate vinham sendo refletidas pelos principais partidos revolucionários desde o fim do século XIX, com a ofensiva imperialista dirigida pela burguesia dos países do capitalismo central em direção às áreas periféricas do mundo. O imperialismo produziu muito mais do que as transformações nas bases produtivas, com a inserção das mais modernas tecnologias e novas formas de gestão, com as holdings, os trustes e cartéis. O imperialismo produziu um tipo novo de organização, superando a fase do capitalismo livre-concorrencial para assumir sua fase superior, segundo Lenin (1917), a etapa monopolista, caracterizada pela supremacia do capitalismo financeiro.

A mesma conjuntura que permitiu a classe dominante desenvolver suas formas de organização econômica e política, por outro lado, a outra classe fundamental, aquele que vive de seu próprio trabalho, também experimentou níveis, únicos até então, de organização. Isto refletia as necessidades impostas pela luta de classes naquela conjuntura e se estendia por todos os países do capitalismo central, tendo como consequência a organização de grandes sindicatos, dos partidos independentes da classe trabalhadora e, em algumas localidades, formas embrionárias do Estado soviético, como era o caso dos Sovietes, desde 1905, na Rússia e dos Conselhos de Fábrica, organizados na Itália.

A caracterização da luta de classe, definitivamente, havia sido alterada no início do século XX e a consciência do conflito era cada vez mais nítido para ambos os lados da trincheira. As esperanças na luta política eram cada vez mais realistas, sobretudo após o levante bolchevique, seguido pelas insurreições na Alemanha. Na Alemanha, o Partido Social Democrata Alemã possuía mais de um milhão de filiados, na época, e uma escola de formação de militantes com diversos cursos e disciplinas, algumas das quais ministradas por uma das dirigentes mais destacadas do partido, Rosa Luxemburgo. Estas condições exigiram da classe dominante uma nova engenharia de dominação, baseada, não apenas na coerção, mas com um expediente cada vez maior de uma intensa pedagogia, tendo como objetivo o consentimento dos trabalhadores.

A partir destas condições a burguesia passou a desenvolver diferentes estratégias de luta, para além daquelas vinculadas ao uso da força e da violência. Neste contexto, Antônio Gramsci identificou que a Sociedade Civil, até então fluida e fragmentada, tronava-se palco da disseminação de inúmeros organismos (Jornais, associações, clubes, revistas, escolas) que tinham como principal objetivo disseminar uma concepção de

mundo alinhada ao projeto de dominação burguesa. Estes organismos foram compreendidos como um tipo particular de partido que cumpririam em contextos caracterizados pela democracia burguesa o papel de verdadeiras casamatas.

Os Estados, denominados por Gramsci como de tipo Oriental, que ora mantiveram o poder de sua classe via coerção, foram, progressivamente, superados por um Estado educador, de tipo Ocidental, onde a violência passou a ser combinada com uma pedagogia da Hegemonia. Através de uma intensa atividade pedagógica que deu origem, inclusive, a massificação dos meios de comunicação ou dos sistemas nacionais de educação, a classe dominante diversificou, ao longo da história, as suas estratégias na Sociedade Civil. Em alguns casos, inclusive, tendo que ceder à parte das reivindicações populares, num movimento contraditório de renovação e restauração. Na obra de Antônio Gramsci dois conceitos foram elaborados tendo como perspectiva compreender este movimento presente em diferentes momentos na história. Ambos se deparam com o par renovação/restauração.

No Brasil, o principal conceito utilizado neste sentido foi o de Revolução Passiva, sobretudo a partir das obras de Luiz Werneck Vianna (1997). Através deste conceito o italiano demonstrava que projetos políticos distintos poderiam resultar, num dado momento histórico, numa relação de renovação e restauração, onde o segundo elemento é predominante em relação ao primeiro. Isto ocorreu em diferentes momentos da história, sendo o mais emblemático o processo de formação do Estado italiano, analisado por Antônio Gramsci nos “cadernos do cárcere”.

Na análise da história da luta de classes no Brasil, no entanto, um outro conceito gramsciano que também apreende o movimento contraditório caracterizado pelo par renovação/restauração, parece ser mais adequado. O conceito “Revolução Passiva”, apreende períodos da história em que os aspectos relativos a restauração se destacam sobre aqueles aspectos associados a renovação “imposta” por movimentos pré-revolucionários. Neste caso, no par renovação/restauração, embora, o segundo elemento se destaque em relação ao primeiro elemento, aspectos relacionados à renovação são incorporados à medida da correlação de forças. Não considero que este seja o caso brasileiro, onde o elemento da restauração sempre foi determinante e, destacadamente, na conjuntura aberta pelas reformas neoliberais o elemento da renovação foi solapado. Por isto, o conceito presente nesta tese para compreender este movimento contraditório, também presente na história do Brasil, foi o de “contra reforma”.

O caso mais emblemático, em relação a incapacidade da classe dominante em realizar a revolução burguesa radical nos marcos do capitalismo periférico, é a história republicana brasileira. Ao longo de cento e vinte e cinco anos do regime republicano no Brasil, é possível contar os poucos anos em que a democracia da classe dominante não tenha sido questionada pela própria classe dominante.

### **1.1 Estado e Sociedade: aspectos teóricos e metodológicos**

Em todo mundo a crise que caracteriza o capitalismo adquiriu contornos mais evidentes nos últimos anos (Harvey, 2005, 2013 a, 2013 b). No Brasil, o esforço da classe dominante com o auxílio dos poderes midiáticos tentam convencer que o país está na contramão da crise. Na mesma direção, as estratégias de obtenção do consenso e do, conseqüente, convencimento da classe trabalhadora vem exigindo dos dominantes a ampliação da sua atuação no interior do Estado brasileiro. A necessidade de analisar os nexos entre Estado, Classe Social e Educação deriva da análise sobre os processos de consolidação da Hegemonia da classe dominante no Brasil. Após muitos anos garantindo seus interesses particulares à base da ditadura, nos últimos trinta anos esta classe foi defrontada com o desafio de exercer o poder em período democrático. Isto alterou significativamente a composição da Sociedade Civil, com uma multiplicação de partidos responsáveis pela formação de novas camadas de intelectuais que formulam e difundem a direção política de sua classe.

O conceito de Estado na historiografia brasileira foi inegavelmente hegemonizado por um conjunto de formulações teórico-metodológicas. Esta hegemonia difundiu no senso comum um sentido que confunde o Estado, ora com um determinado governante, ora com alguma agência da administração pública. Estas formulações são responsáveis por retirar das relações que formam o Estado suas mediações com a sociedade, produzindo uma espécie de coisificação do Estado. (Mendonça, 1998a) Por outro lado, se forjou, entre os séculos XIX e XX, uma perspectiva com base nas pesquisas iniciadas por Marx e Engels que completa uma história de debates e disputas que atravessa o campo científico, indo além dele. Já no século XX, a contribuição teórica-metodológica produzida por Antônio Gramsci ampliou a compreensão sobre o

conceito apreendendo as condições através das quais a classe dominante renova sua dominação.

No século XIX, inicialmente através de Hegel e, principalmente mais tarde, a partir de Marx, a crítica à matriz Jusnaturalista foi realizada. A crítica inicial era justamente ao caráter a-histórico do processo de formação do Estado, descrito pelos Jusnaturalistas. Esta crítica se direcionou com Hegel à ideia de um suposto contrato social que retira da sociedade seu papel, tornando-a coadjuvante na História, dando lugar a um “Estado sujeito”. A elaboração hegeliana, segundo Brandão (2006), é, de certa forma, o “momento mais alto a que chegou o Jusnaturalismo” (p. 106) e, por isto, Hegel pode ser considerado o primeiro entre os autores clássicos a superá-los. O maior equívoco da tese jusnaturalista sobre a origem do Estado, segundo o filósofo alemão, é confundi-lo com a sociedade civil. Na realidade, os indivíduos não escolhem se participam ou não do Estado, como presume a tese do contrato social, mas são formados por ele: “somente como membro do Estado é que o indivíduo ascende à sua objetividade, verdade e moralidade” (ibidem, p. 107).

Entre os jusnaturalistas, foi o iluminista Rousseau que teve o mérito de estabelecer como fundamento do Estado um princípio que, não somente em sua forma (como por exemplo, o instinto social, a autoridade divina), mas também em seu conteúdo, pertence ao pensamento, pois é expressão das vontades. Mas ao conceber a vontade apenas em sua forma individual e a “vontade geral”, não como o racional em si e para si da vontade, mas como vontade comum que ressalta das vontades individuais, a associação dos indivíduos foi entendida como um contrato, cujo fundamento é então o arbítrio, a opinião, a adesão expressa e facultativa. É fundamental advertir, no entanto, que estava claro para Hegel que a compreensão rousseauiana tinha avançado no entendimento de que o contrato social não se refere apenas as diferentes ordens políticas que dele resulta, tanto a despótica quanto a democrática, mas corresponde como pressuposto uma formação econômico-social. Segundo Coutinho (2011), o contrato social na análise de Rosseau não tem como meta a constituição de uma esfera pública “especializada e separada”, como em Hobbes e Locke, clássicos jusnaturalistas, mas é algo que “reorganiza a própria forma de articulação entre o público e o privado, de modo que a sociabilidade se torne um elemento constitutivo imanente ao próprio indivíduo: a vontade geral e o interesse comum.” (Ibidem, p. 18) O interesse comum

não é algo externo que se imponha ao indivíduo, mas “uma emanção possível de sua própria individualidade.” (Ibidem, p.19)

Um dos problemas fundamentais da formulação jusnaturalista, segundo Hegel, é terem procurado identificar o Estado com ele deveria ser, ao contrário de tentar entendê-lo como é. Estes teriam produzido uma teoria do contrato em que pressupõem a existência de indivíduos livres para fazerem escolhas. Segundo Brandão (2006), a partir das críticas de Hegel, “completa-se o movimento iniciado por Maquiavel, voltado para apreender o Estado tal como ele é, uma realidade histórica, produzida pela ação dos homens.” (Ibidem, p.111). Na formulação hegeliana o Estado é a superação do reino do particularismo, expresso na sociedade civil, onde a luta de todos contra todos é orientada pelos interesses particulares. A formulação hegeliana, a despeito da enorme influência, é superada em relação a teoria do Estado na obra de Marx que entende que o mesmo só pode representar a universalidade, como proposto por Hegel, na aparência. O Estado, apesar de Marx nunca ter elaborado uma teoria sistematizada do Estado, é apreendido em sua obra a partir do seu papel histórico no desenvolvimento do capitalismo.

Ao longo de toda a obra produzida por Marx (1968), fundamentalmente influenciada pela herança hegeliana, tanto em sua apropriação, quanto na refutação das apropriações realizadas pelos intelectuais hegelianos, não existe um “estado de natureza”. A sociabilidade humana se forma ao longo da história, dependendo do lugar que ocupam no processo de produção. Os Homens podem ser proprietários, ou seja, possuidores dos meios de produção, ou serem obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviverem. Pertencem, portanto, há uma das duas classes fundamentais: burguesia ou proletariado. Assim, a matriz teórica formulada por Marx é, ao mesmo tempo, histórica e classista.

A origem do Estado, na formulação de Marx (2003), reside na apropriação privada da riqueza social, ou seja, com a introdução da propriedade privada na História ou, como denominado no Manifesto do Partido Comunista (1998), na “pré-história dos Homens”, quando estes ainda estão submetidos a divisão entre as classes sociais. A partir deste momento, certa classe passou a dominar os meios de produção, subordinando os demais que não tiveram outra opção a não ser vender suas forças de trabalho. O Estado surge, para esta tese, visando assegurar a divisão estabelecida entre as classes sociais, conseguindo manter os trabalhadores sob a ordem instituída, sem se

rebelarem contra a propriedade dos meios de produção. O Estado, na formulação de Marx (1996), não teria nada de natural, sendo concebido historicamente, através da luta entre as classes sociais.

A tese sobre o Estado, produzida por Marx de forma não sistematizada, mas que claramente está presente ao longo de sua obra, substitui o binômio “Estado (sociedade) de natureza-Estado (sociedade) civil” pelo binômio “sociedade civil-sociedade política”. Esta substituição foi fundamental, pois o mesmo tempo em que nega a existência de um estado natural da humanidade, identifica que a sociabilidade dos Homens não se esgota na política. No entanto, Marx introduziu uma nova tipologia: a infra-estrutura que se diferencia da superestrutura, por ser o âmbito da produção propriamente dito. Enquanto a infra-estrutura corresponde ao espaço da economia, a superestrutura diz respeito, tanto as agências do Estado, quanto à ideologia (Marx, 2012).

A definição do Estado enquanto comitê da burguesia gerou diversas interpretações que entendiam a tese de Marx a partir do determinismo econômico sobre o político. Antônio Gramsci chamou estas análises de “economicistas” ou “mecanicistas”. As variantes da tese marxistas entendem o Estado, de forma oposta a tese do “Estado sujeito”, produzindo uma espécie de tese do “Estado objeto”, segundo Mendonça (2014). Esta perspectiva supõe uma relação imediata entre os proprietários e o Estado, perdendo de vista a complexidade social e histórica que formam esta relação. É importante advertir que as análises que conformaram uma “tradição marxista”, sobretudo ao longo do século XX, resultam de interpretações realizadas em contextos políticos, sociais e econômicos muito diversos daquele vivido por Marx, onde o Capital já se encontrava em sua “fase superior”, e que estas derivam de apropriações sobre uma teoria do Estado que nunca foi plenamente sistematizada. O propósito de realiza-la como continuidade dos estudos da “Crítica da Economia Política” (Marx, 1996) nunca chegou a se concretizar, pois antes do término da obra “O Capital” seu autor veio a falecer.

É importante destacar que ambos, tanto Hegel, quanto Marx, produziram suas obras no período marcado pelo deslocamento da burguesia ao poder, numa conjuntura, caracterizada por Gramsci (2011), por um longo período de crise orgânica, ocorrida entre o ano 1789, marcado pela Revolução Francesa, até 1871, ano da Comuna de Paris. Na França, no processo revolucionário a burguesia eliminou aquilo que havia restado do

Antigo Regime, ao passo que freou o proletariado que emergia enquanto classe social organizada politicamente. Segundo Eric Hobsbawm,

“(…) na maioria das revoluções burguesas subsequentes, os liberais modernos viriam a retroceder, ou transferir-se para a ala conservadora, num estágio bastante inicial. De fato, no século XIX vemos de modo crescente (mais notadamente na Alemanha) que eles se tornaram absolutamente relutantes em começar uma revolução por medo de suas incalculáveis consequências, preferindo um compromisso com o rei e a aristocracia. A peculiaridade da Revolução Francesa é que uma facção da classe média liberal estava pronta a continuar revolucionária até o, e mesmo além do, limiar da revolução antiburguesa: eram os jacobinos, cujo nome veio a significar ‘revolução radical’ em toda parte.” (Hobsbawm, 2003, p.95)

A utilização do conceito de crise orgânica foi feita em análises históricas realizadas pelo marxista italiano para caracterizar dois momentos do desenvolvimento do modo de produção capitalista: a unificação do Estado italiano, denominado como Risorgimento, em uma comparação com o processo revolucionário francês; e o período entre a crise orgânica que resultou nas disputas nacionalistas que desembocaram na Primeira Grande Guerra Mundial (1914-1918), na Revolução Russa, no fascismo e no americanismo-fordismo.

A “revolução radical” promovida pela via jacobina elaborou um tipo de dominação que, aliada a atos de força, teve na hegemonia uma estratégia fundamental para a instituição da ordem burguesa. Assim, conseguiu apoio de outros setores do mesmo estamento (3º Estado) para uma pauta em defesa da igualdade jurídica e da reforma agrária, conquistando a adesão tanto das massas trabalhadoras urbanas, quanto dos camponeses. Isto tornou possível aos jacobinos assumirem o papel de partido da nova classe nacional dirigente.

O processo desencadeado a partir da Revolução Francesa, onde o jacobinismo impôs um processo de radicalização ao projeto liberal burguês, não foi verificado nos demais países capitalistas europeus. Mesmo na Inglaterra, onde a conquista do poder ocorreu ainda no século XVII, a ordem burguesa tornou-se dominante, mas a nova classe detentora do poder foi obrigada a ceder às antigas classes dominantes. No caso inglês, a burguesia e a gentry operaram um acordo com o bloco de poder conservador, representado pela nobreza e o clero anglicano, na Revolução Gloriosa, em 1688. O mesmo processo ocorreu em países em transição tardia ao capitalismo onde a “via jacobina” não serviu de modelo. No Risorgimento italiano a relação contraditória entre

revolução e restauração produziu aquilo que Gramsci (2002) denominou como “revolução passiva” e, embora tenha feito uso deste conceito de forma mais destacada para a investigação do processo de unificação da Itália, o conceito reaparece em diferentes notas dos Cadernos do Cárcere na análise de outros momentos da história como é o caso da própria França, nos acordos realizados após a derrota napoleônica em 1815. Segundo Gramsci (2011),

“O conceito de revolução passiva me parece exato não só para a Itália, mas também para os outros países que modernizaram o Estado através de uma série de reformas ou de guerras nacionais, sem passar pela revolução política de tipo radical-jacobino.” (Ibidem, p. 315)

As revoluções passivas responderam de uma forma “pelo alto” às exigências postas pelo processo desencadeado com a Revolução Francesa, assim como o “americanismo”, segundo Gramsci (Gramsci, 2007), foi a resposta burguesa ao avanço comunista, inspirado pelo movimento revolucionário, assim como sua extensão, ao longo do século XX, através do Welfare State. Em ambos os momentos históricos estava em disputa a grande política, ou seja, o projeto de sociedade: no primeiro caso o embate entre a democracia jacobina e o liberalismo moderado, enquanto no segundo caso o capitalismo versus socialismo. Segundo Gramsci (2003),

“A grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais. A pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política (política do dia a dia, política parlamentar, de corredor, de intrigas). Portanto, é grande política tentar excluir a grande política do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo a pequena política.” (Gramsci, 2007, p. 21)

É importante destacar que a produção teórica realizada por Gramsci é tributária da leitura da obra de Marx e Engels, suficientemente difundida nos primeiros anos do século passado na Itália entre a militância socialista. Além desta referência, havia, sobretudo a partir do fim da segunda década, grande influência de Lenin que na época liderava o governo soviético em meio à guerra civil contra as forças do exército branco, representante militar dos interesses da família do Czar, da burguesia russa e dos



investidores estrangeiros ameaçados pelas primeiras iniciativas da política econômica do governo revolucionário na Rússia.

A influência da vitória bolchevique na Rússia foi sentida em diferentes partes do mundo, inspirando os diversos partidos e organizações revolucionárias existentes nos países. Na Itália, Antônio Gramsci, militante filiado inicialmente ao Partido Socialista Italiano (PSI) e, desde 1921, ao Partido Comunista Italiano (PCI), do qual foi um dos fundadores, formou-se na Universidade de Turim, cidade sede das fábricas da Fiat e Lancia, onde massas de trabalhadores de diferentes regiões da Itália eram recebidas para trabalhar. Foi neste contexto que Gramsci acompanhou o surgimento dos grandes sindicatos que se fortaleciam diante dos conflitos sociais e trabalhistas e decidiu-se por se filiar ao PSI. No período em que esteve filiado ao PSI, exerceu o trabalho de jornalista em jornais de esquerda como *Avanti* (órgão oficial do PSI) e, desde 1919, no *L'Ordine Nuovo*, em que foi fundador com Palmiro Togliatti. (Gramsci, 2007)

No início da década de 1920, o coletivo organizado em torno de *L'Ordine Nuovo* aliou-se com Amadeo Bordiga, formando uma frente comunista no PSI. Isto levou à organização do PCI em 21 de janeiro de 1921. Gramsci tornou-se um dos principais dirigentes do partido desde sua fundação, tendo disputado sua direção política entre 1924 e 1926, sobretudo, com Bordiga, outra liderança do PCI no período. A principal polêmica no período dizia respeito a política de frente com o PSI, de onde o grupo fundador havia se desligado para criar o PCI. No entanto, desde 1922, ou seja, um ano depois da criação do partido comunista, o advento do fascismo na Itália, com a chegada de Mussolini ao poder executivo, ensejava outras condições políticas para a luta de classes no país. A análise sobre o endurecimento destas se confirmou em 1926 com a prisão de Gramsci. (Gramsci, 2011)

Em virtude da prisão toda a reflexão realizada por Gramsci, entre 1926, ano de sua condenação, e 1934, ano em que foi solto do cárcere, foi atravessada por duas condições que dificultaram não apenas sua produção, mas sua posterior divulgação. Tendo escrito no cárcere, Gramsci não dispunha nem das piores condições enfrentadas por um pesquisador na atualidade. Além disto, tudo que conseguia ler ou escrever passava pela censura da polícia fascista italiana. Por fim, aquilo que conseguia passar pela censura oficial, ainda precisava enfrentar o crivo do PCI, na época filiado às políticas do comitê central russo.

As principais preocupações teóricas de Gramsci no período em que ficou preso no cárcere refletiam as condições da correlação de forças entre as classes sociais da Itália. Naquele período chamou a atenção do marxista a adesão dos camponeses italianos às propostas do governo fascista. Isto levou Gramsci a refletir sobre a mudança política do Estado na conjuntura de desenvolvimento do capitalismo. O resultado desta reflexão foi sistematizado através do conceito de Estado integral ou, como propôs Cristine Buci-Gluksmann (1980), Estado Ampliado. São nestes aspectos que a obra de Gramsci supera dialeticamente as formulações acerca de Estado e sociedade civil em Hegel e Marx. Sobre as reflexões de Hegel, Gramsci em seus escritos carcerários ponderou sobre sua “doutrina” do Estado e das associações como trama “privada”, contextualizando a produção em sua época:

“Hegel e o associativismo. A doutrina de Hegel sobre os partidos e associações como trama “privada” do Estado. Ela derivou historicamente das experiências políticas da Revolução Francesa e devia servir para dar um caráter mais concreto ao constitucionalismo. Governo com o consenso dos governados, mas com o consenso organizado, não genérico e vago tal como se afirma no momento das eleições: o Estado tem e pede o consenso, mas também ‘educa’ este consenso através de associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados, deixados à iniciativa privada da classe dirigente. Assim, em certo sentido, Hegel já supera o puro constitucionalismo e teoriza o Estado parlamentar e seu regime dos partidos. Sua concepção da associação não pode deixar de ser ainda vaga e primitiva, entre o político e o econômico, segundo a experiência histórica da época, que era muito restrita e dava um só exemplo acabado de organização, o ‘corporativo’ (política enxertada na economia).” (Gramsci, 2007, p. 119)

Os limites da análise hegeliana acerca do Estado e da sociedade civil pela época em que foi escrita também possuía também foram destacados por Gramsci em relação à Marx. No caso deste, no entanto, o processo desencadeado pela Revolução Francesa difundiu na Sociedade Civil um conjunto de organizações numa conjuntura marcada pelas revoluções liberais de 1820, 1830 e 1848. Ainda assim, segundo Gramsci:

“Marx não podia ter experiências históricas superiores às de Hegel (ao menos muito superiores, mas tinha o sentido das massas, por sua atividade jornalística e de agitação. O conceito de organização em Marx ainda permanece preso aos seguintes elementos: organização profissional, clubes jacobinos, conspirações secretas de pequenos grupos, organização jornalística.” (Gramsci, 2007, p.120)

O Estado, segundo Gramsci, não é sujeito – uma espécie de entidade que paira sobre a sociedade e os conflitos sociais-, nem objeto, mas uma relação social, ou seja, uma condensação das relações sociais definidas pela luta entre as classes sociais (Gramsci, 1991). O Estado é compreendido em sua forma integral, sendo esta, certamente, a maior contribuição teórico-metodológica gramsciana à tradição filosófica marxista. Portanto, aquilo que na história da disciplina ciência política foi sempre compreendido enquanto um conceito apreendido de formas diversas, desde a tradição Jusnaturalista até o próprio marxismo, desde o próprio Marx até Lenin, nas formulações produzidas pelo italiano vai além, sendo uma fundamental ferramenta metodológica, fornecendo um roteiro de pesquisa. Segundo Mendonça,

“O conceito de Estado ampliado permite verificar a estreita correlação existente entre as formas de organização das vontades (singulares e, sobretudo, coletivas), a ação e a própria consciência (sociedade civil) - sempre enraizadas na vida socioeconômica – e as instituições específicas do Estado em sua acepção restrita (sociedade política). Gramsci supera os dualismos das análises que separavam e contrapunham a base à superestrutura, integrando sociedade política e sociedade civil numa só totalidade, em constante interação, no âmbito do que ele considerava as superestruturas (Mendonça, 2014, p.38)

O Estado ampliado gramsciano, segundo Mendonça (Ibidem), mais do que um sofisticado conceito, representa uma proposta metodológica, fornecendo um roteiro de pesquisa acerca das transformações do Estado no capitalismo. Portanto, mais do que um conceito em meio a um amplo quadro teórico, a formulação gramsciana fornece um itinerário de investigação que foi apropriada nesta tese e, por isto, foi mais detidamente analisada neste capítulo. O itinerário proposto por Gramsci tem como ponto de partida a sociedade civil e, mais particularmente, os partidos que organizam e dão direção política à luta de classes, visando detalhar suas formas de organização, suas bases sociais, atuação e formação dos intelectuais orgânicos, disputas endógenas e exógenas às classes sociais e suas respectivas frações. Sobre este primeiro passo na investigação, é importante notar que o conceito de Sociedade Civil é compreendido a partir da organização das classes sociais em disputa pelo poder, enquanto arena de disputas, vinculadas de forma mediada aos interesses estruturais que localizam as classes na produção.

A investigação dos partidos das classes em disputa na sociedade civil exige da pesquisa o levantamento dos documentos – revistas, jornais informativos, atas, projetos,

programas, propagandas – que permitam inferir a atuação cotidiana destas organizações. Estas informam sobre a ação dos militantes, tanto dirigentes, quanto, por ventura, de frações não-dirigentes no interior do partido. A atuação dos intelectuais, assim como em relação aos partidos, é compreendida enquanto ação coletiva que não se restringe à sociedade civil, mas se estende a inserção dos interesses partidários junto aos organismos estatais (Ministérios, Secretarias, Comissões públicas). Ambos, tanto partidos quanto os intelectuais, na teoria gramsciana, cumprem funções históricas similares de síntese e mediação entre as necessidades objetivas da classe que representam e a direção ético-política que orienta a formação hegemônica da mesma.

O partido, diferentemente de outras formas de organização muito tradicional, não é um organismo corporativo – “um comerciante não ingressa num partido político para comerciar, nem um industrial para produzir mais e com custos reduzidos, nem um camponês para aprender novos métodos de cultivar” (Gramsci, 2011, p. 212) -, mas um organismo responsável pela homogeneidade e consciência da classe que representa. A atividade partidária, na análise gramsciana, não se restringe aquelas desenvolvidas nos espaços parlamentares ou nos gabinetes governamentais. A função de um partido transcende a institucionalidade político-eleitoral. Neste sentido, um jornal, uma revista ou uma associação são também partidos ou frações de partidos.

Todos os homens, segundo Gramsci (2010), são intelectuais, entendendo os limites da filosofia espontânea localizada no senso comum, na linguagem, na religião e no bom senso. “Assim, todos os homens são intelectuais porque fora de suas profissões são filósofos, artistas, participam de uma concepção de mundo ou possuem uma linha de conduta conscientemente definida e vinculada a essa concepção. ” (Bianchi, 2008, p.77) Entretanto, se é possível considerar que todo homem é um intelectual, também é possível afirmar que apenas alguns exercem esta função na sociedade. Além disto, o exercício desta função não é autônomo e independente, só sendo compreendido em sua relação orgânica com uma determinada fração de classe, como afirmou o marxista italiano, no caderno 12, dedicado à questão dos intelectuais:

“Todo grupo social, nascendo sobre o terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria conjuntamente, organicamente, um ou mais estratos de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função não apenas no campo econômico, como também no social e político [...]” (Gramsci, 2010, p.15)

Ao se referir aos empresários, por exemplo, Gramsci identifica a capacidade destes desempenharem o papel de intelectuais, ou seja, organizadores de uma sociedade capitalista:

“[...] o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., etc. Deve-se observar o fato de que o empresário representa uma elaboração social superior, já caracterizada por uma certa capacidade dirigente e técnica (isto é, intelectual): ele deve possuir capacidade técnica, não somente na esfera restrita de sua atividade e de sua iniciativa, mas também em outras esferas, pelo menos nas mais próximas da produção econômica (deve ser um organizador de massa de homens, deve ser um organizador da ‘confiança’ dos que investem em sua empresa, dos compradores de sua mercadoria, etc.)” (Ibidem, 2010, p.15)

Os intelectuais, portanto, assim como o partido, têm como principal responsabilidade a função organizativa. Este vínculo entre a função partidária e a atividade intelectual levou diversos autores (Coutinho, 2007; Piotte, 1970) a crer que o marxista italiano produziu a noção de intelectual à imagem e semelhança do partido. No entanto, se é possível afirmar que todo membro de um partido é um intelectual, é possível também afirmar que os intelectuais de um partido não representam um bloco homogêneo.

Em um organismo partidário existem diferentes níveis de hierarquia que representam as distintas funções de cada camada de intelectuais. O partido moderno, segundo Gramsci, divide-se basicamente em três estratos: 1) Estrato de homens que cumprem a função dirigente, centralizadora e organizativa; 2) Estrato de homens com ligação junto ao partido baseada mais na “disciplina e fidelidade”, do que na capacidade criativa; 3) Estrato intermediário, capaz de realizar a ligação entre os outros dois estratos e que possui características que são próprias de ambos. Um partido poderá ter “uma maior ou menor composição do grau mais alto ou do mais baixo, mas não é isto que importa: importa a função, que é diretiva e organizativa, isto é educativa, isto é intelectual.” (Gramsci, 2011)

É necessário advertir e frisar que o marxista italiano polemizou com a “Teoria da Elites” (Mosca, 1982; Dell’erba, 1991), rejeitando uma certa “divisão eterna” entre os homens superiores e inferiores. Disto deriva-se uma segunda advertência. O critério unitário que caracteriza os diversos tipos de atividade intelectual e a atividade que lhe é própria deve ser apreendido nas relações sociais produzidas historicamente. São estas

que definem a posição de cada um. Tanto o empresário, quanto o operário de uma fábrica não se definem socialmente pelas qualificações de carácter intelectual, mas pelas relações que caracterizam a posição de cada um no complexo industrial.

Ao analisar o papel de cada um dos estratos de intelectuais e seu papel no interior dos partidos, Gramsci concentrou maiores esforços na investigação acerca do primeiro estrato de intelectuais, ou seja, aquele que representa a camada partidária dirigente. É certo que não se forma um partido somente de dirigentes, mas como é mais fácil formar uma horda de soldados do que seus oficiais, é a partir destes últimos que um partido pode iniciar sua estruturação. Estes cumprem a função de mais alto nível entre os intelectuais orgânicos:

“Se não todos os empresários, pelo menos uma elite deles deve possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, até o organismo estatal, tendo em vista a necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe; ou, pelo menos, deve possuir a capacidade de escolher os “prepostos” (empregados especializados) a quem confiar esta atividade organizativa das relações gerais exteriores à empresa. Pode-se observar que os intelectuais ‘orgânicos’, que cada nova classe cria consigo e elabora em seu desenvolvimento progressivo, são, na maioria dos casos, ‘especializações’ de aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu à luz.” (Gramsci, 2007, p. 203)

Os intelectuais orgânicos atuam na sociedade civil, podendo se inserir em agências da sociedade política estratégicas às suas respectivas frações da classe dominante. Segundo Nico Poulantzas (1978), a classe capitalista, ao mesmo tempo em que mantém uma unidade política em relação à classe historicamente antagônica, diferencia-se internamente de acordo com os interesses econômico-corporativos. Esta diferenciação tem uma natureza econômica, mas também política, uma vez que as “frações” possuem interesses específicos e se posicionam no interior do Estado de forma particular. (Ibidem, 1978) Segundo Saes (2014), a diferenciação política interna da classe capitalista não é “um processo único e irreversível. A emergência organizacional das frações capitalistas é um processo intermitente, com idas e vindas, que depende não só de fases do capitalismo como da evolução da política de Estado.” (Ibidem, p. 108) O fracionamento da classe dominante, historicamente, esteve associado às necessidades do capital em acelerar e baratear o processo econômico estruturado nas funções monetárias, produtivas e mercantis. Assim, a classe dominante se diferenciou

em agentes sociais distintos, ou seja, em frações (comercial, industrial, bancária e agrária). Esta diferenciação gera entre estas frações interesses diversos, correspondentes a luta pelo aumento na participação da extração da mais valia geral, gerada no processo de expropriação conduzida pela classe dominante. Neste sentido, os partidos e intelectuais orgânicos desta classe são os responsáveis pela inserção dos interesses de suas respectivas frações no interior das agências da sociedade política tendo em vista o objetivo de obter a direção das políticas públicas. Nesta disputa pelo poder, enquanto algumas frações da classe dominante detém a hegemonia numa dada conjuntura, as demais frações da mesma classe passam a posição não hegemônica, ou seja, não é possível em um contexto político ou em uma determinada política pública a satisfação igualitária e homogênea de toda a classe dominante. Em qualquer ação produzida em uma agência da sociedade política os efeitos produzidos afetam todas as frações, mas de forma heterogênea, favorecendo mais algumas do que outras.

Além do fracionamento da classe dominante segundo as funções do capital, Nico Poulantzas (1978) identificou outras duas formas de diferenciação no interior da classe dominante. A segmentação desta classe pode ocorrer em função também segundo a escala do capital e de acordo com o modo de inserção no sistema econômico capitalista internacional. As disputas no interior da classe dominante em torno da luta pela direção da sociedade política pode ocorrer dentro de um mesmo capital (agrário, bancário, industrial e comercial), entre empresas que funcionam com diferentes níveis de investimento, número distintos de trabalhadores empregados e graus desiguais de tecnologias. A tendência do capital à concentração de capital, não elimina em alguns setores da economia a necessidade do pequeno e médio capital. Por fim, o último tipo de fracionamento analisado por Poulantzas (Ibidem) resulta da diferença do modo de inserção do capital no sistema econômico internacional e, neste sentido, distingue dois tipos de segmentação: aquela composta por capitalistas que exploram o mercado interno, defendendo políticas que dinamizem a renda nacional, e outra associada e dependente ao capital estrangeiro.

Ao analisar as relações de dependência e associação no capitalismo e, em particular, no interior da classe dominante, Florestan Fernandes (2011) o fez por meio do conceito de capitalismo dependente. Este conceito é ao mesmo tempo estrutural e histórico, ou seja, define-se como parte do “sistema de produção” capitalista, em sua

fase monopolista, estruturando-se de forma heterônoma e dependente. A dependência, neste caso, não está centrada numa relação de subordinação entre as nações, sendo definida na luta entre as classes sociais. Segundo Florestan (2011), a história é obra dos homens, sendo “falsa a ideia de que a história se faz, que ela se determina automaticamente. A história é feita coletivamente pelos homens e, sob o capitalismo, através de conflitos de classe de alcance local, regional, nacional e mundial” (Ibidem, p.101). Na sociedade de classes, a análise sobre o desenvolvimento do capital deve considerar “como as classes se organizam e cooperam ou lutam entre si para preservar, fortalecer e aperfeiçoar, ou extinguir, aquele regime social de produção econômica”. (Fernandes, 2008, p. 29). Nas sociedades de classes, portanto, a explicação da história se encontra nas relações de cooperação ou de luta entre as classes sociais. Nessa concepção não é possível atribuir a dependência exclusivamente à dominação externa. Segundo Limoeiro (2005) o capitalismo possui a sua própria lógica econômica, que “consiste exatamente na articulação entre os mecanismos ‘de fora para dentro’ (dos centros capitalistas hegemônicos para as economias capitalistas dependentes) e ‘de dentro para fora’ (da periferia para os centros hegemônicos) (Ibidem, p.04)”. As relações de dependência não se esgotam enquanto disputa entre burguesias hegemônicas e dependentes, mas conjugam dominação externa e dominação interna que não são exercidas sobre as frações da burguesia periférica, mas sobre a massa dos trabalhadores. Segundo Florestan (2009),

“o modelo concreto de capitalismo que irrompeu e vingou na América Latina reproduz as formas de apropriação e expropriação inerentes ao capitalismo moderno com um componente adicional específico e típico: a acumulação de capital institucionaliza-se para promover a expansão concomitante dos núcleos hegemônicos externos e internos (ou seja, as economias centrais e os setores sociais dominantes). Em termos abstratos, as aparências são de que estes setores sofrem a espoliação que se monta de fora para dentro, vendo-se compelidos a dividir o excedente econômico com os agentes que operam a partir das economias centrais. De fato, a economia capitalista dependente está sujeita, como um todo, a uma depleção permanente de suas riquezas (existentes ou potencialmente acumuláveis), o que exclui a monopolização do excedente econômico por seus agentes privilegiados. Na realidade, porém, a depleção de riquezas se processa à custa dos setores assalariados e destituídos da população, submetidos a mecanismos permanentes de sobreapropriação e sobreexpropriação capitalistas” (Ibidem, p.52).



No capitalismo dependente não basta ao capital reproduzir a apropriação e a expropriação que são inerentes ao sistema produtivo dominante. Esta forma específica de capitalismo, típica da fase monopolista, para suprir por expropriação o acúmulo de capital à burguesia periférica e à burguesia hegemônica, produz sobreapropriação e sobreexpropriação capitalistas. O desenvolvimento da expansão capitalista constitui na periferia uma organização social marcadamente desigual, com uma minoria social dominante que retém para si todos os privilégios como se fossem direitos e que exclui a grande maioria de todos os direitos como se isso fosse natural. Segundo Limoeiro (2005), uma burguesia assim constituída, “só reconhece direitos para si e para as burguesias às quais está subordinada” (Ibidem, p.07), sem abrir, nem ceder espaço para a classe trabalhadora se desenvolver autonomamente como tal. Os limites da revolução burguesa no capitalismo periférico são verificados nas restrições experimentadas pela classe trabalhadora, destacadamente, em relação aos direitos sociais, como educação e saúde pública.

### **. 1.2 A Escola Pública e a luta de classes**

Ao iniciar a pesquisa que resultou nesta tese já existia a clareza de que o movimento de entrada das empresas nas escolas públicas ensejava uma contradição fundamental. Enquanto instituição regulada pelo direito público a função social da escola pública está condicionada juridicamente a expressar o princípio da universalidade. No entanto, o que vem sendo identificado, desde a pesquisa de mestrado sobre a inserção da educação ambiental empresarial nas escolas de Teresópolis (Lamosa, 2010), é que diversos projetos e programas organizados por instituições reguladas pelo direito privado vêm se inserindo nas instituições públicas de ensino. Esta contradição, reforçada pelos resultados desta tese, exigiu uma análise sobre o atual papel da escola pública na Hegemonia da classe dominante.

Este debate vem atravessando o conjunto das organizações da classe trabalhadora, desde pelo menos o século XIX, por ocasião dos debates congressuais no interior da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) e do Partido Operário Alemão, quando Marx disputou, respectivamente, contra os grupos Proudhonianos e Lassallistas a direção do programa político. A AIT, criada formalmente em Londres, em

1864, teve seu primeiro congresso realizado, em 1866, em Genebra, reunindo partidos e organizações sindicais da esquerda comunista, socialista e anarquista em seu interior. Entre diversas polêmicas travadas, umas das mais contundentes dizia respeito, justamente, aos limites e possibilidades do Estado sob a Hegemonia burguesa realizar a educação da classe trabalhadora.

O Congresso em Genebra expôs um conjunto de divergências que dividia o movimento dos trabalhadores. Em relação aos debates acerca do papel estatal na instrução pública o grupo majoritário seguiu as teses defendidas por Proudhon, importante intelectual anarquista, denominado por Marx como socialista utópico, rótulo que jamais aceitou. A tese defendida pelo grupo majoritário era contrária a instrução pública, gratuita e obrigatória. O caráter público era contestado, por ter uma base autoritária que descarta as particularidades e as diferenças em nome de uma falsa universalidade. A gratuidade era questionada, pois isto seria uma hipocrisia do Estado que subsidiaria a instrução pública, quando na verdade os recursos seriam provenientes dos tributos pagos pelos indivíduos. Além disto, a instrução provida pelo Estado seria um reforço das desigualdades sociais, uma vez que a mesma seria voltada muito mais a classe social que menos precisa, transformando-se numa política social injusta. Por fim, a tese do grupo proudhoniano era contrário à obrigatoriedade, uma vez que isto significaria mais uma ação autoritária do Estado na vida das famílias e indivíduos.

No congresso seguinte, realizado em 1867, o debate em torno da educação da classe trabalhadora permaneceu com as mesmas polêmicas situadas entre as possibilidades abertas pela formação dos sistemas nacionais de educação e a possibilidade do Estado educar os trabalhadores. A resolução da AIT sobre o assunto defendia a educação pública, gratuita e obrigatória, e também a liberdade de ensino como estratégia da classe trabalhadora na organização de formas alternativas de educação. Segundo Souza Junior (2010), o “relatório do Congresso de Lausanne recebeu ainda um adendo da ala proudhoniana que reafirma sua posição diante da gratuidade do ensino considerando-a um contrassenso. ” (Ibidem, p. 120) Para a ala proudhoniana a formulação congressual da AIT deveria advertir que o Estado assegurasse os subsídios públicos somente às famílias que de fato necessitassem.

No congresso de Bruxelas, em 1868, além dos dois grupos que divergiram nas edições anteriores, um outro grupo de representantes genebreses defenderam que além da defesa da educação pública, gratuita e obrigatória a AIT deveria exigir do Estado

subsídios às famílias para sustento das crianças em idade escolar. Esta proposta radicalizava um elemento existente na proposta que defendia a publicidade, gratuidade e obrigatoriedade da educação que era a estratégia de disputa do fundo público estatal.

A problemática sobre os nexos entre Estado e educação está presente na obra de Marx desde, pelo menos, o Manifesto Comunista, escrito em 1848, conjuntamente com Engels. No texto do “Manifesto”, o direito das crianças à educação é uma premissa, assim como a supressão do trabalho infantil, da ação do Estado, embora no caso referido os autores estejam tratando de um programa para a transição ao comunismo. Na defesa da instrução pública, Marx e Engels fazem referência direta à polêmica sobre a relação Estado-família no que tange a obrigatoriedade da educação que, anos depois, seriam debatidas nos congressos da AIT:

“Vocês afirmam, porém, que queremos abolir os vínculos mais íntimos, na medida em que propomos substituir a educação doméstica pela social. Mas a sua educação também não é determinada pela sociedade? Por acaso vocês não educam através das relações sociais, através da ingerência direta ou indireta da sociedade, com ajuda das escolas, etc.? Os comunistas não inventaram a interferência da sociedade na educação; eles apenas modificam seu caráter e tiram a educação da influência da classe dominante. O palavrorio burguês sobre família e educação, sobre a relação estreita entre pais e filhos, torna-se tanto mais repugnante quanto mais a grande indústria rompe todos os laços familiares dos proletários e as crianças são transformadas em simples artigos de comércio, e instrumentos de trabalho.” (Marx & Engels, 1988, p. 28)

Antes do congresso da AIT, em 1866, Marx havia se deparado com as polêmicas que cercariam os debates sobre a relação Estado e educação expressando sua posição através das “Instruções aos Delegados”. A posição de Marx antecipava a polêmica com o grupo proudhoniano, tanto no que tange a obrigatoriedade da instrução pública, quanto ao caráter estatal desta instrução. Em relação a obrigatoriedade, Marx defendeu a educação pública a partir dos nove anos, sendo isto uma responsabilidade e dever de toda a sociedade, acima das particularidades familiares. Esta era uma antecipação à polêmica com Proudhon sobre a independência das famílias em relação à escolarização obrigatória.

No mesmo sentido as “Instruções aos delegados” antecipou outra polêmica existente no congresso sobre as diferenças entre as classes sociais em relação a educação e às responsabilidades do Estado. Segundo Marx:

“Poderá ser desejável começar a instrução escolar elementar antes da idade de 9 anos; mas aqui tratamos apenas dos mais indispensáveis antídotos contra as tendências de um sistema social que degrada o operário a mero instrumento para a acumulação de capital, e que transforma pais, devido às suas necessidades, em proprietários de escravos, vendedores dos seus próprios filhos. O direito das crianças e dos jovens tem de ser feito valer. Eles não são capazes de agir por si próprios. É, no entanto, dever da sociedade agir em nome deles.

Se as classes média e superior negligenciam os seus deveres para com a sua descendência, a culpa é delas. Partilhando os privilégios dessas classes, a criança está condenada a sofrer dos preconceitos daquelas.

O caso da classe operária apresenta-se bem diferente. O operário não é um agente livre. Em demasiados casos, ele é até demasiado ignorante para compreender o verdadeiro interesse do seu filho, ou as condições normais do desenvolvimento humano. No entanto, a parte mais esclarecida da classe operária compreende inteiramente que o futuro da sua classe, e, por conseguinte, da humanidade, depende completamente da formação da geração operária nascente. Eles sabem, antes de tudo o mais, que as crianças e os jovens trabalhadores têm de ser salvos dos efeitos esmagadores do presente sistema. Isto só poderá ser efetuado convertendo a razão social em força social e, em dadas circunstâncias, não existe outro método de o fazer senão através de leis gerais impostas pelo poder do Estado. Impondo tais leis, a classe operária não fortifica o poder governamental. Pelo contrário, eles transformam esse poder, agora usado contra eles, em seu próprio agente. Eles efetuam por uma medida [act] geral aquilo que em vão tentariam atingir por uma multidão de esforços individuais isolados.” (Marx, 1982, p. 18)

Anos depois, em 1869, Marx, em exposição ao Conselho Geral da AIT aprofundou o debate acerca das atribuições do Estado em relação a educação pública obrigatória. Nesta conjuntura, os debates nos congressos da AIT, entre 1866-1868, já haviam sido realizados. Na exposição, Marx defendeu um ensino voltado para a realidade dos trabalhadores, oferecido pelo Estado mas com autonomia pedagógica das escolas. A autonomia diante do particularismo e da falsa universalidade do Estado no capitalismo passou a ser, a partir de 1870, uma questão nas disputas internas do Partido Operário Alemão contra a corrente Lassalista.

Estava claro para Marx que não era possível esperar do Estado no sistema capitalista o estabelecimento de um sistema educacional único para todas as classes sociais. A partir daí começam a ser demarcadas as diferenças entre Marx e as ideias de Lassalle. Isto ficou expresso nas denúncias proferidas ao caráter reacionário do programa proposto por Lassalle na “Crítica ao Programa de Gotha”, escrito em 1875. Este ano marcou a história das organizações da classe trabalhadora por causa da

unificação, na cidade de Gotha, da Associação Geral dos Trabalhadores Alemães (ADAV), fundada em 1863, em Leipzig, por Lassalle, morto em 1864, e o Partido Social-Democrata dos Trabalhadores (SDAP), fundado em 1869, em Eisenach, por Wilhelm Liebknecht, Wilhelm Bracke e August Bebel, lideranças socialistas próximas a Marx. O programa proposto para a fusão tinha uma clara Hegemonia do grupo de Lassalle. A filosofia política Lassalista pode ser resumida por um trecho da sua carta ao comitê de organização de um congresso de operários da Alemanha (1865):

“O Estado tem a obrigação de assumir a grande causa da associação livre e individual da classe operária [...]. Em primeiro lugar, é tarefa, destinação do Estado, facilitar, assegurar os grandes progressos da civilização humana. Essa é sua função, é com esse objetivo que ele existe. É para isso que ele sempre serviu, que deve sempre servir.” (Marx, 2012, p. 12)

Em sua obra, Marx analisa o Estado em sua condição histórica, ao contrário da perspectiva a-histórica exposta por Lassalle. Desde a “Crítica à filosofia do Estado em Hegel”, em 1843, até a “Comuna de Paris”, em 1871, nunca chegou a ser um opositor das cooperativas, mas fazia uma advertência: “elas só têm valor na medida em que são criações dos trabalhadores e independentes, não sendo protegidas nem pelos governos, nem pelos burgueses.” (Ibidem, p. 12)

No início do século XX os embates travados por Antônio Gramsci na Itália, no interior do PSI, o debate sobre a educação pública e sobre a responsabilidade do Estado prover a educação da classe trabalhadora também esteve no centro das polêmicas. Ao longo de sua trajetória militante anterior ao fascismo, Gramsci se posicionou publicamente sobre as mesmas polêmicas apresentadas nos congressos da AIT e, particularmente, a respeito da problemática do Estado ser responsável por prover a educação pública, gratuita e obrigatória. Em relação ao programa do PSI, Gramsci expôs sua crítica:

“Nosso partido ainda não se definiu a respeito de um programa escolar e concreto que apresente alguma diferença dos costumeiros. Até agora nos contentamos em afirmar o princípio geral da necessidade da cultura, seja elementar, seja profissional ou superior. Mas não fomos muito além disso.” (Apud Manacorda, 2008, p. 36)

A formulação de gramsciana sobre a escola se fundamenta na crítica a instrução pública que sob a Hegemonia burguesa forma “homens pela metade”. Gramsci retoma a proposta defendida por Marx nos congressos da AIT acerca da politécnica, na defesa e busca da interação entre a escola humanística e a escola profissional, tendo clareza de

que a educação unitária que não visa separar o “pensar” do “fazer” e tendo nos mesmos bancos escolares todos os jovens, independente das classes sociais de origem, não era um projeto possível no Estado sob a Hegemonia da classe burguesa. No entanto, a clareza dos limites do projeto burguês não era acompanhada de uma postura imobilista na obra de Gramsci. A escola unitária e desinteressada não poderia ser resultado de uma concessão da classe dominante e sua existência depende do convencimento da classe trabalhadora sobre o papel histórico que a escolarização tem a cumprir no desenvolvimento humano. A construção desta escola, segundo Gramsci (2011), deve ser obra da classe trabalhadora e a demanda pela sua realização não pode surgir espontaneamente em uma sociedade dividida entre oprimidos e opressores, expropriados e expropriadores, que constrange os indivíduos e restringe suas experiências. A própria escolarização da classe trabalhadora nos países do centro do capitalismo só foi realizada nas duas primeiras décadas da segunda metade do século XX.

No início da década de 1920, a crítica gramsciana à escola no Estado burguês repousava na denúncia do carácter dual da educação que vai além do carácter unilateral e não formativo das escolas profissionais. A dualidade da educação dirigia uma escola propedêutica para os filhos da classe dominante e à classe trabalhadora era destinada uma instrução responsável, no máximo, pela “mecanização dos trabalhadores”. Esta crítica, atual ainda no século XXI, pode ser estendida à análise de outros sistemas nacionais de educação organizados sob a dominação burguesa à imagem e semelhança da divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual<sup>7</sup> que define as relações de poder na produção capitalista.

O processo de massificação da escolarização pública, gratuita e obrigatória, incorporada pelos programas políticos dos partidos socialdemocratas, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, produziu novas questões, inclusive no interior do próprio marxismo. Destacadamente na França, difundiu-se um conjunto de teses, denominadas aqui como crítico-reprodutivistas<sup>8</sup>, sobre o papel da cultura, em geral, e dos sistemas de

---

<sup>7</sup> É importante advertir que esta divisão ocorre como parte da exploração capital-trabalho. No limite esta separação não pode existir, uma vez que mesmo a mais simples dos trabalhos manuais exige algum nível de raciocínio.

<sup>8</sup> A denominação “crítico-reprodutivista” é a mesma utilizada em trabalhos levantados pela pesquisa historiográfica, destacadamente por Saviani (2012 a; 2012 b; 2013).

ensino, em particular, na reprodução das desigualdades sociais. A difusão destas teses esteve também relacionada ao contexto social relacionada a derrota dos movimentos políticos que se multiplicaram em 1968.

Os movimentos revolucionários de 1968, muito além de uma revolução nos marcos do socialismo, propunham realizar a ruptura com o modelo de sociedade vigente na época, incluindo aí o modelo soviético materializado na tradição forjada por Joseph Stálin no seio da Terceira Internacional. A proposta que atravessou de uma maneira geral os movimentos que resultaram desta conjuntura era realizar uma transformação radical tendo como cerne uma revolução cultural. A proposta transcendia, portanto, às propostas formuladas no Brasil no bojo do movimento dos Pioneiros da Educação Nova, responsáveis pelo lançamento do manifesto, em 1932, que exigia no país uma revolução educacional. A revolução cultural, proposta em 1968, transcendia o universo escolar, abarcando todo âmbito da cultura. (Saviani, 2012).

O movimento que eclodiu em 1968 conseguiu, em diversos países, perturbar a ordem vigente. Na França, um dos principais epicentros do movimento, o general De Gaulle que, no auge do levante da juventude, encontrava-se em viagem oficial na Europa, teve que retornar imediatamente ao país com o intuito de controlar a crise política.

A crise desencadeada, a partir de 1968, foi superada, não apenas na França, onde De Gaulle foi substituído por Pompidou, mas também no Brasil onde existiu o ingrediente “militar” e no qual o “golpe dentro do golpe”, através do Ato Institucional Nº 5 (AI 5), garantiu a supremacia da aliança empresarial-militar, responsável pelo golpe em 1964. A consequência para o campo educacional foi a prevalência de uma perspectiva tecnocrática e autoritária. Este foi o contexto em que as teses sobre a impossibilidade de haver uma revolução social a partir de uma revolução cultural adquiriram grande destaque.

A derrota política dos movimentos revolucionários que apostaram suas forças nas transformações culturais criou um contexto propício ao surgimento das teorias crítico-reprodutivistas. Ambas as teorias<sup>9</sup> procuraram compreender o papel da cultura e,

---

<sup>9</sup>Entre as Teoria Crítico Reprodutivistas destacam-se a teoria dos aparelhos ideológicos de Estado, formulada por Althusser (1998), e teoria da reprodução, formulada por Bourdieu e Passeron (1975); e teoria da escola capitalista de Baudelot e Establet (1971). É importante explicitar que existem grandes diferenças entre as teorias citadas. Não foi proposta nesta Tese realizar uma análise profunda sobre cada uma das teorias crítico-reprodutivistas, mas apreender aquilo que é comum, ou seja, a análise sobre o papel das instituições escolares na reprodução social da dominação capitalista.

neste caso, incluindo as funções dos sistemas nacionais de ensino, em particular no caso francês, na reprodução da dominação capitalista. Outro aspecto da conjuntura política do início dos anos 1970 que propiciou as análises sobre o papel reprodutor da cultura, em geral, mas sobretudo dos sistemas nacionais de ensino, resultou do processo de massificação da escolarização, ocorrida, especialmente na França, durante as duas décadas posteriores à segunda grande guerra mundial. A proposta equalizadora da escola, muito difundida como principal justificativa para o processo de ampliação do acesso à escola pública neste período começou já no fim da década de 1960 a ser contestada. A partir daí, multiplicaram-se as perspectivas que denunciavam a característica reprodutora da instituição escolar.

No Brasil este movimento teve uma importância fundamental na crítica à ditadura e sua pedagogia autoritária, constituindo-se em base teórica e instrumento de luta daqueles que se opunham às políticas educacionais no período. A radicalização deste movimento redundou em análises que, orientadas pela reflexão que compreendiam as escolas enquanto instituições responsáveis pelo reforço das discriminações sociais, culturais, raciais e de gênero, defenderam a extinção das escolas em nome de outras alternativas em educação (Ilich, 1973; Reimer, 1979).

É importante advertir que não se deve atribuir as teses crítico-reprodutivistas um grau de homogeneidade maior do que de fato possuem. Ambas tiveram grande influência, destacadamente na área da sociologia da educação que na época, assim como o próprio marxismo, era fortemente influenciada pelo pensamento estruturalista<sup>10</sup>. O papel histórico das tendências crítico-reprodutivistas na luta contra a pedagogia autoritária possuía, no entanto, limitações que ficaram aparentes com o desenrolar dos anos. Segundo Saviani (2012), estas tendências teóricas revelaram seu limite ao ser “capaz de fazer a crítica do existente, de explicitar os mecanismos do existente, mas não tem proposta de intervenção prática, isto é, limita-se a constatar e, mais do que isso, a constatar que é assim e não pode ser de outro modo.” (Ibidem, pp. 58-59) A conclusão que chegavam as teorias crítico-reprodutivistas é insuficiente para a luta dos trabalhadores da educação, sobretudo para aqueles que atuam diretamente nas instituições escolares, pois perderam de vista a dialética interna de disputas que

---

<sup>10</sup> É importante advertir para o fato de que o estruturalismo como corrente de pensamento possui uma longa história na área das ciências humanas, tendo exercido grande influência na Antropologia, Sociologia e História.



conformam a correlação de forças no interior destas instituições. Ao considerar que o papel da escola na reprodução das relações desiguais que caracterizam a sociedade capitalista é inexorável e ontológico, não restaria outra opção ao profissional da educação, se não ser agente desta reprodução, quando muito vítima da violência institucional.

Neste sentido, comete-se em relação à instituição escolar o mesmo procedimento analítico observado no ponto anterior desta tese acerca do conceito de Estado, ora tratado como sujeito, ora tratado enquanto objeto. Entre o papel de algozes ou vítimas, os trabalhadores da educação, sujeitos da conformação histórica das instituições escolares, terminam nestas análises alienados de seu protagonismo.

A instituição escolar, assim como o Estado, não é sujeito e nem objeto. A educação ministrada pelas escolas e, conseqüentemente, o papel que esta instituição poderá exercer num dado período histórico é algo que está em disputa. No fim da década de 1970, com a retomada das eleições diretas nos municípios brasileiros e, poucos anos depois, já no início da década de 1980, nos estados da federação, as forças políticas associadas ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) ganharam o poder executivo em diferentes localidades, dando início a um intenso processo de discussões e debates envolvendo os mais variados temas referentes à educação pública. As Secretarias de Educação renovaram seus quadros e, em diversas experiências, educadores associados a um projeto democrático popular tiveram grande protagonismo.

Ao longo destas três décadas (1980/1990/2000) a escolarização foi ampliada, com a conseqüente universalização do acesso aos primeiros anos do Ensino Fundamental. No entanto, após todos estes anos o processo desencadeado não produziu a democratização da sociedade. Ao contrário, é possível afirmar que se constitui uma escola para a regulação da pobreza que pouco contribui para uma possível transformação da sociedade no sentido unitário, ou seja, que desenvolva entre os jovens brasileiros as capacidades de exercer aquilo que está previsto no texto constitucional: a cidadania e o trabalho. A interpretação da crise aberta diante desta realidade foi hegemonizada pelas forças conservadoras expressas nas propostas realizadas pelo Banco Mundial (BM) para a educação básica e nos processos relativos ao trabalho docente no Brasil.

### **1.3 O Trabalho Docente e a luta de classes no Brasil**

“Eu não sou funcionária da ABAG! [...]”

Foi este o início da resposta dada por uma professora entrevistada pela pesquisa que resultou nesta tese. Esta professora participou do Programa Educacional Agronegócio na Escola em 2013. Quando foi perguntada sobre o objetivo da ABAG em valorizar a imagem do Agronegócio, através da escola pública e do trabalho docente, foi com esta afirmação que a professora iniciou sua resposta. A continuação da sua fala indicou à pesquisa que o debate sobre a possibilidade do Estado oferecer educação pública, no sentido refletido desde Marx, deveria ser ampliado para compreender a posição do trabalho docente diante das transformações operadas a partir da “contrarreforma neoliberal”<sup>11</sup>.

A utilização do conceito “contra reforma” se deve ao convencimento de que o processo desencadeado a partir dos ajustes operados no Estado, no caso brasileiro a partir dos anos 1990, na relação contraditória entre os movimentos de restauração e renovação, o primeiro subordinou o segundo. A contra reforma operada no país teve como pressupostos os princípios liberais eleitos pela agenda organizada a partir dos intelectuais coletivos do capital, dentre os quais, o principal deles, ou o mais influente nas políticas educacionais no Brasil, foi o Banco Mundial (BM).

Entre as mais influentes organizações internacionais a assumir a importância estratégica da educação, em geral, e das escolas públicas e do trabalho docente, em particular, na atual conjuntura foi o BM. O banco foi criado em 1944, na Conferência de Bretton Woods, no estado Nova Hampshire, nos Estados Unidos, inicialmente com a proposta de reconstrução da Europa após a II Guerra Mundial, com o nome Banco Interamericano para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)

O reconhecimento da educação como importante instrumento para as políticas do governo dos Estados Unidos referentes ao binômio segurança-governabilidade data ainda do período marcado pela “guerra fria” quando a “Doutrina da Contra insurgência” e a “Política da Aliança para o Progresso”, instituída em 1961, no governo do presidente Kennedy, preconizava a aliança entre as ações militares e propaganda desenvolvida pela Agência de Desenvolvimento Internacional de Desenvolvimento do Estado (USAID). Neste contexto, as ações da USAID eram realizadas em parceria com um conjunto de fundações, desde a FORD até a Rockefeller. Somente a partir do fim da década de 1960,

---

<sup>11</sup> Este debate poderia estar no capítulo dois desta tese, onde a conjuntura da contra reforma neoliberal no Brasil foi analisada, mas a opção por situá-lo onde está se deve a compreensão que este completa a discussão sobre os nexos entre Estado, classes sociais e educação proposta para o capítulo um.

o Departamento de Estado Norte Americano deslocou para o BM estas ações. (Pereira, 2010)

A derrota militar, em 1961, para o exército popular, formado em grande parte por civis, em Cuba, ainda no governo do presidente Kennedy, por ocasião do evento conhecido na história com “invasão à Baía dos Porcos”, demonstrou as exigências de combinação da estratégia armada e a preparação para a batalha das ideias. Esta consideração foi reforçada nos anos seguintes, sobretudo a partir do fim dos anos 1960 e toda a década de 1970, pela crise política e econômica originada por diferentes razões, desde a crise aberta com a guerra no Vietnã, aliada as resistências dos países não alinhados, lideradas por Nasser, no Egito, e Sukarno, na Indonésia. Por fim, juntando-se aos elementos anteriores, as grandes crises desencadeadas pelo conflito político com a posição adotada pelos governos da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), criada em 1960, na Conferência de Bagdá. Foi nesta conjuntura que Robert Mcnamara deixou o Departamento de Estado para assumir a presidência do BM, em 1968, tornando-o, segundo Chomsky (2006), em um dos “senhores do mundo”.

A gestão de McNamara à frente do BM revela a importância que as políticas coordenadas, a partir de então, passaram a ter diante da tarefa de garantir a supremacia das políticas no banco. Segundo Leher, “nos vinte e dois anos anteriores à sua gestão foram aprovados 708 projetos, com um custo total de 10 bilhões de dólares. Somente nos primeiros cinco anos o banco aprovou 760 projetos a um custo de 13 bilhões de dólares. ” (LEHER, 2003, p. 22) O aumento dos recursos financeiros disponíveis foi acompanhado da ampliação do quadro técnico do banco com a contratação de um grande número de assessores e consultores técnicos, tornando o BM no “maior centro de informações sobre as economias nacionais no mundo, tendo maior controle sobre os países dependentes de seus empréstimos. ” (Ibidem, p. 24)

O controle sobre as economias nacionais dos países tornou-se a principal garantia para o BM que, sobretudo a partir da presidência de McNamara, havia deslocado suas aplicações para investimentos com maior grau de incerteza. Este controle só foi possível com a crise destas economias no início da década de 1980. A possibilidade de falência das economias dos países da periferia do capitalismo, sobretudo aqueles latino americanos, diante da quebra do padrão ouro e do aumento histórico do preço do petróleo e das taxas internacionais de juros, favorecia as condições políticas para o BM exigir um programa de reformas anunciado como ajuste estrutural.

Isto significou diminuir o custo dos países, ou seja, os gastos do capital com direitos trabalhistas, infraestrutura e burocracia.

Na década de 1990 o BM produziu uma série de documentos<sup>12</sup> sobre o tema educação. Em todos estes constaram as assinaturas dos técnicos, colaboradores e consultores, incluindo aqueles brasileiros<sup>13</sup> numa estratégia de demonstrar a “pluralidade” da sua confecção. No documento “As lições derivadas das experiências” (1994) o BM manifestou as diretrizes para os países da periferia do capitalismo, destacadamente, para o Ensino Superior, apresentado como um setor com investimentos ineficientes. O projeto definido no documento apresenta como proposta que estes países adequassem as instituições deste nível de ensino as novas necessidades do “capitalismo em desenvolvimento”: faculdades diversificadas, maiores investimentos privados, cursos de curta duração, diminuição do custo aluno. Os objetivos destas instituições deveria ser transferir, adaptar e divulgar os conhecimentos gerados em outros países.

No documento “Prioridades e estratégia para a educação” (1996), o banco ratificou as propostas consagradas na “Conferência Mundial Educação para Todos”, realizada em Jomtien na Tailândia, em 1990, defendendo a prioridade dos investimentos públicos em educação no Ensino Fundamental. O papel definido para a escola é preparar cidadãos preparados para as constantes alterações que interferem na empregabilidade. O termo empregabilidade, presente no documento, deriva das teses que defendiam o fim do trabalho difundidas desde o início da década de 1980.

Este deslocamento, segundo diversos outros autores das ciências sociais (OFFE, 1990; KURZ, 1992; SCHAFF, 1990; GORZ, 2003), ocorreu na conjuntura de mudanças nas relações de produção ocorrida com a flexibilização das formas de contratação que gerariam a diminuição do emprego estável e o fim da utopia do desenvolvimento constante e o trabalho como coesão social. O trabalho não mais orientaria analiticamente a compreensão sobre as relações sociais. As relações de produção

---

<sup>12</sup> Dentre diversos documentos produzidos pelo banco para a América latina na década de 1990 alguns trataram especificamente sobre o tema da educação. Entre estes os mais importantes foram: “As lições derivadas das experiências” (1994); “Prioridades e estratégia para a educação” (1996); “Estratégias para o setor educacional” (1999).

<sup>13</sup> É importante notar que entre os consultores e assessores do Banco Mundial estão intelectuais brasileiros, como está retratado no capítulo dois. Estes tiveram papel destacado durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, sobretudo no Ministério da Educação. Isto demonstra que apesar do poder político e econômico do banco e suas políticas, a inserção das mesmas nos países passava por relações de aliança e cooperação em territórios nacionais. Isto no Brasil é muito evidente.

mergulhadas nos processos de globalização, passariam a exigir novos conceitos para a sua compreensão e as categorias dispostas pelas pesquisas acadêmicas, até então, sobretudo aquelas relacionadas ao marxismo, não conseguiriam mais apreender as transformações que caracterizariam a nova conjuntura. Este foi um contexto de crise no interior da própria intelectualidade marxista, com muitos pesquisadores realizando autocríticas e abandonando os seus pressupostos teóricos marxistas<sup>14</sup>.

No mesmo contexto, a problemática da tensão entre o caráter público e o privado na educação que é histórica e remonta a questões do campo teórico-conceitual e político-prático, adquiriu novos contornos. O debate acumulado no campo de pesquisas em educação identifica problemas decorrentes da apropriação privada das políticas sociais, com destaque para aquelas voltadas à educação pública. O conceito “público”, como muitos autores defendem (Leher, 2005; Shiroma, 2007; Saviani, 2008; Neves, 2005; Frigotto, 2003, 2008; Mendonça, 2007), enquanto aquilo que é universal, que se constitui em direito de uma dada sociedade, é forjado no Brasil na luta contra a apropriação privada, realizada por poucos e fonte histórica de privilégios. O gráfico sobre o orçamento do governo federal em 2014 (ver anexo) é reflexo da correlação de forças entre as classes sociais no interior do Estado Ampliado. Dessa forma, "as políticas públicas emanadas do Estado anunciam-se nessa correlação de forças, e nesse confronto abrem-se as possibilidades para implementar sua face social, em um equilíbrio instável de compromissos, empenhos e responsabilidades" (Shiroma et ali., 2007, p. 8). A política social neste contexto torna-se cada vez mais subordinada aos interesses do mercado:

“As políticas educacionais, mesmo sob semblante muitas vezes humanitário e benfeitor, expressam sempre as contradições suprarreferidas. Não por mera casualidade. Ao longo da história, a educação redefine seu papel reprodutor/inovador da sociabilidade humana. Adapta-se aos modos de formação técnica e comportamental adequados à produção e à reprodução das formas particulares de organização do trabalho e da vida. O processo educativo forma aptidões e comportamentos que lhes são necessários,

---

<sup>14</sup> O trabalho, na obra de Marx, é apreendido em sua natureza dúplice. A atividade humana produzida a partir do trabalho é considerada, tanto em seu aspecto ontológico, quanto em sua forma historicamente desenvolvida. Esta natureza dúplice se apresenta no conceito trabalho, tanto em sua dimensão positiva, quanto em sua dimensão estranhada. Enquanto a primeira, é a dimensão ontológica do trabalho, que funda e é indispensável à reprodução humana, a segunda é a dimensão do trabalho morto, contido nas mercadorias, em que o principal fim é a criação de mais-valia, a reprodução e autovalorização do capital.

e a escola é um dos seus loci privilegiados.” (Shiroma et ali., 2007, p.9)

Na análise histórico-crítica sobre as concepções e projetos para a educação brasileira, no período entre 1991 e 2001, Saviani (2008), refletiu sobre a agenda da contrarreforma proposta a partir da agenda definida pelo Consenso de Washington, em 1989, reunião que discutiu reformas consideradas necessárias para os países em desenvolvimento, incluindo aqueles da América Latina. É nesse contexto que:

“as ideias pedagógicas sofrem grande inflexão: passa-se a assumir no próprio discurso o fracasso da escola pública, justificando sua decadência como algo inerente à incapacidade do Estado de gerir o bem comum. Com isso, se advoga, também no âmbito da educação, a primazia da iniciativa privada regida pelas leis do mercado (ibidem, p. 428).”

A teoria do capital humano, utilizada durante a reestruturação produtiva dos anos 1970, vinte anos depois foi ampliada e relexicalizada por uma “pedagogia do consenso” organizada sob as mesmas bases liberais e condicionadas às novas exigências da transformação produtiva (Neves, 2005). O discurso de que o investimento em educação seria fundamental para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) das nações ou para a mobilidade social, deu lugar as "capacidades e competências que cada pessoa deve assumir no mercado educacional para atingir uma melhor posição no mercado de trabalho" (Saviani, 2008, p. 430). A nova pedagogia do consenso associa-se categorias como "empregabilidade" e "pedagogia da exclusão", tratando-se de "preparar os indivíduos para, mediante cursos dos mais diferentes tipos, se tornando cada vez mais empregáveis, visando a escapar da condição de excluídos" (Ibdem, p. 431).

Através do relatório organizado pela UNESCO através da “Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI”, intitulado: “Educação, um Tesouro a descobrir” (1996) foram elencados os “quatro pilares da educação”. No relatório editado sob a forma de livro a discussão ocupa todo o quarto capítulo, onde é proposta uma educação direcionada para os quatro tipos fundamentais de educação: aprender a conhecer (adquirir instrumentos de da compreensão), aprender a fazer (para poder agir sobre o meio envolvente), aprender a viver juntos (cooperação com os outros em todas as atividades humana), e finalmente aprender a ser (conceito principal que integra todos os anteriores). Estas quatro vias do saber são sintetizadas no lema "aprender a aprender", resgatado do Movimento Escola Nova. No entanto, a nova roupagem

deslocou o ensino e o trabalho docente que na formulação dos liberais da década de 1930 possuíam centralidade. No movimento Escola Nova os docentes eram compreendidos enquanto sujeitos do processo de ensino-aprendizagem. Na atual pedagogia do consenso o foco da problemática concentrou-se nos aspectos relativos à aprendizagem, desfazendo o par ensino-aprendizagem que simplesmente desapareceu, neste contexto, do palavrório liberal voltado à educação. O processo educativo foi deslocado "do aspecto lógico para o psicológico; dos conteúdos para os métodos; do professor para o aluno; do esforço para o interesse; da disciplina para a espontaneidade" (ibidem, p. 432). No atual contexto, o "aprender a aprender" remete à atualização constante exigida para ampliar a empregabilidade, enquanto capacidade de aprender por si para adaptar-se a novas condições do mercado.

No discurso neoconstrutivista, são pouco frequentes as menções aos estágios psicogenéticos piagetianos, já que só trabalha sobre as realidades, índices perceptivos e sinais motores, e não sobre signos, símbolos e esquemas representativos, sendo essencialmente individual, em oposição aos enriquecimentos sociais adquiridos no emprego dos signos (Ramos-Chiarottino, 1984, p. 58 apud Saviani, 2008, p. 436). Nesse contexto, disseminou-se, então, a "teoria do professor reflexivo", que valoriza os saberes docentes centrados na pragmática da experiência cotidiana, associada também à "pedagogia das competências", objetivando "dotar os indivíduos de comportamentos flexíveis que lhes permitam ajustar-se às condições de uma sociedade em que suas próprias necessidades de sobrevivência não estão garantidas" (Saviani, 2008, p. 437).

Por fim, o ideário do neotecnicismo se insere na busca por maximizar a eficiência, tornando os indivíduos mais produtivos, no bojo da produtividade capitalista (ibidem, p. 438). Se nos anos 1970, o tecnicismo tomava como princípios a racionalidade, a eficiência e a produtividade, nos anos 1990, o neotecnicismo pauta-se nos mecanismos de mercado, no apelo à iniciativa privada e organizações não governamentais, na redução do tamanho do Estado e das iniciativas do setor público. Assim, as reformas educacionais promovidas buscam reduzir custos, encargos e investimentos públicos, transferindo-os para a iniciativa privada (empresas, ONGs, fundações e afins), por meio das parcerias público-privadas. Nesse sentido, é a avaliação dos resultados (principal papel a ser exercido pelo Estado, com a reforma iniciada nos anos 1990) que busca assegurar a eficiência e produtividade, condicionando-se ao desempenho o repasse de verbas. "Trata-se de avaliar os alunos, as

escolas, os professores e, a partir dos resultados obtidos, condicionar a distribuição de verbas e a alocação de recursos conforme os critérios de eficiência e produtividade" (ibidem, p. 439). Transpondo-se o conceito de "qualidade total" empresarial para as escolas, passa-se a "considerar aqueles que ensinam como prestadores de serviço, os que aprendem como clientes e a educação como produto que pode ser produzido com qualidade variável". Nesta lógica, para aumentar a qualidade, "lança-se mão do 'método da qualidade total', que, tendo em vista a satisfação dos clientes, engaja na tarefa todos os participantes do processo conjugando suas ações, melhorando continuamente suas formas de organização, seus procedimentos e seus produtos", uma verdadeira "pedagogia corporativa" disseminada nas escolas (ibidem, p. 440).

O documento "Prioridades e estratégias para a educação" (1996) do BM se encerra registrando que os sindicatos docentes vinham cumprindo um papel de resistência às reformas propostas pelo banco, constituindo-se em um obstáculo a ser transposto. Os sindicatos, ainda segundo o documento, eram beneficiários de um sistema arcaico e produtos de privilégios. O diagnóstico produzido pelo banco demonstra a clareza que os técnicos que atuavam nos países que aderiram ao programa de reformas deveriam ter para ultrapassar o obstáculo representado nas organizações sindicais.

Um novo modelo de regulação do trabalho docente foi organizado no Brasil para responder a este diagnóstico. Esta nova regulação renovou duas teses muito difundidas no Brasil, destacadamente ao longo da década de 1980, sobre a desprofissionalização e a proletarização do trabalho docente. A principal implicação do novo modelo de regulação é a perda do protagonismo do educador na produção do conhecimento. Este é o principal aspecto que atualiza as teses de proletarização e desprofissionalização docente (Oliveira, 2004). Neste contexto, os professores vêm perdendo sua autonomia para conduzir o processo de ensino-aprendizagem, elemento indispensável à carreira docente.

Nas últimas décadas, o trabalho docente, assim como a escola pública, assumiu as mais variadas funções que requerem deste profissional exigências que estão além de sua formação<sup>15</sup> (Shiroma, 2003; Costa, 1995; Tavares & Brzezinski, 2001; Ferreira,

---

<sup>15</sup> Segundo o último Censo Escolar, em 2012 eram ao todo 2.095.013 milhões de professores, dos quais 458 mil e 807 professores, ou seja 21,9%, sem diploma de Ensino Superior. Isto revela muito das atuais condições do trabalho docente no Brasil. A formação dos profissionais da educação é um problema que tem sido apontado como uma preocupação nas políticas públicas educacionais desde pelo menos a LDB/1996 que, através do Art. 62, determinou que os professores tivessem no mínimo Ensino Superior. Esta determinação gerou diversas controvérsias e disputas jurídicas envolvendo os proprietários de cursos



2002). Tais exigências contribuem para um sentimento de desprofissionalização que se acentua com a perda da identidade profissional, resultando em uma reestruturação do trabalho docente, podendo alterar, inclusive, sua natureza e definição. (Noronha, 2001; Oliveira, 2003). Os estudos mais significativos a esse respeito da reorganização do trabalho docente datam de duas décadas atrás. Foi nessa conjuntura que as teses de desprofissionalização e proletarização do magistério se popularizaram no debate acadêmico brasileiro. Segundo Oliveira (2003), esta formulação, contraditoriamente, foi difundida em um momento (décadas de 1970 e de 1980) em que a história do movimento docente foi profundamente marcada pela luta por profissionalização do magistério e reconhecimento dos direitos e deveres desses trabalhadores. De acordo com Mariano Enguita (1991), um grupo profissional pode ser considerado como uma categoria auto-regulada de pessoas que trabalham diretamente para o mercado numa situação de privilégio monopolista. Ressalta que, diferentemente de outras categorias de trabalhadores, os profissionais são plenamente autônomos em seu processo de trabalho, não tendo de submeterem-se à regulação alheia. A perda da autonomia do trabalho dos professores, neste sentido, seria resultado da histórica expropriação do saber docente.

Esta tese identificou que os professores envolvidos nos programas empresariais, cumprem no projeto de hegemonia do agronegócio uma importante função na produção e difusão da autoimagem vinculada a responsabilidade social e ambiental. Inicialmente, a interpretação dos primeiros resultados da pesquisa era que os docentes se posicionavam em uma situação contraditória. Embora a assimilação destes profissionais pela estratégia do agronegócio de valorizar sua imagem seja realizada a partir daquilo que o Bourdieu (1975) denominou como violência simbólica, todos os professores que participaram da iniciativa empresarial e foram entrevistados reivindicam possuir autonomia diante dos interesses do Capital. A autonomia reivindicada pelos docentes entrevistados foi, inclusive, ressaltada na entrevista realizada com os dirigentes da associação pesquisada que fizeram questão de enfatizar que não entram em sala de aula,

---

privados de formação docente que argumentaram que no mesmo Art. 62 existia uma exceção que admitia como formação mínima o nível médio. A referida determinação esteve clara somente nas “Disposições Transitórias” quando se estabeleceu o limite de dez anos para a transição. Através desta técnica legislativa os empresários encontraram o argumento legal para questionar a proposta legislativa, pois estando presente apenas nas “Disposições Transitórias” o aumento da exigência mínima não poderia se contrapor aquilo que havia sido fixado no corpo da lei. Assim, o Conselho Nacional de Educação chancelou a interpretação empresarial. (Saviani, 2013)

que os professores têm toda autonomia para trabalhar o programa com seus alunos, considerando a realidade local e suas especificidades.

Os docentes das escolas são incorporados, no caso do Programa Educacional Agronegócio na Escola, investigado nesta tese e analisado mais detidamente nos capítulos três e quatro, num processo similar aquele analisado através de uma “provocação gramsciana” por Francisco de Oliveira (2010) e denominado em sua reflexão como a “Hegemonia às avessas”. Esta reflexão foi realizada no início do segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva<sup>16</sup> e alertava para os efeitos regressivos do processo hegemônico característicos da hegemonia no país na primeira década do século XXI.

Ao contrário dos projetos que entram na atualidade na escola pública com seu formato plenamente definido, restando aos professores consentir e transferir sua autoridade pedagógica às empresas, no caso estudado é a ABAG que consente aos professores que estes formulem seus projetos. Diferente do caso clássico de produção da Hegemonia em que os subalternos consentem a exploração da classe dominante, na Hegemonia às Avessas é a própria classe dominante que consente aos subalternos a liderança da reforma moral em curso, desde que os mesmos não se contraponham aos princípios que sustentam a dominação. A engenharia de convencimento da ABAG para a entrada na escola pública baseia-se numa ilusória e aparente manutenção da autonomia do trabalho docente, adensada por uma política de premiações que oferece prestígio a quem participa, ao mesmo tempo em que retira dos professores o controle sobre a produção do conhecimento, insere no interior de uma instituição pública, como é a escola, programas com base no direito privado, produzindo uma contradição que retira da mesma qualquer possibilidade de cumprimento de sua função social. Neste processo a ABAG assimila os docentes, tornando-os intelectuais orgânicos do Agronegócio, sem retirar-lhes o potencial criativo de seus trabalhos que, ao término do ano letivo, passam a ser propriedade da associação.

---

<sup>16</sup> Em 2008, Francisco de Oliveira organizou o Seminário Internacional “Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira” (USP, 21 a 24 de outubro) e publicou, em 2010, em conjunto com Ruy Braga e Cibele Rizek o livro “Hegemonia às avessas” (2010).

## CAPÍTULO II

### **O Partido do Agronegócio no contexto da contrarreforma neoliberal**

A década de 1980 representou um período de tormenta para a classe dominante brasileira, tanto em termos econômico, quanto em termos políticos. Os termos econômicos foram sempre os mais noticiados e aparentes na crise que percorreu todos os países do capitalismo periférico e, destacadamente, os países da América Latina, decorrente do aumento dos juros no fim da década de 1970. Não é propósito desta tese avaliar as razões desta crise, mas analisar as consequências que a mesma teve na luta de classes no país. Na década seguinte, em 1980, por outro lado, as lutas sociais se acirraram e a classe trabalhadora deu grande impulso organizativo, dando origem ao Novo Sindicalismo, sintetizado anos depois na Central Única dos Trabalhadores (CUT), ao Partido dos Trabalhadores (PT) e ao Movimento do Trabalhadores Sem Terra (MST). É necessário afirmar que, embora estejam num mesmo processo histórico, o surgimento de cada um destes Aparelhos Privados de Hegemonia da classe trabalhadora possuiu elementos específicos que caracterizaram a trajetória de cada um. As diferenças políticas entre cada um destes na atualidade, destacadamente no caso do MST, tornam necessária esta ponderação.

Os anos 1990 foram marcados no Brasil pela luta a favor e contra a reforma gerencial do Estado, sobretudo a partir do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, candidato do Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB), apoiado por uma frente de partidos. Nos oito anos de governo (1994-2002), o primeiro escalão era formado por intelectuais orgânicos associados ao programa de reformas, tanto na área econômica, conduzida pela equipe de economistas reunidos desde o fim da década de 1970 no Programa de Pós-Graduação em Economia da PUC\_RJ, tanto no MEC, onde a equipe de consultores do Banco Mundial, liderados por Paulo Renato foram

responsáveis por um período intenso de reformas legal, curricular e político-pedagógica da Educação Básica.

A vitória nas eleições, ainda em 2002, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva acendeu esperanças de que as lutas travadas durante todo o período da década de 1990 pudessem ganhar nova vida a partir de então. Mesmo diante de todas as promessas realizadas ao empresariado nas vésperas das eleições, amo menos algumas conquistas eram esperadas, sobretudo no campo educacional, onde o PT sempre possuiu uma base militante. No entanto, as expectativas rapidamente foram desfeitas com o anúncio do presidente eleito de que não iria rever o veto presidencial contra a vinculação orçamentária da educação ao Produto Interno Bruto (PIB), realizado pelo presidente antecessor e tão duramente criticado pelos que chegavam no governo.

A possibilidade de caracterizar a política social no Brasil recente como um caso típico de revolução passiva, onde no movimento renovação/restauração, sobressai o primeiro em relação ao segundo momento, é contestada por Coutinho (2010). O autor defende que o conceito mais adequado para a análise dos processos políticos recentes no país é o de contrarreforma, pouco empregado por Gramsci nos Cadernos do Cárcere, mas que fornece um instrumento teórico alternativo ao conceito de revolução passiva e que também visa apreender a relação renovação/restauração em seu movimento contraditório. A diferença entre uma revolução passiva e uma contrarreforma, segundo Coutinho (Ibidem),

“(…) reside no fato de que, enquanto na primeira certamente existem ‘restaurações’ – mas que acolheram uma certa parte das exigências que vinham de baixo-, na segunda é predominante não o momento do novo, mas precisamente o do velho. Trata-se de uma diferença sutil, mas que tem um significado histórico que não pode ser subestimado.” (Ibidem, p. 35)

Assim como na revolução passiva, o transformismo de lideranças de esquerda e organizações inteiras da classe trabalhadora ao programa conservador também é se constitui em elemento fundamental da contrarreforma. No Brasil, este transformismo, no contexto da contrarreforma, se constituiu numa “hegemonia às avessas” (Ibidem). Nesta atípica forma de construção hegemônica os trabalhadores deixam de consentir o poder a uma liderança da classe dominante. Foi a classe dominante que consentiu que uma liderança de base histórica popular realizasse a reforma intelectual, sem que alterasse os pressupostos do Capital.

## 2.1 A Contrarreforma neoliberal no Brasil

Os primeiros sinais da aproximação de certos setores do empresariado brasileiro do programa neoliberal foram as mudanças nas formas de mobilização e organização política deste segmento e a difusão dos novos parâmetros internacionais de cidadania, de participação e de sociedade civil nos anos 1990. Entretanto, antes desta aproximação, certos setores do empresariado brasileiros identificaram no ajuste neoliberal, a solução para a crise do padrão de sociabilidade, até então dominante. A reunião das principais forças políticas organizadas através de seus intelectuais, denominada “Consenso de Washington”, definiu o receituário a ser aplicado nas economias dos países capitalistas, com especial preocupação para os países da periferia, destacadamente os latino-americanos em crise pelo menos desde 1982. As concepções da reunião foram assim definidas: 1. Redução dos gastos públicos; 2. Abertura comercial com a eliminação das barreiras alfandegárias; 3. Abertura das economias ao capital estrangeiro; 4. Desregulamentação dos mercados domésticos, através da eliminação da intervenção do Estado, como controle de preços, incentivos, etc; 5. Privatização das empresas e dos serviços públicos. Além do incentivo à inserção subordinada à economia mundial. A proposta do consenso enfatiza-se o papel do mercado na “alocação de recursos e a diminuição do papel do Estado e acena-se, como horizonte, para um crescimento rápido, eficiente e sem os percalços dos modelos anteriores.” (Silva, J.R; Sguissardi, V., sd., p. 26)

A difusão do projeto neoliberal pelos empresários no Brasil começou a ocorrer bem antes do “Consenso”, ainda no início da década de 1980. A criação do Instituto Liberal, em 1982, integrou os empresários brasileiros em uma rede internacional formada em torno da Sociedade de Mon<sup>te</sup> Pèlerin. Este aparelho privado de hegemonia teve importante ação político-educativa entre os anos 1980 e 1990. O Instituto Liberal não representou uma única fração da classe dominante, mas serviu como aparelho organizador e difusor do programa neoliberal no Brasil, propondo políticas econômicas e sociais. Neste aspecto:

“[...] o Instituto desempenhou um importante trabalho de educação política através da disseminação de valores morais e de compreensões acerca de temas como „cidadania“, „participação“, „Estado“, „competição“, „privatização“, entre outros dirigidos a grupos sociais estrategicamente calculados, arregimentando para esta trincheira

ideológica professores universitários, jornalistas, advogados e magistrados." (Martins, 2009, p. 115)

A ação do Instituto Liberal procurou difundir entre os empresários brasileiros os preceitos da nova sociabilidade e com isto influir no bloco de poder. O sucesso desta ação repercutiu em importantes documentos apresentados, pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), em 1990, pela ABAG, em 1993, e pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), 1994, intitulados respectivamente “Livre para Crescer”, “A metamorfose do Estado brasileiro” e “Rumo ao Crescimento”.

A CNI, já havia, em 1988, produzido o documento “Competitividade Industrial: uma estratégia para o Brasil” em que tentou definir “propostas para facilitar a adaptação da economia brasileira e sua inserção na economia mundial. ” (CNI, 1988:11) A CNI, por sinal, se mostrou uma importante porta voz das reformas neoliberais. No documento de 1988, uma das principais preocupações declaradas era com a incapacidade do Estado em desenvolver a educação e aproximá-la das necessidades, sempre renovadas, dos setores produtivos. Esta situação comprova a aproximação entre a Teoria do Capital Humano e da reorganização do padrão de sociabilidade do capital, analisadas no primeiro capítulo. Diante da incapacidade da burocracia estatal, o diagnóstico era de que:

“[...] o país, por conta das falhas do sistema educacional, não é capaz de maximizar a utilização de sua força de trabalho. A persistência de um elevado percentual de iletrados, assim como, a formação muito rudimentar que é oferecida a parcela expressiva da população estudante impões um limite estreito no seu aproveitamento econômico.

O sistema de ensino está afastado das verdadeiras necessidades geradas nas atividades econômicas. Em um ambiente marcado pela introdução das novas técnicas de produção, este distanciamento poderá se agravar, na medida em que a demanda por trabalhadores mais qualificados aptos para funções complexas deverá aumentar” (CNI, 1988:19)

Em 1993, a Associação Brasileira do Agronegócio, no mesmo sentido lançou o livro “A metamorfose do Estado brasileiro”, escrito por Fernando Resende. Neste trabalho, a associação define o que seria necessário no ajuste a ser realizado no Estado. Ao todo são seis aspectos que caracterizariam esta reforma: 1) Leveza; 2) Rapidez; 3) Visibilidade; 4) Exatidão; 5) Multiplicidade; 6) Consistência. A leveza e a rapidez, segundo o autor, seriam necessárias para garantir um Estado capaz de agir de forma

eficaz, garantindo competitividade ao país. A visibilidade e a exatidão seriam características que garantiria os reparos diante das omissões do governo. Enquanto que a multiplicidade e a consistência seriam necessárias para obter pluralidade e coerência às políticas.

Os argumentos contidos nestes documentos referem-se à uma “suposta superioridade do mercado em relação ao aparelho estatal tanto na esfera econômica quanto na esfera política e moral.” (Martins, 2009, p. 121) O texto da Fiesp é uma evidência de que os empresários tinham consciência da necessidade de conquistar a hegemonia. Isto ficou explícito no uso dos termos: “boa pedagogia” e “campanha pedagógica”, presente no documento que atesta o reconhecimento destes empresários sobre a necessidade de se produzir uma pedagogia da hegemonia. Afinal, para Gramsci “toda relação de hegemonia é uma relação pedagógica.” (Gramsci, 1999, p.399) Neste sentido a FIESP, afirmou que:

“[...] será absolutamente essencial ter uma boa pedagogia a respeito dos ganhos de uma economia mais livre e do colapso iminente da situação atual. A sociedade precisará ser mobilizada nesse campo. A sociedade precisará ser chacoalhada por duas forças: uma dramática, apontando o fim da festa; outra construtiva, indicando a saída segura da liberalização da economia. Ou seja, uma combinação de medo e esperança. [...] Será necessário detonar a campanha pedagógica o mais diretamente possível junto à própria população, para que esta passe a referendá-la e, com isso, constranger as lideranças empresariais, sindicais e políticas que a ela se opuseram.” (FIESP, 1990, p.259)

A análise realizada nesta Tese sobre a ação da ABAG demonstra que setores do empresariado brasileiro, no início da década de 1990, já agiam conscientemente na disputa pela hegemonia. A partir da segunda metade da década de 1990, alguns intelectuais passaram a serem responsáveis por conduzir a contrarreforma neoliberal no Brasil. Embora o projeto neoliberal já fosse defendido por certos setores do empresariado, desde o início da década de 1990, foi somente com a eleição de Cardoso, em 1994, que este projeto teve conjuntura favorável para ser implantado. Esta conjuntura foi traçada a partir da aliança entre o PSDB e o Partido da Frente Liberal (PFL). Esta aliança formou um bloco político formado por diferentes frações da burguesia capaz de produzir as condições para a reorganização da sociabilidade dos empresários no Brasil. A adesão da burguesia ao neoliberalismo no Brasil, ocorreu de forma tardia, comparada a experiência de outros países. Em função disto, o

desenvolvimento das propostas neoliberais no país foi precedido por diversas experiências fracassadas em outros países.

No Brasil, o desenvolvimento das propostas neoliberais sendo, caracterizado pelos princípios centrais do pensamento hayekiano, expostos no Consenso de Washington, foi acrescido das propostas da terceira via, principalmente em relação às políticas sociais. Desde 1992, o próprio Banco Mundial, através do Relatório Wapenhans, reconheceu que “suas orientações para minimizar a pobreza e estimular o desenvolvimento ao longo da década de 1980 haviam fracassado” (Martins, 2009, p. 140), sendo necessário, a partir de então, incentivar a formação de alianças entre o capital e o trabalho e parcerias entre governos e organizações da sociedade, principalmente na América Latina.

No fim da década de 1980, Fernando Henrique Cardoso já não tinha mais espaço dentro do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) paulista, principalmente após ter apoiado Antônio Ermírio de Moraes em sua candidatura ao governo do Estado de São Paulo em 1986, contra Orestes Quéricia, liderança no partido. Este foi o contexto da criação, em 1988, do Partido da Social Democracia Brasileira, o PSDB. O programa partidário foi escrito por José Serra, amplamente discutido com Edmar Bacha e André Lara Resende, ambos economistas da Pontifícia Universidade Católica (PUC)-R,J e com o economista Luiz Carlos Bresser Pereira. Os paradigmas deste programa foram expostos no manifesto “Choque de Capitalismo”.

Desde a metade da década de 1980, um grupo de economistas que trabalhavam no departamento da faculdade de economia da PUC-RJ, já era nomeado para assumir postos no interior da sociedade política. No centro financeiro do país, durante as décadas de 1970 e 1980, a universidade católica recebeu e, principalmente, formou em seu instituto de economia, professores identificados com o projeto sintetizado no Consenso de Washington, encontro organizado, em 1989, nos Estados Unidos. Neste grupo se encontram os economistas John Williamson, Rudiger Dornbusch, Pécio Arida, André de Lara Resende e Pedro Malan, Edward Amadeu, Gustavo Franco, Armínio Fraga, Francisco Lopes e Elena Landau. Em 1985 com a ida Dílson Funaro para o Ministério da Fazenda este grupo passou a ter forte presença na equipe econômica do governo. Os economistas, Pécio Arida e Lara Resende foram ocupar cargos de importância no Banco Central, Pedro Malan foi para o Banco Mundial e Edmar Bacha para o IBGE. Durante toda a década de 1990 é possível afirmar que estes economistas



desempenharam importante função de intelectual orgânico da contrarreforma do Estado ampliado brasileiro.

No mandato de presidente da república, Cardoso convidou Pedro Malan para o ministério da Fazenda, Pêrsio Arida para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e Lara Resende, que havia sido encaminhado por Collor para a renegociação da dívida externa, foi posto em foco e junto da equipe econômica do governo. Estes economistas estiveram à frente da equipe econômica e juntos com John Williamson e Rudgre Dornbusch, Daniel Dantas e Edmar Bacha projetaram o Plano Real.

No Ministério da Fazenda, Edmar Bacha foi o primeiro assessor de Fernando Henrique. Sua primeira iniciativa foi produzir o PAI- Programa de Ação Imediata, com vistas a equilibrar as finanças. O plano foi formulado por uma comissão mista, formada no Ministério da Fazenda da qual compunha o grupo de economistas da PUC-RJ, onde se destacaram Gustavo Franco, Edmar Bacha e Winston Fritsch, e o grupo de São Paulo ligado a José Serra e Sergio Motta, fundadores do PSDB e ligados ao empresariado paulista. No entanto, enquanto o grupo de economistas da PUC-RJ assumia o posto de dirigente do novo governo, o setor ligado aos paulistas passou assumir um papel cada vez mais secundário na equipe econômica. O projeto hegemônico nas principais agências econômicas do Estado havia sido formulado na universidade católica em pleno contato com as principais forças dominantes do capital e, aquela era à hora de assumir a dianteira do poder. “Ao presidente Itamar Franco, o então ministro da Fazenda não contava o que estava fazendo, dava apenas notícias superficiais como: Temos a equipe do Plano Cruzado de novo” (Toledo, 1998, p.65). É necessário destacar que este governo assumiu após a crise que gerou o impeachment do presidente Fernando Collor. Mas, enquanto isso, o grupo de São Paulo, liderado por Serra estava cada vez mais distante das áreas econômicas, como o Ministério da Fazenda ou do Planejamento. Na edição de dezembro de 2008, a revista Caros Amigos descreveu: “O economista José Serra ainda era convidado a participar de algumas reuniões. Mas ele e o grupo paulista já aparecem em situação cada vez mais secundária.” Esta situação permite dizer que o neoliberalismo, ou, a “solução hayekiana” não seria hegemônica sem aprofundar as fissuras no bloco de poder. O governo ficou caracterizado pelos ajustes estruturais, pela estabilização monetária, consolidação da liberalização e internacionalização da economia. (Neves, 2005).

O governo Cardoso pode ser dividido em dois períodos, embora seja fundamental advertir que os oito anos de governo caracterizaram-se pela conformação de uma aliança no interior da sociedade política entre os partidos representantes da classe dominante e, portanto, esta divisão serve apenas a fins meramente metodológicos. O primeiro período, entre 1995 e 1998, se caracterizou por medidas de “ajustamento econômico e na preparação das bases sociais e legais para a interação entre a aparelhagem estatal e sociedade civil, visando, neste caso, o delineamento da nova sociabilidade.” (Martins, 2009, pp. 140-141) No segundo período, entre 1999 e 2002, o bloco no poder consolidou as novas funções econômicas e político-ideológicas no Estado ampliado brasileiro.

Na primeira fase do governo, os intelectuais da PUC-RJ, à frente da equipe econômica do governo, desenvolveram um plano econômico tinha uma questão central: a inflação, que já resistira por vários planos e era a moeda de troca de todos os políticos, candidatos nas eleições desde a década de 1980. Os economistas, intelectuais do projeto do consenso de Washington no Brasil, sabiam que aquele era o alvo principal que abriria a frente para a consolidação de um modelo baseado na inflação baixa e juros altos. Em 1993, ao apresentar ao FMI o Plano Real, Fernando Henrique não conseguiu o apoio oficial, mas apenas por debaixo dos panos. O economista Pedro Malan que acompanhava a viagem era um homem de forte trânsito entre os corredores das principais agências financeiras internacionais e sugeriu que houvesse uma costura política.

O novo plano econômico teve grande impacto, gerando grande valorização da moeda. Do momento de sua implantação, em 31 de Julho de 1993, até o final do mesmo ano, a nova moeda se valorizou continuamente. Nesta época, atraídos por monumentais taxas de juros, moedas fortes inundavam o país e fortaleciam a nova moeda brasileira. O plano de estabilização da economia brasileira, operada durante o governo do presidente Itamar Franco, garantiu apoio de diferentes segmentos da sociedade nas eleições de 1994. A vitória nesta eleição consagrou o bloco político formado por PSDB e PFL. O primeiro mandato de Cardoso foi marcado pelo sucesso inicial, mesmo marcado por altas taxas de juros que garantiram, além do cumprimento dos compromissos do bloco no poder com as agências externas de financiamento.

O combate ao processo inflacionário, produzido no Plano Real, seguiu a lógica de que a inflação era uma anomalia produzida por uma economia de moeda fraca. Por

isto, o combate à inflação deveria ser feito por instrumentos monetários. Entretanto, o aumento das taxas de juros, um dos sustentáculos da moeda forte, sendo agente indutor de dólares para mercado interno, tem duas consequências imediatas. Além da terrível dificuldade infringida sobre a disponibilidade de créditos, as altas taxas de juros provocaram grande pressão sobre a dívida pública, acrescida dos juros sobrevalorizados.

A entrada de capitais estrangeiros no país provocou, a partir da segunda metade da década de 1990, a compra de inúmeras empresas nacionais. Em seis anos, foram produzidas 1100 negociações deste tipo. Houve vendas em 34 setores da economia, entre os quais: agroindústria, alimentação, autopeças, embalagem, eletroeletrônicos, produtos químicos, metalurgia, supermercados, tecelagem. Empresas como a Cofap, a Metal Leve, a Arisco e a Arno passaram a ostentar respectivamente, bandeira italiana, alemã, americana e francesa. (Biondi, 1999)

No entanto apenas a abertura da economia ao capital externo não garantiria por si só o projeto Neoliberal. Para tanto seria necessário desenvolver e pôr em prática um plano de desvinculação estatal sobre certos setores da economia. Em sintonia com o projeto formatado no consenso de Washington, os governos estaduais, a partir da década de 1990, passaram uma série de bancos estatais à iniciativa privada. O governo federal, também em sintonia com a agenda neoliberal, arrendou as empresas com reajustes exorbitantes, como é o caso das Telefonias, e passou para o tesouro público todas as dívidas contraídas. Outro exemplo disso foi o caso da Cosipa (Companhia Siderúrgica Paulista). Neste caso, o governo ficou responsável por dívidas que chegavam 1,5 bilhões de reais e seus compradores tiveram de sacar apenas 330 milhões pela empresa. Outro aspecto negativo da privatização das empresas estatais foi recebimento de moedas podres. Isto aconteceu durante o processo desencadeado nas primeiras vendas. O governo aceitou como forma de pagamento, títulos antigos emitidos e que poderiam ser comprados por até 59% de seu valor em outra esfera de negociação. Um exemplo notório disso foi o caso da Companhia Siderúrgica Nacional vendida pela bagatela de 1,05 bilhões de reais. No entanto, desse montante, a União recebeu 1,01 bilhões de reais com moedas podres. Além disto, as moedas podres foram compradas pelos interessados nas estatais, através, segundo Biondi (1999), “de financiamento do BNDES, ou seja, o próprio banco estatal financiava em até doze anos para que a iniciativa privada comprasse o patrimônio público”. (Ibidem, p.12)

A estabilização financeira e a internacionalização de certos setores da economia brasileira garantiram popularidade necessária a candidatura de Cardoso à reeleição. O mesmo bloco político, responsável pela eleição em 1994, se repetiu em 1998. Este bloco, formado por PSDB e PMDB completou oito anos no poder. O Plano Real, formulado pelos intelectuais da PUC-RJ, teve importância na transição dos dois períodos de governo de Cardoso:

“O apoio popular granjeado pela política de estabilização financeira do vice, então presidente Itamar Franco – o Plano Real –, incentivou seu ministro da fazenda, Fernando Henrique Cardoso, a candidatar-se à Presidência da República, por uma frente partidária de centro-direita. Em 1998, impulsionado pelo sucesso do Plano Real, FHC reeditou a mesma frente política como base de apoio de sua candidatura à reeleição, sem oposição consistente nem eficaz, o que só veio a acontecer em 2002, quando uma frente de centro-esquerda elegeu Luiz Inácio "Lula" da Silva presidente da República. Assim, FHC ocupou a Presidência da República durante oito anos, o único até então que o fez, eleito que foi por dois mandatos seguidos.” (Cunha, 2003, p.01)

O primeiro período de governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), marcado pelo plano de estabilização e pela internacionalização da economia brasileira, teve seu término com as eleições onde o presidente foi reeleito. Neste momento, a disseminação de institutos, formuladores e difusores do ideário da responsabilidade social, evidencia a formação de um novo padrão de sociabilidade. Estes institutos mobilizam milhares de empresas em todo o país, difundindo projetos, criando redes de jornalistas, revistas, cursos e parcerias com os governos.

O segundo período do governo Cardoso (1999-2002) foi marcado pelos efeitos da crise que abateu o sistema capitalista em 1998. Esta crise teve repercussão negativa, sobretudo, entre os setores ligados ao patronato rural. No fim do governo, em entrevista ao Jornal “Estadão”, o presidente da ABAG Roberto Rodrigues afirmou que: "Ainda não estamos preparados para aproveitar as oportunidades oferecidas, há necessidade de mudança nas políticas macroeconômicas" (Jornal Estadão, 11/03/2002).

O ajuste neoliberal, ainda em curso, embora iniciada no governo Fernando Henrique Cardoso/PSDB, com o Ministério de Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) sob a tutela do então ministro Bresser Pereira, busca racionalizar os recursos públicos, transferindo para o setor privado as atividades que podem ser controladas pelo mercado, conforme afirma o Plano Diretor da Reforma do Estado (1995). O ajuste neoliberal do Estado brasileiro era desde do início do governo uma

exigência do setor empresarial. Em outubro de 1994, a ABAG enviou ao presidente eleito um documento com uma série de propostas e reivindicações. O primeiro item da lista enviada pela ABAG foi a “reorganização do Estado brasileiro”. Nesta formulação, Estado e sociedade civil são tratados como opostos e antagônicos. O Estado é caracterizado como uma entidade burocrática, autoritária e ineficiente que paira sob a sociedade civil, entendida como terreno das liberdades democráticas e da eficiência, apagando os conflitos entre as classes sociais que estruturam as relações na sociedade. Esta formulação reforçou os discursos e os projetos das parcerias público-privadas, retirando e requalificando direitos sociais conquistados anteriormente (educação, saúde, previdência, etc) e tratando-os enquanto serviços, na lógica do mercado.

Este consenso em torno das parcerias público-privadas que parte da desqualificação de ideais e valores oriundas de projetos antagônicos (socialistas ou progressistas), vistos como utopias e incapazes de lidar com a realidade (Shiroma, 2007, p. 46), tem sido difundido e disseminado pelos órgãos de imprensa (jornais, canais de TV, emissoras de rádio e sites na internet, de grande circulação e acesso), por partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais e escolas sob o enfoque da classe dominante (ibidem). Diversos documentos produzidos pelos organismos multilaterais (Banco Mundial, Unesco, PNUD, Unicef, Cepal, etc) e em encontros organizados pelos mesmos propalaram esse ideário em conjunto com intelectuais. Isso ajuda a entender esta reforma não como uma imposição de fora para dentro, mas como uma compatibilização de interesses de classe.

## **2.2 Do neoliberalismo à Terceira Via: os pressupostos teóricos da contrarreforma**

No Brasil, questões relacionadas a correlação de forças entre as classes sociais em luta imputaram à realização da contrarreforma sistematizada no Consenso de Washington maiores resistências que em outros países, tendo a classe dominante enfrentado maiores dificuldades para implementar o projeto político em curso em outros países desde a década de 1970. O Chile, governado pela ditadura do general Augusto Pinochet, desde 1973, foi o primeiro país a realizar a contrarreforma neoliberal. A ditadura, através da desarticulação das principais resistências, incluindo o fechamento de suas organizações partidárias e a prisão de seus intelectuais orgânicos, permitia à classe dominante condições na correlação de forças na luta de classe muito favoráveis.

O resultado foi a privatização de diversas empresas públicas, a liberalização de setores econômicos estratégicos, como o minerador, e a desarticulação de todos os direitos sociais universais como a educação e a saúde pública.

Desde o fim da década de 1970, a contrarreforma neoliberal foi impulsionada nos países do centro do capitalismo. As políticas de liberalização econômica e desarticulação dos direitos sociais foram os principais objetivos políticos dos governos de Margaret Thatcher, na Inglaterra, Ronald Reagan nos Estados Unidos e Kohl, na Alemanha. Isto foi seguido na década de 1980 na França e na Espanha. Na década de 1990 a fronteira da contrarreforma se ampliou para os países independentes da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e naqueles que aderiram ao Mercado Comum Europeu, como foi o caso de Portugal. Na América Latina estas propostas foram difundidas e tornaram-se a direção políticas dos governos em diversos países: Chile (1976), México (1986), Argentina (1986), Colômbia e Venezuela (1989) e Peru (1990).

Em termos teóricos a contrarreforma neoliberal teve muita influência das teses de Friederich Hayek. Segundo Martins, a inserção de Hayek e sua obra, produzida desde a década de 1950, em importantes instituições acadêmicas de diferentes países permitiu “a difusão da reformulação do pensamento liberal no mundo, assegurando a disseminação das ideias neoliberais e ainda a formação de gerações de intelectuais inspirados na nova doutrina e a serviço do capital.” (MARTINS, 2010, p.31) Em 1947, quando fundou a Sociedade de Mont Pèlerin, Hayek defendia a importância que o mercado tinha para a sociedade, sendo sua superioridade e perfeição relativa ao seu caráter aberto e auto regulável. A primeira tese, destacada na obra hayekiana, se refere à capacidade do mercado de auto ordenação, gerando, através do somatório dos interesses individuais representados no próprio mercado, o ordenamento ideal da sociedade. Este ordenamento provocado pelo mercado tem uma clara inspiração na teoria da “mão invisível”, de matriz liberal. O governo deveria ter como principal responsabilidade manter o mercado livre e aberto. Por isto, a única função coercitiva, considerada por Hayek:

“[...] são as relacionadas com a preservação do funcionamento de uma ordem de mercado. Elas têm a ver primordialmente com as condições que devem ser proporcionadas pela lei para assegurar o grau de competição necessário à eficiência do mercado.” (Hayek, 1999, p.61)

Segundo Hayek, a política monetária e financeira tem problemas que não podem ser resolvidos por meios monetários. Isto somente seria possível mediante a preservação da auto-organização do mercado. Este seria o verdadeiro “instrumento eficaz de determinação dos salários”. (Hayek, 1999, p. 62) As práticas monopolistas, ainda segundo Hayek, “[...] são hoje muito mais graves do lado da mão-de-obra do que do lado da empresa, e a preservação da ordem de mercado dependerá, mais do que de qualquer outro fator, do nosso sucesso em restringir esta última.” (Hayek, 1999, p.62)

No Brasil, no entanto, a correlação de forças entre as classes sociais em luta retardou o processo de contrarreforma neoliberal. A atrasada inserção brasileira resultou em algumas diferenças em relação aos demais países. O programa da contrarreforma neoliberal inserida no país desde o início da década de 1990, ainda no governo Fernando Collor (1990-1992), só foi ter condições políticas que assegurassem sua execução a partir da segunda metade dos anos 1990, com os governos do PSDB, tanto em termos nacionais, como em São Paulo. Mesmo assim, é necessário compreender que a resistência de movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores e uma frente de partidos de oposição impuseram muitas dificuldades que impediram sua plena realização. Foi exatamente neste contexto que começou a ser esboçado o programa político denominado por seus autores como “Terceira Via”.

O programa da “Terceira Via” está sistematizado na produção acadêmica de Anthony Giddens . A produção acadêmica de Anthony Giddens tem estreita relação com a atuação deste autêntico intelectual orgânico do Partido Trabalhista da Inglaterra. Quando escreveu Para Além da Esquerda e da Direita: o futuro da política radical, em 1994, a tendência liderada por Tony Blair, Anthony Giddens e David Miliband fundava o movimento do Novo trabalhismo, conhecido posteriormente como “Terceira Via”. A Terceira Via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da socialdemocracia foi editada após a primeira reunião realizada em 1998, em Washington, entre os novos trabalhistas ingleses e os novos democratas estadunidenses. As demais obras contribuíram para rebater as críticas como em A Terceira Via e seus críticos, ou realizar um grande balanço do movimento, reunindo trinta e três intelectuais de diferentes países, como em O Debate Global da Terceira Via. A obra mais recentemente editada no Brasil foi A Política da Mudança Climática, onde se depara com os problemas climáticos e defende como solução o empreendedorismo verde visando tornar viáveis os negócios sustentáveis.

A estratégia proposta no programa da “Terceira Via”, encontrou conjuntura favorável, desde a década de 1990, mobiliza intelectuais, empresários e políticos em diversos países. O programa da “Terceira Via” propõem que:

“[...] o grande desafio dos socialistas modernos é governar o capitalismo de forma mais competente que os capitalistas. Alguma forma de socialismo de mercado poderá ser alcançada no futuro. Agora, porém, quando a Nova Esquerda disputa eleições e assume os governos, ela não o faz para transformar o país em socialista em um breve espaço de tempo – essa ilusão voluntarista está descartada -, mas para aprofundar a democracia e promover uma maior igualdade de oportunidade, lograr melhores taxas de desenvolvimento econômico do que os partidos conservadores.” (Giddens, 1999, pp. 5-6)

A Nova Esquerda, citada por Giddens, é outro termo que serve para designar a “Terceira Via”. Este movimento teve origem no interior do Partido Democrata, nos Estados Unidos, e no Partido Trabalhista, na Inglaterra. Nos dois casos, os partidos incorporaram o adjetivo “novo” ao seu nome: Novos Democratas e Novo Trabalhismo. Nos Estados Unidos, o programa da Terceira Via ajudou a orientar a administração do presidente Bill Clinton, eleito em 1992, e seus investimentos na disciplina fiscal, a reforma da saúde, o investimento em educação e treinamento, planos de obras sociais, programa de renovação urbana e uma posição firme em relação ao crime e as punições.

A revisão das políticas neoliberais no quadro político dos Estados Unidos teve repercussão na atuação dos organismos internacionais. Em 1992, o Banco Mundial (BM), através do relatório assinado pelo vice-presidente Willi Wapenhans, passou a divulgar os princípios que mais tarde seriam sistematizados no programa da “Terceira Via”. Esta redefinição das políticas do BM teve impacto direto na relação do organismo com os países. Neste caso, este importante intelectual coletivo, representante das frações dominantes das principais nações imperialistas, cumpriu importante papel educador na formulação do novo padrão de sociabilidade. Neste período o BM determinou que empréstimos aos governos fossem feitos somente nos casos que: “[...] fossem implementadas políticas que tomassem como referência o preceito das ‘parcerias’ entre aparelho de Estado e organizações da sociedade civil. (Martins, 2009, pp. 61-62)

Na Inglaterra, o Novo Trabalhismo convergiu parcialmente com a experiência da “Terceira Via” estadunidense. Sob a liderança do presidente Tony Blair, eleito em 1997, o Novo Trabalhismo passou a ser compreendido como o desenvolvimento da



própria Terceira Via. (Giddens, 2001, p.13) A divulgação do programa da Terceira Via, acumulado nas experiências nos Estados Unidos e na Inglaterra, gerou grande interesse em diversas lideranças de partidos socialdemocratas no mundo. Em 1999, um debate foi realizado em Washington. Neste debate estiveram presentes Bill Clinton, Tony Blair, Gerhard Schroder da Alemanha, Wim Kok primeiro-ministro da Holanda na época e Massimo D'Alema primeiro ministro italiano. Em seguida, foi criada a Cúpula da Governança Progressista no seminário “Governança Progressiva no Século XXI”, realizado na Itália, na cidade de Florença. Esta cúpula é formada por uma rede de países governados por partidos socialdemocratas. O Brasil participou de todos os encontros, inclusive os que ocorreram posteriormente. Em 1999 (Florença), 2000 (Berlim) e 2002 (Estocolmo) o país foi representado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, e, desde 2003 (Londres), por Lula da Silva. Em 2014, o presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos, convocou ex-presidentes para relançarem a “Terceira Via”. Participaram do encontro em Cartagena de Índias, o ex-primeiro-ministro do Reino Unido Tony Blair, os ex-presidentes Bill Clinton (EUA), Felipe González (Espanha), Fernando Henrique Cardoso (Brasil) e Ricardo Lagos (Chile), assim como o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Luis Alberto Moreno. A cúpula foi anunciada por Santos logo após ser reeleito para a presidência em sua primeira entrevista coletiva: "Vamos realizar uma cúpula da “Terceira Via” aqui na Colômbia, em Cartagena. Foram convidados cinco líderes que tiveram em seu país um grande sucesso na geração de prosperidade e na aplicação dos princípios da “Terceira Via”, que são os princípios que eu estou aplicando aqui na Colômbia" (<http://americaeconomia.com.br>, acesso em 16/06/2014)

A “Terceira Via” parte do princípio que a “sociedade civil”, como a que existia no passado já não existiria mais. Os conflitos entre as classes sociais que estruturaram o capitalismo em um determinado período da história teriam sido “produto de arranjos sociais que não mais existem.” (Giddens, 1996, p.114) Afinal, o trabalho como visto anteriormente, não seria, segundo esta perspectiva, mais central nesta sociedade. Neste sentido, Estado deveria ser capaz de produzir a “renovação das solidariedades danificadas” pela antiga luta de classes. Segundo Giddens (2001), os conceitos “classe social”, “conflito” e “exploração”, foram substituídos por conceitos como “responsabilidade social”, “colaboracionismo” e “voluntariado”. Entendendo que as

empresas, sobretudo as corporações industriais, são com freqüência as principais fontes de poluição, propõem que

“[...] os democratas modernizadores deveriam sempre que possível procurar trabalhar com as empresas em vez de contra elas. Os grupos e organizações empresariais devem ser ativamente recrutados para ajudar a criar uma sociedade, tanto no nível local como mundial, em que tenham um papel responsável.” (Ibidem, p.144)

A perspectiva da responsabilidade das empresas é defendida pelos teóricos da Terceira via como fundamental no novo padrão de sociabilidade das empresas. Segundo Giddens, o governo deve “garantir que a responsabilidade corporativa dê peso total à responsabilidade ecológica, nos vários significados que este termo carrega.” (Ibidem, p.148) A responsabilidade social e ecológica passou a fazer parte da estratégia política de diversas empresas, podendo afetar nos seguros de seus empreendimentos, na administração, em suas vendas e na relação com os consumidores. Segundo o intelectual Michael Jacobs, “[...] hoje nenhuma empresa de porte significativo pode dar-se ao luxo de ignorar fatores ambientais em sua tomada de decisões.” (Giddens, 2007, p.449) Diante das novas incertezas do mundo contemporâneo, “não se pode lidar com elas com remédios antiquados” (Giddens, 1996, p. 12), por isto, inclusive, os receituários do liberalismo clássico ou os programas socialistas não dariam conta da atual realidade. O programa da Terceira Via seria, segundo seu principal sistematizador, aquele que melhor responde as necessidades da “realidade das incertezas” (Ibidem, p.450).

No Brasil, a apropriação de um programa político nos marcos da “Terceira Via” aproximou partidos que na “era das invenções” (1964-1990) (Oliveira, 2007) possuíam ideologias opostas. O resultado disto nas eleições presidenciais, a partir dos anos 2000, foi a elaboração de coligações com perfis ideológicos diversos. Nem à esquerda, nem à direita, as três maiores coligações que disputaram os pleitos, após os oito anos do governo do presidente Fernando Henrique, tentaram se afastar ao máximo da caracterização neoliberal, sem se comprometer com um programa de reformas populares radical. Na proposta de apresentar aos eleitores um perfil “Terceira Via”, as coligações partidárias tornaram-se muito parecidas politicamente.

O período entre 1964, ano marcado pelo golpe, e a década de 1990 correspondeu, segundo Oliveira (2007), “a uma época de forte invenção política no Brasil” (Ibidem, p. 16) frente a afirmação do espaço nacional como arena do conflito e

das formulações políticas de cada classe social. A conjuntura da “Era das invenções” foi composta por um contexto político renovado, sobretudo a partir do final dos anos 1970, com a formação do movimento do Novo Sindicalismo, até os anos 1980, com a formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST). A recomposição do partido que sustentou a ditadura, através do Partido da Frente Liberal (PFL), e, em 1988, o surgimento do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), além do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), compunham um cenário claro de representação institucional partidária das classes sociais no país. Na virada dos anos 1980-1990, o crescimento exacerbado da inflação favoreceu a difusão de um clima político que polarizou dois projetos distintos para o país: um projeto baseado em um programa de reformas populares, defendido pelo PT e articulado com uma ampla base social, e outro projeto que propunha um conjunto de contrarreformas neoliberais com a promessa de saneamento e a modernização do Estado brasileiro (Cunha, 1995).

A vitória do projeto que previa a contrarreforma provocou mudanças avassaladoras no país. Segundo Biondi (1999; 2000), as privatizações e fusões ocorridas, ao longo de toda a década de 1990, resultaram na transferência de pelo menos um quinto do Produto Interno Bruto (PIB) entre a classe dominante. Além disto o crescimento da dívida externa atingiu mais da metade do PIB, o desemprego saltou dos 4%, em 1990, para 8% no fim desta década, sendo mais de 60% da força de trabalho empregada em relações semiformais.

A derrota do projeto alternativo desencadeou uma intensa despolitização político-partidária. Segundo Oliveira (2007), as consequências desta conjuntura foram devastadoras e explicam, pelo menos em parte, o progressivo desinteresse eleitoral por parte da sociedade brasileira: “ a relação entre classe, interesse e representação foi para o espaço. ” (Ibidem, p. 38). Após oito anos do mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, as duas coligações de oposição ao candidato do governo produzidas durante a eleição presidencial em 2002 revelam o “estado de indeterminação” na área política institucional. Isto retirou dos partidos políticos eleitorais parte significativa da importância que poderiam ter na política.

Em 2002, o PT, a partir da candidatura à presidente de Luiz Inácio Lula da Silva, formou uma coligação com o Partido da Mobilização Nacional (PMN) e pelo Partido Liberal (PL), sigla do candidato a vice-presidente, um industrial do setor têxtil de Minas

Gerais. Entre os apoiadores mais notórios à sua candidatura, estiveram Orestes Quércia, ex-governador do estado de São Paulo, e José Sarney, ex-presidente da república e do senado, ambos políticos do PMDB, além de Itamar Franco, ex-presidente da república. Estas alianças se estenderam aos setores evangélicos, organizados em torno do PL, e comprometeram as propostas de avanço encarnadas, até a década de 1990, pela CUT e pelo PT, assim como os princípios ligados à laicidade e à transparência na execução do fundo público.

A outra coligação, centrada na candidatura de Ciro Gomes, ex-governador do Ceará e ex-membro do PSDB, reuniu desde o Partido Popular Socialista (PSB), dissidência do Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Democrático Brasileiro (PDT) e sua liderança, Leonel Brizola, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido da Frente Liberal (PFL), sendo Antônio Carlos Magalhães, ex-governador da Bahia e senador da república, como chefe de campanha. Além destes partidos, a coligação ainda teve apoio de dissidentes do PSDB que não apoiaram a candidatura do partido. Este foi o caso do ex-governador do Ceará Tasso Jereissati.

A candidatura do PSDB à presidência manteve a coligação com o PMDB, produzida nas eleições de 1994, quando elegeram o presidente Fernando Henrique Cardoso. O candidato, o economista José Serra, tinha como seu único trunfo eleitoral sua presença no Ministério da Saúde, mas a tentativa de se distanciar das críticas à contrarreforma neoliberal produzidas no governo FHC mostrou-se inócua. No discurso do candidato as propostas liberais que definiram o programa de seu partido, até então, desapareceram. Esta tática política tornou os programas eleitorais das coligações ainda mais parecidos. Entre candidaturas tão parecidas venceu aquela que havia acumulado historicamente o saldo político das críticas ao governo do presidente Fernando Henrique.

Nas eleições seguintes, em 2006, as coligações partidárias organizadas acirraram a tendência em reunir partidos com histórias e ideologias distintas. O candidato Luís Inácio Lula da Silva, após um primeiro turno concorrido, quando o adversário Geraldo Alckimin, governador do estado de São Paulo, obteve 40% dos votos, foi eleito para o segundo mandato. Uma das principais características do pleito foi o grande número de coligações entre partidos com orientação ideológica bem distintas. Este foi o caso do Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Liberal (PL) na disputa à presidente, mas esta coalizão já não era mais novidade, sendo a repetição do que já havia ocorrido nas

eleições anteriores. Em Mato Grosso, Blairo Maggi, um dos maiores produtores de soja do mundo apoiou a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, enquanto seu partido, PPS, e seu dirigente Roberto Freire, ex-liderança do Partido Comunista Brasileiro (PCB), se coligou com a candidatura de Geraldo Alckmin. Nesta eleição os votos nulos e brancos chegaram juntos a 8%, enquanto 23% dos eleitores cadastrados não compareceram.

Os 31% de eleitores que negaram-se a votar em qualquer dos candidatos evidenciam uma marcante indiferença em relação ao pleito, após anos de luta pela democracia no país. Segundo Oliveira (2010), “essa indiferença quer dizer que a política não passa pelo conflito de classes, evita e trapaceia com ele.” (Oliveira, 2010, p. 23) A política, entendida como atividade governamental e parlamentar, portanto, restrita aos partidos organizados a partir do sistema eleitoral, na “era da indeterminação” está restrita a “hegemonia da pequena política” (Coutinho, 2010, p.30).

É importante destacar que a luta pela hegemonia numa dada sociedade não está restrita aqueles casos de embate entre partidos com grandes projetos distintos de sociedade. Estas disputas notabilizaram a história das organizações partidárias em diferentes países, destacadamente os europeus, mas não caracteriza a luta de classes em outros, como é o caso dos Estados Unidos (EUA), em que os dois grandes partidos que disputam o pleito eleitoral nunca se distinguiram na grande política. A disputa entre as coligações mais votadas nas últimas três eleições presidenciais brasileiras também se destacou por reduzir as diferenças partidárias à pequena política, restrita às intrigas e às denúncias de malversação do dinheiro público. Isto não quer dizer que a grande política, ou seja, aquela que define o projeto de sociedade, se esgotou, resultando em proclamações como o “fim da história”, mas a estratégia de hegemonia da pequena política faz crer que sim. A hegemonia da pequena política produz um tipo de consenso, denominado por Gramsci (2011), como consenso passivo, ou seja, distinto daquele que é produto da auto-organização dos trabalhadores. Este tipo de consenso é responsável pela naturalização da correlação de forças entre as classes, pela produção de uma resignação social. Segundo Coutinho (2010),

“A hegemonia da pequena política baseia-se precisamente no consenso passivo. Este tipo de consenso não se expressa pela auto-organização, pela participação ativa das massas por meio de partidos e outros organismos da sociedade civil, mas simplesmente pela aceitação resignada do existente como algo ‘natural’. Mais precisamente, da transformação das ideias e dos

valores das classes dominantes em senso comum das grandes massas, inclusive das classes subalternas.” (Ibidem, p. 31)

A “hegemonia da pequena política” é a forma de dominação de classe em que a política deixa de ser compreendida como arena de embates que produzem projetos de sociedades distintos, reduzindo-se as disputas pela gerência do projeto dominante. Em relação a mesma conjuntura, Oliveira (2010) cunhou a expressão “hegemonia às avessas” para designar um tipo particular de produção do consenso, anunciada inicialmente na África do Sul, quando as lideranças que derrotaram o regime do apartheid foram as mesmas que governaram o país quando foram realizadas as principais reformas neoliberais. Algo parecido ocorreu no Brasil com a chegada do PT à presidência da república nos anos 2000. O partido foi responsável, ao longo de sua história e através da luta da militância, nos anos 1980 e 1990, por elevar a questão social ao patamar de debate nacional, impondo uma agenda que permitia desnudar os limites e as contradições da dominação da classe dominante no país. No entanto, ao ingressar seus quadros no governo, a política petista para as questões sociais como o Programa Bolsa Família, forjou-se como a derrota do “apartheid social brasileiro”. O saldo político difundido nas campanhas eleitorais reduz o problema social brasileiro a um mero problema de gestão e as críticas a este modelo de administração são automaticamente identificadas com os partidos que querem voltar a gerência do Estado.

É importante notar que este processo produziu-se a uma década no país, sendo ainda é um fenômeno político recente. Não é possível denomina-lo como um típico caso daquilo que alguns autores na historiografia denominam como populismo, forma característica da dominação no período de transição da economia agrária para a economia urbana-industrial e deslocamento do poder no interior da classe dominante, num rearranjo das frações hegemônicas e não hegemônicas. Segundo Coutinho (2009), a melhor denominação deste processo encontra-se no quadro teórico produzido por Gramsci. O conceito de contrarreforma neoliberal, acentua que no movimento contraditório entre renovação/restauração o projeto de reestruturação do bloco histórico dominante consistiu o momento predominante é o velho e não o novo.

O termo “reforma” historicamente esteve associado às lutas da classe trabalhadora. No Brasil, a popularização do termo esteve fortemente vinculada ao programa de reformas de base proposto no governo que antecedeu ao golpe de 1964, tendo uma conotação nitidamente progressista. Na década de 1990, o termo foi

retomado, mas sob outras bases. Se anteriormente “reforma” dizia respeito ao alargamento dos direitos trabalhistas, limitação do mercado e conquistas sociais junto ao fundo público, “no contexto de contrarreforma o termo passou a designar um conjunto de cortes sociais, retirada de direitos, privatização, liberalização do mercado. Segundo Coutinho (2010), “estamos diante de uma operação de mistificação ideológica que, infelizmente, tem sido em grande medida bem sucedida.” (Ibidem, p. 35) Se por um lado, é possível associar a ideia de reforma ao conceito de revolução passiva, embora seja uma reforma conservadora, realizada pelo alto, o mesmo não é possível afirmar em relação à hegemonia da pequena política, em que a política partidária-eleitoral beira a irrelevância.

A história dos partidos políticos no país é atravessada pelas ditaduras que impuseram limites a livre organização, produzindo novos arranjos que evidenciam a importância de um tipo particular de partido, no sentido gramsciano, na dominação da classe dominante no país, ou seja, aquele tipo de organização não institucionalizada nas eleições. Os partidos que estão institucionalizados no sistema político brasileiro, tendo o direito a uma legenda, possuem uma história fragmentada no país e, até a década de 1980, regionalizada. Esta característica não impediu, no entanto, que a classe dominante se organizasse em partidos que cumprem na sociedade civil o papel de difundir a sua hegemonia e, embora não possuam siglas para concorrer às eleições, são as organizações que definem no país a grande política.

### **2.3 O Partido do agronegócio e a luta pela hegemonia**

“Evidentemente, será necessário levar em conta o grupo social do qual o partido é expressão e a parte mais avançada: ou seja, a história de um partido não poderá deixar de ser a história de um grupo social.”  
(Gramsci, 2000, V.3 p. 87)

Na década de 1980, a crise de hegemonia na classe dominante no Brasil foi desencadeada, por um lado, pela crise da representação e, por outro, pela correlação de forças em relação a classe trabalhadora. No campo brasileiro esta crise de representação tem sua origem nas transformações oriundas do processo de segmentação da agricultura brasileira. Esta segmentação não operou mudanças apenas na base técnica da produção agrícola. Segundo Sônia Mendonça (2010), dois desdobramentos “não-econômicos” resultaram deste processo: “a emergência de novas posições sociais” e a “redefinição dos papéis desempenhados.” (Ibidem, p.26) Este foi o contexto da difusão de inúmeras

organizações, entre cooperativas e associações: Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ), Associação Nacional de Defesa Vegetal (ANDEF), Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos (CitrusBR) e dezenas de grandes cooperativas representadas pela Organização das Cooperativas do Brasil (OCB). Neste contexto, o patronato rural se reorganizou também, assumindo novas formas, discurso e sujeitos, muitos dos quais representantes do capital industrial e financeiro. Entretanto, se por um lado a representação patronal estava muito fracionada, por outro a organização política deste patronato ainda estava longe de empreender alianças com outras frações da classe dominante. Isto só seria superado na década de 1990, quando a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) conseguiu reunir todas as frações que “direta ou indiretamente encontram-se envolvidos com a atividade agroindustrial.” (Bruno, 1998, p.36)

Historicamente a disputa pela representação da fração agrária da classe dominante, tanto na sociedade civil, quanto no interior do estado estrito, antagonizou duas entidades patronais durante todo o século XX: a tradicional Sociedade Nacional da Agricultura (SNA) e a Sociedade Rural Brasileira (SRB). Enquanto a primeira tinha raízes no Rio de Janeiro, a segunda era paulista. As diferenças entre as duas entidades patronais não são medidas pela localização, mas pelas divergências políticas que acirraram as disputas entre as duas organizações, durante todo o período republicano (Mendonça, 1997). No entanto, não foram apenas as diferenças que caracterizaram a relação entre estas duas entidades patronais. Em muitos momentos, como durante o golpe civil-militar, em 1964<sup>17</sup>, os acordos foram maiores do que as divergências, sobretudo, quando diz respeito à intocabilidade do direito à propriedade.

A concorrência entre as representações patronais agrárias aumentou na medida em que a segmentação da agricultura foi responsável por uma ampla diferenciação de interesses entre as frações da classe dominante no campo. Segundo Mendonça (2010), os efeitos da crise econômica da década de 1970, sobretudo a escassez de recursos públicos para o financiamento da agricultura, aprofundaram a crise de representação patronal. As frações agrárias da classe dominante, divididas em inúmeras associações, com o acirramento das disputas pelo fundo público aumentavam ainda mais o acirramento político. Foi neste contexto em que se desenvolveu a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

---

<sup>17</sup> Mendonça (2010), em pesquisa nas revistas oficiais de cada uma das entidades patronais, identificou que ambas apoiaram o golpe civil-militar.



A OCB foi fundada em 1969 por lideranças cooperativas de diferentes ramos da atividade econômica e distintas regiões de todo o país. Segundo Mendonça (2010), a partir da análise sobre a composição de seus quadros dirigentes, é possível afirmar que o empresariado agrário sempre foi a fração mais expressiva representada no interior da entidade. A criação desta agência da sociedade civil resultou da demanda de suas bases sociais por uma representação nacional. Neste aspecto, a entidade reuniu, desde sua origem, grandes cooperativas como a Cooperativa Central dos Produtores de Leite do Rio de Janeiro, liderada por Alfredo Lopes Martins Junior, diretor da OCB entre 1979 e 1983; Cooperativa dos Produtores Rurais de Minas Gerais, representada por José Pereira Campos (presidente da OCB entre 1979 e 1983). Além disto a entidade manteve sempre uma relação de grande proximidade com a SRB, através de Ney Araújo Bittencourt de Araújo, diretor do Departamento de Insumos Modernos da SRB, entre 1981 e 1983, e Roberto Rodrigues, diretor da Política Cafeeira da SRB, entre 1984 e 1986.

Nas duas primeiras décadas de existência, a OCB adotou três estratégias discursivas. A primeira consistiu em difundir a suposta associação entre cooperativismo, democracia e igualitarismo; a segunda era sua autopromoção como entidade não capitalista e, conseqüentemente, a alegada distribuição dos ganhos entre os cooperados a partir de seu trabalho, e não pelo seu capital. (Mendonça, 2012) Estas estratégias transformaram o cooperativismo na negação do conflito social. Esta ideologia do cooperativismo conquistou grande legitimidade diante do enfrentamento liderado por seu intelectual orgânico, Roberto Rodrigues, contra a União Democrática Ruralista (UDR) que, organizada por seu maior dirigente, o deputado Ronaldo Caiado, realizou os principais embates políticos no processo de aprovação do I Plano Nacional de Reforma Agrária, durante o governo do presidente José Sarney (1985-1989). Neste período, a OCB demandava destacadamente: autogestão, ampliação dos créditos subsidiado por um banco a ser criado e maiores investimentos na produção de tecnologia agropecuária. (Mendonça, 2006)

A capacidade de articulação da OCB incluiu, ao longo de sua trajetória, a aliança com entidades estrangeiras, como a International Cooperative Association (ICA) e a Organização das Cooperativas da América (OCA). O fortalecimento da OCB junto à sociedade civil refletiu na conquista de importantes posições no interior da sociedade política. Neste sentido, Rubem Ilgenfritz da Silva, ex-presidente da Cooperativa

Regional Tríticola de Ijuí (Cotrijuí), foi nomeado para a presidente do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC); Inácio Mmmada Neto foi indicado para a presidência da Companhia de Financiamento da Produção no MAPA; Athos Almeida Lopes foi designado para ser presidente da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater); e Luiz Carlos Pinheiro Machado (1985) e Clayton Campanhola (1995-2001) foram nomeados presidentes executivos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

A disputa pelos recursos públicos aumentou significativamente, a partir da crise econômica que combaliu a capacidade de financiamento do estado brasileiro, sobretudo a partir da década de 1980. A diminuição dos recursos do Estado, escasseados pela crise, agravou ainda mais as diferenças entre as frações da classe dominante, com reflexos para a representação patronal. Segmentada ainda mais com a criação de entidades de novo tipo, como as cooperativas e diversas associações, as frações agrárias da classe dominante só conseguiram definir uma direção política de tipo partidária no fim da década de 1980, com o fortalecimento da OCB.

A década de 1980 foi marcada para as entidades patronais pelas dificuldades econômicas, em uma conjuntura que combinava estagnação e inflação, e dificuldades políticas, diante da crise de representação, marcada pela segmentação, e a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), em 1984. Nesta década, a crise de representação patronal agravava a situação das frações agrárias da classe dominante, em um claro exemplo de crise de hegemonia, momento em a classe dirigente “esgota sua capacidade de assimilação da sociedade em seu conjunto e que a classe dirigida não se mostra preparada para assumir uma nova função nas relações de poder. ” (Martins, 2009, p. 25) Segundo Gramsci (2011), “a crise de hegemonia da classe dirigente ocorre porque a classe dirigente fracassou em algum empreendimento político [...]” (Ibidem, p. 303). Na crise de hegemonia, as frações dirigentes passam a ter dificuldades em assegurar a estabilidade política. A luta por uma outra hegemonia foi organizada principalmente pela classe trabalhadora, organizada no campo pelo MST que promoveu uma ampla discussão nacional sobre a reforma agrária, paralelo à tática de ocupação das terras sem função social. Por isto, a crise descrita teve dupla dimensão: política e econômica, sendo capaz, então de colocar em xeque o padrão de sociabilidade existente. Considerando o Estado moderno capitalista, uma crise econômica pode desencadear uma crise política, se:

“os aparelhos privados de hegemonia da classe dominante na sociedade civil perderem a capacidade de assegurar o consenso e a coesão social. Assim, se as tentativas de assimilação de uma fração de classe ou de uma classe diante do conjunto da sociedade for exitosa, mesmo num contexto de crise econômica é possível evitar a deflagração de uma crise política.” (Martins, 2010, p.22)

Na conjuntura de crise de hegemonia, o maior problema enfrentado pelo patronato rural brasileiro se chamava reforma agrária e seu principal inimigo era encarnada pelo MST. Segundo Mendonça (2010), o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), de 1985, teria sido um divisor de águas, pois deste processo algumas frações do patronato rural se tornaram hegemônicas. Neste contexto, algumas frações dirigentes do patronato rural, com destaque para a OCB, passaram a ter grande destaque entre as demais entidades. Sob a hegemonia da OCB e liderança, sobretudo, de Ney Araújo, importante intelectual orgânico, fundador da ABAG ou o “dínamo do agribusiness”, segundo Rodrigues (s/d), as frações da classe dominante, oriundas do processo de mudanças no campo brasileiro, se articularam para consolidar o agribusiness no Brasil.

No fim da década de 1980, a OCB, principalmente através de Roberto Rodrigues, conclamava à “adotarmos um regime econômico liberal, para que os investimentos privados sejam maciços. O setor rural não pode ficar fora desta jogada.” (Informativo OCB, Fev. 1990, p. 03). Neste momento, segundo Mendonça (2012), “se afirmaria o novo projeto hegemônico emanado da OCB: a consolidação do agronegócio no Brasil.” (Ibidem, p.76). A OCB, a despeito de ser a mais nova “representação legal-formal”, passou a ter a hegemonia entre as demais representações a partir da década de 1980. O fortalecimento da organização representou uma reviravolta na crise de representação do patronato rural, resultando na vitória desta organização no período entre as acaloradas discussões e disputas em torno do PNRA e a aprovação final do texto constitucional de 1988. A OCB reuniu diferentes perfis de cooperativas, sobretudo, associações de grandes proprietários, havendo também a participação de pequenos proprietários, em associação às frações industriais e financeiras. As cooperativas funcionam com regras definidas como democráticas, em assembleias de associados, com voto e voz para todos os investidores. Assim os grandes proprietários reunidos na OCB passaram a atuar nos espaços de formulação das políticas públicas, em ministérios, secretarias ou conselhos, como representantes da sociedade civil, defensores dos interesses sociais e não voltados para o lucro de seus investimentos, disputando com outras entidades, com a SNA e SRB a direção das políticas públicas em

ministérios como o MAPA. A OCB ao mesmo tempo que se apresentava em nome das cooperativas, assimilou discursivamente os termos democracia e participação. Foi a partir deste discurso que a OCB sempre tentou se legitimar diante das demais representações patronais. (Pinto, 2010)

As cooperativas reuniam, sobretudo, associações de grandes proprietários, havendo também a participação de pequenos proprietários, bancos e indústrias. As cooperativas funcionam com regras definidas como democráticas, em assembleias de associados, com voto e voz para todos os investidores. Assim os grandes proprietários passam a atuar nos espaços de formulação das políticas públicas, em ministérios, secretarias ou conselhos, como representantes da sociedade civil, defensores dos interesses sociais e não voltados para o lucro de seus investimentos. No entanto, somente na década de 1980, no auge da segmentação da representatividade patronal das frações agrárias da classe dominante, a OCB passou a ter um papel protagonista, sendo sua a liderança na criação, em 1993, da Associação Brasileira do Agribusiness, anos depois renomeada como Associação Brasileira do Agronegócio (Bruno, 1997)

O papel da OCB na reorganização do empresariado rural brasileiro, entre as décadas de 1980 e 1990, foi fundamental. Em 1990, por iniciativa de Ney Bittencourt de Araújo, foram criadas duas instâncias de interlocução entre o empresariado rural e o meio acadêmico: o Instituto Brasileiro do Agribusiness (IBA) e o Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial (PENSA). O IBA, inicialmente presidido por Roberto Rodrigues, foi o principal organismo de difusão da base ideológica constituída pelo tripé: autogestão, segurança alimentar e competitividade (Pinto, 2010). O PENSA foi elaborado a partir da influência que Ney Bittencourt Araújo teve ao frequentar os seminários, congressos e conferências organizados no Programa de Agribusiness da Universidade de Harvard, coordenado por Ray Goldberg.

A Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), constituída por representantes dos segmentos produtivos que compõem o agronegócio brasileiro, foi fundada em 1993, em um evento no congresso nacional, com o objetivo de unificá-los em uma mesma representação patronal. A associação criou, ao longo de duas décadas, um braço pedagógico, responsável por formar os dirigentes de seus associados, difundir seus interesses e valorizar a imagem do agronegócio no país, defendido enquanto o meio mais moderno de desenvolvimento econômico no campo, superior, portanto, ao latifúndio e às práticas produtivas de camponeses e demais trabalhadores rurais, vistas

como resquícios de um passado a ser superado. Do ponto de vista do ideário ambiental, este é um discurso com apelo junto a amplos setores sociais que reproduzem o senso comum ambientalista, uma vez que o sentido de moderno posto pelo agronegócio indica ideologicamente uma associação direta com a urgência de se promover um tipo de desenvolvimento sustentável, que não é exequível, para o capital, com base em setores e formas de organização da produção classificadas por estes como “arcaicas” e de baixa capacidade tecnológica (Loureiro, 2012). Com isso, o mito da modernização ecológica, de uma sociedade sem conflitos, que aponta para a parceria, a racionalização no uso dos recursos naturais com aplicação de tecnologia limpa e de ponta (Alier, 2009), se constitui em um eixo discurso poderoso do agronegócio brasileiro.

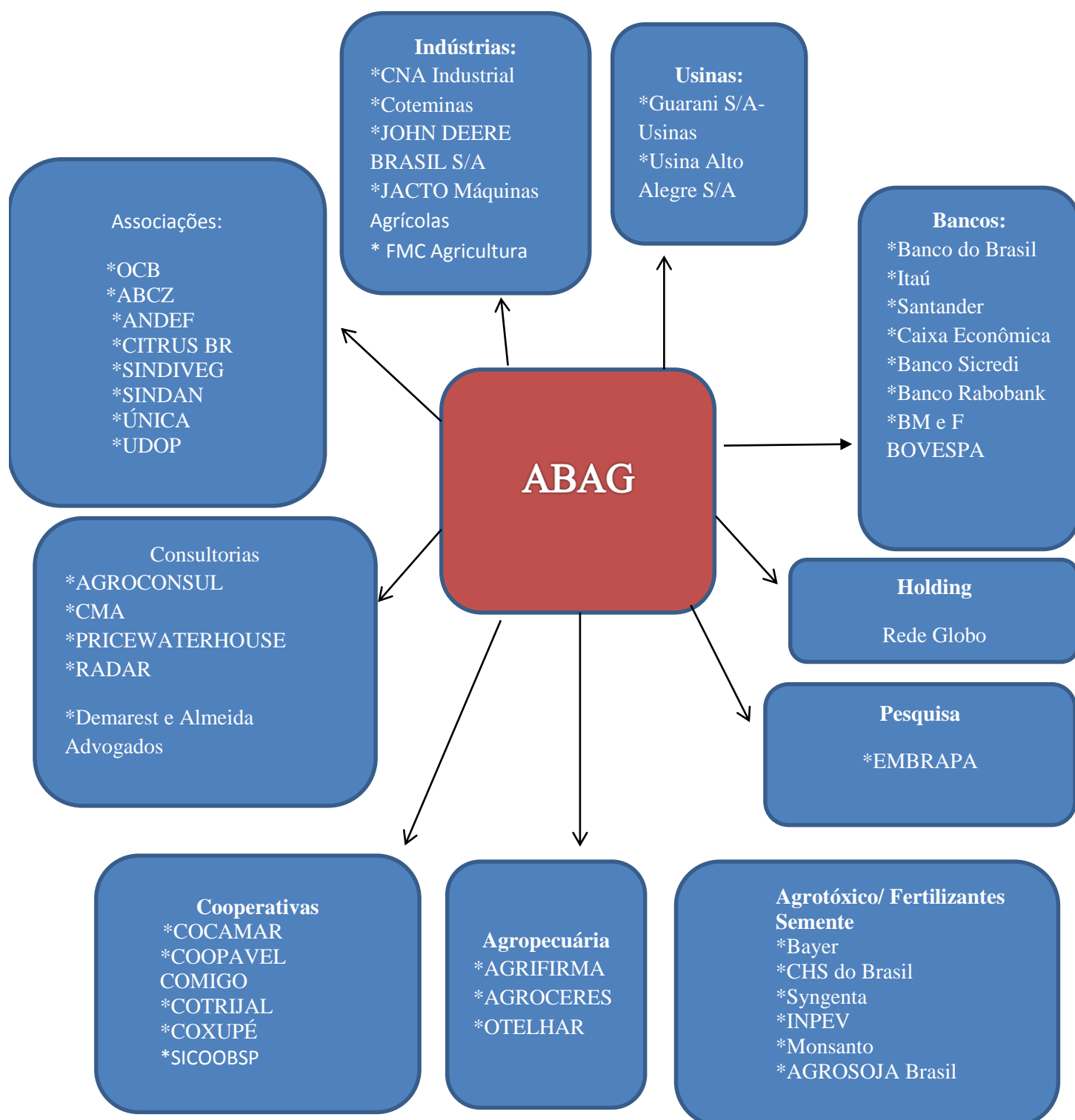
A ABAG é um tipo novo de organização da classe dominante, difundido no país a partir dos anos 1990, no processo de reorganização do Estado (adoção do modelo de Estado gerencial) e liberalização da economia, com forte transferência das responsabilidades pelas políticas públicas e sociais para setores privados. Enquanto a forma de representação tradicional se restringia a organizar apenas um segmento da cadeia produtiva, o novo tipo de organização passou a mobilizar, organizar e representar diferentes frações do capital: agrária, comercial, industrial e financeira. Esse modelo de organização passou a desempenhar o papel de partido ou de “Príncipe Moderno” (Gramsci, 2011), no sentido de organizar e dar a direção moral e política à classe dominante no Brasil. Em discurso no lançamento da ABAG, em 1993, Ney Bitencourt destacou o papel da ABAG:

“Pela sua visão e pela sua missão, a ABAG não é uma associação a mais. Até pela sua própria constituição, com representantes de todos os segmentos, a ABAG não pode se envolver em eventuais desacertos setoriais, nem exercer “lobbies” específicos. Ela não nasce para substituir as associações dos vários segmentos que a constituem, todas elas, estatutariamente, participantes de seu Conselho Consultivo. Sua ação vai estar concentrada no âmbito maior do sistema, no estudo e no processo de dissolver os gargalos do agribusiness. Sua ação política vai se basear, fundamentalmente, nas ferramentas da ação estruturada e na racionalidade, manejadas com espírito público e ampla participação de todos os segmentos que a constituem. Irá atuar internacionalmente junto à Associação Internacional de Agribusiness, para que o Brasil seja ouvido e manterá relações sistemáticas com associações congêneres de outros países.” (ABAG, 2013, p. 15)

A capacidade de mobilização da organização de tipo novo não é o único fator que a difere do tipo tradicional de representação. A ABAG reuniu entre suas associadas indústrias a montante, indústrias a jusante, armazenadores, transportadores,

distribuidores, entidades financeiras, comerciais e de serviços. Tomando como referência a diretoria e o conselho administrativo da ABAG, encontra-se entre seus principais associados os representantes de diferentes frações do capital (ABAG, 2002), com é possível observar:

## Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)



O “Partido do Agronegócio” reivindica o número diverso de frações da classe dominante que representam, segundo o site oficial da ABAG, cerca de 30% do PIB, 40% das exportações, mais de 60% do fluxo de caixa interno, 40% de toda a força de

trabalho do país e 70% do consumo das famílias brasileiras. A proposta da ABAG é ter o reconhecimento deste peso político, sendo sua agenda de interesses encaminhada pelas agências do estado estrito. (ABAG, 2008)

Em sua criação, a ABAG se definiu como “a instituição representativa dos interesses comuns aos agentes das cadeias agronômicas, de modo que possam expressar-se de maneira harmônica e coesa nas questões que lhes são comuns. ” (ABAG, 1993, p.18) Estiveram presentes no lançamento da entidade, diversas lideranças do patronato rural, parlamentares da bancada ruralista, membros do governo, além da imprensa que cobriu a cerimônia. A nova associação reivindicou para si a missão de valorizar a imagem do “agribusiness brasileiro”, estratégia para superar a crise, unificando sob este mesmo conceito diversas frações do capital.

O conceito de “agronegócio” ou “agribusiness” foi, desde o início, utilizado pela ABAG visando homogeneizar sob um mesmo código a economia brasileira, apresentando-se como dirigente de um “novo pacto político do conjunto do empresariado brasileiro em torno da definição de novas alternativas para o desenvolvimento.” (BRUNO, 1998:39) É justamente neste ponto em que a ABAG assume seu papel de Moderno Príncipe do agronegócio, agindo no sentido de unificar as diversas frações, sobretudo as financeiras, industriais, comerciais e agrárias sob uma mesma bandeira. Segundo Gramsci (2011), este é um movimento próprio das classes sociais:

“A unificação das tropas de muito partidos sob a bandeira de um único partido, que representa melhor e sintetiza as necessidades de toda a classe, é um fenômeno orgânico e normal, ainda que seu ritmo seja muito rápido e quase fulminante em relação aos tempos tranquilos: representa a fusão de todo um grupo social sob uma só direção, considerada a única capaz de resolver um problema vital dominante e de afastar um perigo mortal.” (Ibidem, p. 304)

A função assumida pela ABAG, no entanto, só poderia ter sucesso mediante a organização de uma poderosa capacidade dirigente, formação de intelectuais orgânicos responsáveis por dar vida às estratégias de hegemonia e, por fim, representar a articulação campo-cidade no interior da classe dominante, através da unidade entre as frações agrária, industrial e financeira do capital.

A ABAG se caracteriza pelo alto poder de formação e difusão de seus interesses. O braço pedagógico desta representação é formado por organizações que se dividem entre as tarefas de formar os intelectuais orgânicos da classe e difundir a autoimagem do “agronegócio”. Os intelectuais orgânicos de um partido atuam em duas frentes: os



intelectuais de “alta patente” são os dirigentes e forjam a consciência de sua classe, enquanto que àqueles de “baixa patente”, formam uma camada subalterna de intelectuais orgânicos, responsável pela atuação junto à classe dos trabalhadores disseminando a pedagogia do consenso. Entre os intelectuais orgânicos da ABAG, enquanto alguns são formados para atuarem como dirigentes na organização produtiva das empresas associadas ou como representantes do “Partido do Agronegócio” nas agências da sociedade política, uma camada de intelectuais de “baixa patente” vem sendo mobilizada por programas, palestras e concursos.

A camada de “intelectuais orgânicos de baixa patente” da ABAG é formada por professores e jornalistas. Estes são fundamentais na tarefa de disseminar um ideário que valorize as novas organizações, associando o “agronegócio” à “sustentabilidade”, “modernidade”, “responsabilidade social” e à “segurança alimentar”. Ambas as categorias, professores e jornalistas, são recrutadas em eventos de premiação que afirmam a autoimagem do agronegócio

A ABAG teve ao longo dos seus vinte anos de existência seis presidentes, membros da camada de “intelectuais de alta patente” do “Partido do Agronegócio”: Ney Bittencourt (1993-1996), Arturo José Furlong (1996), Luiz Alberto Garcia (1996-1999), Roberto Rodrigues (1999-2002), Carlo Lovatelli (2002-2011) e Luiz Carlos Corrêa Carvalho (2011-2013). Cada presidente cumpriu um mandato de três anos, com exceção de Arturo José Furlong que ficou apenas seis meses no cargo, tendo substituído Ney Bittencourt após sua morte, e Carlo Lovatelli que permaneceu por três gestões.

O fundador da ABAG, Ney Bittencourt de Araújo (in memoriam), nasceu em 1936, em Viçosa (MG). Filho de Antônio Secundino de São José, o fundador da Agrocerec. Formou-se em Agronomia pela Universidade Federal de Viçosa e graduou-se pela American Management Association, em Nova York, no Curso Avançado de Administração. Como presidente da Agrocerec, foi também diretor, conselheiro ou presidente de 21 entidades nacionais e internacionais ligadas ao Agribusiness. Foi membro do Conselho Técnico do Industry Council for Development (órgão ligado ao Banco Mundial, em Nova York), e ao International Board da IAMA, em Boston.

Luiz Alberto Garcia nasceu em 1935, em Uberlândia (MG). Formou-se em Engenharia Eletrônica pela Escola Federal de Itajubá. Atualmente, é presidente do Conselho de Administração da Algar, grupo empresarial fundado por seu pai, Alexandrino Garcia, que atua nos segmentos de Telecom/TI, Agro, Serviços e

Entretenimento. O setor agro do grupo corresponde a 34% da receita total. O grupo Algar conta com 20 mil colaboradores.

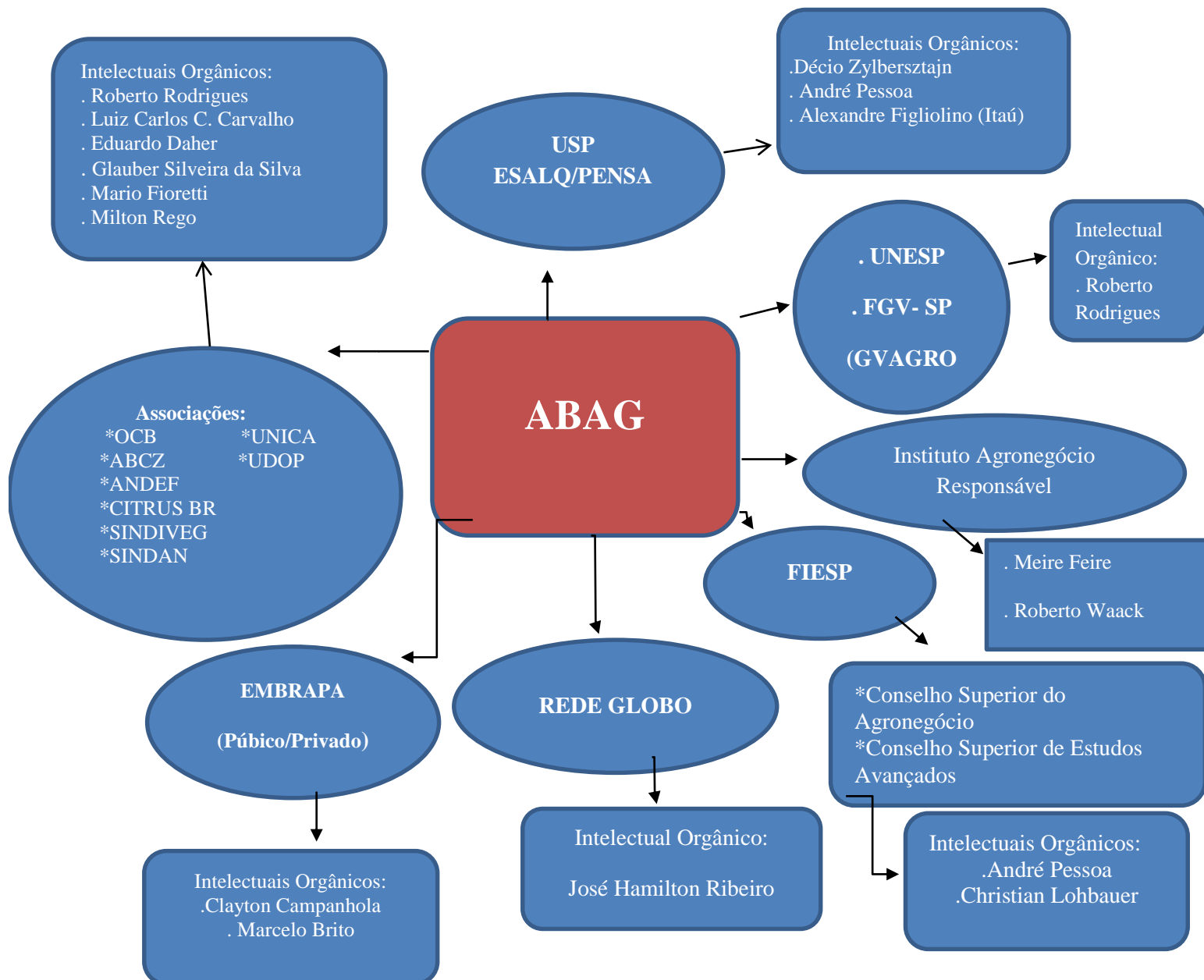
Arturo José Furlong nasceu na Argentina em 1929, mas naturalizou-se brasileiro. Foi no Brasil que construiu sua carreira no agronegócio. Trabalhou nas empresas Wilson Sons S.A, DuPont do Brasil S.A. e atuou por mais de 30 anos no grupo Bunge, como diretor da Sanbra e presidente da SAMRIG Moinhos Riograndense. Sua atuação no campo institucional não foi menor. Presidiu, por duas gestões, a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), foi vice-presidente da International Association of Seed Crushers (IASC), diretor e vice-presidente da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (ABIA). Na ABAG foi eleito vice-presidente em junho de 1994 e em janeiro de 1996 assumiu a Presidência pelo período de seis meses.

Roberto Rodrigues nasceu em Cordeirópolis (SP), em 1942. Engenheiro agrônomo formado pela ESALQ USP é atualmente coordenador do Centro de Agronegócios da Fundação Getulio Vargas e pesquisador visitante do Instituto de Estudos Avançados da USP. É autor de nove livros e coautor de diversos outros. Doutor Honoris Causa pela UNESP. É o embaixador especial da FAO para o Ano Internacional do Cooperativismo. Foi dirigente de cooperativas agrícolas e de crédito rural. Foi presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, da Organização Internacional de Cooperativas Agrícolas e da Aliança Cooperativa Internacional – ACI. Como presidente da ABAG (de 1999 a 2002), foi o responsável pela criação do Congresso Brasileiro do Agronegócio e deixou o cargo para assumir o MAPA (2003-2006) onde continuou a cumprir a tarefa de intelectual orgânico da ABAG na sociedade política.

A diretoria eleita para o mandato mais recente (2011-2014), tem em Carlo Lovatelli seu presidente. Lovatelli nasceu em São Paulo, em 1945, é bacharel em Física, pela Universidade de São Paulo e pós-graduado em Administração de Empresas, pela Fundação Getulio Vargas. Preside atualmente a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), após ter sido executivo da Bunge por 33 anos em várias áreas. Assumiu a Presidência da ABAG em 2002 e permaneceu no cargo por três gestões, até este último mandato, iniciado em 2011. Todos os presidentes, assim como os demais intelectuais orgânicos da ABAG, desempenharam importante papel na difusão dos

interesses do partido do agronegócio na sociedade civil, como é possível verificar adiante:

### ABAG na Sociedade Civil



A ABAG organizou um espaço fundamental para suas formulações que foi o Congresso Brasileiro do Agronegócio. A primeira edição do Congresso Brasileiro de Agribusiness (CBA) foi idealizada pelo ex-ministro Roberto Rodrigues, 2002, quando

presidia a ABAG, resultando no Projeto Estratégico de Desenvolvimento do Agronegócio Brasileiro (2002-2010). O desafio, segundo a ABAG em seu site, era “trazer à luz os instrumentos necessários para potencializar o crescimento do agronegócio brasileiro.” Este congresso resultou também na “Carta do Agribusiness Brasileiro na Perspectiva 2010”, com uma visão política do setor a partir de três blocos: Metas e políticas para a expansão do setor; Agenda brasileira diante das tendências do agronegócio no mundo; A importância do “agricluster” para a construção da competitividade nas cadeias produtivas. Como naquele ano ocorriam fatos muito significativos, tais como as eleições presidenciais e as rodadas de negociações internacionais da Organização Mundial do Comércio (OMC), a repercussão do 1º CBA deixou a marca da sua continuidade para os próximos anos.

As projeções de crescimento para a década, apresentadas no 1º CBA apontaram para a incorporação de novas áreas e para ganhos de produtividade. Pelo menos mais 40 milhões de toneladas de grãos e 5 milhões de toneladas de carnes deveriam ser agregadas à produção nacional. A geração de energia a partir da biomassa foi outro fato destacado como relevante, seja na expansão do álcool, através da cana, ou do biodiesel, a partir da soja. Para tornar possível esses avanços, é necessário levar adiante estratégias que sustentem o crescimento.

O diferencial de custos na produção mais baixos da agricultura nacional foi reconhecido no 1º CBA. No entanto, segundo ata do congresso, “esse diferencial só será transformado em vantagem competitiva, se houver uma maior eficiência nas atividades além das porteiras.” (1º CBA, [www.abag.com.br](http://www.abag.com.br), acesso em 10/01/2014). Equilíbrio macroeconômico para viabilizar os planos agrícolas, instrumentos modernos de comercialização, negociações nos fóruns internacionais e a materialização de um plano de logística foram os pontos elencados como cruciais para os próximos anos. As tarefas para o período seriam “eliminar entraves burocráticos, rever paradigmas e criar planos para o futuro são ações factíveis a partir de esforços conjuntos, envolvendo governo e iniciativa privada(...). O desafio consiste em construir estratégias e implementar ações para solidificar o agronegócio como determinante para o desenvolvimento do país.” (Ibidem)

O tema do 2º CBA – “Construindo Estratégias” – traçou uma linha de continuidade às proposições desenvolvidas na primeira edição do evento, quando foram apresentados e discutidos os objetivos e delineada uma agenda. O 2º CBA, realizado em

Brasília, em 2003, além de vislumbrar alternativas para atingir as metas propostas no congresso anterior, teve o propósito de conferir maior visibilidade a essas discussões, demonstrando ao governo o grau de mobilização do agronegócio no país, e apurar o grau de conhecimento nacional sobre o setor. A exaltação do setor passou pela afirmação da contribuição social do agronegócio brasileiro e seu papel no “Programa Fome Zero” do governo federal, na estratégia da segurança alimentar, na geração de divisas e na alta participação na matriz energética nacional, como multiplicador de renda e emprego. Na avaliação do 2º CBA:

“O Brasil vem obtendo safras recordes em seus principais cultivos e criações. O saldo comercial do agronegócio segue na mesma marcha. Esse cenário é resultado da combinação de uma série de fatores positivos e dos investimentos contínuos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico nas áreas de insumos, máquinas e equipamentos. Soma-se a esses fatores, a aplicação de um padrão mais elevado na gestão técnica e econômica do campo, garantindo maior competência na produção de alimentos, fibras e energia. Para manter essa tendência de avanços constantes, há muitos desafios a serem transpostos. Para assegurar a evolução crescente do agro-negócio, os ganhos de produtividade proporcionados pelas atividades das suas várias cadeias produtivas não podem ser dissipados por ineficiências na logística de armazenagem, transporte e portos. Há grandes entraves na distribuição interna e externa da produção primária e este é o calcanhar-de-aquiles do agronegócio brasileiro. É preciso planejar e investir de forma correta em infra-estrutura, para eliminar os gargalos que inibem o potencial de crescimento das cadeias produtivas.” (2º CBA, [www.abag.com.br](http://www.abag.com.br), acesso em 04/01/2014)

O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e presidente licenciado da ABAG, Roberto Rodrigues, marcou o 2º CBA pelo convite realizado ao setor privado a investir em pontos cruciais para o desenvolvimento do agronegócio nacional. A ideia da criação, pelo setor privado, de um Fundo de Desenvolvimento Tecnológico – acompanhada pela sugestão de um conjunto de ações efetivas de marketing rural; logística; crédito e comercialização; defesa sanitária; reforma agrária e negociação internacional -, foi apresentada pelo ministro aos mais de 400 participantes que lotaram durante dois dias o plenário do II Congresso, no Palácio do Itamaraty. Roberto Rodrigues foi enfático ao expor o desafio, afirmando que o investimento do capital privado nessa área é fundamental ao país, tendo em vista que, segundo o ministro, o governo federal não poderia dispor de recursos orçamentários suficientes para incrementar esses pontos estratégicos para o agronegócio. Como resposta à solicitação

do ministro, a ABAG apresentou ao presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, e ao próprio ministro Roberto Rodrigues, também presente ao encerramento do 2º CBA, sua proposta de atuação estratégica para incrementar o investimento do setor. De acordo com o presidente da ABAG na época, Carlo Lovatelli, o “agronegócio” estaria pronto para contribuir com o governo na formação de parcerias que estimulem os investimentos do capital privado. Na apresentação feita ao presidente da República, Lovatelli destacou alguns dos principais pontos discutidos durante o encontro:

“O II Congresso Brasileiro de Agribusiness trouxe massa crítica a grandes temas relacionados ao sistema de alimentos, fibras e energia, e ratificou o agronegócio como o grande alavancador da economia nos próximos anos. O campo está preparado para dar resposta ao crescimento, e as maiores dificuldades enfrentadas estão na infra-estrutura e na política tributária. Nesse sentido, nossa proposta é a de que um Fundo Privado para o Desenvolvimento Tecnológico, tal como foi sugerido pelo ministro Roberto Rodrigues, seja concretizado por meio de um trabalho conjunto dos diversos elos privados do agronegócio. Esse esforço deverá ser desenvolvido pelo setor de maneira pró-ativa nos próximos meses, procurando criar alternativas concretas e fortalecer parcerias como, por exemplo, as existentes entre produtores de sementes e a EMBRAPA. Já estão acontecendo diversas experiências importantes nessa área, como no caso da produção de milho, segmento que está investindo R\$ 4,7 milhões no desenvolvimento de tecnologia.” (2º CBA, [www.abag.com.br](http://www.abag.com.br), acesso em 08/01/2014)

Na área de Comunicações e Marketing Rural, o diagnóstico realizado pelo presidente da ABAG foi que o “agronegócio” brasileiro carecia de uma melhor comunicação, devendo haver nos anos seguintes um esforço contínuo para organizar campanhas que modificasse esta situação. Em relação ao comércio exterior, o agronegócio brasileiro, em 2003, enfrentava situação diferente do quadro de passividade e desconhecimento do início da década de 1990. A criação do ICONE, Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais, lançado oficialmente durante o 2º CBA, criou expectativas quanto ao maior direcionamento, informação e agilidade na tomada de decisões em defesa dos interesses das cadeias produtivas, sobretudo nas relações com o mercado mundial. Quanto às expectativas de safra, os recursos anunciados indicaram uma nova safra recorde, da ordem de 120 milhões de toneladas de grãos e grandes oportunidades na área de energia renovável face à disponibilidade de recursos naturais e o know-how existente na produção de bio-combustíveis (por exemplo: Biodiesel). Em relação aos produtos transgênicos, foi destacado, ao longo do

2º CBA, a importância e prioridade para a ABAG na discussão, propondo um “debate com bases científicas, evitando uma visão ideológica do tema. Defendemos a necessidade de esclarecer os consumidores: difundir conceitos, certificação e rotulagem.” (2º CBA, [www.abag.com.br](http://www.abag.com.br), acesso em 10/01/2014)

Enquanto o 1º CBA destacou as potencialidades e a capacidade do Brasil alavancar de forma significativa a produção agropecuária e o 2º CBA concentrou-se na concepção de estratégias pós-porteira das fazendas, para dar suporte a esse crescimento, o 3º CBA, em 2004, foi destinado a realização de um balanço sobre os encaminhamentos dos congressos anteriores. O tema “Criando Vantagens Competitivas” e os debates acerca das alternativas para o crescimento sustentável do agronegócio forneceram a direção do congresso. Os painéis do 3º CBA tiveram a participação de representantes da ABAG e membros do governo, na apresentação de posições, análises e tendências sobre questões cruciais para o desenvolvimento do agronegócio: a competitividade, a sanidade e seus impactos globais, a agricultura energética e as negociações internacionais.

A abertura de novos mercados constituiu matéria de grande destaque no congresso. A proposta do 3º CBA foi discutir como o governo e a iniciativa privada enxergavam as questões chave da competitividade das cadeias produtivas do agronegócio. A suposta importância do agronegócio na geração de renda e emprego para a economia e o desenvolvimento nacional constituiria, segundo a ABAG, uma percepção crescente na sociedade brasileira. Por meio de suas cadeias produtivas, o país estaria, cada vez mais, inserindo-se no mundo globalizado e competitivo. A recente e célere expansão da produção agroindustrial teria aberto a possibilidade para o país se posicionar como o maior exportador mundial de alimentos, fibras e energia renovável, situando “o poder público e a iniciativa privada frente a desafios de diferentes naturezas, a começar pela questão tecnológica com investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação.” (3º CBA, [www.abag.com.br](http://www.abag.com.br), 07/01/2014) Na avaliação realizada pela ABAG, junto com a ocupação de imensas áreas do cerrado, novos arranjos imprimiram na agricultura um processo de modernização tecnológica e de gestão. Neste contexto, “as propriedades rurais passaram a ser administradas como empresas, articuladas às áreas da indústria, comércio e serviços.” (Ibidem)

No 4º CBA, em 2005, a ABAG convocou seus associados para discutir temas como a integração entre agricultura, meio-ambiente e energia, tendências mundiais,

infra-estrutura e comércio internacional, sob o tema “Alimentos, Energia e Sustentabilidade”. Dirigido a empresários, investidores, profissionais dos diversos segmentos do agronegócio, consultores e acadêmicos, o congresso foi realizado pela ABAG com apoio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Com quatro painéis e três palestras, o congresso reuniu vinte e cinco conferencistas e cerca de seiscentos participantes. A abertura do congresso foi realizada pelo presidente da ABAG, Carlo Lovatelli, pelo Governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, e pelo Ministro da Agricultura Pecuária e Abastecimento Roberto Rodrigues. Entre os conferencistas estiveram nomes como Antônio Ermírio de Moraes (presidente do Conselho de Administração do Grupo Votorantim), João Carlos de Figueiredo Ferraz (presidente da Crystalsev), João de Almeida Sampaio Filho (presidente da Sociedade Rural Brasileira), Clodoaldo Hugueney Filho (Subsecretário-geral de Assuntos Econômicos e Tecnológicos do Ministério das Relações Exteriores e principal negociador do Brasil junto à OMC), Eliezer Batista da Silva (ex-ministro das Minas e Energia e consultor da Vale do Rio Doce), Josué Christiano Gomes da Silva (presidente da Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas), Eduardo Giannetti da Fonseca (professor do IBMEC Educacional), Gabriel Alves Maciel (Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura) e William Westman (Adido Agrícola dos EUA no Brasil). O 4º CBA teve patrocínio da Agrocerec, Anfavea, Banco do Brasil, Bayer CropScience, BM&F, Bunge, Citrovita, KeplerWeber, Roundup Ready Tecnologia, Sadia e União da Agroindústria Canavieira de São Paulo (Unica) e o apoio de Agência Estado, Arthur D. Little e do Inpev (Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias).

Na abertura do congresso ABAG, o presidente Carlo Lovatelli afirmou que o setor enfrentava um momento difícil com uma perda grande da produção, o que aumenta a importância da realização de um congresso. “Essa não deixa de ser uma grande razão para um congresso abordar a situação e buscar soluções o mais rápido possível.” (4º Congresso Brasileiro do Agronegócio) Carlo Lovatelli destacou ainda que o foco do congresso era atual na medida em que discutiria, entre outros assuntos, sustentabilidade e bioenergia, temas que são preocupações inerentes ao setor que vinha desempenhando cada vez mais um papel crucial no desenvolvimento econômico do Brasil:



“Fortalecido e melhor preparado tecnologicamente, gera hoje mais de 37% dos empregos no território nacional. Com participação em 34% do PIB, o setor responde por 42% das exportações, levando o Brasil a uma posição de destaque no ranking das nações mais competitivas do mundo na produção de commodities agroindustriais, com enorme potencial de expansão horizontal e vertical da oferta. O País detém o quarto lugar nas exportações agrícolas mundiais, com uma taxa média de crescimento acima de 6% ao ano. É o primeiro exportador mundial de produtos dos complexos soja, café, açúcar, suco de laranja, tabaco e carne bovina e de frango. Em 2004, as exportações do setor atingiram US\$ 39 bilhões, com um crescimento de 27,3% em relação ao ano anterior. Com a conquista de novos mercados externos, a expectativa do Ministério da Agricultura é de um incremento de 15% em 2005.” (Ibidem)

Em 2006 e 2007, os congressos da ABAG foram mediados pela tensão existente entre aqueles que apoiavam o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e aqueles que defendiam o rompimento do apoio político dado desde o início do primeiro mandato, quando Roberto Rodrigues assumiu o MAPA. Esta tensão já existia desde a crise que desencadeou na demissão de Clayton Campanhola e toda a diretoria da Embrapa. Em 2006, pouco antes da abertura do período eleitoral Rodrigues deixou o ministério, aumentando a tensão entre a entidade e o governo federal, reforçando a relação que nunca deixou de existir entre a entidade e o governo do estado de São Paulo, governado por Geraldo Alckmin.

O 6º CBA, em 2007, avaliou as condições do setor e os cenários possíveis para o futuro, diante da reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Os temas debatidos foram: sustentabilidade, agroenergia e o conceito de um único “agronegócio” não só para o Brasil, mas também no âmbito internacional. Nos dois dias de debates, mais de seiscentos participantes analisaram e discutiram o estágio de desenvolvimento do “agronegócio” brasileiro e sua inserção mundial, além de aspectos econômicos, sociais e ambientais que influem no setor e que devem gerar impactos crescentes no futuro. “A planta não tem escolha ideológica e nós não temos o direito de prejudicar o produtor com dicotomias predatórias” (6º Congresso Brasileiro de Agribusiness), destacou Carlo Lovatelli, então presidente da ABAG, no discurso de encerramento do encontro, reiterando o apelo pela união de todos que integram a cadeia do agronegócio. Entre os convidados que estiveram presentes estavam o secretário de Política Agrícola do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Edílson Guimarães, o Governador do Estado de São Paulo José Serra, o jornalista Arnaldo Jabor, o ex-ministro do

Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior Luiz Fernando Furlan, o Professor da Universidade de Illinois Robert L. Thompson (EUA) e o Diretor da International Food Policy Research Institute (IFPRI), Ashok Gulati (Índia).

No último dia do 6º CBA expostas críticas que geraram polêmicas entre os participantes – a exemplo do resultado de uma pesquisa da FAO, exposta pelo professor Eduardo Giannetti, do IBMEC. Nela, havia um indicativo de que os gases produzidos pela criação de gado são mais lesivos ao ambiente do que os emitidos por toda a frota de veículos do planeta. Outra polêmica surgiu no primeiro painel – Sustentabilidade - apresentado pelo presidente do Instituto Ethos, Ricardo Young Silva. Sua análise da responsabilidade do agronegócio na migração do campo para os centros urbanos - “Os processos de concentração de terras e de mecanização acelerado que não acompanha o ritmo de capacitação do trabalhador rural os empurram para as favelas das grandes cidades, ocasionando um inchaço nos centros urbanos” – foi fortemente contestada. (6ºCBA, [www.abag.com.br](http://www.abag.com.br) Acesso em 04/01/2014).

Neste congresso apareceram as primeiras críticas abertas ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo o professor Eduardo Giannetti, o Brasil não conseguir acompanhar os índices de crescimento mundial, que ultrapassa 5% ao ano, desde 2002. “O Estado Brasileiro não cabe no PIB. Ele arranca 34% da renda dos brasileiros, drena recursos do país não para investimento, mas para gastos correntes do setor público”. Giannetti mostrou-se ainda cético quanto aos resultados reais do programa do governo federal denominado como Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). “Digo que o PAC não é Programa de Aceleração do Crescimento, mas sim um Plano de Abuso de Credulidade” (6º CBA, [www.abag.com.br](http://www.abag.com.br), acesso em 10/01/2014). Para ele, o PAC nada mais é do que a reunião de vários programas já existentes que, com sua nova roupagem, só acrescenta 0,8% de investimento real planejado.

O principal motivo de insatisfação da ABAG quanto ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no início do segundo mandato derivou da perda de importância do projeto do biocombustível que produziria um incremento na produção de cana de açúcar. Isto ocorreu diante das notícias de descoberta da economia do pré sal a ser explorada. A resposta do governo foi o envio ao 6º CBA do Gerente de Novos Negócios de Abastecimento Corporativo da Petrobrás que foi palestrante do segundo painel, cujo tema foi agro energia. A partir do posicionamento estratégico da estatal em relação aos biocombustíveis, o representante da empresa afirmou que o papel da estatal

“é complementar às atividades de outras empresas da iniciativa privada, visando fortalecer o mercado interno para conquistar o mercado externo.” (6º CBA, [www.abag.com.br](http://www.abag.com.br) acesso em 16/01/2014) Nesta ocasião aproveitou para apresentar uma série de projetos que a empresa desenvolvia, especialmente no que diz respeito à construção de dutos para exportação de etanol ligando áreas tradicionais de cultivo de cana aos portos de São Sebastião (SP) e Ilha D’Água (RJ). Carlos Roberto Silvestrin, vice-presidente da Associação Paulista de Cogeração de Energia, um dos debatedores do painel defendeu a necessidade de o país buscar todas as alternativas possíveis de energia e multiplicar as possibilidades da matriz energética. “Precisamos quebrar a monocultura das hidrelétricas e reconhecer o valor agregado da agro energia que pode ser ofertada no período de seca”. (6ª CBA, [www.abag.com.br](http://www.abag.com.br), acesso em 06/01/2014)

As tendências da agricultura global foram apresentadas em um painel específico pelo professor Robert L. Thompson da Universidade de Illinois, pelo diretor da International Food Policy Research Institute – Ásia - Ashok Gulati e pelo professor do IBMEC, Fabio Chaddad. Segundo Thompson, a demanda mundial por alimentos deve duplicar nesta primeira metade do século por conta do aumento de consumo de alimentos de países asiáticos. Em países em desenvolvimento, segundo o professor, a demanda deve ser maior do que a capacidade de produção, criando uma excelente oportunidade de mercado para países emergentes, como o Brasil. “Esta é uma tendência do comércio internacional, ou abraçamos estas mudanças ou somos vítimas delas. E a tendência do Brasil é ser parceira destas mudanças e não vítima”, afirmou Thomas (6ª CBA, [www.abag.com.br](http://www.abag.com.br), acesso em 06/01/2014) Para Fabio Chaddad, participante de uma pesquisa transcontinental que estuda a integração de países emergentes da América do Sul e do Sudeste Asiático, e participante do mesmo painel, o Brasil teria que explorar ainda muito as suas relações com esses países: “O mercado brasileiro é responsável por menos de 10% da pauta de importação de produtos alimentares nestes países” (Ibidem). Índia e China, segundo este estudo, já alcançaram a sua capacidade produtiva, não tendo mais áreas agricultáveis disponíveis. “O crescimento populacional, o aumento da renda per capita e a urbanização de países asiáticos tem levado o aumento de consumo de alimentos e a diversificação da dieta”, explica Chaddad (Ibidem) O diretor da International Food Policy Research Institute, Ashok Gulati, encerrou o painel falando da situação de seu país natal, a Índia. Para ele, o “prato vai dirigir o arado”, referindo-se ao consumo per capita naquele país. “Na Índia, no período de 20 anos, o consumo de

produtos de alto valor da agricultura como peixes, frutas, ovos, leite, cresceu de 32% para 48%”, diz Gulati (Ibidem)

Durante o evento, o Grupo Qualiagro lançou o livro Sistema de Qualidade nas Cadeias Agroindustriais (2007), editado pela Fundação Getúlio Vargas, um conjunto inédito de normas técnicas e parâmetros de qualidade para o agronegócio. O livro teve apresentação do presidente da Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz (Fealq), professor-doutor Antônio Roque Dechen. O objetivo do trabalho, editado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), foi auxiliar na qualificação de produtos agropecuários, visando a superação de entraves enfrentados, sobretudo, no comércio exterior. Um dos grandes problemas enfrentados pelo setor são as barreiras fitossanitárias, ambientais ou econômicas impostas por outros países na compra de produtos brasileiros. A apresentação da coletânea foi realizada pelo presidente da Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz (Fealq), professor-doutor Antônio Roque Dechen, e reuniu artigos de consultores como Dr. Paulo Cruvinel (Embrapa / RIPA) e Dr. Reinaldo Ferraz (Ministério da Ciência e da Tecnologia). O livro foi destinado a todos ligados ao setor do agronegócio, além de profissionais do setor público envolvidos com os temas de regulamentação técnica e sanitária e da comunidade acadêmica. Segundo o professor Roque Dechen, a grande importância da obra é a definição dos marcos regulatórios de todas as cadeias produtivas. “Acreditamos que a ABAG se antecipou e descortinou as demandas de discussões e normatizações da produção agrícola de qualidade ao editar esse primeiro volume do livro” ([www.abag.com.br](http://www.abag.com.br) acesso em 15/01/2014). Segundo a ABAG, a importância da obra, que deverá ganhar edições futuras, é o começo de um processo multiinstitucional, onde atuaram em conjunto o Fundo Setorial do Agronegócio, a Embrapa, a Finep, as Universidades Esalq e de Viçosa, o Instituto de Pesquisa Tecpar, a Rede de Inovação e Prospecção Tecnológica do Agronegócio (Ripa), a Fundação Getúlio Vargas e ministérios do Governo, todos em conjunto com um objetivo comum: “tornar o agronegócio sustentável e com responsabilidade social.” (Ibidem) Os principais temas abordados nesta obra foram: a padronização da Tecnologia Industrial Básica (TIB) além de normas e regulamentos técnicos, tendências para os setores de soja e de carne bovina; avaliação de conformidade nas cadeias do agronegócio; sistemas de rastreabilidade; Inovação e Prospecção Tecnológica para o Agronegócio; Normalização Técnica no Agronegócio e no papel da ABNT.

Na apresentação do 6º CBA fica explícito o esforço de tornar o “Triple Botton line” no exemplo de responsabilidade socioambiental, responsável por produzir uma suposta conciliação entre os interesses sociais, ambientais e econômicos. A construção hegemônica é explicitada no discurso da ABAG que visa tornar seus interesses privados em interesses gerais de todo país. No texto final do 6º CBA, Carlo Lovatelli propôs:

A aplicação da sustentabilidade em cima do "Triple Botton Line" para o equilíbrio dos vértices entre a produção, o meio ambiente e a responsabilidade social, sai rapidamente da esfera teórica e chega ao mundo dos negócios. Essa corrente faz parte da agenda deste século XXI e ganha força em escala global. Todos os passos estudados e acionados de forma pró-ativa em relação a esse movimento trarão resultados positivos para as cadeias produtivas do agronegócio brasileiro consolidar suas posições e participações no mercado mundial. A repercussão e coroamento do sucesso deste 6º CBA dependem muito do seu carinho e compreensão para com o setor. Com uma visão internacional sólida para orientar o nosso trabalho interno, a Abag mais uma vez reconhece e agradece a sua contribuição para levarmos com legitimidade e energia as teses que melhor atendam o interesse do agronegócio e do País”. (6º CBA, [www.abag.com.br](http://www.abag.com.br) acesso em 17/01/2014).

No 7ª CBA, em 2008, a principal pauta esteve relacionada a diminuição dos impostos sob o agronegócio pautando-a na justificativa do papel social de produtor de alimentos para o país, através do conceito de segurança alimentar. O presidente Carlo Lovatelli, reivindicou a adoção de uma política de imposto zero para alimentos no Brasil. No discurso de abertura do congresso, Lovatelli afirmou que se o governo levasse adiante o “texto da reforma tributária apresentado ao Congresso em fevereiro deste ano com o objetivo de simplificar a arrecadação de impostos e reduzir a carga tributária, os alimentos podem ser isentos sem prejuízo da arrecadação”. (7º CBA, [www.abag.com.br](http://www.abag.com.br), acesso em 17/01/2014). A medida ainda beneficiaria a luta anti-inflacionária e beneficiaria a população de baixa renda, que compromete parte importante de seus vencimentos com alimentação. Lovatelli exibiu, por um lado, um panorama otimista sobre o desempenho do agribusiness em seu discurso, lembrando que o setor atingiu US\$ 58 bilhões em exportações no ano passado, um recorde que superou em 18% o número do exercício de 2006. Por outro lado, o presidente da Abag levantou uma série de pontos que travariam o crescimento do agronegócio, além da tributação, e que dependem de decisões de governo para serem superadas. Ele citou os entraves na

política de biogenética que, segundo ele, “houve avanços, mas ainda tem muitas indefinições de cunho ideológico e que fazem as decisões econômicas patinarem” (Ibidem). Lovatelli também se queixou da falta de sinergia entre os ministérios que influem no setor, explicitando as tensões que existiam no governo Luiz Inácio Lula da Silva, desde o primeiro mandato: "Sabemos que há práticas diferentes entre cada ministério, cada qual com uma visão sobre agronegócio, e isso dificulta a definição de marcos para nossa atuação" (Ibidem) Na área de bioenergia, Lovatelli se disse frustrado com tantos anos de discussões sobre o biodiesel, destacadamente no período em que Roberto Rodrigues esteve à frente do MAPA, que levaram a "resultados pífios" e afirmou estar preocupado sobre os poucos resultados que o setor produtor de etanol tem conseguido cada vez que precisa de intervenção do governo.

O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, presente na abertura do 7º CBA, reafirmou seu otimismo, destacando que o país hoje conta com organização e estrutura, montadas principalmente pela cadeia privada do agronegócio. "O setor vai alcançar os 50% da pauta de exportações em breve, não tenho dúvida sobre isso. E não será preciso derrubar árvores para chegarmos à meta" (7º CBA, [www.abag.com.br](http://www.abag.com.br) Acesso em 20/01/2014). Segundo o ministro, este otimismo estava relacionado às perspectivas de crescimento do agronegócio no país: “o Brasil manterá crescimento de 4% a 5% anuais na safra pelos próximos anos, graças ao aumento da demanda por alimentos em todo o mundo e às condições inigualáveis. ” (Ibidem) Em sua apresentação, o ministro fez referência a um mapeamento completo realizado pelo MAPA sobre regiões que ele denominou como "áreas congeladas para o agronegócio". São zonas de reservas de todos os tipos, mais assentamentos agrários e áreas quilombolas, sobre as quais o ministro afirmou: "Descobrimos com esse levantamento que 70% do território brasileiro está congelado para a agricultura e pecuária. Hoje, minha preocupação não é com o fim das áreas protegidas, mas sim com o fim das áreas agriculturáveis. ” (Ibidem)

O tema do 8º CBA “Agronegócio é Sustentabilidade: Crise e Oportunidades”, em 2009, foi pautado nas necessidades da associação em debater as ações do agronegócio brasileiro frente a crise mundial iniciada no ano anterior, mantendo como questão de fundo a problemática da sustentabilidade. Na abertura do congresso, o presidente Carlo Lovatelli defendeu que a iniciativa privada do agronegócio brasileiro tinha intenção de transformar desmatamento, redução de queimadas e manutenção de

matas ciliares em crédito de carbono, estimando que o País produziria o equivalente a até US\$ 2 bilhões em papéis com potencial de serem negociados no comércio internacional. De acordo com Lovatelli “o setor está se organizando para que o pleito seja levado pelo Itamaraty para a mesa de negociação da Conferência das Partes (COP-15) da Convenção do Clima, que se realizará em Copenhagen, em dezembro deste ano.” (Ibidem) No entanto, a iniciativa de transformar o país em prestador de serviços ambientais poderia, segundo ele, esbarrar justamente no âmbito governamental, já que outras agendas, de caráter político, estarão em pauta. As iniciativas como a redução do desmatamento e outros serviços ambientais deveriam ser remuneradas com financiamento direto. Segundo Lovatelli, isso produziria um mercado que atrairia fundos nacionais e internacionais. "Pode ser feita uma bela produção disso para ser colocada no mercado e o governo substituiria ações de controle no agronegócio brasileiro" (8ª CBA, [www.abag.com.br](http://www.abag.com.br), acesso em 20/01/2010)

Ingo Plöger, presidente da IP Desenvolvimento, consultoria especializada em sustentabilidade e internacionalização, e diretor da ABAG afirmou no 8º CBA que haviam dois mercados de crédito de carbono, sendo um atrelado ao Protocolo de Kyoto e outro liderado pelos Estados Unidos, que negociam seus papéis na Bolsa de Chicago. Segundo Plöger, seria difícil o Brasil recolocar esses itens na pauta das Nações Unidas (ONU) porque o governo brasileiro estava comprometido com o protocolo de Kyoto e poderia ficar numa situação política delicada. Geraldo Fontelles, ministro interino da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), disse que o assunto já estava tramitando no Congresso Nacional, sendo “interesse do governo beneficiar produtores que aderem a critérios de sustentabilidade” e, ainda segundo o ministro, o governo federal já vinha agindo nesse sentido, concedendo limites maiores de empréstimo a quem preserva o meio ambiente. Para Roberto Rodrigues, a quatro meses do evento sobre mudanças climáticas da ONU, os empresários da agricultura têm projetos avançados na área de sustentabilidade, mas ainda falta unidade ao discurso. Segundo Rodrigues, "o tempo é curto para que o governo se organize e articule melhor. Há muitas visões divergentes. É preciso harmonizar essa questão dentro do governo" (8º CBA, [www.abag.com.br](http://www.abag.com.br), acesso em 20/01/2014).

A ABAG, segundo discurso de Lovatelli no 8º CBA, associa sustentabilidade com o Triple Botton Line, ou seja, no “equilíbrio entre a produção, o meio ambiente e a responsabilidade social da agricultura, diante dos seus grandes avanços tecnológicos

conquistados nas últimas décadas”. (Ibidem) Os investimentos e a adoção de tecnologia, de forma sustentável, proporcionariam “segurança e desenvolvimento para a sociedade, com ganhos de competitividade para as propriedades produzirem mais alimentos, fibras e energia”. (Ibidem) A formulação de Lovatelli reduz a sustentabilidade a uma metodologia para o enfrentamento da crise:

“A sustentabilidade do agronegócio implica na formulação de planejamentos estratégicos e operacionais, ferramentas fundamentais para encontrar respostas integradas de caracteres econômico, social e ambiental, em um esforço sistêmico de melhoria contínua da qualidade. Sem os grilhões do passado a ABAG busca colocar foco no presente, com os olhos voltados para o futuro. A cristalização da sustentabilidade desejada significa a rejeição de velhos paradigmas ligados às práticas protecionistas ou ideológicas. Neste sentido os avanços tecnológicos das últimas décadas têm contribuído de maneira ímpar para o desenvolvimento do planeta, posto que os ganhos de produtividade e as boas práticas permitem ampliar a produção de alimentos, fibras e energia, para uma população crescente, com conservação dos recursos naturais. Com vistas no aproveitamento das oportunidades, o outro lado das crises, o direcionamento à uma ação sustentada tem no treinamento e capacitação do ser humano, importante base de segurança. As oportunidades afloram nos períodos de crise, quando a criatividade, a transparência nas ações e o trabalho se destacam. Assim a ABAG encara o momento presente. Com essa visão, a ABAG concebeu o 8º Congresso Brasileiro de Agribusiness, centrado no objetivo de contribuir para a construção de um mundo sustentável, com apresentações e discussões que gerem as luzes futuras do País. Carlo Lovatelli” (8º CBA, [www.abag.com.br](http://www.abag.com.br), acesso 20/01/2014)

Em 2010, ano das eleições presidenciais que definiram a sucessão de Luiz Inácio Lula da Silva, após dois mandatos, foi realizado o 9º CBA com o tema “Cenários 2011: Comunicação e Governança”. Neste congresso foi produzido o documento “As Propostas do Agronegócio para o próximo Presidente da República”, um documento elaborado conjuntamente com dezenas de entidades de representação do setor. As principais reivindicações do “agronegócio” brasileiro foram assim sistematizadas:

“É preciso rediscutir a gestão pública, a produtividade do governo na relação carga tributária e qualidade dos serviços prestados. É preciso conhecer o comprometimento dos candidatos com as reformas das legislações que repousam no passado; com o resgate da agonizante segurança jurídica; com a elevação dos investimentos para que a infraestrutura não seja mais o fator limitante do crescimento; e com o empenho para tirar o Brasil do topo da lista das nações mais burocratizadas do mundo, refém dos efeitos colaterais que decorrem deste lamentável fato. Na outra mão, promover um amplo programa de comunicação, voltado à valorização da imagem do AGRO brasileiro. Temos defendido que o “Agronegócio é Sustentabilidade”, adicionamos nesta feita “Comunicação e Governança. É chegada a



hora de o Brasil definir uma agenda para crescer. Temos um encontro marcado no 9º CBA!

Carlo Lovatelli

Presidente da ABAG” (9ª CBA, [www.abag.com.br](http://www.abag.com.br), 20/01/2014)

Na décima edição do CBA, realizada em 2011, com o tema “Mudança e Paradigma”, a ABAG realizou um grande balanço da década de 2000 e reafirmou sua defesa no desenvolvimento a partir do “agronegócio sustentável”. Em seu discurso, na abertura do congresso, o presidente da associação reafirma o sentido hegemônico da justificativa do “agronegócio”, enquanto um setor estratégico para o país, indispensável na produção de alimentos e de energia, ou seja, vital para o desenvolvimento econômico, social e ambientalmente responsável. Sob estas bases o projeto do “agronegócio” é defendido por Lovatelli:

O Brasil é agro. O Mundo, por sua vez, é dependente do agro e da energia, fatores absolutamente essenciais para qualidade de vida, inovações e equilíbrio geopolítico. Experimentamos desde o século XX as tensões de guerras globais, frias, ideológicas, comerciais..... hoje, além de algumas das citadas, enfrentamos ondas de pessimismo, de especulação. Experimentamos, não tanto tempo atrás, forte intervenção de governo na economia, cuja lembrança nos incomoda muito! Enfrentamos, na cadeia produtiva do agro a realidade do desenvolvimento, da sua importância pelo mundo, que muitas vezes carrega a bateria da fragilidade de governo, que investe contra nós para buscar um culpado..... e que descobriu que não se pode investir contra si próprio..... é uma ação de auto-mutilação, um suicídio. Mas a vida é tão persistente quanto as socas de cana, que mesmo duramente pisadas rebrotam; quanto aos pastos que mesmo queimados esverdeiam; quanto aos pássaros que migram fugindo do frio, voltando à sua origem quando volta o calor..... sem barreiras, sem limitações..... enquanto os homens seguem em sua luta pela preservação. (10ª CBA, [www.abag.com.br](http://www.abag.com.br), acesso em 20/01/2014)

Nas discussões do Código Florestal, tanto na votação na Câmara dos Deputados, quanto nos trabalhos que o Senado Federal, a ABAG teve atuação destacada na defesa dos interesses do “agronegócio”. A associação inseriu intelectuais em diversas Câmaras do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, formou o Comitê de Financiamento do Agronegócio, que atua de maneira integrada com as suas Câmaras Temáticas de Crédito e Seguro, e iniciou diversas ações na Casa Civil, na Advocacia Geral da União e na Frente Parlamentar da Agropecuária.

A alteração do Código Florestal foi realizada a partir de uma intensa disputa onde emergiram as visões acerca do meio ambiente presente na ideologia do “agronegócio”, assim como as estratégias adotadas pela Frente Parlamentar da Agropecuária em um confronto acerca de um dos temas mais importantes envolvendo as

questões ambientais em discussão e votação do congresso no período de elaboração desta Tese. Em sua dissertação, Accioly (2012) identificou que na mesa diretiva da “Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável” da Câmara dos Deputados, no ano de 2010, “dos quatro parlamentares membros, dois eram classificados como ruralistas pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP)” (Ibidem, p. 03), assumindo a defesa dos pleitos da bancada, não apenas em plenários e nas comissões, mas em entrevistas à imprensa e nas manifestações de plenário. Dos outros dois parlamentares que não foram classificados como ruralistas, um dos parlamentares “declarou ter recebido doações de indústrias do ramo do agronegócio e o outro não explicitou de onde vieram os recursos recebidos, usando apenas o nome do Comitê Financeiro do Partido (PFL-TO)” (Ibidem, p. 04).

Na mesa diretiva de 2011, apenas um parlamentar foi classificado como ruralista pelo DIAP. Entretanto, na lista das empresas doadoras das campanhas dos outros três parlamentares também constam empresas do ramo do agronegócio, assim como setores da indústria pesada. No Senado Federal, entre os capitais financiadores das campanhas eleitorais dos membros da mesa diretiva da “Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle”, entre os anos 2010 e 2011, apareceram um número menor de empresas associadas ao agronegócio, destacando-se as indústrias petroleiras e grandes construtoras de engenharia civil, como é possível verificar adiante:

**QUADRO I – EMPRESAS FINANCIADORAS DAS CAMPANHAS DOS PARLAMENTARES ELEITOS PARA A MESA DIRETORA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS EM 2010 E 2011:**

RAMO DE ATIVIDADE	NÚMERO DE EMPRESAS QUE FINANCIARAM CAMPANHAS	VALOR TOTAL DOADO EM R\$
CONSTRUÇÃO	07	355.000,00
AGROPECUÁRIA	07	519.500,00
ENGENHARIA	06	355.500,00
USINAS AÇUCAREIRAS	04	285.000,00
CELULOSE	04	173.051,06
FERTILIZANTES	04	75.000,00
MINERAÇÃO	03	220.000,00
EMPREENHIMENTOS IMOBILIÁRIOS	03	213.000,00
BANCOS	02	152.000,00
SEGUROS	02	25.000,00

**FONTE:** Dados obtidos do site do TSE ([www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br)). Apud Accioly, 2012, p. 99.

**QUADRO II – EMPRESAS FINANCIADORAS DE CAMPANHAS DOS PARLAMENTARES ELEITOS PARA A MESA DIRETORA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DO SENADO EM 2010 E 2011:**

RAMO DE ATIVIDADE	NÚMERO DE EMPRESAS QUE FINANCIARAM CAMPANHAS	VALOR TOTAL DOADO EM R\$
PETRÓLEO	08	53.322,78
ENGENHARIA	03	137.000,00
CONSTRUTORAS	02	82.000,00
BEBIDAS	01	170.000,00
QUÍMICA/FARMÁCIA	01	100.000,00
BANCOS	01	50.000,00
EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS	01	12.500,00
MADEIREIRA	01	10.000,00
COMITÊ FINANCEIRO/DIRETÓRIO ESTADUAL	04	3.037.599,11
OUTROS	15	268.109,19

FONTE: Dados obtidos do site do TSE: ([www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br)) Apud Accioly, 2012, p. 100.

Em 2011, a ABAG iniciou intensa campanha a partir do “Movimento Agro”. A associação liderou um grupo composto por dezoito integrantes do Movimento Agro, iniciativa lançada em 2011, amplamente divulgada e debatida no CBA. Nesta edição do CBA também foi divulgada as ações do Ícone, ARES e outras ações de responsabilidade socioambiental, incluindo o Programa Educacional Agronegócio na Escola, organizado pela associação co-irmã em Ribeirão Preto.

No balanço realizado pela ABAG no CBA deste ano, a entidade compreendia que realidade dos mercados e das commodities, para os quais o Brasil é uma das mais importantes lideranças globais, revelava uma mensagem de preocupação: os custos de produção subiam, pressionados pelos fatores de produção, câmbio e produtividade que não estavam seguindo os mesmos rumos da década anterior, com ganhos efetivos. As ofertas de área e água, na avaliação da ABAG, eram limitadas e a variação do clima algo prejudicial. No entanto, a entidade apostava que o efeito do crescimento da massa salarial tornaria a demanda nacional continuar elevada. Sobre a relação com a sociedade, na avaliação feita no congresso, conclui-se que havia se conseguido grandes avanços, mas que isto era algo que precisava ser constantemente avaliado, pois as percepções mudariam facilmente. Já em relação ao tema Agronegócio e Governo, foi destacada a relevância da produção de alimentos, fibras, biocombustíveis, borracha, óleos vegetais, flores e a nem sempre saudável relação com os governos. No texto final

desta edição a associação explicita sua avaliação sobre as políticas públicas para, em seguida, defender seus interesses e expor suas demandas:

“As políticas públicas, a cada ano, são uma verdadeira ficção, algo tão distante quanto o interesse público no tema. É muito difícil para um sempre apaixonado agricultor aceitar que um burocrata urbano tenha maior preocupação que ele sobre a sustentabilidade de produzir. Falamos sobre dúvidas relevantes e elas estão assentadas nos posicionamentos ainda preconceituosos que cercam os debates de temas como o Código Florestal ou a incrível separação da agricultura em diferentes Ministérios, no nível macroeconômico, qual o cenário que irá prevalecer no curto e médio prazos e que são extremamente importantes para os necessários investimentos nos campos da inovação e da produtividade; da expansão da oferta de alimentos, fibras e de bioenergia entre outros; no nível microeconômico as dificuldades de aprovação de projetos, tão importantes para a criação descentralizada de empregos e criadores de excedentes exportáveis, fundamentais para a Balança Comercial brasileira. Estamos vivendo o limiar de transformações nunca antes imaginadas. O agronegócio terá a força para levar o Brasil para outro patamar de importância, mas nossos custos estão muito altos, no entanto serão importantíssimas as políticas de estímulo ao produtor, as vias do passado estão congestionadas e esse trânsito lento é mortal para as ambições que temos. Aliás, vale dizer, o mundo espera isso de nós, o Brasil é a esperança de alimentar gente, fábricas, veículos, aviões, máquinas, é a esperança de disseminar sua vitoriosa tecnologia tropical ao continente africano e a outras terras tropicais; é a esperança do sucesso de reduzir disparidades de renda, de transpirar otimismo, música e futebol. Mas enfrentar argumentos emocionais com econômicos é desafio de gigante. ” (10º CBA, [www.abag.com.br](http://www.abag.com.br), 20/01/2014)

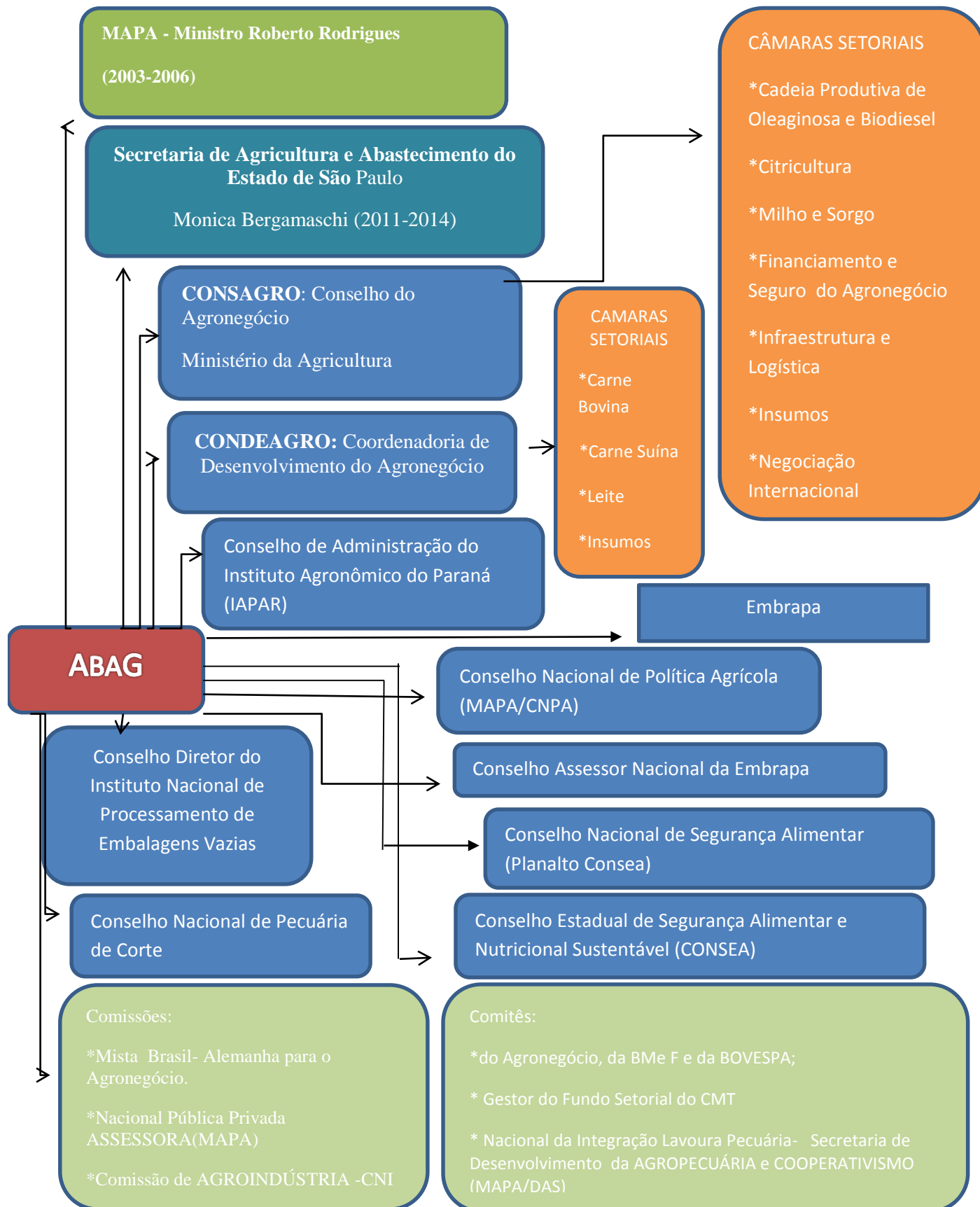
Em 2013, no 12º CBA, a ABAG denunciou os problemas de logística e infraestrutura os principais problemas a serem enfrentados pelo empresariado rural, pois estes chegariam a causar perdas de 15% sobre o Valor Bruto de Produção (VBP), algo em torno de R\$ 25 bilhões por ano. Os problemas de infraestrutura dentro e fora das propriedades rurais teriam feito os produtores assumirem perdas consideráveis em sua renda, apesar das safras recordes. No Mato Grosso, apesar da safra recorde de 18 milhões de toneladas de milho durante o inverno, a produção deverá perder 40% de seu valor, ou cerca de R\$ 16,5 bilhões, por causa dos gargalos logísticos. No Paraná, o mesmo milho safrinha perderia 7% de seu valor apenas com gasto com pedágios para sair de uma ponta do estado e chegar até o porto de Paranaguá. O cenário, segundo a ABAG, tende a ficar mais crítico no curto prazo, já que a promessa de uma alta safra de grãos nos Estados Unidos deverá pressionar os preços e, conseqüentemente, as margens do produtor brasileiro. "Os indicadores mostram que estamos entrando de novo em um ciclo de baixa de preços. Por isso é importante a produtividade e a logística. Os preços

estão menores e há um aumento dos custos.", afirmou o presidente da Abag, Luiz Carlos Corrêa Carvalho. (12º CBA, [www.abag.com.br](http://www.abag.com.br), acesso em 20/01/2014) Carvalho afirmou que já é um avanço o governo ter um cronograma para as obras de infraestrutura, mas que os resultados só serão sentidos para o agronegócio depois do ano que vem. "Estamos 30 anos atrasados, e aumentou quatro vezes a produção de grãos nesse período. No curto prazo nós temos só uma alternativa, que é utilizar [a estrutura] o que tem, que é pouco." (Ibidem) No caso da soja, a deficiência em infraestrutura no país pesaria 20% sobre o preço do grão brasileiro que tem como destinação final a China. "A soja é produzida dentro da fazenda 10% mais barata que nos Estados Unidos, mas chega aos portos chineses 10% mais cara", afirmou Ingo Plöger, presidente do Conselho Empresarial América Latina (Ceal) e diretor da Abag. (Ibidem) Plöger destacou ainda que o Brasil também perde em competitividade com o déficit de estruturas de armazenagem para a produção agrícola. Enquanto o país coloca apenas 15% de sua produção em estoques nas fazendas, os Estados Unidos estocam 65% de sua produção, e o Canadá, quase 80%. "O aumento dos estoques na fazenda dividiria [a produção com] os modais e regularia preços", argumentou o executivo. (Ibidem) No Paraná, a produção recorde de milho safrinha, que deve alcançar 10,9 milhões de toneladas, já aciona o sinal amarelo da estrutura de armazenagem. "A safra de milho está chegando, mas os armazéns ainda têm muita soja", disse o presidente da Cocamar, Luís Lourenço. Segundo o executivo, o estado tem capacidade estática de 1 milhão de toneladas e afirmou que não acredita em uma mudança significativa na infraestrutura de armazenagem e escoamento de produção do estado até 2016.

Em todos os CBAs a presença da ABAG no interior das instâncias da sociedade política sempre foi um tema de debate considerado estratégico. Não por acaso, em todas as edições, a aberturas do CBA contou com a presença de membros do primeiro escalão dos governos federal e estadual. A inserção da ABAG no interior da sociedade política é realizada através da presença em conselhos, comissões e comitês organizados a partir das secretarias e ministérios do seu interesse, destacadamente o MAPA e a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do estado de São Paulo, como é possível verificar no esquema adiante.

## ABAG na Sociedade Política (2014):

(Ministério, Secretaria, Conselhos, Câmaras, Comissões e Comitês)



A ABAG formou, ao longo das últimas duas décadas, uma intensa atuação na área da pesquisa agropecuária, com articulação com a EMBRAPA, o Instituto PENSA, localizado na Universidade de São Paulo (USP), o Instituto Agronegócio Responsável (ARES) e, mais recentemente, a partir do Centro de Estudos do Agronegócio (GV Agro), localizado na Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP), além da Esalq, tradicional escola de formação do patronato paulista (Mendonça, 1999). A atuação nas políticas públicas é fundamental na produção de pesquisas para o “agronegócio”. As pesquisas servem tanto como suporte técnico-científico para os associados da ABAG, quanto para divulgação dos benefícios sociais e ambientais do “agronegócio”. As pesquisas são divulgadas em cursos produzidos por estes institutos, tanto em suas sedes, quanto nas sedes dos próprios associados.

A relação da ABAG com a Embrapa foi estabelecida a partir da história de inserção de seus principais quadros dirigentes no interior da empresa em um período anterior a organização da entidade do “agronegócio”. A disputa pela direção política em torno da pesquisa agropecuária e, em especial, desta empresa revelou historicamente as tensões existentes no interior da fração agrária do capital no país. A fundação da Embrapa, em 1973, não representou o marco inicial da pesquisa agropecuária no Brasil. Desde a década de 1960, órgãos como o Escritório de Pesquisa e Experimentação (1967) e o Departamento Nacional de Pesquisa Agropecuária (1971), ligados diretamente ao Ministério da Agricultura, eram responsáveis pelo desenvolvimento da pesquisa. Nesta época, a tecnologia produzida por estes órgãos era fortemente hegemônica pela Sociedade Nacional da Agricultura (SNA), sediada no Rio de Janeiro, e que, ao longo da história, desde o fim do século XIX, disputou o poder nestas agências da sociedade política, destacadamente com a Sociedade Rural Brasileira (SRB), entidade representativa da burguesia cafeeira e agroindustrial exportadora. A SNA defendia neste período o investimento em tecnologia dirigida à produção de abastecimento do mercado interno, destacadamente aquela dirigida aos pequenos agricultores, enquanto a SRB e seus intelectuais, dentre os quais muitos formados na Esalq e orgânicos à OCB, como por exemplo Ney Bittencourt Araújo e Roberto Rodrigues que presidiu a OCB, entre 1985 e 1991, e a SRB, entre 1994-1996, defendiam outra perspectiva, associada à pesquisa que subsidie a produção agroindustrial.

Em 1970, o governo criou uma comissão encarregada de elaborar um diagnóstico sobre o desenvolvimento e estágio da pesquisa agropecuária no país visando estabelecer as metas do acordo Brasileiro-Americano que previa financiamento e assistência técnica através da USAID. A comissão possuía sete membros, podendo ser subdivididas em dois blocos integrantes: o primeiro, compunha-se de antigos funcionários de carreira do ministério e quadros dirigentes da SNA (Mozart Liberal, Otto Schrader e Plínio Molleta); o segundo bloco era composto por empresários rurais associados ao capital norte americano. Segundo Mendonça (2012), estes empresários eram “representantes do grande capital agroindustrial, industriais e/ou financistas com conexões com os Estados Unidos, agora inseridos no Ministério da Agricultura, buscando redefinir sua política de pesquisa agropecuária, para eles estratégica.” (Ibidem, p.80) Na comissão o segundo bloco foi vitorioso na disputa em torno da elaboração do relatório final que assegurou o empréstimo norte americano.

O relatório final da comissão estabeleceu um conjunto de dezoito metas que aprofundaram a privatização da pesquisa agropecuária no país, num processo que resultou na fundação da Embrapa. Entre as recomendações, algumas merecem destaque, pois retratam a capacidade e as estratégias para a inserção dos intelectuais orgânicos das frações associadas ao grande capital agroindustrial. Assim foi proposto: a criação do Conselho Superior de Pesquisa com cinquenta por cento de seus membros escolhidos na sociedade civil, tendo como critério o “notório saber”; estímulo à participação de economistas na formulação dos projetos de pesquisa; autonomia administrativa e financeira da pesquisa agropecuária e as agências responsáveis por esta junto aos governos, a partir de instâncias autônomas ao ministério. Tais sugestões abriam brechas para a indicação de intelectuais orgânicos do capital, enquanto a autonomia pleiteada “facilitaria a inserção de empresas privadas junto ao órgão de pesquisa, demonstrando achar-se em gestação um processo de privatização da pesquisa agropecuária no Brasil.” (Ibidem, p.80)

O projeto em curso, no início da década de 1970, que redefiniu a pesquisa agropecuária no Brasil resultou na criação da Embrapa. Este processo implicou em deslocamento na relação entre a pesquisa, produzida pela instituição pública, e o destinatário da tecnologia produzida. A presença do capital privado nos espaços de definição da pesquisa agropecuária reorientou as prioridades na produção tecnológica no país. O projeto de centralização da execução da pesquisa, conforme proposto pela



comissão que resultou na assistência da USAID, rompeu com o modelo que vigorava, até então, hegemônico pela SNA, na lógica de priorizar a assistência ao pequeno produtor e à produção local, voltada ao abastecimento do mercado interno e materializado no Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBATER). A Embrapa, em seus primeiros anos, especializou-se na elaboração de pacotes tecnológicos demandados pelas frações que passaram a ter a hegemonia da pesquisa agropecuária. O projeto da Embrapa, segundo Aguiar (1986), produziu efeito inverso aquele proposto pelo SIBATER, resultando no benefício apenas as propriedades rurais com mais de cem hectares.

A disputa no interior da Embrapa entre o projeto da fração agroindustrial, pautado no fomento à exportação e à industrialização da agricultura, e outro que priorize à diversificação agrícola esteve no centro de uma disputa que revelou tensões no interior da própria ABAG. As tensões resultantes desta disputa implicaram, em 2005, na demissão de Clayton Campanhola, diretor-presidente da empresa, pelo ministro Roberto Rodrigues. É importante destacar que ambos são intelectuais orgânicos da OCB e da ABAG. Campanhola, ex-dirigente da OCB e ABAG, foi também diretor da Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior (FUNCEX). A fundação foi organizada por um pool de capitais, liderado por bancos (Banco do Brasil, Caixa Econômica, Santander) e empresas como a VALE e a Petrobrás. A FUNCEX se define como:

“o canal permanente e independente de comunicação entre o setor privado, a academia e o setor público, contribuindo para a difusão e circulação das ideias, a elaboração e discussão de propostas, o diálogo e a construção de consensos, em benefício da melhor qualidade das políticas públicas voltadas para o comércio exterior.” ([www.funcex.com.br](http://www.funcex.com.br), acesso em 15/03/2014)

Clayton Campanhola afirmou em reportagem ao jornal Folha de São Paulo que foi surpreendido pela decisão do ministro Roberto Rodrigues de destituí-lo do cargo que ocupava há dois anos, desde o início do governo Luiz Inácio Lula da Silva. No embate entre ambos, o intelectual orgânico representante dos setores internacionalizados da ABAG prevaleceu. Após a demissão, Campanhola foi nomeado diretor da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), ligada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e, em seguida, diretor de Produção e Proteção de Plantas no Departamento de Agricultura da Agência para Alimentação e

Agricultura das Nações Unidas (FAO/ONU), em Roma, na Itália. O presidente da FAO era Jose Graziano, ex-ministro de Segurança Alimentar e Combate à Fome, integrante do primeiro Conselho Administrativo da ABAG (ver anexo). No lugar de Clayton Campanhola, o ministro indicou Silvio Crestana, funcionário da Embrapa desde 1984. Ao jornal “Valor”, Campanhola negou que tenha tido desentendimentos com o ministro, mas diz que houveram "conflitos de interesses" na Embrapa. Esses conflitos, segundo ele, ocorreram porque ele passou a se preocupar com "a inclusão social dos pequenos agricultores". (<http://www.valor.com.br/brasil/2868272/ex-diretor-da-abdi-vai-assumir-posto-na-fao-em-novembro>, acesso em 15/05/2014) Em matéria no jornal Folha de São Paulo, Campanhola descreveu as dificuldades de realizar a composição entre ambos os projetos. Por um lado, o ex-presidente da Embrapa defendeu o interesse público da empresa: "Essa é a nossa função como empresa pública. Antes havia uma preocupação marginal com a agricultura familiar. Conseguimos mudar isso." Por outro lado e rebatendo as críticas de que isso tenha ocorrido em detrimento da grande agricultura comercial, respondeu mostrando o limite de seu real compromisso com a agricultura familiar: "Investimos menos de 5% do nosso orçamento em pesquisas de agricultura familiar. Nunca abrimos mão da pesquisa no agronegócio." (<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2201200519.htm>, acesso em 15/05/2014). É possível concluir que nos debates internos realizados no “Partido do Agronegócio”, nem 5% para agricultura familiar seria admitida.

A demissão de Campanhola foi resultado de divergências com o ministro, pois enquanto o ex-presidente da Embrapa procurou priorizar a agricultura familiar e se colocou contrário a entrada dos transgênicos no país, Rodrigues sempre se caracterizou pela ferrenha defesa do agronegócio como propulsor da economia brasileira e em relação aos interesses das empresas Monsanto e John Deere, associadas da ABAG. Esta defesa, a partir, sobretudo, dos anos 1990, teve grande apoio do meio acadêmico, destacadamente, materializada no Programa de Estudos dos Negócios do Sistema do Agronegócio (PENSA).

O PENSA, segundo Pinto (2010), enquanto aparelho privado de hegemonia conseguiu unificar, embasar e fortalecer o discurso das frações agroindustriais que criariam a ABAG “visando reforçar e ampliar seu espaço político de atuação e sua legitimidade também junto às agências da sociedade política.” (Ibidem, p. 16). A criação do Programa de Estudo e Negócios do Sistema Agroindustrial (PENSA) foi

resultado da parceria entre um grupo de intelectuais (a maioria engenheiros agrônomos<sup>18</sup>) formados na Esalq, o Instituto Brasileiro do Agribusiness (IBA), presidido pelo próprio Roberto Rodrigues, a OCB e professores da Faculdade de Economia e Administração (FEA-USP). O PENSA possui um histórico de vinte anos de trabalhos no auge de sua capacidade de formulação, formação e divulgação de pesquisas científicas de interesse do agronegócio, em relação estreita com a ABAG, possuindo diretores em comum.

O PENSA, desde sua criação, esteve situado fisicamente no interior da FEA-USP e recebeu verbas de empresas privadas e organizações do agronegócio brasileiro. O financiamento de suas pesquisas, cursos e edições é realizado por meio de um conjunto de fundações que atuam no interior da USP: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), Fundação para a Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Economia e Contabilidade (FUNDACE) e, destacadamente, a Fundação Instituto de Administração (FIA). Estas fundações são fundamentais para as parcerias público-privadas entre o programa, situado em uma instituição pública, e o financiamento de empresas de direito privado e entidades do agribusiness, brasileiras e estrangeiras.

O programa se dedicou desde a origem tanto a programas regulares de ensino, quanto à formação continuada, com destaque para os cursos dirigidos às empresas associadas, incluindo várias associações e cooperativas organizadas na ABAG, como a Cooperativa Agropecuária Holambro, Cooperativa Batavo, Frunorte, Dinamilho, Associação dos Viticultores de São Miguel Arcanjo (AVITI) e Cooperativa Central Agropecuária (SUDCOOP). O programa se especializou em pesquisas organizadas por professores com a participação de alunos e intelectuais das empresas interessadas através de estudos de caso. Os projetos desenvolvidos pelo PENSA, segundo Zylberstajn<sup>19</sup>, visam se dedicar a “[...] situações-problema enfrentados por empresas reais e que são ilustrativos do momento por que passa o agribusiness brasileiro e internacional.” (ZYLBERSTAJN, 1993, p.23)

A atividade do PENSA não pode ser percebida apenas como uma mera instrumentalização de frações agrárias que passaram a ter assistência na inovação

---

<sup>18</sup> Ver apêndice desta Tese sobre a formação dos diretores da ABAG.

<sup>19</sup> Décio Zylbersztajn é engenheiro agrônomo, professor titular do departamento de administração da Faculdade de Economia e Administração (FEA-USP), coordenador-geral e um dos fundadores do PENSA.

tecnológica. A produção dos intelectuais associados ao PENSA ou formado por este instituto foram responsáveis por organizar e uniformizar o discurso do agronegócio brasileiro. Isto foi fundamental para a conjuntura de criação da ABAG. Além das pesquisas e cursos, o programa editou ao longo dos anos diversos trabalhos acadêmicos que visam produzir este discurso. Além de Décio Zylbersztajn, o programa publicou livros organizados por Elizabeth Farias, economista, professora da FEA/USP e presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE); Ney Bittencourt de Araújo, organizador de diversos trabalhos; Luiz Antônio Pinazza, gerente da Área de Estudos de Economia e Planejamento da “Semente Agroceres S.A.”; e Ivan Wedekin, diretor comercial da “Semente Agroceres” (Pinto, 2010).

O pensamento pedagógico produzido pela ABAG, a partir de seus aparelhos privados de hegemonia, se baseava no binômio: competitividade internacional e segurança alimentar. A competitividade seria garantida pela inserção definitiva do agronegócio brasileiro no mercado mundial. Para organizar esta estratégia, a ABAG criou o Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (ICONE). A segurança alimentar foi o tema que difundido internacionalmente, pelos intelectuais coletivos do capital (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, UNESCO), e nacionalmente pela ABAG. Para organizar a difusão da “responsabilidade social” e o “compromisso do agronegócio com a “sustentabilidade”, termos retirados do próprio site do mais novo aparelho de hegemonia da ABAG, foi criado, em 2008, o instituto para o Agronegócio Responsável (ARES). O ARES se define como:

“uma entidade que, por meio de metodologia de engajamento, se propõe a facilitar processo de construção de diálogo e identificação de agenda positiva entre todas as partes interessadas do agronegócio brasileiro.” (site oficial/  
[http://www.institutoares.org.br/ares\\_oquee.html](http://www.institutoares.org.br/ares_oquee.html)) A principal entidade ligada ao ARES é a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) que, desde 1993, reúne diferentes frações do capital (urbanas e rurais) entre os seus associados. Em seu site oficial, a ABAG apresenta o ARES com um “centro de referência de práticas sustentáveis ligadas ao agronegócio no Brasil.” (<http://www.abag.com.br>. Acesso em 09 de setembro de 2012)

A difusão da responsabilidade sócio-ambiental do agronegócio brasileiro é feita, portanto, pelo Instituto Agronegócio Responsável (ARES). O investimento no agronegócio é divulgado pelo instituto como a ferramenta fundamental para a inserção do Brasil no mercado internacional e estratégia para solução dos problemas sociais do país. Isto seria possível através do conceito de “Segurança Alimentar” que garantiria o

aumento do consumo interno, melhoria na produtividade e, conseqüentemente, maior competitividade do país na globalização do mercado internacional. Segundo Meire Freire, superintendente do ARES, e Roberto Waak, presidente do Conselho Consultivo do instituto, o processo de criação do ARES esteve associado à mobilização das frações empresariais do ramo da Soja para ações no campo da sustentabilidade. (Lacerda, 2012) Nesta conjuntura, a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE), através de seu intelectual orgânico Carlo Lovatelli, organizou uma série de seminários com o tema sustentabilidade no agronegócio, justificada principalmente pelas exigências sanitárias, cada vez maior, à exportação dos produtos agrários e agropecuários na atualidade. A partir destes encontros surgiu a iniciativa de criação do ARES.

Embora tenha sido uma empreitada dos produtores de soja, após dois anos da sua criação, o instituto já possuía entre seus associados diversas organizações que representavam produtores, ao todo vinte e três, de outros ramos, incluindo entre a maioria algumas entidades filiadas à ABAG. Este foi o caso da Associação Nacional de Defesa Vegetal (ANDEF), Associação das Indústrias da Cana de Açúcar (ÚNICA) e Associação das Indústrias da Alimentação (ABIA). Além disto, o presidente do Conselho Consultivo do ARES é Carlo Lovatelli, ex-presidente da ABAG. Em site o ARES é apresentado da seguinte forma:

“O mundo tem experimentado um grande crescimento da conscientização e da organização da sociedade civil em torno da discussão das questões associadas à sustentabilidade e às mudanças nos modos de produção com enfoque socioambiental. Tanto, que o tema passou a ser fundamental para a formulação de estratégias comerciais, produtivas e financeiras de empresas e governos, além de ter estimulado o surgimento de diversas entidades do terceiro setor(...)

Surge, assim, o ARES - Instituto para o Agronegócio Responsável, uma entidade sem fins lucrativos que busca contribuir para o desenvolvimento da sustentabilidade, com ênfase na atividade agropecuária e agroindustrial brasileira, por meio da geração e difusão de conhecimento e da estruturação de canais permanentes de diálogo com as partes interessadas.

Trata-se de uma iniciativa inédita do segmento do agronegócio no mundo. O ARES é uma ampla iniciativa de organização e coordenação pró-ativa do agronegócio brasileiro com o objetivo de fomentar o desenvolvimento do setor de forma responsável pelas vias do conhecimento, do diálogo e da comunicação e de levar ao conhecimento amplo da sociedade, seja no Brasil ou no exterior, informação consistente, isenta, legítima e de qualidade sobre a realidade dos processos produtivos do setor no país.” (ARES, [http://www.institutoares.org.br/ares\\_inst.html](http://www.institutoares.org.br/ares_inst.html), acesso em 10/04/2014)

O ARES tem ainda a responsabilidade de realizar a organização e instrumentalização de processos de gestão interna de seus mantenedores, destacadamente, em relação as exigências impostas pelo mercado internacional e demandas relacionadas às práticas econômicas sob o meio ambiente. O instituto elabora planos de ação que podem variar desde um “manifesto” em torno do compromisso público de rompimento com certas práticas socioambientais, até planos de transição para realizar tal rompimento (Lacerda, 2012) Em relação a isto, o ARES difunde o “modelo de governança multistakeholder” como ferramenta antecipada de conflitos. Este modelo é exaltado enquanto instrumento fundamentalmente democrático “que possibilita a consideração do ponto de vista de todos os interessados em torno de uma dada problemática. ” (ARES, [http://www.institutoares.org.br/ares\\_inst.html](http://www.institutoares.org.br/ares_inst.html), acesso em 10/04/2014) Em pesquisa, realizada em 2008, intitulada “Governanças Socioambientais nos Sistemas Agroindustriais”, foram identificadas diferentes experiências bem sucedidas que utilizaram a metodologia multistakeholder no país. Segundo Roberto Waack, esta metodologia resulta em: “processo diferente, talvez doloroso, que demanda paciência e compromisso, mas que pode proporcionar oportunidades importantes no campo dos processos produtivos e mercadológicos.” (Waack, 2008, p.08, Apud Lacerda, 2012, p.08). Neste sentido a atuação do ARES promete aos seus mantenedores a atualização constante dos critérios impostos pelo próprio mercado. Foi com este objetivo que o instituto elaborou o Glossário Socioambiental, justificado da seguinte maneira:

“No decorrer da elaboração de uma série de documentos técnicos, a equipe do ARES percebeu que há muita confusão e diferentes interpretações de termos utilizados nas ciências socioambientais. Procurando padronizar o jargão, pensou-se que a publicação de um glossário de termos utilizados em temas socioambientais poderia ajudar a homogeneizar e divulgar a terminologia referente a esse importante assunto.” (ARES, Glossário Socioambiental, [http://www.institutoares.org.br/ares\\_inst.html](http://www.institutoares.org.br/ares_inst.html), acesso em 10/04/2014)

A definição dos conceitos formulados no glossário produzido pelo ARES revela a percepção estritamente técnica, sem incorporar as dimensões sociais e culturais, em torno dos conhecimentos produzidos pelos intelectuais do instituto. Em relação à sustentabilidade e definição é difundida da seguinte forma:

“Qualidade, característica ou requisito do que é sustentável. Num processo ou num sistema, a sustentabilidade pressupõe o equilíbrio entre ‘entradas’ e ‘saídas’, de modo que uma dada realidade possa manter-se continuamente com suas características essenciais. Na abordagem ambiental, a sustentabilidade é um requisito para que os ecossistemas permaneçam iguais a si mesmos, assim como os recursos podem ser utilizados somente com reposição e/ou substituição, evitando-se a sua depleção, de maneira a manter o equilíbrio ecológico, uma relação adequada entre recursos e produção, e entre produção e consumo (ARES, Glossário Socioambiental, [http://www.institutoares.org.br/ares\\_inst.html](http://www.institutoares.org.br/ares_inst.html), acesso em 10/04/2014)

A ABAG difunde a ideologia do “Agronegócio” em pelo menos dois sentidos. O primeiro sentido da ideologia é aquele analisado por Gramsci (2011) como esfera superestrutural na qual os homens tomam consciência de suas relações sociais contraditórias. Os aparelhos ideológicos, como o ARES por exemplo, são fundamentais para a formação da consciência das classes sociais. Neste aspecto o trabalho produzido pelo instituto contribui para dar homogeneidade às frações associadas ao “Agronegócio” no país. O segundo sentido da difusão ideológica elaborada pela ABAG foi no sentido de produzir uma falsa consciência, através do Programa Educacional Agronegócio na Escola, em Ribeirão Preto, maior centro agroindustrial do país. A ideologia neste segundo caso está mais próxima da definição elaborada por K. Marx e F. Engels (1987), em “A ideologia alemã”, enquanto mecanismo de ocultação das contradições que estruturam as relações sociais.

Desde 2001, na região conhecida como “Capital do Agronegócio” foi organizada uma entidade “co-irmã” com o objetivo de difundir a nova imagem do empresariado brasileiro produzida pela ABAG e seus aparelhos privados de hegemonia. Diferente de outras entidades representativas da classe dominante, a ABAG não constituiu um departamento ou uma secretaria para um setor educacional. A iniciativa do “Partido do Agronegócio” foi criar uma entidade co-irmã com o único intuito de reproduzir a imagem do agronegócio formulada a partir da relação da ABAG com o meio acadêmico. Em Ribeirão Preto, a entidade co-irmã vem assegurando a difusão desta imagem, através de inúmeras atividades, dentre as quais se destaca o Programa Educacional Agronegócio na Escola, responsável por “valorizar o agronegócio na região” (ABAG RP, <http://www.abagrp.org.br/atividadesAgronegocioEscola.php>, acesso em 10/01/2014)

## 2.4 A ABAG na capital do Agronegócio

A ABAG criou em Ribeirão Preto sua entidade “co-irmã”, denominada ABAG-RP, em 2001, com a missão de valorizar a imagem do agronegócio junto ao Estado Ampliado, tanto na sociedade civil, onde opera programas e projetos, quanto na sociedade política, junto ao estado estrito na macrorregião de Ribeirão Preto. A ABAG/RP resultou da união de empresários das mais diversas cadeias produtivas da região, que se uniram para realizar um trabalho focado na valorização da imagem do setor. No site oficial da associação o projeto político é justificado da seguinte forma: “em um país democrático onde a maioria da população é urbana, era importante, e continua sendo, demonstrar que as grandes bandeiras sociais da Nação são as mesmas bandeiras do agronegócio brasileiro”. Enfim, mudar a imagem do setor rural e a do agronegócio na principal região do agronegócio brasileiro foi a grande bandeira erguida desde a cerimônia de criação da Associação:

“Criada com a forte missão de revelar para a sociedade, e para os poderes constituídos, a real dimensão e a importância do agronegócio, a ABAG/RP é resultado da união de empresários das mais diversas cadeias produtivas da região de Ribeirão Preto, modernos e progressistas, que tiveram a visão de realizar um trabalho focado na valorização da imagem do setor. Em um país democrático onde a maioria da população é urbana, era importante, e continua sendo, demonstrar que as grandes bandeiras sociais da Nação são as mesmas bandeiras do agronegócio brasileiro. Mudar a imagem do setor rural e a do agronegócio foi a grande bandeira erguida desde a cerimônia de abertura da Associação em 8 de dezembro de 2000.

Os passos seguidos tiveram na comunicação, com programas de longo alcance, seu maior aliado. O intuito era o de atuar em várias frentes seja política, institucional, educacional, social ou ambiental, e estar o mais perto possível da sociedade, para ouvir seus anseios ao mesmo tempo em que era revelado a ela o agronegócio em toda sua abrangência.” (<http://www.abagrp.org.br/index.php> Acesso em 23.04.2013)

Associação teve sua origem (2001) na mobilização do grupo Imagem, formado por usineiros da região de Ribeirão Preto. Neste ano, este grupo que estava interessado em ampliar suas atividades de valorização institucional, unificando com representantes de outras cadeias produtivas, propuseram a organização do Consórcio Paulista do Agronegócio. Neste contexto, Paulo de Araújo Rodrigues, empresário do setor e que fazia parte deste grupo, organizou uma série de encontros entre o grupo Imagem e o



presidente da ABAG, não por acaso seu pai, Roberto Rodrigues. Destes encontros foi formalizada a intenção de criar uma ABAG regional, situada na capital do agronegócio, fortalecendo o movimento associativo nascido na década anterior.

A ABAG-RP, embora seja uma extensão da ABAG nacional, possui um corpo administrativo próprio. Paulo Rodrigues se mantém como conselheiro da ABAG-RP, ao mesmo tempo em que acumula o mesmo cargo na Associação dos Fornecedores de Cana (SOCICANA), sendo um dos principais intelectuais orgânicos da regional da ABAG. Paulo se formou na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), fez especialização na Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA/USP). Em 2007, a revista da Coplana, importante cooperativa associada da regional da ABAG, divulgou a condecoração recebida pelo empresário na câmara municipal de Guariba/SP, pela atuação destacada no setor agrícola e ações de responsabilidade social coordenadas por suas empresas:

“O título foi concedido através do Projeto de Decreto Legislativo nº 003/2007, de autoria dos vereadores Cássio Aparecido Pereira e Roberto Carósio e aprovado pelos demais vereadores. A condecoração se deve à atuação de Paulo no setor agrícola e também pelas ações de responsabilidade social que as empresas que coordena vêm desenvolvendo em benefício dos funcionários, muitos dos quais munícipes de Guariba.”

(<http://www.coplana.com/gxpfiles/ws001/design/RevistaCoplana/2007/Setembro/pag15.pdf> Acesso em 20.03.2013)

A ABAG-RP já acumula a inserção de intelectuais no interior da sociedade política, através da indicação da Secretária Geral da ABAG-RP, Mônica Bergamaschi, ex-aluna de Roberto Rodrigues, a secretária de agricultura do estado de São Paulo. Mônica ocupou, além do cargo mais importante na regional, diversos cargos de direção na ABAG nacional, começando pela direção do Instituto de Estudos do Agribusiness (1996-1999), do ARES e da própria ABAG, além de ter sido membro do Conselho Superior do Agronegócio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Em maio de 2011, quando o governador Geraldo Alckmin/PSDB divulgou a indicação de Mônica Bergamaschi como a nova secretária de agricultura, o jornal O Estado de São Paulo, através de seu blog, anunciou desta maneira a intelectual orgânica do agronegócio:

“Agrônoma, formada pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) em Jaboticabal (SP), Mônica comanda a Abag-RP há uma década e é considerada uma das principais lideranças do setor no País. Ela é também executiva da Associação Brasileira de Agribusiness (Abag) e

foi uma das principais articuladoras, recentemente, das reivindicações do setor privado referentes às mudanças do Código Florestal Brasileiro.”

(<http://blogs.estadao.com.br/radar-politico/2011/05/23/alckmin-escolhe-monika-bergamaschi-para-comandar-secretaria-de-agricultura/> Acesso em 17.09.2012)

As principais estratégias utilizadas pela ABAG-RP se concentram na área da comunicação, utilizando os meios mediáticos e a escola pública como principais instrumentos de difusão da nova imagem do agronegócio brasileiro. O intuito da associação é divulgar sua atuação e preocupações em várias frentes seja política, institucional, educacional, social ou ambiental. Os resultados deste trabalho são avaliados pela ABAG-RP através de pesquisas que objetivam identificar as mudanças da imagem do setor na opinião pública.

Outro trabalho de fôlego, foi a “Campanha de Valorização Institucional da Imagem do Agronegócio” que vem sendo veiculada nas emissoras regionais de TV, ininterruptamente, desde setembro de 2001. A Campanha já soma 40 peças publicitárias produzidas, e veiculações diárias, cerca de 1.500 por ano. O informativo “AGROnegócio”, destinado aos formadores de opinião e a sociedade, distribuído nas escolas da região mensalmente, é também peça fundamental do trabalho de revelar o setor a sociedade.

O mais novo entre os trabalhos de valorização da imagem do “agronegócio” é o Prêmio ABAG/RP de Jornalismo, criado em 2008 e que a partir de 2010 adotou o nome de seu patrono, José Hamilton Ribeiro. O Prêmio tem por objetivo incentivar e reconhecer o trabalho jornalístico dedicado à divulgação de assuntos relacionados ao agronegócio regional e nacional. Com duas categorias de participação, a Profissional e Jovem Talento a inovação deste em relação aos já existentes é vincular a inscrição dos trabalhos concorrentes na categoria Jovem Talento à participação de seus autores nas atividades práticas oferecidas pela Associação, o Seminário e o Ciclo de Palestras e Visitas.

A ABAG-RP segue mesma estratégia utilizada pela associação nacional que desenvolve, desde 2001, a “Campanha de Valorização Institucional da Imagem do Agronegócio”. Batizada no passado como a “Capital do Café”, Ribeirão se consagra nos dias de hoje como a “Capital Brasileira do Agronegócio”, onde a cadeia produtiva do “Ouro Negro” continua figurando ao lado de tantas outras, porém com menor destaque, diante da primazia do cultivo da cana de açúcar. Segundo a ABAG, em seu site oficial,

grande parte da população ainda pensa que a finalidade do agronegócio se restringe à produção de comida, esquecendo-se das fibras e energia, dos empregos, dos salários e de tudo o que gira em torno do que é produzido no campo.

A iniciativa de outorgar à cidade de Ribeirão Preto o título de “Capital Brasileira do Agronegócio”, capitaneada pela ABAG/RP, ACI/RP, Pensa/USP e Prefeitura Municipal, fez parte desta estratégia de valorização da imagem do “agronegócio”. O título contribuiu, portanto para “valorizar a imagem dessa atividade da qual depende a vida de todos e que consiste, ao menos em médio prazo, na melhor alternativa para a inserção definitiva do Brasil no mercado internacional.” (<http://www.abagr.org.br/index.php> Acesso em 20.02.2012)

A importância do “agronegócio” na “vida das pessoas” e para o “desenvolvimento econômico e social das cidades, da região e do país” são os principais assuntos abordados pelas Campanhas da ABAG nacional, desde a criação da sua regional. Foram produzidos 37 filmes institucionais, com duração de 30 e 60 segundos, que são veiculados diariamente nas principais emissoras de TV da região. Na primeira fase da Campanha (2001 a 2005) o slogan escolhido foi: “Agronegócio: sua vida depende dele”. Foram mostradas várias nuances da interdependência campo-cidade.

Em 2006 a Campanha ganhou novo slogan: “Agronegócio: todos fazem parte” (ABAG, 2008). Nesta fase foi mostrado que o Agronegócio não se faz apenas com grandes propriedades rurais. Os pequenos proprietários também são relevantes para o setor e desempenham importante papel na geração de emprego, renda e no abastecimento dos centros urbanos. Em 2009, uma nova fase da campanha entrou no ar, com o slogan: “Agronegócio: você também faz parte”. Como estratégia para melhorar sua imagem, a ABAG desenvolve peças publicitárias em que a palavra Agronegócio assume contornos diferentes: AgroTrabalho, AgroSaúde, AgroVida, AgroEnergia e AgroFuturo. A substituição do termo “negócio” por outras que permeiam o dia a dia das pessoas serviu para mostrar o quanto o agronegócio está presente em suas vidas, sem que elas se deem conta disso.

Em 2012, a ABAG lançou mais uma campanha publicitária, cumprindo assim seu papel difusor da nova imagem construída para o patronato rural. A campanha “Sou Agro”, divulgada nos principais canais de televisão, revistas e jornais impressos do país. Esta divulgação vem sendo apresentada por artistas da Instituição Globo de comunicação, uma das principais associadas da ABAG. Anualmente, segundo informa o

site oficial da ABAG, estão sendo veiculadas mais de duas mil inserções, entre vinhetas de patrocínio e filmes institucionais. Desta maneira, a ABAG continua nos seus quase vinte anos de existência, cumprindo sua missão de atuar como partido do agronegócio.

A ABAG/RP tem se esmerado na geração de conteúdo, não apenas de cunho midiático, mas também científico, sempre em parceria com renomadas e reconhecidas instituições de pesquisa e universidades. O Sistema de Gestão Territorial da área de abrangência da Associação, feito em parceria com a Embrapa Monitoramento por Satélite é um exemplo, um estudo, segundo consta no site oficial da ABAG/RP, “com metodologia inédita em todo o mundo citado como exemplo até pela FAO/ONU”. Através dos resultados desta pesquisa foi possível identificar o crescimento do plantio de cana de açúcar na região do agronegócio.

O embasamento técnico tem sido a tônica do trabalho na história da ABAG/RP para amparar o setor nas discussões sobre temas de seu interesse. Foi assim na questão do Novo Código Florestal, aprovado em 2012, que, segundo a ABAG-RP, foi “um tema que começou a ser discutido na Associação em 2003 e no qual foram empenhadas centenas de horas de dedicação para que o assunto ganhasse força nacional” (<http://www.abagrp.org.br>, acessado em 11.01.2013). Foi justamente a partir do Sistema de Gestão Territorial que, segundo a associação, a “ciência passou a nortear as discussões para poder produzir argumentos e subsídios para rebater contrapontos carregados de ideologia, ou sem compromisso com a verdade e com a realidade.” (Idem) A relação permanente que a ABAG e a sua regional mantêm com as universidades e centros de pesquisa, como a Embrapa, é fundamental, como denota o discurso difundido no site oficial da associação, para chancelar as posições defendidas pelo “Partido do Agronegócio”.

O “Programa Educacional Agronegócio na Escola”, que ao longo desses anos, já capacitou cerca de oito mil professores e mais de cem mil alunos, da região de Ribeirão Preto, é a principal e mais duradoura ação do “agronegócio” para a valorização da imagem. Neste caso, são a escola pública e, mais especificamente, os profissionais da educação os responsáveis por respaldar a autoimagem formulada pelo “Partido do Agronegócio”. Assim, a ABAG-RP vem se consolidando como um tipo novo de associação que se propõe a atuar na conformação da sociedade ao projeto político do “agronegócio”. Em seu site, a ABAG-RP afirma sua dimensão nacional:

“No Brasil, uma democracia em evolução, a opinião pública urbana, que é majoritária em termos de votos, ainda não vê a agricultura como ela de fato é, e sequer enxerga a obriedade das cadeias produtivas. Por isto o trabalho da ABAG/RP continua fortalecido, um trabalho regional que alcançou repercussão nacional, seja com a difusão das discussões sobre a legislação ambiental brasileira, seja pelo entendimento nacional do setor sobre a importância de trabalhar a comunicação como instrumento de aproximação da sociedade em geral.”

O programa educacional da ABAG-RP, em 2013, esteve presente em trinta e dois municípios, com o número de escolas variando de acordo com o município. A pesquisa entrevistou dezessete professores, a Secretária Geral da ABAG-RP e a coordenadora do programa educacional, o secretário de Educação e Cultura do município de Matão que tem se negado a assinar o acordo com a ABAG-RP, a coordenadora do setor de educação do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST).

Ribeirão Preto é um município bem diferente dos demais visitados pela pesquisa. Embora seja a “capital do agronegócio”, na economia da cidade destaque-se o setor de serviços. Ribeirão, segundo o site oficial da prefeitura, ocupa uma área de 650,366 km<sup>2</sup>, sendo que 127,309 km<sup>2</sup> estão em perímetro urbano e os 523,051 km<sup>2</sup> restantes constituem a zona rural. Em 2013 sua população foi estimada pelo IBGE em 649 556 habitantes.

O município de Ribeirão Preto faz fronteira com uma série de municípios vizinhos em que a agricultura é a principal atividade econômica, o que acaba em influenciar as principais atividades da cidade, que estão centradas no comércio e na prestação de serviços. A maior parte da área agrícola do município e da região é utilizada para o cultivo da cana de açúcar, embora seja possível encontrar no município a produção de amendoim, manga, limão, abóbora, entre outros, mas os valores e quantidades envolvidos não assumem a mesma dimensão da produção de cana. A maior parte da produção da cana de açúcar na região de Ribeirão Preto não está situada no município com o mesmo nome, mas nos municípios vizinhos.

Em comparação com Ribeirão Preto, os municípios que a pesquisa teve acesso são muito menores. Dourado, por exemplo, é um município com pouco mais de oito mil habitantes. Descalvado tem menos de quarenta mil habitantes. Monte Alto cerca de cinquenta mil e Matão oitenta mil habitantes. Todos estes municípios possuem vasta área rural e são sede de empresas de implementos agroindustriais. Os municípios de Bebedouro, Dumont, Colômbia, onde a pesquisa realizou entrevistas com os professores

envolvidos na ação pedagógica da ABAG-RP, também não tem populações maiores que vinte mil habitantes.

Ao longo das viagens para a realização das entrevistas, as plantações de cana de açúcar ocupavam o horizonte das estradas, avançando sobre o território dos municípios fronteiriços com a cidade de Ribeirão Preto. Pela janela dos ônibus é possível perceber que a mecanização da produção multiplica colheitadeiras que substituem vastos contingentes de mão de obra, fato relatado com veemência em muitas conversas travadas durante o deslocamento entre as cidades. No entanto, ainda é possível observar passando pelas estradas em ônibus antigos muitos trabalhadores sendo levados às lavouras. Ao lado das fazendas é possível identificar muitas usinas de etanol que, aos plenos vapores, literalmente, aproveitam a expansão da política federal do biodiesel.

A mecanização das lavouras de Ribeirão Preto tem produzido um duplo efeito para a melhoria da imagem do “agronegócio”, identificada, inclusive, nas entrevistas com os professores. Em relação ao trabalho explorado nas lavouras de cana de açúcar e, ocupado, majoritariamente, por migrantes, a mecanização, segundo um taxista da região “acaba com o trabalho escravo e com as queimadas”.

O trabalho escravo e as queimadas sempre foram os aspectos denunciados na região e explicitados, através dos resultados da pesquisa de opinião produzida a pedido do grupo de empresários ligados ao setor de cana e fundadores da ABAG-RP, em 2000. Segundo os resultados desta pesquisa, estes eram os principais aspectos negativos que caracterizava a imagem do “agronegócio” na região. A partir da criação, então, da regional da ABAG, em 2001, todos os esforços desta organização foram no sentido de valorizar a imagem do setor, associando-o a outros aspectos, como a “modernização” e a “segurança alimentar”, já difundidos pela entidade nacional, mas, sobretudo, o “desenvolvimento sustentável” e a “responsabilidade social”. Foi a partir daí que surgiu a proposta de desenvolver nas escolas públicas da região de Ribeirão Preto um programa de Educação Ambiental<sup>20</sup> sob o título Programa Educacional Agronegócio na Escola.

---

<sup>20</sup> A ABAG não intitula o Programa Educacional Agronegócio na Escola como um projeto de Educação Ambiental, mas a ênfase no tema da “sustentabilidade” e os projetos desenvolvidos pelos participantes (professores e alunos) nas escolas são elementos que possibilitam este entendimento. A Educação Ambiental realizada pela ABAG estaria próximo daquilo que Lima & Layrargues (2011).

### CAPÍTULO III

#### **Escola Pública e a Hegemonia na capital do Agronegócio**

As parcerias público-privadas na educação brasileira e, sobretudo, a entrada de empresas nas escolas públicas ganharam grande impulso nos anos 2000, quando verificou-se um processo de difusão de campanhas de Responsabilidade Social Empresarial. Neste mesmo contexto, em dezembro de 2002, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a resolução nº 57/254, que estabeleceu a “Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável” (DEDS) (2005-2014), em que os empresários foram convocados a participar da construção de um “mundo sustentável”. Em seu site oficial, a UNESCO define que: “após vivermos séculos sem nos preocupar com o esgotamento dos recursos naturais do planeta, temos que apreender, agora, a viver de forma sustentável.” Entre os sujeitos a serem mobilizados para a tarefa de “educar” e conscientizar”, palavras sempre muito próximas no documento da DEDS (UNESCO, 2005), estão os empresários.

No Brasil, em 2006, os empresários participaram do congresso intitulado “Ações de Responsabilidade Social em Educação: Melhores Práticas na América Latina”, realizado em Salvador e iniciado pelo ministro Fernando Haddad. Este congresso foi organizado por três organizações empresariais: Instituto Gerdau e as Fundações Jacobs e Coleman, ambas com sede na Suíça. O congresso resultou na mobilização de empresários em torno do projeto Compromisso Todos Pela Educação. Os empresários presentes saíram do evento “[...] com metas, estratégia, cronograma e uma significativa mobilização para iniciar a construção de um pacto nacional em defesa da educação brasileira.” (MARTINS, 2010:10) Segundo Leher, a partir deste congresso, os empresários esperavam mobilizar “indivíduos e organizações de caráter neofilantrópico que manejam a educação de modo que ela naturalize as profundas desigualdades de classe e o desemprego estrutural, a expropriação e a hiperexploração.” (LEHER, 2010:04).

Segundo Rodrigues (2002), as necessidades da classe dominante de reorientar seu *télos* de acordo com a conjuntura, resultam em metamorfoses que não significam rompimento com os preceitos básicos que formam esta classe. Estas metamorfoses são resultado da necessidade de reorientar as antigas metas às novas conjunturas. A década de 1980 foi palco de importantes processos econômicos, que marcaram o ingresso do

capitalismo em uma nova fase: o padrão de acumulação flexível. Neste momento, a classe dominante reorientou suas metas e estabeleceu um novo *télos*: economia competitiva.

Diante do novo padrão de acumulação, o empresariado que sempre considerou a questão social sob a ótica do aumento dos custos, intensificou a luta pelas “reformas orientadas para o mercado” (DINIZ, 2000). Este foi o centro dos debates sobre aquilo que os economistas liberais denominaram como “custo Brasil” e a competitividade das empresas brasileiras no mercado mundial. No mesmo processo de reorganização produtiva e de reformas do Estado orientadas pelo mercado, com o fim de direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, o empresariado organizou um poderoso trabalho de convencimento. A partir de então, o empresariado brasileiro aderiu à questão social tendo como referência as políticas de ajustes promovidos por intelectuais coletivos como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Organização Mundial do Comércio. Estas políticas tinham como pressuposto a participação de todos, na produção de um “desenvolvimento sustentável” e administração da pobreza, frente à suposta diminuição da capacidade de intervenção do Estado e o seu enfraquecimento de seu papel regulador, provenientes de sua crise”. (CESAR, 2008, p. 240).

O empresariado brasileiro aderiu a questão social tendo como referência as políticas de ajustes promovidos pelas agências multilaterais: Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Organização Mundial do Comércio. Estas políticas tinham como pressuposto a “participação de todos, na busca do ‘desenvolvimento sustentável’ e administração da pobreza, frente à suposta diminuição da capacidade de intervenção do Estado e o seu enfraquecimento de seu papel regulador, provenientes de sua crise.” (Cesar, 2008, p. 240) Essa preocupação se desdobrou na publicação de diversos documentos destas e outras agências como:

“o Unicef: ‘Adjustment with a human face’, 1987; o BID em conjunto com o PNUD: ‘Reforma social y pobreza’, 1993; e, mais recentemente, o próprio FMI vem demonstrando sua ‘preocupação’ com aquilo que chama de humanização da globalização [...]. (Soares, 2002, p. 21)

O desenvolvimento sustentável passou a ter uma definição oficial através da ONU. Em 1983, na sessão 38 da Assembléia Geral foi instituída a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Em 1987, na sessão 42 das Nações Unidas foi apresentado o relatório Brundtland, intitulado “Nosso Futuro Comum”,



aprovado sem restrições pelos vinte e três membros da comissão. Neste relatório foi apresentado o conceito “oficial” de desenvolvimento sustentável. No entanto, apesar da versão oficial, é possível dizer que mais do que um conceito, desenvolvimento sustentável é uma idéia-força, expressão do ideário das classes dominantes e, por isto, se consagrou como a versão oficial. De acordo com Erling Lorentzen, presidente do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS): “Não é possível hoje pensar em sucesso se não houver preocupação com a sustentabilidade. É preciso haver uma sustentabilidade econômica e social também, para que as empresas se tornem competitivas mundialmente” (CEBDS, 2011).

A divulgação de programas de desenvolvimento sustentável pelo mundo foi feita pelos empresários membros da Business Charter for Sustainable Development (BCSD), conselho de apoio à ONU, integrado por conselhos nacionais em cinquenta países. No Brasil, o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) foi a principal organização a divulgar a ideia de desenvolvimento sustentável, através de suas empresas associadas, promoção de cursos e sua revista Brasil Sustentável. O CEBDS representa grandes grupos empresariais, que respondem por mais de 30% do PIB nacional e atuam nas mais variadas atividades – capital financeiro, energia, transporte, siderurgia, metalurgia, construção civil, bens de consumo em geral e prestação de serviços. De acordo com Erling Lorentzen, presidente do CEBDS, no site do conselho: “Não é possível hoje pensar em sucesso se não houver preocupação com a sustentabilidade. É preciso haver uma sustentabilidade econômica e social também, para que as empresas se tornem competitivas mundialmente”. (CEBDS, 2011) A sustentabilidade social, do ponto de vista liberal difundido pelo CEBDS, seria possível através dos empresários, imprescindíveis ao desenvolvimento sustentável. As ações empresariais teriam neste sentido, nos termos de Bresser Pereira (1999), um caráter público, porém não estatal, na medida em que financiam um direito constitucional que assegura a educação ambiental em todos os níveis de ensino, através do Art. 225, parágrafo VI, do capítulo VI da Constituição Federal.

Na “Década da educação para o desenvolvimento sustentável” a parceria entre empresas, responsáveis socialmente, e escolas se tornou a fórmula para a melhoria da educação pública. O jornal O Estadão, no dia 14 de abril de 2010, divulgou o balanço das atividades da Associação Parceiros da Educação em uma matéria sob o título “Parceria com escolas melhora a nota das escolas públicas”. A meta da associação é ter,

até 2015, quinhentas empresas associadas e parceiras de escolas. A sustentabilidade econômica seria garantida, na ótica liberal, com a diminuição da regulação capital-trabalho pelo Estado, com a consequente perda dos direitos trabalhistas conquistados pelos trabalhadores no padrão anterior de acumulação do capital. A sustentabilidade social seria possível através da responsabilidade dos empresários, imprescindíveis ao desenvolvimento sustentável. As ações empresariais teriam neste sentido um caráter público, porém não-estatal.

Na década de 1990, a divulgação dos programas de desenvolvimento sustentável foi feita pelos empresários membros da BCSD, conselho de apoio à ONU, integrado por conselhos nacionais em cinquenta países. No Brasil, o CEBDS foi a principal organização a divulgar o desenvolvimento sustentável, através de suas empresas associadas, promoção de cursos e sua revista Brasil Sustentável. O CEBDS representa grandes grupos empresariais, que respondem por mais de 30% do PIB nacional e atuam nas mais variadas atividades – capital financeiro, energia, transporte, siderurgia, metalurgia, construção civil, bens de consumo em geral e prestação de serviços.

O relatório Brundtland, além de ratificar a elaboração liberal do desenvolvimento sustentável, recomendou a realização da conferência sobre o meio ambiente e desenvolvimento. Esta recomendação foi ratificada em 23 de dezembro de 1989 com a aprovação em assembléia extraordinária das Nações Unidas para a realização da conferência. Desde então, teve início a elaboração de esboços do programa Agenda 21, que, como todos os acordos dos estados-membros da ONU, sofreram um complexo processo de revisão, consulta e negociação, culminando com a segunda Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, mais conhecida como Rio-92 ou Eco-92, em 1992 no Rio de Janeiro, onde representantes de 179 governos aceitaram adotar o programa.

A sustentabilidade econômica seria garantida, na ótica liberal, com a diminuição da regulação capital-trabalho pelo Estado, com a consequente perda dos direitos trabalhistas conquistados pelos trabalhadores no padrão anterior de acumulação do capital. A sustentabilidade social seria possível através da responsabilidade dos empresários, imprescindíveis ao desenvolvimento sustentável. As ações empresariais teriam neste sentido um caráter público, porém não-estatal. Em simpósio preparativo para a Rio-92, realizado com a presença de seiscentos empresários, o presidente do

BCSD, Stephan Schmidheiny, resumiu nos seguintes pontos o modelo de sustentabilidade:

“o modelo de sustentabilidade a ser respeitado por governos e lideranças econômicas: promover uma economia de oportunidades para que as empresas tenham acesso aos mercados e tecnologias; diminuir a influência dos Estados no mercado; integrar valores ambientais às práticas comerciais; agregar valor aos recursos naturais utilizados no processo produtivo e estabelecer maior eficiência no processo econômico e no emprego de recursos naturais (gestão ambiental e tecnologia limpa).” (Loureiro, 2011, p.50).

A determinação do capital no discurso do presidente do BCSD é clara. A preocupação com os anseios do capital e, por conseguinte, a defesa do livre mercado é coerente com sua estratégia. Na Agenda 21, os empresários aparecem mais de uma vez, mas, sobretudo, no capítulo 30, intitulado “Fortalecimento do papel do comércio e da indústria” e são reconhecidos como agentes fundamentais para o desenvolvimento sustentável, bem como para a diminuição da pobreza. Repetindo esta estratégia, Gaddotti, afirma que a aproximação dos empresários de uma “consciência ecológica” representa o “pontapé inicial de um novo projeto (paradigma) de sociedade, que indique a direção e forneça a força necessária para a construção de um novo mundo [...]” (Gadotti, 2000, p.32).

A melhor forma de expressar esta nova “consciência ecológica” foi através de projetos de conscientização e um dos principais espaços escolhido para a execução foram as escolas públicas. Desta ação os empresários atingiam dois objetivos: (1) se inseriram em um mercado em potencial, no vocabulário empresarial, haja vista os valores do mercado editorial de livros didáticos; (2) passaram a inserir nas escolas programas e projetos, anunciando a difusão de uma certa “consciência ecológica”, ao passo que produzem o consenso passivo dos filhos dos trabalhadores, fundamental para a hegemonia das classes dominantes no país.

### **3.1 De Educação para Todos ao Todos pela Educação**

A inserção dos empresários brasileiros nas escolas públicas de Educação Básica tem sido objeto das políticas públicas federais nos últimos vinte anos. As políticas que foram produzidas no interior do MEC, desde a década de 1990, têm na “Declaração Mundial sobre Educação para Todos”, sua principal referência. Estas políticas se

materializaram em planos e programas que perpassaram tanto os dois governos Fernando Henrique Cardoso/PSDB (1994-2002), quanto os três governos do Partido dos Trabalhadores (PT): Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Roussef (2010-2013). As principais políticas analisadas nesta tese são aquelas materializadas nos seguintes planos e programas: o “Plano Decenal Educação para Todos (1993-2003)”, “Programa Acorda, Brasil (1995) e “PDE” (Plano de Desenvolvimento da Educação/2006).

A Declaração Mundial sobre Educação para Todos que foi assinada por consenso por todos os países participantes, incluindo o Brasil, inicia com a avaliação de que, embora, há mais de quarenta anos, as nações do mundo tenham afirmado através da Declaração Universal dos Direitos Humanos que "toda pessoa tem direito à educação", os avanços não eliminaram grandes desigualdades. No mundo inteiro o direito à educação para todos ainda é algo a ser atingido, pois persistem as seguintes problemas: mais de 100 milhões de crianças, das quais pelo menos 60 milhões são meninas, não tinham acesso ao ensino primário; mais de 960 milhões de adultos – dois terços dos quais mulheres são analfabetos, e o analfabetismo é um problema significativo em todos os países industrializados ou em desenvolvimento; mais de um terço dos adultos do mundo não têm acesso ao conhecimento impresso, às novas habilidades e tecnologias, que poderiam melhorar a qualidade de vida e ajuda-los a perceber e adaptar-se às mudanças sociais e culturais; mais de 100 milhões de crianças e incontáveis adultos não conseguem concluir o ciclo básico e outros milhões, apesar de concluí-lo, não conseguem adquirir conhecimentos e habilidades essenciais.

Ao mesmo tempo, em que a “humanidade” está diante de desafios de tamanha envergadura, a Declaração evidencia outros problemas que tornariam ainda mais complexas as tarefas para o século XXI, entre os quais: o aumento da dívida de muitos países, a ameaça de estagnação e decadência econômicas, o rápido aumento da população, as diferenças econômicas crescentes entre as nações e dentro delas, a guerra, a ocupação, as lutas civis, a violência; a morte de milhões de crianças que poderia ser evitada e a degradação generalizada do meio-ambiente. Esses problemas atropelariam os esforços empenhados no sentido de satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, enquanto a falta de educação básica para significativas parcelas da população impediria que a sociedade enfrentasse esses problemas com vigor e determinação. Na década de 80, esses problemas teriam sido decisivos para “dificultar

os avanços da educação básica em muitos países menos desenvolvidos”. Em outros, o crescimento econômico permitiu financiar a expansão da educação mas, mesmo assim, milhões de seres humanos continuam na pobreza, privados de escolaridade ou analfabetos. Segundo o documento, “em alguns países industrializados, cortes nos gastos públicos ao longo dos anos 1980 contribuíram para a deterioração da educação”.

Diante dos desafios e da conjuntura uma das principais indicações da declaração é aumentar as fontes de receita da educação e o fortalecimento das alianças. Em pelo menos dois artigos a referência a estes dois movimentos são explícitas. No artigo 5º “Fortalecer Alianças” o documento indica os potenciais aliados: “organizações governamentais e não-governamentais, com o setor privado, com as comunidades locais, com os grupos religiosos, com as famílias”. O papel destas alianças, ainda segundo o documento, é contribuir para o “planejamento, implementação, administração e avaliação dos programas de educação básica”.

Assim cada país signatário da Declaração Mundial Educação para Todos deveria, a partir de então, formular seus planos decenais. Em 1993, ainda no governo Itamar Franco (1992-1993), foi organizado o “Plano Decenal Educação para Todos (1993-2003)” do Brasil. Neste ano, o plano foi lançado pelo, então, Ministro da Educação e do Desporto Murílio de Avellar Hingel:

“Os desafios lançados na Conferência de Jomtien, em 1990, vem ocupando, desde então, a atenção do nosso País na área da educação. Se analisarmos os dados da evolução do sistema educacional brasileiro nos anos 90, especialmente os da educação básica, e os compararmos com os indicadores das demais áreas que assinaram a Declaração de Jomtien, o Brasil se destaca como um dos países que mais avançaram na década. Isso nos enche de satisfação, mas não deve ser motivo para desconsiderarmos o que ainda deve ser feito para completarmos o avanço necessário na educação, a fim de construirmos uma sociedade mais justa, democrática e igualitária. Se compararmos os dados de 1990 com os de 1999, observaremos como principais avanços na educação básica: a queda acentuada do analfabetismo, especialmente entre os grupos étnicos mais jovens; o aumento da participação das crianças de 7 a 14 anos no ensino fundamental; a redução dos índices de repetência e o aumento da promoção; a melhoria das taxas de transição escolar e a forte expansão do ensino médio. Todos estes avanços refletem de maneira muito significativa o esforço feito para melhorar a situação da educação no Brasil.”

A Declaração Mundial Educação Para Todos, assim como o Plano Decenal Educação para Todos, elaborado no Brasil, continuaram sendo documentos de

referência do Ministério da Educação nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso/PSDB. Segundo Paulo Renato, Ministro durante os oito anos de governo tucano, desde que assumiram a pasta tiveram compromisso com ambos os documentos formulados anos antes, tendo, inclusive, superado algumas metas:

“Ao contrário do que pode muitas vezes parecer, esse esforço teve continuidade pelo menos em oito dos últimos nove anos. Já no final do governo Collor, houve uma tentativa de debate sobre a questão do ensino fundamental e sua prioridade. Em 1994, foi realizada a Conferência Nacional de Educação para Todos que definiu as metas incorporadas ao Plano Decenal de Educação para Todos. Quando assumimos o governo, em 1995, deixamos muito claro que o nosso compromisso era implementar aquelas metas definidas a partir da Conferência de Jomtien. Até hoje, o resumo daquele Plano Decenal está no nosso gabinete, revelando que, ao assumirmos a pasta da Educação, não procuramos esquecer ou abandonar as metas e as estratégias que haviam sido definidas no governo Itamar Franco. Ao contrário, levamos o Plano Decenal adiante, a fim de fazer com que aquelas metas fossem realmente atingidas. Muitas delas não só foram alcançadas, mas ainda superadas.”

Entre as metas atingidas pelos governos Fernando Henrique Cardoso/PSDB está a inserção dos empresários brasileiros nas escolas públicas da Educação Básica. O maior incentivo a entrada empresarial no espaço escolar neste período foi realizado pelo programa “Acorda, Brasil. Está na Hora da Escola!” (1995), lançado ainda no primeiro governo (1995-1998) do PSDB. A principal proposta do Ministro Paulo Renato para alterar a gestão escolar foi redefinir a “autonomia financeira” da escola, através de programas como o Programa Dinheiro na Escola, vinculando os repasses de recursos à existência de uma unidade executora, constituída pelas associações de pais e mestres, conselhos escolares, ou organizações similares. Estas mesmas organizações estariam responsáveis por captar recursos junto às empresas e organizações não governamentais como ONGs.

Em 2000, o governo federal organizou o relatório “Educação Para Todos: avaliação da década”. O Ministro Paulo Renato foi o responsável pelo texto de abertura. O documento é dividido em vários artigos distribuídos em capítulos que tratam de diferentes assuntos: Histórico da Conferência Mundial Educação para Todos; Desenvolvimento da Educação no Brasil na Década de 1990; Balanço da Implementação dos Compromissos em Jomtien; Desafios para a próxima década – a perspectiva do governo; Desafios para a próxima década – a perspectiva da sociedade

civil; Desafios dos próximos passos. Cada um dos capítulos tem artigos de diferentes, escritos por intelectuais, alguns mais e outros menos orgânicos ao capital, como por exemplo Maria Alice Setubal e Moacir Gadotti, entre outros.

No texto de apresentação, o Ministro Paulo Renato destacou a participação dos empresários na Educação Básica e a importância do programa “Acorda, Brasil! Está na Hora da Escola!” para incentivar este movimento, desde 1995. No artigo, o Ministro da Educação confunde empresa com comunidade, identificando a inserção do empresariado nas escolas com o aumento da participação da comunidade neste espaço, incentivada, segundo Paulo Renato, pela política de autonomia para as escolas captarem recursos no mercado:

“Certamente, podemos nos orgulhar do grande empenho não só do governo federal, mas também dos vários governos estaduais que assumiram a liderança nas reformas, realizando mudanças que depois foram adotadas por outros Estados e seguidas até pelo Ministério da Educação. Temos de reconhecer ainda as iniciativas de municípios que empreenderam reformas importantes na área da educação, servindo de exemplo para outros governos municipais. Finalmente, não podemos nos esquecer ainda da contribuição de entidades não-governamentais que nesse período se dedicaram de uma forma muito intensa a ações concretas de estudo, diagnóstico e cooperação com organismos governamentais em muitas áreas relacionadas com a melhoria das condições do funcionamento da escola pública. Mais recentemente, a partir de 1995, com o Programa Acorda, Brasil. Está na Hora da Escola!, tivemos o engajamento direto de muitas entidades privadas para melhorar a educação em nosso País. Houve um crescente envolvimento da sociedade com a educação. É preciso lembrar que o trabalho que desenvolvemos na área do ensino fundamental, especialmente nos últimos quatro anos, buscou justamente envolver muito mais a comunidade com a escola, chamar sua responsabilidade para com a educação. Isto se revela no estímulo a criação de conselhos locais, como o Conselho Municipal de Alimentação Escolar, e o incentivo a organização da escola em torno das associações de pais e mestres. Em 1995, tínhamos apenas cerca de 11 mil associações de pais e mestres; hoje, já possuímos cerca de 60 mil. Esta mudança foi induzida pela política adotada pelo Ministério da Educação no âmbito do Programa Dinheiro na Escola, vinculando os repasses de recursos diretamente à escola à existência de unidade executora, constituída pelas APMs, conselhos escolares, ou organizações similares. Para resumir, ao avaliarmos o desempenho do Brasil em relação ao Programa Educação para Todos, podemos destacar como principais resultados.”

O capítulo nomeado “Desafios para a próxima década – perspectivas da sociedade civil” é dividido em quatro artigos escritos por Francisco das Chagas

Fernandes, Viviane Senna, Francisco de Assis Azevedo e Guilherme Leal. Uma breve pesquisa pelo sobrenome de cada um dos intelectuais que representaram a “perspectiva da sociedade civil’ é o bastante para identificar que, com exceção de Francisco das Chagas Fernandes, um sindicalista cooptado, os demais são proprietários de empresas e diretores de institutos de mobilização empresarial, como o Instituto Ayrtons Senna, Instituto Ethos, GIFE, etc.

Francisco das Chagas Fernandes foi secretário da Secretaria de Educação Básica (SEB) do MEC. Antes de assumir a SEB, Chagas foi diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Rio Grande do Norte, diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e professor da rede estadual potiguar, além de membro do Conselho Nacional de Educação (CNE). Em 2012, foi nomeado pelo Ministro Mercadante à Secretária Executiva-Adjunta, de onde auxilia o Ministro da Educação na supervisão e na coordenação das atividades das secretarias e entidades ligadas ao MEC. Trata de assuntos variados que podem ir desde diretrizes gerais até recursos humanos para a pasta.

Francisco de Assis Oliveira Azevedo, nascido em Alfenas, Minas Gerais, formado em Administração, com especialização em Desenvolvimento de Recursos Humanos, é diretor executivo do Instituto Camargo Corrêa e participa de conselhos da Fundação Loma Negra (Argentina) e do Instituto Alpargatas (Brasil) que desenvolve projeto de esportes em escolas públicas. Já ocupou os cargos de presidente da Fundação Acesita, diretor executivo do Instituto Telemig Celular, representante da Fundação AVINA para o sudeste do país, presidente da FUNDAMIG – Federação de Fundações de Minas Gerais e membro dos Conselhos de Responsabilidade Social das Federações de Indústrias de Minas Gerais, Rio de Janeiro e da Confederação Nacional da Indústria. Foi diretor do GIFE – Grupo de Institutos e Fundações e representante do Instituto Ethos em Minas Gerais.

Guilherme Peirão Leal é um empresário que detém vinte e cinco por cento das ações da Natura, maior empresa de cosméticos do país, sendo co-presidente do Conselho de Administração da companhia que ajudou a fundar. Embora tenha declarado uma fortuna de R\$ 1,19 bilhão ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a revista norte-americana Forbes avalia que o empresário tenha um patrimônio de aproximadamente U\$2,1 bilhões (cerca de R\$ 3,71 bilhões) em valor de mercado, ocupando o 463º lugar no ranking dos 1.000 empresários mais ricos do mundo.



Em 2009, o empresário se filiou ao Partido Verde poucos meses antes de ser escolhido pela legenda como vice na chapa de Marina Silva. Foi fundador e membro do Conselho Deliberativo do Instituto Ethos, ex-presidente do Conselho Deliberativo do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) e ex-integrante do Conselho Consultivo da ONG WWF Brasil. Em 2007, ao lado de Oded Grajew, primeiro presidente do Instituto Ethos, Leal ajudou a fundar o “Movimento Nossa São Paulo” com o objetivo de realizar propostas para as mais diversas áreas da capital paulista.

Viviane Senna é presidente da Fundação Ayrton Senna, criada em Junho de 1994, e do Instituto Ayrton Senna, criado em novembro do mesmo ano, tendo sede em São Paulo. A atuação destas organizações é respaldada por um conjunto de corporações: Ale Combustível, Banco Triângulo, Bradesco Capitalização, Brasil Telecom, Celpe, Coelba, Cosern, Credicard, Grendene, HP Brasil, Instituto Unibanco, Instituto Vivo, Instituto Votorantim, Intel, Lenovo, Grupo de Líderes Empresariais/Empresários pelo Desenvolvimento Humano (Lide), Martins Distribuidora, Microsoft Educação, Nivea, Oracle, Santa Bárbara Engenharia, Siemens, Suzano e Vale do Rio Doce.

Nos três textos escritos pelos autores empresários apresentam as contribuições da inserção empresarial nos espaços escolares. Nos artigos são apresentados projetos empresariais que, segundo os autores, vinham resultando em grandes resultados e ótimo retorno, tanto para as empresas, quanto para as escolas. Os empresários brasileiros, portadores de uma pedagogia da hegemonia, objetivam:

“(a) diluir as formas de identificação do trabalhador com a sua classe através do estímulo ao chamado individualismo como valor moral radical, fortalecendo a idéia de cidadania ativa circunscrita à noção de voluntariado, através de incentivos à criação de demandas cada vez mais específicas e desconectadas do mundo do trabalho; (b) reordenar o papel das organizações da sociedade civil pré-existente para torná-las instrumentos de difusão da nova sociabilidade, fortalecendo a noção de sociedade civil ativa; (c) incentivar o surgimento de organizações de novo tipo em condições de atuar na execução das políticas sociais, fortalecendo o capital social das comunidades e os modelos de descentralização participativa rumo à formação da chamada sociedade de bem-estar.” (Martins, 2009:141)

No período em que Ministro Paulo Renato esteve à frente do MEC duas mudanças legislativas alteraram o sistema educacional brasileiro: a Lei de Diretrizes e Bases (LDB/1996) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef), criado pela Emenda Constitucional 14 (EMC 14/1996) e regulamentado pela lei Nº 9424, em 1997. Ambas as modificações

legislativas ocorreram no contexto da contrarreforma neoliberal do Estado, em que os esforços eram concentrados na perspectiva de descentralizar a execução dos gastos sociais do fundo público, focalizar as políticas públicas e estabelecer parcerias com o mercado. Desde o primeiro ano de mandato o governo trabalhou neste sentido, passando a reter 20% dos recursos vinculados constitucionalmente à educação, sendo este valor depositado no “Fundo Social de Estabilização Fiscal” por intermédio da Desvinculação das Receitas da União (DRU). No mesmo contexto e perseguindo os mesmos objetivos, o governo instituiu inúmeras contribuições que não se inseriam entre os valores vinculados à educação por meio constitucional. O caso mais emblemático foi a Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF).

A LDB/1996 consagrou o Título VIII ao tema do financiamento educacional, denominado “Dos Recursos Financeiros” que inclui, ao todo, dez artigos. A referida lei permitiu definir com maior precisão as atividades dirigidas ao fundo de investimento em manutenção e desenvolvimento de ensino, assim como também aquelas para as quais não se dirigem os recursos deste fundo (saúde escolar, alimentação, por exemplo). A lei ainda garantiu que a União deveria se responsabilizar por um padrão mínimo de qualidade que implicaria em um custo mínimo anual por aluno.

O cálculo exposto na LDB/1996 foi utilizado como referência para a política financiamento construída no bojo da contrarreforma neoliberal. Segundo Gentili (2002), uma retórica de contenção dos gastos públicos acompanhou o discurso da “qualidade total”, transferindo conceitos e categorias da área da administração para o campo educacional, tais como eficiência, redução de custos, custo mínimo, em consonância com aquelas propostas realizadas pelo Banco Mundial e pela Conferência Educação para Todos. A relação do ministério com as agências internacionais, incluindo o próprio BM, era realizada através da mediação de intelectuais brasileiros, incluindo o próprio Ministro Paulo Renato, mas também os assessores Claudio Moura e Castro e João Baptista de Oliveira, além da economista Claudia Costin, na época estava inserida no Ministério da Reforma do Estado (MARE) trabalhando com o Ministro Bresser Pereira.

O Fundef foi criado pela EMC-14/1996 e regulamentado pela Lei N° 9424, em 1997, com previsão de adoção por todos os membros da federação a partir de 1998. Através do fundo eram distribuídos os recursos, no âmbito dos estados, dividindo entre estes e seus municípios, de acordo com o número de matrículas que cada ente possuía

no Ensino Fundamental. Este número deveria ser, então, multiplicado pelo valor médio por aluno obtido no âmbito de cada estado. O valor médio dos alunos de cada estado era obtido do cálculo da divisão entre a previsão de recursos arrecadados no estado pelo número de matrículas regulares nas séries deste nível de ensino. As desigualdades regionais, um dos principais problemas do sistema público de educação no país, seriam combatidas através da complementação naqueles casos em que o valor médio dos alunos em algum estado fosse menor que aquele estabelecido nacionalmente. O valor mínimo anual por aluno é fixado pelo presidente da República por decreto e, seu cálculo é resultado da previsão de receita do Fundef sob o número total de matrículas do ensino fundamental no ano anterior, acrescida do total estimado de novas matrículas (artigo 6, parágrafo 1 da Lei 9.424). O valor estipulado não poderia ser inferior a esses dois itens – a única exceção foi em 1997, quando foi pré-fixado em 300 reais. A união deveria ter a responsabilidade, portanto, de completar com recursos federais o fundo dos estados que atingissem o valor mínimo nacional.

No entanto, ao longo dos anos, o que algumas pesquisas (Davies, 2006; Rezende, 2006) vêm identificando é que os valores mínimos estabelecidos nacionalmente ficaram bem abaixo daquilo previsto em lei. Somente entre 1998 e 2003, nos cinco primeiros anos de implementação do Fundef, segundo Rezende (2006), deixaram de ser aplicados cerca de 13,5 bilhões de reais. Este estudo indica que a intenção de estabelecer patamares e valores mínimos estava mais associada a proposta de redução dos gastos sociais do fundo público, do que estabelecer novos níveis de investimentos na educação pública. Em relação à valorização do magistério, a Lei nº 9.424/1996 que criou o Fundef, em seu art. 7, determinava que ao menos 60% do total fundo fosse investido na remuneração dos “profissionais do magistério”. O déficit em relação aos valores que o MEC deveria ter investido, segundo Davies (2006), em relação ao Fundef, ultrapassou os trinta bilhões de reais, tendo impacto diretamente na valorização da carreira docente proposta pelo fundo.

O atendimento prioritário do Fundef ao Ensino Fundamental convergia com as metas estabelecidas pela Declaração Mundial Educação para Todos da qual o Brasil foi signatário. Através da declaração, os países se comprometeram a erradicar o analfabetismo, universalizar o acesso à escola e otimizar a aplicação dos recursos investidos na educação. Ambos os autores (Davies, 2006; Rezende, 2006) reconhecem os avanços propiciados pela lei que instituiu o Fundef, destacadamente, no sentido de

uma melhor definição daquilo que seja passível de ser reconhecido como manutenção e desenvolvimento do ensino, bem como aquilo que não deva ser contabilizado como gastos educacionais. Algo que já havia avançado com a LDB/1996. No entanto, ambos concordam também que esta política produziu, ao menos, três distorções. A primeira delas foi em relação aos demais níveis de ensino, como a Educação Infantil e o Ensino Médio, que tiveram investimentos bem menores. A segunda diz respeito ao salário das redes de ensino que passaram a ter patamares diferenciados, com a desvalorização das redes estaduais. A terceira distorção foi em relação as desigualdades regionais que não diminuíram diante do reduzido papel complementar assumido pela União no período em que vigorou o fundo.

No fim da década de 1990 o principal debate que mobilizou os educadores esteve relacionado ao Plano Nacional de Educação (PNE). Desde a Constituição Federal (CF/1988), em seu art. 204, à LDB/1996, no art. 87, estava previsto que o governo federal deveria encaminhar ao congresso nacional o PNE. Esta era uma reivindicação antiga do movimento de educadores que lutaram para incluir nos debates constitucionais a educação enquanto tema de política que transcenda os mandatos presidenciais de quatro anos. Este foi o sentido da atuação do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública nos Congressos Nacionais de Educação (CONED) que mobilizaram milhares de educadores na produção da proposta “PNE da Sociedade Brasileira”.

A proposta formulada no CONED foi encaminhada ao congresso nacional em 10 de fevereiro de 1998. No dia seguinte, no entanto, o governo apresentou uma proposta diferente e os debates por três anos. A Cúpula Mundial da Educação que reúne todos os países participantes do encontro realizado no Senegal, em 2000, através do documento “Marco de Ação de Dakar” (2000), afirmou a necessidade dos países organizarem seus Planos Nacionais de Educação através de um processo “democrático e transparente”. No Brasil, no entanto, segundo Batalha (2009) a atuação do bloco conservador silenciou as principais reivindicações propostas no CONED, quando não conseguiram realizar isto no congresso nacional, asseguraram através do veto presidencial.

Nos debates que aconteceram previamente a elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE/2000) o tema do financiamento da educação foi pautado pelos movimentos da sociedade civil na defesa da fixação dos investimentos em educação pública ao Produto Interno Bruto (PIB). Na proposta de “PNE da Sociedade Brasileira”, intensamente debatida pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública”, propunha-se

o crescimento progressivo até os 10% do PIB. No projeto substitutivo produzido pelo deputado Marchezan (PMDB-Rio Grande do Sul), em 2001, foi apresentada uma proposta mais modesta que previa atingir 7% do PIB. Entretanto, nem a proposta negociada pela base governista no congresso foi aprovada. Através do veto presidencial, segundo Batalha (2009), o presidente Fernando Henrique Cardoso assegurou que o plano não passasse de um texto genérico, sem base de sustentação financeira. Sob a justificativa de que não havia indicação de fontes ou previsão para divisão de responsabilidades entre os entes federativos, o projeto substitutivo foi vetado. O PNE aprovado, para a década de 2000, não continha previsão de aumento orçamentário para além dos dispositivos consagrados na constituição.

O resultado da eleição presidencial, em 2002, ascendeu as expectativas de revisão do veto presidencial, uma vez que amplos setores do PT ajudaram a construir a história do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. Entretanto, a revisão do veto nunca se tornou realidade e, além disto, a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE) anunciou ainda no primeiro ano de mandato o rompimento com o Fórum justificado pela correlação de forças alterada pela posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na política educacional o PNE (2000-2010) perdeu qualquer importância antes mesmo de seu término. Sem qualquer avaliação institucional, o governo federal anunciou, em 2007, no bojo do lançamento do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), através do decreto 6094/2007. Sob o título “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação”, inspirado no movimento empresarial autointitulado pela mesma denominação, o PDE foi apresentado compreendendo quarenta programas que podem, segundo Batalha (2009), ser agrupados em quatro eixos: educação básica, educação superior, educação profissional e alfabetização, prevendo aos municípios brasileiros uma proposta de diagnóstico participativo denominado Plano de Ações Articuladas (PAR). O PAR tem caráter plurianual, devendo ser formulado a partir de diagnósticos com a participação das comunidades escolares, produzidos a partir da utilização do Instrumento de Avaliação de Campo que, segundo o plano, permitiria a análise dos sistemas de ensino em quatro dimensões: gestão educacional, formação dos profissionais de educação, prática pedagógica e avaliação, e infraestrutura física e recursos pedagógicos. No documento do PDE o PAR é apresentado como o instrumento que garantirá o fim das discontinuidades das políticas educacionais.

Todavia, Batalha (Ibidem) identifica alguns questionamentos ao PDE e sua proposição, sobretudo naquilo que se refere a participação, ao entendimento sobre diagnóstico participativo e os próprios pressupostos da avaliação proposta. Em relação à participação social, a autora questiona a ausência de diálogo com o acúmulo produzido nos CONEDs e pelo próprio Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, além da manutenção do veto presidencial. Em relação ao PAR, a autora identifica que, a despeito das recomendações à participação social nos diagnósticos, o referido plano pode vir a substituir a iniciativa da elaboração de planos municipais de educação que resultem do acúmulo dos profissionais de educação e suas entidades representativas.

No relatório de monitoramento da educação no país, realizado pela Unesco, em 2008, concluiu-se que as metas do PNE (2000-2010) não seriam cumpridas e que o veto à proposta de aumento dos recursos para a educação comprometeu financeiramente os objetivos do plano. Este reconhecimento contradisse todo o receituário do Banco Mundial (BM) que reiteradamente em seus documentos defendia que os problemas da educação nos países periféricos eram relacionados à má gestão dos recursos e não a falta deles. Por fim, o próprio governo federal reconheceu, através do PDE, embora não tenha revisto o veto, a necessidade de alcançar o investimento de 7% do PIB.

No mesmo ano do lançamento do PDE dezoito ações foram contempladas a partir do plano, sendo duas delas as mais destacadas, segundo Saviani (2009): o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e o PDE-Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). O Fundeb, substituto do Fundef, foi criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, sendo um fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual (um fundo por estado e Distrito Federal, num total de vinte e sete fundos), formado, na quase totalidade, por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal de 1988. Além desses recursos, ainda compõe o Fundeb, a título de complementação, uma parcela de recursos federais, sempre que, no âmbito de cada Estado, seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente, assim como já era previsto no Fundef. Com vigência estabelecida para o período 2007-2020, sua implantação começou em 2007, tendo sido plenamente concluída em 2009.

O IDEB foi criado pelo MEC, a partir de pesquisas realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), inspirado em metodologia similar produzida pelo Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – metodologia de avaliação comparada, aplicada a estudantes na faixa dos 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países. O programa é desenvolvido e coordenado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em cada país participante há uma coordenação nacional. No Brasil, o Pisa é coordenado pelo Inep. O objetivo desta metodologia é produzir indicadores que tornem-se referência para a discussão da qualidade da educação nos países participantes, de modo a hegemonizar as políticas públicas para o ensino básico. Em seu site, o Inep apresenta o PISA como uma “avaliação que procura verificar até que ponto as escolas de cada país participante estão preparando seus jovens para exercer o papel de cidadãos na sociedade contemporânea. ” (<http://portal.inep.gov.br/pisa-programa-internacional-de-avaliacao-de-alunos>)<sup>21</sup>. As avaliações do Pisa acontecem a cada três anos e abrangem três áreas do conhecimento – Leitura, Matemática e Ciências – havendo, a cada edição do programa, maior ênfase em cada uma dessas áreas. Em 2000, o foco foi em Leitura; em 2003, Matemática; e em 2006, Ciências. O Pisa 2009 iniciou um novo ciclo do programa, com o foco novamente recaindo sobre o domínio de Leitura; em 2012, foi novamente Matemática; e em 2015, Ciências.

Além do exame padronizado, o Pisa coleta informações para a elaboração de indicadores contextuais, os quais possibilitam relacionar o desempenho dos alunos a variáveis demográficas, socioeconômicas e educacionais. Essas informações são coletadas por meio da aplicação de questionários específicos para os alunos e para as escolas. Os resultados do PISA vêm sendo utilizados pelos governos dos países envolvidos como instrumento de trabalho na definição de políticas educativas e na redefinição das formas de controle do trabalho realizado no interior das instituições públicas de ensino.

O INEP, avaliação formulada pelo INEP e inspirada pelo PISA, vêm ampliando este tipo de regulação da educação no Brasil, através de uma equação a partir de testes padronizados, aplicados no fim do quinto e nono ano do Ensino Fundamental e terceiro

---

<sup>21</sup> Acesso em 10/05/2014.

ano do Ensino Médio, conjugados aos indicadores de fluxo escolar, produzindo uma média numa escala de zero à dez. No primeiro ano em que foi aplicada a metodologia do INEP o índice nacional foi avaliado em 3,8 e a meta estabelecida pelo Plano de Metas Todos Pela Educação é chegar, em 2022, durante o segundo centenário de independência do país, a média 6,0, atingida pelos vinte países mais bem colocados no PISA. Em muitos estados a influência do PSIA e do INEP produziu um efeito cascata gerando a organização de exames no âmbito estadual. Em outros casos, como em São Paulo, por exemplo, o governo estadual, através da Secretaria Estadual de Educação, já havia criado seu modelo de regulação, através do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP), desde 1996, durante a gestão do governador Mario Covas (PSDB).

No fim do segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva o nível de organização nacional dos empresários em torno da educação já era maduro. Desde 2005, quando o congresso intitulado “Ações de Responsabilidade Social em Educação: Melhores Práticas na América Latina”, organizado por três organizações empresariais: Instituto Gerdau e as Fundações Jacobs e Coleman, resultou na mobilização de empresários em torno do projeto “Compromisso Todos Pela Educação”, o empresariado brasileiro elevou sua organização “[...] com metas, estratégia, cronograma e uma significativa mobilização para iniciar a construção de um pacto nacional em defesa da educação brasileira” (Leher, 2011).

### **3.2 ESCOLA-EMPRESA EM SÃO PAULO**

A inserção dos projetos empresariais nas escolas ocorreu no contexto de difusão dos projetos de responsabilidade socioambiental empresarial no país e ganhou grande destaque nacionalmente a partir dos anos 2000. Em São Paulo, entretanto, desde antes da década de 1990, uma verdadeira campanha foi orquestrada, tanto na sociedade civil, através da imprensa, quanto na sociedade política, através da Secretaria Estadual de Educação que incentiva, ao longo de mais de três décadas, a parceria público-privada na educação básica. O foco desta campanha foi a defesa que o empresariado brasileiro se responsabilizasse pela qualidade das escolas públicas. É possível afirmar que o empresariado em São Paulo realizou uma transição entre uma posição de crítica ao Estado estrito que arrecadaria contribuições forçadas já em demasia, para uma posição de vanguarda no movimento de inserção na escola pública.



Segundo Souza (2011), é possível identificar através da imprensa, com destaque para a Folha de São Paulo e a Revista Veja, ambos de grande circulação no estado de São Paulo, que o empresariado brasileiro resistiu até o período da grande ofensiva, realizada nos anos 2000, a se lançar sob as escolas públicas da educação básica<sup>22</sup>. Em diversas matérias publicadas neste período é possível perceber que o empresariado brasileiro, até os anos 2000, permaneceu entendendo o investimento nas áreas sociais como custo, embora a imprensa permanentemente tenha realizado o esforço de divulgar e propagar as ações empresariais existentes.

Desde o fim da década de 1980, todos os governos no estado de São Paulo criaram políticas, a partir da Secretaria de Educação, de incentivo às parcerias empresa-escola. Estas políticas estiveram presentes, tanto nos governos que tiveram à frente governadores do PMDB, quanto naqueles que estiveram sob a direção do PSDB. No governo Quéricia/PMDB (1985-1990), foi criado o programa “Adote uma Escola”. O governo Fleury/PMDB (1991-1994) criou o “Programa de Parceria Empresa-Escola Pública”. O governo Covas/PSDB (1995-2002) criou o programa “Escola em parceria”, através da Resolução SE-234/1995, publicada no “Diário Oficial” do estado de São Paulo, e mantido, até os dias atuais, nos governos Geraldo Alckmin/PSDB (2001-2006/2011-2013) e José Serra (2007-2010), tendo modificado de nome em 2005, quando passou a ser chamado “Empresa Educadora”.

O programa “Adote uma escola”, criado em 1987, previu o incentivo aos empresários que se interessassem em apoiar alguma (s) escola (s) da rede estadual. Esta adoção poderia resultar no apoio financeiro, material ou pedagógico, através de projetos ou programa empresariais. Entre as formas de apoio, a empresa poderia financiar reformas nos prédios, remunerar funcionários ou contratar ajudantes.

Durante toda a década de 1990, o jornal Folha de São Paulo publicou diversas matérias que tinham como principal característica a divulgação de ações bem sucedidas do empresariado brasileiro junto a educação básica visando entusiasmar o empresariado brasileiro a adotar as escolas públicas. A pesquisa buscou identificar quais os principais argumentos que possuem maior visibilidade junto aos profissionais da educação, com destaque para os docentes.

---

<sup>22</sup> Isto foi possível ser verificado no caso do jornal Folha de São Paulo pela disponibilização dos arquivos do periódico no período em que a pesquisa era realizada.

Em 1993, o jornal Folha de São Paulo publicou duas matérias e um artigo do atual Ministro da Educação que defendiam maior participação das empresas nos destinos da educação básica brasileira. Ambas as redações destacaram a relação entre o investimento educacional e o crescimento das riquezas do país, citando casos bem sucedidos, tanto de países que seguiram este exemplo, quanto de empresários que assumiram o papel de vanguarda neste sentido, destacando que este ainda era um movimento remoto no país.

Em agosto de 1993, sob o título “Educação: exigência da economia contemporânea”, a Folha de São Paulo publicou o artigo de Aloísio Mercadante (PT/SP), ex-deputado federal e atual Ministro da Educação. Naquela conjuntura o economista defendeu que

“precisamos de uma revolução na educação, novos instrumentos de financiamento do ensino público, onde as empresas privadas assumam com maior responsabilidade o desafio histórico de universalizar o Ensino Fundamental.” (Folha de São Paulo, 25.08.1993, pp. 1-3)

Em novembro do mesmo ano, a Folha publicou duas matérias com o mesmo foco. A primeira, sob o título “Investir em educação alavanca lucro”, a reportagem aborda a relação entre o investimento em educação e crescimento econômico, citando casos bem sucedidos pelo mundo e pelo país em um cenário de “forte concorrência internacional”. Assim, ainda segundo a matéria, o investimento de capital em educação é um ato “estratégico” para o país e os empresários brasileiros deveriam seguir o exemplo de pequenos grupos que já realizam este movimento.

A matéria publicada no dia quatorze de novembro divulgou a experiência de um empresário paulistano na adoção de uma escola da rede municipal da capital. Na entrevista com o empresário são ressaltados os pontos positivos e lucrativos conquistados pelas empresas que realizam ações de responsabilidade social. A matéria termina com um receituário, elaborado pela empresa de consultoria do entrevistado, demonstrando como “adotar uma escola” (Folha de São Paulo, 14.11.1993, pp. 1-17).

Em 1994, a Folha de São Paulo publicou mais uma matéria e um artigo com os mesmos enfoques. Em março, Carlos Estevam Martins, então secretário de Educação do estado de São Paulo, escreveu o artigo “Três ideias para a escola pública”, em que destaca o papel do empresariado na resolução da “crise educacional.” Naquele contexto, o Secretário afirmara que tinha clareza de que esta resolução desta crise não seria resolvida no âmbito do Estado, mas que exigiria a “parceria com o setor privado.”

(Folha de São Paulo, 24.03.1994, pp. 1-3) Neste ano, o “Programa de Parceria Empresa-Escola Pública”, criado ainda no governo Fleury, sugeriu formas de parceria entre empresas e escolas e expunha três objetivos: Facilitar e ampliar a participação de empresários e agentes da comunidade na gestão do ensino público; Captar recursos financeiros e aprimorar seu gerenciamento em benefício da escola pública; e regionalizar ações e desenvolver mecanismos que facilitem a interação Escola-Comunidade.

Em julho, ainda em 1994, a Folha de São Paulo publicou um caderno especial sob o título “Empresas adotam escolas públicas” em que retrata a situação deste tipo de iniciativa no Brasil e em São Paulo. Nesta reportagem são divulgados exemplos bem sucedidos e divulga o projeto do Pensamento Nacional de Bases Empresariais (PNBE) para orientar aquelas empresas que se interessarem adotar uma escola pública (Folha de São Paulo, 12.07. 1994, Especial p. A1).

A revista Veja foi uma importante articuladora desta mudança de perspectiva. Em 1995, a revista deu grande destaque para o “Programa de Parceria Empresa-Escola Pública”, desenvolvido pela Secretaria de Educação do governo do estado de São Paulo, desde 1991, durante o governo Fleury/PMDB (1991-1994). O programa criou um cardápio com vinte propostas possíveis de parceria e distribuiu para cinco mil empresários. Segundo reportagem da Veja “o nível de adesão foi zero.” (Veja, 15.02.1995, pp.23-24)

No governo Covas/PSDB (1995-2002), o programa iniciado no governo Fleury/PMDB foi reformulado, mantendo, no entanto, as mesmas diretrizes. Ao invés, entretanto, de utilizar o termo “adoção”, passou a utilizar uma categoria menos pejorativa às escolas: “parceria”. O “novo” programa se chamou “Escola em parceria” e entrou em vigor através da Resolução SE-234/1995, publicada no Diário Oficial do estado de São Paulo. A proposta, organizada ainda no governo Fleury/PMDB e reformulada nos governos Covas/PSDB, sendo válida nos primeiros dez anos de governos do PSDB. Em 2005, durante o primeiro governo de Geraldo Alckmin/PSDB (2001-2006), um novo programa denominado como Empresa Educadora atualizou as propostas do governo de São Paulo para as “parcerias” entre empresas e escolas públicas.

A alteração da denominação de programas que incentivam as “adoções” ou “parcerias” em São Paulo, segundo Souza (2011), segue a lógica dos governos de

imprimirem suas marcas através das políticas educacionais. Através do site da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo, no entanto, é possível identificar que por mais que, ao longo do tempo e dos governos, os programas de incentivo a inserção das empresas nas escolas públicas possuem um fio condutor:

“O programa de parceria empresa-escola, que hoje atinge cerca de 67 mil alunos, se espelha no projeto-piloto iniciado em 1991, implantado em três escolas estaduais da favela de Paraisópolis (zona sul). A partir dessa experiência, outros empresários foram envolvidos e estabeleceram parcerias com outras escolas. Em 2005, esse modelo foi formalizado pela Secretaria Estadual da Educação de São Paulo por meio do Projeto Empresa Educadora, que hoje abrange todas as regiões do estado.”

(Site <http://www.educacao.sp.gov.br/noticias/secretaria-de-educacao-dobra-numero-de-parcerias-com-empresas> Acesso em 20.12.2012)

No ano seguinte, em 1995, e em 1997, novamente, a Folha de São Paulo publicou dois artigos com o mesmo tema e posicionamento. Em março de 1995, o jornal publicou artigo de Gilberto Dimenstein que destacava a necessidade do empresariado encarar a missão de adotar escolas públicas, sob o risco e pena de garantir a qualidade da mão de obra empregada. Dois anos depois, em artigo publicado sob o título “Empresa pública e cidadã”, Hebert de Souza cobrou que os empresários brasileiros publicassem um balanço social de seus empreendimentos, afirmando que este conceito no país “ainda é novo” (Folha de São Paulo, 26.03.1997).

O artigo provocou intensa reação de diversos setores do empresariado brasileiro e foi respondido por outros dois artigos publicados em menos de uma semana de diferença. Após três dias da publicação do artigo em que Hebert de Souza cobrou do empresariado brasileiro, Ricardo Young, coordenador do PNBE escreveu na Folha de São Paulo defendendo que os empresários já contribuíam compulsoriamente o suficiente, sem que o governo prestasse contas destes recursos. Três dias depois, o jornal publicou artigo de Evelyn Berg Ioscpé, presidente do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), afirmando que o debate sobre o balanço social das empresas estava se iniciando e que o Estado deveria reconhecer seu encolhimento, criando as bases do “desenvolvimento social sustentado” (Folha de São Paulo, 1º.04.1997, pp. 1-3) Segundo Souza (2011), a polêmica criada a partir da proposta do ‘balanço social’, no limite, “sugere um embate quanto ao papel do Estado no atendimento dos direitos sociais, e, mais nitidamente, expressa como os empresários

tendem a ver sua atuação nessa área.” (Ibdem, p. 261) É possível afirmar, a partir da reação empresarial que entendia-se que não era possível aumentar os gastos com a área social e que os “custos” já eram muito altos. Desde então, o que se percebeu foi uma intensa campanha para demover o empresariado brasileiro desta perspectiva.

A revista Nova Escola, do grupo Vitor Civita, na edição 137, em novembro de 1998, publicou com matéria de capa o tema parceria empresa-escola. Segundo a revista, um “casamento que dá certo”. Na própria capa, a revista informa que empresas “se firmam como os novos mecenas da educação. Tornam-se parceiros da escola, financiando treinamento de professores, programas de leitura, feiras de ciências e muito mais”, como é possível ver abaixo:



Fonte: Revista Nova Escola, Ano XIII, Nº 117. 1998.

A capa da Revista Nova Escola, edição 117, foi uma imagem de um aperto de mão entre a empresa, personificada por um satisfeito empresário, e a escola, identificada

por uma mulher, provavelmente professora, olhando de lado, com uma fisionomia de desconfiança. No entanto, as reportagens no interior da revista trazem exemplos de projetos e programas empresariais que estavam sendo realizados em diferentes locais do país. Nesta edição é possível identificar que nas campanhas pela inserção empresarial nas escolas públicas começa a aparecer o conceito de “parceria”:

“Ao terminar de ler esta reportagem, você nunca mais verá o governo como a única fonte de recursos para manter o ensino, embora continue sendo a principal, provavelmente por muito tempo ainda. As empresas, esperamos, também deixarão de ser vistas apenas como um lugar para batalhar um computador para os alunos ou um saco de cimento para consertar os buracos da quadra. Afinal, vem do setor privado um conceito que está enriquecendo o ensino brasileiro – o das parcerias.” (Revista Nova Escola, 11.1998)

A reportagem retrata diferentes tipos de empresas e formas de “parceria” que vinham sendo realizadas no interior das escolas públicas. Todas as ações empresariais são complementares aos investimentos públicos, sendo sua duração uma variável bem relativa. As ações podem resultar em intervenções que variam, desde doações, até programas com duração mais longa, podendo chegar, como retrata a reportagem, em dez anos de duração:

“Grandes ou pequenas, nacionais ou multinacionais, as empresas estão atuando mais diretamente junto às escolas das mais diversas maneiras. Podem, sim, pagar a pintura ou conserto do muro, quando a verba do Estado não for suficiente. Podem também doar computadores. Nos casos mais notáveis, patrocinam cursos de aperfeiçoamento de professores ou programas de melhoria das escolas – às vezes por dois, três ou até dez anos.” (Ibdem)

Em 2013, no segundo governo Geraldo Alkmin (2011-2013), o programa “Empresa Educadora” continua incentivando a “parceria” entre empresas e escolas e o programa vem sendo ampliado ano a ano. As empresas são avaliadas pela Fundação para o Desenvolvimento da Educação, órgão que é ligado a Secretaria, e a “parceria” é realizada diretamente entre a empresa interessada e as escolas, através das Associações de Pais e Mestres. Segundo a Secretaria Estadual de Educação de São Paulo, as empresas, após um ano de trabalho no interior de alguma escola na rede estadual, recebem o selo Empresa Educadora:

“As empresas, após avaliação da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), órgão da Secretaria, auxiliam na ampliação, reestruturação ou modificação de escolas. Não existe um valor mínimo para investimento, e os recursos são repassados diretamente

para a Associação de Pais e Mestres (APM) da escola. Em conjunto com a empresa, são decididas as prioridades, de acordo com as diretrizes educacionais da Secretaria de Estado da Educação.

Depois de um ano de projeto, a empresa recebe o Selo Empresa Educadora, outorgado pela Secretaria, reconhecimento como instituição ativa e socialmente responsável.” (Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, 2013)

O programa analisado nesta Tese se insere dentre os casos mais “notáveis”, identificado pela reportagem da Revista Veja, embora tenha tido sua origem apenas dois anos depois, entre os anos 2000-2001. O “Programa Agronegócio na Escola” vem sendo desenvolvido há mais de treze anos, com atuação destacada na formação dos professores, ou como a ABAG-RP denomina, “capacitação”.

### **3.3 O PROGRAMA EDUCACIONAL AGRONEGÓCIO NA ESCOLA**

*“ABAG I: Este programa é a menina dos olhos de ouro dos nossos associados. Então, a gente tem que ter tudo bem controladinho, com todos os dados.”*

A declaração proferida pela diretora executiva da ABAG-RP a respeito do Programa Educacional Agronegócio na Escola apenas confirmou aquilo que a pesquisa suspeitava: esta é uma ação fundamental na sociabilidade do patronato rural na capital do agronegócio. A necessidade de ter “tudo bem controladinho” obriga que as responsáveis pelo programa mantenham uma memória de cada edição do programa. Esta memória é composta por diferentes tipos de fontes: número de participantes, número de visitas, todos os projetos inscritos no Prêmio Professor, as redações, frases e desenhos inscritos nos concursos voltados para os alunos das escolas participantes do programa.

Em nenhum momento as dificuldades encontradas no diálogo com as Secretarias de Educação dos municípios se apresentou no contato com a ABAG. Em nenhum momento a associação, através das suas representantes, colocou qualquer entrave a pesquisa. Pelo contrário, os contatos realizados foram muito proveitosos e foi oferecido à pesquisa algumas fontes, algumas que já haviam sido acessadas por outros meios, como o próprio endereço eletrônico da ABAG, e outras que não estavam disponíveis para o público, como o relatório de atividades 2012.

O programa que já existe há treze anos sofreu ao longo da sua história alterações que visaram melhorar a ação pedagógica da associação no sentido proposto de melhorar a imagem o agronegócio e adaptar a proposta diante das dificuldades impostas. A

assimilação da comunidade é realizada por meio de visitas aos associados da ABAG e concursos que premiam alunos e professores. No entanto, como foi possível identificar pelas fontes, as mesmas condições que facilitam a entrada da associação nas escolas, são as mesmas que limitam a plena realização dos objetivos do programa.

Entre 2001 e 2008, o programa foi realizado em parceria com a Secretaria Estadual da Educação e desenvolvido em escolas pertencentes a dez Diretorias de Ensino da macrorregião de Ribeirão Preto. O programa foi destinado, segundo o site oficial da ABAG, aos estudantes do Ensino Médio, com o objetivo de “levar os conceitos fundamentais do agronegócio para as salas de aula, de forma multidisciplinar.” (site oficial da ABAG) Segundo a diretora executiva da ABAG, a preocupação com a imagem do patronato rural em Ribeirão Preto é anterior ao programa educacional, era desenvolvido pelo grupo Imagem, mas se restringia ao setor produtivo associado a cana de açúcar:

**“ABAG 1:** “Bom, na verdade a ABAG de Ribeirão Preto antes dela ser criada tinha um grupo que era especificamente do setor de cana chamado Imagem que buscava trabalhar a imagem da cana na região que em função do modelo de produção que envolvia a queimada. Pra você fazer o corte manual da cana tinha muitos impactos na cidade, aquela foligem, e as questões de problema respiratório. A cana pelos centros urbanos tinha um certo preconceito.

**ABAG 2:** “Era mal visto.”

**ABAG 1:** “Mal visto.”

A fala das representantes da ABAG-RP indicou a preocupação das ações da associação em criar “um antes” e “um depois” do processo de mecanização do corte de cana. Na “fase anterior”, o “modelo de produção a época” produzia um tipo de impacto sócio ambiental distante da fase atual, mecanizada, moderna e, isto exigia, em primeiro lugar, a unidade da cadeia produtiva do agronegócio num projeto “mais amplo de valorização institucional do agronegócio”. Neste sentido surgiu a proposta de trabalhar a imagem do agronegócio junto às escolas. No primeiro momento, o trabalho nas escolas se concentrou junto aos alunos do Ensino Médio:

**“ABAG 1:** “Em função deste modelo de produção da época. Então, o que aconteceu? Eles queriam melhorar este trabalho de valorização da imagem e surgiu quando foi criado este grupo e eles resolveram englobar as demais cadeias. Não só a cana, mas um pouco mais amplo da valorização institucional da imagem do agronegócio, tá? Então, antes da criação deste, em 2000, teve uma pesquisa de opinião que constatou como que era visto este setor, especificamente a cana e também viu esta ideia de trabalhar uma coisa mais ampla, de uma forma institucional e vamos tentar agregar outros setores, outras



cadeias para além da cana de açúcar. Bom, e aí as estratégias para fazer isso, uma delas a educação, porque a educação com os alunos? Nós fazemos um trabalho com 8º e 9º ano. Teve uma época que foi uma faixa etária um pouco maior.”

Entre 2001 e 2008, o programa se restringiu a Rede Estadual de Ensino de São Paulo. No entanto, segundo as representantes da ABAG, as exigências do vestibular trouxeram muitas dificuldades para a realização do programa. Após este período inicial, a associação passou a trabalhar exclusivamente com as redes municipais da macrorregião de Ribeirão Preto que possuem escolas com o segundo segmento do Ensino Fundamental.

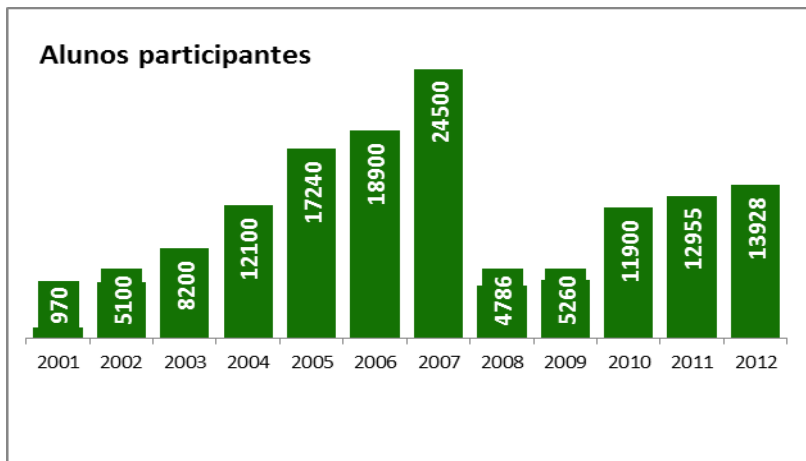
A mudança ocorrida no programa não parece ter sido mal recebida pelas representantes da ABAG. Segundo elas, a escolha pelos dois últimos anos do Ensino Fundamental se justifica pela maturidade dos alunos que envolve uma “melhor compreensão do entorno de onde estão e do que estão estudando”, o que permitiria ao programa realizar os mesmos objetivos de valorização da imagem do agronegócio na região:

**“ABAG 2:** “Tentaram pegar o Ensino Médio, mas não deu.”

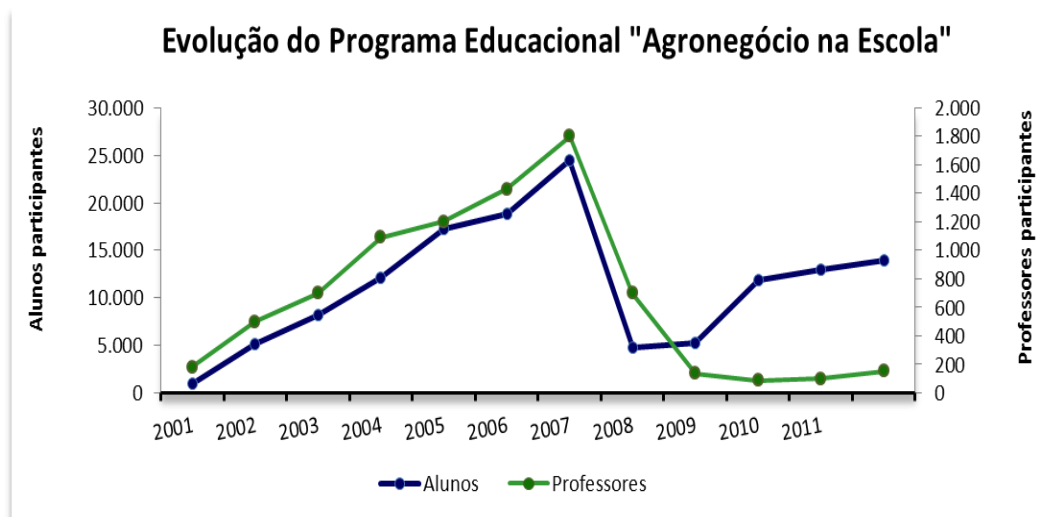
**ABAG 1:** “Tentaram, mas os alunos já estão mais focados no preparo do pré-vestibular, então chegou-se a conclusão que o 8º e 9º ano seria melhor, a 7ª e a 8ª série, porque são alunos que já tem uma compreensão melhor do entorno de onde estão e do que estão estudando e ainda são alunos que não estão tão focados no vestibular que acaba dificultando as atividades que a gente propõe pra serem desenvolvidas. Educação a ideia é justamente você fazer um trabalho mais preventivo, porque o conceito que se tem é que depois que a pessoa já está com a sua vida adulta suas opiniões estão enraizadas...”

No período em que esteve restrito a Rede Estadual de Ensino de São Paulo, o programa teve um grande crescimento entre 2001 e 2007. No primeiro ano, o programa começou em sete cidades, envolvendo cento e oitenta professores e novecentos e setenta alunos. Em 2007, o programa educava vinte e quatro mil e quinhentos alunos, assimilando mil e oitocentos professores, em cento e quarenta e uma cidades. Em 2008, participaram apenas vinte e nove escolas, de seis Diretorias de Ensino. Ao todo, próximo de 4.800 alunos realizaram cerca de noventa visitas de campo às propriedades de associados da ABAG. Desde 2009, a ABAG, então, passou a firmar parcerias com as Secretarias Municipais de Educação do estado de São Paulo, sendo Ribeirão Preto a primeira a assinar o convênio. Segundo o site da associação, participaram do projeto cerca de 5.300 alunos de vinte e cinco escolas do município. Em 2012, participaram

setenta e cinco cidades, envolvendo próximo de quatorze mil estudantes e cento e cinquenta professores como é possível identificar nos gráficos a seguir:



Fonte: [www.abagrp.org](http://www.abagrp.org)



Fonte: [www.abagrp.org](http://www.abagrp.org)

Entre 2001 e 2007, além do crescimento no número de cidades, professores e alunos envolvidos, foi possível identificar um grande aumento também das visitas realizadas pelas escolas aos associados da ABAG. Em 2001, quando apenas as escolas estaduais de quatro cidades da Diretoria de Ensino da cidade de Jaboticabal participaram do programa, foram realizadas vinte e sete visitas. Não foi possível verificar a razão da diferença entre o número de cidades participantes e o número de cidades que realizaram visitas em 2001. Pelos dados divulgados pela ABAG três municípios que participaram não realizaram visitas. Em 2007, foram realizadas quatrocentos e sessenta e três visitas, por cento e quarenta escolas, de oitenta e três municípios. O fim da parceria com a Rede Estadual de Educação de São Paulo ocorreu em 2008. Segundo a coordenadora do programa da ABAG, houve na época um desentendimento com as Diretorias de Ensino que começou a não liberar os professores para as visitas às empresas e palestras proferidas pela ABAG. Foi neste momento que a associação definiu por mudar o parceiro e passou a oferecer o programa nas redes municipais:

**“ABAG 2:** “Pelo que eu percebi que o Paulo falou no encerramento, do que eu fiquei sabendo, foi porque realmente a Secretaria começou a não liberar professor, começou a ter impedimentos, vários! Barrar, não liberar, começaram a ter problema com professores substitutos, uma coisa assim. Eles começaram a colocar alguns impedimentos, aí em alguma reunião eu acho que eles decidiram, então ó vamos partir pro municipal só, a gente faz cidade por cidade, e aí começou em Ribeirão. Foi a primeira, né? Começou em Ribeirão. Era só Ribeirão em 2009. Aí em 2010 já foi um pouco mais, aí foi crescendo. E hoje estamos com trinta e dois.”

A partir de 2009, quando o programa passou a estar restrito as redes municipais o número de visitas aos associados teve grande queda, apesar do crescimento que houve entre os anos 2009 e 2012. No primeiro ano do programa nas redes municipais foi realizada apenas uma visita a empresa associada pela ABAG. Em 2012, este número cresceu para vinte e seis visitas, como é possível ver na tabela a seguir:

EVOLUÇÃO DO PROGRAMA EDUCACIONAL "AGRONEGÓCIO NA ESCOLA" - ABAG/RP								
PARCERIA COM A SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - 2001 a 2008								
Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
D.E.	Jaboticabal	Jaboticabal Sertãozinho	Franca Jaboticabal Sertãozinho	Franca Jaboticabal Ribeirão Preto S. Jquim. Barra Sertãozinho	Araraquara Franca Jaboticabal Ribeirão Preto S. Jquim. Barra Sertãozinho	Araraquara Barretos Franca Jaboticabal Pirassununga Ribeirão Preto São Carlos S. Jquim. Barra Sertãozinho Taquaritinga	Araraquara Barretos Franca Jaboticabal Pirassununga Ribeirão Preto São Carlos S. Jquim. Barra Sertãozinho Taquaritinga	Araraquara Barretos Jaboticabal Pirassununga Ribeirão Preto S. Jquim. Barra
Municípios	4	9	15	32	41	53	83	23
Escolas	7	20	40	68	90	114	141	29
Prof	180	500	700	1.090	1.200	1.430	1.800	700
Alunos	970	5.100	8.200	12.100	17.240	18.900	24.500	4.786
Visitas	27	140	167	256	290	341	463	86

EVOLUÇÃO DO PROGRAMA EDUCACIONAL "AGRONEGÓCIO NA ESCOLA" - ABAG/RP				
PARCERIA COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
2009	2010	2011	2012	
Ribeirão Preto	Cássia dos Coqueiros Colômbia Descalvado Guará Ituverava Jaboticabal Jardinópolis Monte Alto Restinga Ribeirão Corrente Ribeirão Preto Santa Cruz da Esperança Serrana Sertãozinho	Barretos Bebedouro Brodowski Cássia dos Coqueiros Colina Colômbia Descalvado Guapiaçu Guaraci Guariba Ipuã Jaboticabal Jardinópolis Monte Alto Monte Azul Paulista Restinga Ribeirão Corrente Ribeirão Preto Rincão Santa Cruz da Esperança Sertãozinho Severínia Terra Roxa	Altinópolis Barretos Bebedouro Brodowski Cássia dos Coqueiros Colina Colômbia Descalvado Dumont Guapiaçu Guaraci Guariba Jaboticabal Jardinópolis Monte Alto Monte Azul Paulista Pitangueiras Pradópolis Restinga Ribeirão Corrente Ribeirão Preto Santa Cruz da Esperança Sertãozinho Severínia Terra Roxa	
1	14	23	25	
25	66	74	75	
135	87	100	151	
5.260	11.900	12.955	13.928	
1	3	23	26	

Fonte: [www.abagr.org](http://www.abagr.org)

A queda no número de visitas ainda precisa ser melhor compreendida, mas alguns aspectos podem explicar este movimento. No período em que o programa vinha

sendo desenvolvido na rede estadual, a ABAG era responsável pelo transporte das escolas até os associados. Em função disto, inclusive, a logotipo do programa é, ainda hoje, um ônibus cheio de crianças com o nome do programa educacional. Em parte esta mudança pode explicar. Atualmente as escolas são as responsáveis por definir a empresa a ser visitada, a partir de uma lista de possibilidades. Outras razões foram analisadas na avaliação da edição 2012, realizada mais adiante neste capítulo. As transformações ocorridas no programa, entre a fase restrita a Rede Estadual de Ensino de São Paulo e a fase que passou a atuar em parceria com as redes municipais foram identificadas pela professora que foi responsável pela inserção do programa em uma das escolas do município Monte Alto na edição 2012. Esta professora participou como aluna, na época em que o programa atuava no Ensino Médio:

**Rodrigo:** “Você falou que mudou a visão de aluna para professora por você ter se formado ao longo deste tempo, mas antes de você participar do programa, você tinha alguma ideia do que era o agronegócio?”

**Professora:** “Então, quando eu, antes do programa, quando eu era estudante não. Mas no programa, na escola experimental Aurélio Arrobas, fizeram várias visitas, não foi como aqui. No ano retrasado, eu fiquei sabendo por um outro professor nem visita teve, que voltou no ano passado. Porque a gente tinha pedido, não sei se estou falando certo, mas foi o que chegou ao nosso conhecimento. A gente pediu pra voltar a fazer as visitas com alunos, porque estava sendo feito só com professor. Mas no que começou a ser projeto experimental, comigo como aluna, era muito mais, tinha mais visita. A escola era uma escola muito grande e se encontravam todos ao mesmo tempo. Agora é só oitavo e nono ano. Então é um pouco diferente.”

**Rodrigo:** “Reduziu o número de alunos?”

**Professora:** “É, reduziu o número de alunos e mudou a faixa etária também. Eu vi isso. Antes era colegial, agora eu trabalho com ensino fundamental dois.”

**Rodrigo:** “Porque antes era Ensino Médio e agora são os dois anos finais do Ensino Fundamental?”

**Professora:** “Isso. Mudou a faixa etária. Então assim, mudou.”

**Rodrigo:** “Em que você acha que impacta no aluno? Esta mudança de faixa etária. Você acha que impacta na percepção dele sobre o agronegócio?”

**Professora:** “Na parte prática eu acho que não influencia tanto, mas na parte teórica, de abstração, eu acredito que sim. Isto fez com que se demandasse um esforço muito maior de tentar fazer eles entenderem a partir de um lance prático mesmo. O que nem sempre é simples, porque demanda a visita, tem toda a questão do transporte. E como na época era um projeto muito maior, então era mais fácil. Eu acredito que seja esta a questão. Não que eu esteja dizendo que é impossível porque eles são mais novos, mas demanda uma metodologia um pouquinho diferenciada.”

Nos mais de dez anos de história do programa, mais de 110 mil alunos foram educados pelo agronegócio. Um dos objetivos do Programa Educacional Agronegócio nas escolas, expostos no site oficial da ABAG, é unir as oportunidades dos alunos, os interesses de divulgação das empresas, associadas da ABAG na região, visitadas pelo projeto, e a preservação ambiental:

possibilitar aos alunos a conexão entre teoria e prática, levando a realidade para a sala de aula e vice-versa; oferecer oportunidades para que os alunos ampliem seus horizontes, enxerguem perspectivas, se orgulhem da região onde vivem; mostrar as diversas categorias profissionais envolvidas nas atividades do Agronegócio; contribuir para a diminuição da evasão escolar, estimulando o interesse e participação nas disciplinas cursadas; conscientizar os alunos sobre a necessidade da preservação ambiental, do resgate dos valores de cidadania e da melhoria na qualidade de vida. (Site oficial da ABAG, acessado em 10 de novembro de 2012)

A investigação documental sobre o programa identificou que o objetivo de valorizar a imagem do “agronegócio” brasileiro através da escola pública vem atingindo seus resultados. A assimilação dos profissionais da educação e a “conscientização” das crianças vêm ocorrendo por meio da formação continuada dos professores e de uma política de concursos e premiação.

A ABAG pode ser considerada uma vanguarda deste movimento empresarial de inserção na escola pública, pois realiza desde 2001, em “parceria” com a Secretaria Estadual de Educação de São Paulo e, desde 2008, com diversas prefeituras municipais do mesmo estado, o Programa Educacional Agronegócio na Escola. O projeto que atende milhares de alunos, centenas de professores, dezenas de escolas está situado em uma região do caracterizada por constantes conflitos entre o “agronegócio” e movimentos sociais sem-terra, responsáveis por vários assentamentos. Uma das hipóteses da pesquisa proposta neste trabalho é que este projeto se insere na estratégia da ABAG em reorganizar a sociabilidade da classe dominante no campo brasileiro, operando novas táticas políticas com o objetivo de difundir a nova imagem do patronato rural, apresentado no atual contexto pelo “agronegócio”.

A estratégia de inserir nas escolas um projeto de educação do “agronegócio” visa “promover a valorização da imagem do agronegócio”, segundo o próprio site da ABAG. O programa objetiva educar milhares de jovens, filhos de trabalhadores,

apresentando o ideário da “responsabilidade social e ambiental” do “agronegócio” em uma região marcada pelo conflito sócio-ambiental. Em seu site oficial<sup>23</sup>, a ABAG justifica o investimento no Programa Educacional Agronegócio na Escola, pois entende que “um dos instrumentos mais eficazes para promover a valorização da imagem do Agronegócio é a educação.” A valorização da imagem do “agronegócio” deve ser feita pelo programa, através da ampliação da “consciência dos estudantes sobre as atividades agroindustriais da região”. A opção pela escola é justificada pela diretora executiva da ABAG-RP se deve a necessidade de educar o adolescente “antes dela estar formada”:

**“ABAG 1:** “Quando a pessoa já está com uma idade na fase adulta já está com a sua opinião mais formada. Então, a ideia é trabalhar o adolescente, o pré-adolescente, ou o que seja, pra ele poder formar sua opinião sobre o setor antes dela estar formada. Então, é mostrar pra este aluno a região em que ele está inserido, mostrar pra ele a importância do agronegócio, pra ele conhecer as empresas associadas e trabalhar e discutir um pouco este tema em sala de aula.”

Em 2012, o programa teve início em 31 de Janeiro com o envio do regulamento às escolas que pertencem as redes de ensino das prefeituras que assinaram o acordo com a ABAG. O lançamento do “Prêmio Professor” ocorreu no dia 15 de Fevereiro e reuniu mais de cento e cinquenta professores. Destes apenas dezesseis inscreveram o projeto desenvolvido na escola, no mês de Junho, sendo que apenas dez professores conseguiram entregar o relatório final no mês de Outubro.

A primeira ação de formação dos professores participantes do programa foi a palestra de capacitação realizada pelo professor e ex-ministro da agricultura Roberto Rodrigues, em Abril. Neste dia ocorreu também a entrega das premiações dos alunos selecionados no concurso de redação. A visita dos professores e alunos selecionados, a partir do concurso de redação, à feira Agrishow ocorre anualmente no dia 1º de maio. A segunda etapa da formação, na visita às empresas foi realizada entre os meses de maio e junho, como é possível identificar no cronograma anunciado pela ABAG, somente com os professores e no começo do segundo semestre com os professores e alunos de cada escola:

---

<sup>23</sup> Ver em <http://www.abagrp.org.br/programaAgronegocioObjetivos.php>

<b>PROGRAMA EDUCACIONAL AGRONEGÓCIO NA ESCOLA CRONOGRAMA / EDIÇÃO 2013</b>
. Envio do regulamento às escolas (31 jan)
. Lançamento do “Prêmio Professor” (15 fev)
. Lançamento do “Concurso de Redação” (01 março)
. Prazo de inscrição para “Prêmio Professor” (30 março)
. Entrega das redações à ABAG (05 abril)
. Palestra de capacitação (13 abril)
. Divulgação dos vencedores concurso de redação (13 abril)
. Distribuição material pedagógico (13 abril)
. Visita dos alunos vencedores à “Agrishow” (03 maio)
. Visita de professores às empresas associadas
. Prazo para a entrega da ficha do “Prêmio Professor” (12 jun)
. Visita de alunos às empresas associadas
. Lançamento do concurso de frases e desenhos (15 agosto)
. Entrega das frases e desenhos (18 setembro)
. Divulgação vencedores das frases e desenhos (19 outubro)
. Entrega do projeto “Premio Professor” (23 outubro)
. Premiação do concurso de frases e desenhos (09 novembro)
. Encontro de professores (09 novembro)
. Encerramento (09 novembro)

Fonte: [www.abagrp.org](http://www.abagrp.org)

Em 2013 o programa manteve o mesmo cronograma do ano anterior, porém conseguiu ampliar o número de municípios, escolas, professores e alunos participantes. Neste ano foram entregues quarenta e nove inscrições de professores. Porém, somente dezessete entregaram propostas. O orçamento do programa, em 2013, foi calculado em cem mil reais por ano, segundo a Secretária Geral da ABAG-RP<sup>24</sup>. O custo do programa é avaliado de acordo com o número de participantes. Segundo a diretora executiva da ABAG, o “volume de recursos” destinado ao programa pode aumentar de acordo com a quantidade de municípios. A contrapartida calculada pela ABAG e exigida junto às prefeituras é o transporte, e “só!”. As representantes do agronegócio não contabilizam nos custos da contrapartida oferecida pelas prefeituras o trabalho dos docentes, parte deles pago pelas secretarias de educação, além da manutenção dos espaços escolares onde são realizados os projetos.

**“ABAG 1:** “Este orçamento foi para esta quantidade de municípios participantes. Obviamente conforme o programa cresce, cresce também o volume de recursos que tem que ser destinado. O acordo de

<sup>24</sup> Não foi possível ter acesso ao balanço oficial do Programa Educacional Agronegócio na Escola. Quando Paulo Rodrigues, conselheiro da ABAG, foi entrevistado prometeu entregar esta documentação, mas isto nunca se concretizou, apesar das diversas tentativas de contato.



cooperação prevê que o programa é cem por cento custeado pela ABAG de Ribeirão Preto. O que nós pedimos a Secretaria do município é o transporte.”

**Rodrigo:** “A contra partida é o transporte?”

**ABAG 2:** “Só!”

O programa, segundo as representantes da ABAG-RP, precisa estar permanentemente passando por adaptações. Isto acontece para que o programa possa melhorar sua relação com as escolas, mas, sobretudo, com os professores, pois segundo a Secretária Geral da ABAG-RP e a coordenadora do programa educacional, nos municípios que participam a mais tempo do programa há maior necessidade de dinamizar o programa para manter a mobilização nos espaços escolares. Assim, segundo elas:

**“ABAG 1:** “Isso. Isso é uma coisa que a gente enxerga nos municípios que estão a mais tempo. Porque a cartilha não mudou, o vídeo não mudou. Então, como o município é novo é mais novidade obviamente. Então, este é um outro desafio nosso, mapeado, como fazer para manter esta sensação de inovação. O que a gente já fez neste ano, por exemplo, foi trazer na palestra de capacitação também o doutor Içami Tiba que nós temos como referência e os professores gostam muito. Tanto é que a mobilização pra palestra de capacitação deste ano foi maior. Foi maior. Porque? Então, a gente tem que buscar formas. Isto é uma coisa que a gente, o programa já tem uma certa idade. Então, os alunos mudam todo ano, mas os professores não. Isto é que a gente precisa encontrar, uma maneira de manter os professores motivados, aqueles que estão a mais tempo no programa.”

**ABAG 2:** “É, alguns até, lembra aquela vez que a gente foi a Sertãozinho e fizemos aquela conversa com os professores que foi ótima? Elas falaram: ‘porque a gente trabalha no programa desde quando era estadual. Algumas professoras dão aula na rede estadual e municipal. E aí elas pegaram o programa desde quando era na rede estadual. Elas já conhecem a cartilha. Então, quando foi pra rede municipal, a mesma cartilha, entendeu?’”

**ABAG 1:** “Esse ano o que a gente fez. A gente mudou as visitas. O que a gente fazia? Os professores de Ribeirão Preto a gente levava para as empresas daqui de Ribeirão. Mudou. Agora, a gente leva para empresas de outros municípios. Eles foram visitar fazendas de café. Os professores de Ribeirão, né? No ano passado.”

A partir das falas de ambas as representantes da ABAG-RP é possível depreender que as duas principais políticas para mobilizar os professores das Redes de Ensino que assinaram o convênio para inserir o programa em suas escolas é a proposta de capacitação, seja ela através das palestras de Roberto Rodrigues e, desde 2012, Içami Tiba, ou através das visitas às empresas associadas a ABAG-RP. Estas duas ações são utilizadas para capacitar ou cooptar os profissionais das escolas públicas.

## CAPÍTULO IV

### AGRONEGÓCIO e ESCOLA PÚBLICA

Na medida em que a educação brasileira se expandiu, sobretudo no segmento do Ensino Fundamental e, mais recentemente, no próprio Ensino Médio, o interesse do empresariado em se inserir nas escolas aumentou. O movimento “Todos pela Educação”, criado em 2006, propôs a “parceria” de todos os segmentos da sociedade, incluindo, sobretudo, seus fundadores e associados, com as escolas públicas, espaço de formação de milhões de jovens em todo o país (LEHER, 2011). A força de mobilização, deste movimento está inserida em um contexto mais amplo de reorganização da sociabilidade da classe dominante no Brasil (NEVES, 2005), onde o empresariado assumiu um projeto de hegemonia, se aproximou do discurso ambiental e passou a ter na escola pública um espaço de difusão desta nova imagem.

A ABAG pode ser considerada uma vanguarda deste movimento empresarial de inserção na escola pública, pois realiza desde 2001, em “parceria” com a Secretaria Estadual de Educação de São Paulo e, desde 2008, com diversas prefeituras municipais do mesmo estado, o Programa Educacional Agronegócio na Escola. O programa está situado em uma região do caracterizada por constantes conflitos entre o “agronegócio” e movimentos sociais sem-terra, responsáveis por vários assentamentos. O programa, portanto, se insere na estratégia da ABAG em reorganizar a sociabilidade da classe dominante no campo brasileiro, operando novas táticas políticas com o objetivo de difundir a nova imagem do patronato rural, representado no atual contexto pelo “agronegócio”.

A estratégia de inserir nas escolas um programa de educação ambiental do “agronegócio” visa “promover a valorização da imagem do agronegócio”, segundo o próprio site da ABAG. O programa objetiva educar jovens, filhos de trabalhadores, apresentando o ideário da responsabilidade social e ambiental do agronegócio, enquanto caminho moderno e viável para a sustentabilidade, em uma região marcada pelo conflito social e ambiental. Em seu site oficial, a ABAG justifica o investimento no programa Agronegócio na escola, pois entende que “um dos instrumentos mais eficazes para promover a valorização da imagem do Agronegócio é a educação.” A valorização da imagem do Agronegócio deve ser feita pelo programa, através da ampliação da “consciência dos estudantes sobre as atividades agroindustriais da região”.

O Programa Educacional Agronegócio na Escola está inserido no projeto de hegemonia da ABAG. Por um lado o partido do agronegócio organizou seu braço pedagógico, formado pelo PENSA (USP), GV Agro (FGV-SP), ARES e ICONE, visando operar à formação de seus intelectuais orgânicos. Através do programa nas escolas públicas a ABAG incorporou em seu projeto de hegemonia os professores que passaram a compor o “exército” do “Partido do Agronegócio”, formando uma camada de intelectuais orgânicos de “baixa patente”, responsáveis pela produção de uma espécie de pedagogia da hegemonia.

A ABAG, através da entrevista com a diretora executiva em Ribeirão Preto, “garante que entende o seguinte: cada um trabalha a sua maneira e nós fornecemos este material de apoio”. A ABAG, segundo a coordenadora do programa, “não entra em sala de aula”. De fato, nenhum dos professores entrevistados identificou que qualquer profissional da associação tenha entrado no interior da sala de aula. Este é um dos elementos centrais no processo de cooptação dos professores. O Programa Educacional Agronegócio na Escola, diferente da maioria dos projetos empresariais que se inserem atualmente nas escolas públicas, não impõe um único formato de projeto a ser desenvolvido. Isto restringiria muito as possibilidades de ação do programa. O programa da forma como é executado garante aos professores uma autonomia limitada que permite que estes executem a proposta de divulgação da ABAG sem se sentirem funcionários do agronegócio. Como disse uma professora em Dourado: “Eu não sou funcionária da ABAG”, mas seu projeto irá divulgar a mensagem da associação, através de blog e um jornal com tiragem de mil exemplares em uma cidade com cinco mil pessoas.

A autonomia ilusória que o programa da ABAG permite aos professores oferece a associação o acesso a toda produção criativa das instituições escolares. Sem engessar o trabalho docente em um único formato, a associação expropria o conhecimento produzido nas escolas públicas com um gasto relativamente reduzido. Segundo as coordenadoras da ABAG, o programa educacional custa a associação “cerca de cem mil reais por ano”. Este valor é bastante alto, quando pensamos nos poucos recursos existentes no interior da escola pública, mas é muito pouco ao lado dos números apresentados pelo programa que já chegou a mobilizar mil e oitocentos professores. Se fosse calculado com estes números e considerando que todo este valor fosse gasto com o custeio do trabalho oferecido pelos docentes, o custo de cada professor seria de R\$

55,00 por ano. Mesmo se fosse considerada a última edição com números mais modestos, com a participação de cento e cinquenta professores, o custo de cada professor não chegaria a um salário mínimo pelo trabalho de um ano letivo de cada professor.

O custo do programa para a ABAG é muito barato e isto acontece através da privatização dos recursos públicos e pela precarização do trabalho docente. O trabalho dos professores que participam do programa, ora é pago pelas prefeituras, através da destinação de parte da carga de trabalho remunerada dos docentes para o desenvolvimento de projetos inscritos no programa, ora é realizado de forma voluntária. Segundo as representantes da ABAG, a associação desconhece qualquer tipo de remuneração paga aos professores pelas secretarias de educação para a participação no programa:

**“Rodrigo:** “Vocês tem ideia de quanto custa este programa para a ABAG?”

**ABAG 1:** “Tem. Em termos do orçamento anual dele? Na casa dos cem mil reais.”

**Rodrigo:** “Os professores recebem alguma gratificação por parte das secretarias?”

**ABAG 1:** “Acredito que não. Nisto a gente também não interfere.”

**ABAG 2:** “Isto aí vai mais deles. Porque? Se ele ganhar, vai ganhar um notebook, um computador.”

**ABAG 1:** “Não, mas ele não ganha isto da Secretaria.”

**ABAG 2:** “Mas se ele se dedicar. Aí depende dele ganhar isto, né?””

O programa chega às redes de ensino a partir de um contato realizado pela associação junto às secretarias de educação. Este contato é feito por e-mail, em que é enviado aos secretários um convite para participarem das atividades de encerramento. Após assistirem a culminância, é apresentado aos secretários um termo de acordo para participação na edição do ano posterior. Caso a prefeitura assine o termo, os regulamentos e cronogramas são enviados as secretarias que são responsáveis por definirem as escolas participantes. Nem todas as cidades da macrorregião de Ribeirão Preto oferecem a educação pública nos níveis e anos de ensino com que trabalha a ABAG através do programa. Por isto, segundo as representantes da ABAG-RP, nem todos os municípios participam do programa. Ao longo da pesquisa, foram identificadas diferentes iniciativas que resistem ao objetivo da associação em valorizar a imagem do agronegócio através das escolas públicas.

A assimilação de professores e alunos é estimulada por uma política de premiações que se iniciam com os alunos, a partir do concurso de redação e depois com os concursos de frase e desenho. Os professores podem inscrever projetos para desenvolver nas escolas, a partir de temas definidos pela ABAG. O projeto é formulado pelo professor, apresentado pela ABAG e vale pontos no Prêmio Professor que avalia no início de novembro o desempenho dos docentes no programa. Os professores são de disciplinas variadas, não tendo sido identificada uma disciplina que prevaleça sobre as demais:

**ABAG 1:** “Nós temos, um dos nossos projetos é o Prêmio Professor que já está na terceira edição neste ano. Este prêmio professor, dos professores inscritos nós temos o diagnóstico das disciplinas que lecionam estes professores inscritos.”

Rodrigo: “Quais são as disciplinas?”

**ABAG 2:** “Tem muito geografia, ciências, português...”

**ABAG 1:** “Não existe assim uma disciplina. Não. E apesar dos nossos concursos com as crianças serem concurso de redação, concurso de frase e desenho você não vê uma predominância de professores de português.”

**Rodrigo:** “São quantos professores por escola?”

**ABAG 1:** “Quantos quiserem.”

**ABAG 2:** “Por exemplo, na palestra de capacitação que é a primeira tem cidade que manda dez, tem cidade que manda vinte, tem cidade que vem um só, dois.”

O programa educacional da ABAG entra nas escolas tendo como elementos facilitadores da entrada a precarização do trabalho docente. No entanto, a pesquisa já conseguiu avaliar que as mesmas condições que oferecem ao capital as facilidades de inserção no espaço escolar, são os limites da realização desta inserção. Os resultados da edição 2012, sobretudo em que se refere ao Prêmio Professor, revelaram que entre os setenta e quatro professores inscritos, somente dez professores entregaram o projeto final em setembro. Este resultado revelou para a pesquisa os limites do próprio programa.

#### **4.1 Uma proposta de “capacitação”**

O Programa Educacional Agronegócio na Escola trabalha junto aos professores e aos alunos, através de um conjunto de ações que se inicia numa proposta de formação, denominada pela ABAG como “capacitação”. Esta primeira etapa da capacitação é aberta a todos os professores das escolas que integram as redes municipais que

assinaram o acordo com a associação. Nesta capacitação podem estar presentes mesmo aqueles professores que não pretendem inscrever projetos no programa.

A capacitação oferecida pela ABAG-RP, desde o início da pesquisa, foi compreendida como etapa central do programa educacional. Isto foi confirmado pelo regulamento do programa e pelas entrevistas, tanto com as representantes da associação, quanto, com os professores. A capacitação é oferecida em duas ações. A primeira é uma palestra realizada para os professores com o palestrante Roberto Rodrigues. A exposição se concentra nas virtudes do agronegócio para a história do país, os aspectos sustentáveis do setor e as diferenças positivas impostas pela modernização produtiva da agricultura. O segundo momento ocorre no interior das empresas associadas da ABAG-RP. O envolvimento do professor com esta etapa da capacitação é imprescindível, segundo as representantes da ABAG-RP, pois é o momento em que ele vai “captar melhor a mensagem” que a associação quer que seja reproduzida pela escola:

**“ABAG 1:** Além do material de apoio, a gente também dá uma capacitação para os professores. Porque? O que a gente entende é o seguinte: se o professor, ele capta, pra ele também entender melhor o assunto e captar melhor a mensagem que a gente está tentando passar, é importante ele passar por esta capacitação. Trata-se de uma palestra, ministrada pelo Roberto Rodrigues que foi o ministro da agricultura e depois um dia de visitas as empresas associadas. Então, ele tem primeiro esta palestra de conceituação, uma visão macro do que é o setor no Brasil e a sua expressividade no mundo e depois ele vai especificamente conhecer uma empresa associada que pode ser desde uma usina, pode ser uma fazenda de café, uma empresa de máquinas e equipamentos agrícolas, instituições de pesquisa e ensino. Então, são diferentes agentes das cadeias e eles podem conhecer e eles conseguem levar melhor este entendimento para a sala de aula. E até nesta capacitação dele, ele consegue ser estimulado a ter ideias e visões diferentes sobre como abordar este assunto com os alunos em sala de aula.”

**ABAG 2:** “É, ele vai a palestra, daí tem o conceito, aí às vezes ele vai na visita do café, aí, nossa, vou abordar. Eles tem ideias assim, as ideias vão surgindo e uma coisa que a gente percebe muito é que as escolas que conseguem trabalhar todas estas disciplinas, que consegue pegar todos estes professores e a gente vê também que o aproveitamento melhora, os alunos se envolvem mais, é bem mais, mais, parece que eles conseguem entender melhor, eles conseguem se envolver mais, é muito é, é fantástico assim, o que algumas escolas conseguem fazer pegando todas as disciplinas.”

Segundo a coordenadora da ABAG-RP “algumas escolas conseguem fazer pegando todas as disciplinas. ” No entanto, com exceção da escola de Descalvado,

premiado nas duas últimas edições pelo prêmio “Escola Destaque”, nenhum dos demais professores, até então, descreveu algo parecido através das entrevistas realizadas. Segundo estes professores, o programa não realiza atividades interdisciplinares, multidisciplinares ou transdisciplinares. Na descrição dos entrevistados, o programa se insere nas escolas a partir de um único professor selecionado pela direção da escola.

O objetivo da palestra é “capacitar os professores a conhecer o agronegócio”, segundo a coordenadora do programa, “enquanto uma cadeia de agentes que vai desde a usina, passando por uma fazenda de café ou de cana, uma empresa de máquinas e implementos agrícolas em geral, e instituições de pesquisa e ensino”. Depois de ser “capacitado”, segundo as representantes, os professores estão aptos a abordar este assunto com os alunos em sala de aula. Este caso parece explicitar bem porque não é necessário que nenhum funcionário da ABAG-RP entre em sala de aula, pois no programa parece que a proposta é que os funcionários do “agronegócio” sejam os próprios professores da escola pública.

Na edição 2012, a palestra de capacitação foi acrescida da participação do psiquiatra Içami Tiba, conhecido pelas suas obras “Quem ama educa” (2004) e “Adolescentes: quem ama educa!” (2008). A participação de Içami Tiba foi bem avaliada, tanto por representantes da ABAG, quanto por professores entrevistados. A partir de ambas as entrevistas, foi possível identificar que a presença do psiquiatra mobilizou os professores.

**Rodrigo:** “Como é que foi a capacitação do programa?”

**Professora:** “Adorei. Foi uma palestra. No primeiro dia foi uma palestra com o Içami Tiba. Todos os professores gostam dele, né? Eu curti muito. Eu nunca tinha ido a uma palestra dele, embora já tivesse lido algumas obras e com um cara que foi ministro.”

A primeira palestra de capacitação é também o momento de premiação dos alunos que tiveram suas redações premiadas. Todas as escolas inscritas enviam pelo menos um professor, mas não necessariamente apenas um, e o aluno cujo a redação tenha sido selecionada. Nesta primeira capacitação, o professor recebe dois livros do palestrante Roberto Rodrigues: “Depois da Tormenta” (2008) e “Caminhando contra o vento” (2011).

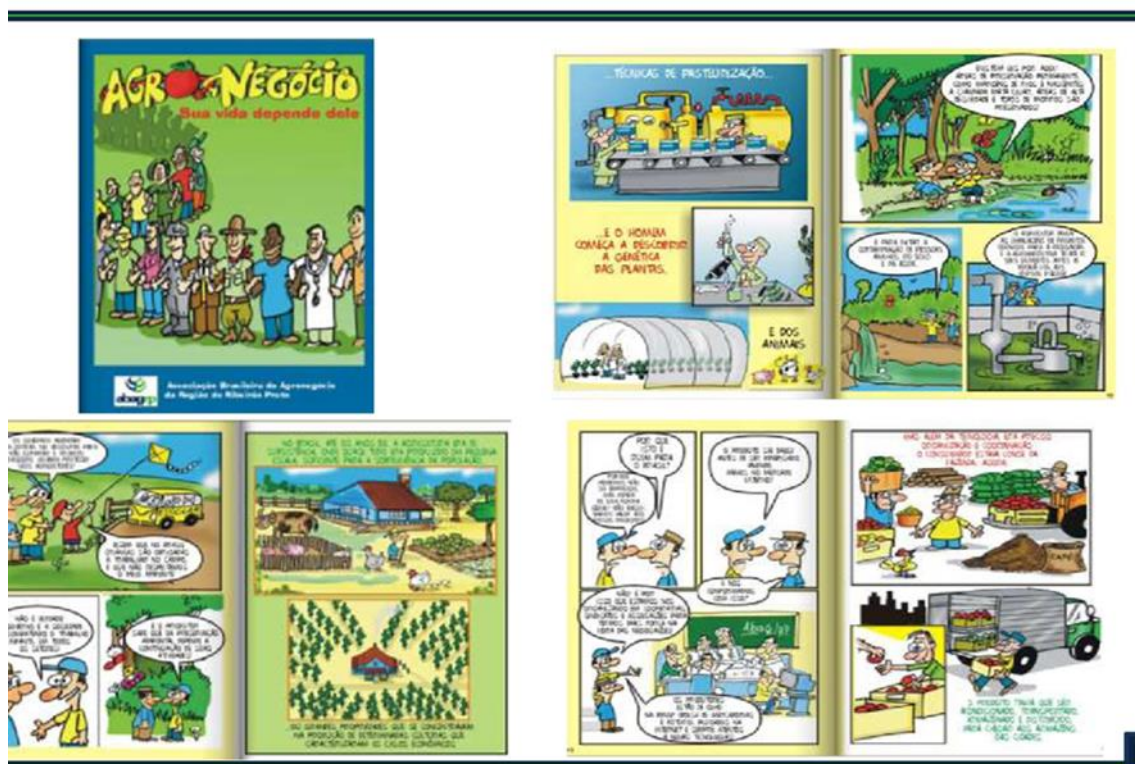
Os professores recebem na primeira palestra de capacitação, junto com os dois livros do ex-ministro Roberto Rodrigues, a cartilha oficial do Programa Educacional

Agronegócio na Escola e dois filmes de divulgação, um diretamente do programa e outro sobre a relação do agronegócio com a sustentabilidade. Ambos os materiais devem ser trabalhados pelos professores com seus respectivos alunos em sala de aula. A cartilha, intitulada “Agronegócio: sua vida depende dele” foi escrita pela ex-Secretária Geral da ABAG-RP Mônica Bergamashi e por Valéria Ribeiro.



(Capa da cartilha do Programa Educacional Agronegócio Escola. Edição 2012.)





(Fonte: Cartilha do Programa Educacional Agronegócio na Escola. [www.abagr.org](http://www.abagr.org))

A segunda etapa da “capacitação” oferecida pela ABAG ocorre no interior das empresas associadas e se divide em duas etapas. A primeira etapa ocorre no fim do primeiro semestre, entre os meses de Maio e Junho:

“O operador de produção da Coplana Uanderson Mendes da Silva explicou os processos de armazenamento de grãos, suas etapas, os departamentos da Cooperativa e funcionamento. Uanderson ressaltou a importância da parceria entre Coplana e a Abag. “Os jovens estão na fase de escolher uma profissão e, dessa forma, podem ter contato com o agronegócio. A curiosidade pode ser despertada desde mais novo. Outro fato relevante é poder divulgar e demonstrar o que fazemos aqui na Cooperativa”. Os alunos demonstraram grande interesse nos processos da Coplana. “Nunca tinha visto como funcionava todo o processo do amendoim. As formas do processamento de qualidade dos produtos me impressionaram. O galpão de armazenamento é muito grande”, disse o aluno Diony Donizeti Pereira, da escola José Pacífico, de Guariba. “Não sabia que a cooperativa armazenava tantos tipos de produtos e fazia um controle de qualidade tão eficiente”, falou o estudante Braga Henrique. “Pude conhecer como funciona a Cooperativa. Penso que o que vi hoje pode me influenciar numa escolha de profissão no futuro. O que mais me impressionou foi a rigorosa forma de processamento do amendoim e dos demais produtos”, comentou também o estudante Dimitri Santos Brochieri. A

professora de história da escola José Pacífico, Ana Claudia Marques Amistá, apesar de já conhecer parte das instalações da Cooperativa, disse que o mais interessante de tudo o que viu foi o setor de armazenamento do amendoim, além do sistema de blanchamento. Já para a professora de matemática, Joyce Pereira Lopes, as informações foram de extrema importância. “A visita foi super interessante. Nós consumimos diversos produtos e nem sabemos quais os processos pelos quais passam até chegar em nossas casas.” Para a estudante Franciele Alves, a visita foi produtiva. “Achei muito legal tudo o que vi. Chamou-me muita atenção o rigoroso processo de armazenamento do amendoim. O barracão é imenso. “Saio daqui hoje conhecendo um pouco sobre o que é o agronegócio”. (Site <http://www.coplana.com/gxpfiles/ws001/design/RevistaCoplana/2007/Setembro/pag11.pdf>)

É possível perceber através dos relatos acima prestados à Revista Coplana, da empresa Coplana, uma das associadas da ABAG-RP, que a segunda etapa da capacitação do programa educacional é realizada por outro extrato de intelectual orgânico do agronegócio. Na primeira etapa, o ex-ministro Roberto Rodrigues destaca os valores do agronegócio, sua participação nos números da economia nacional e o papel do setor na modernização da agricultura no país, fundamental para o desenvolvimento sustentável, segundo a ABAG-RP, tema da edição 2012 do programa. Na segunda etapa da capacitação, realizada no interior das associadas, os professores podem visitar qualquer uma das diferentes partes da cadeia do agronegócio, desde a fazenda, passando pelas universidades, empresas públicas de pesquisa ou usinas da região.

A Coplana desenvolve intensa produção de materiais, como a Revista Coplana, e ações de responsabilidade socioambiental, incluindo atividades com escolas, até 2010, quando o projeto passa a ser realizado a partir do programa educacional da ABAG-RP. A relação da Coplana com a ABAG-RP tem raízes familiares. A cooperativa foi criada em vinte e oito de março de 1963, segundo consta na apresentação oficial de sua história, apresentada no site da Coplana, por treze cooperados, dentre os quais, aquele que mais se destacou foi Antônio José Rodrigues Filho, o primeiro presidente da cooperativa. Ficou no cargo entre os anos de 1963 e 1966. Antônio José Rodrigues é pai do ex-ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues Além dele, Américo Guzzo, Benedito Zurita, Ernesto de Angelis, Frederico Dias Guillon, José de Souza Teixeira, Plínio Botelho do Amaral, Álvaro de Abreu Sampaio Dória,

Francisco Pacífico, Hermínio de Laurentiz e José de Laurentiz Júnior foram os fundadores da Coplana.

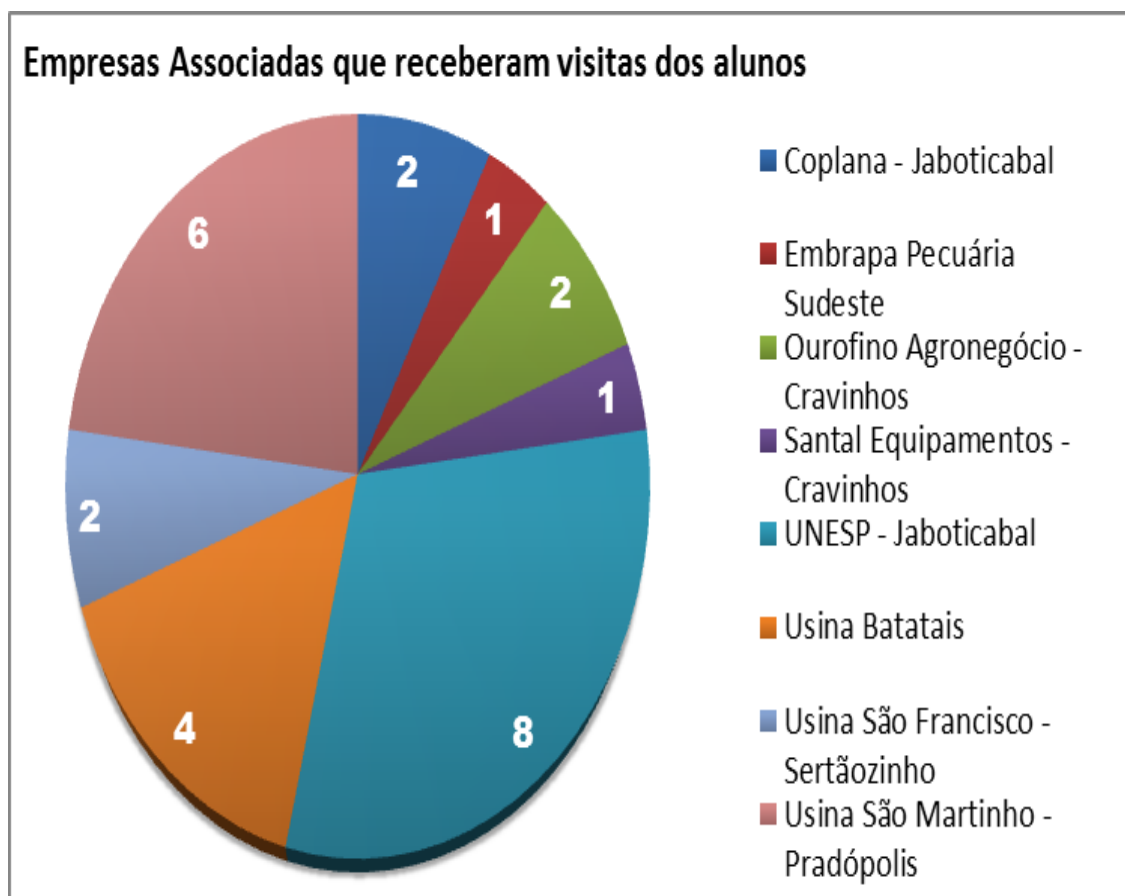
A Coplana foi presidida também por Roberto Rodrigues, entre os anos de 1973 e 1979. No ano de 1975 foi presidente da Coopecredi - Cooperativa de Crédito Rural dos Plantadores de Cana da Zona de Guariba, entidade parceira da Coplana, responsável por suporte financeiro ao setor. Em 1985, a Cooperativa abriu seu Estatuto Social, o que promoveu um grande impulso. Se antes integrava exclusivamente os produtores de cana-de-açúcar, a partir daquele ano passou a congregar todo o tipo de produção agropecuária, de grãos a frutas, passando pelo manejo animal na macrorregião de Ribeirão Preto.

Em 2012, a ABAG-RP coordenou visitas com as escolas, envolvendo professores e alunos, através do programa, aos oito associados: Coplana, em Jaboticabal; Embrapa Pecuária Sudeste, empresa pública dedicada a pesquisa; Ourofino Agronegócio e Santal Equipamentos, empresas de implementos agrícolas localizadas em Cravinhos; UNESP de Jaboticabal e a Usina de Batatais, situada no município de mesmo nome. As visitas são negociadas entre as escolas que tem o ônibus viabilizado pelas prefeituras e a ABAG-RP que organiza a relação de associados a serem visitados.

Para a realização das visitas às associadas da ABAG-RP, os vinte e seis municípios que assinaram o acordo para a participação na edição 2012 do programa educacional foram divididos em três grupos. No grupo 1 estiveram organizados os municípios: Brodowski, Cássia dos Coqueiros, Descalvado, Guariba, Jaboticabal, Jardinópolis, Pitangueiras, Pradópolis, Santa Cruz da Esperança, Sertãozinho. No grupo 2 estavam os municípios Restinga, Ribeirão Corrente e Ribeirão Preto. No grupo 3, os municípios Altinópolis, Barretos, Bebedouro, Colina, Colômbia, Dumont, Guapiaçu, Guaraci, Monte Alto, Monte Azul Paulista, Severínia e Terra Roxa.

A visita aos associados realizada pelos professores através do programa educacional se divide em dois momentos. O primeiro, apenas com os professores, a ABAG-RP organiza em dois turnos a visita em dois associados. Em 2012, os professores do grupo 1 visitaram a Usina São Martinho, em Pradópolis, e a empresa Santal, em Ribeirão Preto. O grupo 2 visitou a Usina Batatais, localizada no município Batatais, e a Associação dos Produtores de Cafés Especiais da Alta Mogiana, internacionalmente conhecida como Alta Mogiana Specialty Coffes (AMSC), com sede

em Franca. Já no grupo 3, os professores visitaram a Usina São Martinho, localizada no município de Pradópolis, e a Coplana, em Jaboticabal.



Fonte: [www.abagrp.org](http://www.abagrp.org)

Como é possível identificar no gráfico produzido pela ABAG-RP e divulgado no relatório anual da associação de 2012, o número de visitas com os alunos e, também, com os professores novamente aconteceu em um número maior de associados. Dentre outros motivos, como o fato de ter que atender a diversidade de associados da ABAG-RP, as representantes do programa educacional argumentam que a diversificação das visitas se deve a necessidade de diversificar a cada ano visando estimular os alunos, mas principalmente os professores. Assim, a proposta para a edição 2012, segundo as representantes da associação, foi levar os professores de um município para o outro

**“ABAG 1:** “Normalmente os municípios disponibilizam. As secretarias disponibilizam. Inclusive neste ano que a gente deu uma mudada e levou o pessoal pra mais longe, eles gostaram muito. Muito. Porque sai do que eles já estão vendo.”

**ABAG 2:** “Porque assim, o pessoal de Batatais. Tem a usina de Batatais que a gente visita. Eu não vou levar os professores de batatais na Usina de Batatais. Nós vamos levar lá na São Martinho. Então, a gente pegou os de Batatais e levou lá em Pradópolis. E aí o que eu também fiz? Eu peguei a lista do ano passado, esta que você tem, e vi tal, tal, tal cidade foram pra São Martinho, então estes não vão a São Martinho neste ano. Este ano eles vão numa fazenda de café. Porque alguns viraram pra mim: ‘ah, eu fui na San Martin no ano passado e neste ano. Me falaram ano passado, daí eu falei pode deixar, todo mundo que fez São Martinho no ano passado, foi na de café. Aí eu dando uma, pra não ficar nos mesmos.”

**ABAG 1:** “Tem professor que participa todo ano.”

**ABAG 2:** “Vários.”

Rodrigo: “Este é um desafio?”

**ABAG 2:** “Este é um desafio.””

A estratégia da ABAG-RP, desde a edição 2012, de levar os professores de um município para outro depende da parceria realizadas com as prefeituras, pois estas são responsáveis pelo transporte de professores e alunos.

#### **4.2 Os efeitos não divulgados**

Ao longo da pesquisa, sobretudo através das entrevistas, foram sendo descobertos aspectos que não estavam claros no início do trabalho. Alguns objetivos, como a valorização da imagem do agronegócio, são declarados e estão presentes na própria proposta encaminhada pela ABAG às secretarias de educação. Entretanto, o programa analisado tem provocado efeitos para além das propostas iniciais. O mais importante deles é o aproveitamento de alunos das escolas públicas como mão de obra para as empresas associadas. Apesar deste não ser um objetivo declarado do programa foi possível verificar que todos os entrevistados até o momento afirmaram como um dos pontos positivos do programa criar entre os alunos um estímulo a pensar sua inserção no mercado de trabalho.

Em 2012, foram 7185 alunos do oitavo ano e 6743 alunos de nono ano do Ensino Fundamental de vinte e cinco municípios do estado de São Paulo. A pesquisa identificou através, tanto do discurso das representantes da ABAG, quanto no discurso docente que o programa cria nos estudantes a expectativa por uma inserção no mundo do trabalho. Isto apareceu de diferentes formas. Algumas vezes carregado de traços preconceituosos. A ideia de que o agronegócio pode mudar a vida dos alunos é

marcante nas falas, por exemplo, das representantes da ABAG, embora seja ressaltado que o principal objetivo do programa é construir primeiramente junto aos jovens estudantes uma imagem positiva do agronegócio:

**ABAG 1:** “Pra ele ver também que o agronegócio, às vezes a gente tem aqui vários municípios menores, por exemplo, que você tem muitos alunos que o pai é aquele pequeno agricultor, com uma vida um pouco mais sofrida e tal, e mostrar que o agronegócio não é só esta parte da produção rural, tem mais. Você tem toda uma cadeia.

**ABAG 2:** “É eles ficam pensando assim...”

**ABAG 1:** “Tem o dentro da porteira e o pós porteira...”

**ABAG 2:** “É, meu pai tem esta vida sofrida. Eu não quero isto pra mim às vezes ele pensa e não é só isto. Ele pode estar dentro do agronegócio, mas ele pode ser engenheiro, mecânico, pode ser um monte de coisa e estar inserido no meio. É bem isto também que a gente fala bastante. Então a gente trabalha muito que tem que estudar, se formar e você vai ter algum futuro. É bem em cima disto, né?”

**ABAG 1:** “Mas enfim, a ideia de trabalhar a educação como um trabalho preventivo para que depois ela, em sua vida, tenha uma opinião.”

Embora o objetivo primeiro do programa seja formar uma imagem positiva do agronegócio junto a comunidade escolar, a pesquisa pode identificar que em alguns casos os alunos, de fato, vêm sendo aproveitado pelo mercado através de estágios junto às empresas visitadas pelas escolas. A fala das professoras entrevistadas demonstra que este é um discurso que foi incorporado por elas e que, em alguns casos, às empresas associadas da ABAG tem convidado alunos para a realização de estágios, formando uma mão de obra de reserva, como é o caso de Descalvado, município da região de Ribeirão Preto.

Em Descalvado, uma das escolas do município que participa do programa educacional foi premiada nas edições 2011/2012 como “escola destaque”. A professora que foi premiada em 2011 no prêmio professor atualmente é diretora da escola e foi entrevistada. Nesta entrevista, da qual esteve presente uma das alunas que participou das edições 2011/2012, a professora relatou que alguns alunos da escola têm sido convidados a fazer estágio nas empresas da região. Incluindo a própria aluna entrevistada. Uma das empresas citadas, a Royal, foi visitada pela escola através do programa e tem recebido alunos da escola como estagiários.

“Rodrigo: “Mas você acha que a imagem do agronegócio é valorizada?”

Professora: “Eu acho que eles começaram a ter uma outra visão, por que na nossa cidade aqui a abrangência do agronegócio eles não tinham, né? Até onde poderia ser, né? Esse envolvimento, de estar presente em tudo. Isso pra eles é uma coisa que eles nunca observaram. O primeiro impacto no primeiro momento foi isso, que ele tá presente em qualquer momento e até mesmo dentro da escola. Só que assim, refletiu na vida deles? Pra alguns alunos eu acho que refletiu sim, até pra as expectativas deles pra estarem fazendo. Tem outros alunos que estão, a partir do projeto, se interessando a começar a estar envolvido. Inclusive, neste ano eles começaram a fazer um estágio nas empresas daqui, motivado pelas viagens que nós fizemos, pelas visitas às empresas . Então, ele estão procurando por exemplo, antecipou. São alunos que riam estar procurando este estágio a partir do colegial e agora tem aluno na oitava série já fazendo estágio.”

Rodrigo: “Que tipo de estágio?”

Professora: “Eles estão, por exemplo, eu posso falar pelo Alan que eu participou do projeto e ele está na Royal.”

Esta escola em Descalvado pareceu ter radicalizado a experiência do programa educacional da ABAG. Isto talvez explique, em parte, o destaque que seus projetos tiveram nas edições 2011 e 2012. O primeiro aspecto que chama atenção de qualquer um que entra no prédio escolar é exposição de uma grande placa que a escola recebeu pelo prêmio na edição 2012. A entrevista com a professora responsável pela participação da escola nas três últimas edições se diferenciou das demais entrevistas realizadas com outros professores, não apenas pelos resultados desta escola, mas pelos efeitos que a participação da escola no programa tem gerado.

Os efeitos encontrados nesta escola não são descritos pela ABAG e, por isso, foram identificados nesta Tese como efeitos não esperados. O primeiro efeito foi ter encontrado alunos que participaram do programa, matriculados na escola nos oitavos e nonos anos do Ensino Fundamental, realizando estágios em empresas visitadas associadas da ABAG e visitadas pelas escolas. O segundo efeito diz respeito ao envolvimento da comunidade escolar com o programa que abre possibilidades de grande impacto em cidades como aquelas que assinaram o acordo com a ABAG. O envolvimento nesta escola com os ex-alunos não havia sido imaginado pela pesquisa. A professora entrevistada afirma ter convidado alguns ex-alunos que prontamente decidiram continuar participando do programa, mesmo depois de terem deixado a escola. Estes alunos, atualmente, estudam na escola do SESI e no horário vago realizam voluntariamente o trabalho na sua ex-escola. Isto foi confirmado, tanto pela aluna, quanto pela professora:

Rodrigo: “Você já saiu da escola?”

Aluna: “Já.”

Professora: “Já.”

Rodrigo: “Mas, mesmo assim você continua ligada ao programa?”

Professora: “Eu chamei eles de volta. Porque é o que falei pra você no início. Eu não conseguiria nada se não fosse o apoio e o suporte deles. E agora eu tenho ela e mais um que também foi pra oitava que é o Blainer, né? Mesmo estando na oitava série lá, ele participa e continua aqui no projeto. Quer dizer, eles se desligaram da escola.”

A presença do SESI em toda a região de Ribeirão Preto foi identificada de diferentes formas, tanto a partir de projetos em escolas, quanto a partir do recrutamento de alunos das escolas públicas. Este último aspecto foi identificado na escola em Descalvado onde alunos egressos do Ensino Fundamental da escola pública municipal se matriculam na escola do SESI. Segundo a professora entrevistada, a participação dos alunos no programa cria “uma outra visão” nos alunos que antecipam preocupações que viriam apenas no Ensino Médio:

Professora: Ele por opção faz tempo que le tinha levado a inscrição e vaga no SESI, mas foi o que o Alexandre falou: se eu for, eu vou continuar com nosso projeto.”

Rodrigo: “Este foi outro aluno que foi pro SESI também?”

Professora: “É por causa daquilo que falei pra você. Este trabalho já criou uma outra visão de estar procurando o que cada um quer da aprendizagem dele, do estudo que quer, do caminho, aquilo que falei pra você. Pra alguns alunos que participavam mais diretamente, eu percebi que a maioria que estava na oitava série, a maioria que participava diretamente, envolvido neste projeto, já está cada um se concentrando. Uns já estão fazendo estágio ou já estão no ensino mais técnico, se formando naquilo que eles querem. Então, eu falo, alguns alunos a gente descobriu junto que eles tem potencialidade, que eles nos ajudaram, de alguma forma eles já estão puxando isto pra vida deles. Então, eles servem de estímulo.”

O primeiro efeito não declarado pela ABAG que a pesquisa identificou foi que o programa cria para as empresas associadas à oferta de uma nova mão de obra que está ingressando no Ensino Médio, depois de dois anos de participação no programa como aluno do Ensino Fundamental das escolas municipais. O segundo efeito não declarado pela ABAG em seu programa e documentos de divulgação é que a ação educacional promovida pela associação tem um raio de ação mais amplo que a escola e, em alguns casos, podendo chegar a parcelas significativas das populações municipais.



O número de pessoas alcançadas pelos mais diversos projetos desenvolvidos em cada uma das escolas e inscrito no programa da ABAG é incalculável. Se considerarmos os impactos indiretos a abrangência da ação empresarial chega a números que impressionam. Em um pequeno município, uma única escola pública municipal pode ter enorme centralidade, concentrando um universo de alunos que representam um número de famílias significativo na população.

O programa trabalha, segundo foi registrado pela professora entrevistada no município de Dourado, com os projetos desenvolvidos nas escolas, apropriando-se da capacidade criativa dos professores e alunos que desenvolvem projetos, como em qualquer escola brasileira. Estes projetos devem dialogar com a capacitação e a cartilha fornecida pela ABAG. Uma das preocupações presentes de forma marcantes na entrevista com os professores era fazer os projetos chegarem nas comunidades. Isto ocorre de forma variada, de acordo com o projeto de cada professor, mas a capacidade de cada um dos projetos em difundir os conceitos e ideais transmitidos pela ABAG só confirma suas pretensões de valorização da autoimagem.

O projeto que professora de Dourado inscreveu na edição 2013 propõe entre outras coisas a organização de um blog e o lançamento de um jornal, impresso com recursos da secretaria de educação. A proposta da professora é distribuir este jornal entre os alunos da escola e pontos estratégicos do município. Como a escola em que esta professora trabalha é a única unidade municipal que oferece Ensino Fundamental termina por concentrar um número expressivo de alunos. Ao todo são quatrocentos alunos que, segundo a professora, podem representar cerca de duzentos e cinquenta famílias. Em um município com cinco mil habitantes, somente as famílias com alunos desta escola podem representar mais de vinte por cento da população municipal. Considerando ainda que o projeto da professora entrevistada prevê a distribuição em pontos fora da escola, a capacidade de difusão do projeto é enorme. Daí a importância em identificar quais são os limites da autonomia dos docentes para questionar o pensamento único transmitido através da cartilha e dos vídeos da ABAG. Em Dourado, segundo a professora entrevistada, o trabalho com a cartilha é realizado da seguinte maneira:

“Rodrigo: “Como é que você trabalha a cartilha?”

Professora: “Então, na verdade, como é que a gente está agora? A gente voltou das férias agora e eu introduzi o tema para eles pesquisarem e todos eles terão que me trazer no próximo encontro uma visão sobre o agronegócio, pequeno ou grande que tem na nossa

cidade. Eles vão ter que citar pra mim. Isto é agronegócio, acho que isto é agronegócio, agronegócio. Nem que não for, mas eles têm esta obrigação de mostrar isso. A partir do que eles trouxeram eu vou distribuir o material e aí nós vamos. Acho que é neste ponto que vale. Aí na verdade eles vão ter condição de analisar a cartilha junto comigo. Eles não vão aceitar tudo, nem olhar pra aquilo sem nunca ter visto. Então, eu tô partindo de um pré-entendimento sobre o tema, do assunto, para daí entrar na cartilha que eu não vou usar de ponta a ponta porque não é assim que eu uso material didático (...) E vamos fazer também esta discussão chegar na sociedade. Porque eu acho que quando chega um jornalzinho como este, você dá um pra cada aluno levar pra casa, desta escola, por exemplo, já são trezentas, quatrocentas crianças. Então, já são duzentas e cinquenta famílias. Você distribui em alguns pontos estratégicos do município, você joga a discussão no ar, não é?”

Diante dos efeitos não esperados, ou pelo menos não declarados, a ABAG-RP parece comemorar. Ao longo da entrevista realizada com as representantes da associação ficou claro e evidente. Outro efeito não declarado pela ABAG em seus objetivos, mas relatado na entrevista, é que o programa parece ter como um dos efeitos criar um certo conformismo entre aqueles estudantes “problemáticos em sala de aula”. Segundo, a Secretária Geral da ABAG-RP:

**“ABAG 1:** “Aí eu falei, vamos elencar umas escolas pra conhecer e aí que a gente percebe que a realidade entre os municípios é muito diferente. O que a gente tem muito de feedback? O programa de vocês é a oportunidade que a gente tem de oferecer algo diferenciado para os alunos. Conseguir contextualizar o aluno no município e na região que ele tá inserido. Você as vezes consegue, o aluno, ao participar do programa vislumbrar um futuro profissional, coisa que às vezes ele não conseguia enxergar antes. Muitos falam: ‘os alunos que são muito problemáticos dentro de sala de aula, são os que mais se aplicam no programa. Então tem escolas, por exemplo, que faz horta. Os alunos que tocam a horta são os que mais dão trabalho em sala de aula. Estes alunos passaram, inclusive, a dar menos trabalho em sala de aula. Então, tem alunos que se interessam tanto pelo tema que vão fazer escola técnica agrícola. Tem alunos que não conhecem, por exemplo, no ano passado, a campeã de visitas foi você vai ver foi a Unesp de Jaboticabal. Então, tem alunos que desconhecem que está aqui, ao lado deles, uma universidade renomada, gratuita, pra eles poderem dar continuidade aos estudos. Então, esta visão, esta abertura, que não é objetivo, alguns sim, como mostrar ao aluno o contexto em que ele está, mas por exemplo, assim, nós não temos no programa o objetivo de capacitar mão de obra para o setor, mas acaba que de alguma forma o aluno se interessa e dá continuidade.”

**Rodrigo:** “Você está dizendo que é um efeito inesperado do programa?”

**ABAG 1:** “Positivo, no nosso entender. Porque este aluno não iria dar continuidade aos estudos, mas a partir daí num curso técnico, ele já sai com uma capacitação, já muda alguma coisa na vida dele, porque ele

já sai com uma capacitação diferenciada em função do que ele viveu de experiência na escola. Isso é uma percepção minha, da experiência que eu tenho. Os alunos mais carentes acabam pegando mais este tipo de coisa, né? Isso são resultados fantásticos. ”

## 4.3 A POLÍTICA DE PREMIAÇÕES

### 4.3.1 Premiações

*“ABAG 1: A gente estruturou esse cronograma, melhoramos a questão do regulamento do prêmio professor e agora neste ano o que a gente quer pensar em fazer realmente é trazer um profissional da área de artes e um na área de línguas, por exemplo pra estar junto conosco na hora de analisar as frases e os desenhos. Então, porque isto aí? É uma questão de trazer credibilidade. Porque as vezes os professores e eu entendo este lado deles. Eles vêm e falam: meu aluno faz aula de desenho fora e ele não ganhou, porque? ”*

A política de cooptação dos docentes tem início no programa com as ações de formação e com a política de premiação. A formação dos docentes, tanto através das palestras, proferidas por Roberto Rodrigues e, a partir da última edição, pelo psiquiatra Içami Tiba, quanto no momento seguinte, nas visitas realizadas aos associados da ABAG-RP, é fundamental no objetivo de valorizar o agronegócio através do trabalho nas escolas públicas. No entanto, outra ação do programa tem importância central na mobilização das comunidades escolares, envolvendo tanto professores, quanto os alunos, que é a política de premiações. Neste último caso, a mobilização dos alunos é mais o elemento que fortalece a cooptação dos professores que, em última instância, justificam sua participação no programa como um ato em favor de seus educandos.

O primeiro momento de convencimento dos professores pela ABAG-RP ocorre no convencimento para a participação no Programa Educacional Agronegócio na Escola. A primeira entrevista realizada com um professor que tivesse participado do programa foi com o docente de Ribeirão Preto. Segundo ele, só participou do programa após ter sido obrigado pela diretora de sua ex-escola. Na ocasião, o professor entrevistado relatou como ocorreu a inserção da ação pedagógica do agronegócio em sua escola e como se tornou o responsável por trabalhar com o programa. Segundo este professor, as escolas da Rede Municipal de Ribeirão Preto são obrigadas a participar do programa. Uma vez que a Secretaria de Educação da cidade assinou o acordo com a ABAG-RP, todas as vinte e seis escolas da rede devem participar. Como as diretoras das escolas são definidas e nomeadas pela secretária, não há qualquer autonomia das

unidades escolares diante da secretaria. Segundo o professor entrevistado, a prova maior disto é o e-mail enviado para as escolas pela ABAG-RP, onde no item “prioridade” aparece em caixa alta e marcado de vermelho a inscrição “Alta”, como é possível observar no anexo III.

Apesar da entrevista com o professor de Ribeirão Preto ter identificado elementos importantes da forma com que o Programa Educacional Agronegócio na Escola se insere nas instituições de ensino, as demais entrevistas realizadas não confirmaram que a tática utilizada em Ribeirão Preto seja reproduzida nos demais municípios. Nas entrevistas com os demais professores o que se identificou foi que, ao invés da coerção, a associação possui inúmeras formas de cooptação que tornam a mobilização dos docentes algo mais sutil do que foi descrito pelo professor.

No município de Dourado, a professora entrevistada explicou como foi escolhida para participar do programa. Segundo ela, foi escolhida pela diretora da escola, pois tinha o “perfil” e porque trabalha com as turmas do nono ano do Ensino Fundamental, série incluída no programa da ABAG-RP. O projeto inscrito pela professora trabalha com educação e comunicação, produzindo artigos e organizando blog, jornal impresso e programa na rádio local. Segundo a professora de Dourado, ela foi escolhida:

**“Professora:** “Primeiro pela disponibilidade, porque eu gosto. Ela sabe que é o meu perfil, que eu gosto deste tipo de coisa. Segundo, porque eu dou aula para os nonos anos. Inclusive, eu não tive como inserir o oitavo ano diretamente, porque eu não dou aula e a professora talvez não tenha a mesma sensibilidade, não sei. Inclusive, a gente pretende levar para o oitavo ano também palestra, ainda estamos conversando, workshop sobre o tema, estamos vendo, pra que eles não fiquem de fora, já que é o público alvo da ABAG. Mas o meu público alvo, tem até lá no meu projeto, são os alunos de nono ano. É a série que eu dou aula. E tudo que vem assim e passa eu gosto na verdade. E sou bem sincera. Se você me mostrar uma coisa e eu falar assim: não, isso não vai dar pra eu fazer, tá muito fora. Inclusive, o projeto agronegócio e sustentabilidade, as pessoas pensam: professor de geografia, história, ciências, né? E, no meu caso, eu trabalho com Português e meu projeto vai ser pautada na educomunicação. O produto final dele é voltado pra comunicação. Eu trabalho com educomunicação. No meu projeto fora daqui e eu achei muito importante a oportunidade, a possibilidade dos alunos pesquisarem algo que tá no dia a dia deles e eles não percebem. Pelo menos não com esse nome. Todos nós na verdade. E eles poderem descobrir isso e dividir isso com a comunidade escolar e com a comunidade da cidade mesmo, com a família, com as outras pessoas. Tanto que o fruto do nosso trabalho, o produto final é um jornal impresso, um programa na rádio local aqui, algumas notinhas no blog que é um blog de bastante circulação na cidade, de acesso aqui na cidade, na região e

trabalhar uma palestra, uma conversa vai, com os alunos mais novos, do oitavo ano.”

As justificativas apresentadas pela professora se repetiram nas demais entrevistas, onde os professores afirmam ter o “perfil” para trabalhar com o programa. A ABAG, no entanto, criou a partir do programa pelo menos duas formas de cooptar os professores: a partir da formação ou capacitação, como quer a ABAG-RP, e através de uma política de premiações. Na entrevista com a professora de Descalvado os concursos foram identificados como processos motivadores dos alunos:

**Professora:** “Neste sentido que eu percebo que o motivo que levou a me inscrever no concurso foi assim um estímulo pra estar levando os alunos também. Porque todo ano já fizemos, nos dois anos anteriores ao prêmio eles já participavam de concurso de redação, já foram premiados, participavam de concurso de desenho, concurso de frases e sempre tinha um premiado na cidade ou na escola nossa aqui mesmo. Então, pra eles como já tinha acontecido isso em dois anos, a é falar sobre agronegócio? É concurso de redação? É a frase? É o desenho? Aí eu falei: não, neste ano tem uma coisa diferente. Esse ano a gente vai desenvolver, atrelado a este projeto, um ou outro projeto particular meu que eu vou pedir a colaboração de vocês. Então, eu percebi, quando eu motivei eles neste sentido e aí as ideias cresceram e fluíram.”

A política de premiações desenvolvida pela ABAG-RP através do programa educacional é realizada a partir de concursos que oferecem estímulo a participação de professores e alunos. Os alunos participam de concursos de redação, frases e desenhos, os professores participam do Prêmio Professor e as escolas podem ser premiadas como “escola destaque” de cada edição. As escolas que participam do programa são divididas pela ABAG em três grupos, como na política de visitas aos associados da ABAG-RP, e, tanto professores, como alunos concorrem a diversas premiações. As premiações são realizadas em grandes eventos, como a feira Agrishow, onde é realizada a entrega do prêmio pelo desenho. Na entrevista realizada com as representantes da ABAG, elas relataram como organizam as escolas para a política de premiações:

**ABAG 2:** “Por exemplo, como tem muitas cidades a gente divide todas estas cidades em três grupos. São três grupos. Então, grupo 1 frase e desenho, grupo 2 frase e desenho e grupo 3 também. As escolas competem nestes três grupos para dar chance porque é muito aluno.”

**ABAG 1:** “Na verdade são nove premiados.”

**ABAG 2:** “São nove premiações porque é primeiro, segundo e terceiro lugar em frase no grupo 1.”

**ABAG 1:** “Não! Três vezes seis são dezoito. São dezoito. São nove por categoria. Nove premiações em frases, nove premiações em desenho”

**ABAG 2:** “São três primeiros lugares.”

**Rodrigo:** “E as redações?”

**ABAG 1:** “As redações são diferentes.”

**ABAG 2:** “Por exemplo, aqui ó, primeiro lugar. Aqui o grupo 1.”

**ABAG 1:** “São os três primeiros lugares.”

**Rodrigo:** “No desenho?”

**ABAG 1:** “É, são os três primeiros. No desenho a gente busca olhar muito isso daí. Que que ele está...por exemplo neste desenho aqui, além dele ser mais bonito que os outros que vieram, mas você vê que ele abrange várias culturas, abrange até um setor...este aqui eu achei bem interessante, porque? Ela transmitiu a questão da evolução, o que era antes e o que é hoje.””

O programa entra na escola antes do primeiro dia de aula. No ano anterior ao ano letivo que a escola participará do programa a direção da escola já sabe que deverá organizar seu corpo docente para inserir a ação pedagógica em seu calendário. Assim, todo o planejamento pedagógico daquele professor que estiver responsável pela inserção do programa na escola deverá considerar todo o cronograma formulado pela ABAG-RP. O primeiro passo envolve o concurso de premiação de redações para os alunos e a primeira etapa de capacitação. Através da entrevista realizada com as representantes da ABAG-RP foi possível identificar que o acúmulo de experiência do programa já fez elas entenderem que para incidir sobre o trabalho pedagógico das escolas é necessário, como disse uma professora do município de Descalvado, “se adaptar a realidade das escolas”. Sem isto, jamais seria possível conseguir valorizar a imagem do agronegócio através das escolas e, mais especificamente, a partir do trabalho docente sem entrar diretamente nas salas de aula. Segundo as representantes da ABAG-RP:

**“ABAG 1:** “Esse regulamento que você está vendo que é enviado em janeiro pra eles, até o fim de janeiro. Este bloco com todo o regulamento pronto, tem pouco tempo que estamos fazendo e está dando certo. Porque? Porque a gente busca enviar antes do período de planejamento da escola, porque assim quando for fazer aquele planejamento do início do ano ele já pode considerar. E conseguir e o professor ter esta visão. Olha só, a redação, a redação tem que entregar no mês de março.”

**ABAG 2:** “É, tem que entregar uma semana antes da palestra pelo menos. Porque no dia da palestra a gente divulga os vencedores e da palestra para a visita a Agrishow é um mês. Então, ele vai na palestra, ele olha lá, meu aluno ganhou, então eles tem um mês pra conseguir

autorização, se organizar e a gente tem um mês também pra se organizar.”

**ABAG 1:** “Mas o que eu quero mostrar é o seguinte, se ele sabe que no mês de março ele tem que trabalhar a redação, então ele já consegue se programar e aí vai dar aquela aula já trabalha a redação com o aluno assim. Se ele sabe que o mês de outubro, o mês de setembro é o prazo para o desenho. Ele tem do dia primeiro ao dia trinta para entregar. Então, ele já consegue ver em janeiro, pô legal, em setembro tem o concurso de frases e desenhos, então às vezes já puxo esta matéria que eu trabalhei com os alunos em agosto e já começa a trabalhar na escola para poder entregar em setembro.”

**ABAG 2:** “E o concurso de frases e desenhos já ficou marcado em setembro. Setembro é o lançamento do prêmio de frases e desenhos.”

**ABAG 1:** “É já é o mês das frases e desenhos. Já teve ano de, em junho, termos professor ligando.””

Em 2012, o prêmio professor foi entregue no dia 23 de outubro. Foram apresentados os seis projetos mais bem classificados entre os dez projetos avaliados. A avaliação dos projetos é feita por um corpo de jurados. Segundo as representantes da ABAG, este é um aspecto que criou entre os participantes do programa maior credibilidade em relação ao resultado do concurso. A maior prova, segundo a diretora executiva da ABAG-RP, do sucesso desta iniciativa é que não houve na edição 2012 nenhum questionamento do resultado final:

**“ABAG 2:** “É o corpo de jurados que dá a nota.”

**ABAG 1:** “A gente sentiu que trouxe credibilidade. Porque? Todo mundo vê. Por exemplo. O que acontece? Quando chega os projetos tem uma reunião a Paloma lança o ranking. Você está na classificação, sua pontuação foi tanto.”

**ABAG 2:** “É, eu mando.”

**ABAG 1:** “Manda a nota de todos.”

**ABAG 2:** “Maria Aparecida noventa. Nanana oitenta. E eu mando a pontuação.”

**ABAG 1:** “A professora sabe de antemão com quanto que ela tá e aí ela vai pra apresentação e a classificação como é que tá e na apresentação tem o corpo de jurados que vai dar a nota na hora e sai a classificação final.”

**ABAG 2:** “Aí a Patrícia fica lá com tudo prontinho. A gente já tem a nota dividida por dois. A Patrícia faz lá e a gente já diz lá na hora quem ficou.”

**ABAG 1:** “Então, esse processo, as pessoas, os professores estão vendo. Como está sendo feito o processo. Então, neste ano não teve questionamento quanto a colocação.”

Nas edições 2011 e 2012 à política de premiação foi acrescida o prêmio “Escola Destaque”. Este prêmio é oferecido para a escola que mais tenha se destacado em cada edição do programa. Segundo as representantes da ABAG, o prêmio é oferecido para a

escola que mais tenha se “engajado” no ano em todas as etapas do programa: palestras de capacitação, visitas, concursos de frases, desenhos e redações, além da participação no Prêmio Professor. Nas duas edições o prêmio foi entregue a mesma escola, localizada no município de Descalvado.

A escola de Descalvado participou do programa nas três últimas edições (2010-2012) e está inscrita novamente na edição 2013, tendo substituído a professora representante. Nas três primeiras edições a escola foi representada no programa pela mesma professora que leciona matemática e foi premiada em 2011 com o Prêmio Professor. Na edição 2012, apesar da escola ter recebido o prêmio de destaque, a professora perdeu a premiação individual. Segundo as representantes da ABAG-RP, isto aconteceu por causa de um erro na apresentação do projeto, em que a professora estourou os dez minutos que cada docente tem direito. Isto foi confirmado pela própria professora na entrevista realizada na escola em Descalvado:

**Rodrigo:** “Vocês ganharam em 2011 também, né?”

**Professora:** “Em 2011 e em 2012 foi escola destaque. Eu ganhei o professor um ano e no outro foi isso que eu falei pra você.”

**Rodrigo:** “Em 2011, então vocês ganharam o premio professor e a escola destaque?”

**Professora:** “Isso.”

**Rodrigo:** “E em 2012 foi só escola destaque? Professor não?”

**Professora:** “Isso, professor não por causa do tempo. Foi uma penalidade que eu fui cobrada e pedi mil desculpas pra eles. Por que assim, o projeto era meu, mas o prejudicado seriam eles. Por que a expectativa não era porque seria eu a ganhar o prêmio. A expectativa era de todos eles. Eu era quem estava representando eles lá. Então, eu falei: Paloma eu não estou triste, eu falava assim, por mim. Eles vão entender que eu errei, mas a expectativa deles era essa, era eu também. Aí elas disseram: não se preocupe não. Mas tem coisa que eu tenho que repensar. No primeiro ano a gente fez bem feito. No segundo ano, a gente já chega com muita coisa pra falar, você se empolga.”

**Aluna:** “Mas é uma coisa assim. Querendo ou não, veio uma pressão. A gente mesmo que estava assistindo a apresentação, a gente não percebeu que passou o tempo. Você tá ali mostrando.”

**Professora:** “São coisas interessante. Eu falei: gente, eu estourei tanto assim? E quando a gente pegou a gravação, por que elas gravaram. A gente faz isso pra colocar no nosso site. Quando a gente viu o total da gravação, né Giovana? Nós não estouramos, um dois minutos, foram oito minutos. Culpa minha. Um ou dois minutos é uma coisa.”

**Aluna:** “Mas a gente assim achamos que tinha passado um ou dois minutinhos. Nem a gente que tava assistindo percebeu. Até na nossa apresentação, quando a gente vai lá na frente, a gente acabou as vezes passando um pouquinho. Ali na hora você não percebe que passou.””



Nesta escola em Descalvado foi possível perceber que a ação promovida envolve os alunos, incluindo aqueles que já deixaram a escola. Segundo a professora o prêmio foi importante e valorizou a escola, mas, sobretudo, envolveu os alunos. O tema da edição 2012 foi “Agronegócio e Sustentabilidade”. A professora, durante a entrevista, relatou todo o esforço que o programa consome do trabalho docente:

**“Rodrigo:** “Essa premiação pra escola foi importante?”

**Professora:** “Foi, mas não era como a gente queria, né Giovana? Porque as pessoas não tem ideia, não tem a dimensão. Por que quando a gente levava um projeto pra ABAG. Por que era aquilo que eu estava falando. Não dá pra levar todos os projetos modelo. Então, os projetos modelo ficavam no site. Então, a gente selecionava um. A gente selecionava um, por que tinha aquela organização que eu falei pra você, o agronegócio, sustentabilidade. Então, a gente tinha que se preocupar com estes três pontos. O projeto que abrangia estes três pontos eu levava pra ABAG. Então, tinha que ter toda esta preocupação, este estudo. Eles ficavam assim: mas a gente nunca vai conseguir. Aí tem todo o trabalho. Como eu levava só um projeto, ficavam lá os municípios, os professores, achando que ganhou só por causa daquele pequeno projeto do aluno, não vê o todo. Por que você teve acesso. Você viu as fotos. Você viu o projeto que escrevi. Que nem a Giovana, às vezes eu falo pra ela assim: vai vocês colocarem no jornal. Se for eu colocar, você tá entendendo? É o professor que está se promovendo. Eu falava pra elas: vai vocês.”

Segundo esta professora de Dourado, a política de premiações foi uma importante ação no sentido de mobilizar os alunos das escolas participantes. A professora descreve que o programa não é o único projeto empresarial presente na escola. Além da ação da ABAG-RP, a professora esteve, no ano letivo de 2013, envolvida com o projeto de outra associada da ABAG que é a HPTV, afiliada da Rede Globo. Na descrição da professora dois aspectos são ressaltados. Primeiro que os resultados dos projetos empresariais são utilizados em substituição a avaliação tradicional dos alunos. Em segundo lugar, a escola conseguiu junto a prefeitura de Dourado aumentar o número de visitas aos associados da ABAG-RP. Segundo a professora, além da visita programada a escola ainda deverá realizar mais duas excursões a usinas da região:

**“Rodrigo:** “Você acha que estimulou os alunos?”

**Professora:** “Eu achei. Porque eu já tinha escrito o projeto e disse: isto vai ter continuidade e já fui pondo uma lenha. A gente vai conversar sobre isso depois das férias, porque acabou que a gente entrou no projeto da EPTV. Todos participam. É o projeto de redação que te falei que o tema deste ano foi ‘Viver, você tem medo de quê?’

Inclusive eu uso a redação da EPTV pra nota, como uma nota. Porque como eu uso muitas aulas pra isso, eu já uso como avaliação, por que eu leio às vezes cinco vezes o mesmo texto. Tem que pedir pra refazer, melhorar. Então, tem um trabalho extra com isso. São escolhidas da nossa escola vinte e da outra dez por que é proporcional ao número de alunos de oitava série e lá só tem duas oitavas. E esta trinta já ganham de cara um dia inteiro em São Carlos. Você conhece desde como funciona a emissora da EPTV que no caso é a filiada da Rede Globo. Vão pro CDCC que é um departamento da USP, depois vão para o shopping, tem o almoço, não sei o que. Depois vai pro SESC de São Carlos que é bem legal. Eles querem. Isso é uma coisa que eu percebo. Eles querem isso. Eles querem coisas diferentes, entendeu? E, por exemplo, neste projeto eu já incluí três visitas técnicas. Uma pela ABAG e duas por nós mesmos.”

A política de visitação aos associados da ABAG é, portanto, um elemento importante que mobiliza os estudantes e professores. Por isto, segundo a professora entrevistada, a escola de Dourado ampliou de uma visita, prevista pela ABAG-RP, para três visitas. Isto só é possível porque às escolas participantes, o programa garante autonomia para que as escolas radicalizem certos aspectos da ação educacional do agronegócio, como por exemplo, ampliar o número de visitas e, conseqüentemente, ampliar também a capacitação oferecida pelos intelectuais orgânicos do setor. A professora de Dourado trabalha com os alunos que se interessam em participar do programa no contra turno. Ao iniciar os trabalhos a professora informa aos alunos sobre o calendário de visitas:

**Rodrigo:** “Com a ABAG você visitaram onde?”

**Professora:** “Vamos ainda na Usina Ipiranga. A gente pediu. Eu não sei como está a conversação com a minha coordenadora. Por que eu queria ir na usina daqui, eu falei com a Patrícia, que a do Tonom, mas eles não receberam ninguém neste ano para visitação. Parece que abriu o capital e aí veio uma empresa junto. Era uma empresa familiar. Eu queria muito, porque é muito dentro da nossa realidade. Todos eles tinham um conhecido, um irmão, um namorado que trabalha no Tonom, direta ou indiretamente. É a Tonom Bioenergia. Ai, eles meio que se animaram com estas visitas e tudo mais, mas eu só falo das visitas depois no contra turno, porque não dá pra levar todo mundo, entendeu? É isso que às vezes o programa coloca, eu acho, envolver o maior número de alunos, a escola toda. Dá pra envolver? Indiretamente, porque diretamente é difícil. A ABAG mesmo sugere trinta e cinco alunos por visita. Então, pra você levar noventa tem que fazer quantas visitas? No mínimo três, concorda? Aí fica difícil, surreal. Então, como é que você escolhe estes trinta e cinco. Você sabe como funciona escola pública. Não deixe ninguém de fora, por favor. Cuidado com quem você deixa. Por que não é igual a colégio particular que quem pode pagar vai e quem não pode deixa. Mesmo porque a gente não cobra, é disponibilizado pela prefeitura.”

**Rodrigo:** “A prefeitura que dá o ônibus?”

**Professora:** “Tudo. Então é delicada esta seleção. Então, eu convido pra vir trabalhar a tarde. Vamos trabalhar, vamos pesquisar, vamos fazer. Aí, já no primeiro encontro eles ficam sabendo do cronograma. Então, já sabem das visitas, das possibilidades.”

Na entrevista com a professora de Dourado, ela revelou conhecer algumas estratégias do capital no contexto da nova sociabilidade. Isto ficou claro quando descreveu o papel das ações socioambientais realizadas pela empresa VALE no estado do Pará, onde residiu, acompanhando o cônjuge que trabalha na área de reflorestamento da empresa. No entanto, reconheceu que não havia se questionado sobre o papel do programa educacional na sociabilidade da ABAG. Este é um aspecto relevante identificado nas entrevistas. Os professores que participam do programa, com exceção daquele docente de Ribeirão Preto que se colocou crítico ao programa, argumentam jamais terem pensado sobre a relação entre o seu trabalho e os benefícios que a ABAG-RP deverá ter com o sucesso dos projetos desenvolvidos em cada escola parceira.

No caso da professora de Dourado, durante a entrevista ela argumenta sobre as dificuldades oriundas do mercado de trabalho na cidade e a importância do agronegócio para aquela realidade. A professora parece ter incorporado todo o conceito de agronegócio formulado pela capacitação oferecida pela ABAG-RP. A ideia de que a modernização promovida por uma cadeia produtiva, que engloba desde a usina Tonom Bioenergia, até o resort que emprega uma centena de pessoas, transforma e oferece prosperidade é explicitado pela professora quando se refere as mudanças recentes na cidade. Assim, o “agronegócio” se transforma em “aliado” do trabalho escolar:

**Rodrigo:** “Você falou da VALE e disse que ela faz um projeto de reflorestamento porque provoca a devastação da região. Você acha que a ABAG opera com a mesma lógica? O projeto Agronegócio na escola surgiu após uma pesquisa de pinião que mostrava que a imagem do setor era muito negativa e associada ao trabalho escravo e ao latifúndio. O que você acha?”

**Professora:** “Isso. Inclusive, eu começo falando com meus alunos sobre isso. Aqui no interior nós não temos a questão do latifúndio, mas tem a visão do da roça, do caipira, daquele que trabalha na roça. Então, tentar mostrar que hoje o agronegócio, ele é um negócio, ele é uma empresa, seja ele pequena empresa, pequeno produtor, ou uma usina que você sabe que tá bombando e vai bombar e as usinas não vão parar, tem muita cana, ainda tem espaço pra muitas outras e elas vão vir. Tá? Isto é fato. E agora então com a muleta da bioenergia. Era tudo que eles queriam, entendeu? Só que bioenergia explorada desta forma não vai ser algo tão bom, a gente sabe disso, né? Eu acho que as coisas devem ser exploradas por consenso. Pena, você reparou que

não acontece isso? Que nem a moda, né? Vai até cansar, aí muda. E, na verdade, é a primeira coisa que eu falo para os meus alunos é isso. Esta visão de quem é do agronegócio é o cara que trabalha na roça, que vai ficar com a mão suja, é o cara que de repente, por exemplo: ‘meu filho trabalha no campo. Aí o meu é engenheiro em São Paulo’, entendeu? Tem muito disso aqui no interior de São Paulo. Tinha na verdade. Agora, eu acho que aqui já tem mudado bastante, porque como aqui as pessoas, embora tivesse essa visão, era o caminho da maioria. Agora, a maioria tá podendo trabalhar em outras. Não, eu trabalho no Tonom. Antigamente, você falava que trabalhava no Tonom era sinônimo de cortador de cana, entendeu? Ou ser guardinha na portaria. Hoje não. Hoje emprega engenheiros, técnicos, administradores, etc, e tudo que você sabe que envolve esta cadeia produtiva. Então, eu estou tentando estudar esta cadeia produtiva tentando mostrar esta questão da mão de obra, por que eu acho que para os meus alunos de oitava série o que mais interessa é ver a parte da mão de obra do agronegócio, por que eles vão ver como o agronegócio mexe com eles, em termos até da comida que chega na casa deles e vão ver as possibilidades de trabalho, de profissionalização em uma cidade que você vê que é bem limitada de uma outra forma. Porque aqui em Dourado é difícil. A maioria dos jovens se formam pra trabalhar fora quando tem uma formação melhor, entendeu? E agora isso está mudando. Nós temos uma fábrica aqui de ração do Maluf. Aqui próximo, sentido Jaú. Esta já pertence a nossa cidade e emprega muita gente daqui. A gente trabalha com turismo, ecoturismo, mas não deixa de ser rural. A gente tem aqui em Dourado a fazenda Bela Vista que é pioneira em turismo rural, desde a década de 1980. Foi ela aqui e uma no Rio Grande do Sul. Aí nós temos a estância Santa Clara que é um resort top de linha que emprega mais de cem pessoas com carteira assinada. Imagina isso numa cidade como a nossa? É muito emprego. Fora os empregos indiretos e o que traz de dinheiro que traz pra cidade. E também é agronegócio! Você entendeu? Então, eu procuro mostrar essas vertentes pra eles. Inclusive como oportunidade de trabalho, de falar: ‘eu vou fazer um técnico em química, porque a nossa realidade é boa, mas é de um pessoal, não é, assim, de classe média. Tem, mas a maioria às vezes tem que fazer um técnico, não sei se conseguem fazer uma faculdade. Então, tem que pensar em alguma coisa assim, neste sentido, como um aliado.’”

A aliança entre professores e a ABAG-RP é realizada a partir do programa, envolvendo diversos aspectos que contribuem com a entrada dos projetos empresariais nas escolas. As ações promovidas pela associação são estratégias centrais na cooptação dos docentes e se concentram em pelo menos duas daquelas áreas, reconhecidas pelo próprio MEC na pesquisa “O que fazem as escolas que dizem que fazem Educação Ambiental? ”: currículo (diretrizes, arranjo e conteúdo) e formação continuada de professores. Em relação à reorganização da carga horária docente (gestão escolar) o

programa, ora ocupa as horas de planejamento, ora exige trabalho voluntário, como elemento fundamental para não elevar os custos da ação pedagógica.

Mesmo diante das debilidades do programa, a maioria dos professores do programa demonstrou ter uma avaliação positiva do programa educacional da ABAG-RP. Na entrevista realizada com a professora de Dourado, ela identificou que existem nas escolas muitos projetos e programas empresariais que são “pra inglês ver” e professores que participam destas ações, mas “finge que faz e não faz”. No entanto, ao ser arguida sobre a ação da ABAG-RP, a professora demonstrou ter total confiança:

**Rodrigo:** “Você falou que tem alguns projetos que são pra inglês ver e tem esse outro lado que é a possibilidade de você cumprir com seu trabalho.”

**Professora:** “É que às vezes o pra inglês ver às vezes tá na empresa, às vezes tá na escola. É o professor que finge que faz e não faz.”

**Rodrigo:** “Mas esta era uma preocupação sua quando você pegou o projeto da ABAG? Ver se era pra inglês ver ou não?”

**Professora:** “Não. Pelo que eu li, pesquisei sobre a ABAG, minha coordenadora contou, não sei se ela sabia do histórico que depois eu recebi. A gente via que era um projeto sério que tinha fotos. Tinha todo um histórico que era pra gente se inteirar do assunto. Quanto a ABAG não. E tudo que eu pude conhecer da ABAG, as capacitações que fui, as palestras, este dia da Agrishow foi uma visita. Teve uma outra capacitação que teve em seguida. Dá pra perceber que é um pessoal bem sério e que acredita neste trabalho que eles fazem. Eu percebi que eles não faziam um trabalho pra cumprir uma tabela. Eu percebo que eles se engajam. Tá na cara deles. A Paloma principalmente. Uma outra loirinha que não me lembro o nome que acompanha. Uma graça. Você vê que elas estão engajadas. Elas querem conversar com você, saber o que você está fazendo. Então, enquanto a ABAG eu não fiquei insegura, eu fiquei insegura quanto a mim, porque eu tenho, você viu que pra encontrar com você, porque eu tenho uma agenda meio. O que acontece? Aula eu só dou aqui, mas eu tenho esse projeto que me consome às tardes. Entendeu? E que por coincidência, hoje minha amiga que é minha sócia está em São Paulo e a nossa atividade não vai ser amanhã, vai ser no sábado.”

#### 4.3.2 Concursos de redação, frases e desenhos

A política de premiação, assim como a política de capacitação da ABAG-RP, representa etapa fundamental no programa educacional da associação porque é um dos momentos privilegiados de mobilização dos alunos. Esta política se divide entre os concursos de redação, desenho e frases para os alunos e o Prêmio Professor para os docentes.

A análise dos objetivos e dos resultados da política de premiação da ABAG-RP permitiu a avaliação, pelo menos em parte, dos resultados do programa educacional naquilo que lhe é mais importante, ou seja, a valorização do agronegócio. A pesquisa teve acesso, através da própria ABAG-RP e de buscas na internet, as redações que foram premiadas nas edições de 2012 e 2013. A análise das redações cedidas pela ABAG-RP foi importante para compreender o grau de assimilação, entre os estudantes, daquilo que é passado nas “capacitações” e nos materiais didáticos, como a cartilha, disponibilizados pelo programa. O concurso de redação é a primeira etapa do programa e seu resultado é apresentado na primeira fase da capacitação onde os professores assistem à palestra do ex-ministro Roberto Rodrigues. A proposta do programa é que os professores trabalhem no primeiro mês de aula as redações com os alunos debatendo o tema de cada edição. Em 2012, o tema foi “Agronegócio e Sustentabilidade”, em 2013, o tema mudou, sendo “Agronegócio e a cadeia produtiva”, e, em 2014, o tema do concurso voltou a ser “Agronegócio e Sustentabilidade”. Dentre as redações produzidas pelos alunos, o professor seleciona três para enviar à ABAG-RP que seleciona uma redação para ser premiada.

A análise das redações vencedoras foi possível, pois a própria ABAG-RP as disponibiliza em seu site. Nas três edições todas as redações eram elogiosas ao agronegócio, relacionando-o ao papel da preservação ambiental, a importância na vida cotidiana das pessoas e, sobretudo, na produção de alimentos, não apenas para a população brasileira, mas mundial. As redações refletem o trabalho de convencimento realizado pela ABAG e, no interior das escolas, pelos próprios professores. A imagem do agronegócio projetada através das redações é aquela produzida nos materiais do programa. Em redação produzida por uma escola em Sertãozinho a aluna relata a importância do programa para conhecer o agronegócio, bem como relaciona-o a vida da sua mãe, ao país e a sustentabilidade:

“O Brasil do agronegócio

No início das aulas quando minha professora disse a palavra “Agronegócio”, não tinha a menor ideia de que fosse algo tão importante porque é graças a ele que minha mãe vai ao mercado e compra legumes, frutas fresquinhas para minhas refeições e até algumas peças de roupas e sapatos, que eu uso, são feitas com produtos de vários de seus setores.

Para se ter uma ideia, o Brasil é um dos países que mais produz comida, então se o mundo fosse uma casa, o Brasil poderia ser a cozinha capaz de suprir um outro país, caso houvesse falta de alimento.

E num país que produz tanto, deveríamos nos preocupar também com a preservação de áreas de mananciais, com a manutenção do solo e da natureza, pois, estaremos protegendo as gerações futuras. O agronegócio produz riquezas, gera desenvolvimento econômico e social, traz benefícios para todos os setores da sociedade.

Então a palavra chave é “sustentabilidade”, pois, a capacidade de tirar da terra tudo o que ela pode nos dar sem destruir a natureza e esgotar todos os recursos disponíveis, ainda é um desafio e uma meta que todos almejamos.”

Esta Tese conseguiu identificar que a ABAG-RP está preocupada em avaliar se as redações têm refletido a capacitação, produzida através de palestras e visitas aos associados, e o material didático oferecido pelo programa. Na visão da coordenadora do programa é possível verificar, ao analisar o histórico das redações que a ABAG-RP tem recebido ao longo dos anos, que a “qualidade” mudou:

**ABAG 1:** “É superinteressante. Você vê que as redações...”

**ABAG 2:** “Melhorou demais...”

**ABAG 1:** “Melhorou muito a qualidade das redações.”

**ABAG 2:** “É que o primeiro ano que eu estava aqui eu entrei quando as redações estavam chegando. A Patrícia não pegou as redações. As que eu li no ano que entrei eu fiquei até assustada porque tinha muita crítica a mecanização, que tira o emprego do trabalhador, tinha umas críticas ferozes a queima, muita coisa.”

**ABAG 1:** “Então, deixar bem claro isto não é impeditivo da criança ganhar.”

**ABAG 2:** “É, e a gente levava ele.”

**ABAG 1:** “O tema é agronegócio e sustentabilidade. Se vier uma redação muito boa criticando o setor, isto não é. O fato dele criticar ou não o setor, digamos assim, não é critério de avaliação.”

**ABAG 2:** “Porque aí ele vai. Porque é pra ele que a gente tem que mostrar. E aí o que eu percebo? Como a gente conseguiu atingir os professores e passar. Porque se ele escreveu aquilo foi porque alguém passou aquilo pra ele. Como a gente tem conseguido atingir o professor e mostrar pro professor, as redações estão vindo assim, ó. E ele pode até falar, a mecanização e tal, mas o trabalhador está sendo...”

**ABAG 1:** “Eu acho assim. Continuam vindo as redações que criticam. Mas o que eu acho que é o diferencial. O que eu acho que a gente começou a ver? São visões diferentes de redações, modelos diferentes. Então, por exemplo antes as redações vinham mais neste sentido: ‘agronegócio é a produção, da produção’, mais assim. Neste ano, você teve coisas mais criativas. Por exemplo, você teve aluno que fez uma redação que ganhou. Nós temos aqui as cinco redações que ganharam no ano passado também, tá? Deste aluno que ganhou, ele diz assim: ‘a visão da semente, fui criada num laboratório, cresci no campo, do campo me colheram, fui pra indústria de processamento, virei fio de algodão, do fio de algodão virei uma calça jeans, uma roupa e fui parar numa loja. Então, você vê que o aluno abordou todo o processo desde antes da porteira com a pesquisa, né? Ele abordou todo o processo da cadeia produtiva. Teve também um rapaz que começou

discutir questões de infraestrutura e logística do país na redação. Então, eu acho que a melhoria está vindo neste sentido. A criatividade na redação tá melhor. A melhoria não é todo mundo está falando bem. Não é isso que a gente está olhando, mas assim a criatividade, a argumentação tá melhorando na redação. Por isso que a gente entende que a premiação motivou este esforço adicional do aluno poder sentar um pouco mais, pensar um pouco mais no que ele vai escrever pra entregar a redação.”

Embora a Secretária Geral da ABAG-RP faça todo esforço para demonstrar que a ausência de críticas não é critério para a seleção das redações, a fala da coordenadora do programa entrega a satisfação da melhoria das redações que passaram a chegar à associação. Neste caso, a ABAG-RP pode se desresponsabilizar totalmente deste tipo de avaliação. Se ela for realizada pelo professor responsável pelo programa ainda no espaço escolar e só enviar as redações com “qualidade” exime a associação de impor este critério. Muito melhor é o próprio professor, profissional aparentemente autônomo, realizar esta tarefa.

Através da análise dos resultados do concurso de redação foi possível identificar ainda muitas escolas não participaram nas últimas edições. Segundo as representantes da ABAG-RP, isto não significa que as escolas deixem de participar do programa e esta falta não é critério para a avaliação promovida no Prêmio Professor, embora a presença dos docentes no dia da entrega das premiações do concurso de redação seja contabilizada. Na edição 2012, por exemplo, quinze escolas ficaram ausentes deste concurso: EMEB Abel dos Reis, do município Cássia dos Coqueiros; ETAM São Francisco de Assis, do município de Colina; EMEF Dr. Mário Lins e EMEF Prof.<sup>a</sup> Geny Martins Costa Curta, escolas do município de Jardinópolis; EMEB Prof.<sup>o</sup> Norival Mendes, do município de Monte Alto; EMEF Prof.<sup>a</sup> Alzira de Freitas Casseb e EMEF Manoel Rodrigues Villarinho Filho, do município Monte Azul Paulista; CEMEI Virgílio Salata, EMEF Prof.<sup>o</sup> Dr. Waldemar Roberto, EMEF Prof.<sup>a</sup> Dercy Célia Seixas Ferrari, EMEF Prof.<sup>o</sup> Eporina de Brito Rosseto e EMEFEM Prof.<sup>o</sup> Alfeu Luiz Gasparini, escolas localizadas na cidade de Ribeirão Preto; EMEF Frei paulino, EM Oswaldo Augusto Antunes e EM Esmeralda Duarte da Silva, situadas em Severínia. Isto representa cerca de vinte por cento das escolas inscritas no programa, como é possível identificar na tabela dos vencedores do concurso de redação de 2012 (Ver anexo IV).

O concurso de redação é a primeira atividade do programa, realizado ainda no primeiro mês do ano letivo. Nos meses seguintes, os professores passam pelos dois



momentos da capacitação, palestras e visitas aos associados, e no início do segundo semestre realizam as visitas com os alunos. O mês de setembro é o “momento das frases e desenhos”, segundo a coordenadora do programa educacional. Os alunos são incentivados a participar do programa através de concursos de frases e desenhos, cujo tema é definido pela ABAG, podendo ser alterado a cada edição. Em 2012, as frases vencedoras foram:

“Agronegócio: uma palavra, milhões de emprego; Agronegócio: cultivando reserva de vida para o futuro!; Agronegócio: é o combustível que faz o mundo funcionar; Apague com a borracha de látex toda a ideia que você tinha do agronegócio. Escreva em um papel de celulose as palavras progresso e sustentabilidade; Agronegócio: simples pra quem vê, essencial para quem vive.”  
(ABARAPA, 2011, p.08)

O resultado do concurso de frases permite identificar como os valores promovidos pela ABAG foram assimilados pelos alunos. A nova imagem do agronegócio brasileiro, promovida pelo programa, através da apostila, das visitas às empresas associadas à ABAG e pela política de premiação fica expressa nas frases vencedoras. É evidente que o programa não atinge cem por cento daqueles que são formados por ele, educadores e alunos, mas as frases vencedoras mostram que entre os 100 mil alunos que passaram por ele, muitos foram educados pelo “agronegócio” a valorizar a imagem do setor como objetiva o programa.

Em 2012, tal qual o ano anterior, as frases premiadas enaltecem o “agronegócio” e seu papel na “sustentabilidade econômica, social e ambiental” do país. No grupo 1, o aluno premiado era matriculado na EMEF Prof.<sup>o</sup> Nair Duarte do Páteo Franzoni, localizada no município de Brodowsky. No grupo 2 o aluno estudava na EMEF Prof.<sup>a</sup> Arlina Ros Negri, em Dumont, e no grupo 3 o aluno premiado tinha matrícula na EMEF Nelson Machado, situada no município de Ribeirão Preto. Em todos os três casos a perspectiva é associar a imagem do agronegócio à ideia de cadeia produtiva sustentável:

“”Agronegócio, vida envolvente, sabor presente, tecnologia inteligente, emprego ascendente, enfim, um leque abrangente.”  
“Agronegócio é a essência do bem estar. Se você dá valor às suas roupas, à sua comida e ao seu conforto, dê valor ao agronegócio.”  
“De geração em geração o agronegócio vem contribuindo para a sustentabilidade econômica, social e ambiental em nosso país.””  
(Informativo Agronegócio, Nov.-Dez. 2012)

Assim como no concurso de redação e frases, através do concurso de desenhos é possível identificar como os jovens estudantes estão assimilando o

programa. Neste caso, assim como nos anteriores, os professores realizam no espaço escolar a primeira seleção entre os desenhos feitos pelos alunos, antes de enviar para a ABAG-RP. Em relação aos desenhos a pesquisa teve acesso apenas aqueles premiados pela associação no concurso, nas edições 2011, como estes a seguir, divulgados pela associação através de seu site:

**Desenhos premiados no concurso do Programa Educacional Agronegócio na Escola – Edição 2012.**



Fonte: <http://www.abagr.org>, acesso em 10/05/2013

Durante a entrevista realizada com as representantes da associação, a coordenadora do programa descreveu um dos desenhos premiados que lhe chamou atenção. Segundo ela, o desenho destaca a relação do agronegócio com as pesquisas científicas. Este é um aspecto sempre muito destacado nos materiais do programa. A relação do “agronegócio” com as pesquisas científicas é ressaltada também nas visitas aos associados, com destaque para as visitas à UNESP de Jaboticabal, uma das

associadas da ABAG-RP que recebem visitas de escolas inscritas no programa. Na descrição do desenho vencedor a coordenadora do programa destaca esta relação. Abaixo, um trecho da fala desta coordenadora e os desenhos vencedores:

**ABAG 2:** “Porque assim você vê que não é um desenho maravilhosamente lindo, mas eu fiquei encantada com este desenho, porque eu falei: gente! É um cientista que ó, ele ganhou um troféu aqui por exemplo e ele tá pensando no agronegócio e está desenvolvendo pesquisas.”

**Agro**negócio

Ano 13, nº 127, novembro/dezembro de 2012

Impresso Especial  
99122467602010 - DR/SP  
ABAG/RP  
CORREIOS

www.abagr.org.br

**Os destaques do Programa Educacional “Agronegócio na Escola”**





Grupo 1 - Hélio Ferraz Neto  
EMEF Sérgio Rossetti, Pradópolis

*Agronegócio, vida envolvente, sabor presente, tecnologia inteligente, emprego ascendente, enfim, um leque abrangente.*

Grupo 1 - Mariana Pereira Lopes  
EMEF Profª Nair Duarte do Pátio Franzoni, Brodowski



Grupo 2 - Larissa Thais de Souza  
ETAM São Francisco de Assis, Colina

*Agronegócio é a essência do bem estar. Se você dá valor às suas roupas, à sua comida e ao seu conforto, dá valor ao agronegócio.*

Grupo 2 - Leonardo César Vilela Juzo  
EMEF Profª Arlinda Rosa Negri, Dumont



Grupo 3 - Susany Gabriele Zangrossi de Paula  
EMEF Nelson Machado, Ribeirão Preto



Grupo 3 - Alexandre Felipe Coutinho  
EMEF Nelson Machado, Ribeirão Preto

*De geração em geração o agronegócio vem contribuindo para a sustentabilidade econômica, social e ambiental em nosso país.*

Fonte: <http://www.abagr.org.br> acesso em 10/05/2013

Os desenhos vencedores da edição 2012, como é possível observar na edição número 127 Informativo Agronegócio, distribuído mensalmente nas escolas da macrorregião de Ribeirão Preto, retratam o agronegócio, reproduzindo aspectos presentes nos materiais da ABAG-RP. No desenho vencedor do grupo 1, a imagem construída a partir do desenho é que o agronegócio produz diferentes frentes produtivas: café, soja, amendoim, pecuária e não apenas cana de açúcar como a paisagem da região

faz qualquer um crer. O desenho vencedor do grupo 2 compara a agropecuária antiga com a agropecuária moderna. Enquanto na primeira se destaca o arado movido à tração animal, na segunda exibe-se a mecanização, tendo o trator como um símbolo. No grupo 3 o desenho vencedor é aquele que a coordenadora do programa educacional chamou atenção na entrevista.

#### **4.3.3 O Prêmio Professor**

O “Prêmio Professor” avalia aqueles profissionais em seu processo de formação, que envolve palestras e visitas as unidades produtivas das empresas associadas da ABAG, e os projetos desenvolvidos nas escolas. Os professores vencedores ganham computadores e um passeio na feira Agrishow, organizada pela ABAG em Ribeirão Preto.

O apoio dos educadores é fundamental para o sucesso da entrada do empresariado na escola pública. A assimilação destes intelectuais é indispensável para a difusão da boa imagem das empresas. Na entrada empresarial nas escolas públicas, os profissionais da educação são os principais “parceiros” a serem convencidos pelo projeto privado. A principal forma de assimilação dos profissionais da educação pelas empresas ocorre através da formação continuada que ocorre de forma diferenciada, podendo variar de acordo com o projeto. A formação pode ser realizada de forma direta pela empresa responsável pelo projeto ou terceirizada por outra empresa ou organização social, como organizações não governamentais.

O papel dos profissionais da educação nos projetos empresariais é de mediação entre os interesses privados das empresas e os alunos das escolas públicas. Neste sentido, muda o local da produção de conhecimento, deixando de ser a escola o espaço central desta produção. Os temas geradores, por exemplo, trabalhados nas escolas passam a ter correspondência direta com o projeto empresarial, assim como muitos conceitos e categorias trabalhados em sala de aula e apresentados aos alunos pelos materiais didáticos formulados pelas empresas. O protagonismo dos profissionais que trabalham nas escolas desaparece e estes passam a ter o papel de mediação na difusão dos interesses empresariais.

O “Prêmio Professor” é mais uma ação do Programa Educacional Agronegócio na Escola que tem como objetivo mobilizar os professores e fazer uso dos projetos desenvolvidos por estes nos espaços escolares. Nem todas as escolas e professores

envolvidos no programa se inscrevem no “Prêmio Professor”. Em 2012, foram dezesseis professores inscritos e, em 2013, este número aumentou para dezessete inscrições de propostas de projetos. Os professores inscritos devem lecionar nos 8º /9º anos do Ensino Fundamental nas escolas inscritas no programa. Segundo o regulamento, a proposta deverá ser entregue em nome de um único professor por escola e deverá ter o tema da edição. A proposta deverá detalhar como o tema será trabalhado com os conteúdos e destacar os conceitos que serão transmitidos aos alunos.

A avaliação dos docentes no “Prêmio Professor” ocorre em duas etapas. Na primeira etapa são avaliadas a participação do professor no período de formação continuada e o projeto elaborado. Na segunda parte, os seis melhores projetos que entregam o relatório final são selecionados e apresentados no encontro de encerramento. Cada projeto é apresentado por dez minutos e julgado por uma equipe. Os três primeiros são premiados com computadores. Segundo o regulamento do Prêmio Professor, a entrega dos trabalhos, sejam eles redação, frases ou desenhos, significa a transferência dos direitos autorais que passam a ser propriedade da ABAG-RP:

. “A remessa dos trabalhos significará a aceitação plena das normas contidas no presente regulamento. Os trabalhos não serão desenvolvidos e poderão ser utilizados, na condição de cessão dos direitos autorais, para fins de produção editorial e replicação dentro do Programa Educacional Agronegócio na Escola.”

(<http://www.abagr.com.br/regulapremioprofessor.php>)

A avaliação é realizada a partir de critérios divididos em três partes: capacitação do professor, entrega do projeto final e a qualidade geral do projeto apresentado. A primeira parte, relativa a capacitação dos professores, equivale a trinta por cento da avaliação geral, dividida entre a presença na palestra e a presença na visita aos associados. A segunda parte é dividida em duas questões: “os objetivos do prêmio professor foram atingidos? O projeto é criativo e contribui para a inovação no desenvolvimento do tema com os alunos?” Já a terceira parte avalia a qualidade dos projetos em todas as suas etapas: “introdução, objetivos, metodologia, resultados e conclusão”. Por fim nesta última parte avalia se os objetivos propostos pelo projeto foram atingidos.

Os critérios de avaliação do “Prêmio Professor” dizem muito sobre as formas de assimilação dos docentes pelo programa. Para serem bem sucedidos no concurso, os docentes precisam participar de todas as etapas da capacitação e cumprir com os

objetivos do Prêmio, lembrando que o primeiro, entre outros, é valorizar a imagem do agronegócio. As duas tarefas equivalem a cinquenta por cento de toda a avaliação, trinta por cento localizados na capacitação e vinte por cento na fidelidade aos objetivos da ABAG-RP. Os demais cinquenta por cento da avaliação, vinte por cento estão localizadas no aspecto “criatividade/inação do tema agronegócio com os alunos” e os demais trinta por cento no próprio projeto, como é possível verificar na tabela abaixo:

<b>Critério de avaliação</b>	<b>Pontuação máxima</b>
<b>CAPACITAÇÃO DO PROFESSOR</b>	
Presença na palestra	15
Presença na visita	15
<b>ENTREGA DO PROJETO FINAL</b>	
Os objetivos do prêmio professor foram atingidos?	20
Criatividade / inovação no desenvolvimento do tema agronegócio com os alunos	20
<b>QUALIDADE GERAL DO PROJETO APRESENTADO</b>	
Introdução	5
Objetivos	5
Metodologia	5
Resultados	5
Conclusão	5
Os objetivos propostos no projeto foram atingidos	5

**Fonte:** [www.abagrp.com.br](http://www.abagrp.com.br) acesso em 15/05/2013

O peso atribuído a alguns critérios em relação a outros e a própria escolha dos critérios são definidos de acordo com o objetivo maior do programa em valorizar o agronegócio através das escolas. Em primeira análise isto já estava explícito em razão da importância dada a fase da capacitação, fundamental para formar os professores para realizar a tarefa de difundir a imagem do agronegócio através de projetos a serem desenvolvidos com os alunos. Entretanto, após a entrevista realizada com o professor de Ribeirão Preto esta questão passou a ter maior destaque.

Este professor que leciona a disciplina História esteve trabalhando, sob a relação de contrato temporário, durante três anos letivos na Rede Municipal de Ribeirão Preto, entre 2010 e 2012, tendo participado do programa no último ano. No primeiro ano que lecionou na Rede foi convidado a participar da ação pedagógica da ABAG-RP, mas após afirmar que não tinha interesse, outra professora demonstrou interesse e foi

relacionada como a representante da escola junto ao programa. Segundo o professor, naquele momento foi possível identificar que a docente foi assimilada sem maiores críticas aos interesses da associação:

**Professor:** “Nesta primeira vez eu disse que não tinha interesse e essa professora veio e ela pegou de maneira, achando assim que ganhou um prêmio, estou participando do programa do agronegócio. Na linha da ABAG. Elogiando, enaltecendo, assim, jogando flores em tudo que tava acontecendo.”

Em seu segundo ano na Rede Municipal de Ribeirão Preto, o professor entrevistado mudou de escola e passou a trabalhar com a modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), cujas turmas não se inserem no programa. Um elemento na fala deste professor mostra os efeitos do tipo de contrato precário a qual esteve submetido. Segundo ele, “até hoje, eu tô no meu quinto ano dando aula e nunca passei dois anos na mesma escola. O emergencial não fica, é muito difícil ele ficar na mesma escola. Então pra onde está faltando, ele é enviado pra lá.” E, ainda segundo este professor, só foi trabalhar com o EJA, pois estava lecionando como “professor de apoio” que é o profissional que trabalha na categoria daqueles que “fica na escola. Faltou professor ele entra.” No entanto, ainda no início do ano letivo, o Ministério Público do Estado de São Paulo exigiu que a Secretaria de Educação abrisse novas turmas e este professor “deu sorte”, para utilizar sua própria expressão, conseguindo ser lotado em uma escola com turmas de EJA.

Enfim, no terceiro ano de trabalho na Rede Municipal de Ribeirão Preto, este professor foi lotado em uma nova escola, onde a diretora lhe obrigou a ser o responsável pela inserção do programa na escola. A imposição foi realizada durante o horário do trabalho didático coletivo (TDC) e, após “pegar a contra gosto”, o professor acreditou que na possibilidade de realizar o contraponto:

**Professor:** “É o trabalho disciplinar coletivo, é um negócio desses. Os professores se reúnem lá, tem toda a semana. Depende da carga horária. Comigo não era toda a semana porque minha carga era menor. Aí ela falou que eu iria desenvolver o projeto. Eu disse que não era de acordo com que eu acredito que seja educação. Aí ela falou: ‘não importa, eu confio em você, quero que você desenvolva.’ Acabei pegando a contra gosto e depois comecei a ver que seria interessante para eu fazer o contraponto, dentro do próprio projeto, mostrar outra visão. De que não pode ser imposto. De que tem que ser desenvolvido com os alunos e desenvolvi o projeto. As atividades eram o curso de desenho, frase, redação e o concurso professor. Na

redação, em cada um destes, frase, desenho e redação você enviava três para eles selecionarem um pra você ir com o estudante.”

O professor participou do programa em 2012, tendo realizado a seleção das redações, inscrito as frases e desenhos no concurso, tendo inclusive um de seus alunos premiados. Este professor ainda foi responsável pela criação e desenvolvimento do projeto “Desenvolvendo a autonomia na escola: reflexões sobre sustentabilidade por meio de pesquisa, análise e crítica”. Neste projeto, os alunos analisaram matérias de jornal a respeito do agronegócio que destacavam denúncias relativas a exploração da mão de obra, inclusive escrava, realizadas junto ao Ministério Público do Trabalho. Esta matéria do jornal “Brasil de Fato” era analisada e comparada com a visão da ABAG-RP, a respeito do agronegócio, através da cartilha, dos informativos e vídeos produzidos e oferecidos aos professores para que estes trabalhem seus projetos pelo programa.

Embora tenha feito uma boa avaliação de seu projeto, para além da premiação de seus alunos, o professor entrevistado conseguiu apenas a última colocação no Prêmio Professor na edição do ano de 2012. A sua colocação se deveu, em parte, pela ausência na etapa da capacitação. O professor disse que se negou ser educado pela associação, mas talvez ainda não estivesse plenamente convencido da possibilidade de realizar a crítica por dentro do programa. Caso estivesse, a participação nesta etapa, para além do Prêmio seria fundamental para realizar, segundo ele mesmo, o “contraponto”. Por causa disto, seu projeto não foi nem selecionado para a apresentação final.

Na edição 2012, o “Prêmio Professor” avaliou a participação da professora da escola do município em Descalvado e seu projeto em primeiro lugar. Esta professora inscreveu o projeto “Educomunicação do agronegócio, empreendedorismo e sustentabilidade na escola” e ficou a menos de meio ponto de distância do segundo lugar que inscreveu o projeto “Feira do conhecimento em agronegócio sustentável”. No entanto, durante a apresentação os projetos alternaram de posição, uma vez que a professora responsável pelo projeto mais bem avaliado inicialmente estourou o tempo de dez minutos que cada profissional tinha direito para a exposição. Os demais projetos avaliados pela ABAG-RP estiveram dialogando com o tema Agronegócio e Sustentabilidade, como é possível observar a seguir:



NOME	NOTA FINAL	PROJETO
Professor A	85	Projeto Educomunicação do agronegócio, empreendedorismo e sustentabilidade na escola
Professor B	82,5	Feira do conhecimento em agronegócio sustentável
Professor C	80	Horta Orgânica Sustentável
Professor D	79,5	Escola, meio ambiente e saúde
Professor E	77	Mobilização com os discentes e trabalhos, cada um em sua área
Professor F	66	Brasil: Celeiro do mundo? Apresentação dos trabalhos em duplas
Professor G	58,5	Frutos da Terra - utilização de horta, criar área verde na escola
Professor H	58	Agronegócio e Sustentabilidade
Professor I	45	O uso consciente de produtos agrícolas na alimentação escolar
Professor J	40,5	Desenvolvendo a autonomia na escola: reflexões sobre sustentabilidade por meio de pesquisa, análise e crítica

Fonte: [www.abagrp.org](http://www.abagrp.org)

Na avaliação do professor de Ribeirão Preto a política de premiação desenvolvida pelo programa ajuda fortalecer a visão da ABAG junto as comunidades escolares. Isto acontece, como propõe esta tese, com alunos, mas também com os professores. No entanto, segundo o professor, esta última informação deve ser relativizada, pois a participação dos docentes no prêmio na edição do ano passado foi bem reduzida. Em sua avaliação, este é um sinal de rejeição:

**Professor:** “Eu acho que sai fortalecendo a visão da ABAG. Eles saem conhecendo a ABAG, a grandiosidade que ela tem, o futuro brilhante que ela traz pra sociedade, entre aspas. Acaba compartilhando a proposta que a ABAG tenta desenvolver. Tantos os estudantes quanto uma parcela dos professores que estão inseridos no processo também. Nem todos, porque você vê que a rejeição é grande

também. Setenta e quatro escolas e apenas seis professores entregaram o projeto final”.

A pesquisa não conclui da mesma forma que o professor de Ribeirão Preto. Para além dele, que participou do Prêmio Professor, nenhum outro professor demonstrou qualquer oposição ao programa. Os números da edição 2012, segundo a pesquisa tem demonstrado, te mais haver com algumas limitações próprias do tipo de inserção que a ABAG-RP produz através da sua ação pedagógica nas escolas públicas.

## **CAPÍTULO V**

### **A LUTA POR UMA OUTRA HEGEMONIA NA CAPITAL DO AGRONEGÓCIO**

As entrevistas realizadas ao longo da pesquisa que resultou nesta Tese revelaram as condições que facilitam a inserção do programa educacional da ABAG nas instituições públicas de ensino. As condições precárias dos contratos temporários de trabalho, por exemplo no município de Ribeirão Preto, facilitam a entrada do programa nas escolas, segundo dois professores entrevistados, pois profissionais em contrato temporário de trabalho buscam ou aceitam participar, pois isto pode ser positivo na avaliação de seus dirigentes. No entanto, os números do programa, sobretudo quando relacionados ao Prêmio Professor, revelam que aquelas condições que favorecem a assimilação dos profissionais são as mesmas que limitam a execução da ação hegemônica da ABAG no interior das escolas públicas. Este é o principal efeito não mencionado pela ABAG em sua avaliação sobre o programa. Parafraseando Marx, “o limite do capital é o próprio capital.

#### **5.1 OS LIMITES DO PROGRAMA EDUCACIONAL AGRONEGÓCIO NA ESCOLA**

O Programa Educacional Agronegócio na Escola, na edição 2012, esteve em vinte e cinco municípios, envolvendo cento e cinquenta professores e quase quatorze mil estudantes na macrorregião de Ribeirão Preto. O programa da ABAG teve início com o contato realizado ainda em 2011 com as secretárias de educação dos municípios. De acordo com representantes da ABAG-RP as primeiras dificuldades começam no contato com as secretarias de educação. Em 2012, por exemplo, o calendário eleitoral que alterou em algumas cidades a composição dos governos municipais impôs dificuldades para operacionalizar o programa em 2013:

**“ABAG 1:** “As vezes muda em menos de quatro anos. As vezes muda de ano pra ano, conforme a mudança na Secretaria de Educação.”

**ABAG 2:** “Então assim, os meus que são...”

**ABAG 1:** “Por exemplo Jaboticabal que é tradicional em participar conosco, neste ano nós tivemos que fazer uma visita ao secretário de educação, apresentar o programa...”

**ABAG 2:** “Porque aí é assim: você tá no programa, aí entra um secretário novo, aí você manda um e-mail: olha, a gente tem que renovar o acordo pro ano que vem. Aí vem: mas o que é que é isso. Aí você tem que ir lá, explicar de novo. Aí, não, não, legal, a gente continua.”

**ABAG 1:** “Em 2013 foi um ano atípico, porque? E função das eleições nós só soubemos quem seria o prefeito, quem assumiu, efetivamente em janeiro. Então este nosso processo de contato e assinar o acordo de cooperação a gente concentrou em janeiro, fevereiro e março.”

**ABAG 2:** “Porque tudo bem, tinha o prefeito, mas às vezes ligava, mas não tem o secretário ainda. Não nomeou ainda. Aí você tem que ligar depois. É complicado, né?”

Diante destas dificuldades no contato com as secretarias de educação, as representantes da ABAG-RP disseram que organizam o programa educacional adaptando-se ao calendário dos anos letivos para tentar se antecipar ao planejamento escolar. Esta estratégia de se adaptar ao calendário escolar, no entanto, ainda carece de uma melhor engrenagem, pois, como identificou o professor de Ribeirão Preto e foi salientado pelas próprias representantes da ABAG-RP, em 2012 apenas dez professores tiveram seus projetos avaliados:

**“ABAG 1:** “E normalmente a gente inicia este trabalho lá pra setembro, outubro do ano anterior pra em janeiro do ano seguinte a gente já ter quase tudo estruturado pra gente conseguir implementar o programa de uma forma tranquila.”

**ABAG 1:** “Em abril. Este ano foi dia cinco de abril. Nós apresentamos o programa, apresentamos especificamente o projeto Prêmio Professor porque nesta palestra o público alvo é o professor e levamos a inscrição pra ele fazer na hora e tal. Até a aí ele não precisa fazer nada. Aí tem as visitas de capacitação e aí a gente pediu que até 14 de junho deste ano entregar a propositinha. Tem professores que já começaram a desenvolver. Tem professor que só tem a proposta e só vai desenvolver no segundo semestre. Então, isso aí é de professor pra professor, varia muito. Das inscrições para o número de propostas entregues já cai bem. Então, quantas inscrições nós tivemos esse ano? Do prêmio professor?”

**ABAG 2:** “Quarenta e nove.”

**ABAG 1:** “Foram quarenta e nove inscrições este ano e dezessete entregaram propostas. Quarenta e nove inscrições e dezessete efetivamente entregaram a proposta. Agora, no final de outubro eles entregam o relatório final.”

**Rodrigo:** “Aí cai pra quanto?”

**ABAG 1:** “Então, no ano passado foram dez. No ano passado nós tivemos dezesseis propostas e caiu pra dez. Esse ano nós tivemos dezessete propostas agora a gente tem que ver quantos vão.”

### **5.1.1 Uma análise crítica dos resultados do programa**

Em 2012, participaram setenta e cinco escolas de vinte e cinco municípios diferentes da macrorregião de Ribeirão Preto. Ao todo, foram 7.185 alunos de oitavo ano e 6.730 alunos do no ano do Ensino Fundamental. O número de alunos que de forma indireta participa do programa pode ser ainda maior, uma vez que diversas escolas realizam projetos que envolvem palestras para a comunidade escolar, blogs, jornais e comunicações em rádios, além de panfletos ou feiras. Estas foram algumas atividades identificadas pela pesquisa, até o momento, que mobilizam mais do que apenas aqueles alunos das turmas inscritas no programa. Em 2012 foram ao todo 13.928 alunos diretamente envolvidos com o programa e distribuídos por toda a região de atuação da ABAG-RP (Anexo V).

Apesar do programa ter conseguido envolver um grande número de alunos a participação dos docentes ainda cria para a ABAG-RP um “desafio”. No início do programa um grande número de professores se inscreveu, totalizando mais de cento e cinquenta profissionais. Entretanto, apenas dez docentes tiveram seus projetos inscritos no Prêmio Professor. Esta questão, observada tanto pela ABAG, quanto pelo professor crítico a inserção do programa nas escolas, foi investigada nas entrevistas realizadas. Com a ABAG-RP esta questão foi aprofundada e com os docentes a proposta foi tentar compreender as dificuldades enfrentadas por eles ao longo do trabalho no programa para melhor entender quais são os limites de realização do programa pesquisado.

Em entrevista realizada em 2013, as representantes da ABAG-RP responderam perguntas sobre os resultados das últimas edições do Programa Educacional Agronegócio na Escola, tanto sobre o desempenho do Prêmio Professor, quanto sobre o sucesso da associação em seu objetivo de valorizar o setor através da inserção do programa na escola. As entrevistadas responderam, quando perguntadas sobre os números da edição 2012 do programa, justificando que “tem professor que acha que não vai conseguir”, “tem professor que desenvolve mas não entrega”, tem professor “que

não entrega o relatório final”. Todas as justificativas têm a centralidade na responsabilização dos docentes.

**Rodrigo:** “Uma coisa que me chamou atenção olhando os resultados do programa no ano passado é que tinham setenta e quatro escolas participando do programa no início e eu que lá no final no Prêmio Professor só tinham dez professores avaliados no concurso.”

**ABAG:** “Onde você conseguiu estas informações?”

**Rodrigo:** “No site no fim do ano passado, início deste ano. O que acontece com estes outros?”

**ABAG 1:** “Eles mesmos não conseguem.”

**Rodrigo:** “Não conseguem completar o programa?”

**ABAG 1:** “Não conseguem completar. Então, é um desafio que nós estamos tendo. É a terceira edição do prêmio ainda, então, da primeira para a segunda edição nós focamos na reestruturação do regulamento, porque precisava melhorar muito. Esta reestruturação do regulamento a gente já conseguiu melhorar o número de participantes. Aí, então, no prêmio professor o que a gente faz? Ele tem que se inscrever. Então a primeira etapa é se inscrever. Tem a ficha que ele vai mandar: nome, rg, disciplina, só pra preencher. Nesse ano ele pôde entregar a ficha até o dia da palestra de capacitação e lá nós inclusive levamos umas fichas em branco pra quem quisesse, porque as vezes neste começo de ano falta comunicação. Às vezes a gente ainda não está com o e-mail do diretor, do professor, a Secretária às vezes acaba não repassando. Então, o que a gente faz? Lá na hora a gente apresenta o programa como um todo, o cronograma.

Apesar das justificativas para os números do programa na edição 2012 estar centradas na responsabilização dos professores, em certo momento a Secretária Geral da ABAG-RP assume que existe uma condição objetiva que interfere na participação docente no programa e impõe limitações a plena realização da ação pedagógica: o tempo. A resposta que a associação oferece é organizar o programa visando facilitar a inscrição dos docentes, esperando que a proposta de valorização do agronegócio se insira na jornada ordinária dos profissionais. Acerca dos números do “Prêmio Professor”, as representantes da associação argumentaram:

**Rodrigo:** “E como é que vocês avaliam isto?”

**ABAG 1:** “Como é que avalia o que? O projeto?”

**Rodrigo:** “Esta queda. Porque vocês acham que isto acontece?”

**ABAG 1:** “Tem professor que acha que não vai conseguir. A gente tem caso de professor que desenvolve e não entrega. Então assim. Porque o que acontece no final do ano esses professores, a gente abre um espaço para os alunos fazerem apresentações e tal. Então, a gente te professor que desenvolve todo um projeto, apresenta, mas ele não entregou os relatórios. Aí você pergunta o porque. Foi falta de tempo.”

**ABAG 2:** “Aqui por exemplo, tem o convitinho da palestra. Então, é só um convitinho assim ó. Palestra dia tal e é aberta, eles tem que confirmar e aí isso daqui é que a gente manda no começo do ano. Aí eles já colocam. Este aqui é o pacotão. A gente chama de pacotão. Ele explica tudo. Ele já tem todo o cronograma, pretendido, né? Pode até haver alteração, mas a gente tem cumprido. Estas são as explicações mesmo, o que está aí e aí já vem os regulamentos, os jornaizinhos.”

**ABAG 1:** “No site tem tudo. Aqui você vai ter toda a ideia do que é o programa, dos regulamentos, como que ele é desenvolvido. Depois tem as sugestões, você quiser fazer, fica a vontade pra encaminhar.”

As dificuldades com relação à inserção do programa no cotidiano do trabalho docente, como foi relatado na entrevista com o professor de Ribeirão Preto, são ainda maiores quando se refere aos professores submetidos aos contratos temporários. Esta condição obriga que os docentes troquem de escolas, de acordo com as necessidades das secretarias de educação. No entanto, as representantes da ABAG-RP negaram que esta seja uma dificuldade identificada:

**Rodrigo:** “ Porque quando eu perguntei sobre o contrato é porque como sou professor da escola pública há muito anos sei das dificuldades que é o trabalho nas escolas. Tudo isto que vocês estão falando sobre o início do ano, do final do ano, eu sei como é. O início do ano é complicado e o fim do ano é mais ainda. Mas para o professor contratado isso é muito pior porque normalmente ele chega numa escola que ele não conhece, se depara com uma realidade que demanda um tempo para se adaptar e não raras vezes eles termina o ano sabendo que o trabalho dele naquele espaço se encerrou. Ou porque ele não vai ter o contrato renovado ou porque ele vai mudar de escola. Por isto perguntei se vocês tem este diagnóstico sobre os contratos de trabalho dos docentes. Porque talvez tenhamos aí alguns indícios desta queda. Porque o professor não consegue completar o programa?”

**ABAG 1:** “O que a gente percebe é o seguinte: não é porque o professor mudou de escola. É como estou lhe falando, até porque a Paloma conversa muito com os professores. Teve caso de professor que desenvolveu projeto e não entregou relatório.”

**ABAG 2:** “Por exemplo, no ano passado...”

**ABAG 1:** “Então ele não saiu da escola...”

**ABAG 2:** “Como é o terceiro ano o que eu percebo, a gente começa a conhecer. Então, esta aí é de Jardinópolis, eu conheço. Então, é bom porque a gente começa a conhecer. No encerramento teve uma escola que é fantástica, de Descalvado que fez um projeto, eles criaram uma máquina de fazer sabão, usaram o óleo. Eles a cada ano inventam uma coisa nova.”

**ABAG 1:** “Se você quiser a gente tem os arquivos destes projetos. Você pode dar uma olhada.”

**ABAG 2:** “Eles fizeram esta máquina de fazer sabão. Então, o que aconteceu? Todo mundo achou o máximo ela falando de

empreendedorismo, com um projeto que ela chama de educação, então e tal. Eles têm um blog sobre o que eles fazem. Aí eu tava conversando com uma professora de Jardinópolis que são fantásticas, que vem redações fantásticas, vem tudo, assim, elas são ótimas. Aí eu tava conversando com elas: porque que vocês não mandam projeto pro prêmio professor? Ah, então, isso daí do sabão a gente já faz na escola. Põe no papel! Ai elas dizem: ‘sabe o que que é, como uma coisa, faz outra, faz outra, a gente nem pensou que podia por’. Gente! Faz alguma coisa! É só sentar e escrever!”

**ABAG 1:** “O Prêmio Professor nada mais é que o professor só formalizar o que ele já faz. É colocar no papel. Porque o programa educacional não funciona sem a participação do professor. Então, se o aluno entregou a redação, fez uma visita e entregou no concurso de desenho, quer dizer que o professor trabalhou este tema.”

**ABAG 2:** “E no caso de alguns projetos que eu vi...”

**ABAG 1:** “É só colocar no papel...”

**ABAG 2:** “Usaram a cartilha e o vídeo, você consegue ver que é simples. Porque o que ele está fazendo? Ele só está usando a cartilha, o vídeo, fez os alunos se dividirem em grupo, é simples, mas ele pôs no papel e mandou. Se ele fizer tudo certinho e apresentar bem, ele pode ganhar. Vem projeto muito elaborado e vem projeto mais simples.”

Acerca da pouca participação dos professores no “Prêmio Professor”, em 2012, as representantes da ABAG-RP reafirmaram que não vêm problemas no formato do programa e nem identificam problemas nos números desta edição. Apesar disto, a Secretária Geral da associação reconhece que o programa está permanentemente se organizando para ampliar a mobilização dos professores e que este é um dos principais desafios da ação pedagógica.

Uma das táticas utilizadas pela ABAG-RP para melhorar a mobilização dos professores foi oferecer o máximo de flexibilidade nas datas de inscrição dos docentes. Em 2013, eles puderam fazer a inscrição no mesmo dia da palestra ou depois para aqueles que não puderam comparecer neste dia. No entanto, como afirmaram as representantes da ABAG-RP existe nas redes de ensino e nas escolas públicas uma concorrência entre projetos:

**“ABAG 2:** “Eles dizem: Ah! É muito projeto!”

**ABAG 1:** “É, a gente percebe que tem concorrência de projetos. Então, às vezes o professor diz: nós já estamos com muito projeto na escola, mais um no município. Então, há este problema também.”

A pesquisa conseguiu identificar que existe não apenas nas escolas, mas nas redes de ensino como um todo, uma grande disputa entre os projetos empresariais. As



empresas disputam entre si a inserção de seus projetos e programas criando uma espécie de congestionamento. Em alguns casos, como na prefeitura de São Carlos, há o interesse das secretarias de educação, mas não há espaço. Isto foi identificado, tanto na entrevista com a ABAG, quanto na pesquisa juntos aos docentes. No caso das escolas pesquisadas, existe a concorrência de projetos, inclusive, entre a ABAG-RP e seus associados, como é o caso da Embrapa e da Rede Globo, através da sua filial HPTV:

**“ABAG 2:** “A gente, por exemplo, nunca conseguiu São Carlos!”

**Rodrigo:** “Porque?”

**ABAG 2:** “Porque tem muito projeto. É muito projeto. Este ano a gente não consegue. Aí entra em contato no ano que vem.”

**ABAG 1:** “Você tem lá a Embrapa que realiza projeto com eles. A Embrapa nossa associada.”

**ABAG 2:** “As escolas fazem visitas na Embrapa e a gente não consegue.”

**ABAG 1:** “Então você tem vários projetos. Eles tem interesse, a secretária de educação já veio participar do nosso encerramento, gostou, mas faz a avaliação: ‘olha realmente este ano não porque já tem muitos projetos. E às vezes você pega uma cidadezinha menor e nossa, pode ser a oportunidade. É a oportunidade que eles tem de dar ao aluno uma coisa diferente.’”

A grande disputa entre os projetos empresariais, portanto, em certos momentos, limita a expansão do programa da ABAG-RP e isto tem chance de acontecer nos municípios maiores onde as demandas do capital também são maiores. Segundo as representantes do programa educacional da associação é possível identificar que nos municípios menores, onde a disputa empresarial também é menor, a inserção nas redes de ensino é facilitada:

**“ABAG 2:** “Uma coisa por exemplo interessante destas cidades pequenas. A gente foi em Motuca. Nossa! A secretária ficou encantada. Esta de Dourado foi por e-mail. O secretário me ligou: ‘olha a gente vai fazer! Eu vou assinar. O secretário foi na Agrishow. O secretário de educação, ligou pra professora na escola e disse: olha, eu tenho um projeto fantástico, eu preciso de você e a professora aceitou na mesma hora e o projeto está andando, né? Então vai de secretário, de Secretaria, de professor.”

É possível perceber, através da fala da representante da ABAG-RP, que existe uma avaliação de que nos municípios menores a inserção do programa educacional nas escolas é mais bem recebida. No entanto, a justificativa das representantes da ABAG-

RP de que a menor concorrência de projetos facilita a entrada nas escolas destes locais tem prazo de validade praticamente vencida. Ao longo da pesquisa e, sobretudo, nas entrevistas com os docentes foi possível identificar que mesmo nestes municípios tem se multiplicado projetos formulados por diferentes sujeitos: empresas, ONGs, polícia militar, universidades, etc.

### 5.1.2 A avaliação dos professores

Um primeiro aspecto, imediatamente identificado nas primeiras entrevistas com os professores, é que os docentes, em certa medida, reproduzem o discurso entoado também pelas representantes da ABAG-RP de que o sucesso ou o fracasso da participação dos professores no programa se deve a eles mesmos. No entanto, segundo uma professora que teve por dois anos consecutivos o projeto mais bem avaliado no Prêmio Professor e atualmente é diretora da escola que nestas edições ganhou o prêmio “Escola Destaque”, muitos docentes não compreendem a importância dos projetos que já desenvolvem nas escolas e acreditam que estes não serão valorizados:

**“Professora:** “Então, o professor, eu sinto assim, muitos professores tem dificuldade, assim às vezes eles até fazem alguma coisa importante na escola diferente, mas eles não imaginam que isso seja tão importante, então a não vale o prêmio e na verdade não é bem por aí. A gente não tem noção do trabalho que a gente desenvolve às vezes dentro da escola. Então, ele fica com receio, ‘olha isso aqui pra mim é muito simples, com certeza vai ter um projeto mais elaborado, com mais estrutura, participando’. Então, percebo que o professor tem um pouco de medo deste novo, de estar participando e pensando assim: vai ter uma coisa muito diferente do que eu faço diariamente na escola e as vezes não é por isso né? Às vezes acontece ao contrário: o que é muito simples pra uma pessoa pode ser um impacto diferente, né?”

Na entrevista com os docentes foi explorada nas perguntas como conseguem conciliar a sua participação no programa com a lição dos conteúdos disciplinares e as respostas variaram de acordo com as redes municipais. No texto de apresentação do programa a ABAG prevê que os professores têm autonomia para trabalhar seus projetos, sendo datadas obrigatórias somente as atividades de capacitação. A pesquisa identificou que os professores trabalham o programa de diferentes formas: em sala de aula, fora da sala de aula, durante o contra turno, com turmas específicas, nos horários de

planejamento ou com trabalho voluntário. Na maioria dos casos, as diferentes características se apresentam conjuntamente.

Na entrevista com a professora da escola municipal do município de Dourado ficou explícito que mesmo em cidades pequenas a presença dos projetos empresariais está cada vez maior, contrariando as expectativas das representantes da ABAG-RP. O congestionamento de projetos delegados às escolas, muitos deles como chamou a entrevistada, “pra inglês ver”, sobrecarrega o trabalho docente. Esta foi uma dificuldade foi apontada pela professora. Ela argumente que parte do programa ela trabalha em seu horário de trabalho remunerado pela prefeitura:

**Rodrigo:** “Você disse que quando recebeu o projeto ficou meio assim. Porque?”

**Professora:** “Porque eu acho que quando você num projeto é aquela coisa que você falou, nós somos professores, existe muita coisa que nós sabemos que é pra inglês ver. E é muito fácil para as empresas jogarem. A gente está cheio de projeto aí da Petrobrás, Shell, de não sei o que. Jogam pra gente. Tinha um projeto no ano passado, por que citei a Petrobrás, em relação ao trânsito. Então, eles delegam pra escola muita coisa que eu acho que é não é só compromisso da escola. É da sociedade como um todo. Não estou falando que é do governo só não. E acaba que a gente fica sobrecarregada com cinco horas aulas que é o que nós temos por aqui pra dar conta de tudo isso. Tanto é que parte do meu projeto eu trabalho em período contrário da aula, nos meus HTPI, com a turma mais interessada.”

**Rodrigo:** “O que é HTPI?”

**Professora:** “Horário de trabalho do professor individual e tem o ‘c’ que é coletivo.”

**Rodrigo:** “E como tá distribuída a carga horária?”

**Professora:** “A cada, você tem um terço da sua carga de HTPI.”

**Rodrigo:** “E tem que cumprir na escola?”

**Professora:** “Tudo depende de quantas aulas você tem. No meu caso eu cupro dois HTPCs na escola que é com todo mundo, com a minha coordenadora. São dois dias na semana, uma horinha, uma hora aula. E eu tenho dois, quatro, seis HTPIs que eu que só dou aula no turno da manhã, então, cumpro no turno da tarde. De segunda a quarta.”

**Rodrigo:** “E quantas horas em sala?”

**Professora:** “Cinco por dia. Minha carga semanal é de vinte e cinco horas. Só que fora esses que eu te falei são seis Is, dois Cs e ainda tem um tanto que não me pergunta porque teve uma mudança neste ano de carga horária que são de livre escolha que você ganha para cumprir onde você quiser, vamos assim dizer, não precisa estar na unidade escolar. Então, eu procuro usar esses HTPIs que são vários, né, para trabalhar com aqueles alunos que você percebe, estão mais engajados, tal, inclusive, no sentido de serem multiplicadores. Então, eu levo pra sala de aula, mas eu também trago, mas também tiro da sala de aula e levo de volta pra sala de aula e assim a gente vai levando a ideia. E eu acho que, então, quando você assume um projeto você assume. Eu,

pelo menos, penso dessa forma. Se for só pra você falar: ai que legal, a escola participou. Eu ir lá na Agrishow, porque uma aluna mandou uma redação, não. Tanto é que eu fiquei muito feliz, porque a minha aluna na primeira vez que a gente está participando teve uma das cinco melhores redações escolhidas, foi premiada, pra gente foi super grata a surpresa, sabe? A nossa Secretária de Educação tava junta, veio. Porque a gente participa sério, pelo menos procura ser sério. Não digo nem na questão da competitividade, que nem vai ter aí projetos que vão ser escolhidos para premiação. No meu caso, mas eu acho que como você faz o seu trabalho. Então, por isso que quando eu recebi o projeto, parei, pensei, olhei de novo, fiquei meio assim, vi que eu tinha mais um prazinho pra pensar, rascunhei alguma coisa. Aí falei com a minha coordenadora: pode me inscrever que eu quero.”

Esta professora relatou que não recebe uma remuneração específica para trabalhar em qualquer projeto ou programa empresarial. Ela tem uma carga de trabalho total, uma parte dela destinada ao trabalho em sala de aula e um terço de planejamento que se divide entre uma parte coletiva e um horário de planejamento individual. De acordo com a entrevista da professora é possível perceber que já existe um entrelaçamento de projetos como uma forma de adaptá-los a quantidade de tempo disponível. Assim, uma mesma redação pode servir para dois projetos. Esta professora, além do trabalho em sala de aula, onde leciona as disciplinas Português e Redação, afirma que realiza o projeto da escola inscrito no programa com uma turma no contra turno. Este trabalho, segundo a professora, envolve trabalho remunerado e voluntário:

**Rodrigo:** “E aí tem o problema de conciliar o trabalho com os conteúdos que são cobrados na escola, nos exames externos e os projetos. E aí como fazer as duas coisas? Gostaria de saber como você está se defrontando com esta situação. Isso é um problema? Não é um problema? Tem trabalho voluntário? Gostaria que você falasse um pouco sobre como está isto aqui.”

**Professora:** “O primeiro passo é, isso foi uma das primeiras coisas que me fez aceitar participar não só deste projeto, mas de qualquer outro que possa vir pra escola. Porque quando a gente fala sim, tem que ser um sim consciente de tudo isso. Porque pra você deixar no meio do caminho, não é que eu não vá deixar, pelo amor de deus, não é isso, mas tudo pode acontecer. Pode acontecer até de você achar que o projeto é uma coisa e chegar na hora ser outra e você fala: furada. Mas aí, a grande sacada que eu acho é a seguinte: parte do trabalho você faz em sala de aula, mas a maior parte você faz fora da sala de aula. Nós aqui temos o privilégio dos HTPIs em uma quantidade grande, como eu te falei, e que dá pra se á muito bem o preparo de aula e tudo mais que a gente faz e sobra. Dá pra lidar com aluno nesse período. Então, ao invés de você dar um reforço, você dá uma coisa paralela que você também tá ensinando. Então, pra mim a solução, tanto pra isso, quanto para o projeto da EPTV que é um projeto de redação aqui na região, que é uma filial da Rede Globo. Ela tem um

projeto de redação todo ano, sempre com um tema pertinente. Neste ano foi medo. Viver, você tem medo de que? Então todos esses trabalhos, todos estes projetos, tinha um também da Nestlé que era muito interessante. Eu fiquei um tempo afastada da escola. Eu morei fora. Eu brinco que eu morei fora do Brasil, morei no Pará três anos, então fiquei num afastamento e voltei. Foi um afastamento sem remuneração e aí não veio mais. Era eu que fazia. E esse projeto da Nestlé me ensinou muito. Porque este era extremamente voluntário! Porque você tinha um número restrito de alunos para trabalhar. Não dava pra trabalhar com todas as salas, então a gente via que tinha interesse dos alunos. Quem queria gostar de participar, eles vinham no contra turno e só vem no período contrário aquele aluno que realmente quer participar. Isso é muito legal. Porque daí você trabalha com quem quer. Caso contrário, na sala e aula, pela goela abaixo? Tem projeto legal que você faz com prazer que vá pra frente. Mas dá pra envolver a sala de aula se você trabalhar com os que estão afim como multiplicadores e, de repente, por exemplo, a gente vai ter uma palestra de uma empreendedora do café aqui de Dourado. Vai ser pra todo mundo. Então todas as oitavas vão assistir, mas, de repente, num passei que é um número limitado de aluno, vão x alunos que depois vão replicar para os colegas o que viram. Então, eu acho que o caminho é este. É você trabalhar uma parte em sala de aula e uma parte, até maior, fora, mas fazendo o que você trabalhou fora chegar na sala de aula, por que se não também você fica restrito a uma quantidade de alunos e não é esta a intenção. A intenção, embora utópica, é atingir o maior número de alunos possível. Este é o jeito que eu faço. Eu não sei até que ponto é voluntário ou não, porque o HTPI eu recebo pra trabalhar. Não vou ser hipócrita aqui com você, mas com certeza, se eu precisar fazer alguma coisa voluntária, de ir num lugar, num passeio, em um dia que eu não tinha nada, sem problema nenhum, por que quando eu assumi o projeto, estava ciente disso.”

No município de Monte Alto a professora entrevistada participou também do programa como aluna na época em que a ABAG-RP trabalhava a inserção de sua ação pedagógica na Rede Estadual de Ensino de São Paulo. Esta professora participou do programa em 2012, representando como docente uma escola da Rede Municipal de Monte Alto. Seu projeto foi inscrito no Prêmio Professor e tinha como propósito pesquisar com os alunos o mercado de trabalho no agronegócio, organizando como culminância uma feira de empregos, onde alguns profissionais iriam à escola para apresentar cada profissão. No entanto, segundo a professora, o projeto trabalhou a parte teórica, mas não conseguiu organizar a feira e a organização da apresentação das profissões. Em função disto, a professora não entregou o relatório final e ficou de fora da lista dos professores avaliados no Prêmio Professor. Na sua avaliação dois problemas identificados nas entrevistas com os demais professores e com as próprias

representantes da ABAG-RP reaparecem: falta de tempo e a presença de diversos projetos que ocupam o pouco tempo que o professor tem com os alunos nas escolas:

**“Professora:** ‘Eu fiz um projeto para trabalhar com os alunos. Por uma questão de tempo, infelizmente, no projeto nós só trabalhamos a parte teórica. Não chegamos a fazer a parte prática. Uma das falhas da minha prática no ano passado foi isto. Eu trabalhei a parte teórica com eles, mas a gente não chegou na parte da aplicação prática do projeto que foi feito. Acho que isto muito em questão do tempo também, porque eu sou, eu não sou mais. Eu era aplicadora no ano passado de um outro projeto e como era tudo em sala, ficou muito corrido e eu acabei não conseguindo aplicar o projeto. Eu falei com eles mais as questões teóricas com o material, o vídeo, e no final nós fizemos uma visita com a sétima série no ano passado a uma das empresas conveniadas que foi a Coplana de Jaboticabal. Basicamente foi este meu trabalho no ano passado.’”

Na entrevista com a professora da escola de Monte Alto estava claro para a pesquisa que a questão do tempo e a quantidade de projetos que se multiplicam nas escolas é, de fato, um problema para a prática docente. A ideia da representante da ABAG-RP de que nos municípios menores é mais fácil de entrar por que a quantidade de projetos não é tão grande como em municípios maiores está com os dias contados. Dentre em breve, as dificuldades sentidas pela associação para inserir seu programa em municípios como Santo Carlos, serão sentidas em cidades como Dourado, Descalvado e Monte Alto.

Em Monte Alto, no entanto, outro aspecto foi ressaltado como elemento limitador da realização do programa e está diretamente relacionado às avaliações externas que são aplicadas em escolas de todo o país e, em São Paulo, é materializada através do SARESP. O **SARESP** (Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo) é uma avaliação de múltipla escolha, aplicada pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo para alunos da rede estadual de ensino que estão na 2<sup>a</sup>, 4<sup>a</sup>, 6<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> série (3o., 5o., 7o., e 9o. ano) do Ensino Fundamental e 3<sup>o</sup> ano do Ensino Médio. A avaliação é aplicada no final de cada ano letivo. Além dos alunos responderem as questões relativas à língua portuguesa, matemática e ciências humanas (Geografia e História), eles também devem preencher um questionário com as informações sobre as suas características pessoais, sócio-econômica, cultural e situação escolar. Além disso, os professores, coordenadores e diretores também são solicitados a fornecer dados relacionados ao processo de aprendizagem do aluno, à gestão da escola e à implantação de propostas pedagógicas. Esta avaliação também fornece dados ao

IDESP, índice de desenvolvimento da educação no estado de São Paulo, consultado para distribuição de bônus aos os professores da rede estadual. Desde 2009, no entanto, as prefeituras, como, por exemplo, Monte Alto, que assinaram acordo com o governo estadual passaram a aplicar o SARESP também em suas redes municipais de ensino. Assim, além dos demais projetos empresariais, a ABAG-RP sofre com a concorrência das avaliações externas como observou a professora entrevistada:

**“Professora:** “Então, no meu caso, eu não estou fazendo uma meia culpa aqui, mas eu tinha um outro projeto também, com prazo também. Então, assim, e foi meu primeiro ano também. Eu não sei se tem professores que aplicam mais de um ano. Esse ano eu não apliquei, não é porque eu não quis aplicar, mas é porque a minha sede mudou de escola. Então, como eu não tenho a sede nesta escola, os projetos eu aplico em outra escola e na outra escola o professor que aplicava continuou. Então, no meu caso como no ano passado foi meu primeiro eu ainda tava me adaptando ao projeto e eu acho que nesta história do cronograma eu não consegui atingir o cronograma que eu mesmo fiz, não participei do concurso, do prêmio professor, mas eu mandei o projeto. Eu não participei, porque eu não apliquei o projeto, mas eu fiz o projeto no começo do ano. Eu fiz o projeto e mandei, mas depois não consegui aplicar o projeto que eu tinha feito. Só que eu sei que tem caso de pessoas que não chegam a fazer o projeto também. Eu fiz mas não apliquei. Então, eu acho que a questão do tempo me prejudicou muito, mas não foi só a questão do tempo, mas foi a questão da minha inexperiência também. Assim, foi o primeiro ano. Tava aprendendo ainda. A gente tinha um projeto. Então, eu acho que acabei me enrolando nesta parte também. Então, tem a responsabilidade pessoal, não é só a questão do tempo. Eu idealizei uma coisa, mas na prática não saiu como imaginei. Aí chegou o fim do ano, veio o SARESP, porque a oitava série faz o SARESP. O SARESP é além da Prova Brasil. O SARESP é todo ano. E aí a sexta e a oitava série fazem todo ano. Tem foi chegando o SARESP, conteúdo todo atrasado e acabei me enrolando um pouco. ”

Ao longo da pesquisa foram identificadas várias limitações que o programa da ABAG-RP se depara em sua realização. O primeiro limite é a concorrência com outros programas empresariais que disputam espaço no interior do espaço escolar. Em todas as entrevistas realizadas até o momento este aspecto foi ressaltado. A outra limitação diz respeito a precarização do trabalho docente que, se por um lado facilita a entrada dos projetos empresariais nas escolas públicas, por outro lado impõem um limite para a realização do objetivo da ABAG-RP de valorizar a imagem do agronegócio.

## 5.2 As resistências ao Programa

Em Ribeirão Preto, o programa da ABAG vem sofrendo resistência de diferentes formas. A pesquisa identificou diferentes formas de resistência que foram sendo apresentadas ou descobertas e incorporadas à tese, já que não estavam previstas no projeto de pesquisa. A incorporação desta parte à Tese se deve não apenas pela importância dos esforços empreendidos por diferentes sujeitos que desafiam o pensamento único, mas porque em diferentes momentos ao longo da investigação foi possível perceber que esta resistência influencia a própria estratégia do programa que a associação faz questão de dizer que “não entra em sala de aula”. Esta autonomia, que já foi possível identificar que é no mínimo relativa e muito bem aproveitada pela ABAG-RP, é utilizada pela associação que incorpora em seu discurso a ideia de que o programa “não tem ideologia.”

Contrariando os argumentos da ABAG a pesquisa identificou que existem pelo menos dois movimentos de resistência ao Programa Educacional Agronegócio na Escola. Por um lado, a ABAG-RP vem sofrendo resistência por fora do muro da escola. Esta foi identificada pela pesquisa em dois momentos: através da luta do Fórum Social de Ribeirão Preto e através da posição adotada pela Secretaria de Educação e Cultura de Matão, um dos municípios mais importantes para a ABAG-RP, por concentrar diversos associados. Por outro lado, o programa sofre com as limitações impostas pela necessidade de manter a autonomia, mesmo que relativa, do trabalho docente. Este aspecto, ao mesmo tempo que oferece a associação a possibilidade de apropriar-se de toda a capacidade criativa dos professores, impõe limites a realização plena do objetivo de valorizar a imagem do agronegócio, pois, como a pesquisa identificou, entre os professores selecionados a participar do programa, sempre pode ter pelo menos um que venha a contrariar a ABAG e faça uma leitura mais crítica do “agronegócio”. Ou mesmo quando o professor não se coloca na posição crítica ao programa ou ao agronegócio, como é o caso da maioria daqueles entrevistados até então, foi possível identificar na pesquisa que estes assumem uma posição de neutralidade e adotam, pelo menos no discurso, que mostram “os dois lados” do “agronegócio”. Com exceção de um único projeto bem crítico ao “agronegócio”, nos projetos dos demais professores entrevistados o “lado positivo” apareceu com muito mais destaque que o “lado negativo”.



O Fórum Social de Ribeirão Preto foi um importante espaço de mobilização que chegou durante algum tempo, entre 2009 e 2011, a representar um esforço de resistência ao programa da ABAG nas escolas. O Fórum reúne diversas organizações populares de Ribeirão Preto, entre elas: Associação Amigos do Memorial da Classe Operária- UGT, Associação Cultural e Ecológica Pau Brasil, Conselho Regional de Psicologia – CRP, Centro de Direitos Humanos e Educação Popular – CEDHEP, Associação de Moradores do Jardim Aeroporto, Comunidade Nossa Senhora Aparecida, Associação Nova Geração, Pastoral da Criança – Lapa, Sonho Real, SAVIMA - Sociedade Amigos da Vila Maria, Sibipiruna – Pontão de Cultura de Ribeirão Preto, Centro Cultural Orùnmilá, Movimento de Mulheres de Ribeirão Preto, Fundação Palavra Mágica, COOPERECOS, MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, Paróquia Santo Antônio Maria Claret, Sindicato dos Arquitetos – SASP/SP, Ciranda da Educação Infantil, Seminário Gramsci, Instituto Práxis de Políticas Públicas, ADAD- Associação dos Amigos Deficientes, Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB, OSCIP Tamburi, Centro Social Marista Ir. Rui, Federação Pardo-Grande de Entidades Ecológicas e Ambientalistas, Defensoria Pública do Estado de São Paulo, União da Juventude Socialista, União Estadual dos Estudantes, Grupo Cativoiro de Capoeira, Coletivo Óbvios Mexidos.

O Fórum Social de Ribeirão Preto acumulou, ao longo de sua existência, debates e deliberações em diferentes áreas, entre as quais educação e agricultura. Neste ponto, o Fórum se colocou diante do Programa Educacional Agronegócio na Escola através de um manifesto. A referência ao programa está no ponto 5.3:

“5.3 Agronegócio e Educação:

Exigir providências das Secretarias Estadual e Municipal de Educação e dos Conselhos Estadual e Municipal de Educação para a extinção do Programa “Agronegócio na Escola”, pois representa a apropriação do espaço da escola pública pelas empresas do agronegócio.” (Site <http://forumsocialrp.blogspot.com.br/>)

A importância da atuação do Fórum Social foi identificada, tanto a partir da entrevista com a coordenadora do MST, como também através do professor que trabalhou com contrato temporário em Ribeirão Preto e se colocou contrário ao programa. Ambos participaram do Fórum e relataram a experiência de luta representada neste espaço.

**MST 1:** “Sou da direção do setor de educação daqui. Vou contar um pouco do processo que eu passei. Em 2009, 2010, eu já conhecia o Alexandre e aqui em Ribeirão tinha um projeto, um fórum que acabou articulando via ministério público, um fórum no município e a gente começou a articular o da educação, que era todo mundo, era pessoas representando movimento, era a Ana Paula, com os professores.”

**Rodrigo:** “*Eu vi na internet que este Fórum ainda tem uma página na internet...*”

**MST 1:** “É verdade. Este foi o primeiro momento que conseguimos articular as pessoas para discutir o projeto...”

**Rodrigo:** “*Pra discutir o projeto “Agronegócio na escola” especificamente?*”

**MST 1:** “Este projeto especificamente. Como que ele tava e como a gente conseguiria. Assim, as pessoas estão sempre próximas, sempre estavam juntas, mas nunca haviam sentado para conversar. E aí a gente começou a pensar. Na verdade a gente se desarticulou, mas nossa proposta ainda é construir um material paralelo, nos mesmos moldes e apresentar junto à Secretaria de Educação...e não vai passar e daí entrar com uma ação junto ao ministério público pra gente ver como consegue dar publicidade a isto de alguma forma, né? A Ana Paula estava no Conselho Municipal nesta época.”

A atuação dos professores no Conselho Municipal de Educação de Ribeirão Preto (CME-RP), entre 2009 e 2010, representando a Universidade de São Paulo, marcou um importante momento de resistência organizada pelo Fórum. A atuação da professora foi registrada em ata da reunião do dia 23/02/2011:

“A conselheira Adriana disse que muitos projetos precisam ser repensados, porque possuem um viés ideológico e isso é perigoso e citou o Agronegócio na escola. Afirmou que apesar dos projetos chegarem como opcionais para a escola há uma pressão indireta e velada. Na verdade não é dessa forma que devemos estruturar e conduzir projetos a serem desenvolvidos na escola. A conselheira Ana Paula também se revelou preocupada com projetos dessa natureza, pois devemos apresentar aos alunos as várias dimensões da agricultura e não uma visão única, fechada em determinado modelo. O conselheiro Arnaldo, também se mostrou preocupado em especial com esse projeto.” (CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIBEIRÃO PRETO, 2011).

A denúncia encaminhada pela professora Ana Paula foi registrada também na imprensa. No dia doze de Abril de 2011, o jornal Brasil de Fato noticiou a inserção do Programa Agronegócio na Escola nas redes municipais de educação da macrorregião de Ribeirão Preto e luta travada no Conselho Municipal da Cidade:

“Em Ribeirão Preto (SP), as concepções do agronegócio estão sendo repassadas aos estudantes por meio do projeto “Agronegócio na Escola” e têm gerado polêmica na cidade. O Conselho Municipal de Educação entrou na briga e pediu detalhes sobre o projeto pedagógico.

Desenvolvido em parceria com a Associação Brasileira do Agronegócio da região de Ribeirão Preto (Abag-RP), o programa é utilizado nas aulas a alunos do 8º e do 9º ano desde 2009. Anteriormente, o projeto foi aplicado por dez anos na rede estadual. Cerca de 112 mil estudantes da região já passaram pelo curso.

A Abag-RP oferece cartilhas aos estudantes e um vídeo, que é utilizado por professores nas aulas. A cartilha aborda temas como o surgimento da agricultura e sua modernização. Professores são levados para conhecer usinas e são capacitados pela entidade.

A Secretaria da Educação do município e a entidade patronal defendem que o conteúdo aborda temas regionais importantes, tanto do ponto de vista econômico, quanto do ponto de vista social, e que trabalham simplesmente com a realidade em que os alunos estão imersos.

Mas não é assim que enxerga a integrante do Conselho Municipal de Educação de Ribeirão Preto, Ana Paula Soares da Silva. Na visão dela, é importante que as crianças e adolescentes conheçam o agronegócio; o problema ocorre quando o material auxilia na naturalização dos problemas gerados nesse meio. “Esse material ajuda a naturalizar as desigualdades, as relações de propriedade e de dominação”, argumenta. Mesmo dentro da linha da educação contextualizada, segundo ela, outras práticas deveriam ser abordadas, como a agroecologia, por exemplo.”

(Site <http://www.brasildefato.com.br/node/6069>)

As respostas às críticas que chegaram à imprensa foram dadas, curiosamente, pela Secretaria de Educação de Ribeirão Preto e não pela ABAG-RP. Segundo a coordenadora do Programa Educacional Agronegócio na Escola, foram a Secretária de Educação e a Coordenadora responsável pelo programa na secretaria que responderam a imprensa. Segundo ela: “A Maria Deborah, a secretária, a Maria Ângela, elas deram depoimento dizendo que o programa aqui na Rede. Elas que entraram no jornal pra defender mesmo.” Neste mesmo período a Folha de São Paulo, através do site Folha.com divulgou a polêmica e fez uma breve análise da cartilha:

## AGRONEGÓCIO PARA CRIANÇAS

### Conteúdo nas escolas de Ribeirão cria polêmica

#### O que diz parte do material:

“Dizem que no Brasil crianças são obrigadas a trabalhar no campo, e que não respeitamos o meio ambiente!”

“Não é verdade...”

Em 25 de março de 2010, porém, a Folha mostrou que três adolescentes foram flagrados pelo Ministério do Trabalho em uma lavoura de tomate em Altinópolis

Fonte: Abag/RP



FONTE: Folha de São Paulo. Acesso em [www.folha.com.br](http://www.folha.com.br), acesso em 10/12/2014.

A resistência ao programa da ABAG-RP é realizada em Ribeirão Preto, tendo o Fórum Social um espaço de mobilização por fora dos muros da escola. A associação sofre com a resistência por fora dos muros também no município de Matão. Desde o início da pesquisa o município de Matão foi identificado como uma exceção na macrorregião de Ribeirão Preto. Este município é reconhecido, através, tanto das falas das representantes da ABAG, quanto dos professores entrevistados pela pesquisa até o momento. O município merece destaque, dentre outros motivos, por ser o único, confirmado pelas representantes da ABAG-RP, a negar assinar o acordo com a associação para o desenvolvimento do programa nas escolas municipais. Em função disto, foi realizada uma entrevista com Secretário de Educação e Cultura do município.

O município de Matão se destaca por outras razões, além daquelas relacionadas diretamente ao programa educacional. O município que é governado pelo Partido dos Trabalhadores, desde a década de 1990, com a interrupção de quatro anos, manteve durante todo o período o mesmo secretário à frente da Secretaria de Educação e Cultura. Além disto, Matão se destaca por ser sede de diversas empresas produtoras de máquinas e implementos agrícolas, entre as quais se destaca a Marchesan S.A., fábrica fundada na década de 1940 e que atualmente exporta para cinquenta países. A Marchesan se intitula como a maior fábrica de máquinas e implementos agrícolas da América Latina, localizando-se numa área calculada em mais de oitocentos mil metros quadrados, com mais de duzentos mil metros quadrados de área coberta. A Marchesan produz desde arados, até grandes máquinas para plantio e colheita avaliadas em milhares de reais.

A Marchesan é uma das empresas associadas à ABAG-RP situada em Matão. Além da Marchesan, outras empresas de implementos agrícolas estão situadas no município, tornando-o uma área de interesse e atuação da associação. Sendo assim, a introdução do programa educacional naquela rede de ensino sempre foi considerada estratégica. Segundo uma informação passada por Alexandre Freitas, confirmada posteriormente com as representantes da ABAG-RP, Matão foi na última edição da feira Agrishow um dos municípios com o maior número de empresas com estandes.

No período em que o programa esteve presente na Rede Estadual de Ensino de São Paulo, a associação difundia seus interesses nas escolas de Matão, situada em uma das Diretorias de Ensino que receberam a ação pedagógica da ABAG-RP. No entanto, desde que o programa educacional passou a operar nas redes municipais, a Secretaria de Educação do município foi convidada a assinar o acordo de parceria, mas não aceitou. Segundo, Alexandre Freitas, a ABAG-RP já tentou quatro vezes conseguir o ingresso do município no programa. Em cada uma das tentativas, a associação utilizou novas estratégias. Nos dois primeiros contatos foram encaminhadas mensagens por e-mail para a Secretaria de Educação:

**“SME-Matão:** “Nós já tivemos acho que pelo menos umas quatro tentativas da ABAG de Ribeirão Preto de conseguir a adesão do município de Matão ao programa deles, Agronegócio na Escola. A primeira tentativa foi diretamente com a gente aqui da Secretaria de Educação. Foi um convite aberto e fizeram para várias secretarias de educação da região achando que fosse tranquilo, que os municípios seriam facilmente cooptados em razão da associação, do nome que a associação tem, da representação que ela tem aqui na região de

Ribeirão Preto. Enfim, acharam que fosse muito tranquilo. E aí nós não aderimos. Na segunda tentativa, eles quiseram que nós fossemos na finalização do projeto da região, de vários municípios que naquele ano tinham aderido ao programa, participado. Então, esta foi a segunda tentativa. Eles quiseram que nós fossemos lá para participar da finalização, então, nós ficaríamos entusiasmados com o programa e aí nós também não fomos.”

Os dois convites enviados pela ABAG-RP para a Secretaria de Educação e Cultura de Matão foram respondidos pelo secretário de forma negativa. Segundo Alexandre Freitas, não seria possível assinar o acordo porque eles trabalham com uma outra perspectiva “junto com os movimentos sociais” e que, portanto, seria contraditório assinar o convênio para inserir na rede de ensino do município um programa cujo objetivo é valorização do agronegócio. As duas primeiras negativas foram respondidas também por mensagem enviada por e-mail, segundo Alexandre Freitas. Apesar dos dois primeiros insucessos, a ABAG-RP não desistiu de inserir nas escolas públicas municipais de Matão seu programa educacional. Assim, foram realizadas mais duas tentativas. No entanto, as táticas utilizadas foram alteradas. Se através da Secretária de Educação e Cultura não foi possível, então, a associação recorreu às instâncias superiores do poder executivo do município.

Na terceira vez que a ABAG-RP tentou conseguir inserir seu programa educacional na Rede Municipal de Matão, a tática utilizada foi recorrer ao prefeito do município. Em 2010, o prefeito de Matão era Adauto Scardueli e a Secretária Geral da ABAG-RP era Mônica Bergamaschi, Secretária de Agricultura do governo Geraldo Alckimin desde 2011. Neste ano, a terceira tentativa foi realizada diretamente por Mônica que procurou o prefeito para cobrar uma posição do poder executivo.

A cobrança foi articulada, segundo Alexandre Freitas, por um médico que é primo da Mônica Bergamaschi e, na época, atendia o prefeito da cidade. Junto com o médico particular foi convocado um dos representantes da Marchesan para conversar com o prefeito. Nesta reunião, os três explicaram para o prefeito a importância de inserir o programa educacional na Rede Municipal.

Após a reunião com os representantes do interesse do agronegócio o prefeito ligou para seu secretário de educação e cultura que lhe explicou as razões da discordância entre o projeto político pedagógico da Secretaria e o programa educacional da ABAG-RP. Segundo o secretário Alexandre Freitas, a inserção do programa nas escolas municipais “confundiria os professores. Afinal de contas né, qual que é a nossa

postura diante desta realidade, diante da agricultura brasileira, do campo no Brasil?” A partir da explicação dada ao prefeito, segundo o Secretário de Educação de Matão, as negociações com a ABAG-RP não foram adiante:

**“SME-Matão:** A terceira vez eles tentaram direto com o prefeito. Então as primeiras foram direto na secretaria e a terceira já foi com o prefeito, com o outro prefeito, com o Adauto. Com o prefeito “Adauto Scardueli”. Aí eu lembro que eles fizeram o seguinte. Naquela época a Mônica Bergamaschi ainda era a presidente da ABAG aqui de Ribeirão Preto e que depois foi lá pra Secretaria de Abastecimento. Então não é à toa né, a participação dela na Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Ela tem um primo que é médico aqui em Matão, Dr. Edson Bergamashi, e este Dr. Edson é médico do prefeito, do ex-prefeito. Então ela achou que “olha, através do médico do prefeito a gente chega lá”. Então ela marcou uma reunião com o Dr. Edson, o primo dela, e mais um dos representantes da indústria de implementos agrícolas daqui, o Chiquinho Maturo que é ligado a Marchesan que é uma destas empresas e o próprio prefeito. Então foram a Mônica, o Dr. Edson e o Chiquinho conversar com o prefeito e não pediram que eu... não me convidaram pra esta reunião. Não pediram que eu fizesse parte desta reunião, mas o prefeito é muito petista, tem uma linha petista, assim muito forte né. O Adauto sempre foi. Então ele me ligou antes dizendo o que estava acontecendo. Aí eu expliquei pra ele que não nos interessava o programa, em função de todo o trabalho que nós já estávamos realizando aqui, tentando fazer com os professores, tentando construir esta escola da diversidade, com educação do campo, com a questão dos quilombolas, dos indígenas e fazer os professores abraçarem, fazer a escola abraçar estas questões não é uma coisa fácil, não é uma tarefa fácil e se a gente já havia começado esta tarefa, este trabalho, criando alguns frutos, seria muito ruim pra este processo se a gente trouxesse um programa como este do agronegócio na escola pra dentro. Por que primeiro confundiria os professores. Afinal de contas né, qual que é a nossa postura diante desta realidade, diante da agricultura brasileira, do campo no Brasil? É o do agronegócio ou da valorização do homem do campo da mulher do campo, da agricultura familiar, da agricultura sem agrotóxico, enfim, todas aquelas coisas. Então, a gente achava que os professores ficariam confusos, mas também teriam chances de abandonar este projeto que a gente está desenvolvendo e que não é fácil desenvolver, dada a visão que todo mundo tem dos movimentos sociais e que seria muito mais fácil abraçar o agronegócio, as indústrias aqui de Matão, do que continuar com esta tarefa nossa. Então ele entendeu e falou deixa comigo Alexandre. Deixa que eu respondo pra eles e respondeu que não nos interessava o projeto e acabou. Eles foram embora e foram embora descontentes. Esta foi a terceira.

Em 2013, novamente a ABAG-RP fez uma tentativa de inserir seu programa educacional na Rede Municipal de Matão. Esta foi a quarta tentativa realizada e envolveu a tática mais radical que se resumiu a tentar levar Roberto Rodrigues para uma reunião com o prefeito eleito nas eleições de 2012. Entretanto, a intenção da ABAG-RP

não teve êxito e, em cima da hora, o intelectual orgânico da associação não conseguiu estar presente na reunião. O prefeito, cujo mandato teve início em Janeiro de 2013, também é do Partido dos Trabalhadores e manteve Alexandre Freitas à frente da secretaria de Educação e Cultura.

A ideia de realizar uma reunião com o novo prefeito, tendo a participação do ex-ministro Roberto Rodrigues tinha o claro objetivo de impor uma enorme pressão sobre o novo governo que acabara de assumir. Para além da ausência do ex-ministro, a pressão exercida pela associação só não teve maiores resultados porque a Secretaria de Educação e Cultura do município de Matão parece ter na figura do secretário um oponente à entrada do programa na rede municipal e foi mantido no cargo, o que obrigou o novo prefeito a consultar o mesmo, antes de assinar qualquer parceria.

A reunião realizada com o novo prefeito não contou com a participação de Roberto Rodrigues, mas, assim como na conversa realizada com o prefeito anterior, a reunião não contou com a presença do secretário de educação e cultura do município. Nesta conversa, segundo Alexandre, as representantes da ABAG-RP questionaram a posição assumida pela Secretaria de Educação e Cultura e o prefeito fez a “política da boa vizinhança”:

**“SME-Matão:** A quarta tentativa, fora as tentativas que eles todos os anos mandam convites, mandam o jornalzinho do agronegócio. Aí neste ano, logo no comecinho, com umas duas ou três semanas, eles tentaram com o novo prefeito. Também não me chamaram. Fiquei sabendo só depois que a reunião havia acontecido e aí eles planejaram trazer o Roberto Rodrigues, o garoto propaganda do programa, do agronegócio, da ABAG. Só que o Roberto Rodrigues acabou não vindo pra cá e aí conversaram com prefeito. Falaram mal de mim, da Secretaria de Educação e do ex-prefeito para o prefeito atual. E aí o prefeito atual, ele assumiu, ele é petista, ligado a Secretaria de Saúde, a gente trabalha há mais de vinte anos juntos e tal. Mas ele está numa postura de conversar com todos os setores. De conversar com todo mundo e ver o que dá pra fazer. Então, a princípio ele disse para os representantes do programa: olha nós vamos estudar, vou conversar com o secretario né. Ouviu e disse que iria conversar com o secretário, que nós íamos fazer alguma coisa. Alguma coisa nós vamos fazer. E ficou nisto. Já tem duas semanas, eles mandar a proposta de convenio pra ele, mas ele não falou mais comigo sobre este assunto. E aí é claro, ele não vai fazer nada sem falar comigo. Como ele até agora não tocou neste assunto mais, eu acredito que a gente consegue. Inclusive porque o secretario de Desenvolvimento Econômico neste dia estava junto. Ele até achou, depois conversando comigo ele falou: Alexandre eu nem sei porque eu estava fazendo ali. Era pra você estar ali. Mas enfim, eu já falei pro Chico que a nossa linha é outra, que a



gente tem uma outra construção aqui, um outro processo sendo construído que não é este. Então, ninguém fez nada. Não tem nem. Nem chegou até aos ouvidos da Rede de que vão fazer formação pra isto, de que vão fazer, então...está neste pé. Eu acho que a gente consegue convencer depois...eu acho que ele fez apenas uma política de boa vizinhança só e acaba parando nisto por aí.”

Na entrevista realizada com o Secretário de Educação e Cultura de Matão, entre diversas questões mencionadas, o entrevistado destacou o trabalho de produção de material didático na Rede Municipal. Em diversos municípios percorridos pela pesquisa, como Dourado e Monte Alto, por exemplo, o material didático está sendo “apostilado”, ou seja, estão adotando apostilas produzidas por grupos privados, em substituição aos livros didáticos.

Em Matão, o material didático se apoia nos livros do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e em produção de material próprio, formulado pelos docentes da Rede Municipal. Nas escolas do município é desenvolvido um Programa de Educação Para o Campo e o programa da ABAG, com sua cartilha, se aproximaria dos matérias apostilados, reduzindo o professor como soubesse “realizar a crítica, analisar um material”:

**SME-Matão:** “É como se ele não tivesse a capacidade de fazer crítica, como se ele não soubesse realizar a crítica, analisar um material. A nossa resistência ao material apostilado aqui é neste sentido. Como é que eu posso trabalhar com os alunos numa lógico que eu não criei, que eu não pensei. Porque não é só a informação, mas as formas de passar esta informação. A forma de distribuir esta informação. O momento em que se faz isto. Porque a informação por si só tem um papel limitado, mas a informação colocada no momento certo, da forma certa, com uma discussão, é este é o papel do professor. Tem que partir do pressuposto de que o mundo não é estático, está sempre em movimento. Pelo contrário, tudo tem alteração e mudança a todo momento. Então precisa-se de um professor que esteja ligado a tudo aquilo que está acontecendo e com sua visão crítica saiba trabalhar com estas informações. Então eu não consigo entender uma pessoa fazendo só este papel de reproduzir num momento aquilo que uma pessoa que está fora tenha pensado. Por isto que a gente não aceita de maneira alguma, material apostilado aqui. O professor tem que ter esta tarefa de elaborar seu material diante de uma realidade que ele está trabalhando e avaliando e saber aquilo que ele precisa para aquele momento. Quais são as demandas que os alunos trazem? E o material apostilado não dá brecha pra isto. Você tem mesmo aquela coisa pronta de só colocar no forno, sabe? Aquela comida pré-pronta? Que você só leva ao forno? Acho que não dá pra ser isto. Então a visão da ABAG é esta que o professor não é capaz de pensar. Se o agronegócio é algo tão bom assim deixa que o professor

uma hora ou outra vai chegar a esta conclusão e vai lá e trabalha com os alunos. E se isto acontecer, eu nem tenho com evitar que isto aconteça, né? A única coisa que a gente tem é contar com outro professor com uma outra visão coloque outro ponto de vista, o ponto de vista da agricultura familiar, agroecológica, mas eu não vou poder impedir que um professor vai lá se foi seduzido pelo agronegócio depois de estudar, sendo proprietário, sendo filho do dono, vai lá e faça isto. Mas contaria com outros professores que vão lá.”

O Secretário de Educação e Cultura de Matão, ao ser perguntado se acredita na vitória da resistência contra a ofensiva da ABAG-RP, respondeu que as dificuldades são enormes porque a ação realizada pela associação é mais um caso de interferência externa à escola. Ao longo da pesquisa, foi identificada uma série de projetos de empresas ou não, mas tendo sempre a característica de serem externos às escolas, sendo relatada pelas próprias representantes da ABAG-RP uma espécie de “engarramento de projetos” nas cidades da macrorregião de Ribeirão Preto. A mesma caracterização foi relatada em Matão:

“**SME-Matão:** Mas eu fiquei imaginando, cheguei a falar com a Manuela, fiquei imaginando que se eles tem esta postura de insistir deste jeito, de persistir tanto assim, junto as prefeituras, e usar de todos este artefatos que eles tem. Então, ora pegando um parente que é amigo, outra hora trazendo o Roberto Rodrigues, outra hora... você faz um sistema de cooptação que dificulta para as prefeituras, para os prefeitos tomarem uma decisão imparcial né. Foi por isto que falei pra ela: nós temos que questionar na justiça. Porque eu não vejo que é só a ABAG. Tem a OAB com os projetos dela, a polícia militar com os projetos dela dentro da escola, estes movimentos todos destas associações todas de vir pra dentro da escola é no sentido de fortalecer a presença e a participação destes grupos junto a população. Eu acho que estes movimentos, estas associações todas, elas não tem um espaço muito grande, uma inserção muito grande na sociedade e aí eles querem utilizar a escola para fazer isto. E você vê que isto foi depois do processo de redemocratização do país, de abertura política. Acho que estas associações tiveram uma força maior no passado, né? Durante a ditadura militar, até pelo perfil da escola, dos professores, me parece que este tipo de presença não era tão necessário. Não era necessário que eles fossem procurar a escola. E a partir da redemocratização, do posicionamento da escola, dos professores, então, estas associações, perderam espaço e elas querem recuperar este espaço. A polícia militar na escola dando aula de combate as drogas e combate a violência. Como é que a gente faz isto? É o que eu respondo. Nós temos escolas que não querem participar destes programas, mas a gente não pode dizer isto claramente, mas como é que a gente combate a questão da violência, é complicado. Tem que ser com direitos humanos, trabalhando com direitos humanos, trabalhando com formação do cidadão, com engajamento político, é isto que transforma, né? E eles acham que é com a presença deles.”

Diante das dificuldades impostas a tarefa de lutar contra a entrada dos projetos, segundo o Secretário, há a necessidade de se ampliar as formas de luta, para além das resistências. Na entrevista, o secretário relatou a necessidade de ampliar as formas de luta em pelo menos dois sentidos: jurídico, através da aliança com o Ministério Público, e na disputa de projetos realizada nas secretarias de educação. Na visão de Alexandre Freitas seria fundamental que os movimentos sociais também apresentassem projetos para criar contradições nas secretarias.

É importante explicitar que a perspectiva proposta pelo Secretário de Educação e Cultura de Matão esteve presente na fala de pelo menos dois outros entrevistados: a coordenadora de educação do MST, e o professor de Ribeirão Preto que participou do programa e se opõe a ação da ABAG-RP. Ambos sugeriram a importância de criar uma disputa jurídica e, ao mesmo tempo, propor às secretarias parceiras da associação um projeto com os movimentos sociais, sem ter ilusões de que qualquer coisa neste sentido venha a ser aprovado, mas acreditando que ambas as ações possam criar fatos políticos. Isto ficou exposto na fala do secretário de educação e cultura de Matão:

**SME-Matão:** “Nós vamos resistindo, mas era importante que se fizesse um movimento que nós questionássemos na justiça porque estas associações estão entrando com tanta facilidade nas escolas e substituindo o papel e o trabalho do professor. Agora, se elas podem porque que outros não podem? Porque os movimentos sociais não podem? Então, nós vamos abrir pra todo mundo. Então, nós vamos deixar que o agronegócio faça isto, mas ai eu vou querer então que Sertãozinho disponibilize lá um horário para os movimentos sociais também para falar, enaltecer os movimentos, as lutas do campo, enaltecer a agroecologia. Se abriu as portas para o agronegócio, porque não abrir também. Então, vamos fazer isto pra todo mundo. Mas você vai ver, por exemplo, que Sertãozinho não vai querer que os movimentos sociais entrem.”

**Rodrigo:** “Você acha que se o MST apresentar uma proposta..”

**SME-Matão:** “Podia tentar. Já falei com eles que eles tentem e se eles se recusarem, vocês perguntam, ué.”

**Rodrigo:** “Criaria uma contradição.”

**SME-Matão:** “Né? Fazer a dialética.””

A proposta colocada pelo Secretário de Educação e Cultura de Matão e, também, por outros entrevistados, no entanto, não se materializou. Isto chegou a ser proposto inicialmente junto ao grupo que articulava o Fórum. Inclusive, um dos membros do Fórum era ligado ao Ministério Público Estadual do Estado de São Paulo. A proposta da

pesquisa era entrevista-lo. No entanto, nenhum dos contatos foi bem sucedido. Até a entrega da tese não chegou-se a criar um processo. Todos os entrevistados que citaram esta possibilidade explicitaram que as dificuldades de mobilização de forças tenha sido o principal impeditivo para a continuidade desta luta de resistência.

Os efeitos das transformações produzidas no interior da classe dominante que resultaram na hegemonia do “agronegócio” também impactaram a luta de resistência. O inimigo político deslocou-se do latifúndio improdutivo para a matriz tecnológica representada pelo “agronegócio”, incluindo o uso das sementes transgênicas, o uso abusivo de agrotóxico e a monocultura. O projeto hegemônico vem sendo contraposto por propostas alternativas que valorizam a agricultura camponesa, o controle dos agricultores sobre a produção de sementes, cuidados ambientais, nos princípios da policultura. A resistência também ocorre em relação à ideologia do “agronegócio”. Neste aspecto, o conceito de “segurança alimentar” difundido pela ABAG é confrontado com o conceito de “soberania alimentar”. A ideologia do “agronegócio” em sua versão “terceira via” limita-se a defesa de que todos os indivíduos têm direito à alimentação e, em função disto, o Estado tem a obrigação de subsidiar a produção de alimentos e comprometer-se com programas sociais de distribuição de cestas básicas, restaurantes populares e políticas de renda mínima. Já o conceito de “soberania alimentar”, introduzido, em 1996, pela Via Campesina Internacional, no contexto da Cúpula Mundial sobre a Alimentação (CMA), realizada pela FAO, em Roma, parte do pressuposto de que alimento não é mercadoria, mas direito humano, sendo a produção do mesmo uma questão de soberania dos povos. Uma década depois, durante o Fórum Mundial sobre a Soberania Alimentar, realizado, em 2007, em Mali foi redigida a Declaração de Nyéleni que define “Soberania Alimentar” da seguinte forma:

“A soberania alimentar é um direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e seu direito de decidir seu próprio sistema alimentício e produtivo. Isto coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentarias, por cima das exigências dos mercados e das empresas (Fórum Mundial pela Soberania Alimentar, 2007, Apud Stédile, J.; Carvalho, H., 2012)

Em Ribeirão Preto, o MST organizou o assentamento agroecológico Mário Lago. Em 2007, em acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

(Inkra), o movimento iniciou o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), com produção agrícola que não utiliza agrotóxicos. O assentamento está situado em terras do aquífero guarani e originou-se a partir de uma ocupação de terras liderada pelo MST em 2003. Após dez anos, o assentamento é constituído por 264 famílias, subdivididas em 20 núcleos de moradia, que agregam de 10 a 20 famílias. Em cada núcleo, existe um coordenador e uma coordenadora geral, cujas responsabilidades são as orientações e a organização de cada núcleo. Simultaneamente a essa organização, existem coordenadores, de ambos os gêneros, responsáveis por uma série de tarefas. A ausência de políticas públicas na região do assentamento vem gerando permanentes e intensos conflitos entre as famílias assentadas com a prefeitura. Em abril de 2014, por exemplo, o movimento ocupou a prefeitura para cobrar transporte escolar e o transporte público na localidade, além do calçamento das ruas.

A proposta de criar um projeto “contra hegemônico” por parte dos movimentos sociais, seja pelo Fórum de Movimentos de Ribeirão Preto ou pelo próprio MST, também nunca chegou a se concretizar. O Fórum se desarticulou antes que pudesse construir uma proposta e o MST não tem, segundo sua coordenadora, condições, diante das diversas tarefas impostas ao movimento, de carregar esta luta. Em 2012/2013, o MST formou em parceria com a Escola Joaquim Venâncio da Fiocruz duas militantes que realizaram pesquisas sobre a ABAG e, mais especificamente, o seu programa educacional. Para além das dificuldades de mobilização, em relação ao MST, parece que existe uma estratégia prioritária para o movimento de criar escolas dentro dos assentamentos e livre do agronegócio. O problema, no entanto, é que nem nos assentamentos é possível escapar da ideologia do agronegócio, seja porque as crianças estudam em escolas municipais que desenvolvem o projeto que valoriza a imagem do agronegócio ou porque o próprio assentamento já está associado ao setor, como foi confirmado pela atual Secretária Geral da ABAG-RP:

**“ABAG 1:** “Olha, Motuca é um município diferenciado, porque? O assentamento é fornecedor de cana para a usina. Ele encontrou no fornecimento de cana para a usina a forma de sobreviver. O assentamento só foi pra frente a partir do momento em que eles se integraram. Então, aí você não vê tanto conflito.”

Por um lado, se Motuca é um município onde a ABAG-RP não “vê tanto conflito”, por outro lado, não é possível identificar o mesmo entusiasmo quando se

refere a Matão. Segundo, a Secretária Geral da ABAG-RP, o Secretário de Educação e Cultura de Matão, “tem uma ideologia muito forte” e que o Programa Educacional Agronegócio na Escola “não é pautado por ideologia”, embora tenha como principal objetivo valorizar a imagem do agronegócio. É possível identificar que a representante da associação empresarial se esforça para mostrar que sua organização está além das diferenças entre os partidos, ou pelo menos aqueles partidos que disputam as eleições nas prefeituras. Para a representante da ABAG não ser pautado por ideologia quer dizer ser independente aos prefeitos que ocasionalmente ocupem o cargo no poder executivo:

**“ABAG 1:** “No município de Matão, é um município que desde que foi pro municipal o acordo nós temos tentando retomar o acordo. Só que o Secretário de Educação tem uma ideologia muito forte. É o Alexandre. Eu conversei com ele por telefone e ele, a justificativa dele é que a ideologia dele é diferente da ABAG de Ribeirão.”

Neste momento é possível dizer que a Secretária Geral da ABAG-RP se refere a ideologia enquanto convicção política e, sendo o Secretário de Educação e Cultura um sujeito intransigente em relação a entrada do programa na rede municipal, utiliza este conceito para identificar a posição política adversária. Na segunda vez que a Secretária Geral da ABAG-RP se refere a ideologia da seguinte maneira:

**ABAG 1:** “O que a gente busca mostrar é que o programa não é pautado por ideologia. Então é isso. Nosso posicionamento é que o programa não se pautando por ideologia, tanto é que a gente frisa muito isto, nós não entramos em sala de aula, mas dê a oportunidade do aluno conhecer.”

**Rodrigo:** “E como é que está Matão? Matão entra no programa?”

**ABAG 1:** “Hoje não está. Mas a gente tem mantido conversas. Eu estive com o novo prefeito, que trocou. A gente tenta! Porque a gente entende que independe de ideologia, independe de ter assentamento ou não na cidade. De uma forma ou de outra, o que nós estamos olhando? O benefício que estas crianças vão ter ao participarem do programa. Porque quer queira, quer não, é a oportunidade da criança visitar uma empresa, dela conhecer as oportunidades, a oportunidade dela participar de um concurso, é a oportunidade de conhecer a Agrishow. Isso, independente do agronegócio, é benéfico pro desenvolvimento da criança. Você trazer o contato da criança com experiências diferentes que ela tem, pro crescimento da criança é benéfico.”

Na fala da Secretária Geral da ABAG, o programa educacional que “não tem ideologia” e traz um grande benefício para as crianças que terão oportunidades que não teriam sem o programa, como conhecer as empresas, as oportunidades, os concursos e a

visita à feira Agrishow. O “não ter ideologia”, neste caso, é não ter compromisso com o partido a qual é filiado o prefeito do município participante do programa. Por isto, o fato de Matão ser governado pelo Partido dos Trabalhadores não seria de forma alguma entendido como um possível entendimento. Inclusive, existem municípios governados pelo partido que participam no programa, segundo a ABAG:

**“Rodrigo:** “E aí ele argumenta que tem uma outra ideologia?”

**ABAG 1:** “Isso. A ideologia dele é diferente.”

Rodrigo: “E o prefeito? O que ele argumenta? Lá é PT, né?”

**ABAG 1:** “É, mas nós temos vários municípios petistas. Pradópolis? Tem outros que são PT. Isto a gente levantou tudo. Ribeirão Corrente ganhou quando Paloma? 2011? Foi no primeiro ano. A professora que ganhou era de Ribeirão Corrente. É um municípiozinho, com cinco mil habitantes que vive de café e você vê a participação da professora, o nome dela era Cinthia, né? E você vê que ela ganhou em 2011, em 2012 ela tava afastada para licença maternidade, a escola caiu no programa.”

A parceria da ABAG com o Partido dos Trabalhadores ocorre em Ribeirão Preto, desde os tempos em que a cidade foi governada pelo prefeito Antônio Palocci, ex-Ministro da Fazenda, durante o governo Lula (2003-2010). Por sinal, o prefeito petista foi ministro no mesmo período em que Roberto Rodrigues esteve à frente do Ministério da Agricultura e da Pecuária. No governo Lula, dois ministros saíram diretamente da capital do agronegócio.

Na entrevista realizada com o Secretário de Educação e Cultura de Matão uma das principais questões, para além de entender as táticas utilizadas pela ABAG, era compreender este caso. Matão é um caso diferenciado, não apenas porque é o único município da região de Ribeirão Preto a desdenhar do programa educacional da ABAG-RP e por ser sede de vários associados da entidade. Matão é diferente, por que, além destes dois fatores é um município que vem contrariando as diretrizes do governo federal do mesmo partido.

O pesquisador identificou pelo menos dois pontos de diferenciação entre o projeto político pedagógico da Secretaria de Educação e Cultura de Matão e a política desenvolvida pelo MEC nos últimos anos, tanto de apoio as parcerias entre escolas e empresas, como de extensão da carga horária escolar. Antes de entrevistar o Secretário de Educação e Cultura, a informação de que o município havia rejeitado o acordo com a ABAG-RP já era conhecida, mas ao questionar as razões das diferenças com o MEC, o

Secretário revelou que a contrariedade às políticas de parceria com as empresas não é a única diferença.

**SME-Matão:** “Olha, em Matão eu acho que nós temos outras resistências aí. Não é porque o governo federal propõe que...por exemplo o Programa Mais Educação que é segurar criança em tempo integral e a gente não tem aderido também ao Mais Educação. Não porque a gente não quer mais porque nós não temos condições financeiras pra isto. Nós não temos financiamento. A gente está tentando financiamento ainda pra gente poder dar uma valorização para o magistério daquilo que a gente já tem hoje que são as escolas de tempo regular, de tempo parcial. Então eu não posso aderir ao programa que amplia este atendimento se eu não vou ter financiamento pra isto. Então eu preciso de dinheiro, primeiro eu quero resolver nossos problemas, nossas questões daqui, do plano de carreira, de valorização do magistério, pra aquilo que a gente já tem, que a gente faz bem feito e valorizando o professor. Depois que a gente tiver feito esta primeira lição aí a gente pode pensar em ampliação do tempo, tanto do aluno, quanto do professor. E me parece que o programa Mais Educação não nos dá esta condição, né? A gente está precisando hoje dos 10% do PIB pra educação que está no PNE que nem foi aprovado ainda pra melhorar o que a gente tem. Eu acho que é a posição mesmo. Uma posição crítica nossa de saber dar continuidade e que nós estamos aqui em Matão, este é o décimo sétimo ano, nós tivemos um intervalo, foram quatro anos que eu fui trabalhar em Araraquara, mas nós estamos aqui em Matão desde 1997, então a gente acompanhou o crescimento dos nossos recursos, dos nossos orçamentos, das demandas ao longo destes anos todos. Então, acompanhamos também a formação que foi feita, aquilo que nós trouxemos, qual foi a linha. Acho que esta é a continuidade. A gente sabia lá em 97 o que a gente queria fazer, né? O que era necessário fazer. Acho que é isto que dá. Mas é isto. Você te razão. Não é em todo lugar, em todas as prefeituras petistas que tem esta visão crítica disto. Bom, se bem que tem acadêmicos por aí que fazem crítica a educação do campo, a forma, a especificidade. Tem acadêmicos que não veem nem a especificidade da educação do campo. Olha, é a mesma educação. É a mesma educação que se dá na cidade se dá no campo, que não tem, o que precisa é a qualidade, é o que les dizem, né? É dar as duas escolas educação de qualidade, basta fazer isto e está resolvida a questão, resolvido o problema. Nossa dificuldade é garantir a qualidade da educação. Com toda razão. Agora, garantir a qualidade da educação do campo passa por especificidades que são do campo e aí se a gente não respeitar estas especificidades que são do campo e eu não vejo como dar esta qualidade da educação do campo que a gente fala. E tem estas pessoas que acham que a educação do campo não tem especificidade, que não é diferente, que não tem questões específicas.”



As resistências sofridas pela ABAG-RP no processo de inserção do Programa Educacional Agronegócio na Escola em Matão permaneceram no ano de 2014, quando o mesmo governo mais uma vez rejeitou a assinatura do convênio.

### **5.3 A ILUSÓRIA E APARENTE AUTONOMIA DOCENTE**

A pesquisa no local em que o Programa Educacional Agronegócio na Escola se realiza foi fundamental para apreender aspectos que conformam a ação pedagógica do agronegócio. Um destes aspectos está relacionado ao trabalho dos professores no espaço escolar, onde parte significativa do programa se desenvolve, buscando identificar a reação dos docentes ao objetivo da ABAG-RP de valorizar a imagem do agronegócio através das escolas públicas. A pesquisa identificou diferentes formas de resistência à realização dos objetivos do programa educacional, entre elas, aquela proferida no município de Matão e em Ribeirão Preto pelo fórum dos movimentos sociais. Por outro lado, entre os docentes, foi possível identificar grande adesão, embora esta se realize encoberta pela ilusória autonomia do trabalho diante dos interesses do “Partido do Agronegócio”.

A entrevista com os professores revelou que entre estes existe a compreensão de que mesmo participando de um programa privado, com objetivo claro de valorizar a imagem do agronegócio, gozam de autonomia suficiente para empreender um trabalho crítico que também representaria uma forma de resistência. A análise realizada considerou que, de fato, o processo de assimilação destes profissionais, enquanto intelectuais orgânicos do “agronegócio”, produz algum tipo de resistência a plena realização do objetivo do agronegócio em valorizar sua imagem. No entanto, esta resistência está vinculada ao aumento da precarização do trabalho docente e não à qualquer postura crítica dos docentes. Os projetos apresentados pelos docentes ao “Prêmio Professor” estão alinhados aos objetivos do programa. Entre os professores entrevistados, nenhum negou a existência de interesses privados no programa, mas todos, ao mesmo tempo, que afirmam possuir autonomia para trabalhar nas escolas, reconhecem que seus projetos valorizam a imagem do “agronegócio”.

Em Descalvado, a professora entrevistada, relatou que tenta realizar o projeto mostrando os dois lados. A professora argumenta que é possível separar a visão da ABAG que tem “as preocupações dela” e a influência que o programa terá na escola. Segundo ela, é possível reconhecer que se fosse analisar pelo “lado que o Secretário

levantou em Matão não seria interessante”, no entanto é possível perceber que o programa, se a escola mostrar as outras visões para que o aluno possa divergir:

**“Professora:** “Olha, no início do ano, quando eu assumi a direção, a minha supervisora me ligou perguntando se era interessante continuar com o projeto ou não. Se você for analisar por este lado que o Alexandre levantou em Matão não seria interessante, mas pelo lado que eu falei pra você, a gente tem que mostrar para os alunos também que tem várias visões e também eu penso nesse sentido, se você não mostrar como é que ele vai ver se diverge ou não? Eu sou da opinião de que se vai mostrar, você não vai elencar como sendo uma diretriz, não é uma lei a ser seguida. Essa é a visão da ABAG porque ela almeja neste sentido, da indústria, do plantio, das coisas, das preocupações dela. A nossa visão na escola é tentar entender como isso vai influenciar aqui na escola. Influenciou, porque isso fez eles pensarem em alguns momentos coisas que eles nunca pensariam. E refletiu nos alunos da seguinte forma: num momento que era pra você trabalhar seguindo os moldes da ABAG que a gente tem até um roteiro pra ser feito, pra pesquisar e tudo, mas a escola conseguiu transformar este roteiro numa coisa que estimulasse ela. Eu acho que produziu alguma coisa de diferente. Mostrar o potencial de alguns alunos para os outros alunos da escola e falar você também é capaz. Veja, esta é uma ideia, entendeu?”

Em Dourado a professora, diante do questionamento sobre a capacidade do programa educacional teria de retirar o conteúdo crítico da sua pedagogia, respondeu que aborda os dois lados da questão e que a metodologia de pesquisa de campo com os alunos garante uma educação crítica. O argumento da professora é que os alunos “vão construir a opinião deles por vários olhares” e a divulgação através de um jornal, reproduzido para dentro e para fora da escola, distribuído entre os quatrocentos alunos da escola e em pontos estratégicos da cidade, produzindo um dos efeitos não declarado pela ABAG e analisado anteriormente nesta tese. A cartilha produzida pela associação, segundo a professora é utilizada somente como um “apoio”, devendo os alunos “tirar as próprias conclusões deles”:

**“Professora:** Ela é só um apoio. Vou usar como apoio para algumas terminologias, para algum apoio naquilo que possa ajuda-los. O resto é pesquisa, pesquisa de campo. Por exemplo, pra este jornal eles vão entrevistar o agronegócio, o poder público, não vai ser só a opinião deles. Não sei se você entende que no final eles vão construir a opinião deles a partir de vários olhares, entendeu? Eu acho que isto é uma visão crítica que eles vão poder construir. Não vai ser a minha visão, ou pelo menos não só a minha, ou a deles ou do outro, mas uma visão que foi o que te falei, coletiva e eles vão poder tirar as próprias conclusões deles, a partir disso.

A julgar pela compreensão que a professora tem sobre o “agronegócio” a perspectiva evidenciada não está tão distante daquela proposta pela ABAG. Embora argumente que aborde “os dois lados”, a professora identifica que seu trabalho tem por objetivo: “levar a informação sob a ótica positiva”. O argumento de que a “realidade está aí e não vai mudar” parece justificar sua posição que difere da postura “radical” do Secretário de Educação e Cultura do município de Matão que vem impedindo a entrada do programa da ABAG nas escolas da rede municipal:

**“Professora:** “Só que de boa, a ABAG pode não gostar, mas eu abordo os dois lados da questão. E o que eu visio no meu trabalho, pelo menos neste ano, é levar a informação sob a ótica positiva sim. Eu não tenho essa visão tão radical quanto deste Secretário, entendeu? Eu estou trabalhando este outro lado. Eu estou tentando ver no feio o bonito. Vamos assim dizer, vendo o lado positivo. Pra que as pessoas, já que a realidade está aí e não vai mudar. Na minha cidade não tem como. Não tem opção. Hoje você não tem outra opção. Tem a opção das marcenarias, mas são pequenas. Cada uma emprega cinco, seis no máximo. Então, tentar ver o lado bom disso, das pessoas tentarem se profissionalizar e entrar na área, não pra cortar cana, mas pra ser alguém lá dentro da empresa que vai poder puxar mais alguém que vai crescer que vai abrir a mente. Agora, quanto a postura dele, eu não sei. Eu acho que tem um fundo nisto. Eu concordo, de uma certa forma, com o discurso dele, mas como ele tem o agronegócio como um...sabe o que acontece? Matão tem os caciques, né? É um Douradão. É uma cidade pequena maior, mas ela tem os caciques ainda ali que devem dar as cartas. Matão é Matão e talvez ele queira que os alunos percebam isto, não de uma maneira rebelde, mas de uma maneira crítica. Por exemplo, a Citrosuco polui pra caramba e te um tanto de coisa do meio ambiente porque polui demais. Os refluxos de uma fábrica de laranja são terríveis, entendeu? Então, ele tem problemas ambientais no município dele, por conta do agronegócio. A gente, o nosso maior problema ambiental são as queimadas da cana que agora acontecem sem querer, vez ou outra acidentalmente, entendeu? E a usina coitadinha depois tem que ir lá cortar. Mas a tendência é acabar por causa da mecanização do corte de cana. Então, eu acho que no caso dele tem este fundo, entendeu? Que talvez ele não queira que as crianças percam e achem que é só tudo lindo, lindo, lindo. Mas não sei. É um cargo político e a gente sabe que todo cargo político tem uma intenção por trás tem uma segunda intenção, tem uma segunda ideia que se defende. Então, eu não sei como funciona lá, mas ao meu ver a gente não deve, quem sou eu pra falar que não deve, eu pelo menos trabalho os dois lados. Até porque com esse meu projeto que te falei a gente trabalha educação sócio-ambiental, então me interessa tanto o sócio, quanto o ambiental e o agronegócio envolve as duas coisas, entendeu? Só que não adianta a gente ser radical, tem que ser consciente e criar uma consciência coletiva a partir disto, mas de uma maneira racional. Não pode ser só agro. Tem que ser o tripé. Não pode ser só sócio, nem meio ambiente e nem só economia. Tem que ser os

três e no agronegócio é a mesma coisa. Não dá pra ser só uma coisa e não ter a outra. Eu penso assim.”

A professora responsável pela execução do programa no município de Dourado, embora afirme trabalhar “os dois lados” da questão agronegócio, reconhece nunca ter se questionado sobre os efeitos de seu trabalho para ABAG. A associação, segundo a professora, foi apenas a “mola propulsora” que “abriu uma porta”. A professora argumenta que não é uma “funcionária da ABAG” e que, portanto, não estaria preocupada com os interesses da associação empresarial, embora reconheça que “existe uma intenção dela por trás disto”. No entanto, segundo a professora é melhor não parar pra pensar muito em quanto está sendo usada pela associação, pois caso contrário “não faço o projeto”.

**Rodrigo:** “Pra terminar. Gostaria, pra terminar que você falasse sobre as suas expectativas nesta fase atual do projeto e, quanto a ABAG, se você acredita que seu projeto irá colaborar para atingir ao objetivo da associação de valorizar a imagem do agronegócio?”

**Professora:** “Sinceramente, eu não me preocupo muito com a ABAG. De verdade, a ABAG pra mim foi a mola propulsora do projeto. Eu me preocupo com o projeto na minha cidade, com a repercussão que ele vai ter aqui. A repercussão que vai ter aqui é positiva. Então, óbvio que vai rebater lá na ABAG, mas de verdade se você me perguntar se eu penso nisso, eu não penso na ABAG. Eu não sou uma funcionária da ABAG, eu sou uma educadora e a ABAG me deu uma oportunidade de trabalhar num projeto. É assim que eu penso. Ela viabilizou, ela pra mim abriu uma porta, um caminho pra eu trabalhar o projeto que eu achei legal, por isso comprei a ideia e tô trabalhando. O tipo de resultado que vai ter pra ABAG, de verdade, nunca parei pra pensar, nunca. É lógico que eu sei que existe uma intenção dela por trás disto, mas eu nem parei pra pensar nem na intenção da ABAG. Pra falar a verdade, se eu parar pra pensar muito na intenção da ABAG eu vou sentir usada pela ABAG e aí não faço o projeto igual o cara em Matão. É isso que não pode. Você tem que entender que alguns projetos vem de maneira x, y, retas ou tortas. Não estou dizendo que essa aqui é torta, pelo amor de deus, mas vem através de um ideal da empresa, mas o que você pode fazer a partir disto? Acho que o nosso trabalho é esse. De qualquer professor, entendeu? Porque quando a gente trabalha com educação pública. Por exemplo, meu município não assinou o PNLD neste ano e está adotando o método apostilado no ano que vem. Teve uma experiência de sistema apostilado para o município e foi péssimo. A gente não foi consultado. Enfim, o que vai caber a mim? Arrancar a roupa? Ficar pelada no MASP e fazer um protesto? Eu vou pegar, a gente faz a nossa parte. O que dá pra muar, a gente discute e muda. O que não dá pra mudar você aceita e cria um caminho pra fazer o melhor com aquilo. Então, este projeto eu achei legal. Em momento algum, eu te juro cara, você está falando, agora que eu fiz essa reflexão. Eu nunca pensei na intenção da ABAG. Se eu te falar que eu nem sei quais são as

empresas associadas da ABAG. Eu conheço muito pouco da ABAG. Eu gostei da ideia e pensei no agronegócio. Você lembra do que falei do agronegócio na minha cidade? Não sei se tem associada da ABAG na minha cidade. Eu pensei na minha cidade, na autoestima da minha cidade. No bem estar dos meus alunos que podem ver nisto uma oportunidade de estudar, de querer estudar, fazer um curso e ir pra umas dessas áreas que pra minha cidade funciona, entende? A expectativa da ABAG certinho eu nunca parei pra pensar. Acho que é lógico que se eu fizer um bom trabalho para a ABAG será ótima, porque o nome dela está indo junta. É isso.”

A mesma compreensão presente no argumento de que a realidade não vai mudar, reaparece quando a professora, no decorrer da entrevista, reflete sobre o papel que desempenha no programa da ABAG. A inexistência de um sindicato ou qualquer outra forma de movimento que organize a luta em certas regiões parece retirar dos professores qualquer expectativa de resistência e a falta de uma cultura política forjada nas lutas é um elemento fundamental para a vitória do conformismo, mesmo que isto ocorra a despeito dos professores participarem deste movimento conscientes ou não disto.

A professora responsável pelo programa em uma das escolas do município de Monte Alto afirmou que também tenta trabalhar o seu projeto inserindo o agronegócio de forma crítica. Esta professora participou do programa na edição 2012, quando inscreveu um projeto sem, contudo, conseguir entregar os relatórios finais. Em razão disto, não teve a possibilidade de apresentar seu trabalho na culminância do programa e nem participar do Prêmio Professor. A sua escola também não foi relacionada no prêmio “Escola Destaque” nesta edição.

Esta professora de Monte Alto tinha uma diferença importante em relação as demais. A sua dupla participação, como aluna e professora, foi um elemento que a tornava importante para a pesquisa. A professora, ao ser entrevistada, garantiu, assim como aqueles que foram entrevistados anteriormente, afirmou que “tudo depende da forma como você vai trabalhar”. O argumento central é que os professores que trabalham no programa possuem autonomia para desenvolver seus projetos

**Rodrigo:** “Duas perguntas pra a gente terminar. Eu estive em Matão, conversando com o Secretário de Educação, o Alexandre, e eles estão há quatro anos resistindo a assinar o acordo com a ABAG. Daí eu tive que ir lá. Ele tem uma explicação. Ele diz que são contrários, porque um programa de uma associação empresarial expressa uma...”

**Professora:** “Ideologia.”

**Rodrigo:** “Ideologia e que a escola é um espaço o livre saber, do pensamento crítico e que levar a ABAG para a escola, de duas uma, ou ele transformaria a escola num espaço de difusão dos interesses e

da imagem que a ABAG quer passar do agronegócio ou teria que abrir a escola a uma série de outras iniciativas, como a agroecologia, a agricultura familiar, o MST, entre outros. O que você acha disto? Isto procede? Procede em parte? Não procede? Nada haver. Eu gostaria que você que é professora, que está de fato trabalhando com o programa avaliasse.”

**Professora:** “Então, eu me perguntei, assim, diversas vezes sobre o que eu penso disto. E aí eu cheguei na seguinte conclusão: no meu caso, eu acho que tudo depende da forma como você vai trabalhar. Ideologia tem em tudo. Não é só neste projeto. Eu trabalho com outros projetos e a gente nota que há uma ideologia neles também. Então, eu acredito que o jeito que a gente trabalha pode aguçar isto ou anular, não anular, mas diminuir esta relação. Em nenhum momento, pelo menos na minha fala, enquanto eu trabalhei no projeto, a gente ficou preocupada com estas questões. Eu procurava trabalhar as questões num viés histórico e, se possível, até sociológico da coisa, trabalhando com eles a partir de um ponto de vista tentando ver com eles a aplicação na vida deles, na realidade deles. Então, eu procurei não focar nestas questões, entendeu? Então, no meu caso. Eu acho que pode ter impacto, mas depende de como é trabalhado. Porque, assim, a gente, pelo menos os alunos em nenhum momento eu acho que isto foi, como que eu vou dizer? Isto foi colocado em questão desta forma, entendeu? Tanto que nem sei se os alunos sabem que tem a questão da iniciativa privada. Eu acho que isto ficou mais patente na visita, porque a gente foi em uma empresa, mas aí na empresa, mesmo as pessoas da empresa tiveram um pouco este cuidado de querer fazer eles entenderem mais a dinâmica do que eles estavam fazendo do que a empresa em si e outras coisas. Então, eu acredito depende da abordagem da pessoa. Porque eu acho que pode ser nocivo sim, mas depende do professor. Pode ser nocivo, mas depende da forma como você trabalha. Mas eu acho que pode ser positivo, não é?”

**Rodrigo:** “Você já se deparou com este questionamento? Dentro da escola? Com algum colega professor?”

**Professora:** “Pelo projeto ser privado?”

**Rodrigo:** “Isso.”

**Professora:** “Na ABAG nem tanto. Pelo menos a mim não foi imposto nada. Eu peguei o material, que o material é pronto, mas eu não ficava naquilo. A gente tem liberdade pra fazer o que quiser, a partir do material. Eu acho que não me foi imposto nada. Eu pensei sobre isto, mas não eu não vi como uma coisa que atrapalhasse. Eu tentei pegar o que era positivo para trabalhar com eles.”

O argumento central dos professores que relataram participar do programa de forma crítica é o mesmo apresentado pelas representantes da ABAG quando afirmam que a associação “não entra em sala de aula”. Ambos reafirmam que os projetos desenvolvidos nas escolas não são controlados pela ABAG e, assim, os professores teriam autonomia para manter sua criticidade diante dos interesses privados. Entre os professores entrevistados todos afirmaram ter autonomia para criticar o programa. É

importante, no entanto, identificar que, com exceção do professor que teve contrato com a prefeitura de Ribeirão Preto, nenhum dos demais entrevistados declarou ser contrário a modelo de produção expresso no “agronegócio”. Estes professores argumentam que há aspectos positivos e negativos que são trabalhados nos projetos.

O argumento apresentado pelos professores, no entanto, não foi possível ser constatado pela pesquisa. Entre os projetos apresentados no “Prêmio Professor”, somente o projeto “Desenvolvendo a autonomia na escola: reflexões sobre sustentabilidade por meio de pesquisa, análise e crítica” é frontalmente crítico ao “agronegócio”. Talvez, por isto, este projeto tenha sido avaliado como o pior projeto entre aqueles avaliados na edição do ano 2012.

#### **5.4 Entre o consenso e a resistência: a hegemonia do agronegócio**

"Instruí-vos, porque precisamos da vossa inteligência. Agitai-vos, porque precisamos do vosso entusiasmo. Organizai-vos, porque carecemos de toda a vossa força".

(Palavra de ordem da revista L'Ordine Nuovo)

A revista L'Ordine Nuovo era compreendida por Gramsci (2011) como um partido no sentido que organizava e difundia entre os trabalhadores elementos para uma nova hegemonia, alternativa aquela pertencente a classe dominante. A exclamação entoada pelo partido sintetizava a reflexão de Lenin de que não há luta revolucionária sem uma organização revolucionária, bem como não há organização revolucionária sem teoria revolucionária.

Em Ribeirão Preto, a derrota dos movimentos que tentaram combater a hegemonia do agronegócio representada pela ABAG e, particularmente, o Programa Educacional Agronegócio na Escola, para além das dificuldades de organização, revelaram a necessidade de reorganizar em outros termos esta resistência. Nenhum dos movimentos organizados identificados na pesquisa contavam com a participação dos profissionais da educação das redes de ensino, uma vez que nem o Fórum e nem o MST estão nas escolas públicas diretamente.

Em 2013, a ABAG-RP concluiu que o programa tem contribuído de forma significativa para a consolidação de uma imagem positiva do agronegócio na região de Ribeirão Preto. Segundo as representantes da ABAG-RP, é possível constatar isto pela comparação de pesquisas realizadas em tempos distintos e territórios diferentes. Em

2000, a pesquisa que motivou a ABAG-RP criar o programa educacional evidenciou uma imagem negativa do agronegócio, associado ao trabalho escravo, ao latifúndio e as queimadas. Doze anos depois, em 2012, a ABAG realizou, em parceria com a Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), uma pesquisa nacional para avaliar como está a imagem do agronegócio nas capitais do país. Em paralelo, a ABAG-RP realizou, com a mesma metodologia, uma pesquisa na macrorregião de Ribeirão Preto. A diferença dos resultados desta pesquisa, em comparação com aquela realizada em 2000 e com o levantamento nacional, é tratada como uma consequência do Programa Educacional Agronegócio na Escola, segundo a diretora executiva da associação:

**ABAG 1:** “Essa relação a gente pode ter, pega ali o relatório de opinião. Nós fizemos. A ABAG faz pesquisas de opinião. Teve em 2000. Tá no site também. Teve em 2000, 2003, 2006, 2009 e fizemos em 2012. Só que o diferencial desta pesquisa de opinião, o que foi? Existe a ABAG e administrativamente as duas são independentes, mas tem diversos projetos em parceria. A ABAG contratou uma pesquisa da ESPM coordenada pelo IPESO pra fazer uma pesquisa nos doze principais centros urbanos do país, sobre as percepções do centro urbano em relação ao agronegócio. Daí foi iniciada uma pesquisa concomitantemente na região de Ribeirão Preto pra gente poder usar como comparação de base nacional. Pra gente ter esta base de comparação. Qual é a percepção nas doze principais capitais brasileiras e o qual é a percepção na região de Ribeirão Preto. Então, tem estes programas, não só o educacional. Tem também os comerciais, o prêmio de jornalismo, mas tem este trabalho desenvolvido há doze anos. O que a gente percebe? Que os índices, os indicadores na região de Ribeirão Preto estão melhores. A percepção é diferenciada em relação a nacional. Por exemplo, na região o agronegócio é motivo de orgulho nacional, semelhante ao petróleo e a mineração. Nacionalmente não é. Nacionalmente é visto como um setor que gera emprego, mas é muito consumista de água aqui no comparativo com o regional você os principais...ééé...o agronegócio é muito importante, nacionalmente 81% consideram, regionalmente quase 94%. Então, a gente atribui esta diferença ao trabalho desenvolvido pela ABAG de Ribeirão Preto. Outra coisa importante também é o conceito de cadeia produtiva, o entendimento de que existe uma cadeia produtiva e que esses elos interagem é melhor entendido aqui na região do que no país. Aqui é orgulho nacional, na nacional não é. Este aqui são os resultados comparativos. Se você quiser pode levar. Estes são os resultados da regional. A nacional tem no site da ABAG. Isto foi divulgado, né?”

Em grande parte a dificuldade em mobilizar os profissionais da educação que lutem contra a privatização das instituições públicas se deve à própria estratégia de cooptação dos professores. Diante da ofensiva da ABAG-RP sobre as Redes Municipais, não resta dúvida que seja necessária outras ações, para além das



resistências, como aquela que vem sendo realizada no município de Matão ou pelo Fórum Social de Ribeirão Preto. A tentativa dos professores de demonstrarem autonomia diante do programa foi uma das formas de resistência apresentada nos discursos de alguns professores. No entanto, isto não impede a realização, mesmo sem ser em sua plenitude, dos interesses da associação. Todos os projetos, sem exceção, são assimilados pela ABAG. Inclusive o único projeto que, entre todos aqueles professores entrevistados que participaram do programa, era único frontalmente crítico ao agronegócio e ficou avaliado em último lugar no “Prêmio Professor”, na edição do ano 2012. No caso dos demais professores, embora digam que retratem os “dois lados” do “agronegócio” reconhecem que não se apegam ao “lado negativo”:

**“Professora:** “Eu não fiquei me preocupando em falar o que a ABAG prega é correto, que é contra o que o agrônomo fala, que é contra o que uma outra pessoa que analisa o programa educacional, porque tem uma iniciativa particular. Só que assim, eu penso também como a ABAG pensou, é um incentivo para o professor mudar sua postura. Então, se o professor não mudar sua postura não vai funcionar e nada vai dar certo dentro da escola. Então, neste sentido, eu falo pra você, é uma opinião da pessoa. Que nem eu falei pra você. Tem pessoas que participam da capacitação e nem todos entregam o projeto. É a iniciativa de cada e o que cada um vai enxergar. Se você só pegar os pontos negativos. É que nem numa escola. Tem os pontos negativos e os pontos positivos. Se você ficar só no negativo, você não faz nada. A ABAG tem os pontos negativos dela, tem também. Mas o que a gente fez? Não vamos priorizar os negativos, vamos priorizar os positivos, não é? Tanto é que nos últimos anos, falavam assim: a nossa escola não está mais ganhando tanto prêmio de desenho, de frase, será que nós estamos tão a desejar no desenho, na frase? Aí eu questionava isso pra eles. Essa é uma etapa do projeto. Isso não quer dizer que o projeto se encerra ali, por que teve um momento que eu precisei levantar os alunos, por que eles começaram a falar assim: a acho que não está brilhando, não era isso que a gente queria e ao mesmo tempo eu falava: se vocês forem ficar pensando só em premiação, a gente não vai fazer nada. Então, eu acho que é assim. Vai de cada pessoa. Vou falar pra você que pra escola trouxe benefícios? Trouxe muito. Eu acho que assim, todo mundo fala que ajudou a escola a se destacar, mostrou a escola no município. Eu acho que todo mundo fica só olhando este ponto, mas pra mim o fundo educacional eu acho que pra mim foi um aprendizado. Coisas que eu tinha, que eu desenvolvia, como é que eu vou explicar pra você? Por exemplo, vai fazer um vídeo relacionado com a matemática, porque a gente continuou fazendo isso, né Giovana? Estudo da matemática, por exemplo, nós aproveitamos pro agronegócio. Então, o que acontece? Eu não conseguiria imaginar tudo o que foi criado estanques, sabe? Sexto ano, sétimo ano. Então, no final, eu consegui enxergar que o que era pequeno, que nós pensamos que seria uma feira, só que os alunos, eles queriam crescer isto pro mundo, entendeu? Então eu não fiquei presa ao lado negativo.”

A assimilação da escola pública e seus professores ao projeto de Hegemonia do partido do Agronegócio retira desta instituição seu caráter público, na medida em que seu projeto político pedagógico passa a sofrer a mediação de instituições e projetos baseados no direito privado. Assim, não é a comunidade escolar que produz seu projeto político pedagógico e seus mecanismos internos de discussão do planejamento escolar e curricular, mas certos interesses passam a mediar escolhas, a partir de então determinadas por benefícios materiais (material didático, oferta de formação, etc.) e convencimentos ideológicos que são inerentes à entrada de projetos de educação privados na instituição pública de ensino. A escola “desinteressada” (GRAMSCI, 2011), aquela em que a formação dos jovens não se dá mediada por interesses privados, exige o caráter público que é antagônico ao processo de privatização exercido por programas como o do ABAG.

O papel dos professores no programa é maior do que a aparência leva a crer. O trabalho docente expropriado pela ABAG vai além do papel de mera mediação entre o “Partido do Agronegócio” e a sociedade. Os professores são responsáveis por produzirem projetos educativos visando difundir uma imagem construída por meio dos materiais e pela “capacitação” da ABAG. A relação professor-ABAG se constitui num processo em que a “autonomia” é ilusória. Neste sentido os professores tornam intelectuais orgânicos do projeto de hegemonia do “agronegócio”. No programa de televisão “Ação Cooperativa” que foi ao ar no canal TV Clube Band, no dia 23/06/2012, a coordenadora do programa foi entrevistada, relatou sobre o papel dos educadores e seus objetivos:

“Estas visitas são importantes porque elas trazem os professores até as empresas do agronegócio para que eles conheçam o real valor do setor e o que isto agrega de valor na região. Depois estes professores vão passar os conceitos e fundamentos do agronegócio que eles apreenderam para os alunos na sala de aula. Então estes alunos ficam motivados a conhecer, participar dos concursos, fazer frases, desenhos, participar dos concursos de redação.” (<http://www.neomarc.com.br/acaocooperativa/future3.php?id=44682432> Acesso em 23/06/2012)

Na fala da coordenadora do programa é possível identificar que o papel dos docentes se reduz a “passar” aquilo que a ABAG entende como sendo o papel do

“agronegócio” na região. O resultado esperado pela coordenadora, como consequência do processo de ensino-aprendizagem, é a valorização da imagem do “agronegócio”. A proposta de educar os alunos para fazer frases, desenhos e participar dos concursos indica ser esta a principal forma de internalização entre os alunos da nova imagem promovida pelo “agronegócio” brasileiro, expressa nas frases vencedoras e premiadas pela ABAG.

A principal implicação do Programa Educacional Agronegócio na Escola para o trabalho docente é a perda do protagonismo do educador na produção do conhecimento. Este é o principal aspecto que atualiza as teses de proletarização e desprofissionalização docente (Oliveira, 2004). Os professores perderam sua autonomia para conduzir o processo de ensino aprendizagem, elemento indispensável a profissionalização da carreira docente. A perda da autonomia do trabalho docente é decorrente da expropriação dos instrumentos de produção do conhecimento, tornando-se um proletário, um entregador de conhecimento, como fica claro na fala da coordenadora do programa Agronegócio na Escola:

ABAG 2: “No primeiro eles não tinham muita estrutura de como mandar o projeto. Era um pouco solto. Era à mão, por escrito. Vinha tudo. Vinha slide. Vinha tudo impresso. Aí no ano passado a gente já melhorou. Nesse ano, a gente melhorou mais ainda. Entendeu? Então, eles também estão mandando cada vez mais redondinho assim, né? Pra gente.”

Nas últimas décadas a escola pública brasileira assumiu as mais variadas funções, tendo o professor que responder a exigências que estão além de sua formação. Muitas vezes esses profissionais são obrigados a desempenhar funções de agente público, assistente social, enfermeiro, psicólogo, além de desenvolver programas e projetos que aportam nas escolas. Tais exigências contribuem para um sentimento de desprofissionalização, de perda de identidade profissional e da constatação de que ensinar às vezes não é o mais importante (Noronha, 2001; Oliveira, 2003). Essa situação é ainda mais reforçada pelas estratégias mencionadas, que apelam ao trabalho voluntário, na promoção de uma educação para todos. Nesse contexto é que se identifica um processo de desqualificação e desvalorização sofrido pelos professores. As inserções empresariais nas escolas públicas retiram deles a autonomia, entendida como condição de participar da concepção e organização de seu trabalho. Desta maneira, podemos

perceber que o movimento realizado pelo empresariado brasileiro no sentido da escola básica traz consequências significativas para a organização e a gestão escolares, resultando em uma reestruturação do trabalho docente, podendo alterar, inclusive, sua natureza e definição (Shiroma, 2003).

Os estudos mais significativos a esse respeito da reorganização do trabalho docente datam de duas décadas atrás. Foi nessa conjuntura que as teses de desprofissionalização e proletarização do magistério se popularizaram no debate acadêmico brasileiro. Segundo Oliveira (2003), esta formulação, contraditoriamente, foi difundida em um momento (décadas de 1970 e de 1980) em que a história do movimento docente foi profundamente marcada pela luta por profissionalização do magistério e reconhecimento dos direitos e deveres desses trabalhadores. De acordo com Mariano Enguita (1991), um grupo profissional pode ser considerado como uma categoria auto-regulada de pessoas que trabalham diretamente para o mercado numa situação de privilégio monopolista. Ressalta que, diferentemente de outras categorias de trabalhadores, os profissionais são plenamente autônomos em seu processo de trabalho, não tendo de submeterem-se à regulação alheia. A perda da autonomia do trabalho dos professores, neste sentido, seria resultado da histórica expropriação do saber docente, atualizado, na conjuntura contemporânea, pela inserção das empresas nas escolas públicas.

Esta Tese identificou que os docentes envolvidos no Programa Educacional Agronegócio na Escola cumprem no projeto hegemônico da ABAG importante função na difusão da autoimagem produzida pela associação. Inicialmente, a interpretação dos primeiros resultados da pesquisa era que os docentes se posicionam em uma situação contraditória. Embora a assimilação destes profissionais faça uso da violência simbólica (Bourdieu, 1975), todos os professores que participaram do programa e foram entrevistados reivindicam possuir autonomia diante dos interesses da ABAG. A autonomia reivindicada pelos docentes entrevistados foi, inclusive, ressaltada na entrevista realizada com os dirigentes da associação que fizeram questão de enfatizar que não entram em sala de aula, que os professores têm toda autonomia para trabalhar o programa com seus alunos, considerando a realidade local e suas especificidades.

Os docentes das escolas são incorporados ao programa num processo de “Hegemonia às avessas”. Ao contrário de muitos projetos que entram na atualidade na escola pública com seu formato plenamente definido, restando aos professores consentir

e transferir sua autoridade pedagógica às empresas<sup>25</sup>, no caso estudado é a ABAG que consente aos professores que estes formulem seus projetos. Neste caso, é a associação empresarial, no caso o partido do agronegócio, que consente aos professores a liderança do projeto pedagógico, desde que os mesmos não se contraponham aos princípios que sustentam a dominação, realizando o objetivo da ABAG em valorizar a imagem do agronegócio. A engenharia de convencimento da ABAG para a entrada na escola pública baseia-se numa ilusória e aparente manutenção da autonomia do trabalho docente, adensada por uma política de premiações que oferece prestígio a quem participa, ao mesmo tempo em que retira dos professores o controle sobre a produção do conhecimento, insere no interior de uma instituição pública, como é a escola, programas com base no direito privado, produzindo uma contradição que retira da mesma qualquer possibilidade de cumprimento de sua função social. Neste processo a ABAG assimila os docentes, tornando-os intelectuais orgânicos de “baixa patente” do “agronegócio”, sem retirar-lhes o potencial criativo de seus trabalhos que, ao término do ano letivo, passam a ser propriedade da associação.

O fato novo na correlação de forças em Ribeirão Preto ocorreu, ainda em 2013, tendo maior destaque com o início do ano letivo de 2014. Neste período foi criada a Associação dos Profissionais da Educação de Ribeirão Preto (Aproferp). O surgimento da Aproferp abriu nesta realidade possibilidades de reformular a resistência à inserção das ações pedagógicas privadas, incluindo aquela dirigida pela ABAG. A nova associação disputa a mesma base que, até então, estava filiada no Sindicato Municipal dos Servidores. Um ano após a sua criação, a Aproferp organizou a mobilização que resultou na paralisação das atividades da Rede de Ensino municipal da cidade de Ribeirão Preto. Na pauta de reivindicações, a luta por melhores condições de trabalho e a convocação de concurso público era central. Foi neste contexto que os dois últimos professores entrevistados, sendo um deles o Secretário Geral da Aproferp. Segundo estes professores a mobilização dos professores desta rede de ensino está em um movimento crescente, produzindo como efeito uma consciência crítica entre estes

---

<sup>25</sup> Este foi o caso de todos os programas identificados na dissertação de mestrado “A Educação Ambiental e a nova sociabilidade do capital” (2010) em que as empresas chegavam às escolas com os projetos definidos (número de alunos envolvidos, atividades a serem realizadas no interior da escola e recursos disponibilizados).

profissionais, além do aumento das resistências no interior das escolas em relação a programas como o da ABAG.

A Aproferp surgiu em 2013 e sua criação está associada a nova conjuntura que caracterizou o assenso das lutas em todo o país. Em Ribeirão Preto, assim como ocorreu na capital do estado de São Paulo, as lutas tiveram a centralidade do Movimento Passe Livre (MPL) que liderou a ocupação da câmara de vereadores e um acampamento, em frente ao Teatro Pedro II, em um dos pontos centrais da cidade. Foi neste contexto que alguns professores se mobilizaram para criar uma organização independente dos profissionais da educação de Ribeirão Preto que substituísse aquele sindicato que, até então, historicamente representou estes trabalhadores na cidade.

Ambos os professores entrevistados nunca participaram do programa e lecionam na Rede Municipal de Educação. O Secretário Geral da Aproferp não poderia, mesmo se fosse de sua vontade, pois leciona nas séries iniciais do Ensino Fundamental. No caso do outro professor, o mesmo afirmou que nunca aceitou fazer parte do programa, embora já tenha participado da palestra organizada pela ABAG na época em que o programa era dirigido à Rede Estadual de Ensino. Os dois professores são críticos ao programa. Segundo o Secretário Geral da Aproferp:

**Professor Aproferp:** “Entendo que a proposta tem viés ideológico dominante, na medida em que a traz como a única alternativa para o campo. Entendo que a proposta faz parte de um programa mais amplo de “inculcação” da ideologia do agronegócio na cidade, na qual a ABAG a implanta em muitos espaços institucionais da cidade. Ela defende a monocultura, a especulação sobre a terra, as grandes propriedades e a relação trabalhista existente hoje no campo.”

Em relação as resistências ao programa a resposta dos professores diferem quanto ao otimismo. Enquanto o Secretário da Aproferp identificou que ainda existe naquela realidade um atraso em relação aos debates críticos com a categoria dos profissionais de educação, o outro professor destacou que esta resistência já existe nas escolas, sendo na atualidade driblada pela existência de uma massa de professores com contrato temporário de trabalho.

**Rodrigo:** “O programa vem sofrendo algum tipo de resistência para cumprir seus objetivos na escola?”

**Professor:** “Sim. Como expliquei acima, os professores de História e Geografia se negam a trabalhar o projeto. Atualmente, até mesmo professores de outras áreas vêm se posicionando contra o projeto. A solução encontrada por muitos coordenadores e diretores de escolas é passar o projeto para professores emergenciais que temendo

represálias como avaliação negativa por parte dos gestores e possível interrompimento do contrato. No entanto, essa é uma ameaça velada ou mesmo fictícia, posto que não existe nenhum caso em que o professor tenha sido advertido por se negar a trabalhar qualquer projeto externo na escola. Não que eu saiba.”

**Secretário Geral da Aproferp:** “Penso que não, pois os professores não foram convencidos do contrário. Nunca houve qualquer discussão sobre isso e, assim sendo, nunca se debateu o programa. Há algum desconforto entre os professores, mas é apenas um desconforto.”

A despeito das diferenças de avaliação dos dois últimos professores entrevistados é importante considerar que a mobilização que desencadeou a criação da Aproferp renova as expectativas quanto as possibilidades de produzir uma nova hegemonia junto aos profissionais da educação. Embora a associação esteja circunscrita à cidade de Ribeirão Preto e, portanto, não organize os professores das cidades vizinhas, a existência de um tipo de organização autônoma que consiga dirigir às lutas já trouxe novas condições na correlação de forças no interior do Estado ampliado. A greve, organizada em 2014, foi mobilizada a partir de uma série de paralisações com atos públicos nas ruas, na SME-RP e na câmara de vereadores. O saldo político deste movimento ainda carece de tempo para ser avaliado.

## CONCLUSÃO

"Nada deve parecer natural. Nada deve parecer impossível de mudar."

(Bertolt Brecht)

Ao iniciar a conclusão desta Tese com fragmento da grandiosa obra de Bertolt Brecht foi realizada uma clara e consciente opção por não dar como finalizado o trabalho quase militante de compreensão sobre a direção política dada pela ABAG à hegemonia do Agronegócio, em geral, e, particularmente, a hegemonia às avessas sob o trabalho docente neste processo. Nada deve parecer impossível de mudar é a expressão que reforça a certeza de que, apesar das condições históricas atuais, os homens ainda são responsáveis pela história.

Esta Tese concluiu que a ABAG assumiu a tarefa histórica de “partido do agronegócio” no Brasil, articulando, tanto na sociedade civil a formação dos intelectuais orgânicos e a difusão da autoimagem associada a responsabilidade socioambiental, quanto na sociedade política com a inserção dos seus interesses particulares, apresentados como demandas de toda a sociedade. Neste caso, os nexos entre Estado, Classe Social e Educação mostram-se, ao longo da história da hegemonia do agronegócio no país, fundamentais para a elaboração e execução de um projeto de poder que conformou o atual bloco histórico.

A história da ABAG foi forjada na trajetória de frações do capital associadas, desde a década de 1970, a partir da OCB, e, mesmo anteriormente, através da centenária SRB. O papel exercido pelo “partido do agronegócio”, nos últimos vinte anos, foi possível a partir do amadurecimento da atuação política destas frações que assumiram um projeto de atuação unitária, reunindo não apenas os setores historicamente vinculados a burguesia cafeeira e agroindustrial, reunidas na SRB, mas toda uma gama de cooperativas surgidas, desde a década de 1960, e organizadas através entidade nacional das cooperativas brasileiras. Esta unidade foi fundamental para a garantir a direção política da pesquisa agropecuária no país, sendo a vitória sobre as disputas no interior da Embrapa garantida a partir da atuação dos intelectuais orgânicos destas frações.

A luta pela hegemonia em torno da pesquisa agropecuária no país revelou, ao longo da história, que os intelectuais orgânicos da burguesia cafeeira e agroindustrial de São Paulo, organizados desde a década de 1990 na ABAG, foi marcada por embates no



interior da própria classe dominante e, mais recentemente, deflagrou tensões entre quadros dirigentes do “partido do agronegócio”. A disputa vencida pelo projeto representado pela Embrapa garantiu a hegemonia do agronegócio, derrotando um modelo de assistência técnica e produção tecnológica voltada à agricultura familiar e ao pequeno produtor. A vitória da SRB e da recém criada OCB, no início da década de 1970, sob a SNA na luta pela hegemonia da direção política da pesquisa agropecuária no país, garantiu as frações associadas ao projeto de “Agribusiness”, elaborado originalmente nos EUA, tendo no Brasil os intelectuais orgânicos destas frações seus principais porta vozes. Embora, esta disputa no interior da classe dominante tenha sido resgatada pela atuação de Clayton Campanhola à frente da presidência da Embrapa, segundo o próprio, os investimentos da empresa nunca deixaram de ser prioritariamente vinculados às demandas do agronegócio.

A formação da ABAG materializou a unidade política entre as principais frações do capital, incluindo aquelas predominantemente urbanas, como é o caso das frações industriais, comerciais e financeiras. A unidade política e a transformação da imagem do empresariado rural se materializaram na formação de uma organização de novo tipo. Através desta organização, a burguesia agroindustrial de São Paulo passou a organizar a formação de intelectuais que através do meio acadêmico, a produção de periódicos, artigos e livros, além difundir uma imagem de agronegócio sustentável, através de projetos como aqueles produzidos pelos professores no Programa Educacional Agronegócio na Escola. Estas ações visaram ora formar os dirigentes e quadros intermediários dos associados da ABAG, ora difundir a nova imagem do agronegócio brasileiro.

No início da década de 1990, sobretudo a partir da formação do IBA e do PENSA, o estágio de organização das frações agroindustriais de São Paulo favoreceram a unidade política representada através da criação do “partido do agronegócio”. Desde então, o partido demonstrou capacidade decisiva para mobilizar, formar e difundir um novo projeto de hegemonia, tendo na relação com o meio acadêmico uma estratégia preciosa que se estende desde cursos de graduação e pós-graduação que visam à formação de intelectuais, à elaboração de pesquisas que ofereçam assistência à gestão empresarial da agricultura.

Neste sentido tanto o PENSA, quanto o ARES se especializaram na assistência à gestão empresarial, desenvolvendo parcerias com associações, empresas e cooperativas

agroindustriais. O PENSA se especializou no desenvolvimento de pesquisas, a partir de “estudos de caso”, que envolvem professores, alunos e representantes dos parceiros. A inserção dos interesses privados no interior da universidade pública depende da atuação das fundações e a aliança com professores da FEA/USP, onde está situado o programa, para a sustentação deste movimento contraditório. Mais recentemente, a partir de 2007, o instituto ARES vem cumprindo papel de orientação aos empresários rurais em relação às exigências do mercado quanto à sustentabilidade. O ARES desenvolve planos de ação para adequar as empresas ao ideário da responsabilidade socioambiental, organizando manifestos e campanhas de divulgação sobre possíveis mudanças no padrão das relações de produção. O glossário produzido pelo instituto revela, através de seus verbetes, a perspectivas de sustentabilidade que forma a imagem do agronegócio responsável.

A atuação da associação no interior do Estado ampliado no Brasil contraria integralmente as teses do “Estado sujeito” ou “Estado objeto”. A ABAG se organizou na sociedade civil, formando uma importante articulação com o meio acadêmico e a difusão de sua imagem. No mesmo sentido, o “partido do agronegócio” ocupou as agências do Estado, pautando os investimentos do fundo público sob a área do interesse geral. O caso mais claro que serve de exemplo foi à nomeação de seu principal intelectual orgânico para o cargo de ministro no Ministério da Agricultura, onde permaneceu até o último ano do primeiro mandato do PT, no governo do presidente Lula (2003-2006), e, mais recentemente, a nomeação da ex-secretária geral da ABAG-RP, Mônica Bergamaschi, para a secretária de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (2011-2014), no governo de Geraldo Alkimin do PSDB.

A presença de intelectuais orgânicos da ABAG nos primeiros escalões de governos do PT e do PSDB é sintomático do papel que os partidos políticos da classe dominante cumprem no Brasil. Enquanto os partidos legalmente formalizados, enquanto tal, aparentemente travam grande disputa pela direção política do país, a presença do partido do agronegócio no primeiro escalão dos governos do presidente Lula da Silva e do governador Geraldo Alkimin explicita os limites políticos da atuação de cada um destes partidos. Enquanto os “partidos formais” tem sua atuação marcadamente restrita aos debates e disputas relativas à pequena política, a classe dominante vem dando direção às políticas públicas de seu interesse, a partir de relações de poder que isolam a grande política da política parlamentar.

Nos últimos vinte anos, a política que perpassou o governo federal nos mandatos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva esteve subordinada e inserida ao projeto de contrarreforma do Estado brasileiro, elaborado a partir de intelectuais coletivos do capital, como o BM, em que os intelectuais orgânicos das frações da classe dominante no Brasil tiveram importante participação na formulação. Esta política foi definida a partir de encontros internacionais, como a Conferência Educação para Todos (Unesco, 1990) e por meio de resoluções e documentos contendo recomendações da contrarreforma realizada. No Brasil este receituário que foi formulado com a participação de intelectuais brasileiros, convidados como consultores, produziram um conjunto de reformulações legais e político-pedagógicas responsáveis por produzir um novo padrão de regulação das instituições públicas de ensino e do trabalho docente.

As instituições públicas de ensino e pesquisa no país vêm sofrendo, destacadamente nas duas últimas décadas, um processo de desinstitucionalização. Este processo decorre da contradição produzida pela inserção de entidades e seus interesses privados, tanto no Ensino Superior, quanto na Educação Básica, que retiram das instituições públicas a autonomia e as funções garantidas constitucionalmente.

A inserção da ABAG nas instituições públicas de ensino e pesquisa visa difundir a ideologia do “agronegócio” em pelo menos dois sentidos: em relação aquelas instituições do Ensino Superior e, especificamente, à Embrapa a ideologia do “agronegócio” cumpriu o papel em organizar a consciência de classe; enquanto que o trabalho ideológico nas escolas públicas da Educação Básica nos municípios da região de Ribeirão Preto objetiva escamotear as contradições das relações sociais.

O interesse em valorizar a imagem do agronegócio, vinculando-o à sustentabilidade e a responsabilidade social tem no Programa Educacional Agronegócio na Escola uma ferramenta fundamental na difusão da ideologia do “Agronegócio”. A inserção nas instituições de ensino ocorre por meio da assimilação dos professores das escolas públicas e a divulgação da autoimagem do agronegócio é realizada por meio dos projetos formulados por docentes que, em sua imensa maioria, afirmam participar do programa de forma voluntária e nutrir grande autonomia em seu trabalho. A Tese pôde comprovar que esta autonomia é um dos principais mecanismos de cooptação destes profissionais, além daqueles imediatamente visíveis, como a política de premiações, sobretudo aos alunos.

A ABAG, em seu objetivo de valorizar a imagem do agronegócio através do Programa Educacional Agronegócio na Escola vem sendo, até então, bem sucedida. No entanto, a precarização que recai sob o trabalho docente e facilita a entrada do programa privado no interior da instituição pública de ensino, é a mesma que impõe os limites para a realização da própria ABAG. Os índices de adesão dos professores ao “Prêmio Professor” não expressam uma resistência assumida por estes profissionais. Ao contrário, todos os professores entrevistados que participaram do programa, mas não apresentaram projetos à premiação, demonstraram nas entrevistas grande adesão à iniciativa da ABAG.

No encerramento do programa da edição 2013, todos estes professores estiveram presentes, mesmo sem concorrerem às premiações, e, em conversas informais, aparentaram estar muito orgulhosos em participar daquela atividade, entendendo-a como uma culminância do trabalho pedagógico realizado durante o ano. Todos acompanhavam seus alunos, ainda mais orgulhosos, que apresentaram maquetes, vassouras, sabão, entre outros trabalhos realizados com materiais recicláveis. Destacaram-se ainda a exposição das fotos e um breve histórico das principais “personalidades do agronegócio”, produzido pelo projeto de uma das escolas participantes, e as apresentações culturais dos alunos. Enquanto as “personalidades” eram anunciadas como os heróis do campo, os estudantes encenaram danças e canções “country”, com músicas em inglês, numa performance que reflete a ideologia do agronegócio que relaciona modernização à sustentabilidade, além de expressar a própria composição dos associados, muitos deles estrangeiros, da ABAG. A ausência de uma maior participação dos professores na etapa do “Prêmio professor” não decorre da resistência destes.

A própria precarização do trabalho docente que desprofissionaliza e proletariza os professores, limita a capacidade de intervenção do programa. Estas limitações são as mesmas que facilitam a entrada das empresas nas escolas públicas e a cooptação de professores interessados em formação continuada, projetos interessantes, material de apoio. Esta relação contraditória é a expressão da própria contradição do modo de dominação capitalista, onde o limite do capital é o próprio capital.

## **Bibliografia:**

### **. Fontes primárias:**

AGROANALYSIS – A revista de agronegócios da FGV, de Jun. de 2006 a 2011.

Associação Brasileira do Agronegócio. **Metamorfose do Estado brasileiro**. 1993.

\_\_\_\_\_. **10 anos ABAG: em defesa do desenvolvimento do país**. São Paulo: ABAG, 2003.

\_\_\_\_\_. **15 anos ABAG: uma história de realizações em benefício do agronegócio brasileiro**. São Paulo: ABAG, 2008.

\_\_\_\_\_. **Segurança alimentar: uma abordagem de agribusiness**. São Paulo: ABAG, 1993.

\_\_\_\_\_. **ABAG Informativo**, de 2003 a 2011.

\_\_\_\_\_. **Agribusiness Brasileiro: a história**. São Paulo: Evoluir, 2002.

ARAÚJO, Ney Bittencourt de. **Complexo agroindustrial. O agribusiness brasileiro**. São Paulo: ABAG, 1990.

\_\_\_\_\_. **ABAG – sugestão da ABAG para o presidente eleito, dr. Fernando Henrique Cardoso**. São Paulo: ABAG, 1994.

\_\_\_\_\_; PINAZZA, Luiz Antônio. **Agricultura na virada do século XX – visão do agribusiness**. São Paulo: e. Globo, 1994.

\_\_\_\_\_; WEDEKIN, Ivan; PINAZZA, Luiz Antônio. **Agribusiness – o complexo agroindustrial brasileiro**. São Paulo: ABAG, 1992.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

CNI. **Rumo ao crescimento**. 1994.

Instituto PENSA-USP. **Boletim PENSA**, de 2006 a 2011.

FIESP. **Livre para crescer**. 1990.

FOLHA de SÃO PAULO. 1990-2013.

FURTADO, R. **Agribusiness Brasileiro: a história**. São Paulo: Ed. Evoluir, 2002.

JORNAL ESTADÃO. 11/03/2002.

- MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA. **Agronegócio brasileiro: ciência, tecnologia e competitividade**. Brasília: CNPQ, 1998.
- PINAZZA, L. A.; ALIMANDRO, R. **Reestruturação no agribusiness brasileiro: agronegócios no terceiro milênio**. Rio de Janeiro: ABAG, 1999.
- REVISTA NACIONAL DO COOPERATIVISMO, informativo OCB, 1990 a 2011.
- REVISTA PANORAMA RURAL: a revista da Agrishow, 1999 a 2011.
- RODRIGUES, R. **Ney Bittencourt: o dínamo do agribusiness**. São Paulo: ABAG, s/d.
- UNESCO. **Educação: Um tesouro a descobrir**. 1996.

**. Fontes secundárias:**

- AGUIAR, R. **Abrindo o pacote tecnológico – Estado é Pesquisa agropecuária no Brasil**. São Paulo/Brasília: Polis/CNPQ, 1986.
- ALIER, M. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Ed. Contexto, 2007.
- ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado: notas sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1985.
- BAUDELOT, C & ESTABLET, R. **A escola capitalista na França**. Paris: Maspéro, 1971.
- BATALHA, A. **A União e a política educacional: tensões e ambiguidades**. Campinas, s.d.
- BIANCHI, A. **O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política**. São Paulo: Ed. Alameda, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Um ministério dos industriais. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990**. Campinas: Ed. Unicamp, 2010.
- BIONDI, A. **O Brasil privatizado um balanço do desmonte do Estado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.
- BOBBIO, N. **Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

- \_\_\_\_\_ & BOVERO, M. **Sociedade e Estado na filosofia política contemporânea**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BOLTANSKI, L. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2009.
- BOURDIEU, P. & PASSERON, J. C. **A reprodução**. Rio de Janeiro: Ed. Livraria Francisco Alves, 1975.
- BUCI-GLUCKMANN, C. **Gramsci e o Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- BRESSER-PEREIRA, L. **Globalização e competição**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009
- BRUNO, R. **Senhores da terra, senhores da guerra: nova face política das elites agroindustriais no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- \_\_\_\_\_. **ABAG, a nova face das elites agroindustriais**. In: Elites dominantes no Brasil. Rio de Janeiro: Tempo e Presença, revista do Cedi, 1994.
- \_\_\_\_\_. **A dominação patronal do campo**. In: Sindicalismo no campo (balanços e controvérsias). Rio de Janeiro: Tempo e Presença, revista Cedi, 1991.
- \_\_\_\_\_. **O agrobusiness e a reforma agrária**. In: Universidade e Sociedade – ANDES Nacional. Ano V, nº 9, outubro, 1985.
- \_\_\_\_\_. Agronegócio e novos modos de conflituosidade. In **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. Delgado, G. C. (org.) São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- CESAR, M. **Empresa cidadã: uma estratégia de hegemonia**. Rio de Janeiro: Ed. Cortez, 2008.-
- CHOMSKY, N. **O poder americano e os novos mandarins**. São Paulo: Ed Record, 2006.
- COUTINHO, C. N. Gramsci. **Um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Cultura e Sociedade no Brasil**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- \_\_\_\_\_. **O estruturalismo e a miséria da razão**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2010.
- \_\_\_\_\_. **De Rousseau a Gramsci: ensaio de teoria política**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2011.

- CUNHA, L. **O Ensino Superior no octênio FHC**. Revista Educação & Sociedade, vol. 24, núm. 82, abril, 2003, pp. 37-61.
- DAVIES, N. **O FUNDEF e as verbas da educação**. Rio de Janeiro: Ed. Yama, 2001.
- DELL'ERBA, Nunzio. Gaetano Mosca. **Socialismo e classe política**. Franco Angeli, Milano, 1991
- DELGADO, G. C. **Capital, financiamento e agricultura no Brasil: 1965-1985**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1985.
- DINIZ, E. **Empresário, Estado e capitalismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- DREIFUSS, R. **1964. A conquista do Estado**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1981.
- \_\_\_\_\_. **O jogo da direita na Nova República**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1989.
- ENGUITA, M. **A ambiguidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização**. Revista Teoria & Educação, 1991
- FERREIRA, N; AGUIAR, M. **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. 8ª ed. São Paulo, SP: Ed, Cortez, 2011.
- FERNANDES, B. M. (org.) **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. São Paulo: Ed. Global, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 4ª ed. São Paulo: Ed. Global, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Brasil: em compasso de espera: pequenos escritos políticos**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.
- FOLADORI, G. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2001.
- FONTES, V. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2010.
- FRIGOTTO, G. **Educação e formação técnico-profissional frente à globalização excludente e o desemprego estrutural**. In A escola cidadã no contexto da globalização. Luiz Heron da Silva (organização) 3ª ed.. Petrópolis, RJ: Ed Vozes, 1999.



- \_\_\_\_\_. **Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática.** In Neoliberalismo, qualidade total e educação. 11ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Educação e a crise do capitalismo real.** 5ª ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século.** 9ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2008.
- GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação.** Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 2000.
- GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. **A cidadania negada.** Rio de Janeiro: Ed. Cortez, 2002.
- GIDDENS, A. Para além da esquerda e da direita. O futuro da política radical. Tradução de Álvaro Hattner. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.
- \_\_\_\_\_. A Terceira e seus críticos. Tradução de Rita Vinagre. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- \_\_\_\_\_. (ORG.). O debate global sobre a Terceira Via. Tradução de Roger Maioli dos Santos. São Paulo: Editora Unesp, 2007
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1991
- \_\_\_\_\_. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1999.
- GORZ, A. **Adeus ao Proletariado - para Além do Socialismo.** Trad. Angela Ramalho Vianna e Sergio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- \_\_\_\_\_. **Metamorfoses do Trabalho - Busca do Sentido, Crítica da Razão Econômica.** Trad. Ana Montoia. São Paulo: Annablume, 2003.
- GRAMSCI, A. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno.** 5ª ed., RJ, Civilização Brasileira, 1984.
- \_\_\_\_\_. **A concepção dialética da História.** Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1991.
- \_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere.** Vol. 1. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benito Croce. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere.** Vol. 2. Os intelectuais, O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2000.

- \_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 5. O risorgimento. Notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 4. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2010.
- \_\_\_\_\_. **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935** / Carlos Nelson Coutinho, organizador. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- GREGÓRIO, J. R. B. **O papel do Banco Mundial na contra reforma da educação superior no Brasil: uma análise dos documentos que precederam o Reuni**. Revista Trabalho Necessário, pp. 1-26, Ano 10, nº 14, 2012.
- HAYEK, F. **O caminho para a servidão**. Tradução: Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Moraes Ribeiro. 5. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Ed. Annablume, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Para entender o capital**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2013 a.
- \_\_\_\_\_. **Os limites do capital**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2013 b.
- HOBBSBAWM, E. **A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Cia das Letras, 2003.
- IANNI, O. **Origens agrárias do Estado brasileiro**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2004.
- ILICH, I. **Sociedades sem escolas**. 5ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1973.
- KAPLAN, L. **Análise crítica dos discursos presentes nos documentos que definem a política de educação ambiental no Brasil**. Dissertação de mestrado, PPGE-UFRJ, 2011.
- KURZ, R. **A Intelligentsia depois da luta de classes**. "Münchner Zeitschrift für Philosophie", n. 22, em 1992.
- LACERDA, E. **Brasil integrado: a ideologia sistêmica do agronegócio na Associação Brasileira de Agribusiness**. Dissertação de mestrado, CPDA-UFRJ, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) e a institucionalização dos interesses do empresariado rural no Brasil**. Revista Ruris. Vol. 05, Nº 1, 2011.

- LAMOSA, R. A. C.. **A Educação Ambiental e a Nova Sociabilidade do Capital: um estudo nas escolas de Teresópolis**. Dissertação de mestrado, PPGE-UFRJ, 2010.
- LAYRARGUES, P. P. & LIMA, G.  
[http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/educacao\\_ambiental/Layrargues\\_e\\_Lima\\_-\\_Mapeando\\_as\\_macro-tend%C3%A2ncias\\_da\\_EA.pdf](http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/educacao_ambiental/Layrargues_e_Lima_-_Mapeando_as_macro-tend%C3%A2ncias_da_EA.pdf)
- LEHER, R. **Um novo senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo**. Revista Outubro, pp. 19-30, Out/ 2003. [http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/03/out3\\_03.pdf](http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/03/out3_03.pdf)
- \_\_\_\_\_. **Pensamento Crítico e Movimentos Sociais**. Rio de Janeiro: Ed. Cotez, 2005.
- \_\_\_\_\_. 25 Anos de Educação Pública: notas para um balanço do período. In: Guimarães, C., Brasil, I.; Morosini, M.V.. (Org.). Trabalho, Educação e Saúde - 25 anos de Formação Politécnica no SUS. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2010, v. 1, p. 29-72.
- \_\_\_\_\_. Desafios para uma educação além do capital. In. **István Mészáros e os desafios do tempo histórico**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2011.
- LENIN, V. **Imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Ed. Global, 1979 [1917].
- \_\_\_\_\_. **Estado e Revolução**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2007.
- LIGGUORI, G. **Roteiros para Gramsci**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2006.
- LIMA, M. J. G. S. O que fazem as escolas que fazem educação ambiental no Rio de Janeiro? **Anais da 30a Reunião da Anped: anped: 30 anos de pesquisa e compromisso social**. Caxambu (MG), 2007(CD).
- LIMOEIRO, M. Capitalismo Dependente, Autocracia Burguesa e Revolução Social em Florestan Fernandes. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2005.
- LOUREIRO, C. F. B. e COSSÍO, M. F. B. Um olhar sobre a educação ambiental nas escolas: considerações iniciais sobre os resultados do projeto “O que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental?”. In: MELLO, S. e TRAJBER, R. (orgs.) **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental**. Brasília: MEC/UNESCO, 2007.

- LOUREIRO, C. F. B. **Sustentabilidade e Educação: um olhar de ecologia política**. Rio de Janeiro: Ed. Cortez, 2011.
- MANACORDA, M. **O princípio educativo em Gramsci**. Campinas: Ed. Alínea, 2008.
- MARQUES, P. E. M. **Segurança Alimentar: a intervenção da ABAG no campo da disputa e produção ideológica**. Rio de Janeiro: CPDA, Dissertação de Mestrado, 1996.
- MARTINS, A. S.. **A direita para o social: a educação da sociabilidade no Brasil Contemporâneo**. Juiz de Fora: UFJF, 2009.
- \_\_\_\_\_. Todos pela Educação: o projeto educacional de empresários para o Brasil Século XXI. Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT09-4799--Int.pdf> Acesso em 05 de junho de 2010.
- MARTINS, J. S. **A reforma agrária e os limites da democracia na “Nova República”**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- \_\_\_\_\_. **O poder do atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MARX, K. **O 18 brumário e cartas a Kugelman**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- \_\_\_\_\_. **Obras escolhidas**. Lisboa: Ed. Progresso, 1982.
- \_\_\_\_\_. **O Capital**. V. 1, Livro 1. São Paulo: Nova Cultura, 1988
- \_\_\_\_\_. **Manifesto do Partido Comunista**. In: Reis Filho, D. A. (Org.). O Manifesto do Partido Comunista 150 anos depois. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 1998, pp. 07-41.
- \_\_\_\_\_. **Para a crítica da economia política**. São Paulo, Ed. Nova Cultural, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Miséria da Filosofia**. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2008.
- \_\_\_\_\_. **O Leitor de Marx**. José Paulo Neto (Organização). Rio de Janeiro: E. Civilização Brasileira, 2012.
- MENDONÇA, S.R. **Ruralismo brasileiro**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- \_\_\_\_\_. Estado e Sociedade. In: MATTOS, M. B. **História: pensar e fazer**. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998a.

- \_\_\_\_\_. **Agronomia e Poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Vício de leitura, 1998b.
- \_\_\_\_\_. **Agronomia e Poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003a.
- \_\_\_\_\_. **Representação empresarial e reforma agrária na “Nova República”**. Revista Tempo, Departamento de História da UFF, Niterói, V. 7, n. 14, p. 153-177, jan. 2003b.
- \_\_\_\_\_. **A classe dominante agrária: natureza e comportamento (1964-1990)**. São Paulo: Expressão popular, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Estado e Educação Rural no Brasil: alguns escritos**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura / FAPERJ, 2007.
- \_\_\_\_\_. **O patronato rural no Brasil recente (1964-1993)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010a.
- \_\_\_\_\_. **A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990**. José Pedro Stédile (org.) – São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2010b.
- \_\_\_\_\_. **Estado, pesquisa agropecuária e extensão rural no Brasil (1944-2005)**. Niterói, Relatório Final de Pesquisa ao CNPQ. S.d.
- \_\_\_\_\_. **O Estado ampliado como ferramenta metodológica**. Revista Marx e o Marxismo v.2, n.2, jan/jul 2014
- MONTOYA, M. A.; PARRÉ, J. L. (org.) **O agronegócio brasileiro no final do século XX**. Passo Fundo: UPF, 2000.
- MOSCA, G. **Elementi di Scienza Política**. Torino, Unione Tipografico – Ed. Torinese, 1982.
- MOTTA, V. C. **Ideologia do capital social: atribuindo uma face mais humana ao capital**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.
- MULLER, G. **O complexo agroindustrial brasileiro**. São Paulo: FGV, 1981.

- \_\_\_\_\_. **Ambivalências da modernização agrária.** Novos Estudos Cebrap, São Paulo, n. 21, p. 168-184, jul. 1988.
- NETO, W. G. **Estado e Agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileiro 1960-1980.** São Paulo: Ed. HUCITEC, 1997.
- NEVES, L. M. W. **A nova pedagogia da hegemonia: estratégia do capital para educar o consenso.** São Paulo, Ed. Xamã, 2005.
- NORONHA, M. **Condições do exercício profissional da professora e dos possíveis efeitos sobre a saúde: estudo de casos das professoras do Ensino Fundamental em uma escola pública de Montes Claros, Minas Gerais.** 2001. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- OFFE, C. **A economia política do mercado de trabalho.** In: \_\_\_\_\_. **Capitalismo desorganizado. Transformações contemporâneas do trabalho e da política.** São Paulo: Brasiliense, 1990.
- OLIVEIRA, D. **A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização.** Revista Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1127-1144, Set./Dez. 2004.
- \_\_\_\_\_. **A nova regulação de forças no interior da escola: carreira, formação e avaliação docente.** Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 27, p. 25-38, 2011.
- OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C. **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira.** São Paulo: Ed. Boitempo, 2010.
- OLIVEIRA, F.; RIZEK, C. **A era da indeterminação.** São Paulo: Boitempo, 2007.
- PINTO, R. G. **O novo empresariado rural no Brasil: uma análise das origens, projetos e atuação da Associação Brasileira do Agribusiness (1990-2002).** Dissertação de mestrado, defendida no Programa em Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, em 2010.
- POULANTZAS, N. **O Estado, o poder e o socialismo.** Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- RAMOZZI-CHIAROTTINO, Z. **Em busca do sentido da obra de Jean Piaget.** São Paulo: ed. Ática, 1984.
- REIMER, E. **A escola está morta: alternativas em educação.** Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1973.

- REZENDE, J. M. **Noções gerais sobre o financiamento da educação.** Revista Científica, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 23-46, jan./jun. 2006.
- RODRIGUES, J. **O moderno príncipe industrial: O Pensamento Pedagógico da Conferência Nacional da Indústria.** Campinas, SP: Autores Associados, 1998.
- SAES, D. **As frações da classe dominante no capitalismo: uma reflexão teórica.** In Pinheiro, M. (org.) *Ditadura: O que resta da transição.* São Paulo: Boitempo, 2014.
- SAVIANI, D.; DUARTE; N. **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar.** Campinas, SP: Autores Associados, 2012 a.
- SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** 11ª edição, Revisada, 1ª reimpr. – Campinas, SP: Autores Associados, 2012 b.
- \_\_\_\_\_. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** 4ª ed. Campinas: Ed. Autores Associados, 2013.
- SEVÁ, J. T. **Classes patronais rurais e conflitos sociais. Um estudo sobre as ações das organizações patronais rurais frente à questão ambiental.** Dissertação de mestrado, defendida no CPDA da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, em 2008.
- SCHAFF, A. **A sociedade informática: as consequências sociais da Segunda Revolução Industrial.** São Paulo: Ed. UNESP: Brasiliense, 1990.
- SHIROMA, E. **O eufemismo da profissionalização.** In: MORAES, Maria Célia (Org.). *Iluminismo às avessas: produção de conhecimento e políticas de formação docente.* Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- SHIROMA, E; EVANGELISTA, O. **Professor: protagonista e obstáculo da reforma.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v.33, n.3, p. 531-541, set. /Dez. 2007.
- SILVA, E.L. & MENEZES, E.M. **Metodologia de pesquisa e elaboração de dissertação.** 3 ed. Ver. Atual – Florianópolis: UFSC, 2001, 121 p.
- SOUZA, S. M. **Escola e Empresa: iniciativas e parcerias no estado de São Paulo in Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos.** FERREIRA, N; AGUIAR, M. (Org.). 8ª ed.. São Paulo, SP: Ed, Cortez, 2011.

- SOUZA Jr., J. **Marx e a crítica da educação: da expressão liberal-democrática à crise regressivo-destrutiva do Capital.** Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2010.
- TAVARES, J.; BRZEZINSKI, I. **Conhecimento profissional de professores.** Fortaleza, CE: Ed. Demócrito Rocha, 2001.
- TOLEDO, R. **O presidente segundo o sociólogo.** Rio de Janeiro: Ed. Cia das Letras, 1998.
- YIN, R. K. **Estudo de caso – planejamento e método.** 4ª edição. Porto Alegre: Bookman Companhia Ed., 2010.
- VIANNA, L. W. **A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Renavan, 2004.
- ZYLBERSZTAN, D. & SCARE, R. F. (org.). **Gestão da qualidade no agribusiness: estudos e casos.** São Paulo: Ed. Atlas, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Estudos de casos em agribusiness.** Porto Alegre, RS: Ed. Ortiz, 1993.



## **Apêndices**

## Apêndice I

Diretoria ABAG 2011-2014<sup>26</sup>

Nome	ABAG	Formação	Fração	Sociedade civil	Sociedade Política
Luiz Carlos C. Carvalho	Presidente	Engenheiro Agrônomo: <b>ESALQ/PENSA</b>	Diretor CONAPLAN	Conselheiro da COSAG	_____
Francisco Maturro	Vice-Presidente	Administração de Empresas	Diretor da MARCHESAN/ Presidente da CSMIA/ABIMAQ	_____	_____
André Pessoa	Diretor	. Engenheiro Agrônomo: Universidade Federal de Viçosa- MG/ <b>ESALQ</b>	. Sócio-Diretor da Consultoria Agroconsult e idealizador do Rally da Safra.	. Membro do Conselho Consultivo da COSAG da FIESP e do Conselho da BBM (Bolsa Brasileira de Mercadorias)	_____
Alexandre Enrico Figliorilo	Diretor	. Engenheiro Agrônomo/ <b>ESALQ</b>	. Diretor do Banco Itaú BBA	_____	. Diretor regional para o Interior do Estado de São Paulo
Cesar Borges de Souza	Diretor	Engenheiro Agrônomo/ <b>FGV-SP</b>	. Vice Presidente da CARAMURU ALIMENTOS	_____	_____
Christian Lohbauer	Diretor	. Mestre e Doutor em Ciências Políticas: USP	. . Presidente Executivo da Associação Nacional dos Exportadores de Suco (CitrusBR	. Atuou como Gerente de Relações Internacionais na FIESP	. Secretário de Relações Internacionais no município de São Paulo (2005)

<sup>26</sup> As informações contidas no quadro sobre as diretorias da ABAG foram pesquisadas na internet, incluindo o site da ABAG, materiais comemorativos produzidos pela entidade, os sites pessoais dos diretores e a própria imprensa. Como os diretores se repetem nas diretorias, a descrição da atuação de cada intelectual orgânico do “partido do agronegócio” foi realizada apenas uma única vez. Nas vezes em que os nomes se repetiram foi colocado no lugar um asterisco. Quando não foi possível identificar as informações ou simplesmente não houve a atividade referida na sociedade civil ou na sociedade política o quadro foi preenchido por um traço.

Ingo Ploger	Direto	. Engenheiro Mecânico: Universidade Tecnológica de DARMSTADT – Alemanha . Pós Graduação em Munique	. Presidente da IP Desenvolvimento Empresarial e Institucional LTD.(2014)	_____	_____
Marcello Brito	Diretor	. Engenheiro de Alimentos: UNIFEB/Barretos (SP). MBA pelo <b>PENSA</b> , FIA/USP e pela ITAE (França)	. Diretor da AGROPALMA	. Consultor do Banco Mundial	. Conselheiro da EMBRAPA
Eduardo Daher	Diretor	. Bacharel em Economia: USP. Pós Graduação em Marketing FGV	. Companhia Paulista de Fertilizantes (Copas)  . Diretor financeiro e diretor de atendimento da Norton Publicidade S.A	. Associação Nacional de Difusão de Adubos (ANDA)  . Associação Nacional de Defesa Vegetal (ANDEF)  . Conselho Superior do Agronegócio - FIESP (2014)	_____
Glauber Silveira Silva	. Diretor	. Engenheiro Agrônomo	. Empresário da Soja	. Associação Brasileira dos Produtores de Soja (APROSOJA Brasil)	. Secretário Municipal de Agricultura de Campos de Júlio.  . Presidente da Câmara Setorial da Soja.

Luiz Lourenço	Diretor	. Advogado . Pós-Graduado <b>FGV-SP</b>	. Presidente da COCAMAR	_____	_____
Mario Fiorett	Diretor	_____	. Representante das marcas MASSEY, FERGUSON, VALTRA e CHALLENGER	. Vice-presidente da Associação Nacional de Veículos Automotores	_____
Milton Rego	Diretor	Engenheiro	_____	Vice-presidente da AFAVIA e Vice Presidente da Câmara Setorial da ABIMAQ	_____
Urbano Ribeiral	Diretor	Engenheiro Agrônomo. PHD Indiana (EUA)	Agroceres	_____	_____
Weber Porto	Diretor	Engenheiro Químico	EVONIK DEGUSSA	Presidente da Câmara de comércio e Indústria Brasil/ Alemanha	_____
Valmor Schaffer	Diretor	Economista	ADM	_____	_____
Eduardo Soares de Camargo	Diretor	. Economista/ PUC-SP	_____	. Diretor executivo da SRB. . CONSAG-FIESP	_____
Luiz Antônio Pinazza	. Diretor Técnico	. Engenheiro Agrônomo Esalq/USP	. Agroceres . Cia Paulista de Fertilizantes	. FGV-SP . Revista Agroanalysis	. Conselho Científico para Agricultura Sustentável (Ccas) e presidente da

					Câmara Temática de Insumos Agropecuários do MAPA.
--	--	--	--	--	---

### Gestão Jan/2009 – Dez/2011

Nome	ABAG	Formação	Fração	Sociedade civil	Sociedade política
Carlos Lovatelli	Presidente	. Físico/USP	. BUNGE	. Presidente da ABIOVE  . Vice presidente Fundação BUNGE	_____
Cristiano Walter Simon	Vice Presidentes	. Engenheiro agrônomo/ESALQ/USP  . Pós-Graduação FGV/SP	. Iharabras – Indústria Química S.A.	. FEALQ  . Conselho da Agrishow  . Conselho superior do Agronegócio da FIESP.	. Vice-presidente do Conselho Nacional de Supervisão da Política Agrícola do MAPA (1987/1990)
E  Luiz Carlos Corrêa Carvalho		. Engenheiro Agrônomo ESALQ/USP  . Pós Graduação FGV	. Diretor da CANAPLAN  . Diretor de Relações das Usinas do Grupo Alto Alegre S/A.  . Sócio da Bioagência etanol e açúcar	. Conselheiro do CTC – Centro de Tecnologia Canaveieira e da FEALQ  . UNICA  . Conselho da FIESP	. Foi Executivo de organizações públicas (PLANALSUCAR; IAA; CENAL)

Alexandre Enrico Figliolino	Diretor	. Engenheiro Agrônomo/ ESALQ/USP	. Itaú BBA	_____	_____
Cesar Borges de Sousa	Diretor	. Economista e pós-graduado FGV	. Vice-presidente Caramuru Alimentos	. Presidente da ABRANGE	_____
Felix Schouchana	Diretor	. Economista FEA/USP	. BM&F	_____	_____
Francisco Matturro	Diretor	*	*	*	*
Ingo Ploger	Diretor	*	*	*	*
Jorge Oliveira Rodrigues	Diretor	_____	. Petrobrás	_____	_____
Luiz Lourenço	Diretor	*	*	*	*
Mario Fioretti	Diretor	*	*	*	*
Mônica Bergamaschi	Diretor	. Engenheira Agrônoma/ UNESP . . MBA - PENSA	. Agrocere	. ABAG-RP . . UNESP/ Jaboticabal	. Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do estado de SP . .COSAGRO – MAPA
Pérsio Luiz Pastane	Diretor	*	*	*	*

Urbano Campos Ribeiral	Diretor	*	*	*	*
Weber Porto	Diretor	*	*	*	*
Eduardo Soares de Camargo	Diretor	*	*	*	*
Luiz Antônio Pinazza	Diretor	*	*	*	*

### Gestão Jan/2006 – Dez/2008

Nome	ABAG	Formação	Fração	Sociedade civil	Sociedade política
Carlos Lovatelli	Presidente	*	*	*	*
Cristiano Walter Simon	Vice Presidentes	*	*	*	*
Evaristo Câmara Machado Netto;		. Engenheiro Agrônomo	. Pecuarista	. OCESP . SESCOOP-SP . OCB	_____
Luiz Carlos Corrêa Carvalho		*	*	*	*

Cesar Borges de Sousa	Diretor	*	*	*	*
Felix Schouclara	Diretor	*	*	*	*
Francisco Maturro	Diretor	*	*	*	*
Ingo Ploger	Diretor	*	*	*	*
Luiz Lourenço	Diretor	*	*	*	*
Mário Fioretti	Diretor	*	*	*	*
Pérsio Luiz Pastre	Diretor	. Engenheiro Metalúrgico	. CNH Latino Americana . FIAT	. Ex-presidente da Anfavea	_____
Urbano Campos Ribeiral	Diretor	*	*	*	*
Weber Porto	Diretor	*	*	*	*
Alexandre Abbud	Diretor	. Engenheiro Agrônomo ESALQ/USP	. Dow Química	. SRB . Comitê Estratégico Soja Brasil	_____
Eduardo Soares de Camargo	Diretor	*	*	*	*
Luiz Antônio Pinazza	Diretor	*	*	*	*



### Gestão Jul /2002- Dez /2005

Nome	ABAG	Formação	Fração	Sociedade civil	Sociedade política
Roberto Rodrigues e Carlos Lovatelli	Presidentes	*	*	*	*
Cristiano Walter Simon; Evaristo Neto	Vice Presidentes	*	*	*	*
César Borges de Souza	Diretor	*	*	*	*
Félix Schouclana	Diretor	*	*	*	*
Luiz Carlos Corrêa Carvalho	Diretor	*	*	*	*
Mônica Bergamaschi	Diretor	*	*	*	*
Shiro Nishimura	Diretor	. Engenheiro Agrônomo / UNESP Jaboticabal	. JACTO	. Associação Brasileira de Máquinas e Implementos Agrícolas	_____
Urbano Campos Ribeiral	Diretor	*	*	*	*
Antônio Hermínio Pinazza	Diretor	. Engenheiro Agrônomo Esalq/USP	_____	. UFSCAR . Metodista Piracicaba	_____

Alexandre Vieira Abbud	Diretor	*	*	*	*
Luiz Antônio Pinazza	Diretor	*	*	*	*
Clayton Campanhola	Conselheiro	. Engenheiro Agrônomo Esalq/USP	_____	. OCB	. EMBRAPA . FAO/ONU
Alfredo Felipe Sobrinho	Conselheiro	. Bacharel em Direito na Escola Superior de Guerra	. SADIA . TransBrasil	. Presidente do Conselho da ABIPEC	. Secretário de Planejamento e Agricultura em Santa Catarina.
Arnout Van Schelven	Conselheiro	_____	RABOBANK	_____	_____
Isaac Ribeiro Leito	Conselheiro	. Engenheiro	COXUPE	_____	_____
Luiz Alberto Garcia Algar	Conselheiro	. Engenheiro	. ALGAR	_____	_____
Luiz Lourenço	Conselheiro	. Advogado	COCAMAR	_____	_____
Marcelo Balerini de Carvalho	Conselheiro	. Agrônomo	. Grupo Montesa Agro	. ABBA	_____
Mário Barbosa	Conselheiro	. Engenheiro de Produção	BUNGE	. Presidente da ANDA	_____
Pérsio Luís Pastre	Conselheiro	*	*	*	*
Rodrigo Mesquita	Conselheiro	. Jornalista	. Agência Estadão	_____	_____
Rui Polidoro Pinto	Conselheiro	_____	. Fecotriga	. Fecoagro	_____
Wladimir A. Puggina	Conselheiro	_____	Fertibráz	_____	_____

### Gestão março/1999/ junho 2002

<b>Nome</b>	<b>ABAG</b>	<b>Formação</b>	<b>Fração</b>	<b>Sociedade civil</b>	<b>Sociedade política</b>
Roberto Rodrigues	Presidente	*	*	*	*
César Borges de Sousa e Cristiano Walter Simon	Vice Presidentes	*	*	*	*
Francisco Matturro	Diretor	*	*	*	*
Luiz Carlos Correa Carvalho	Diretor	*	*	*	*
Mário Barbosa	Diretor	*	*	*	*
Pedro Carlos de Brito	Diretor	_____	_____	_____	_____
Raul Gilberto Corte	Diretor	_____	_____	_____	_____
Carlos Lovatelli	Diretor	*	*	*	*
Antônio Hermínio Pinazza	Diretor executivo	*	*	*	*
Cesar Borges de Sousa	IEA	*	*	*	*

Antônio Hermínio Pinazza	IEA	*	*	*	*
Ana Célia de Castro	IEA	Economista .Doutorado Unicamp	_____	. UFRRJ/CPDA	_____
Argemiro Luís Brum	IEA	Administrador UNIJUÍ	_____	. Assembleia Comercial e Industrial de Ijuí	. Consultor do governo do estado do Rio Grande do Sul
Décio Zylbersztajn	IEA	. Economista FEA/USP e Engenheiro Agrônomo ESALQ/ USP	. JARI Celulose, Papel e Embalagens	. PENSA-USP	_____
Elísio Contini	IEA	. Pós- graduado FGV	_____	. Revista de Política Agrícola  . FGV-SP	. Embrapa
Ivan Wederin	IEA	. Engenheiro Agrônomo ESALQ/USP	. BM&F BOVESPA Agroceres	. Conselho Superior do Agronegócio FIESP	. Secretário de Política Agrícola do MAPA
José Luiz Tejon Megido	IEA	. Jornalist	. JACTO  .Agroceres	. Estadão	_____
Luiz Antônio Pinazza	IEA	*	*	*	*
Marcos S. Jank	IEA	. Engenheiro Agrônomo Esalq/USP	. ÚNICA	.FEA/USP  . Presidente e fundador do ICONE	. Assessor do MAPA  . Secretaria de Agricultura e Abastecimento do estado de SP  . Consultor do

					BM e do BID
Mauro de Regina Lopes	IEA	_____	_____	_____	_____
Régis Alimandro	IEA	. Economista	_____	. Instituto de Economia da FGV	. Coordenador de Estudos Econômicos do MAPA

### Gestão Jul/1996 – jun/ 1999

Nome	ABAG	Formação	Fração	Sociedade civil	Sociedade política
Luiz Alberto Garcia	Presidente	Engenheiro Eletrônico: Itajubá/MG	.TELEBRASIL	Presidente do Conselho de Administração do Conselho de Algar que atua no segmento TELECOM	. Ex-presidente da ANATEL
Arturo José Furlong,  Nelson Mamede;  Roberto Rodrigues	Vice Presidentes	. Engenheiro Agrônomo Viçosa (MG)  *  *	. BUNGE  *  *	. ABIOVE  *  *	_____  *  *
Pedro Carlos de Brito	Diretor	_____	_____	_____	_____
Petrus A. Henricus Hermans	Diretor	_____	_____	_____	_____
Antônio Hermínio	Diretor				

Pinazza	Executivo	*	*	*	*
Roberto Rodrigues	IES	*	*	*	*
Antônio Hermínio Pinazza	IES	*	*	*	*
Ana Célia de Castro	IES	*	*	*	*
Argemino Luís Brum	IES	. Economista EHESS (Paris)	_____	. Unijuí	_____
Décio Zylbersztajn	IES	*	*	*	*
Elísio Contine	IES	*	*	*	*
Ivan Wedekin	IES	. Engenheiro Agrônomo Esalq/USP	. Agrocere . RCW Consultores	. SRB . OCB . Conselho Superior do Agronegócio FIESP	. Secretaria de Política Agrícola do MAPA
Luiz Antônio Pinazza	IES	*	*	*	*
Marcos S. Jank	IES	*	*	*	*
Mauro Rezende Lopes	IES	. Pós-doutorado em Negociação Internacional em Genebra	_____	. Ex-professor da UFRJ e FGV. . CNA . SRB . OCB	. BM . BID . FAO . CEPAL

Mônica Bergamaschi	IES	*	]	*	*
--------------------	-----	---	---	---	---

### Gestão Março/1993 – Junho/1996

Nome	ABAG	Formação	Fração	Sociedade civil	Sociedade política
Ney Bittencourt de Araújo e Arturo José Furlong (Jan-Jun-1996)	. Presidentes	*	*	*	*
Alex Fontana e Rui Polidoro Pinto	. Vice Presidentes	* . Engenheiro Agrônomo Unijuí	* . Cotrijuí	* . FECOAGO . FARSUL	* . Câmara Setorial do Trigo (MAPA)
Ubaldo Dantas Machado	Diretor Executivo	. Engenheiro Agrônomo Esalq/USP	_____	. SEBRESP	. Embrapa
Antônio Hermínio Pinazza	Diretor Executivo	*	*	*	*
Rui Polidoro Pinto	IEA	*	*	*	*
Ubaldo Dantas Machado	IEA	*	*	*	*
Antônio Hermínio Pinazza	IEA	*	*	*	*

Ana Célia de Castro	IEA	*	*	*	*
Décio Zylbersztajn	IEA	*	*	*	*
Elísio Contini	IEA	*	*	*	*
Fuad Sobrinho	IEA	. Matemático . PHD em informática (EUA)	. Software Engineering Society	. Faculdade Adventista	. Embrapa
Marcos Jank	IEA	*	*	*	*
Mauro de Rezende	IEA	*	*	*	*
Roque Lauschner	IEA	. Economista . Mestrado na PUC-Roma	_____	. Unisinos	_____



## APENDICE II

- **Transcrição das entrevistas**

- **Entrevista MST-Ribeirão Preto**

- **Data:** 02 de Junho de 2013

- **Entrevistadas:** Direção do Setorial de Educação do Movimento dos Sem Terra (MST) / Militante do MST

- **Local:** Ribeirão Preto, na residência da entrevistada (CDHU)

**MST 1:** “Sou da direção do setor de educação daqui. Vou contar um pouco do processo que eu passei. Em 2009, 2010, eu já conhecia o Secretário de Matão e aqui em Ribeirão tinha um projeto, um fórum que acabou articulando via ministério público, um fórum no município e a gente começou a articular o da educação, que era todo mundo, era pessoas representando movimento, com os professores.”

**Rodrigo:** “*Eu vi na internet que este Fórum ainda tem uma página na internet...*”

**MST 1:** “É verdade. Este foi o primeiro momento que conseguimos articular as pessoas para discutir o projeto...”

**Rodrigo:** “*Pra discutir o projeto “Agronegócio na escola” especificamente?*”

**MST 1:** “Este projeto especificamente. Como que ele tava e como a gente conseguiria. Assim, as pessoas estão sempre próximas, sempre estavam juntas, mas nunca haviam sentado para conversar. E aí a gente começou a pensar. Na verdade a gente se desarticulou, mas nossa proposta ainda é construir um material paralelo, nos mesmos moldes e apresentar junto à Secretaria de Educação...e não vai passar e daí entrar com uma ação junto ao ministério público pra gente ver como consegue dar publicidade a isto de alguma forma, né?”

**Rodrigo:** “Representando a USP, né?”

**MST 1:** “É, então ela vai ter muitos elementos, porque não passou pelo Conselho de Educação. Ele foi implementado no município, então, sem passar pelo Conselho. A assinatura do acordo foi feita sem passar pelo conselho.”

**Rodrigo:** “A parceria entre a prefeitura e a ABAG foi assinada sem passar pelo Conselho Municipal?”

**MST 1:** “Foi direto, sem passar. Não precisa. Você vai conversar com o Secretário de Educação de Matão. Ele vai te falar os caminhos, porque se a Secretaria de Educação, como foi lá, apresenta resistência, o que eles fazem? Vão diretamente ao prefeito, então assim não existe e isto foi pautado no Conselho e não adiantou muito. Não teve muita consequência, porque continuou e sem passar por lá como instância. A gente mapeou algumas escolas que as crianças estavam que está tendo projeto, mas nós temos algumas fragilidades internas também de articulação com as pessoas que estão no setor né? Até porque é complicado. O que a gente conseguiu ver, não é só a ABAG né? Tem um monte de projeto. Então a gente não conseguiu nem ver. Por exemplo, a gente não conseguia ver com as crianças se o tal projeto era vinculado a ABAG ou não, porque eles vão na atividade da Coca-Cola, de papel, de reciclagem...Então... assim... a escola está lotada disto e a gente não conseguiu dar encaminhamento no sentido de ver quais são da ABAG e quais não eram da ABAG. Daí nisto, quando a gente veio..daí eu fui fazer especialização. Daí a tarefa foi esta, vamos estudar. Daí tem uma das meninas. A gente dividiu. No estado de São Paulo eram quatro. Então a gente dividiu algumas temáticas que eram importantes no estado, pra gente se apropriar enquanto movimento e uma das meninas ficou com a ABAG só e eu peguei o projeto do agronegócio tentando entender como se dá esta articulação com o Estado, né? Esta relação entre o público e o privado na educação e como se deu esta articulação. As conclusões que a gente chegou é que a ABAG é um partido né? Na concepção de Gramsci, né. Nós defendemos esta concepção. É um projeto de desenvolvimento que está colocado. E como a gente faz a resistência a isto? É muito complicado. Daí tem mil outros problemas relacionados a educação e que a gente ainda está com dificuldade de articular e até nas escolas.

**Rodrigo:** “Vocês conseguiram identificar as escolas que tem este projeto? São Todas as escolas da Rede municipal de Ribeirão, por exemplo?”

**MST 1:** “Não, não são todas as escolas da Rede que tem.”

**Rodrigo:** “Vocês do movimento identificam se há uma prioridade do programa nas escolas rurais?”

**MST 1:** “Nós não temos no município escolas configuradas como rurais. Aqui em Ribeirão, só pra você entender. Nós temos aqui no município o assentamento Mario Lago. É o único na cidade de Ribeirão. Tem vários na região, mas na cidade este é o único. Ele demarcou a fronteira entre o urbano e o rural. Ele que demarca. Ali é rural, mas assim é totalmente urbano. É como se fosse aqui. Você atravessa a rua e está no

assentamento. Ali iria ser o loteamento antes e quando saiu o assentamento ficou demarcado como rural. Aqui é área rural e ponto”

**Rodrigo:** “Desde quando tem o assentamento?”

**MST 1:** “Desde 2002, acho que foi. Acho que em 2002 começou a ocupação.

**Rodrigo:** “Qual foi a primeira ocupação do movimento na região?”

**MST 1:** “Foi em Franca, já tem uns 15 anos. Ele é de 1997. Não me lembro ao certo, mas é por aí. Se quiser eu passo depois minha monografia que tem as datas todas certinhas. Daí tem esta questão. Não há uma área rural demarcada no município. Esta é a questão do agronegócio. É tudo junto, tudo misturado. O campo é moderno. Daí as crianças nossas todas estudam em escolas urbanas. Daí é assim. Eu estava envolvida no projeto, mas nós começamos a brigar pela escola lá. Foi aprovado o recurso para a escola do assentamento. Foi aprovada. Nossa né. Todo mundo querendo empenhar ali dentro. Daí eu fiquei mais acompanhando o andamento do projeto da escola junto a secretaria, do que o projeto mesmo. São muitas prioridades do movimento, né? É difícil articular isto. Nós temos uma escola em Serrana também. Se você quiser ir conhecer, nós podemos conhecer. É uma gracinha. É bem perto daqui. A Tassia vai vir. Ela está no acampamento que é do lado da escola. Ela acompanhou tudo. Esta foi uma escola que a gente conseguiu e quem está coordenando a escola hoje é uma das meninas que fez o curso pedagogia da terra na primeira turma do estado de SP. Então com todos os limites isto é muito interessante. Talvez fosse interessante da próxima vez que você vier conhecer estas escolas. Tem esta escola e tem uma em Araraquara que é educação do campo.

**Rodrigo:** “São duas escolas do MST?”

**MST 1:** “Esta não é do MST, mas é no assentamento.”

**Rodrigo:** “É uma escola pública?”

**MST 1:** “É uma escola municipal de Araraquara”

**Rodrigo:** “E participa do programa da ABAG?”

**MST 1:** “Não. E tem um projeto de educação do campo. A diretora não é do movimento, mas tem uma política na escola que é fantástica e com educação o campo mesmo. Araraquara tem uma conjuntura política que o município apóia muito os assentamentos. O assentamento lá já foi totalmente incorporado pelo agronegócio. Então é cana. Tem poucas famílias em resistência por lá, mas em compensação o trabalho de educação que eles fazem por lá é fantástico.”

**Rodrigo:** “Vocês mantêm uma relação com a Secretaria de Educação aqui de Ribeirão?”

**MST 1:** “Então, assim, pelo setor de educação é mais fácil. Quando eu digo setor de educação, estou falando das próprias famílias moradoras das áreas. Então como tem este encaminhamento do transporte escolar, tem uma relação mais tranquila. A gente que já não está no embate, na direção, a relação já é mais complicada. Mas assim, a prefeitura nunca fecha. Então todas às vezes a gente marca reunião, elas vão. Não encaminha, então nunca teve esta questão. A prefeitura como um todo...Eu quando estava aqui (Manuela no momento da entrevista estava temporariamente morando em SP) acabei ficando com esta parte toda de negociação com a prefeitura. Então desde a escola, água, energia, eu fazia. Então não havia esta de não abrir as portas, mas né...nunca teve resistência, eles recebem, conversam e tal, mas...”

**Rodrigo:** “Não há um ataque do governo municipal ao movimento?”

**MST 1:** “Eles enrolam.”

**Rodrigo:** “Desde que cheguei na cidade tenho conversado muito com as pessoas. Feito aquele trabalho de investigação para saber até que ponto as pessoas conhecem o programa e eu não senti por parte destas pessoas que eu conheci resistência ao movimento. Embora aquela ideia muito forte no senso comum de que o movimento “invade” terra esteja presente nas falas destas pessoas. O movimento faz um trabalho com a comunidade em Ribeirão?”

**MST 1:** “A gente tinha um trabalho aqui, principalmente nos bairros próximos dos assentamentos, de agitação e propaganda que é como a gente chama. Então a gente fazia todos os sábados doação de alimentos para as comunidades, com música, com atividades, com teatro. Então nas atividades que nós, nas jornadas, nós fazemos sempre um trabalho no centro, na praça, pra dialogar com a população. Quando tem estas atividades a gente não sofre resistência nenhuma. Agora quando a gente fecha uma rodovia, daí tem gente que fica puta. Mas assim, a prefeitura... voltando a questão da escola. A gente tava na última gestão. Já haviam sido aprovados os recursos. A gente conseguiu e daí o município precisava liberar uma documentação pra gente pegar com o Incra. Então estava nesta questão institucional.”

**Rodrigo:** “Qual das escolas?”

**MST 1:** “Esta escola que nós estamos fazendo no assentamento. O recurso já está lá, mas na última reunião que eu estive, no dia 10 de fevereiro do ano passado (2012), a gente confirmou que o recurso estava lá, então a prefeitura tem que fazer um pedido

através de um documento pro INCRA, libera a área e o Incra libera outro documento. Eles não liberavam este documento por nada.

**Rodrigo:** “O INCRA?”

**MST 1:** “Não. A prefeitura. A gente fez a reunião com a prefeitura. Eles disseram que estava tudo bem. O recurso saiu foi aprovado né e nada. Tudo tranquilo. Nada de documento. E assim, o recurso tinha prazo. E eu ligava o dia inteiro e nada. A pessoa nunca tava. Até que um dia eu liguei, era o Mario Luckesi que era chefe da Casa Civil e, assim, uma pessoa, sabe? Trata super bem, né, simpática. Aí eu disse né, agora não tem mais jeito. Amanhã estarei aí com dois ônibus na frente da prefeitura, porque eu ligo, ligo, ligo e nada. Acho que a gente não precisava disto. Nossa relação é tão boa, mas amanhã cedo nós estamos mobilizando e vamos estar com dois ônibus na frente da prefeitura. Combinado? Daí eu pego o documento assim. Aí a tarde ele me ligou dizendo pra passar lá agora que o documento estava pronto. É impressionante né?! Temos que usar os artifícios às vezes nossos porque se não, não sai. Nós não estávamos mobilizados. Se precisasse a gente mobilizava. Então teve este impasse.”

**Rodrigo:** “E desde então melhorou ou piorou? Muda alguma coisa com as mudanças de governo?”

**MST 1:** “É o mesmo né?”

**Rodrigo:** “Digo antes e depois da prefeita Darcy?”

**MST 1:** “Mesma coisa. Mesma coisa. Não faz diferença nenhuma. E é este jogo de empurra-empurra, né. Então assim, pra política pública isto é muito complicado. Porque isto é responsabilidade do INCRA. Isto é responsabilidade da prefeitura. E tem o Ministério público.”

**Rodrigo:** “E como o Ministério Público se deparou com o programa Agronegócio na Escola?”

**MST 1:** “Então, a gente não chegou a ir nele, né, ainda, por causa do programa. Mas a gente sempre se colocou a favor de ser um espaço também pra esta discussão. Você deveria falar com o Goulart. Eu vou mandar um e-mail meu pra ele. Ele sempre se colocou a disposição. A escola por exemplo. Em relação a questão do espaço com a prefeitura. A gente teve uma audiência pra ver a questão da escola agora no fim do ano com a prefeitura. Então quando chega no limite de discussão a gente aciona o Ministério público e ele faz esta mediação para encaminhar. Então sempre tem isto.”

**Rodrigo:** “E o sindicato dos professores daqui de Ribeirão Preto?”

**MST 1:** “Então teve contato. Teve um pessoal que já manteve contato, mas assim é muito pontual, não tem uma articulação de fato. Então, tem algum espaço a gente vai lá falar no espaço, mas ua articulação mesmo...”

**Rodrigo:** “Eles não se colocaram contrários ao programa?”

**MST 1:** “Então, isto você pode ver com o Lívio. Tem gente que sim, tem gente que não. Ele tem mais proximidade. Uma coisa que ele coloca é isto, assim, tem professor que na verdade não gosta, não é nem pelo conteúdo ideológico do programa, é mais a questão de aumentar a carga horária de trabalho, aumentar o trabalho, do que de fato uma resistência ideológica. Tem um documentário, agora que lembrei. É da Cristine. Ela veio da Suíça. Tá morando aqui. Virou Sem-Terra. Ela fez um trabalho de conclusão de curso sobre a situação do agronegócio aqui em Ribeirão e ela tem umas falas assim muito legais. Porque ela pegou a João Fiuza que a gente fala aqui. São os prédios mais chiques do mundo. João Fiuza é uma avenida que assim, é a Ribeirão que dá certo. A Califórnia brasileira está lá. Você passa de manhã lá eles estão fazendo cooper e ela tem uma gravação das pessoas que moram lá. Ela falou que estava fazendo um documentário. Falando o que é o agronegócio, o que é esta cidade. Então assim, é muito arraigado. É muito orgulho aqui né.”

**Rodrigo:** “Ribeirão é conhecida como a capital do agronegócio né?”

**MST 1:** “Pois é. As pessoas gostam disto. Não sei se você viu, mas em todas as entradas da cidade tem: capital do agronegócio! Com monumento bem grande, valorizando. Em todo lugar. Isto é muito forte. Esta questão do desenvolvimento.”

**Rodrigo:** “Eu senti isto desde o avião quando vi uma propaganda de uma usina da região acompanhada de uma revistinha que, segundo eles, é a publicação mais antiga do país e que vão lançar a versão Kids...”

**MST 1:** “Não duvido nada. Nós temos o jornal dos Sem Terrinha também rrsrrsrs.”

**Rodrigo:** “Eles entenderam a importância deste trabalho com a infância, que este trabalho chega nos pais, chega na comunidade...”

**MST 1:** “Por exemplo, nós temos uma companheira que os filhos dela participaram. Quando a gente começou a conversar ela que é uma das dirigentes. Seria legal você conversar com ela. Podíamos encontrar ela. Ela tem quatro meninas e as quatro estão na escola.”

**Rodrigo:** “E participam do programa?”

**MST 1:** “Participam de todos. Então daí a criançada chegava lá doida, feliz da vida porque iam e eles dão kit de não sei o que, kit papel reciclado. E como é que você vai falar pra criança: não, isto é horrível? Teve um trabalho de uma turma de agroecologia aqui que foi uma turma que eu coordenei provavelmente em 2008 e 2009, do estado de São Paulo, de técnico em agroecologia. A gente tentou trabalhar com eles umas revistinhas que eram distribuídas antes do programa da ABAG. Era a turma do Caninha. Tinha um gibi.

**Rodrigo:** “Era feito pela ABAG?”

**MST 1:** “Não sei. Deve ter lá no Centro de formação. A gente trabalhou com eles porque a gente achou por acaso e era assim, um absurdo porque eles davam para as escolas e aí era a mãe natureza super sensual, linda e maravilhosa e ela ia levando as crianças para conhecer o agronegócio e esta imagem de valorização. Era terrível porque ela estava com as criancinhas dando um passeio e tem um bóia fria, um trabalhador do corte de cana e ela vira e fala assim: viu crianças por isto que vocês tem que estudar pra não ser assim e os pais destas crianças, a maioria, trabalha ou já trabalhou no corte de cana, mas assim apelativa, horrível e a gente trabalhou com os meninos esta questão. O que está por trás deste tipo de material. Foi bem interessante.”

**Rodrigo:** “E esta mãe? Como é que ela recebia isto? Esta mãe que é do movimento né? Ela é liderança do movimento?”

**MST 1:** “Ela fazia sempre o trabalho contrário né.”

**Rodrigo:** E tem outras mães que vivem esta situação nos assentamentos?

**MST 1:** “Todas. Tem uma companheira que é a Dona Cida. Ela é dirigente do setor de educação, seria interessante você conversar com ela. Não sei se ela vai saber explicar de fato sobre o programa ou com os filhos dela. Ela tem bastante filho, são uns seis ou sete filhos, de várias idades e estão todos na escola e ela acompanha a escola, acompanha os ônibus ou programa parecidos. Ela é do setor de educação e acompanha o transporte escolar e a gente faz no assentamento um trabalho com as crianças todo sábado que é a ciranda infantil onde a gente trabalha as questões da agroecologia. A gente está trabalhando com o SAF, o sistema de agro floresta. Então a gente fez o safinho que é um bonequinho que mora no SAF. Então a gente faz uma caminhada com as crianças pela área pra tentar colocar um contraponto aí, mas é difícil. É muito difícil, porque você não consegue garantir uma política de reforma agrária de fato né, de implementação. Então todas as crianças vão querer esta valorização que eles passam no

programa. Eles vão querer sair do assentamento. A propaganda está em todo lugar. O assentamento é isolado do mundo. Todos os problemas que existem fora, existem lá. Daí tem vários programas, vários projetos lá. Então é muito difícil você conseguir segurar eles. É isso e ainda tem um monte de coisas, mas não tem água na casa. Então qual é a urgência das famílias? É discutir o programa ou a água? Isto é super complicado. Mas assim tem um pessoal bom aqui! Tem um pessoal bom! Precisaria retomar a articulação.”

**Rodrigo:** “Este fórum está meio parado?”

**MST 1:** “O fórum existe até hoje (entrevista para, pois chegam dois companheiros do movimento). Mas nosso setor não está articulado o suficiente para fazer uma resistência ao programa. Esta prática nossa no cotidiano, a organicidade interna, de você ter um setor com todas as dificuldades que tem, você conseguir fazer a luta ainda, de fazer a resistência vai forjando as crianças também que é o que a gente coloca de fazer o contraponto.”

**Rodrigo:** “Mas o que é novo neste movimento todo, é o empresariado estar conseguindo fazer suas ideias penetrarem no movimento por meio de um programa educacional...”

**MST 1:** “Acho que esta questão vai muito além. A escola sempre teve uma função muito importante, um dos principais instrumentos, um dos principais aparelhos que nós temos aí é a escola por toda esta questão da interiorização, da assimilação, mas a contradição, eu acho, um pouco, que traz nesta nova pedagogia da hegemonia, ficou tudo muito misturado. Então você vai ver agora este movimento Todos pela Educação e o MST assina junto com todas as empresas. Então, o negócio ficou tão maluco que assim então todas as empresas e o MST assinando. Então qual o movimento que está sendo feito aí que você tira a questão do conflito. Então este novo discurso da coesão, de retirar o conflito, ter uma sociedade ativa, responsabilizar o indivíduo pra isto, a meritocracia, isto está muito ligado. Então, é difícil pra gente que está fazendo as lutas. Cadê a contradição? Porque nós temos que ter contradição pra mover né as lutas, Então cadê a contradição? Se os projetos são todos muito parecidos, as linguagens são muito parecidas, os projetos são incorporados, é tudo muito próximo. Então é difícil...”

**Rodrigo:** “A dominação usa instrumentos cada vez mais sutis...”

**MST 1:** “É cada vez mais sutil. Então, nós temos o jornal sem terrinha e são muito próximos. E pra você pontuar, porque nós temos as demandas concretas, como saúde, produção. Nós estamos em uma região de uso de agrotóxico. Aqui foi o primeiro



assentamento pela questão ambiental, porque está na área do aquífero guarani. Então tem todo o trabalho que a gente fez de assinar o termo de ajuste e conduta com todas as famílias com o Ministério Público. Aí vem o INCRA aqui dando curso de uso de agrotóxico. Nós assinamos, o INCRA assinou, todas as famílias assinaram. É área de proteção do aquífero. Foi por isto que nós conseguimos. A produção é só agroecológica. Então você não pode ter animal de grande porte, tem que ver o uso da terra, da água, e eles estão dando curso aqui para uso de agrotóxico, pra criação de gado. Não pode ter gado neste assentamento. São coisas surreais. Então a gente tem estas demandas concretas, então é muito difícil.”

**Rodrigo:** “Pra gente como eu que não está vivenciando um assentamento e conhece o projeto que o MST tem de formação da classe trabalhadora pautado na educação popular, imaginamos que este espaço é livre da sociabilidade do capital. Um espaço de formação de homens e mulheres socialistas. E pensar que uma iniciativa como esta, realizada por uma associação empresarial, pode disputar a educação das crianças do assentamento é algo muito novo...A UDR jamais pensou nisto. A ABAG inaugura um tipo novo de dominação...”

**MST 1:** “Pois é. É um desafio do movimento como um todo que nós vemos fazendo internamente. Porque a gente recebeu muita crítica até de aliados. Quando o movimento começou a enfrentar a Monsanto, começou a quebrar, lutar contra a transgenia. É terra gente. E pra gente chegar agora e falar agora o inimigo principal não é mais o fazendeiro. O inimigo agora é a Globo. Então é tudo muito misturado. Então, qual enfrentamento a gente faz e contra quem a gente faz o enfrentamento? Então nós estamos valorizando muito isto. Vamos estudar e não estudar só as nossas táticas. Porque antes a gente tinha muito isto. Vamos fazer um curso, então vamos falar das práticas da ciranda infantil, da escola. A gente não consegue mais fazer isto. E nem pode mais fazer isto. Então a gente tem que olhar. Este curso que eu fiz no rio foi neste sentido. Com a gente consegue formar uma militância que seja capaz de fazer esta leitura, não só da educação, mas a leitura de uma pedagogia mais politizada. Foi impressionante. Só saiu trabalho sobre a Vale, sobre ABAG, sobre todas as empresas que estão nas áreas próximas aos assentamentos fazendo esta propaganda e vindo pra cima e são estes nossos inimigos. Mas eles são muito maiores, com capacidade de incorporar e como é que a gente faz a luta contra as multinacionais? Lá no acampamento tem muita gente que trabalhou no corte de cana.

**MST 2:** “A maioria. Tem uma grande usina aqui de Serrana, onde a gente está lutando pela escola, que tem muitas dívidas trabalhistas. Companheiros do acampamento que já trabalharam na usina tem a receber destas dívidas. E além desta questão da dívida, muitos companheiros sofrem por causa de graves problemas de saúde e não conseguem mais trabalhar por causa do trabalho no corte de cana. Então a gente provoca este tipo de reflexão.”

**Rodrigo:** “E como é a visão destes companheiros sobre o agronegócio?”

**MST 2:** “Não, porque a gente sempre começa perguntando quem já trabalhou n corte de cana. Todo mundo levanta a mão. E aí perguntamos coo é que foi. Aí você começa a conversar e aí aparece companheiro que teve AVC. Aí alguém diz: eu tive AVC durante o corte de cana. O outro diz, eu tive problema de bexiga, porque não ia ao banheiro durante o corte de cana. O outro tem ernia por causa do corte de cana. O outro a usina deve vinte mil reais e hoje não consegue trabalhar. A usina ficou rica e eles estão aí sem conseguir trabalhar e nem receber.

**MST I:** “Ainda precisa ser feito um estudo sobre isto. Porque as usinas falem e elas tem um poder de se rearticular. Porque elas não quebram né. Elas são recompradas né por outro grupo. Então declara falência, manda todo mundo embora e já vem outro grupo. Tem uma usina em Matão que foi comprada por um grupo do Paquistão.

**MST 2:** “E tudo é muito difícil, porque o sindicato é muito ligado ao pessoal da usina e o nosso pessoal é muito simples, ninguém entende dos seus direitos, nada. Então, sempre os acordos não favorecem os trabalhadores. Tem capital paquistanês, tem capital chinês e eles conseguem fazer que a dívida seja no nome da usina e mudam o nome desta usina, então mudam o cnpj.

**MST I:** “Tem uma professora em São Paulo que faz um trabalho excelente sobre os trabalhadores do corte de cana e estes sindicatos são todos pelegos, todos patronais. Tem um sindicato em Cosmópolis que é um dos sindicatos de resistência, inclusive uma das lideranças é a Carlita e eles relatam de pessoas mortas, do uso de drogas na área de trabalho e agente foi uma vez. Eu cheguei a ir uma vez no sindicato com a Carlita e ela sempre falava de um dos casos emblemáticos que é do Podão de Ouro, eles cortam toneladas por dia e quem corta mais ganha o título. E tem um trabalhador que atrofiou totalmente. Tinha mais ou menos trinta anos e atrofiou todos os músculos por causa do corte. O que esta professora mostra é que os trabalhadores do corte de cana tem uma

expectativa de vida menor que dos demais trabalhadores...(Chegam os sogros da Manuela).

**MST 2:** “Tem um acampamento em Serrana e a prefeitura vem buscar com ônibus, mas nós temos a ideia das crianças estudarem na escola do assentamento em Serrana. Mas por enquanto elas estão indo na escola da prefeitura mesmo.

**Rodrigo:** “E o acesso das crianças a escola é fácil?”

**MST 2:** “O acesso é, mas elas sofrem com preconceito. As crianças sofrem muito porque é aquilo. Quando a perua chega eles pedem pra descer antes, não parar na porta, parar antes, pros outros não saberem, porque já ficam falando que é a perua dos sem terra. Aí alguns até desistem. Sobretudo adolescentes, porque é um período mais difícil. A gente trabalha isto, mas nesta idade é difícil. Mas é engraçado, porque quando eles vão numa atividade do movimento se identificam muito, tem orgulho. Porque os jovens do campo já sofrem preconceito e ainda sendo sem terra, dormem em barraca de lona, sem luz elétrica.

**MST 1:** “Tem um caso interessante em Iaras. Iaras é onde tem a Cootrale, onde a gente, você deve ter visto nos jornais um tempo atrás que o movimento derrubou uma laranjas. Tem uma companheira vendo então as escolas lá e viu que a Cootrale também faz um trabalho nas escolas com material, formação de professores, passeios. E ela tava contando que a empresa estava levando os professores para São Paulo, pra uns hotéis e eles querem saber do que vai ser servido no café. Qual conteúdo ideológico que está sendo passado ali, como a criança vai apreender, eles querem a prova pronta que é mais fácil. É muito difícil. Aqui eles levam na feira. Qual aluno não quer ir na feira? É a maior feira do agronegócio.

**MST 2:** “Um pessoal do próprio assentamento arruma emprego na época da feira. Vai catar latinha.”

**MST 1:** “Eu recebi um e-mail pelo movimento falando sobre a questão da prostituição, que se forma todo um mercado. Virou um nicho de mercado no período. Elas colocam anúncio pela internet e o cara pode ficar o período que quiser ficar. E são meninas universitárias que atuam como acompanhantes.

**MST 2:** “Esta é uma contradição do agronegócio. Porque tem todas aquelas máquinas, todo aquele poder tecnológico e, ao mesmo tempo, quando chegam na cidade aumentam a prostituição, o uso de drogas, que é o tradicionalismo também. É uma loucura.

**MST 1:** “É um absurdo.”

- **Entrevista Secretaria Municipal de Matão (SP)**
- **Data:** 03 de Junho de 2013
- **Entrevistado:** Secretário
- **Local:** Secretaria Municipal de Educação de Matão

**Sec.:** “Nós já tivemos acho que pelo menos umas quatro tentativas da ABAG de Ribeirão Preto de conseguir a adesão do município de Matão ao programa deles, Agronegócio na Escola. A primeira tentativa foi diretamente com a gente aqui da Secretaria de Educação. Foi um convite aberto e fizeram para várias secretarias de educação da região achando que fosse tranquilo, que os municípios seriam facilmente cooptados em razão da associação, do nome que a associação tem, da representação que ela tem aqui na região de Ribeirão Preto. Enfim, acharam que fosse muito tranquilo. E aí nós não aderimos. Na segunda tentativa, eles quiseram que nós fôssemos na finalização do projeto da região, de vários municípios que naquele ano tinham aderido ao programa, participado. Então, esta foi a segunda tentativa. Eles quiseram que nós fôssemos lá para participar da finalização, então, nós ficaríamos entusiasmados com o programa e aí nós também não fomos.

**Rodrigo:** “Quando foi isto?”

**Sec.:** “Isto foi há uns três anos atrás. Nós estamos em 2013, 2010, 2011, 2012, 2013, então no começo de 2010 e no final de 2010 ou começo de 2011. A primeira vez que eles mandaram o convite eu cheguei a responder, mas não guardei os e-mails, joguei todos fora, mas eu cheguei, eu lembro bem que eu cheguei a responder dizendo o seguinte: que a gente agradecia o convite, mas que nós não participaríamos do projeto porque a gente tinha uma outra linha aqui na Secretaria de Educação e a gente trabalhava com escola do campo e numa outra linha, junto aos movimentos sociais. Então, a gente tinha uma visão crítica inclusive da atuação do agronegócio, destas empresas todas. Eu lembro que foi bem esta resposta por e-mail que eu dei. Então eu acho que eles já perceberam que seria mais difícil e eu ainda citei o MST que a gente tinha uma relação com o MST. Aí no final do ano eles tentaram o convite para que nós fôssemos ver a conclusão do trabalho, também nós não fomos. A terceira vez eles tentaram direto com o prefeito. Então as primeiras foram direto na secretaria e a terceira

já foi com o prefeito, com o outro prefeito, com o Adauto. Com o prefeito “Adauto Scardueli”. Aí eu lembro que eles fizeram o seguinte. Naquela época a Monica Bergamashi ainda era a presidente da ABAG aqui de Ribeirão Preto e que depois foi lá pra Secretaria de Abastecimento. Então não é à toa né, a participação dela na Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Ela tem um primo que é médico aqui em Matão, Dr. Edson Bergamashi, e este Dr. Edson é médico do prefeito, do ex-prefeito. Então ela achou que “olha, através do médico do prefeito a gente chega lá”. Então ela marcou uma reunião com o Dr. Edson, o primo dela, e mais um dos representantes da indústria de implementos agrícolas daqui, o Chiquinho Maturo que é ligado a Marquesan que é uma destas empresas e o próprio prefeito. Então foram a Mônica, o Dr. Edson e o Chiquinho conversar com o prefeito e não pediram que eu... não me convidaram pra esta reunião. Não pediram que eu fizesse parte desta reunião, mas o prefeito é muito petista, tem uma linha petista, assim muito forte né. O Adalto sempre foi. Então ele me ligou antes dizendo o que estava acontecendo. Aí eu expliquei pra ele que não nos interessava o programa, em função de todo o trabalho que nós já estávamos realizando aqui, tentando fazer com os professores, tentando construir esta escola da diversidade, com educação do campo, com a questão dos quilombolas, dos indígenas e fazer os professores abraçarem, fazer a escola abraçar estas questões não é uma coisa fácil, não é uma tarefa fácil e se a gente já havia começado esta tarefa, este trabalho, criando alguns frutos, seria muito ruim pra este processo se a gente trouxesse um programa como este do agronegócio na escola pra dentro. Por que primeiro confundiria os professores. Afinal de contas né, qual que é a nossa postura diante desta realidade, diante da agricultura brasileira, do campo no Brasil? É o do agronegócio ou da valorização do homem do campo da mulher do campo, da agricultura familiar, da agricultura sem agrotóxico, enfim, todas aquelas coisas. Então, a gente achava que os professores ficariam confusos, mas também teriam chances de abandonar este projeto que a gente está desenvolvendo e que não é fácil desenvolver, dada a visão que todo mundo tem dos movimentos sociais e que seria muito mais fácil abraçar o agronegócio, as indústrias aqui de Matão, do que continuar com esta tarefa nossa. Então ele entendeu e falou deixa comigo Alexandre. Deixa que eu respondo pra eles e respondeu que não nos interessava o projeto e acabou. Eles foram embora e foram embora descontentes. Esta foi a terceira. A quarta tentativa, fora as tentativas que eles todos os anos mandam convites, mandam o jornalzinho do agronegócio. Aí neste ano, logo no comezinho, com umas duas ou três

semanas, eles tentaram com o novo prefeito. Também não me chamaram. Fiquei sabendo só depois que a reunião havia acontecido e aí eles planejaram trazer o Roberto Rodrigues, o garoto propaganda do programa, do agronegócio, da ABAG. Só que o Roberto Rodrigues acabou não vindo pra cá e aí conversaram com prefeito. Falaram mal de mim, da Secretaria de Educação e do ex-prefeito para o prefeito atual. E aí o prefeito atual, ele assumiu, ele é petista, ligado a Secretaria de Saúde, a gente trabalha há mais de vinte anos juntos e tal. Mas ele está numa postura de conversar com todos os setores. De conversar com todo mundo e ver o que dá pra fazer. Então, a princípio ele disse para os representantes do programa: olha nós vamos estudar, vou conversar com o secretário né. Ouviu e disse que iria conversar com o secretário, que nós íamos fazer alguma coisa. Alguma coisa nós vamos fazer. E ficou nisto. Já tem duas semanas, eles mandar a proposta de convenio pra ele, mas ele não falou mais comigo sobre este assunto. E aí é claro, ele não vai fazer nada sem falar comigo. Como ele até agora não tocou neste assunto mais, eu acredito que a gente consegue. Inclusive porque o secretário de Desenvolvimento Econômico neste dia estava junto. Ele até achou, depois conversando comigo ele falou: Alexandre eu nem sei porque eu estava fazendo ali. Era pra você estar ali. Mas enfim, eu já falei pro Chico que a nossa linha é outra, que a gente tem uma outra construção aqui, um outro processo sendo construído que não é este. Então, ninguém fez nada. Não tem nem. Nem chegou até aos ouvidos da Rede de que vão fazer formação pra isto, de que vão fazer, então...está neste pé. Eu acho que a gente consegue convencer depois...eu acho que ele fez apenas uma política de boa vizinhança só e acaba parando nisto por aí. Mas eu fiquei imaginando, cheguei a falar com a Manuela, fiquei imaginando que se eles têm esta postura de insistir deste jeito, de persistir tanto assim, junto as prefeituras, e usar de todos estes artefatos que eles tem. Então, ora pegando um parente que é amigo, outra hora trazendo o Roberto Rodrigues, outra hora... você faz um sistema de cooptação que dificulta para as prefeituras, para os prefeitos tomarem uma decisão imparcial né. Foi por isto que falei pra ela: nós temos que questionar na justiça. Porque eu não vejo que é só a ABAG. Tem a OAB com os projetos dela, a polícia militar com os projetos dela dentro da escola, estes movimentos todos destas associações todas de vir pra dentro da escola é no sentido de fortalecer a presença e a participação destes grupos junto à população. Eu acho que estes movimentos, estas associações todas, elas não têm um espaço muito grande, uma inserção muito grande na sociedade e aí eles querem utilizar a escola para fazer isto. E você vê que isto foi depois

do processo de redemocratização do país, de abertura política. Acho que estas associações tiveram uma força maior no passado, né? Durante a ditadura militar, até pelo perfil da escola, dos professores, me parece que este tipo de presença não era tão necessário. Não era necessário que eles fossem procurar a escola. E a partir da redemocratização, do posicionamento da escola, dos professores, então, estas associações, perderam espaço e elas querem recuperar este espaço. A polícia militar na escola dando aula de combate as drogas e combate a violência. Como é que a gente faz isto? É o que eu respondo. Nós temos escolas que não querem participar destes programas, mas a gente não pode dizer isto claramente, mas como é que a gente combate a questão da violência, é complicado. Tem que ser com direitos humanos, trabalhando com direitos humanos, trabalhando com formação do cidadão, com engajamento político, é isto que transforma, né? E eles acham que é com a presença deles.

**Rodrigo:** “Os professores conhecem este programa? Já ouviram falar?”

**Sec.:** “Não. Acho que não. Acho que não conhecem não. Porque a tratativa foi neste nível, né. Eles não tentaram falar com as escolas diretamente. Pode ser que eles tenham ouvido alguma coisa a partir das escolas estaduais que se eu não me engano uma das pessoas ligadas ao agronegócio que é aqui de Matão ligada a este pessoal em Ribeirão Preto um dia disse pra mim que as escolas estaduais teriam trabalhado. Eu não fiquei sabendo. As escolas estaduais, parece que visitaram algumas empresas da região, algumas indústrias daqui, mas eu não fiquei sabendo. Não sei nem quais são as escolas. Então pode ser que os professores conheçam a partir daí.

**Rodrigo:** “Você conhece alguma prefeitura do PT daqui da região que tenha aceito o programa?”

**Sec.:** “Eu não conheço. Dobrada é do PT, também não tem.”

**Rodrigo:** “Esta é uma decisão do diretório aqui da região de não aceitar?”

**Sec.:** “Não. Acho que o diretório nem sabe da existência deste programa. Acho que às vezes a gente tem uma posição um pouco ingênua quando acha que toda intenção é boa, né? Que tudo que se propõem pra escola é com boa intenção, então. Acho que se conhecem ou já ouviram falar não há uma posição crítica. Acho que a posição crítica foi mesmo nossa, aqui da Secretaria, pela gente já ter há mais de dez anos discutido, vem discutindo a educação do campo, né? Da valorização do campo.”

**Rodrigo:** “Porque é curioso, porque você justifica a posição de vocês afirmando um sentido que o partido tem pra vocês que é este partido próximo aos movimentos sociais e construindo uma administração pública junto a estes movimentos. Não sei se você concorda comigo, mas a política federal e mesmo em muitos municípios com governos do PT caminham num sentido diferente desse que você está colocando. Políticas como o PDE falam diretamente em parcerias com estes setores do empresariado brasileiro, inclusive para a escola, como é o caso do Movimento Todos Pela Educação. Então eu queria entender melhor, pois você argumenta que tem em Matão este grupo de pessoas com este histórico. Você acredita que exista mais elementos que explicam esta posição de vocês? A história do PT na cidade? A correlação de forças no interior deste partido? O que você acha que faz com que Matão seja uma experiência de resistência que a gente não encontra tão facilmente na atualidade em outros lugares?”

**Sec.:** “Olha, em Matão eu acho que nós temos outras resistências aí. Não é porque o governo federal propõe que...por exemplo o Programa Mais Educação que é segurar criança em tempo integral e a gente não tem aderido também ao Mais Educação. Não porque a gente não quer mais porque nós não temos condições financeiras pra isto. Nós não temos financiamento. A gente está tentando financiamento ainda pra gente poder dar uma valorização para o magistério daquilo que a gente já tem hoje que são as escolas de tempo regular, de tempo parcial. Então eu não posso aderir ao programa que amplia este atendimento se eu não vou ter financiamento pra isto. Então eu preciso de dinheiro, primeiro eu quero resolver nossos problemas, nossas questões daqui, do plano de carreira, de valorização do magistério, pra aquilo que a gente já tem, que a gente faz bem feito e valorizando o professor. Depois que a gente tiver feito esta primeira lição aí a gente pode pensar em ampliação do tempo, tanto do aluno, quanto do professor. E me parece que o programa Mais Educação não nos dá esta condição, né? A gente está precisando hoje dos 10% do PIB pra educação que está no PNE que nem foi aprovado ainda pra melhorar o que a gente tem. Eu acho que é a posição mesmo. Uma posição crítica nossa de saber dar continuidade e que nós estamos aqui em Matão, este é o décimo sétimo ano, nós tivemos um intervalo, foram quatro anos que eu fui trabalhar em Araraquara, mas nós estamos aqui em Matão desde 1997, então a gente acompanhou o crescimento dos nossos recursos, dos nossos orçamentos, das demandas ao longo destes anos todos. Então, acompanhamos também a formação que foi feita, aquilo que nós trouxemos, qual foi a linha. Acho que esta é a continuidade. A gente sabia lá em 97



o que a gente queria fazer, né? O que era necessário fazer. Acho que é isto que dá. Mas é isto. Você te razão. Não é em todo lugar, em todas as prefeituras petistas que tem esta visão crítica disto. Bom, se bem que tem acadêmicos por aí que fazem crítica a educação do campo, a forma, a especificidade. Tem acadêmicos que não veem nem a especificidade da educação do campo. Olha, é a mesma educação. É a mesma educação que se dá na cidade se dá no campo, que não tem, o que precisa é a qualidade, é o que les dizem, né? É dar as duas escolas educação de qualidade, basta fazer isto e está resolvida a questão, resolvido o problema. Nossa dificuldade é garantir a qualidade da educação. Com toda razão. Agora, garantir a qualidade da educação do campo passa por especificidades que são do campo e aí se a gente não respeitar estas especificidades que são do campo e eu não vejo como dar esta qualidade da educação do campo que a gente fala. E tem estas pessoas que acham que a educação do campo não tem especificidade, que não é diferente, que não tem questões específicas.”

**Rodrigo:** “Você disse que na terceira tentativa eles chamaram um dos Secretários de governo com o médico do prefeito...”

**Sec.:** “É. Veio a Mônica Bergamashi que era presidente da ABAG, o primo dela que é médico aqui em Matão, o Chiquinho Maduro que é diretor da **Marquesã** (ver forma de escrever!!!!), da parte de vendas da Marquesã, que é uma indústria de implementos agrícolas que está associada a ABAG. Eu até falei com a Manuela. Eles pensam Matão como um ponto estratégico, porque neste ano na Agrishow Matão foi a cidade que levou mais indústrias na feira. Imagina como Matão deve ser importante pra eles. Não é pouco. É verdade. Eu fui na Agrishow. Eu vou quase todos os anos. E nós já levamos, levamos os professores, nossos professores das escolas do campo. Já levamos alunos pra visitar a Agrishow pra que eles saibam o que é o agronegócio. A alta mecanização, agricultura de precisão, uso intensivo de agrotóxico, enfim, e lá dá pra ter uma ideia e assim uma agricultura rica com muito poder econômico. Elas já foram lá. Eu vi lá as empresas daqui de Matão. Fui visitar todas elas. Não entrei em todos os estandes, mas eu passei e vi todas estas empresas daqui de Matão. De fato é verdadeiro que Matão era a cidade com o maior número de estandes lá. Então você imagina o que significa pra eles não conseguir a adesão de Matão ao programa. Por isto eles vem aqui.

**Rodrigo:** “Eles chegaram a tentar algo por dentro do partido?”

**Sec.:** Pelo partido não. Não. Eu falei alguns dias atrás com o presidente do partido, mas não chegaram a fazer. O PT aqui teve uma linha assim, ele nasce de dois grandes

movimentos: as eclesiais de base, eu sei porque estou na primeira comissão da fundação do partido daqui, e os sindicatos, o sindicato dos metalúrgicos, isso em 1986. Então são duas linhas. Os sindicatos daqui né sempre foram de oposição, sempre marcaram definiram bem sua oposição aos setores produtivos, industriais aqui de matão. Então.

**Rodrigo:** “Você vê diferença na direção do partido daqui de Matão e a direção do PT de Ribeirão?”

**Sec.:** “Não sei. Não conheço a direção lá.”

**Rodrigo:** “Porque Ribeirão Preto no início do governo Lula teve uma importância grande. De lá saíram o Ministro da Agricultura e o Ministro da Fazenda e está aqui do lado. Como é que vocês receberam isto? Vocês eram próximos?”

**Sec.:** “Palocci sim. Rodrigues não. Roberto Rodrigues a gente entendeu o proque. É uma pessoa muito ligada a agricultura, sempre foi um pesquisador, um professor. Eu já conhecia o Roberto Rodrigues antes, porque meu pai é engenheiro agrônomo, então sempre ouvi muito falar do trabalho dele. Então a gente entendia que o convite do Lula era em função disto. Agora, o Palocci em 97 era o cara dentro do PT. Lembro até de uma cartilha que ele fez pra distribuir para os novos prefeitos e lebro do nosso prefeito falando da cartilha. O Palocci era uma referência, era muito respeitado. A gente sempre fica assim né, vem com uma cartilha, conselho, manual, eu não gosyto muito de manual, nem como professor eu gosto disto.”

**Rodrigo:** “Quando eu perguntei sobre o Roberto Rodrigues, eu pensei nos movimentos sociais com quem vocês tem parceria e tem um histórico de embates no campo da agricultura com o agronegócio e o Roberto Rodrigues, como você disse é uma representação deste setor. Quando ele alcança o governo federal tem repercussão pra cá pra Matão? Sobretudo pra esta relação com os movimentos sociais? Porque o agronegócio se fortaleceu com o Roberto no Ministério, certo?”

**Sec.:** “Muito!”

**Rodrigo:** E isto alterou a correlação de forças aqui?”

**Sec.:** “Não. Eu acho que a maior dificuldade mesmo são os meios de comunicação. Esta demonização que os meios de comunicação fazem dos movimentos sociais, sobretudo o MST. Os professores, por exemplo, são muito influenciados por isto e muito menos do que por estas questões sobre o Roberto Rodrigues. Não se atentam pra isto. Nunca vi isto aparecer. Como nós fazemos a educação no campo se chamássemos o Roberto Rodrigues talvez algum professor. Isto não aparece. O que aparece mesmo é esta visão

dos movimentos sociais que os meios de comunicação trazem quase todos os dias. Esta é a resistência maior que a gente tem. Você apresentar os aspectos sociais, a agricultura familiar, o homem do campo, a produção agrícola e tem que se defrontar com pessoas falando assim: “ah mais no campo não dá pra viver, não dá pra morar, é atrasado, quem vai pra terra não consegue”, enfim esta visão. E claro que a visão da indústria de que você terá maiores condições com a agroindústria do que estar lá com a agricultura familiar.

**Rodrigo:** Você entende que há perda do caráter público das escolas com a entrada de projetos empresariais? E uma segunda questão: você avalia que o professor perde autonomia em seu trabalho com estes projetos e programas empresariais?

**Sec.:** “Olha, não acredito que seja este o objetivo até porque eles teriam que gastar muito dinheiro, teriam que investir muito em material pronto e nós já temos aí empresas que fazem isto, conseguem vender e conseguem entrar. O objetivo deles pra gente aqui é fazer a divulgação do negócio deles, colocar seus objetivos e colocar isto como a tábua de salvação. Como se a proposta deles viesse para salvar o campo. Pra salvar a agricultura brasileira, o agricultor, o proprietário, o trabalhador, como se isto viesse pra fazer isto tudo. É pra colocar algo que venha pra resolver todos nossos problemas. E é muito mais fácil para o professor abraçar isto do que abraçar o que nós estamos levando para as escolas que é a questão da diversidade, da justiça ambiental, de quilombolas, indígenas, das populações do campo, enfim, acho que mais por aí.

**Rodrigo:** “Num vídeo de uma emissora local que apresenta o programa a coordenadora da ABAG diz assim: o programa tem como objetivo valorizar a imagem do agronegócio na região, então nós passamos os valores do agronegócio e eles transmitem estes valores aos alunos. Neste caso, o professor não fica relegado ao papel de repetidor?”

**Sec.:** “É como se ele não tivesse a capacidade de fazer crítica, como se ele não soubesse realizar a crítica, analisar um material. A nossa resistência ao material apostilado aqui é neste sentido. Como é que eu posso trabalhar com os alunos numa lógica que eu não criei, que eu não pensei. Porque não é só a informação, mas as formas de passar esta informação. A forma de distribuir esta informação. O momento em que se faz isto. Porque a informação por si só tem um papel limitado, mas a informação colocada no momento certo, da forma certa, com uma discussão, é este é o papel do professor. Tem que partir do pressuposto de que o mundo não é estático, está sempre em movimento. Pelo contrário, tudo tem alteração e mudança a todo momento. Então precisa-se de um

professor que esteja ligado a tudo aquilo que está acontecendo e com sua visão crítica saiba trabalhar com estas informações. Então eu não consigo entender uma pessoa fazendo só este papel de reproduzir num momento aquilo que uma pessoa que está fora tenha pensado. Por isto que a gente não aceita de maneira algum material apostilado aqui. O professor tem que ter esta tarefa de elaborar seu material diante de uma realidade que ele está trabalhando e avaliando e saber aquilo que ele precisa para aquele momento. Quais são as demandas que os alunos trazem? E o material apostilado não dá brecha pra isto. Você tem mesmo aquela coisa pronta de só colocar no forno, sabe? Aquela comida pré-pronta? Que você só leva ao forno? Acho que não dá pra ser isto. Então a visão da ABAG é esta que o professor não é capaz de pensar. Se o agronegócio é algo tão bom assim deixa que o professor uma hora ou outra vai chegar a esta conclusão e vai lá e trabalha com os alunos. E se isto acontecer, eu nem tenho com evitar que isto aconteça, né? A única coisa que a gente tem é contar com outro professor com uma outra visão coloque outro ponto de vista, o ponto de vista da agricultura familiar, agroecológica, mas eu não vou poder impedir que um professor vai lá se foi seduzido pelo agronegócio depois de estudar, sendo proprietário, sendo filho do dono, vai lá e faça isto. Mas contaria com outros professores que vão lá. É o que falo, quando vamos esperar que o material apostilado. Nós temos uma escola lá num distrito rural afastado vinte e cinco quilômetros. Lá tem igreja, correio, supermercado, tem farmácia, asfaltada, duas escolas, tem uma população grande e tem uma indústria de processamento e alimento, de poupa de goiaba, de poupa de tomate, uma série de coisas assim e esta indústria é muito mais nova que o distrito, mas muito. O distrito tá lá a muito tempo e a indústria chegou há quinze anos, dezesseis, dezessete anos mais ou menos. Bom, quem vai fazer esta reflexão de que, é o que eu falo sempre para os professores, qual que é o papel da escola? Daquela escola. Não sei das outras, mas daquela escola especifica. Um dos papéis desta escola é questionar porque aquela indústria que foi instalada há dezessete anos atrás conseguiu crescer três mil por cento no seu tamanho, na sua renda, no seu capital e o produtor que está lá há mais de sessenta, setenta anos produzindo ali neste mesmo período não conseguiu crescer seu capital, sua produção em dez por cento, vinte, trinta por cento. Basta que a gente faça isto, porque o aluno daquela escola tem todo o direito de compreender este processo. Então a indústria tem financiamento próprio? Tem subsídio? Porque a indústria? E nós? O que o produtor rural faz? O que o agricultor faz? Só produz tomate? E só pega este

tomate? Vende este tomate para a indústria? Mas como que é esta relação? E tem todo o direito de saber disto. É claro que os acadêmicos aqui de São Carlos diriam pra mim: Alexandre, mas os alunos da periferia também deveriam conhecer porque seu pai metalúrgico da indústria, com certeza. Agora não fazem isto porque nunca fizeram. Agora o outro lado vai fazer e é importante para eles. É importante pra situação deles que é quem mora, produz e vive no campo. É claro que a cidade pode fazer esta e tudo mais, mas o campo teria que fazer isto. Então, esta elaboração você não vai encontrar em nenhum material apostilado. É o professor que tem que fazer isto. É o professor. Tem material pra fazer isto? Tem. Se quiser fazer, tem o material. Pesquisa! Procura! Busca! Vamos tentar entender, vamos entrevistar, vamos nesta cadeia produtiva ver o que está acontecendo pra poder responder aos alunos e falar olha não faça deste jeito, faça deste jeito ou vamos ter que mudar a legislação ou vamos ter que mudar o sistema de tributação, sistema de empréstimo. A gente vai ter que fazer alguma coisa. Porque o que não dá é estas pessoas que compram os produtos dos pais de vocês, dos alunos, e consigam um desenvolvimento que a gente não consiga também. Então não tem material que dê conta destas coisas. É o professor. É o professor que tem esta visão crítica e sabe o que é que os alunos precisam saber. Este é um saber fundamental. Claro que os alunos precisam saber química, precisam saber física, o movimento do arado, a criação dos animais, como tratar. Foram questões que quando a gente começou a discutir educação do campo eu lembro muito bem as nossas primeiras discussões sobre educação do campo, o que os pais queriam. Porque nós temos a participação dos pais pra fazer esta discussão e sabiam que precisavam disto também, que os filhos precisam saber pra poder responder pra trazer de volta pra casa e olha a vaca está com esta doença, precisa vacinar assim, precisa disto. Como é que é? Eles precisam saber.

**Rodrigo:** “Pra concluir, eu vim achando que Matão estava inscrito na edição deste ano e você agora me contou toda esta história de resistência. Você está otimista quanto à possibilidade de conseguir manter esta posição diante da ABAG?”

**Sec.:** “Eu estava falando sobre as escolas do campo. No ano passado a USP de Ribeirão abriu um curso de especialização do campo, quinze professores se inscreveram, quiseram fazer, sem que a gente tenha obrigado. Nós não demos nenhum incentivo. A única coisa que a gente faz é leva-los, mas eles só ficaram sabendo que nós iríamos leva-los depois que eles fizeram a matrícula. A primeira coisa que eles fizeram foi fazer a matrícula, se inscreveram no processo, foram aceitos e pediram o transporte. Nem a

refeição a gente paga pra eles. Quinze professores destas escolas do campo quiseram fazer o curso de especialização de educação do campo da USP Ribeirão. Então, acho que é um indício, um sinal muito claro de que eles querem trabalhar co educação do campo, que entende que existe uma especificidade e veem que isto aqui é educação do campo, que aquela que nós temos com a população. Porque tem gente em São Paulo que nega a existência do campo, que nega a existência da mulher, do homem do campo.

**Rodrigo:** “A Manuela estava me dizendo que Ribeirão oficialmente não tem área rural.”

**Sec.:** “heheheheheh Então, eu acho que é o reconhecimento de que tem. Pode ter noventa e sete por cento que está na área urbana, mas te três por cento que está na área rural. Tem uma população de jovens que são atendidos em escolas do campo que são trazidos pra cidade, mas também tem jovens que moram aqui na cidade, mas que a relação é com o campo, porque os pais trabalham no campo, ou vieram do campo há muito pouco tempo, então sonham, pensam a volta pro campo. Então, também tem alunos aqui da cidade, da periferia que tem esta relação mais forte com o campo que os outros da cidade que nasceram por aqui. Então, falta também que estas escolas de Matão trabalhem educação do campo porque eles têm também muitos alunos que vem deste universo, que vem desta realidade. Nós vamos resistindo, mas era importante que se fizesse um movimento que nós questionássemos na justiça porque estas associações estão entrando com tanta facilidade nas escolas e substituindo o papel e o trabalho do professor. Agora, se elas podem porque que outros não podem? Porque os movimentos sociais não podem? Então, nós vamos abrir pra todo mundo. Então, nós vamos deixar que o agronegócio faça isto, mas aí eu vou querer então que Sertãozinho disponibilize lá um horário para os movimentos sociais também para falar, enaltecer os movimentos, as lutas do campo, enaltecer a agroecologia. Se abriu as portas para o agronegócio, porque não abrir também. Então, vamos fazer isto pra todo mundo. Mas você vai ver, por exemplo, que Sertãozinho não vai querer que os movimentos sociais entrem.”

**Rodrigo:** “Você acha que se o MST apresentar uma proposta..”

**Sec.:** “Podia tentar. Já falei com eles que eles tentem e se eles se recusarem, vocês perguntam, ué.”

**Rodrigo:** “Criaria uma contradição.”

**Sec.:** “Né? Fazer a dialética.”

**Rodrigo:** “Você tem contato com algum Secretário de Educação de algum município próximo que tenha aceito o programa?”

**Sec.:** “Não tenho.”

**Rodrigo:** “A ideia é analisar este tipo de associação que reúne todas as frações do capital: comercial, industrial, agrária e financeira.”

**Sec.:** “O Sesi conseguiu em Araraquara.”

**Rodrigo:** “Nesta tentativa de apostilamento da Rede?”

**Sec.:** “O Sesi conseguiu em Araraquara e tá pertinho, então eles achavam que dava também.”

**Rodrigo:** “Uma coisa que me chamou atenção quando cheguei aqui foram estas duas instituições em frente a Secretaria. De um lado o colégio Objetivo e do outro o Senai.”

**Sec.:** “Eles também tentaram. Durante a campanha ficou assim que se o outro candidato, é claro que ninguém sabe disto, pouca gente sabe, mas tinha um compromisso do outro candidato que era do PSB que foi oposição a gente de que se ele ganhasse ele implantaria o apostilamento do Sesi aqui.”

**Rodrigo:** “Você diz que é recíproco? A Secretaria não quer e o empresariado também não?”

**Sec.:** “Por outro lado eles batem pé também.”

**Rodrigo:** “Só a ABAG?”

**Sec.:** “Só a ABAG. Não entra nada, nada, nada. Absolutamente nada.”

**Rodrigo:** “Tá confiante que vai conseguir manter esta linha?”

**Sec.:** “Não sei até quando. Não sei até quando consegue recusar estas coisas todas, mas nós vamos tentando. Nós temos também um grande trabalho com as questões étnico raciais aqui. A gente também sabe que é uma luta. Todo mundo prefere abraçar qualquer coisa, menos isto. Então, mas o Sesi também não desistiu do material apostilado.”

**Rodrigo:** “O Sesi já tentou dialogar com o novo governo?”

**Sec.:** “Ainda não. Acho que durante a campanha parece. Nem chegou a conversar, mas eu tenho certeza e que eles vão continuar insistindo. Mas é como você diz, tem algo próprio aqui, deste grupo e que encontro respaldo social porque também se não tivesse.”

- **Entrevista**
- **Data:** 04 de Junho de 2013
- **Entrevistado: Professor I**
- **Local:** Residência do entrevistado

**Rodrigo:** “Eu estive hoje lá na Secretaria, porque eles não estavam me respondendo os e-mails. Na verdade eu fiz um primeiro contato, eles me pediram o projeto de pesquisa, eu enviei e nunca mais tive retorno.

**Professor:** “Na verdade o que acontece. Qualquer projeto pra entrar nas escola, no município, tem que ter a autorização da Secretaria. Projeto de pesquisa, projeto lúdico com as crianças, qualquer coisa que você vá fazer na escola antes tem que passar pelo aval da Secretaria. A USP de Ribeirão Preto que é bem, alguns sujeitos são bem combativos, que participam do Conselho Municipal e entram em confronto com a prefeitura, estes não adianta, não vão conseguir. Qualquer projeto que eles mandarem pra Secretaria não vai. Até entrevista com professor não pode. A partir do momento que você é funcionário, você tem que ter autorização pra falar em nome da escola. Não é igual aqui a gente está fazendo. Se eu fosse professor, tivesse desenvolvendo, não poderia falar sem a autorização da Secretaria. Diretor é a mesma coisa. Então, tudo o que vai ser desenvolvido tem que ter o aval da Secretaria. Então qualquer projeto que não condiz ideologicamente, eles são barrados. Tinha projeto, eu tinha aqui tudo, como ‘Nestlé faz bem’, um projeto da Nestlé. Tinha uma série de projetos que tinham que ser desenvolvidos nas escolas que você se assustava e vinha da Secretaria, como o ‘EPTV na escola’, eu joguei tudo fora. Isto tinha que ser desenvolvido. Vinha direto da Secretaria e como é cargo de comissão o diretor acata.”

**Rodrigo:** “Os diretores aqui são nomeados?”

**Professor:** “Diretor, coordenador, vice diretor, secretário da escola, tudo cargo de comissão. Se o secretário não desempenha o papel que a Secretaria gosta ela pega este secretário que é concursado e manda pra um setor mais difícil de trabalho.”

**Rodrigo:** “Tem uma parte dos funcionários de secretaria que é concursada?”

**Professor:** “Todos são concursados. Você presta pra ser secretário, mas não sabe onde vai cair. Tem umas partes que nem o secretário quer atuar. Aí se o secretário estiver de acordo com o que a Secretaria está querendo, né. Agora se ele começar a soltar todos os podres, que as vezes ficam até quatro meses sem repasse de verba pra escola. Se começa



a falar isto a Secretaria já vai afastar da escola e manda pra outro setor. Então, secretário, coordenador, diretor, vice diretor é tudo cargo de comissão.”

**Rodrigo:** “Por isto as escolas aceitam?”

**Professor:** “Por isto. Eu te mostrei. A maioria aceita, mas pro projeto final tiveram só seis professores mandaram. São vários municípios que participam deste projeto. Então não é só Ribeirão Preto. Ribeirão preto com um ônibus, a de Brodowsk foi ela e mais um aluno, tinha outro professor de Brodowski com mais um aluno. Então vai professor de vários lugares.”

**Rodrigo:** “Quando a Secretaria manda um e-mail com ‘prioridade Alta’ é um recado para as escolas que aquele é um programa...”

**Professor:** “Que deve ser desenvolvido. Se for prioridade baixa, tudo bem. Agora prioridade alta. Se a diretora quer mostrar que tem um alinhamento com a Secretaria, quer continuar no cargo ela vai tentar desenvolver. É assim que funciona.”

**Rodrigo:** “Como é que as diretoras escolhem os professores que vão atuar no projeto? Você disse que a maioria dos professores são de história e geografia, mas há algum lugar onde a ABAG ou a Secretaria deixa claro uma opção por estas disciplinas?”

**Professor:** “Existem instruções, porém não formalizadas que vão se repetindo, porque este projeto tem muitos anos. Não é formalizado até onde eu percebi. A diretora fala ‘a gente tem que escolher um de geografia ou de história. Como os efetivos não vão se sujeitar a isto, então vai pro emergencial. Se o emergencial recusar, vai forçar, se recusar, no fim do ano tem a avaliação.”

**Rodrigo:** “Pela sua escola você tem uma ideia de qual é a correlação concursado e emergencial?”

**Professor:** “É porque a escola que eu tô...emergencial normalmente caem nas piores escolas. Onde nenhum professor quer dar aula. No ano passado na minha escola tinha só dois efetivos. Neste ano não tem nenhum efetivo. No ensino do sexto ao nono ano. Porque? É uma escola complicadíssima, muito desgastante. Eu fui recuperar desta escola em março agora. O desgaste que foi. Dois professores pediram demissão sem querer negociar. Assim ó, ‘eu não volto nesta escola’. Então é uma escola muito cansativa.

**Rodrigo:** “O professor emergencial ganha a mesma coisa que o concursado?”

**Professor:** “Não. Ganha bem menos. Por exemplo eu não posso abonar, eu não posso tirar um dia de folga. Eu não ganho quinquênio, não ganho vários benefícios.

Assiduidade não tem pra mim. Aqui o professor que não falta no final do mês ele ganha um bônus. Aí tem vários benefícios que eu não recebo. Plano de saúde, fundo de garantia, não recebo.

**Rodrigo:** “É um ano de contrato?”

**Professor:** “Não. Eu fiquei três anos. Aí iam renovar por mais um ano, mas fizeram uma trapalhada aí que não pôde. Por lei são duas renovações. Normalmente como é que eles faziam: trabalha um ano, renova por mais dois e depois por mais um. Um negócio assim. Eu não lembro direito. Eu trabalhei um ano, depois eles tiveram que resolver renovar por mais dois anos e depois por mais um. Mas o que eles fizeram: foi um ano, renovaram por mais um, aí não pude renovar mais. Falha deles. Então o que acontece. No final do ano tem avaliação, mas uma avaliação entre aspas né? No primeiro ano, numa avaliação séria a diretora chamou e disse: ‘Lívio você atingiu trinta e um por causa disto, disto, disto’. Aí eu dialogava com ela: ‘peraí aí, eu sempre entreguei tudo em dia. Tudo que você me pediu eu entregava em dia’. Aí chama o secretário da escola e vê o Lívio entregou tudo em dia. Entregou? Então ela aumentava sua avaliação. O máximo era quarenta. Teve um professor nesta escola que não atingiu os vinte e cinco pontos, porque ele jogava baralho com os alunos, faltava. Não levava à sério e ela fez a mesma avaliação com ele e o que ele fez? Pegou, levou num vereador, o vereador ligou pra secretária, aí ela chegou na escola cuspiendo fogo dizendo que nunca mais iria fazer uma avaliação séria, porque ela ficou dois dias avaliando os professores te a te, analisando e agora o professor que ela tinha avaliado que não estava apto a continuar no município. Então é só pra você como é que é a situação do município. Eu passei por três escolas do município. Nenhuma a caneta que vem da prefeitura funciona. A escola tem que tirar dinheiro. Eu passei pra melhor escola. Foi uma sorte. Não tinha nenhum professor pra ir. Eu era o próximo pra ser chamado e fui. Até lá a caneta não funcionava e ninguém reclama. Os próprios alunos sabem que não vai funcionar e vão jogar fora.”

**Rodrigo:** “E os professores não são sindicalizados? Não tem greve? Luta?”

**Professor:** “Não. Ele é conveniado com a prefeitura, é parceria. Fizeram campanha na última eleição junto com a prefeitura. Antes era uma pseudo oposição, agora aliou de vez.”

**Rodrigo:** “Você disse que a APEOSP está presente apenas na Rede Estadual Mas ela é só estadual ou é uma questão histórica?”

**Professor:** “Não. Podem, mas não se interessam.”

**Rodrigo:** “Mas a APEOSP não disputa esta base?”

**Professor:** “Não é que dispute. É compreensão do sistema político. É compreensão do que está acontecendo, porque a educação na grande política. A rede do município você tem que lutar pela questão do salário, não é nem pela educação, mas pelo salário do município. A APEOSP está no âmbito estadual. Quando teve a greve só parou os professores do estado. O salário do professor do município é o dobro do salário do professor do estado. Então, cabe cada um...o conselho municipal

**Rodrigo:** “O programa não passou pelo Conselho, né? Pela leitura que fiz das atas do Conselho, não passou.”

**Professor:** “A composição do conselho a metade é indicação política, indicação da prefeitura e a outra metade é eleição. Só que eleição de professor, estudante. Só que o que acontece como é cargo de comissão os diretores na última eleição que teve no primeiro dia a Secretaria ganhou só um, no segundo dia ela convocou todos os diretores para ir lá votar. Convocação. A secretária ligou para todos os diretores e disse: ‘olha amanhã vai ter eleição pro conselho e eu quero que se vote neste e neste. Eles perderam para professor e estudante, mas tinha a votação da APM que é a pais e mestres e o diretores são membro dos dois. Aí convocou todos os diretores pra ir lá votar. Aí perdemos de lavada. Perdemos feio. Mas o que aconteceu. Analisando isto aí. Tinha um professor da APEOSP que apareceu lá perdidão, mas não fez aliança com ninguém, chegou lá querendo ser eleito, mas não tinha formado aliança, não tinha nada formado, não ganhou, nem no primeiro, nem no segundo dia. Aí eu percebi que hoje só o grupo de oposição da Secretaria só vai ser eleito se tiver associação com o pessoal do estado, da APEOSP, não precisa nem ser da APEOSP, mas professor do estado que pega o documento que ele é daquela escola para ir lá no dia votar e ser votado. Porque ela tá vacinada. A secretária tá vacinada. Ela já sabe que tem que convocar os diretores e professores para ganhar a eleição, porque ela já levou dois tombos, não é possível que ela vá tomar mais um. No ano retrasado ela perdeu também. Ela perdeu e era num dia só e ela perdeu neste dia. Aí veio a última eleição. De dois dias, no primeiro ela ganhou um. No segundo dia, ela ganhou todas. Então eu acredito. Ela é ruim, mas não sei se ela é tão burra assim de perder.

**Rodrigo:** “O Conselho Municipal é bem engessado então?”

**Professor:** “Oxiiii...dá nojo!”

**Rodrigo:** “A Ana Paula era uma voz dissonante no Conselho então?”

**Professor:** “Se era. Chegava a dá nojo! A podridão que é as pessoas saem passando mal. Não aguentam ficar muito tempo. Porque vai lá, tenta, tenta, tenta, tenta e as pessoas são atarefadas e vai lá bater cabeça e vê aquela coisa, aquela...não é só uma questão da educação. São de todos os conselhos de Ribeirão Preto. Se você der uma olhada no de meio ambiente pra você ver que coisa horrível que é. Um negócio nojento ali. Então todos os conselhos aqui são cooptados pela prefeitura e com a educação não é diferente.

**Rodrigo:** “A primeira vez que você se deparou com o programa Agronegócio na Escola foi naquela primeira escola, em 2010? Você negou e veio uma professora que se interessou?”

**Professor:** “Nesta primeira vez eu disse que não tinha interesse e essa professora veio e ela pegou de maneira, achando assim que ganhou um prêmio, estou participando do programa do agronegócio. Na linha da ABAG. Elogiando, enaltecendo, assim, jogando flores em tudo que tava acontecendo.”

**Rodrigo:** “A sua fala destaca muito o fato do programa não partir da escola e não ter relação com o mundo do trabalho do professor. É mais tarefa para o professor. O professor passa o dia inteiro, sai daqui às seis da manhã e chega aqui em Ribeirão às sete da noite sem receber nada. Esta professora você acha que não problematiza ou problematiza?”

**Professor:** “Olha problematizar é relativo. Se for colocar no horário de aula dela, vai ser na aula dela. Então o que ela tinha planejado pra desenvolver com o estudante ela modificou.”

**Rodrigo:** “Mas aí o professor de matemática não ensina matemática, ou nós não damos aula sobre feudalismo?”

**Professor:** Aí vai fazer algo em paralelo, mas na real quase nenhum professor desenvolve o projeto. Quase nenhum. Não faz sentido. Eu, por exemplo, desenvolvi, mas em horário alternativos. A grande parte eu não sei. Uma me disse que juntou três alunos e disse: ‘e aí vamos fazer as redações?’, pega três alunos ajuda a escrever manda a redação. Pega três alunos que desenham bem e manda o desenho. Entendeu? Ele não desenvolve o projeto integrado a disciplina. Não é. Enfim, é mais algo pra inglês ver. Tem que fazer isto? A escola vai lá faz, manda e pronto. Não importa o que aconteceu.”

**Rodrigo:** “Aí no seu segundo ano você já estava em uma nova escola?”

**Professor:** “Aí eu já tava em outra escola só que na EJA. Que é com jovens e adultos e trabalho no noturno. Então este grupo não desenvolve o projeto, porque é do 8º e 9º ano. Isto em 2011.

**Rodrigo:** “Em 2012, você estava em outra escola?”

**Professor:** “Até hoje, eu to no meu quinto ano dando aula e nunca passei dois anos na mesma escola. O emergencial não fica, é muito difícil ele ficar na mesma escola. Então pra onde está faltando, ele é enviado pra lá.”

**Rodrigo:** “Então os emergenciais trabalham nas escolas em que faltam concursados?”

**Professor:** “É ou no caso do EJA, né? Como no meu caso. Dei sorte. Sorte no sentido que o Ministério Público mandou abrir turma de EJA e eu tava como professor de apoio, sendo o próximo a pegar turma.”

**Rodrigo:** “O que é o professor de apoio?”

**Professor:** “Ele fica na escola. Falrou professor ele entra. O emergencial é contrato temporário. O professor de apoio ele tem também um contrato temporário. É diferente do estado. Ele tem que cumprir quarenta horas semanais, exemplo. Ele fica vinte e cinco horas na escola e no fim do mês ele recebe vinte e cinco aulas. Se ele ficar o mês inteiro sem dar aula ele ganha do mesmo jeito. No estado não! Se você ficou o dia inteiro na escola e não deu nenhuma aula porque não faltou ninguém, você não recebe nada! Não, o estado é o caos, é pior que a prefeitura. Tem um professor que entrou lá no estado agora porque a professora está doente, então se ela continuar faltando ele vai ganhar.

**Rodrigo:** “Então na prefeitura é um pouco melhor?”

**Professor:** “É. Eu estava lá como emergencial, aí chegou o Ministério Público e exigiu e vários professores caíram em duas escolas. Aí um professor mexeu no horário dele pra eu pegar esta turma, aí eu peguei e na outra escola ninguém conseguiu mexer no horário, já tava tudo redondo. Acho que a diretora não permitiu também. Na outra eu acho que o diretor permitiu, até porque teve que largar turma e tal. Porque o EJA é o melhor. Lá você consegue falar mais a língua do pessoal. Todo mundo ali tem interesse. Aí eu consegui pegar a EJA, mas não tinha projeto para ser desenvolvido. Em 2012 eu vou pra outra escola e já pego do começo do ano as aulas lá. Com umas duas ou três semanas a diretora pediu pra eu desenvolver o projeto.

**Rodrigo:** “E como é que foi esta imposição? Foi em uma reunião na sala ds professores?”

**Professor:** “Não, não era nem conselho, nada, nada. No TDC, trabalho disciplinar coletivo...”

**Rodrigo:** “TDC?”

**Professor:** “É o trabalho disciplinar coletivo, é um negócio desses. Os professores se reúnem lá, tem toda a semana. Depende da carga horária. Comigo não era toda a semana porque minha carga era menor. Aí ela falou que eu iria desenvolver o projeto. Eu disse que não era de acordo com que eu acredito que seja educação. Aí ela falou: ‘não importa, eu confio em você, quero que você desenvolva.’ Acabei pegando a contra gosto e depois comecei a ver que seria interessante para eu fazer o contraponto, dentro do próprio projeto, mostrar outra visão. De que não pode ser imposto. De que tem que ser desenvolvido com os alunos e desenvolvi o projeto. As atividades eram o curso de desenho, frase, redação e o concurso professor. Na redação, em cada um destes, frase, desenho e redação você enviava três para eles selecionarem um pra você ir com o estudante.”

**Rodrigo:** “Você falou que separou três, mas todos os alunos fizeram a ideia do trabalho?”

**Professor:** “É, mas assim, no meu caso como eu fiz em horário alternativo, eu perguntei: ‘quem tem vontade de desenvolver tal e tal projeto. Na questão da redação nós vamos apreender a construir uma redação, analisar vários pontos de vista a partir disto, o que precisa pra construir uma dissertação. Fiz tudo isto com a redação”

**Rodrigo:** “E quantos alunos toparam?”

**Professor:** “Como tinha que ser da sétima série. E tinha o limite da sala. O máximo que podia eram trinta. Deu uns trinta e vieram mais, mas tive que izer que não comportava na sala.”

**Rodrigo:** “Então os alunos tem interesse em participar?”

**Professor:** “Olha, coloca aí. Eram trinta alunos, mas quarenta ao todo quiseram participar. Num universo...”

**Rodrigo:** “Mesmo assim. Pra um jovem querer participar de atividades no contra turno. Não sei se é o projeto da ABAG, pode ser você, a relação que tem com os alunos Teve uma demanda, né? Você apresentou a proposta e os alunos toparam.”

**Professor:** “Mas assim eram trinta, quarenta, num universo de quantos estudantes? Num universo de duzentos estudantes, trinta, quarenta é pouco. Eram três turmas da

oitava série. Mais as turmas da sétima, dá uns duzentos estudantes. Trinta é pouco. Entendeu?”

**Rodrigo:** “E como é que foi a negociação com a diretora para fazer? A diretora tem recurso para pagar hora extra?”

**Professor:** “Tem, tem.”

**Rodrigo:** “É recurso municipal?”

**Professor:** “É. Por exemplo, se faltar um professor, ela vai coloca um professor de apoio pra entrar e coloca eu como se tivesse trabalhando, eu não sei. Manobra ela tem, mas ela tá pagando como se eu tivesse dando aula na prefeitura. No meu holerite quem tá me pagando é a prefeitura. Não sei como é, mas coloca um professor.”

**Rodrigo:** “Você conhece algum professor que tenha conseguido isto também? Algum professor que tenha participado do programa e conseguido isto?”

**Professor:** “O que eu sei é que uma professora que tinha aula e no dia da aula ela foi para aa agrishow e contabilizou como aula do dia.”

**Rodrigo:** “Sim, mas tudo mais, desenho, frase, redação, foi na aula dela?”

**Professor:** “Aí eu já não sei como eles desenvolveram o projeto. Porque como é livre, o professor pode pegar três alunos e fazer, leva pra casa, faz e depois olha. Não necessariamente o que está escrito lá é o que você vai fazer.”

**Rodrigo:** “No projeto que você fez, em 2012, você, ou a escola, ou a ABAG, tentaram promover um trabalho multidisciplinar? Por que no programa da ABAG está muito claro. A proposta é o trabalho multidisciplinar.”

**Professor:** “Nada. Eu faço do jeito que achar interessante. Pelo menos até onde eu participei, nos encontros que eu presenciei é o professor e os estudantes. Se ele não entende nada de redação....por isso que no meu caso questão de frase, desenho, eu não entendo nada. Dei algumas ideias e o aluno conseguiu ficar em primeiro lugar. Então eu imagino o que é trabalhado com os estudantes. Coisa básica. O professor muitas vezes não sabe ler o que o regulamento está pedindo. Qual é o tema. Se ele foge do tema não serve. Se o tema é sustentabilidade e ele vai falar do plantio, aí não tem nada ver, foge do tema. Se ele faz uma frase, o tema é este, ele fugiu do tema, ou vai falar e se contrapor....”

**Rodrigo:** “E me diz uma coisa. O professor deste ano pode não ser o professor que vai trabalhar no ano que vem?”

**Professor:** “Cada ano é um professor diferente. Ou é um professor afinado, gosta da ideia da ABAG e pega sempre pra fazer graça, ganhar uma moral com a diretora ou com a ABAG.”

**Rodrigo:** “E estes professores são concursados?”

**Professor:** “Eu acho difícil. Em Ribeirão, todos que eu conheci eram professores emergenciais.”

**Rodrigo:** “E porque você acha que é o professor emergencial que pega?”

**Professor:** “Porque o emergencial tem que falar tudo sim. Se não no final do ano quando ele for ser avaliado, aí ele é dispensado. Várias bombas caem sempre no emergencial, porque é contrato temporário, pode renovar ou não. Legalmente seria de quatro anos, mas ele pode romper a qualquer momento.”

**Rodrigo:** “O teu caso, como te disse, me parece, pelo que eu tenho visto, não é um caso exemplar, pois como você disse tentou exercer uma outra hegemonia a partir da sua prática docente por dentro do programa, mostrando o programa, mas mostrando também o outro lado. Mas, não sei se você concorda comigo, mas isto não é via de regra. Dos 100% dos professores que fazem, este tipo de trabalho que você desenvolveu é uma exceção. Pensando nisto, você acha que o objetivo da ABAG de divulgar esta imagem do bom agronegócio, moderno, Ribeirão como a cidade do agronegócio. Você acha que atinge este objetivo?”

**Professor:** “Das escolas que eu passei...eu acho que sai fortalecendo a visão da ABAG. Eles saem conhecendo a ABAG, a grandiosidade que ela tem, o futuro brilhante que ela traz pra sociedade, entre aspas. Acaba compartilhando a proposta que a ABAG tenta desenvolver. Tantos os estudantes quanto uma parcela dos professores que estão inseridos no processo também. Nem todos, porque você vê que a rejeição é grande também. Setenta e quatro escolas e apenas seis professores entregaram o projeto final.

**Rodrigo:** “E porque você acha que das setenta e quatro escolas, apenas seis entregaram o projeto finalizado?”

**Professor:** “Porque o professor tem que ter certa habilidade e tempo para escrever. Escrever um projeto demanda tempo e habilidade. A maioria não tem tempo, nem habilidade pra desenvolver o projeto. E outra que ele não acredita, não vê sentido. Ele já tem várias coisas pra fazer na escola, várias burocracias pra serem feitas, mais uma e então. Ele não tem tempo e aí deixa de lado. Igual o meu. Eu fiz o relatório final no último dia. Eu não iria fazer. Eu ia e recusar a fazer, mas já que eu tava desde o começo



me contrapondo, daí eu resolvi mandar o relatório final. E tinha também uma questão de tempo e cansaço. Já estava no final do ano.”

**Rodrigo:** “A ABAG então não dá uma formação adequada para este professor construir um projeto?”

**Professor:** “Não. A informação que eles dão é pra você entender o que a ABAG quer que você escreva. Qual a linha de raciocínio? A palestra do Roberto Rodrigues. Se eles quisessem teriam que pegar outras palestras igual a do Guilherme Delgado. Vai visitar uma usina, porque não leva pra visitar uma agricultura familiar? Um SAF? Entendeu? Ela não vai ensinar a escrever. Ela vai mostrar a visão do mundo dela é a do Roberto Rodrigues, é a visão da usina que eles querem que você desenvolva, da agrishow. Porque eles não vão à feira orgânica? Esta é a formação. O professor vai ter que ter habilidade na hora de fazer o seu projeto.”

**Rodrigo:** “E a questão da sustentabilidade? Sustentabilidade foi um dos temas. O programa bate muito nesta tecla?”

**Professor:** “Você vê as cartilhas, elas mostram como o agronegócio, como a sua vida depende dele. Você pega o folheto, você concorda quando eles falam de sustentabilidade social, ambiental. Você olha e diz é isto. Eles se mascaram. Ele pega o discurso da oposição, diz que é o discurso dela, mas na prática não faz aquilo. Na questão dos estudantes, mostram que é tudo lindo. Não mostra o conflito. A questão do código florestal, por que está tendo o embate.”

**Rodrigo:** “Como é que foi na época dos embates acerca do código florestal dentro do programa? O código foi uma pauta da ABAG. No seu site, os informativos, tudo no ano passado foi em torno do debate do código.”

**Professor:** “Eu tentei trazer para a discussão. O que cada um tá lutando. Eu tentei trazer, mas a maioria dos professores não sabem o que é isto. Nem tem noção do que é o código, o que vai mudar, quais são os pontos de conflito. Não tem conhecimento. Não tendo conhecimento, não vai dialogar. Eu vi alguns professores fazendo material, questão do código, fazendo cartaz. São professores da escola que não participam do programa. É um movimento de outra turma, contrapondo a questão do código florestal. Eu vi lá os cartazes na parede, criticando a mudança. Mas foi outro projeto. Partiu da vontade dos estudantes, partiu do projeto da escola de construir na localidade e aí você vê bons resultado. Bons cartazes, a criatividade dos alunos, um negócio fantástico.”

**Rodrigo:** “E a Agrishow? Como é que a ABAG trabalha isto com os professores?”

**Professor:** “Não tem nenhum projeto educacional em cima disto aí. Levar um estudante pra ficar mais de uma hora debaixo do sol pra ver um vendedor dizendo como funciona uma máquina de mais de 500 mil reais, a velocidade, a profundidade do solo, como ela consome ou não. Mais de uma hora debaixo do sol ouvindo isto? Naquela poeira? Pra um projeto apropriado para um menino de quatorze anos, quinze anos, qual interesse que ele tem naquilo ali? O que ele vai absorver daquilo ali? Então o cara toda hora, como ele conhecia as mulheres que estavam conduzindo a gente, ficava falando: ‘olha meninos que coisa bonita, podem tirar uma foto. Esta máquina e tal.’ Era uma propaganda. E os outros a mesma coisa. Não tinha nada de processo educativo ali. Se eles falassem o que é uma plantação, como funciona, qual a semente, qual o processo. A única parte interessante era fora da Agrishow. A gente teve que sair pra ver. Era um projeto da Embrapa. Era interessante que era fora. Era sobre a questão das matas, da água, reaproveitamento da água. Tinha vários projetos lá que se contrapõe e foi o que as crianças mais gostaram, tinha várias coisinhas que eles mostraram sobre produtos orgânicos, plantação, incentivando você a plantar uma hortinha, tinha um espaço interessante para a criança brincar, tinha uma parte lúdica. Aí eles gostaram. Você pergunta: ‘o que vocês mais gostaram?’ e eles disseram: ‘lá onde ficava a Embrapa e do balão.’”

**Rodrigo:** “O balão era de quem?”

**Professor:** “O balão era da SOS Mata Atlântica. Foi o que mais chamou a atenção deles. O resto eles saíram achando ruim. Aquele tanto de gente. O transporte era perigosíssimo, era perigoso para criança. Era um trator puxando duas carretinhas igual de trem, que não tem lugar nenhum pra segurar. Aquele tanto de criança. Eu te mostro nas fotos. Tem um grupo na cidade querendo pensar.”

**Rodrigo:** “Quem é esse grupo?”

**Professor:** “As pessoas se conhecem da militância na cidade. Cada um atua numa área, tem certas afinidades, tivemos umas trocas de e-mail, depois nos encontramos. Foram uns seis ou sete encontros.”

**Rodrigo:** “E como é você chega a este grupo?”

**Professor:** “A partir do seminário Gramsci.”

**Rodrigo:** “Este seminário participa do Fórum de Lutas da Cidade.”

**Professor:** “É tem participação. É um grupo que tem ação na área ambiental, entre outro. Não só do Seminário, tem outras pessoas. Este grupo se reúne na UGT, União Geral

dos Trabalhadores. Este grupo tem desde 2004, mas eu participo desde 2009. Quem criou foi o Marcelo Goulart que é promotor de justiça. A partir das ideias de Gramsci, dos estudos.”

**Rodrigo:** “Este grupo tem filiação partidária?”

**Professor:** “Não. Não tem filiação partidária. A partir destes estudos começaram a ter intervenções. Tiveram várias intervenções, inclusive a elaboração do site. O site eu comecei a tomar conta um tempo. O movimento ciranda, movimento educação pública e qualidade que percebeu que Ribeirão tinha mais de sete mil de defasagem em creche. Este grupo atuou debatendo a questão do código florestal, a questão do pontão de cultura. O pontão de cultura recebe uma verba de mais um milhão do ministério da cultura para auxiliar os outros pontos de cultura da cidade. Então tem um evento, ele leva o som, comprou uma piruá, então auxilia os demais pontos de cultura. Tem a semana gramsciana. Todo ano vem um professor que vem discutir uma visão de mundo mais a esquerda, não só Gramsci. Vai ter Gramsci na feira do livro. Do Coutinho já veio quatro orientando dialogar, mas eu me afastei um pouco. Estou desde março afastado.”

**Rodrigo:** “E este grupo começou a discutir o programa?”

**Professor:** “Em 2012, agora já em 2013 um grupo começou a questionar, mas também não foi pra frente. Muita gente está querendo se contrapor ao programa, mas falta tempo. Qual é a saída que nós vemos? Fazer um dossiê, buscar vários professores universitários para ajudar a fazer o dossiê e entrar com uma ação no Ministério Público Estadual. Porque este programa, você viu ali, vinte e quatro municípios, em 2012. Então, o que adianta você entrar só em Ribeirão Preto? A abrangência dele é muito maior do que isso. A imposição. Então é isto. Vou te entregar os materiais que tenho aqui.”

➤ **Entrevista ABAG**

➤ **Data:** 05 de Julho de 2013

➤ **Entrevistado:** Secretária Geral da ABAG/RP (ABAG 1) e a Coordenadora do Programa Educacional Agronegócio na Escola (ABAG 2)

➤ **Local:** Sede da ABAG/RP

**Rodrigo:** “Gostaria pra começar que vocês me falassem um pouco sobre a criação do programa. Eu não sei se vocês estavam na época da criação.”

**ABAG 1:** “Não. Estou na ABAG desde julho de 2011.”

**ABAG 2:** “E eu estou desde abril de 2011 coordenando o programa.”

**Rodrigo:** “Um dos objetivos colocados pela ABAG é que o programa Agronegócio na Escola teria como um dos objetivos valorizar o agronegócio, este setor econômico. E aí uma das questões iniciais que eu pensei foi: porque a escola pra realizar esta tarefa? Eu sei que vocês têm outras táticas. É a questão da publicidade na TV, a questão de toda a publicação editorial e tem a escola. Porque a escola?”

**ABAG 1:** “Bom, na verdade a ABAG de Ribeirão Preto antes dela ser criada tinha um grupo que era especificamente do setor de cana chamado Imagem que buscava trabalhar a imagem da cana na região que em função do modelo de produção que envolvia a queimada. Pra você fazer o corte manual da cana tinha muitos impactos na cidade, aquela foligem, e as questões de problema respiratório. A cana pelos centros urbanos tinha um certo preconceito.

**ABAG 2:** “Era mal visto.”

**ABAG 1:** “Mal visto.”

**ABAG 1:** “Em função deste modelo de produção da época. Então, o que aconteceu? Eles queriam melhorar este trabalho de valorização da imagem e surgiu quando foi criado este grupo e eles resolveram englobar as demais cadeias. Não só a cana, mas um pouco mais amplo da valorização institucional da imagem do agronegócio, tá? Então, antes da criação deste, em 2000, teve uma pesquisa de opinião que constatou como que era visto este setor, especificamente a cana e também viu esta ideia de trabalhar uma coisa mais ampla, de uma forma institucional e vamos tentar agregar outros setores, outras cadeias para além da cana de açúcar. Bom, e aí as estratégias para fazer isso, uma delas a educação, porque a educação com os alunos? Nós fazemos um trabalho com 8º e 9º ano. Teve uma época que foi uma faixa etária um pouco maior.

**ABAG 2:** “Tentaram pegar o Ensino Médio, mas não deu.”

**ABAG 1:** “Tentaram, mas os alunos já estão mais focados no preparo do pré-vestibular, então chegou-se a conclusão que o 8º e 9º ano seria melhor, a 7ª e a 8ª série, porque são alunos que já tem uma compreensão melhor do entorno de onde estão e do que estão estudando e ainda são alunos que não estão tão focados no vestibular que acaba dificultando as atividades que a gente propõe pra serem desenvolvidas. Educação a ideia é justamente você fazer um trabalho mais preventivo, porque o conceito que se tem é que depois que a pessoa já está com a sua vida adulta suas opiniões estão enraizadas...”

**ABAG 2:** “que ela vai formando sua opinião, vai se tornando formador de opinião. No momento em que ela adquire ela vai ser formadora de opinião.”

**ABAG 1:** “Quando a pessoa já está com uma idade na fase adulta já está com a sua opinião mais formada. Então, a ideia é trabalhar o adolescente, o pré-adolescente, ou o que seja, pra ele poder formar sua opinião sobre o setor antes dela estar formada. Então, é mostrar pra este aluno a região em que ele está inserido, mostrar pra ele a importância do agronegócio, pra ele conhecer as empresas associadas e trabalhar e discutir um pouco este tema em sala de aula. Pra ele ver também que o agronegócio, às vezes a gente tem aqui vários municípios menores, por exemplo, que você tem muitos alunos que o pai é aquele pequeno agricultor, com uma vida um pouco mais sofrida e tal, e mostrar que o agronegócio não é só esta parte da produção rural, tem mais. Você tem toda uma cadeia.

**ABAG 2:** “É eles ficam pensando assim...”

**ABAG 1:** “Tem o dentro da porteira e o pós porteira...”

**ABAG 2:** “É, meu pai tem esta vida sofrida. Eu não quero isto pra mim às vezes ele pensa e não é só isto. Ele pode estar dentro do agronegócio, mas ele pode ser engenheiro, mecânico, pode ser um monte de coisa e estar inserido no meio. É bem isto também que a gente fala bastante. Então a gente trabalha muito que tem que estudar, se formar e você vai ter algum futuro. É bem em cima disto, né?”

**ABAG 1:** “Mas enfim, a ideia de trabalhar a educação como um trabalho preventivo para que depois ela, em sua vida, tenha uma opinião.”

**Rodrigo:** “É interessante porque eu entendo quando você falam sobre a faixa etária, de ser uma faixa etária em que o aluno está formando uma consciência, uma percepção sobre a vida. Mas os professores também são, de alguma forma, também educados, certo?”

**ABAG 1:** “São. O trabalho da ABAG de Ribeirão preto não visa entrar em sala de aula. A gente parte do princípio que quem vai trabalhar, o seu método, a sua forma, é o professor, como ele encontrar...mesmo porque, a gente entende também que não é um tema trabalhado numa matéria específica, é um tema que pode ser abordado por todas as matérias. Desde português, matemática, física, história, química, geografia.

**ABAG 2:** “Artes.”

**ABAG 1:** “Por ser o agronegócio multidisciplinar ele também pode ser trabalhado por várias disciplinas. Então, a gente entende que vamos dar sim um apoio material. Você não quer pegar o material que a gente fornece (Pergunta feita a ABAG 2)? Nós

fornecemos a Cartilha, com alguns conceitos, fornecemos o vídeo falando sobre o agronegócio e, a gente mais recentemente, incorporou também um vídeo sobre sustentabilidade e agronegócio. Então, a gente busca fornecer este material de apoio para o professor e aí ele busca trabalhar isto daí da forma que ele melhor entender. E também para contextualizar na matéria dele. Então às vezes um professor de química que vai estar abordando, por exemplo, a tabela periódica. Então porque não trazer alguma coisa, os elementos utilizados, este tipo de coisa, né? Ou então o professor de geografia que de repente está trabalhando a parte do território ou uma coisa assim...”

**ABAG 2:** “Clima, né?”

**ABAG 1:** “Pode estar abordando a questão dos diferentes biomas ou todo o processo de desenvolvimento agropecuário do Brasil. Então, a gente entende o seguinte: cada um trabalha a sua maneira e nós fornecemos este material de apoio. Além do material de apoio, a gente também dá uma capacitação para os professores. Porque? O que a gente entende é o seguinte: se o professor, ele capta, pra ele também entender melhor o assunto e captar melhor a mensagem que a gente está tentando passar, é importante ele passar por esta capacitação. Trata-se de uma palestra, ministrada pelo Roberto Rodrigues que foi o ministro da agricultura e depois um dia de visitas as empresas associadas. Então, ele tem primeiro esta palestra de conceituação, uma visão macro do que é o setor no Brasil e a sua expressividade no mundo e depois ele vai especificamente conhecer uma empresa associada que pode ser desde uma usina, pode ser uma fazenda de café, uma empresa de máquinas e equipamentos agrícolas, instituições de pesquisa e ensino. Então, são diferentes agentes das cadeias e eles podem conhecer e eles conseguem levar melhor este entendimento para a sala de aula. E até nesta capacitação dele, ele consegue ser estimulado a ter ideias e visões diferentes sobre como abordar este assunto com os alunos em sala de aula.”

**ABAG 2:** “É, ele vai a palestra, daí te o conceito, aí às vezes ele vai na visita do café, aí nossa vou abordar. Eles tem ideias assim, as ideias vão surgindo e uma coisa que a gente percebe muito é que as escolas que conseguem trabalhar todas estas disciplinas, que consegue pegar todos estes professores e a gente vê também que o aproveitamento melhora, os alunos se envolvem mais, é bem mais, mais, parece que eles conseguem entender melhor, eles conseguem se envolver mais, é muito é, é fantástico assim, o que algumas escolas conseguem fazer pegando todas as disciplinas.”

**Rodrigo:** “Como é que é feita a escolha dos municípios que vão participar do programa?”

**ABAG 1:** “São os municípios dentro da macrorregião de Ribeirão Preto.”

Rodrigo: “Mas não são todos, né? Porque são oitenta e seis municípios ao todo na macrorregião.”

**ABAG 1:** “Todos são convidados e aí nós trabalhamos com aqueles que aceitam o convite e assinam o acordo de cooperação conosco.”

Rodrigo: “Quantos são? São vinte e cinco?”

**ABAG 2:** “Este ano são vinte.”

**ABAG 1:** “Não, trinta e dois. Este ano são mais. São trinta e dois.”

**ABAG 2:** “São trinta e dois. No ano passado eram vinte e cinco e neste ano são trinta e dois.”

Rodrigo: “Mas isto quer dizer que os outros cinquenta e tantos municípios recusam o programa?”

**ABAG 2:** “Alguns não tem as séries. Uns vinte, trinta, né?”

**ABAG 1:** “É, tem um percentual expressivo que não tem as séries...”

**ABAG 2:** “Na Rede Municipal.”

**ABAG 1:** “Alguns que nós não temos resposta, não dá retorno e tem aqueles que realmente não tem interesse...”

**ABAG 2:** “Eles dizem: Ah! É muito projeto!”

**ABAG 1:** “É, a gente percebe que tem concorrência de projetos. Então, às vezes o professor diz: nós já estamos com muito projeto na escola, mais um no município. Então, há este problema também. Agora, quando o programa foi implantado o projeto piloto foi em Jaboticabal e o início dele era um acordo feito com as diretorias de ensino estadual. Então, aí era uma coisa que fechou o acordo com a Diretoria de Ensino de Franca, então os municípios que são abrangidos por aquela diretoria de ensino todos participem. Isso foi até 2008. Em 2008, o que aconteceu? Houve este rompimento, por parte da Secretaria Estadual de Educação.”

Rodrigo: “Qual a razão disto?”

**ABAG 1:** “Não sei.”

**ABAG 2:** “Pelo que eu percebi que o Paulo falou no encerramento, do que eu fiquei sabendo, foi porque realmente a Secretaria começou a não liberar professor, começou a ter impedimentos, vários! Barrar, não liberar, começaram a ter problema com

professores substitutos, uma coisa assim. Eles começaram a colocar alguns impedimentos, aí em alguma reunião eu acho que eles decidiram, então ó vamos partir pro municipal só, a gente faz cidade por cidade, e aí começou em Ribeirão. Foi a primeira, né? Começou em Ribeirão. Era só Ribeirão em 2009. Aí em 2010 já foi um pouco mais, aí foi crescendo. E hoje estamos com trinta e dois.”

**Rodrigo:** “Vocês falaram em professor substituto. Vocês tem esta identificação? Muitos municípios do Brasil dois tipos de contrato com os professores: o concursado e o contratado que é este professor substituto. Vocês tem ideia de quem são estes professores? Se eles são contratados? Se eles são substitutos? Se a maioria é contratado? Concursado? Substituto?”

**ABAG 1:** “Não.”

**ABAG 2:** “Acho que os que vão a maioria é substituto.”

**ABAG 1:** “Não, mas nós não temos esta conta, nós não temos estas informações, não levantamos estas informações.”

**Rodrigo:** “Quem escolhe o professor é a direção da escola?”

**ABAG 1:** “É a direção da escola. Isso varia muito de município para município. Por exemplo, tem município que a secretaria de educação municipal está diretamente envolvida com coordenador responsável que ele alinha com as escolas do município e ele tem uma participação mais ativa, mais presente. Tem município que é direto o professor, então a secretaria de educação já delega ao professor.”

**Rodrigo:** “Aqui em Ribeirão como funciona?”

**ABAG 2:** “Eu faço tudo via secretaria. É mais fácil. Alguns pontuais me ligam: ‘olha eu tô com uma dúvida’, aí a gente sana todas as dúvidas, mas não tem nenhum problema, mas é sempre assim: eu entro em contato com a secretaria, os e-mails de contato é assim: para a secretaria e um para cada escola, então a gente faz um cadastro no início do ano que eu tenho o contato da secretaria e o contato com a escola. Pode ser até o e-mail do professor, da escola. Sempre eu tenho o e-mail da escola e um outro.”

**ABAG 1:** “A nossa comunicação é basicamente via e-mail. Então, a gente busca não apenas o e-mail da Secretaria, mas também da diretoria a escola envolvida e também do professor envolvido. Tem escola que acaba indicando um outro professor.”

**Rodrigo:** “Vocês sabem quais são as disciplinas destes professores? Tem este diagnóstico?”



**ABAG 1:** “Nós temos, um dos nossos projetos é o Prêmio Professor que já está na terceira edição neste ano. Este prêmio professor, dos professores inscritos nós temos o diagnóstico das disciplinas que lecionam estes professores inscritos.”

**Rodrigo:** “Quais são as disciplinas?”

**ABAG 2:** “Tem muito geografia, ciências, português...”

**ABAG 1:** “Não existe assim uma disciplina. Não. E apesar dos nossos concursos com as crianças serem concurso de redação, concurso de frase e desenho você não vê uma predominância de professores de português.”

**Rodrigo:** “São quantos professores por escola?”

**ABAG 1:** “Quantos quiserem.”

**ABAG 2:** “Por exemplo, na palestra de capacitação que é a primeira tem cidade que manda dez, tem cidade que manda vinte, tem cidade que vem um só, dois.”

**Rodrigo:** “Varia então de cidade para cidade?”

**ABAG 1:** “Varia muito. De município pra município. O que a gente percebe é que o perfil dos municípios é muito diferente. Você tem desde Ribeirão Preto que é uma cidade com oitocentos mil habitantes até, por exemplo, Ribeirão Corrente que deve ter o que? Cinco mil habitantes? Cristais Paulistas também não chega a dez mil habitantes. Então, é muito diferente...”

**ABAG 2:** “Dourado tem eu acho treze mil que ela mandou no projeto.”

**ABAG 1:** “E aí, às vezes as cidades menores acabam por...como são cidades menores acabam chegando menos projetos.”

**Rodrigo:** “A concorrência de projetos é menor?”

**ABAG 1:** “Isto.”

**ABAG 2:** “A gente, por exemplo, nunca conseguiu São Carlos!”

**Rodrigo:** “Porque?”

**ABAG 2:** “Porque tem muito projeto. É muito projeto. Este ano a gente não consegue. Aí entra em contato no ano que vem.”

**ABAG 1:** “Você tem lá a Embrapa que realiza projeto com eles. A Embrapa nossa associada.”

**ABAG 2:** “As escolas fazem visitas na Embrapa e a gente não consegue.”

**ABAG 1:** “Então você tem vários projetos. Eles tem interesse, a secretária de educação já veio participar do nosso encerramento, gostou, mas faz a avaliação: ‘olha realmente este ano não porque já tem muitos projetos. E às vezes você pega uma cidadezinha

menor e nossa, pode ser a oportunidade. É a oportunidade que eles tem de dar ao aluno uma coisa diferente.”

**ABAG 2:** “Sair da cidade. Por exemplo em Dourado. Eu mandei por e-mail e por e-mail mesmo o secretario respondeu. Muito bacana. Porque como neste ano a gente teve essa mudança de prefeituras, este ano a gente teve que fazer um recadastramento de todas as cidades. Então, a gente ligou de Secretaria por Secretaria para pegar o nome, se continua o mesmo, pegar e-mail.”

**Rodrigo:** “Isto muda a cada eleição? A cada quatro anos?”

**ABAG 1:** “As vezes muda em menos de quatro anos. As vezes muda de ano pra ano, conforme a mudança na Secretaria de Educação.”

**ABAG 2:** “Então assim, os meus que são...”

**ABAG 1:** “Por exemplo Jaboticabal que é tradicional em participar conosco, neste ano nós tivemos que fazer uma visita ao secretario de educação, apresentar o programa...”

**ABAG 2:** “Porque aí é assim: você tá no programa, aí entra um secretário novo, aí você manda um e-mail: olha, a gente tem que renovar o acordo pro ano que vem. Aí vem: mas o que é que é isso. Aí você tem que ir lá, explicar de novo. Aí, não, não, legal, a gente continua.”

**ABAG 1:** “Em 2013 foi um ano atípico porque? E função das eleições nós só soubemos quem seria o prefeito, quem assumiu, efetivamente em janeiro. Então este nosso processo de contato e assinar o acordo de cooperação a gente concentrou em janeiro, fevereiro e março.”

**ABAG 2:** “Porque tudo bem, tinha o prefeito, mas às vezes ligava, mas não tem o secretário ainda. Não nomeou ainda. Aí você tem que ligar depois. É complicado, né?”

**ABAG 1:** “E normalmente a gente inicia este trabalho lá pra setembro, outubro do ano anterior pra em janeiro do ano seguinte a gente já ter quase tudo estruturado pra gente conseguir implementar o programa de uma forma tranquila.”

**ABAG 2:** “E aí o que é interessante...”

**ABAG 1:** “Você já passou pra ele o regulamento?”

**ABAG 2:** “Não.”

**ABAG 1:** “Imprime pra ele então.”

**ABAG 2:** “Uma coisa por exemplo interessante destas cidades pequenas. A gente foi em Motuca. Nossa! A secretária ficou encantada. Esta de Dourado foi por e-mail. O secretário me ligou: ‘olha a gente vai fazer! Eu vou assinar. O secretário foi na

Agrishow. O secretário de educação, ligou pra professora na escola e disse: olha, eu tenho um projeto fantástico, eu preciso de você e a professora aceitou na mesma hora e o projeto está andando, né? Então vai de secretário, de Secretaria, de professor. Então, a gente é bem....tem de tudo hehehehe.”

**Rodrigo:** “Uma coisa que me chamou atenção olhando os resultados do programa no ano passado é que tinham setenta e quatro escolas participando do programa no início e eu que lá no final no Prêmio Professor só tinham dez professores avaliados no concurso.”

**ABAG:** “Onde você conseguiu estas informações?”

**Rodrigo:** “No site no fim do ano passado, início deste ano. O que acontece com estes outros?”

**ABAG 1:** “Eles mesmos não conseguem.”

**Rodrigo:** “Não conseguem completar o programa?”

**ABAG 1:** “Não conseguem completar. Então, é um desafio.que nós estamos tendo. É a terceira edição do prêmio ainda, então, da primeira para a segunda edição nós focamos na reestruturação do regulamento, porque precisava melhorar muito. Esta reestruturação do regulamento a gente já conseguiu melhorar o número de participantes. Aí, então, no prêmio professor o que a gente faz? Ele tem que se inscrever. Então a primeira etapa é se inscrever. Tem a ficha que ele vai mandar: nome, rg, disciplina, só pra preencher. Nesse ano ele pôde entregar a ficha até o dia da palestra de capacitação e lá nós inclusive levamos umas fichas em branco pra quem quisesse, porque as vezes neste começo de ano falta comunicação. Às vezes a gente ainda não está com o e-mail do diretor, do professor, a Secretária às vezes acaba não repassando. Então, o que a gente faz? Lá na hora a gente apresenta o programa como um todo, o cronograma.

**Rodrigo:** “Normalmente quando é esta palestra?”

**ABAG 1:** “Em abril. Este ano foi dia cinco de abril. Nós apresentamos o programa, apresentamos especificamente o projeto Prêmio Professor porque nesta palestra o público alvo é o professor e levamos a inscrição pra ele fazer na hora e tal. Até a aí ele não precisa fazer nada. Aí tem as visitas de capacitação e aí a gente pediu que até 14 de junho deste ano entregar a propositinha. Tem professores que já começaram a desenvolver. Tem professor que só tem a proposta e só vai desenvolver no segundo semestre. Então, isso aí é de professor pra professor, varia muito. Das inscrições para o

número de propostas entregues já cai bem. Então, quantas inscrições nós tivemos esse ano? Do prêmio professor?”

**ABAG 2:** “Quarenta e nove.”

**ABAG 1:** “Foram quarenta e nove inscrições este ano e dezessete entregaram propostas. Quarenta e nove inscrições e dezessete efetivamente entregaram a proposta. Agora, no final de outubro eles entregam o relatório final.”

**Rodrigo:** “Aí cai pra quanto?”

**ABAG 1:** “Então, no ano passado foram dez. No ano passado nós tivemos dezesseis propostas e caiu pra dez. Esse ano nós tivemos dezessete propostas agora a gente tem que ver quantos vão.”

**Rodrigo:** “E como é que vocês avaliam isto?”

**ABAG 1:** “Como é que avalia o que? O projeto?”

**Rodrigo:** “Esta queda. Porque vocês acham que isto acontece?”

**ABAG 1:** “Tem professor que acha que não vai conseguir. A gente tem caso de professor que desenvolve e não entrega. Então assim. Porque o que acontece no final do ano esses professores, a gente abre um espaço para os alunos fazerem apresentações e tal. Então, a gente te professor que desenvolve todo um projeto, apresenta, mas ele não entregou os relatórios. Aí você pergunta o porque. Foi falta de tempo.”

**ABAG 2:** “Aqui por exemplo, tem o convitinho da palestra. Então, é só um convitinho assim ó. Palestra dia tal e é aberta, eles tem que confirmar e aí isso daqui é que a gente manda no começo do ano. Aí eles já colocam. Este aqui é o pacotão. A gente chama de pacotão. Ele explica tudo. Ele já tem todo o cronograma, pretendido, né? Pode até haver alteração, mas a gente tem cumprido. Estas são as explicações mesmo, o que está aí e aí já vem os regulamentos, os jornaizinhos.”

**ABAG 1:** “No site tem tudo. Aqui você vai ter toda a ideia do que é o programa, dos regulamentos, como que ele é desenvolvido. Depois tem as sugestões, você quiser fazer, fica a vontade pra encaminhar.”

**Rodrigo:** “Com certeza. Porque quando eu perguntei sobre o contrato é porque como sou professor da escola pública há muito anos sei das dificuldades que é o trabalho nas escolas. Tudo isto que vocês estão falando sobre o início do ano, do final do ano, eu sei como é. O início do ano é complicado e o fim do ano é mais ainda. Mas para o professor contratado isso é muito pior porque normalmente ele chega numa escola que ele não conhece, se depara com uma realidade que demanda um tempo para se adaptar e não

raras vezes eles termina o ano sabendo que o trabalho dele naquele espaço se encerrou. Ou porque ele não vai ter o contrato renovado ou porque ele vai mudar de escola. Por isto perguntei se vocês tem este diagnóstico sobre os contratos de trabalho dos docentes. Porque talvez tenhamos aí alguns indícios desta queda. Porque o professor não consegue completar o programa?”

**ABAG 1:** “O que a gente percebe é o seguinte: não é porque o professor mudou de escola. É como estou lhe falando, até porque a Paloma conversa muito com os professores. Teve caso de professor que desenvolveu projeto e não entregou relatório.”

**ABAG 2:** “Por exemplo, no ano passado...”

**ABAG 1:** “Então ele não saiu da escola...”

**ABAG 2:** “Como é o terceiro ano o que eu percebo, a gente começa a conhecer. Então, esta aí é de Jardinópolis, eu conheço. Então, é bom porque a gente começa a conhecer. No encerramento teve uma escola que é fantástica, de Descalvado que fez um projeto, eles criaram uma máquina de fazer sabão, usaram o óleo. Eles a cada ano inventam uma coisa nova.”

**ABAG 1:** “Se você quiser a gente tem os arquivos destes projetos. Você pode dar uma olhada.”

**ABAG 2:** “Eles fizeram esta máquina de fazer sabão. Então, o que aconteceu? Todo mundo achou o máximo ela falando de empreendedorismo, com um projeto que ela chama de educomunicação, então e tal. Eles têm um blog sobre o que eles fazem. Aí eu tava conversando com uma professora de Jardinópolis que são fantásticas, que vem redações fantásticas, vem tudo, assim, elas são ótimas. Aí eu tava conversando com elas: porque que vocês não mandam projeto pro prêmio professor? Ah, então, isso daí do sabão a gente já faz na escola. Põe no papel! Ai elas dizem: ‘sabe o que que é, como uma coisa, faz outra, faz outra, a gente nem pensou que podia por’. Gente! Faz alguma coisa! É só sentar e escrever!”

**ABAG 1:** “O Prêmio Professor nada mais é que o professor só formalizar o que ele já faz. É colocar no papel. Porque o programa educacional não funciona sem a participação do professor. Então, se o aluno entregou a redação, fez uma visita e entregou no concurso de desenho, quer dizer que o professor trabalhou este tema.”

**ABAG 2:** “E no caso de alguns projetos que eu vi...”

**ABAG 1:** “É só colocar no papel...”

**ABAG 2:** “Usaram a cartilha e o vídeo, você consegue ver que é simples. Porque o que ele está fazendo? Ele só está usando a cartilha, o vídeo, fez os alunos se dividirem em grupo, é simples, mas ele pôs no papel e mandou. Se ele fizer tudo certinho e apresentar bem, ele pode ganhar. Vem projeto muito elaborado e vem projeto mais simples.”

**Rodrigo:** “E quem seleciona estes desenhos e frases?”

**ABAG 1:** “Nós selecionamos.”

**Rodrigo:** “E quais são os critérios?”

**ABAG 1:** “Na verdade, esta é uma coisa que nós estamos querendo profissionalizar. Desde que eu entrei sempre foi assim. Os critérios que a gente utiliza é o seguinte: chega as frases, a gente coloca aqui todas. Eu, por exemplo, não sei de qual escola que veio.”

**ABAG 2:** “Eu já mando colocar o nome atrás.”

**ABAG 1:** “É, atrás. A gente olha...o que a gente busca identificar? O aluno está conseguindo passar que ele entendeu o conceito do agro?”

**ABAG 2:** “Ou ele foi lá e desenhou uma coisa que não...”

**ABAG 1:** “Ele entendeu o conceito, algum outro conceito que seja importante para o setor, como sustentabilidade.”

**ABAG 2:** “Por exemplo, como tem muitas cidades a gente divide todas estas cidades em três grupos. São três grupos. Então, grupo 1 frase e desenho, grupo 2 frase e desenho e grupo 3 também. As escolas competem nestes três grupos para dar chance porque é muito aluno.”

**ABAG 1:** “Na verdade são nove premiados.”

**ABAG 2:** “São nove premiações porque é primeiro, segundo e terceiro lugar em frase no grupo 1.”

**ABAG 1:** “Não! Três vezes seis são dezoito. São dezoito. São nove por categoria. Nove premiações em frases, nove premiações em desenho”

**ABAG 2:** “São três primeiros lugares.”

**Rodrigo:** “E as redações?”

**ABAG 1:** “As redações são diferentes.”

**ABAG 2:** “Por exemplo, aqui ó, primeiro lugar. Aqui o grupo 1.”

**ABAG 1:** “São os três primeiros lugares.”

**Rodrigo:** “No desenho?”

**ABAG 1:** “É, são os três primeiros. No desenho a gente busca olhar muito isso daí. Que que ele está...por exemplo neste desenho aqui, além dele ser mais bonito que os outros que vieram, mas você vê que ele abrange várias culturas, abrange até um setor...este aqui eu achei bem interessante, porque? Ela transmitiu a questão da evolução, o que era antes e o que é hoje.”

**ABAG 2:** “É mais que hoje. Isso aqui ainda é mais.”

**ABAG 1:** “Então assim. Esse aqui conseguiu pegar desde a pesquisa, porque a pesquisa está contribuindo pra produção, pra cadeia, o transporte...”

**ABAG 2:** “Porque este foi o único que trouxe a pesquisa...”

**ABAG 1:** “É foi o único que trouxe a pesquisa.”

**ABAG 2:** “Porque assim você vê que não é um desenho maravilhosamente lindo, mas eu fiquei encantada com este desenho, porque eu falei: gente! É um cientista que ó, ele ganhou um troféu aqui por exemplo e ele tá pensando no agronegócio e está desenvolvendo pesquisas.”

**ABAG 1:** “E assim produção, distribuição e o consumidor final. Então, a gente busca olhar isto aí. Nas frases também. Nas frases é um pouco mais difícil. O que acontece? A gente tá querendo agora, por exemplo, este ano chamar um profissional da área de artes para avaliar conosco. Porque? A gente vê assim. Todo projeto, eu vejo, é um trabalho de melhoria contínua. Então, desde que a gente está aqui e a gente entrou no mesmo ano, a gente reestruturou todo o cronograma, reestruturamos o regulamento, conseguimos assim antecipar as coisas. Esse regulamento que você está vendo que é enviado em janeiro pra eles, até o fim de janeiro. Este bloco com todo o regulamento pronto, tem pouco tempo que estamos fazendo e está dando certo. Porque? Porque a gente busca enviar antes do período de planejamento da escola, porque assim quando for fazer aquele planejamento do início do ano ele já pode considerar. E conseguir e o professor ter esta visão. Olha só, a redação, a redação tem que entregar no mês de março.”

**ABAG 2:** “É, tem que entregar uma semana antes da palestra pelo menos. Porque no dia da palestra a gente divulga os vencedores e da palestra para a visita a Agrishow é um mês. Então, ele vai na palestra, ele olha lá, meu aluno ganhou, então eles tem um mês pra conseguir autorização, se organizar e a gente tem um mês também pra se organizar.”

**ABAG 1:** “Mas o que eu quero mostrar é o seguinte, se ele sabe que no mês de março ele tem que trabalhar a redação, então ele já consegue se programar e aí vai dar aquela

aula já trabalha a redação com o aluno assim. Se ele sabe que o mês de outubro, o mês de setembro é o prazo para o desenho. Ele tem do dia primeiro ao dia trinta para entregar. Então, ele já consegue ver em janeiro, pô legal, em setembro tem o concurso de frases e desenhos, então às vezes já puxo esta matéria que eu trabalhei com os alunos em agosto e já começa a trabalhar na escola para poder entregar em setembro.”

**ABAG 2:** “E o concurso de frases e desenhos já ficou marcado em setembro. Setembro é o lançamento do prêmio de frases e desenhos.”

**ABAG 1:** “É já é o mês das frases e desenhos. Já teve ano de, em junho, termos professor ligando.”

**ABAG 2:** “Até quando é pra entregar as frases e os desenhos? A gente vai lançar em setembro, mas já pode ir fazendo e mandar até o dia 30. Ah tá! Então, ele já deve ter pegado isso aí e nossa tenho frase e desenho.”

**Rodrigo:** “Ajuda o professor a se organizar?”

**ABAG 1:** “Isso! A ideia é essa. Estar avisando ao professor coo ele pode estar participando das nossas atividades para ele poder encaixar, porque assim...meus pais são professores, os dois. Então você consegue ver assim, tem um tema que a facilidade de trabalhar na redação é maior, então complementa o que você vai dar e sala de aula. As vezes tem u tema que é um tema bacana pra ele fazer uma frase. Então, a gente quer que ele tenha esta visão e possa se preparar melhor para trabalhar com os alunos. Até a gente fez isto. A gente estruturou esse cronograma, melhoramos a questão do regulamento do prêmio professor e agora neste ano o que a gente quer pensar em fazer realmente é trazer um profissional da área de artes e um na área de línguas, por exemplo pra estar junto conosco na hora de analisar as frases e os desenhos. Então, porque isto aí? É uma questão de trazer credibilidade. Porque as vezes os professores e eu entendo este lado deles. Eles vem e falam: meu aluno faz aula de desenho fora e ele não ganhou, porque?”

**ABAG 2:** “É tinha uns desenhos, eles eram bonitos, lindos, mas o que eles traziam? Não traziam nada!”

**Rodrigo:** “Tem que trazer então aquilo que é a proposta do programa de mostrar a cadeia do agronegócio?”

**ABAG 1:** “Mostrar o entendimento...”

**ABAG 1:** “Dos projetos, Descalvado, por exemplo: ‘educomunicação, sustentabilidade e empreendedorismo’. Ela faz uma coisa assim, ela explica ó, quer ver? Língua



portuguesa, olha só, ela explica como que usou a matemática, as ciências, a geografia, a história, artes, as demais disciplinas, o laboratório de informática. O que ela usou de cada. O site deles, o blog que fala tudo que eles fazem, a aluna que ganhou na Agrishow, tudo trabalhando ó. Palestras, eles apresentando, visita não sei aonde, visita na usina, concurso. Acho que ela deve expor, porque a gente recebe três frases e três desenhos por escola.”

**Rodrigo:** “Este material é selecionado inicialmente pelos professores.”

**ABAG 1:** “Sim. Aqui por exemplo eles fizeram um painel com todos os desenhos da escola e os alunos votaram.”

**Rodrigo:** “A escola tem autonomia para definir como vai fazer esta seleção?”

**ABAG 2:** “E envia pra nós. A gente não interfere em nada dentro. Não sei qual foi o critério. Cadê? O sabão artesanal, olha lá. Os alunos. A maquete que eles fazem na informática. Tem o sabão. Eles criaram uma empresa que chamava ecolimpe, entendeu? Eles fazem mesmo! Olha, a segunda feira do agronegócio. Porque já teve uma no ano passado. A mesma professora. Este ano é a segunda feira, o convite.”

**ABAG 1:** “E aí, o que acontece? As frases e os desenhos a gente seleciona aqui. As redações nós lemos todas e selecionamos. Aí o que acontece? Vai uma por escola, então a gente dá...a escola manda até três e a gente escolhe a melhor. Tem escola que só manda uma. A própria escola já seleciona o aluno que vai.”

**ABAG 2:** “As vezes ela fala que não tinha condições.”

**ABAG 1:** “E aí é este aluno que vai a Agrishow. E também o que a gente tem, por exemplo em 2012 encerrou todas as atividades, aí a gente senta e vê qual escola que se destacou? Foi esta daqui, então na palestra de capacitação do ano seguinte a gente premeia a escola que se destacou no ano anterior. Inclusive, esta de Descalvado é bicampeã. Porque a professora que encabeça ela realmente trabalha o projeto...”

**ABAG 2:** “E ela envolve aluno, professor, escola e comunidade.”

**Rodrigo:** “É possível conhecer esta professora?”

**ABAG 1:** “É! A gente tem o contato.”

**ABAG 2:** “Eu sou suspeita, porque a Patrícia diz que eu puxo o saco. Não é que eu puxe o saco, mas ela é fantástica...”

**ABAG 1:** “A Paloma se envolve de um jeito que os projetos chegam...”

**ABAG 2:** “E eu vou lendo. E agora ela é diretora da escola. Ela foi a professora dois anos. Nesse ano ela nem é a responsável. Quem mandou o projeto não foi ela. A escola mandou o projeto, mas ela é diretora.”

**ABAG 1:** “Agora, só pra a gente deixar claro também. O prêmio professor que é este projeto que a Paloma mostrou a gente traz uma equipe de fora para avaliar. Então, nós não avaliamos.”

**ABAG 2:** “A gente não avalia nada!”

**ABAG 1:** “Chega o projeto, você vê e gosta mais deste ou daquele, Então, a gente traz dois profissionais da área da educação, dois profissionais da área do agronegócio que discutem aqui numa manhã. A gente manda pra eles antecipadamente.”

**ABAG 2:** “Esta pastinha. Vai uma pastinha desta para cada jurado, com todos os projetos. Ele vai receber, a gente tem uma planilha, tá aqui para o professor saber o que está sendo avaliado. Qual que é a pontuação? Se ele for na palestra eles ganha quinze e se ele for na visita ele ganha quinze. E tudo o que ele precisa no relatório tá aqui. Então ele sabe quais pontos que ele precisa. E isso aqui é mandado pro jurado e o jurado dá a nota. Então, o jurado já vem com a nota, né? A gente senta com ele pra, assim, falar isso aqui é legal, a gente podia, a gente vai melhorando o regulamento.”

**ABAG 1:** “A cada ano a gente vai acertando.”

**ABAG 2:** “E aí, a gente fala que é igual a futebol. Manda tudo, os seis maiores notas estão classificados. Os seis melhores no dia da apresentação, apresentam. São dez minuto pra falar, explicar, do jeito que ele quiser. Então é assim ó. Esta nota é somada e dividida por dois que daí tem que dar até cinquenta porque soma cem e tem que dar até cinquenta e depois ele soma com esta que tem ser cinquenta.”

**ABAG 1:** “O que a gente sente? O que a gente sentiu? Tem professor que se destaca na hora de entregar o projeto e aí tem professor que consegue transmitir melhor o projeto na hora da apresentação. Então, é muito difícil, você como professor deve saber. É difícil encontrar o equilíbrio disto aí. Então a ideia é buscar uma forma de equilibrar o projeto com a apresentação pra gente ter uns vencedores...que a gente consiga com critérios que vão abordar as duas questões pra trazerem os vencedores.”

**ABAG 2:** “Então, por exemplo, esta professora desta escola nunca ganhou o primeiro lugar. No ano passado este projeto era fantástico. Era dez minutos, ela falou meia hora. A nota dela aqui baixou.”

**Rodrigo:** “É que o projeto dela era muito bom?”

**ABAG 1:** “Mas todo mundo tem que ter, porque os outros professores vão querer falar meia hora também.”

**ABAG 2:** “Então, eles vinham assim: ‘eu me programei pra dez minutos.’ E eu digo faz do jeito que você se programou. Fala dez minutos. Aí ela falou. Então, ela teve alguns erros de apresentação. Por exemplo, ficar de costas para os jurados, sabe? Coisas pequenas. Ela não ganhou. Mas aí quando chegou na hora da escola destaque, aí a gente falou: ‘não, pra escola destaque não tem como, é ela.’ E ela ganhou.”

**ABAG 1:** “Inclusive, no dia da apresentação, o corpo de jurados.”

**ABAG 2:** “É o corpo de jurados que dá a nota.”

**ABAG 1:** “A gente sentiu que trouxe credibilidade. Porque? Todo mundo vê. Por exemplo. O que acontece? Quando chega os projetos tem uma reunião a Paloma lança o ranking. Você está na classificação, sua pontuação foi tanto.”

**ABAG 2:** “É, eu mando.”

**ABAG 1:** “Manda a nota de todos.”

**ABAG 2:** “Maria Aparecida noventa. Nanana oitenta. E eu mando a pontuação.”

**ABAG 1:** “A professora sabe de antemão com quanto que ela tá e aí ela vai pra apresentação e a classificação como é que tá e na apresentação tem o corpo de jurados que vai dar a nota na hora e sai a classificação final.”

**ABAG 2:** “Aí a Patrícia fica lá com tudo prontinho. A gente já tem a nota dividida por dois. A Patrícia faz lá e a gente já diz lá na hora quem ficou.”

**ABAG 1:** “Então, esse processo, as pessoas, os professores estão vendo. Como está sendo feito o processo. Então, neste ano não teve questionamento quanto a colocação.”

**Rodrigo:** “Nos outros anos vocês avaliam que teve essa tensão?”

**ABAG 1:** “Não...”

**ABAG 2:** “Porque a gente sempre teve jurado.”

**ABAG 1:** “Sempre teve este corpo de jurados.”

**ABAG 2:** “No primeiro eles não tinham muita estrutura de como mandar o projeto. Era um pouco solto. Era à mão, por escrito. Vinha tudo. Vinha slide. Vinha tudo impresso. Aí no ano passado a gente já melhorou. Nesse ano, a gente melhorou mais ainda. Entendeu? Então, eles também estão mandando cada vez mais redondinho assim, né? Pra gente.”

**Rodrigo:** “Vocês tem ideia de quanto custa este programa para a ABAG?”

**ABAG 1:** “Tem. Em termos do orçamento anual dele? Na casa dos cem mil reais.”

**Rodrigo:** “Os professores recebem alguma gratificação por parte das secretarias?”

**ABAG 1:** “Acredito que não. Nisto a gente também não interfere.”

**ABAG 2:** “Isto aí vai mais deles. Porque? Se ele ganhar, vai ganhar um notebook, um computador.”

**ABAG 1:** “Não, mas ele não ganha isto da Secretaria.”

**ABAG 2:** “Mas se ele se dedicar. Aí depende dele ganhar isto, né?”

**Rodrigo:** “Porque vocês estavam falando da concorrência de projetos. Eu trabalhei em algumas escolas em que a Secretaria destina um dinheiro para a escola com autonomia pagar professores horas-extra para trabalhar no projeto. Em Teresópolis cada escola tinha lá duas horas extra para o professor fazer um projeto, um programa. Então, lá em Teresópolis a escola poderia usar este dinheiro para me pagar pra participar do programa, entendeu?”

**ABAG 2:** “Pode ser. Eles devem ter algum incentivo, eu acho.”

**ABAG 1:** “Na verdade, nós não sabemos. É aquilo. A gente não entra na burocracia do município. Só voltando a questão do orçamento. Este orçamento foi para esta quantidade de municípios participantes. Obviamente conforme o programa cresce, cresce também o volume de recursos que tem que ser destinado. O acordo de cooperação prevê que o programa é cem por cento custeado pela ABAG de Ribeirão Preto. O que nós pedimos a Secretaria do município é o transporte.”

**Rodrigo:** “A contra partida é o transporte?”

**ABAG 2:** “Só!”

**ABAG 1:** “Olha só. O professor vem para as palestras de capacitação, tem as visitas...”

**ABAG 2:** “Tem a visita a Agrishow.”

**ABAG 1:** “São atividades não obrigatórias! Isto não é impeditivo. Por exemplo: o professor não veio a palestra de capacitação ou o professor não participar da visita, não é impeditivo para o aluno participar do concurso de redação ou do aluno participar do concurso de frase e desenho. Na verdade o que acontece é o seguinte: no premio professor...”

**Rodrigo:** “Porque o impacto no premio professor é grande. São trinta por cento, né?”

**ABAG 1:** “É porque a gente entende que a palestra de capacitação é fundamental.”

**ABAG 2:** “É, isso aqui é pra forçar eles, né? Ué? Tem que ir, porque é o que a gente quer. A gente quer capacitar. Eles são os formadores de opinião. Então a gente quer. A

gente quer que eles tenham o conhecimento. Porque também se você procurar na internet só, tem tanta coisa. Então, a gente quer o conhecimento.”

**ABAG 1:** “Não é obrigatório. Para os alunos o concurso de redação, não é obrigatório que o professor esteja inscrito no prêmio professor.”

**ABAG 2:** “Por exemplo, quando chegar setembro, porque tá aqui a data, né? Concurso de desenho, dia dois de setembro. Então, no dia dois de setembro, vai para as trinta e duas Secretarias de Educação e para as oitenta e três escolas. Vai pra todo mundo. Se ele não veio na palestra, se ele não veio na Agrishow, se ele não mandou redação. Olha, a gente não conseguiu o outro. Não deu tempo. Trocou o diretor.”

**ABAG 1:** “Não participou de nenhuma outra atividade e quer participar da frase e desenho? Ele pode.”

**ABAG 2:** “Vai mandar a frase e o desenho.”

**ABAG 1:** “A ideia que a gente tem, qual é? Buscar a maior participação possível.”

**ABAG 2:** “Por exemplo, Jaboticabal sempre vai. Aí neste ano não foram na palestra. Aí quando eu vou bater, aí vejo Jaboticabal não veio. Aí quando o pessoal entra, eujá pergunto porque vocês não foram na palestra? Porque na palestra a gente entregue este material, a cartilha. Então, a gente tem este controle de quem foi buscar ou não. Então a gente tem o controle de quem foi na palestra. Aí elas falam: ‘Ah! Sabe o que que é? É que a gente teve problema não conseguimos deixar professor, não deu pra ir.’ Aí você vai: está fora?! Não! Ah! Então tá bom! Aqui está o material da ABAG, você vem, podem vir retirar pra trabalhar. Pode deixar. E aí a partir daí ele consegue. Porque ele não conseguiu ir na palestra.”

**ABAG 1:** “Porque a gente entende as particularidades de cada município e as dificuldades que tem o professor.”

**ABAG 2:** “Aqui o relatório, né? De atividades.”

**ABAG 1:** “O que eu queria mostrar pra você é o seguinte: aqui tem um breve resumo. É um resumo do ano. Aqui você vê o gráfico da evolução dos participantes. O número de alunos. E o acumulado, né? A gente já está quase, em 2013 a gente chega a dgdgducvuwuchb mil alunos.”

**ABAG:** “Tem que falar dos cinco. São todas as redações. Então, no caso são oitenta e três escolas. Cada uma manda três redações. Aí a gente começou a perceber que tem as boas, mas tem as que são muito boas. Que valem a pena. Tem um destaque. E aí não, vamos dar um premiozinho. Então, ele ganhou a Agrishow? Ganhou. Vamos então uma

coisinha a mais? Vamos dar uma coisinha a mais para as cinco melhores. Isto nós começamos no ano passado. E foi sucesso. Aí você chega na Agrishow com uma bolsinha assim que a gente tem, uma mala, aí eles ganham a camiseta e o boné na Agrishow. Aí a gente põe mais uma camiseta e um boné, uma câmera digital e dois livros.”

**ABAG 1:** “Porque a questão da premiação, o que acontece? A premiação exista para que a gente possa dar uma motivação a mais para o aluno participar. Só que o que a gente vê? Estes jovens estão muito interessado em equipamento eletrônico. É celular, é ipode. Então é assim. Não é pra ser diferente. É a realidade deles. É o que está aí. Então, só que na redação a premiação são as visitas e estas cinco melhores, a gente pensou assim: ‘bom, tem que ter um chamariz, é a máquina fotográfica, por exemplo, equipamento digital. Mas, é um concurso de redação. Acho que estes alunos as vezes não tem tanto incentivo a leitura.”

**ABAG 2:** “Ou as vezes tem interesse, mas não te um....”

**ABAG 1:** “Porque um livro no Brasil ainda é caro para a maioria da população. Então, o que a gente faz? Vamos dar um incentivo a leitura, afinal é um concurso de redação e afinal nós estamos trabalhando com educação. Então, temos que dar um estímulo, dar este tipo de incentivo. Mas você dar só o livro, não vai ser um motivador pro aluno, pra ele tentar se diferenciar. Então a gente aliou os dois. E nos livros. O que a gente busca?”

**ABAG 2:** “No ano passado a gente deu ‘Vidas Secas’ e o ‘Menino do Pijama Listrado’. Que daí a gente quis dar um mais vestibular, uma coisa mais. E aí a Patrícia que deu a ideia do ‘Menino do Pijama Listrado’, né?”

**ABAG 1:** “Porque era um livro que tava bem em alta, né?”

**ABAG 2:** “Bem em alta. E nesse ano foi ‘Dom Casmurro’ e a ‘Moreninha’. Porque a ‘Moreninha’ era uma coisa antiga, mas que é atual até hoje. Foram estes dois. E aí eles estão lá. Daí você chega no primeiro stand: ‘então agora, a gente vai dar o prêmio da redação, da melhor.’ Eles ficam tudo, né? ‘A cidade é Sertãozinho! Ah! Aí fala o nome. Daí ele vêm: ‘ô tia, quantos que tem mais pra ganhar?’ Eles ficam desesperados.”

**ABAG 1:** “E o engraçado é que eu vou com uma pastinha na mão, né? E com a lista e quando a gente abre assim, porque quem anuncia normalmente é o stand, é a pessoa responsável pelo stand. Então, as pessoas não têm tanto cuidado. Então, os professores ficam tudo atrás, assim.”

**ABAG 1:** “O cara ficou com a pasta aberta e os professor tudo atrás assim ó, pra ver quem tinha ganhado. ”

**ABAG 2:** “Porque o professor ganha a bolsa, com camiseta e boné. Porque a bolsa do professor é muito bacana. ”

**ABAG 1:** “E um livro do setor. Normalmente do Roberto Rodrigues também. ”

**ABAG 2:** “É verdade. A gente coloca um livro do Roberto Rodrigues que é mais informação mesmo pra ele ter. Por exemplo, teve um professor que ganhou no ano passado e neste ano ele foi com a bolsa dele. E neste ano ele não ganhou. Ele ganhou no ano passado. É bacana. ”

**ABAG 1:** “É superinteressante. Você vê que as redações...”

**ABAG 2:** “Melhorou demais...”

**ABAG 1:** “Melhorou muito a qualidade das redações. ”

**ABAG 2:** “É que o primeiro ano que eu estava aqui eu entrei quando as redações estavam chegando. A Patrícia não pegou as redações. As que eu li no ano que entrei eu fiquei até assustada porque tinha muita crítica a mecanização, que tira o emprego do trabalhador, tinha umas críticas ferozes a queima, muita coisa. ”

**ABAG 1:** “Então, deixar bem claro isto não é impeditivo da criança ganhar. ”

**ABAG 2:** “É, e a gente levava ele. ”

**ABAG 1:** “O tema é agronegócio e sustentabilidade. Se vier uma redação muito boa criticando o setor, isto não é. O fato dele criticar ou não o setor, digamos assim, não é critério de avaliação. ”

**ABAG 2:** “Porque aí ele vai. Porque é pra ele que a gente tem que mostrar. E aí o que eu percebo? Como a gente conseguiu atingir os professores e passar. Porque se ele escreveu aquilo foi porque alguém passou aquilo pra ele. Como a gente tem conseguido atingir o professor e mostrar pro professor, as redações estão vindo assim, ó. E ele pode até falar, a mecanização e tal, mas o trabalhador está sendo...”

**ABAG 1:** “Eu acho assim. Continuam vindo as redações que criticam. Mas o que eu acho que é o diferencial. O que eu acho que a gente começou a ver? São visões diferentes de redações, modelos diferentes. Então, por exemplo antes as redações vinham mais neste sentido: ‘agronegócio é a produção, da produção’, mais assim. Neste ano, você teve coisas mais criativas. Por exemplo, você teve aluno que fez uma redação que ganhou. Nós temos aqui as cinco redações que ganharam-no ano passado também, tá? Deste aluno que ganhou, ele diz assim: ‘a visão da semente, fui criada num

laboratório, cresci no campo, do campo me colheram, fui pra indústria de processamento, virei fio de algodão, do fio de algodão virei uma calça jeans, uma roupa e fui parar numa loja. Então, você vê que o aluno abordou todo o processo desde antes da porteira com a pesquisa, né? Ele abordou todo o processo da cadeia produtiva. Teve também um rapaz que começou discutir questões de infraestrutura e logística do país na redação. Então, eu acho que a melhoria está vindo neste sentido. A criatividade na redação tá melhor. A melhoria não é todo mundo está falando bem. Não é isso que a gente está olhando, mas assim a criatividade, a argumentação tá melhorando na redação. Por isso que a gente entende que a premiação motivou este esforço adicional do aluno poder sentar um pouco mais, pensar um pouco mais no que ele vai escrever pra entregar a redação.”

**Rodrigo:** “Eu vi pesquisando na internet que no Conselho Municipal alguns integrantes levantaram críticas ao programa.”

**ABAG 1:** “Nós não estávamos aqui, mas eu já vi no jornal.”

**ABAG 2:** “Eu tenho o jornal.”

**Rodrigo:** “Como é que vocês avaliam isto? Como vocês receberam? Vocês não estavam aqui na época, né?”

**ABAG 2:** “Eu sei que a Maria Deborah, a secretaria, a Maria Angela, elas deram depoimento dizendo que o programa aqui na Rede. Elas que entraram no jornal pra defender mesmo. Agora eu não sei como.”

**ABAG 1:** “Essas críticas teve este ano em Ribeirão Preto. No início deste ano eu fui dar uma palestra para os professores daqui de Sertãozinho e houve também alguém que levantou também este tipo de questionamento. Eu entendo o seguinte Rodrigo: este tipo de questionamento você vai ter em qualquer lugar. E o que nós colocamos é que o programa independe de ideologia. O programa ele visa mostrar o agronegócio como um todo. Seus pontos fortes e seus pontos de melhoria. Vão ter pessoas que vão criticar o setor? Vai. Está aberto, pode participar. Entendeu? Por exemplo, em Sertãozinho. Eu posso falar porque foi comigo a coisa. Você tinha uma sala com cinquenta, sessenta professores, um levantou a mão e falou: ‘eu não concordo com o que vocês estão falando do agronegócio no programa’. Nosso posicionamento pra ele foi: você trabalha em sala de aula. Nós não entramos em sala de aula. Você trabalha o tema da forma como você quiser com o seu aluno, mas dê ao seu aluno a oportunidade de conhecer in loco a visão do que é a realidade aqui, né? Porque quando ele vai na usina, ele vai na



usina daqui da região dele. Ele vai numa empresa de medicamentos veterinário? Ele vai aqui, enquanto que a visão que o professor passa é limitada, unilateral. Inclusive, por exemplo, a professora que ganhou o primeiro lugar no ano passado numa das visitas ela levou o aluno numa empresa e levou num assentamento. ”

**ABAG 2:** “Porque ela queria mostrar a vida dos alunos, das crianças que moram e a deles. Como é que eles vivem? ”

**ABAG 1:** “Então, a ideia do programa é justamente mostrar o agronegócio. Isto faz parte. Não é uma, entendeu? Mas o que a gente quer mostrar é que deixe de ser esta visão unilateral. Entendeu? Conheça todos os lados. A proposta é esta. Então a gente sabe que tem professor, inclusive, que as vezes vai nas visitas e começa a me questionar: ‘mas estes grandes empresários, esses...’, bem gente, vivemos num mundo capitalista, não é? ”

**ABAG 2:** “Essa daqui fala de logística: ‘mesmo diante dos avanços que surgiram, o produtor sozinho não conseguiu transportar e distribuir seus produtos para o consumidor que agora se encontrava longe da fazenda. Aqui ó: ‘os meios de transporte são caros e nosso país é um grande produtor. Isto leva a crer que o Brasil precisa ampliar o transporte ferroviário e hidroviário’. Simples e mostra. ”

**ABAG 1:** “A ideia é que ele está abordando um assunto atual. ”

**ABAG 2:** “E que nunca nenhuma redação falou de...”

**ABAG 1:** “Não, não pode afirmar isto”.

**ABAG 2:** “Das que eu li não. Nunca, desde que estou aqui, nunca falou de transporte.”

**Rodrigo:** “A questão do transporte está em evidência, né?”

**ABAG 1:** “Neste ano foi a pauta do setor.”

**ABAG 2:** “Eu nunca tinha lido nada.”

**ABAG 1:** “Aqui a gente tem a evolução dos números do programa, onde foram feitas as visitas. A Paloma pode te passar os arquivos.”

**ABAG 2:** “Este é de 2012.”

**ABAG 1:** “Nós temos o controle, por exemplo, de qual escola que leva o aluno. Este aqui foi o concurso de redação. Estas aqui foram as cinco melhores redações. Aqui nós temos o controle de qual empresa foi visitada, qual escola visitou, quantos alunos, cidade. Aqui a divisão dos grupos de cidades, todos os premiados do desenho. Este programa é a menina dos olhos de ouro dos nossos associados. Então, a gente tem que ter tudo bem controladinho, com todos os dados.”

**ABAG 2:** “Aqui é a classificação.”

**ABAG 1:** “Aqui são os projetos aptos a concorrer.”

**ABAG 2:** “Todos estes estão aptos a concorrer na apresentação.”

**ABAG 1:** “Aqui tem o histórico, tudo que a gente já realizou. Tudo isto daí.”

**Rodrigo:** “Só pra completar. Vocês avaliam que o programa cumpre seu objetivo?”

**ABAG 1:** “Sim.”

**ABAG 2:** “Sim.”

**ABAG 1:** “Essa relação a gente pode ter, pega ali o relatório de opinião. Nós fizemos. A ABAG faz pesquisas de opinião. Teve em 2000. Tá no site também. Teve em 2000, 2003, 2006, 2009 e fizemos em 2012. Só que o diferencial desta pesquisa de opinião, o que foi? Existe a ABAG e administrativamente as duas são independentes, mas tem diversos projetos em parceria. A ABAG contratou uma pesquisa da ESPM coordenada pelo IPESO pra fazer uma pesquisa nos doze principais centros urbanos do país, sobre as percepções do centro urbano em relação ao agronegócio. Daí foi iniciada uma pesquisa concomitantemente na região de Ribeirão Preto pra gente poder usar como comparação de base nacional. Pra gente ter esta base de comparação. Qual é a percepção nas doze principais capitais brasileiras e o qual é a percepção na região de Ribeirão Preto. Então, tem estes programas, não só o educacional. Tem também os comerciais, o prêmio de jornalismo, mas tem este trabalho desenvolvido há doze anos. O que a gente percebe? Que os índices, os indicadores na região de Ribeirão Preto estão melhores. A percepção é diferenciada em relação a nacional. Por exemplo, na região o agronegócio é motivo de orgulho nacional, semelhante ao petróleo e a mineração. Nacionalmente não é. Nacionalmente é visto como um setor que gera emprego, mas é muito consumista de água aqui no comparativo com o regional você os principais...ééé...o agronegócio é muito importante, nacionalmente 81% consideram, regionalmente quase 94%. Então, a gente atribui esta diferença ao trabalho desenvolvido pela ABAG de Ribeirão Preto. Outra coisa importante também é o conceito de cadeia produtiva, o entendimento de que existe uma cadeia produtiva e que esses elos interagem é melhor entendido aqui na região do que no país. Aqui é orgulho nacional, na nacional não é. Este aqui são os resultados comparativos. Se você quiser pode levar. Estes são os resultados da regional. A nacional tem no site da ABAG. Isto foi divulgado, né?”

**Rodrigo:** “Queria agradecer enormemente.”

**ABAG 1:** “Se tiver mais alguma informação que você queira.”

**ABAG 2:** “Aqui estão os jornaizinhos de 2012. Tem todos. Todos os meses. Dá pra acompanhar bem. Tem a palestra, tem as visitas.”

**Rodrigo:** “Eu queria agradecer novamente e tem uma coisa que eu gostaria de pedir a vocês. Eu falei com a Maria Angela sobre a possibilidade de entrevistar alguns profissionais que estiveram ou estão envolvidos com o programa.”

**ABAG 1:** “A Paloma pode te passar isto. Ela tem estes contatos com os professores. Até indicar professores legais. Tem uma professora, por exemplo, que participou como aluna e voltou a participar como professora.”

**ABAG 2:** “Ela participou do projeto piloto em Jaboticabal, né? Participou como aluninha e ela voltou ano passado como professora de Monte Alto, né? Então, hoje ela dá aula em Monte Alto.”

**ABAG 1:** “Você não tem uma cópia do DVD com os resumos?”

**ABAG 2:** “Não tem cópia. Só tem um.”

**ABAG 1:** “Copia lá, então, rapidinho. Tem estes resultados do ano passado e um depoimento desta professora.”

**ABAG 2:** “Tá no youtube já.”

**ABAG 1:** “Ainda não está no site. Faz uma cópia então. Aqui tem o resumo do ano passado e este vídeo tem o depoimento desta professora.”

**ABAG 2:** Se você quisesse professor de Ribeirão eu de passo até dois. Acho interessante aquela professora, aquela mais velhinha, que pegou um ramo de café, ela é muito, ela ótima e um outro que eu acho que é bem, ele tá em tudo também e te indicaria esta de Descalvado que agora é diretora e esta menina que foi aluna.”

**Rodrigo:** “A gente pode trocar estas informações por e-mail?”

**ABAG 2:** “Pode.”

**ABAG 1:** “Eu queria te pedir Rodrigo o resultado da pesquisa.”

**Rodrigo:** “Sem dúvida.”

**ABAG 1:** “Tem previsão?”

**Rodrigo:** “Início de 2015, se tudo ocorrer bem.”

**ABAG 1:** “É doutorado?”

**Rodrigo:** “É.”

**ABAG 1:** “E você está analisando outros programas?”

**Rodrigo:** “Vai depender muito do que a gente conseguir de material. Quanto mais eu conseguir avançar nas entrevistas mais eu posso aprofundar.”

**ABAG 1:** “Eu vou pedir pra Paloma. Não sei se você tem interesse nesses dados sobre a evolução do programa.”

**Rodrigo:** “Tenho muito. Você tem como deixar este caderno comigo.”

**ABAG 1:** “Tenho. Aqui tem sobre algumas outras atividades nossas.”

**Rodrigo:** “Você me falou que a Paloma pode me deixar que material?”

**ABAG 1:** “Estes dados.”

**ABAG 1:** “Espero que não venha muito negativo.”

**Rodrigo:** “Olha, muito bom, estou feliz em receber estas informações. Eu comecei em 2011.”

**ABAG 1:** “O seu mestrado foi em que?”

**Rodrigo:** “Em educação também.”

**ABAG 1:** “O que te chamou a atenção do Programa? Foi só a longevidade dele? Ou o tema que ele trabalha?”

**Rodrigo:** “A longevidade foi com certeza um dos elementos fundamentais. A outra é a abrangência do programa. É tempo e abrangência, pois daí é possível fazer uma avaliação mais concreta do trabalho. De um lado pra ABAG e do outro pra escola.”

**ABAG 1:** “Teve um dia que eu peguei a Paloma e nós rodamos as escolas. Nós fomos naquelas que estavam indo bem e naquelas que estavam mal, mal no sentido de não estar participando.”

**Rodrigo:** “Vocês fizeram uma avaliação?”

**ABAG 1:** “Isto. Foi minha primeira preocupação. Vamos rodar as escolas.”

**ABAG 2:** “Aqui estão os projetos e os contatos com os professores de Ribeirão, Dourado, Descalvado e esta professora que participou como aluna também de Monte Alto.”

**ABAG 1:** “Inclusive Rodrigo, se você quiser participar da atividade de encerramento do programa está convidadíssimo. Lá vai ser uma ótima oportunidade de você ter contato com os professores.”

**ABAG 2:** “E alunos também. Porque alguns alunos vão. Estas maquetes que os professores fazem, geralmente os alunos que vão apresentar a maquete.”

**Rodrigo:** “Aí vocês fizeram a avaliação do que já havia sido feito.”

**ABAG 1:** “Isto.”

**Rodrigo:** “Isso foi em 2011.”

**ABAG 1:** “Em 2011, quando eu entrei. Foi uma coisa mais informal, pra conhecer.”

**Rodrigo:** “Como é que você veio pra cá?”

**ABAG 1:** “Pra ABAG? É um longo caminho.”

**Rodrigo:** “Você chegou antes dela?”

**ABAG 2:** “Ela chegou. Eu entrei em abril e ela em julho.”

**ABAG 1:** “ A ex-diretora executiva, a Mônica Bergamashi, foi pra Secretaria de Agricultura.”

**ABAG 2:** “Eu entrei 1º de abril e ela saiu seis de junho. E aí? O que é que faz? O que é o programa educacional? Imagina? Coitada dela. Ter que saber tudo, né? Nossa!”

**ABAG 1:** “Aí eu falei, vamos elencar umas escolas pra conhecer e aí que a gente percebe que a realidade entre os municípios é muito diferente. O que a gente tem muito de feedback? O programa de vocês é a oportunidade que a gente tem de oferecer algo diferenciado para os alunos. Consegue contextualizar o aluno no município e na região que ele tá inserido. Você as vezes consegue, o aluno, ao participar do programa vislumbrar um futuro profissional, coisa que às vezes ele não conseguia enxergar antes. Muitos falam: ‘os alunos que são muito problemáticos dentro de sala de aula, são os que mais se aplicam no programa. Então tem escolas, por exemplo, que faz horta. Os alunos que tocam a horta são os que mais dão trabalho em sala de aula. Estes alunos passaram, inclusive, a dar menos trabalho em sala de aula. Então, tem alunos que se interessam tanto pelo tema que vão fazer escola técnica agrícola. Tem alunos que não conhecem, por exemplo, no ano passado, a campeã de visitas foi você vai ver foi a Unesp de Jaboticabal. Então, tem alunos que desconhecem que está aqui, ao lado deles, uma universidade renomada, gratuita, pra eles poderem dar continuidade aos estudos . Então, esta visão, esta abertura, que não é objetivo, alguns sim, como mostrar ao aluno o contexto em que ele está, mas por exemplo, assim, nós não temos no programa o objetivo de capacitar mão de obra para o setor, mas acaba que de alguma forma o aluno se interessa e dá continuidade.”

**Rodrigo:** “Você está dizendo que é um efeito inesperado do programa?”

**ABAG 1:** “Positivo, no nosso entender. Porque este aluno não iria dar continuidade aos estudos, mas a partir daí num curso técnico, ele já sai com uma capacitação, já muda alguma coisa na vida dele, porque ele já sai com uma capacitação diferenciada em função do que ele viveu de experiência na escola. Isso é uma percepção minha, da

experiência que eu tenho. Os alunos mais carente acabam pegando mais este tipo de coisa, né? Isso são resultados fantásticos.”

Rodrigo: “Você estava falando que teve uma professora que levou na empresa associada e em um assentamento.”

**ABAG 1:** “Foi uma professora de Colômbia. A Paloma vai te entregar o projeto dela.”

**Rodrigo:** “Tem crianças do assentamento que participam do programa?”

**ABAG 1:** “Motuca. Motuca é um município diferenciado, porque? O colégio que a gente trabalha lá, as crianças que frequentam são crianças de assentamento rural.”

**Rodrigo:** “E aí? Vocês acham que tem conflito? Porque eles vem do MST que luta contra o agronegócio.”

**ABAG 1:** “Olha, Motuca é um município diferenciado, porque? O assentamento é fornecedor de cana para a usina. Ele encontrou no fornecimento de cana para a usina a forma de sobreviver. O assentamento só foi pra frente a partir do momento em que eles se integraram. Então, aí você não vê tanto conflito. No município de Matão, é um município que desde que foi pro municipal o acordo nós temos tentando retomar o acordo. Só que o Secretário de Educação tem uma ideologia muito forte. É o Alexandre. Eu conversei com ele por telefone e ele, a justificativa dele é que a ideologia dele é diferente da ABAG de Ribeirão. O que a gente busca mostrar é que o programa não é pautado por ideologia. Então é isso. Nosso posicionamento é que o programa não se pautando por ideologia, tanto é que a gente frisa muito isto, nós não entramos em sala de aula, mas dê a oportunidade do aluno conhecer.”

**Rodrigo:** “E como é que está Matão? Matão entra no programa?”

**ABAG 1:** “Hoje não está. Mas a gente tem mantido conversas. Eu estive com o novo prefeito, que trocou. A gente tenta! Porque a gente entende que independe de ideologia, independe de ter assentamento ou não na cidade. De uma forma ou de outra, o que nós estamos olhando? O benefício que estas crianças vão ter ao participarem do programa. Porque quer queira, quer não, é a oportunidade da criança visitar uma empresa, dela conhecer as oportunidades, a oportunidade dela participar de um concurso, é a oportunidade de conhecer a Agrishow. Isso, independente do agronegócio, é benéfico pro desenvolvimento da criança. Você trazer o contato da criança com experiências diferentes que ela tem, pro crescimento da criança é benéfico.”

**Rodrigo:** “E aí ele argumenta que tem uma outra ideologia?”

**ABAG 1:** “Isso. A ideologia dele é diferente.”

**Rodrigo:** “E o prefeito? O que ele argumenta? Lá é PT, né?”

**ABAG 1:** “É, mas nós temos vários municípios petistas. Pradópolis? Tem outros que são PT. Isto a gente levantou tudo. Ribeirão Corrente ganhou quando Paloma? 2011? Foi no primeiro ano. A professora que ganhou era de Ribeirão Corrente. É um municípioinho, com cinco mil habitantes que vive de café e você vê a participação da professora, o nome dela era Cinthia, né? E você vê que ela ganhou em 2011, em 2012 ela tava afastada para licença maternidade, a escola caiu no programa.”

**ABAG 2:** “Ela ainda foi na Agrishow grávida, na visita...”

**ABAG 1:** “Eu estava grávida junto com ela. Eram as duas grávidas do programa. Ela deve ter tido o bebê em agosto. Aí, o que a gente percebe? Tem município que é o professor que peita e toca o projeto. Se o professor por algum motivo se afasta ou sai o projeto...aí você vê que o projeto dela foi extremamente uma coisa simples. Como era o único projeto na escola, isso envolve. A dimensão que cria o projeto na escola é muito maior.”

**Rodrigo:** “Ela estava falando que sente diferença entre o trabalho realizado aqui em Ribeirão em relação aos outros municípios...”

**ABAG 2:** “Eu tava falando que as vezes eu acho que eles são mais comprometidos.”

**ABAG 1:** “Aí é ela. Mas o que a gente vê é que o município tá passando por algumas dificuldades financeiras. Isto veio dos professores pra gente, tá? Então, é difícil esta avaliação que a Paloma está fazendo. Tem outros fatores envolvidos que a gente desconhece, mas Ribeirão sempre foi muito parceiro da gente, sempre participou e o volume deles é muito expressivo.”

**Rodrigo:** “Quando eles começam a participar do programa o governo era PT? Era Palocci?”

**ABAG 1:** “Participa desde 2002.”

**Rodrigo:** “Então não era Palocci, porque ele assume o Ministério da Fazenda em 2003.”

**ABAG 1:** “Não sei, mas Ribeirão sempre foi muito parceira. Agora eles estão tendo algum fator.”

**Rodrigo:** “Pelo que eu vi todas as escolas da Rede Municipal participam do programa.”

**ABAG 1:** “Sim. É o maior município. A gente percebe, por exemplo, que tem professor que mandou projeto de Ribeirão, mas não terminou.”

**ABAG 2:** “No ano passado, no encerramento a Maria Angela foi e nossa que legal estes projetos. Ficou toda animada. E ela falou: ‘vou pegar no pé destes professores de Ribeirão’.

**Rodrigo:** “O argumento da Maria Angela é que Ribeirão por ser o primeiro município no programa perdeu este encanto da novidade.”

**ABAG 1:** “Isso. Isso é uma coisa que a gente enxerga nos municípios que estão a mais tempo. Porque a cartilha não mudou, o vídeo não mudou. Então, como o município é novo é mais novidade obviamente. Então, este é um outro desafio nosso, mapeado, como fazer para manter esta sensação de inovação. O que a gente já fez neste ano, por exemplo, foi trazer na palestra de capacitação também o doutor Içami Tiba que nós temos como referência e os professores gostam muito. Tanto é que a mobilização pra palestra de capacitação deste ano foi maior. Foi maior. Porque? Então, a gente tem que buscar formas. Isto é uma coisa que a gente, o programa já tem uma certa idade. Então, os alunos mudam todo ano, mas os professores não. Isto é que a gente precisa encontrar, uma maneira de manter os professores motivados, aqueles que estão a mais tempo no programa.”

**ABAG 2:** “É, alguns até, lembra aquela vez que a gente foi a Sertãozinho e fizemos aquela conversa com os professores que foi ótima? Elas falaram: ‘porque a gente trabalha no programa desde quando era estadual. Algumas professoras dão aula na rede estadual e municipal. E aí elas pegaram o programa desde quando era na rede estadual. Elas já conhecem a cartilha. Então, quando foi pra rede municipal, a mesma cartilha, entendeu?’”

**ABAG 1:** “Esse ano o que a gente fez. A gente mudou as visitas. O que a gente fazia? Os professores de Ribeirão Preto a gente levava para as empresas daqui de Ribeirão. Mudou. Agora, a gente leva para empresas de outros municípios. Eles foram visitar fazendas de café. Os professores de Ribeirão, né? No ano passado.”

Rodrigo: “Mas isto não dificulta a chegada dos professores? A Paloma estava falando que vocês mudaram esta questão do transporte. Quando vocês trabalhavam com a Rede Estadual vocês tinham o ônibus e que desde que vocês passaram a trabalhar com as Redes Municipais a contrapartida é a escola, os professores serem responsáveis pelo transporte. E agora como é que acontece isso?”



**ABAG 1:** “Normalmente os municípios disponibilizam. As secretarias disponibilizam. Inclusive neste ano que a gente deu uma mudada e levou o pessoal pra mais longe, eles gostaram muito. Muito. Porque sai do que eles já estão vendo.”

**ABAG 2:** “Porque assim, o pessoal de Batatais. Tem a usina de Batatais que a gente visita. Eu não vou levar os professores de batatais na Usina de Batatais. Nós vamos levar lá na San Martin. Então, a gente pegou os de Batatais e levou lá em Pradópolis. E aí o que eu também fiz? Eu peguei a lista do ano passado, esta que você tem, e vi tal, tal, tal cidade foram pra San martin, então estes não vão a San Martin neste ano. Este ano eles vão numa fazenda de café. Porque alguns viraram pra mim: ‘ah, eu fui na San Martin no ano passado e neste ano. Me falaram ano passado, daí eu falei pode deixar, todo mundo que fez San Martin no ano passado, foi na de café. Aí eu dando uma, pra não ficar nos mesmos.’”

**ABAG 1:** “Te professor que participa todo ano.”

**ABAG 2:** “Vários.”

**Rodrigo:** “Este é um desafio?”

**ABAG 2:** “Este é um desafio.”

**ABAG 1:** “O que nós vamos fazer neste ano é lançar o blog. A gente renovou o site institucional.”

**Rodrigo:** “Tem ali, entre no blog, mas ainda não dá pra acessar.”

**ABAG 1:** “Não. Não está acessível. Deve estar lançando em breve. Porque a gente quer inovar com eles a forma de comunicação. Eles estruturaram um blog só pro programa, vamos nós estruturamos um blog pro programa também.”

**ABAG 2:** “É que é assim. As escolas novas amam o material. Nossa mas é uma cartilha por aluno? Eles ficam encantados com o material, dizem que os alunos adoram, que os alunos vivem com a cartilha, que gosta. Então é assim um pouco complicado. Porque os antigos já enjoaram, não os alunos, mas os professores, e os novos acham o máximo. Então o que a gente vai fazer? Vai mudar para os antigos? A gente tem que pensar em alguma coisa.”

**ABAG 1:** Este é um desafio que a gente tem por aí.”

**Rodrigo:** “A construção educacional é mesmo muito complexa. Em alguns lugares dá certo, em outros já deu certo e não dá mais. É a complexidade da escola. Esta plaquinha, eu tô vendo aqui, foi dada por uma escola? Escola Estadual Doutor Isaías José Ferreira.

**ABAG 1:** “Eu acho que sim. A Márcia deve saber. Acho que sim, porque a gente tem outros.”

**Rodrigo:** “São dois. Escola Estadual Doutor Isaiás José Ferreira. É a mesma escola. Só que um é de 2004, e o outro é de 2005.”

**ABAG 1:** “Sim. Nós recebemos neste ano também uma menção honrosa na câmara pelo programa. Bem legal. Então, a gente tava falando, porque uma preocupação que eu tenho que você tava falando sobre a política do governo federal é como que os professores, você que é professor, como que analisa o conflito de agendas entre os programas das empresas versus o conteúdo programático, do programa que você tem que cumprir?”

**Rodrigo:** “Eu acho que isso tem piorado. Eu confesso que isto tem se tornado uma coisa cada vez mais difícil. Porque hoje a agenda de noventa e nove por cento dos municípios é preparar os alunos para as avaliações externas, como a Provinha Brasil.”

**ABAG 1:** “Porque há uma reclamação que a gente tem. Porque se existe este incentivo por parte do governo federal das parcerias com o setor privado, não é conflitante?”

**ABAG 2:** “E os professores falam muito isto. Até tal data, a gente tá focado no não sei o que.”

**Rodrigo:** “Quando eu coloco pra vocês sobre a dificuldade que os professores tem em participar de todas as etapas do programa, desde a inscrição, o meio e o final...”

**ABAG 2:** “Eu acho que os que conseguem são demais.”

**Rodrigo:** “Porque o professor fazer tudo isto ele precisa fazer coisas fora do seu horário de trabalho. E pra fazer tudo que ele está sendo exigido ele precisa fazer trabalho voluntário.”

**ABAG 2:** “Mas muitas destas feiras que eles fazem, eles fazem fora do horário.”

**ABAG 1:** “O que a gente busca, inclusive, até como intuito da gente de mandar o regulamento para as escolas até o começo do ano, esta é uma percepção que eu tenho, quanto mais a gente caminhar no dia a dia, no cotidiano do professor junto com o projeto, melhor será a aderência. Então a gente até fala, a gente não quer que você dê uma redação a parte para os alunos. A ideia é aproveitar uma tarefa pra trabalhar. Então, a ideia é bem esta daí. Mas o que a gente está tentando enxergar melhor hoje como é que a gente motiva este professor a participar, como cativa melhor este professor, o que a gente pode fazer pra buscar alinhar mais este programa pra escola, pro professor participar. Porque a gente está vendo que pra manter este programa a gente vai ter que

começar a mexer nesta direção, porque se não haverá dificuldades de se ter adeptos vai ficar maior. Apesar de que no ano passado a gente teve vinte e cinco municípios e neste ano estamos com trinta e dois, melhoramos bem.”

**ABAG 2:** “Mas por exemplo, uma coisa que motivou este ano. A gente começou a fazer este ano. A Patrícia falou vamos mandar para os municípios o convite da palestra do programa educacional 2013, tantos alunos. Palestra de 2013: Roberto Rodrigues e Içami Tiba. Chovia ligação. A gente não mandou texto grande, acordo, nada. A gente só mandou isto. Para mais informações, tal, pronto, daí começou a chover ligações, entrando em contato. Muitas também entraram e dissera nossa que legal! Foi uma motivação. Poxa, palestra com o ministro, com Içami Tiba.”

**Rodrigo:** “No Rio eu trabalho com Educação Ambiental e esta é uma obrigação legal para as escolas que devem inserir em seus currículos a Educação Ambiental...”

**ABAG 1:** “Nós trabalhamos com Educação Ambiental. Quando se fala em agronegócio, se fala em meio ambiente. As coisas são paralelas, concomitantes, não são antagônicas como se fala. Então, é justamente isso, por exemplo, que a gente aproveita. Você tem que trabalhar educação ambiental? Trabalha junto com o projeto!”

**ABAG 2:** “É!”

Rodrigo: “Mas não é algo simples, porque a maioria dos professores, principalmente aqueles que se formaram a mais tempo, não viram em sua formação isto. Eu, por exemplo, que entrei há doze anos não vi, imagina quem se formou no fim da década de 1960?”

**ABAG 1:** “Neste ano, a gente teve dois projetos nesta linha. Porque o que a gente mostra para os professores, principalmente quando a gente leva nas empresas, nas visitas? Eles veem os programas de educação ambiental das empresas. E aí eles, alguns, começam a fazer esta relação do que é educação ambiental e muitos se surpreendem com a educação ambiental dentro do agronegócio. Pra eles isto é, muitos se surpreendem e dizem eu não sabia que era tudo isso. Porque a gente tem empresas aqui na região. por exemplo, este aqui é um associado nosso. Olha o trabalho que ele tem. Ele mapeou todos os animais que tem na mata deles de preservação ambiental. Tá vendo? Tem todos! Quem fez estes desenhos e participou foi uma fotógrafa da National Geographic que, inclusive, a gente vai fazer uma reportagem para a próxima edição do jornal sobre este projeto deles. Então, quando eles vem isto aqui dizem: ‘Como assim?’ Isto pra eles são coisas novas. Isto é em Sertãozinho. Esta sempre é de Sertãozinho. A

Usina San Martin tá começando alguma coisa nesta linha de mapeamento, mas a Usina San Martin, por exemplo, tem um viveiro que eles fornece mudas que na verdade é pra APP, para as áreas de reflorestamento deles, mas eles fazem doações de mudas também pra quem quiser, tiver interesse. São várias APPs. Então, às vezes quando eles começam a se deparar com isto aqui é surpreendente pra eles e neste ano a gente tem dois projetos que envolvem o agronegócio e a questão do reflorestamento das matas ciliares. De Colômbia. E tem um projeto que me chama muita atenção e que eu achei muito importante, pelo fato de que a professora vai trabalhar a cadeia da pimenta na economia do município. Desde o tipo de solo. É isto que a gente fala, os professores que estão chegando, pimenta é agronegócio. E como isso mexe com o município dele.”

**ABAG 2:** “É! Tem aluno que fala é só cana. Gente! Não é só cana!”

**ABAG 1:** “Este é um dos mitos que a gente quebra também.”

**ABAG 2:** “É muito complicado a gente falar que não tem só cana. Porque você vê tem cana, é grande, fica na estrada. É um mar de cana.”

**Rodrigo:** “Parece um oceano verde.”

**ABAG 2:** “A minha tia vem de Taubaté, de quatro em quatro meses, e diz: ‘só tem cana!’ Aí eu tenho que ficar brigando. Porque só vê cana, só vê cana. Aí eu, tia não é assim, eles fazem rotação com grão. Aqui é um dos maiores que a gente tem. Eles fazem rotação com grãos. Só que está escondido! Tem laranja, tem café. Monte Alto tem cebola.”

**ABAG 1:** “Mas enfim, então a questão do meio ambiente, a gente quer buscar mostrar pra eles que tem a possibilidade deles alinharem estas diretrizes com o programa. E tem a formação pra eles.”

**ABAG 2:** “Outro projeto legal, é uma professora que vai falar sobre os apicultores que tem lá das abelhas que fazem o mel. Eles usam esta área para captarem e fazerem. Então, ela vai pesquisar como eles sobrevivem lá na mata e não é explorando. As abelhas vivem em função desta ata. É legal também. Tem coisas bem bacanas. Por isso é importante isto que a Patrícia falou, saber que a pimenta é agronegócio, que o Roberto fala muito na palestra: Isto aqui é agronegócio. Ele vai na blusa da moça, isto aqui que você está vestindo é agronegócio. Ele fala, seu sapato é agronegócio, a cadeira que você está sentada é agronegócio.”

**Rodrigo:** “Nós estávamos falando das dificuldades das escolas e dos professores, mas a maioria dos professores ainda trabalha em mais de uma escola.”

**ABAG 1:** “Sim.”

Rodrigo: “Eu já trabalhei em quatro escolas. São cinquenta tempos por semana.”

**ABAG 2:** “Eles, por exemplo, chegam na palestra duas horas. Então, eles já deram aula de manhã e foram pra palestra. Aí ficam assim. E nós tivemos que adequar. Antes não tinha hora pra terminar. Hoje, quatro e meia, cinco horas a gente está terminando. Porque diz: ‘a gente tem que sair, porque vamos dar aula à noite.’”

**ABAG 1:** “Então, a gente busca adequar o horário. Pra fazer com que todos participem.”

**ABAG 2:** “Agrishow? Quatro e meia a gente está finalizando. As vezes a gente vai mais um estande, que está com o horário vai mais cedo.”

**ABAG 1:** “O que a gente percebeu? Que nós temos que começar as atividades com os professores em abril e maio. Junho acabou.”

**ABAG 2:** Aluno, por exemplo, foi na Agrishow. Na Agrishow a gente faz a visita dos professores que é em maio.”

**ABAG 1:** “A gente concentra as atividades que te que tirar o professor da sala de aula em abril e maio. Este foi um cuidado que a gente teve. Em 2012, a gente puxou o encerramento pra primeira semana de novembro.”

**ABAG 2:** “O encerramento era 21, aí os professores reclamaram. Aí a Patrícia já não é na primeira. Porque eu lanço o concurso Prêmio Professor em setembro, eles entregam em outubro.”

**ABAG 1:** “Porque depois disto ele já não faz.”

**ABAG 2:** “O encerramento já está aí. Será dia 08 de novembro. Ele foi? Encerrou, acabou ABAG. Acabou ABAG neste ano. Aí ele faz prova, ele fecha. E a gente também.”

**ABAG 1:** “Inclusive em julho a gente para. Tem recesso.”

**Rodrigo:** “Porque muitos projetos que eu tenho pesquisado tem dificuldades em respeitar o tempo da escola. Porque a escola tem um tempo.”

**ABAG 2:** “A gente sempre dá a palestra na primeira semana de abril. O professor tá começando, chega de ideias novas, motivado. Quero começar, dar pro meus alunos. Aí tem uma baita palestra do Roberto Rodrigues com todo conceito e dando aquela motivada, que ele motiva. Então ele já começa, vai lá na aula. Acho que é isso que é legal também. E começo pra ele é pauleira também. Eles já começam fazendo a redação. Aí ele entrega a redação e vai na palestra e da palestra ele já vai na Agrishow.”

**ABAG 1:** “A redação é em função da Agrishow. É sempre no feriado do primeiro de maio. É nesta semana do feriado. Então, a gente tem que dar esta puxadinha pra levar na Agrishow que é a principal feira do país, da América Latina.”

**ABAG 2:** “As vezes eu falo com a Patrícia: ‘aí, começo do ano pra eles é muita atividade, mas você não pode tirar o concurso de redação, porque é ele que leva pra Agrishow e tem que ter a palestra. Então, é assim mesmo. É corrido.’”

Rodrigo: “E é melhor ser no início do que no final, né?”

**ABAG 2:** “E agora no final, quando ele vai entregar o projeto. Por exemplo, agora até quatorze de junho ele tinha que tinha que me mandar a proposta do prêmio, né? Até quatorze de junho ele me manda só a proposta. Aí ele manda, introdução, vou falar de de cana e de café, então manda. Quais são os objetivos? Isto, isto, isto. Manda. Qual o meu cronograma. Como ele tá desenvolvendo e manda. Ele só me manda isso. Então, ele me manda até junho, aí depois ele faz tudo que tem que fazer e depois só me manda em outubro. Então, ele tá com a cabeça naquilo. Olha, eu fiz, entreguei meu projetinho, depois tenho que entregar o relatório, mas é uma coisa que flui assim. Não é nesta fase que tá, né? EM outubro, a gente pôs e eu acho que ficou ótimo pra eles.”

**ABAG 1:** “Eu acho que era isso Rodrigo.”

➤ **Entrevista Professor**

➤ **Data:** 14 de Agosto de 2013

➤ **Entrevistadas:** Professora 2 – Município Descalvado

➤ **Local:** Na escola, na sala da direção.

**Rodrigo:** “Bom dia professora, bom dia, estamos aqui na escola em Descalvado. Eu queria começar pedindo a vocês relatassem como se envolveram com o programa, como ele chegou até a escola, eu sei que vocês já participam há algum tempo. Já são três anos?”

**Professora:** “Três anos”

**Rodrigo:** “Desde 2010?”

**Professora:** “2010. A gente participou da primeira edição que não tinham as premiações. A gente participou a convite, à título de conhecimento, pra conhecer o projeto novo que estava sendo desenvolvido em nossa região. Que envolvia muito, em

nosso caso, a agricultura em nossa região tem um grande potencial. Naquele momento foi mais para os professores, a nossa participação mais neste sentido do conhecimento, até mesmo pra formação do professor e depois trabalhava nas escolas com os alunos. Nos dois últimos anos é que eles entraram com as premiações que estimulou mais a participação dos alunos. Nós começamos em 2011. Inclusive a primeira turma foi da aluna que está aqui presente também que foi uma sétima série, porque o programa é desenvolvido nas sétimas e oitavas. Devido a premiação do prêmio professor, naquele momento, eles se envolveram mais neste sentido de estar colaborando.”

**Rodrigo:** “Você acha que houve um envolvimento maior dos professores com a premiação?”

**Professora:** “A partir da premiação sim. Nos primeiros momentos, era convite, eu acho participei dos dois anos anteriores. Era 2010, era convite para os professores para formação. Então, você observava que os professores iam. Por exemplo, no primeiro ano era interessante, no segundo ano eu era a única professora que tava indo pela cidade repetindo o projeto. Então, a partir do prêmio, isto estimulou. Um pouco mais a participação na cidade. Até mesmo dos alunos.”

**Rodrigo:** “Quantas escolas tem na cidade?”

**Professora:** “Nós temos cinco escolas na cidade de Ensino Fundamental dois.”

**Rodrigo:** “E todas participam do programa?”

**Professora:** “Todas se inscrevem no início do ano para participar. Começa com a Secretaria de Educação que passa o convite, né? E eles se inscrevem. Nem todos se inscrevem no prêmio professor, mas assim pode inscrever os alunos pra participar. Porque tem vários concursos, né?”

**Rodrigo:** “Porque vocês acham que nem todos os professores se inscrevem no prêmio professor?”

**Professora:** “Então, o professor, eu sinto assim, muitos professores têm dificuldade, assim às vezes eles até fazem alguma coisa importante na escola diferente, mas eles não imaginam que isso seja tão importante, então a não vale o prêmio e na verdade não é bem por aí. A gente não tem noção do trabalho que a gente desenvolve às vezes dentro da escola. Então, ele fica com receio, ‘olha isso aqui pra mim é muito simples, com certeza vai ter um projeto mais elaborado, com mais estrutura, participando’. Então, percebo que o professor tem um pouco de medo deste novo, de estar participando e pensando assim: vai ter uma coisa muito diferente do que eu faço diariamente na escola

e as vezes não é por isso né? Às vezes acontece ao contrário: o que é muito simples pra uma pessoa pode ser um impacto diferente, né?. Neste sentido que eu percebo que o motivo que levou a me inscrever no concurso foi assim um estímulo pra estar levando os alunos também. Porque todo ano já fizemos, nos dois anos anteriores ao prêmio eles já participavam de concurso de redação, já foram premiados, participavam de concurso de desenho, concurso de frases e sempre tinha um premiado na cidade ou na escola nossa aqui mesmo. Então, pra eles como já tinha acontecido isso em dois anos, a é falar sobre agronegócio? É concurso de redação? É a frase? É o desenho? Aí eu falei: não, neste ano tem uma coisa diferente. Esse ano a gente vai desenvolver, atrelado a este projeto, um ou outro projeto particular meu que eu vou pedir a colaboração de vocês. Então, eu percebi, quando eu motivei eles neste sentido e aí as ideias cresceram e fluíram.”

**Rodrigo:** “Você falou que primeiro o programa chega na Secretaria e a Secretaria envia os convites para as escolas?”

**Professora:** “Foi assim que nós começamos, pelo menos foi o que eu tive conhecimento deste programa educacional. O primeiro contato foi via Secretaria.”

**Rodrigo:** “Você estava como professora? De que matéria?”

**Professora:** “Matemática e Ciências.”

**Rodrigo:** “Aí a Secretaria liga pra cá fala com a Diretora?”

**Professora:** “Diretora, coordenadora, eles apresentam o projeto, o convite aos professores a estar participando.”

**Rodrigo:** “E aí qualquer professor pode participar?”

**Professora:** “Então, na verdade neste aí pediu um professor responsável, mas envolve vários professores. Então, um professor seria capacitado para estar passando para os outros professores como seriam os moldes do programa educacional.”

**Rodrigo:** “E como é que você é escolhida?”

**Professora:** “No caso da escola a gente já faz a vários anos aqui, cada professor pela hora acaba encabeçando um tipo de projeto. Então, eu fazia parte do projeto da Olimpíada Brasileira de Matemática, desenvolvido na minha área, e do projeto CDCC da USP. Então, a partir do envolvimento nestes dois projetos, quando apareceu este daí, eu achei interessante também.”

**Rodrigo:** “Este da USP é sobre o que?”

**Professora:** “É sobre produção científica, né Giovana?”



Aluna: “A gente fazia assim, conforme os anos vão passando eles tem temas diferentes. É feito em São Carlos, no CDCC. Tem um tema, a gente assiste a diversas palestras e depois a gente tem que elaborar um projeto naquela área específica da ciência e apresentar lá pra eles e eles acabam escolhendo os cinco melhores e tal. É como se fosse uma olimpíada mesmo de ciência.”

**Rodrigo:** “Eu li o projeto da escola que se chamava Agronegócio, Empreendedorismo e Sustentabilidade. Como é que surgiu esta ideia de inserir esta questão do empreendedorismo e da sustentabilidade?”

**Professora:** “O empreendedorismo já fazia parte do plano gestor no ano que eu participei da elaboração aqui na escola.”

**Rodrigo:** “No plano gestor da escola?”

**Professora:** “Sim, o empreendedorismo. Aí quando a ABAG mandou a ideia do agronegócio e sustentabilidade, aí olha já temos o empreendedorismo com o SEBRAE, seria interessante agregar porque ele está dentro deste enfoque. Então a gente queria estimular mais a participação dos nossos alunos neste sentido, né? Porque a gente vê que eles não tem tanto interesse pelos conteúdos didáticos da escola. Se estivesse motivado, mostrando onde eles estariam aplicando certos conteúdos, talvez ampliaria mais o conhecimento e o interesse deles. Então, pelo tema, as palavras já são impactantes para os alunos. Agronegócio, nem todos sabiam o significado. Empreendedorismo, sustentabilidade. Então, neste momento seria trabalhar estes três conceitos muito importante hoje em dia e inserir isto na escola. Porque a gente trabalhava muito tema transversal, mas não nesse enfoque, né? Aquela parte mais do currículo escolar e não esse envolvimento. Trabalha-se, mas não voltado numa forma de projeto. O professor trazia um texto pra ler, uma notícia, uma reportagem, mas não era nada atrelado a um projeto.”

**Rodrigo:** “Você falou, mas eu perdi. Como é que a diretora escolheu você para coordenar o programa na escola?”

**Professora:** “Foi um convite. Perfil. Ela abre pro grupo e pelo perfil ela está selecionando. Mas num primeiro momento foi convite. Tanto é que a gente tenta manter isto na escola. Todo projeto tem um professor responsável, mas todo mundo participa. Então, a gente tem o professor direcionado, se os alunos tem dúvida é ele quem você vai procurar, entendeu? Professor tem dúvida? É ele quem você vai procurar. Ele passa pela coordenadora, diretora e, se for o caso, a gente está passando pra Secretaria se precisar

de algum suporte. Neste momento eles deixam mais pela iniciativa de você estar escolhendo. Não foi nada imposto. No meu caso, quando ela apresentou o projeto eu estava fazendo parceria com um professor que não se encontra mais aqui no instituto, na escola, né? Então nos interessou de ver este projeto dar certo e fazer aquela ideia.”

**Rodrigo:** “Era você e um outro professor?”

**Professora:** “É, num primeiro momento, no caso no anterior que eu participei pela primeira vez era um outro professor. Era eu e o Reginaldo. Ele se afastou, fez doutorado e agora está trabalhando na área já. Tá em Juiz de Fora. Então, no que seria no primeiro ano, antes dos prêmios, em 2010, a gente tava discutindo que a gente queria fazer alguma coisa pelo empreendedorismo dentro da escola. Você entendeu? Empreendedorismo. Aí a ideia começou ali. A gente precisa começar a ensinar os nossos alunos a matemática, porque ele era que nem eu da matemática. Tudo o que a gente vai ensinar o aluno pergunta: ‘pra que que serve?’ Então chegou uma hora que vamos mostrar pra ele na prática, na realidade e a gente já tinha no plano gestor o empreendedorismo. Aí que começou.”

**Rodrigo:** “Você falou que se abre para os professores, mas que cada um tem um perfil. Porque você acha que tem o perfil do programa da ABAG?”

**Professora:** “Eu não sei. Você vai até perceber que eu fiz questão que tivesse um aluno aqui presente. Porque eu falei que quando entrei neste projeto, eu penso assim: eu tive as ideias, mas sozinha a gente não consegue nada. Então, eu sou da seguinte opinião: tudo o que eu proponho eu colocava para os alunos, tá? Então, eu falo, apoio maior começa com o professor estimulando, o aluno se motivando e o aluno procurando fora da escola o que nos ajudar aqui dentro da escola. Apoio na comunidade, na família, no primeiro momento, procurar outros profissionais pra estar ajudando. Então, neste momento, foi esta a ideia. Eu tenho muito contato com os alunos neste sentido, eles gostavam muito do estilo de atividades que eu preparava e estimulava eles neste sentido. Então, quando veio o projeto, eu falo: só consegui por conta do apoio deles também. Porque não foi uma coisa muito fácil. Muita coisa começou no primeiro momento que eu escrevi o projeto, não era para ter o site e o blog que eu coloquei no primeiro projeto. Isto surgiu de ideia deles. Porque eu iria deixar só em portfólio, em forma de fotos, fazer um vídeozinho talvez. E aí não, pela quantidade de coisas que a gente tem poderia estar montando um blog, depois um site, entendeu? A iniciativa do site e do blog foi do grupo da Giovana. A partir da ideia dela eu percebi que peraí, a

gente pode abrir mais este projeto. Foi mais ou menos neste sentido que eu imaginei. A gente tem uma ideia, imagina, mas o aluno, o pai do aluno, o outro professor te mostra uma outra visão que você vê isso dá pra encaixar neste momento aí. Então, as coisas foram surgindo, nada surgiu assim de imediato. Que nem o segundo projeto que a gente ganhou pelo segundo ano. Eu escrevi mais sobre educomunicação em cima do que eles me mostraram que tudo é possível você, assim, pegar o seu conhecimento transformar isso numa coisa pra educação e transmitir pros outros. Embora nosso site, você pode observar, não é tão visitado assim como a gente gostaria, mas as ideias dele, o formato dele, foi com esta intenção de mostrar estas pequenas ideias que surgiram dos alunos, mas foi uma criação própria deles.”

**Rodrigo:** “Você é professora concursada aqui no município?”

**Professora:** “Sou concursada.”

**Rodrigo:** “Qual é a carga horária do professor aqui?”

**Professora:** “Do município? No caso, depende da graduação. Nós, no caso da matemática, trabalhamos vinte e quatro mais nove. Vinte e quatro em sala e mais nove de planejamento. Seriam atividades complementares, no caso, na escola, seria atividade de HC coletivo. HC coletivo é o momento em que a gente se reúne com os professores para discutir o andamento da escola, a parte de aprendizagem, os projetos que estão sendo desenvolvidos. São horas de atividade coletiva. Tem que ter horas trabalhadas, aí a gente vem na escola para ter estes momentos.”

**Rodrigo:** “Deixa eu te fazer uma pergunta. Olhando os resultados do programa no ano passado a gente vê que o programa se inicia com setenta e quatro professores e termina com apenas dez professores no prêmio professor. Eu como professor sei que o trabalho docente na escola demanda tempo e o programa agronegócio na escola não trabalha com a perspectiva de ampliação da carga horária ou o pagamento de uma possível ampliação da carga de trabalho. A ideia é inserir o programa no horário regular do professor.”

**Professora:** “Isso.”

**Rodrigo:** “Você acha que isso cria problemas? Cria dificuldades? Acaba por desestimular os professores ou não?”

**Professora:** “Olha, eu senti isso da última vez que eu fiz o último projeto que ganhou a Escola Destaque da educomunicação, quando a gente chamou os supervisores nosso, da rede nossa, aqui da prefeitura que veio acompanhar. No questionamento de uma delas:

em que horário que você fez tudo isso que você está apresentando? A outra que veio acompanhando também questionou: você colocou no projeto o trabalho que você ganha? Porque a gente tem um projeto que a gente pode ganhar. A hora que a gente desenvolve na escola você ganharia por este trabalho. Não seria uma hora extra. A gente tem um artigo que agora não me recordo o nome e nem o número certinho pra te informar, depois eu posso até pegar e de repente te passo, porque se o professor fizer um projeto e for condizente com a escola ele pode estar recebendo por esta aula. Isso não se caracteriza como projeto reforço. É formação do professor, é capacitação dele mesmo e se for aprovado pela Secretaria, você está recebendo pelas aulas que você deu além das suas aulas. Então, isso aí é reconhecido. Mas aí não, eu não fiz por ali. Eu fiz mesmo durante o momento em que a gente permanece na escola com os alunos, contando muito com a colaboração deles estarem vindo no período contrário que isto acarreta na gente ter esta disponibilidade de tempo e estar vindo fazer. Por exemplo, tinham muitos alunos que eu orientava de manhã e vinham a tarde para fazer e poder ter este contato mais direto comigo fora da atividade escolar, para não atrapalhar o andamento do conteúdo escolar.”

**Rodrigo:** “Você está me dizendo que acabava então estendendo sua carga horária? Numa espécie de trabalho voluntário?”

**Professora:** “Sem querer, é, voluntariamente. Neste sentido, no primeiro momento, pra gente ter este sonho realizado. Vamos falar isso, porque se você fosse esperar, vamos supor, fazer o projeto e esperar chegar o recurso, você não faz. E se chegar, você vai ser cobrado por uma expectativa. E se eu não atingir? O que eu propor no projeto, vou ser cobrado por ele e expectativa é muito grande. Então, pro professor acho que é isto que pesa. O professor tem medo da expectativa de criar a coisa e não atingir o objetivo que ele tem plenamente, sabe? E, em um segundo momento, você vai pedir suporte pra alguém e a pessoa vai investir em você e se você não for? Não chegar naquela expectativa sua, né? Então, eu acho que isto modificou um pouco a situação, até a participação de alguns professores aqui, que não foi só eu que fiz. Eu contei com o auxílio de outros professores, inclusive de funcionários, desde a secretaria até a limpeza. Todos eles se envolveram, cada um ao seu momento que eu posso falar pra vocês que eles estavam assim: ‘neste momento eu posso te ajudar, não tenho tanta atividade neste momento. Posso ceder este momento pra estar auxiliando você, né? Pra estar auxiliando o projeto. Então, às vezes o professor fica com medo de fazer algum tipo de atividade

neste sentido que não vai depender só dele, vai depender do aluno, do funcionário da escola, neste caso: a diretora, a coordenadora ela tinha já um conhecimento que fazia anos que eu trabalhava com projeto. Então, ela tinha esta confiança de deixar eu estar tentando desenvolver este projeto em período contrário, mas assim mesmo com muita repressão, né? Alguns momentos a gente ficava atrelada a decisões que a gente tinha que tomar rápido, mas e aí?”

**Rodrigo:** “Isto tem a ver com a minha outra pergunta. Porque a escola já tem uma dinâmica. O trabalho docente tem a sua dinâmica.”

**Professora:** “Tem que se moldar. Tem que se adaptar à escola. Porque não é todo mundo que consegue se adaptar. As vezes assim um aluno vai pro professor pede, professor pede pra imprimir pro diretor que diz: ‘isso que você tá me pedindo, esta feira que você tá me pedindo vai abrir como? Só para os alunos? Ou você vai abrir para as outras escolas? Se for abrir pra todas as escolas tem que ter esporte na escola pra estar recebendo todo mundo. Então, essas coisas fazem que elevam muito a demanda. Não depende só de você. Você tem que pedir autorização para a Secretaria porque você vai estar abrindo uma feira na escola, aí você tem que fazer o convite pra todo mundo.”

**Rodrigo:** “E isto é bem recebido?”

**Professora:** “Então, sim eles aceitam, mas não participaram como a gente gostaria. Até mesmo por conta disto que eu falo pra você, esta expectativa, a pessoa fica até com receio, a se fomos lá, e aí? o que será que vai acontecer? Você entendeu? Então, a gente tem mais assim, eu vejo o envolvimento da comunidade que eu acho que não atingiu o que eu realmente queria. Então, até este ano que eu fui pra direção o primeiro momento foi estar chamando os meus ex-alunos, que no ano passado me ajudaram a fazer este projeto, pra gente dar continuidade pra ver se a gente atinge este impacto agora na comunidade, porque dentro da escola e na comunidade escolar em si, eu acho que eu consegui atingir o que estava pretendendo, mas na comunidade, no envolvimento do município, envolvendo outras escolas a estarem participando, até vir aqui observar o que foi feito e criando coisas novas também, porque eu acho que a gente vê uma coisa e cria coisas novas. Não necessariamente precisa ser a nossa escola. A gente vai dar o suporte pra alguma coisa. E eu percebi que neste segundo momento ficou muito a desejar no ano passado por conta de todos esses entraves que a gente estava tendo. Tem que dar conta do currículo da escola, do conteúdo, dos dias de aula você não pode tirar os alunos. Depois tem que organizar a estrutura da escola para atender. Então, é uma

demanda muito grande pra você ficar organizando. E meu foco, neste ano quando eu vim pra direção, tanto é que as meninas da ABAG me perguntaram: ‘e aí? Como que vai ser?’ Todo ano que ganhar vão me perguntar: e o outro. Este ano tem que ter uma expectativa diferente. Tudo o que eu não consegui no outro, vou estar conseguindo fazer neste ano, né? A gente não vai ter ideias criativas de projetos inéditos.”

**Rodrigo:** “O projeto é o mesmo?”

**Professora:** “Então, neste ano é cadeia produtiva, né? É o tema deste ano. Então, como pegou a cadeia produtiva, tudo que a gente já desenvolveu em alguns projetos nossos ficou muito na teoria, na prática com apresentações ali no momento. Por exemplo, plantar realmente na escola foi feito somente em garrafa, não foi feito no solo. Então, neste ano a gente está querendo fazer a cadeia produtiva na escola. Por exemplo, como esses projetos, esses projetos já desenvolvidos com os alunos vão estar inserindo na escola. Alguns projetos que em outro momento da escola participando tá plantando aqui dentro da escola.”

**Professora:** “Porque a preocupação nossa, aquilo que eu falei pra você. Uma preocupação nossa é adequar coisas que a gente já faz na escola e aproveitar este momento pra colocar coisas novas, até mesmo pra ampliar este conhecimento deles, porque não dá pra gente pegar uma coisa e implantar do nada dentro da escola. Porque parece que a ideia da ABAG veio assim. O agronegócio, e aí? A gente nunca trabalhou o agronegócio na escola, né? Mas sem querer, o aluno já aprendeu sobre o agronegócio, mas não com aquela visão que eles queriam passar pro aluno. Então, aquilo que eu falei com você da adequação.”

**Rodrigo:** “Você acha que esta visão é passada pro aluno?”

**Professora:** “A nossa intenção sempre foi de passar. Você chega ali na sala. É o que a ela falou. Uns vão responder pontualmente, outros não.”

**Rodrigo:** “Mas você acha que a imagem do agronegócio é valorizada?”

**Professora:** “Eu acho que eles começaram a ter uma outra visão, por que na nossa cidade aqui a abrangência do agronegócio eles não tinham, né? Até onde poderia ser, né? Esse envolvimento, de estar presente em tudo. Isso pra eles é uma coisa que eles nunca observaram. O primeiro impacto no primeiro momento foi isso, que ele tá presente em qualquer momento e até mesmo dentro da escola. Só que assim, refletiu na vida deles? Pra alguns alunos eu acho que refletiu sim, até pra as expectativas deles pra estarem fazendo. Tem outros alunos que estão, a partir do projeto, se interessando a

começar a estar envolvido. Inclusive, neste ano eles começaram a fazer um estágio nas empresas daqui, motivado pelas viagens que nós fizemos, pelas visitas às empresas. Então, eles estão procurando por exemplo, antecipou. São alunos que riam estar procurando este estágio a partir do colegial e agora tem aluno na oitava série já fazendo estágio.”

**Rodrigo:** “Que tipo de estágio?”

**Professora:** “Eles estão, por exemplo, eu posso falar pelo aluno que participou do projeto e ele está na Royal.”

**Rodrigo:** “Mas, mesmo assim ex-alunos continuam ligados ao programa?”

**Professora:** “Eu chamei eles de volta. Porque é o que falei pra você no início. Eu não conseguiria nada se não fosse o apoio e o suporte deles. E agora eu tenho ela e mais um que também foi pra oitava, né? Mesmo estando na oitava série lá, ele participa e continua aqui no projeto. Quer dizer, eles se desligaram da escola. Ele por opção faz tempo que le tinha levado a inscrição e vaga no SESI, mas foi o que o Alexandre falou: se eu for , eu vou continuar com nosso projeto.”

**Rodrigo:** “Este foi outro aluno que foi pro SESI também?”

**Professora:** “É por causa daquilo que falei pra você. Estes trabalho já criou uma outra visão de estar procurando o que cada um quer da aprendizagem dele, do estudo que quer, do caminho, aquilo que falei pra você. Pra alguns alunos que participavam mais diretamente, eu percebi que a maioria que estava na oitava série, a maioria que participava diretamente, envolvido neste projeto, já está cada um se concentrando. Uns já estão fazendo estágio ou já estão no ensino mais técnico, se formando naquilo que eles querem. Então, eu falo, alguns alunos a gente descobriu junto que eles tem potencialidade, que eles nos ajudaram, de alguma forma eles já estão puxando isto pra vida deles. Então, eles servem de estímulo. O fato deles terem ido e estar de volta neste ano para os outros alunos, eles falam assim: ‘ai professora Marídia, como vai ser? Quem vai nos ajudar? A senhora está na direção. Não é toda hora que pode nos atender, sabe?’”

**Rodrigo:** “Quem passou agora a coordenar o programa?”

**Professora:** “Tem a professora. É aquilo que eu falei. O projeto não é só de um professor, né? Mas é pra procurar ela diretamente. Eles estão tão acostumados que vem atrás de mim do mesmo jeito. Aí o que eu precisei. Eu tenho que adequar o meu tempo. Tem a estrutura da escola, tem funcionários, tem os pais, então, o que eu fiz? Vou

buscar os meus alunos, né? Desde o início do ano eles já começaram, por que aqui uma coisa que já, eu posso falar pra você. Olha pra mim, já vê agronegócio, feira, site, projeto, não é assim? Então no início do ano, quando vai começar o projeto, já se criou uma expectativa. Então, desde o início do ano quando começaram a me procurar pra fazer o projeto, como fui pra direção, eles se sentiram meio desamparados, né? Mas tem a professora, mas não. Aí eu falei, então, vou pegar cada um que tava comigo pra orientar e junto nós fizemos. Eu peguei eles pra estarem orientando tranquilamente os alunos. Pra estarem fazendo o papel que deveria estar fazendo naquele tempo que eu falei pra você que a gente já não tem mais, porque eu não trabalhava os dois períodos. Agora, eu estou em dois períodos. Tô aqui na escola? Tô, mas estou pra resolver mil coisas e toda hora. Tem vezes que eu marco um horário com eles pra ter esta troca de informação. E aí? Como está? Como que nós estamos fazendo? E pergunta. A gente é interrompido, assim mesmo, nós temos que parar. Tem que fazer muita coisa. Eu falo pra você. Está mais complicado agora, do que quando eu estava em sala de aula, não é? A gente tinha este contato todo dia. Então, por isso é que eu precisei do apoio deles. Alguns alunos já estão, até mesmo pra preparar para os novos da sétima série, por que eu trabalho com eles em sala de aula com a sétima e a oitava, por isso este envolvimento junto comigo. Aí eu fui embora, aí perguntavam: e agora? quem vai colocar as coisas no site? Quem pode ver as fotos? dar uma orientação, sabe? Que era o que eu fazia junto aos alunos, cada um com seu trabalhinho. Mais uma coisa de organizar, de orientar mesmo, porque neste ano eu só posso ficar nesta parte mesmo, orientando, organizando, dando suporte. E vai depender deles da coisa acontecer. E acontecer em moldes um pouquinho diferenciado dos outros anos. Porque como a ideia mudou, agora é cadeia produtiva, nós temos que redirecionar.”

**Rodrigo:** “Eu queria agradecer vocês duas por terem me recebido. Pra pesquisa vai ser fundamental. Só pra concluir. Eu entrevistei o secretário de Educação de Matão que não entrou no programa. Este município não quis. EU conversei com a Paloma e a Patrícia e elas dizem que há quatro anos ele vem resistindo a aceitar o programa. Segundo ele, como o programa é organizado pela associação empresarial, o programa representaria então o ponto de vista desta associação e que isto seria ruim para a educação, para o aspecto crítico da educação. Ele não é o único a colocar estas críticas, pois já vi eu em Ribeirão ela também aconteceu. Eu gostaria que você falasse um pouco sobre isto, se concorda ou não.”



**Professora:** “Olha, no início do ano, quando eu assumi a direção, a minha supervisora me ligou perguntando se era interessante continuar com o projeto ou não. Se você for analisar por este lado que o Alexandre levantou em Matão não seria interessante, mas pelo lado que eu falei pra você, a gente tem que mostrar para os alunos também que tem várias visões e também eu penso nesse sentido, se você não mostrar como é que ele vai ver se diverge ou não? Eu sou da opinião de que se vai mostrar, você não vai elencar como sendo uma diretriz, não é uma lei a ser seguida. Essa é a visão da ABAG porque ela almeja neste sentido, da indústria, do plantio, das coisas, das preocupações dela. A nossa visão na escola é tentar entender como isso vai influenciar aqui na escola. Influenciou, porque isso fez eles pensarem em alguns momentos coisas que eles nunca pensariam. E refletiu nos alunos da seguinte forma: num momento que era pra você trabalhar seguindo os moldes da ABAG que a gente tem até um roteiro pra ser feito, pra pesquisar e tudo, mas a escola conseguiu transformar este roteiro numa coisa que estimulasse ela. Eu acho que produziu alguma coisa de diferente. Mostrar o potencial de alguns alunos para os outros alunos da escola e falar você também é capaz. Veja, esta é uma ideia, entendeu? Eu não fiquei me preocupando em falar o que a ABAG prega é correto, que é contra o que o agrônomo fala, que é contra o que uma outra pessoa que analisa o programa educacional, porque tem uma iniciativa particular. Só que assim, eu penso também como a ABAG pensou, é um incentivo para o professor mudar sua postura. Então, se o professor não mudar sua postura não vai funcionar e nada vai dar certo dentro da escola. Então, neste sentido, eu falo pra você, é uma opinião da pessoa. Que nem eu falei pra você. Tem pessoas que participam da capacitação e nem todos entregam o projeto. É a iniciativa de cada e o que cada um vai enxergar. Se você só pegar os pontos negativos. É que nem numa escola. Tem os pontos negativos e os pontos positivos. Se você ficar só no negativo, você não faz nada. A ABAG tem os pontos negativos dela, tem também. Mas o que a gente fez? Não vamos priorizar os negativos, vamos priorizar os positivos, não é? Tanto é que nos últimos anos, falavam assim: a nossa escola não está mais ganhando tanto prêmio de desenho, de frase, será que nós estamos tão a desejar no desenho, na frase? Aí eu questionava isso pra eles. Essa é uma etapa do projeto. Isso não quer dizer que o projeto se encerra ali, por que teve um momento que eu precisei levantar os alunos, por que eles começaram a falar assim: a acho que não está brilhando, não era isso que a gente queria e ao mesmo tempo eu falava: se vocês forem ficar pensando só em premiação, a gente não vai fazer nada.

Então, eu acho que é assim. Vai de cada pessoa. Vou falar pra você que pra escola trouxe benefícios? Trouxe muito. Eu acho que assim, todo mundo fala que ajudou a escola a se destacar, mostrou a escola no município. Eu acho que todo mundo fica só olhando este ponto, mas pra mim o fundo educacional eu acho que pra mim foi um aprendizado. Coisas que eu tinha, que eu desenvolvia, como é que eu vou explicar pra você? Por exemplo, vai fazer um vídeo relacionado com a matemática, porque a gente continuou fazendo isso, né? Estudo da matemática, por exemplo, nós aproveitamos pro agronegócio. Então, o que acontece? Eu não conseguiria imaginar tudo o que foi criado estanques, sabe? Sexto ano, sétimo ano. Então, no final, eu consegui enxergar que o que era pequeno, que nós pensamos que seria uma feira, só que os alunos, eles queriam crescer isto pro mundo, entendeu? Então eu não fiquei presa ao lado negativo. A todo momento entrava alguns conflitos.”

**Rodrigo:** “Que tipo de conflito?”

**Professora:** “Tem conflito? Tem. Aí ficam assim: mas eu não vou conseguir expor que nem o fulano. Mas aí é que tá o momento. Vamos nos preparando. Que nem este ano, a gente está com a sétima série com um pouco de dificuldade nisso, de fazer, sabe? Porque apresentar na sala de aula é uma coisa, no pátio é outra. Apresentar num auditório, pra toda comunidade, sabe? Ele não estão nem se preocupando aqui. Eles já se preocupam a ponto de ter que se apresentar no final. Então é isso daí que eu falo que é o crescimento pra eles. É aí que eu tô me preocupando. Não tô me preocupando com aqui no enfoque. Agora, tem que continuar dando seu conteúdo. Algumas coisas a gente é questionado no momento, porque a gente tem que fazer mais isso? Mas isso tem que colaborar com ali. Por que se não a gente fica só no conflito, ação e reação. Esse ano nós estamos de novo, né? Com outros impasses, porque eu estou fora da sala de aula. Ela tá fora da escola. Então, a gente tem uma outra visão que é diferente da dele.”

**Rodrigo:** “No ano passado estavam as duas em sala?”

**Professora:** “É e não é só ela. Tem outros alunos que dizem: quando precisar, tô indo aí, viu? Não, já não, mas na feira eu quero. Toda mão é bem-vinda, você entendeu? Porque eu acho que o mais interessante isto daí é o envolvimento de fato. Porque eles voltaram a me procurar. A aluna, por exemplo, ela falou: eu vou pra outra escola, mas se continuar o projeto você me chama. Depois, veio outros ex-alunos que estiveram envolvidos no projeto, quando me encontram na rua dizem: quando for fazer a feira me chama que eu fiz nos outros anos. Então, é isso pra mim que é o gratificante. Você

entendeu? O reconhecimento deles. Então, a gente nem tem todo este reconhecimento na cidade.”

**Rodrigo:** “Essa premiação pra escola foi importante?”

**Professora:** “Foi, mas não era como a gente queria, né Giovana? Porque as pessoas não têm ideia, não tem a dimensão. Por que quando a gente levava um projeto pra ABAG. Por que era aquilo que eu estava falando. Não dá pra levar todos os projetos modelo. Então, o projeto modelo ficavam no site. Então, a gente selecionava um. A gente selecionava um, por que tinha aquela organização que eu falei pra você, o agronegócio, sustentabilidade. Então, a gente tinha que se preocupar com estes três pontos. O projeto que abrangia estes três pontos eu levava pra ABAG. Então, tinha que ter toda esta preocupação, este estudo. Eles ficavam assim: mas a gente nunca vai conseguir. Aí tem todo o trabalho. Como eu levava só um projeto, ficavam lá os municípios, os professores, achando que ganhou só por causa daquele pequeno projeto do aluno, não vê o todo. Por que você teve acesso. Você viu as fotos. Você viu o projeto que escrevi. Que nem a Giovana, às vezes eu falo pra ela assim: vai vocês colocarem no jornal. Se for eu colocar, você tá entendendo? É o professor que está se promovendo. Eu falava pra elas: vai vocês.”

**Rodrigo:** “Você acha que gera um ciúmes?”

**Professora:** “Tem. Posso falar que não tem, mas tem. Não é ciúmes, sabe assim.”

**Rodrigo:** “Dentro da escola?”

**Professora:** “Não, dentro da escola não, eu tenho uma outra visão. Eu não posso reclamar dos colegas de trabalho com quem estou até hoje. A coordenadora entrou agora e diz: realmente o que falavam do corpo docente da escola é verdadeiro. Porque ela era de outra unidade escolar. Então, no nosso corpo docente eu não percebo isso. O que acontece é que tem muito professor novo entrando. Então, é por isso que estes projetos que vão continuar que contam no plano gestor da escola. Então eu tenho que ficar com os professores. Houve muita mudança de professor. E nesta mudança de professor, neste ano entrou outros professores que davam aula em outras escolas e eu quero mudar essa visão que eles tinham. Porque eles achavam que a gente ganhava o projeto, por que eu ficava em cima só de um projeto, você entendeu? Dando suporte só pra um, por que este daí é que eu queria levar pra ABAG ver. Por que a pessoa não tem noção de todo o envolvimento. Então, isso daí eu sinto que na apresentação na ABAG não dá pra você passar tudo isso aí. Você apresentar pra uma pessoa que não leu o

projeto, não viu, não participou, é muito difícil. Não dá. São dez minutos. Eu estourei da última vez. Fui questionada. Ela contou pra você? É tanta coisa que a gente chega empolgada. Foi uma falha minha. Mas coisa que eu falei pra eles. Eu reconheço isso. Eu também tô aprendendo que nem eu falei pra eles. Só que é uma falha que eles ficaram todos preocupados depois. Nossa! Nosso projeto era tão bom e agora? Gente, não esquenta. Nós não viemos aqui pra ganhar projeto. Nós viemos aqui pra expor nossas ideias. Porque esta cobrança tem. Que nem falaram: ganhar uma vez é fácil. Ganhar duas é difícil. Daí a terceira. Aí então, mas a gente também não quer perder.”

**Rodrigo:** “Vocês ganharam em 2011 também, né?”

**Professora:** “Em 2011 e em 2012 foi escola destaque. Eu ganhei o professor um ano e no outro foi isso que eu falei pra você.”

**Rodrigo:** “Em 2011, então vocês ganharam o prêmio professor e a escola destaque?”

**Professora:** “Isso.”

**Rodrigo:** “E em 2012 foi só escola destaque? Professor não?”

**Professora:** “Isso, professor não por causa do tempo. Foi uma penalidade que eu fui cobrada e pedi mil desculpas pra eles. Por que assim, o projeto era meu, mas o prejudicado seriam eles. Por que a expectativa não era porque seria eu a ganhar o prêmio. A expectativa era de todos eles. Eu era quem estava representando eles lá. Então, eu falei: Paloma eu não estou triste, eu falava assim, por mim. Eles vão entender que eu errei, mas a expectativa deles era essa, era eu também. Aí elas disseram: não se preocupe não. Mas tem coisa que eu tenho que repensar. No primeiro ano a gente fez bem feito. No segundo ano, a gente já chega com muita coisa pra falar, você se empolga.”

**Professora:** “São coisas interessante. Eu falei: gente, eu estourei tanto assim? E quando a gente pegou a gravação, por que elas gravaram. A gente faz isso pra colocar no nosso site. Quando a gente viu o total da gravação, né? Nós não estouramos, um dois minutos, foram oito minutos. Culpa minha. Um ou dois minutos é uma coisa. Entendeu? O projeto não é só meu. O projeto é de todos nós. A gente se inscreve por quê? Porque, por exemplo, neste momento tem que ter um aluno por causa da redação. Eu explicava pra eles. Desenho, frase, é o aluno. Aí tem o momento do professor, mas eu falava sempre isso: o meu projeto eu não faço ele sozinho. Eu preciso de vocês. Aí eles cresciam junto comigo. E a expectativa crescia grande. E eu falo pra você, segurar esta escola agora? Com a expectativa em dobro. É difícil.”

**Rodrigo:** “E como está o programa neste ano?”

**Professora:** “Já está pra finalizar. Nós estamos na etapa das frases e dos desenhos. Tem que estar entregando agora, até setembro. A nossa feira está agendada pra vinte e quatro de setembro. Algumas coisas estão em andamento, outras estão crua ainda, né? É aquela agonia até o dia. Porque, assim, não depende só da gente. Se dependesse já estaria tudo pronto, mas a gente não quer isso. A gente quer que eles se envolvam. Nem que a coisa não fique tão bonita, mas, não se você viu pelas fotos, que não fique aquela coisa linda e maravilhosa. Porque assim, assim, as vezes as pessoas olhavam a maquete das meninas. Mas elas sempre desenvolveram maquete deste jeito na escola. Elas têm habilidade. Então, por exemplo, cada um tem que focar na habilidade que tem. Alguns alunos têm habilidade na eletrônica, então eles fizeram um projeto. Vamos fazer este ano? Vamos fazer. É tentativa e erro. Muitas coisas eles erraram, muitas coisas tiveram que refazer. Então, eles querem fazer coisas novas. Neste ano, eu quero ver isto na escola. Porque, se não fica só na teoria. No terceiro ano já tem que dar alguma melhoria na escola. Nós estamos tendo dificuldade de colocar do papel para a escola. Não vou te contar muita coisa pra poder ficar na expectativa. Vou deixar você esperando mais um pouquinho. Quando eu mandar o relatório, eu mando pra você. Porque, não é? Nós não podemos contar, porque depois se não atinge as expectativas. Aí você vai ficar frustrado, porque vai ficar esperando.”

➤ **Entrevista Professor**

➤ **Data: 15/08/2013**

➤ **Entrevistada: Professora 3**

➤ **Local: Escola, na sala dos professores, no município de Dourado**

**Rodrigo:** “Eu gostaria que você relatasse como conheceu o programa, como tomou os primeiros contatos com o programa:”

**Professora:** “Então, chegou um convite pra nossa Secretaria de Educação. A nossa escola é municipal e o Secretário passou o convite pra nossa unidade escolar que é a única que trabalha do sexto ao nono ano. Tem mais uma estadual, mas municipal só a gente. E aí a minha coordenadora que recebeu, a princípio a primeira parte do programa

era redação, então ela me procurou pra saber se eu me interessava. Eu sou professora de português e redação e adoro me engajar em tudo quanto é projeto. Eu achei a proposta interessante. Lógico que fiquei meio assim, primeiro fui ver o que se tratava e a gente não era obrigado a fazer as duas partes, fazer tipo fazer a redação e o projeto do professor. Podia ser só o trabalho com a redação ou ambas as coisas e agora ainda tem o de frase e desenho que começa em setembro. E eu, lógico, de redação foi de cara a gente já pegou, porque chegou bem em cima. Por que é o primeiro ano que a nossa cidade está participando, então nossa escola também. Eu não sei se houve convites outros anos, mas que isso tenha chegado até e até essa escola que um professor tenha trabalhado é a primeira vez. Estava meio tateando aquilo, mas a parte da redação foi muito clara. Nós fizemos uma seleção de alunos que participaram, fizemos a escolha e enviamos. Só que daí eu me interessei também em participar do prêmio professor, porque eu acho que o agronegócio é a cara da nossa cidade. Aliás, é o que move a nossa cidade, desde a época áurea do café aqui na região central de São Paulo. Dourado teve uma estrada de ferro, chamada Douradense, por conta do café, do escoamento do café daqui. Inclusive, ali perto da rodoviária, eu não sei se você viu o trem, é o trem original. É a locomotiva número um da Douradense.”

**Rodrigo:** “E esta ferrovia não existe mais?”

**Professora:** “Nem pedacinho dela. Infelizmente um dos prefeitos da cidade também derrubou a estação há uns, sei lá, vinte anos, não mais, porque eu não me lembro da estação. Acho que há uns trinta anos, mais ou menos, que era perto de onde você desceu na rodoviária. Aquelas casas, logo ali onde eu pedi pra você virar, ali era a estação. Então, Dourado não conservou a estação. Várias outras cidades que você deve ter entrado, Ribeirão Bonito, a estação é a prefeitura, entendeu? Então, eu acho que a gente está muito envolvido com isso, nós temos o café novamente na cidade. Nós temos três empresas, nós temos três fazendas que desde o plantio, até a torrefação, moagem, colocam sua marca e põe no mercado o café. Então, eu achei muito legal que dá pra fazer este link e a questão do açúcar, porque o meu projeto é café com açúcar, que eu escolhi trabalhar. O açúcar por conta das usinas. É rodeado por usinas, embora não tenha nenhuma usina na cidade. Existe uma usina aqui perto que é a do Tonom Bioenergia, na cidade de Bocaina, que, assim, emprega muitas pessoas daqui. Então, foi assim que o projeto chegou e quando eu vi a proposta, que ia trabalhar com a redação que era o agronegócio e sustentabilidade, e eu tenho um projeto socioambiental que eu

trabalho com uma amiga fora da escola, com alunos, mas fora da escola. Então, já era a minha cara. E tem que era agronegócio e a cadeia produtiva. Eu fui me informar melhor o que era a cadeia produtiva e me interessei. Aí, foi assim que eu inscrevi o meu projeto.”

**Rodrigo:** “Você disse que quando recebeu o projeto ficou meio assim. Porque?”

**Professora:** “Porque eu acho que quando você num projeto é aquela coisa que você falou, nós somos professores, existe muita coisa que nós sabemos que é pra inglês ver. E é muito fácil para as empresas jogarem. A gente está cheio de projeto aí da Petrobrás, Shell, de não sei o que. Jogam pra gente. Tinha um projeto no ano passado, por que citei a Petrobrás, em relação ao trânsito. Então, eles delegam pra escola muita coisa que eu acho que é não é só compromisso da escola. É da sociedade como um todo. Não estou falando que é do governo só não. E acaba que a gente fica sobrecarregada com cinco horas aulas que é o que nós temos por aqui pra dar conta de tudo isso. Tanto é que parte do meu projeto eu trabalho em período contrário da aula, nos meus HTPI, com a turma mais interessada.”

**Rodrigo:** “O que é HTPI?”

**Professora:** “Horário de trabalho do professor individual e tem o ‘c’ que é coletivo.”

**Rodrigo:** “E como tá distribuída a carga horária?”

**Professora:** “A cada, você tem um terço da sua carga de HTPI.”

**Rodrigo:** “E tem que cumprir na escola?”

**Professora:** “Tudo depende de quantas aulas você tem. No meu caso eu cupro dois HTPCs na escola que é com todo mundo, com a minha coordenadora. São dois dias na semana, uma horinha, uma hora aula. E eu tenho dois, quatro, seis HTPIs que eu que só dou aula no turno da manhã, então, cumpro no turno da tarde. De segunda a quarta.”

**Rodrigo:** “E quantas horas em sala?”

**Professora:** “Cinco por dia. Minha carga semanal é de vinte e cinco horas. Só que fora esses que eu te falei são seis Is, dois Cs e ainda tem um tanto que não me pergunta porque teve uma mudança neste ano de carga horária que são de livre escolha que você ganha para cumprir onde você quiser, vamos assim dizer, não precisa estar na unidade escolar. Então, eu procuro usar esses HTPIs que são vários, né, para trabalhar com aqueles alunos que você percebe, estão mais engajados, tal, inclusive, no sentido de serem multiplicadores. Então, eu levo pra sala de aula, mas eu também trago, mas também tiro da sala de aula e levo de volta pra sala de aula e assim a gente vai levando a

ideia. E eu acho que, então, quando você assume um projeto você assume. Eu, pelo menos, penso dessa forma. Se for só pra você falar: ai que legal, a escola participou. Eu ir lá na Agrishow, porque uma aluna mandou uma redação, não. Tanto é que eu fiquei muito feliz, porque a minha aluna na primeira vez que a gente está participando teve uma das cinco melhores redações escolhidas., foi premiada, pra gente foi super grata a surpresa, sabe? A nossa Secretária de Educação tava junta, veio. Porque a gente participa sério, pelo menos procura ser sério. Não digo nem na questão da competitividade, que nem vai ter aí projetos que vão ser escolhidos para premiação. No meu caso, mas eu acho que como você faz o seu trabalho. Então, por isso que quando eu recebi o projeto, parei, pensei, olhei de novo, fiquei meio assim, vi que eu tinha mais um prazinho pra pensar, rascunhei alguma coisa. Aí falei com a minha coordenadora: pode me inscrever que eu quero.”

**Rodrigo:** “Você falou que tem alguns projetos que são pra inglês ver e tem esse outro lado que é a possibilidade de você cumprir com seu trabalho.”

**Professora:** “É que às vezes o pra inglês ver às vezes tá na empresa, às vezes tá na escola. É o professor que finge que faz e não faz.”

**Rodrigo:** “Mas esta era uma preocupação sua quando você pegou o projeto da ABAG? Ver se era pra inglês ver ou não?”

**Professora:** “Não. Pelo que eu li, pesquisei sobre a ABAG, minha coordenadora contou, não sei se ela sabia do histórico que depois eu recebi. A gente via que era um projeto sério que tinha fotos. Tinha todo um histórico que era pra gente se inteirar do assunto. Quanto a ABAG não. E tudo que eu pude conhecer da ABAG, as capacitações que fui, as palestras, este dia da Agrishow foi uma visita. Teve uma outra capacitação que teve em seguida. Dá pra perceber que é um pessoal bem sério e que acredita neste trabalho que eles fazem. Eu percebi que eles não faziam um trabalho pra cumprir uma tabela. Eu percebo que eles se engajam. Tá na cara deles. A Paloma principalmente. Uma outra loirinha que não me lembro o nome que acompanha. Uma graça. Você vê que elas estão engajadas. Elas querem conversar com você, saber o que você está fazendo. Então, enquanto a ABAG eu não fiquei insegura, eu fiquei insegura quanto a mim, porque eu tenho, você viu que pra encontrar com você, porque eu tenho uma agenda meio. O que acontece? Aula eu só dou aqui, mas eu tenho esse projeto que me consome às tardes. Entendeu? E que por coincidência, hoje minha amiga que é minha sócia está em São Paulo e a nossa atividade não vai ser amanhã, vai ser no sábado.”



**Rodrigo:** “Você é concursada?”

**Professora:** “Desde 1999. Sempre trabalhei, na verdade ela tinha um outro nome e funcionava em outro prédio. Você viu que o prédio aqui é tombado como patrimônio histórico. É centenária esta escola. Não sei se você já ouviu falar, porque você não é da região. Tem muito haver com a história de São Carlos. O Senador Carlos José Botelho, o pai dele ganhou uma sesmaria na região de São Carlos, naquela época. Você é de história, né? E a cidade de São carlos surgiu a partir da fazenda dele, Conde do Pinhal que, por sinal, não sei como é o seu tempo, mas você tem que ver, você não acredita. Está tudo preservado, tá passando agora por um restauro, a partir do café, eles contam tudo para os alunos. É bem legal. E aí, ele que desenhou a nossa escola na bengala, esse prédio. A gente só pôde mexer pra cá. Nós não pudemos cobrir a quadra, fazer nada, por conta da arquitetura. Essa escola, então, funcionava lá em cima onde funciona a do estado. E a do estado como é pequenininha, só tem turmas de Ensino Médio e funcionava aqui. Aí quando a gente ampliou, a prefeitura ampliou, aí trocou. Trocaram-se os prédios, vamos dizer.”

**Rodrigo:** “Você é a única professora de português da escola?”

**Professora:** “Não. Efetivas somos quatro.”

**Rodrigo:** “E porque você acha que foi a escolhida pela diretora para participar do programa?”

**Professora:** “Primeiro pela disponibilidade, porque eu gosto. Ela sabe que é o meu perfil, que eu gosto deste tipo de coisa. Segundo, porque eu dou aula para os nonos anos. Inclusive, eu não tive como inserir o oitavo ano diretamente, porque eu não dou aula e a professora talvez não tenha a mesma sensibilidade, não sei. Inclusive, a gente pretende levar para o oitavo ano também palestra, ainda estamos conversando, workshop sobre o tema, estamos vendo, pra que eles não fiquem de fora, já que é o público alvo da ABAG. Mas o meu público alvo, tem até lá no meu projeto, são os alunos de nono ano. É a série que eu dou aula. E tudo que vem assim e passa eu gosto na verdade. E sou bem sincera. Se você me mostrar uma coisa e eu falar assim: não, isso não vai dar pra eu fazer, tá muito fora. Inclusive, o projeto agronegócio e sustentabilidade, as pessoas pensam: professor de geografia, história, ciências, né? E, no meu caso, eu trabalho com Português e meu projeto vai ser pautada na educomunicação. O produto final dele é voltado pra comunicação. Eu trabalho com educomunicação. No meu projeto fora daqui e eu achei muito importante a oportunidade, a possibilidade dos

alunos pesquisarem algo que tá no dia a dia deles e eles não percebem. Pelo menos não com esse nome. Todos nós na verdade. E eles poderem descobrir isso e dividir isso com a comunidade escolar e com a comunidade da cidade mesmo, com a família, com as outras pessoas. Tanto que o fruto do nosso trabalho, o produto final é um jornal impresso, um programa na rádio local aqui, algumas notinhas no blog que é um blog de bastante circulação na cidade, de acesso aqui na cidade, na região e trabalhar uma palestra, uma conversa vai, com os alunos mais novos, do oitavo ano.”

**Rodrigo:** “Analisando os dados do programa na edição do ano passado eu identifiquei que poucos professores conseguem completar o programa. Como você bem disse, são várias etapas e o professor não é obrigado a participar, mas é um programa, né? Então tem início, meio e fim. No ano passado, dos setenta e quatro professores iniciais, só dez completaram.”

**Professora:** “Nossa, eu não tinha este dado. Meio que desanimou no meio do processo?”

**Rodrigo:** “Estou pesquisando, tentando entender. Uma hipótese que eu tenho é que o programa pra se inserir na escola demanda trabalho voluntário.”

**Professora:** “Com certeza.”

**Rodrigo:** “E aí tem o problema de conciliar o trabalho com os conteúdos que são cobrados na escola, nos exames externos e os projetos. E aí como fazer as duas coisas? Gostaria de saber como você está se defrontando com esta situação. Isso é um problema? Não é um problema? Tem trabalho voluntário? Gostaria que você falasse um pouco sobre como está isto aqui.”

**Professora:** “O primeiro passo é, isso foi uma das primeiras coisas que me fez aceitar participar não só deste projeto, mas de qualquer outro que possa vir pra escola. Porque quando a gente fala sim, tem que ser um sim consciente de tudo isso. Porque pra você deixar no meio do caminho, não é que eu não vá deixar, pelo amor de deus, não é isso, mas tudo pode acontecer. Pode acontecer até de você achar que o projeto é uma coisa e chegar na hora ser outra e você fala: furada. Mas aí, a grande sacada que eu acho é a seguinte: parte do trabalho você faz em sala de aula, mas a maior parte você faz fora da sala de aula. Nós aqui temos o privilégio dos HTPIs em uma quantidade grande, como eu te falei, e que dá pra se á muito bem o preparo de aula e tudo mais que a gente faz e sobra. Dá pra lidar com aluno nesse período. Então, ao invés de você dar um reforço, você dá uma coisa paralela que você também tá ensinando. Então, pra mim a solução,

tanto pra isso, quanto para o projeto da EPTV que é um projeto de redação aqui na região, que é uma filial da Rede Globo. Ela tem um projeto de redação todo ano, sempre com um tema pertinente. Neste ano foi medo. Viver, você tem medo de que? Então todos esses trabalhos, todos estes projetos, tinha um também da Nestlé que era muito interessante. Eu fiquei um tempo afastada da escola. Eu morei fora. Eu brinco que eu morei fora do Brasil, morei no Pará três anos, então fiquei num afastamento e voltei. Foi um afastamento sem remuneração e aí não veio mais. Era eu que fazia. E esse projeto da Nestlé me ensinou muito. Porque este era extremamente voluntário! Porque você tinha um número restrito de alunos para trabalhar. Não dava pra trabalhar com todas as salas, então a gente via que tinha interesse dos alunos. Quem queria gostar de participar, eles vinham no contra turno e só vem no período contrário aquele aluno que realmente quer participar. Isso é muito legal. Porque daí você trabalha com quem quer. Caso contrário, na sala e aula, pela goela abaixo? Tem projeto legal que você faz com prazer que vá pra frente. Mas dá pra envolver a sala de aula se você trabalhar com os que estão afim como multiplicadores e, de repente, por exemplo, a gente vai ter uma palestra de uma empreendedora do café aqui de Dourado. Vai ser pra todo mundo. Então todas as oitavas vão assistir, mas, de repente, num passeio que é um número limitado de aluno, vão x alunos que depois vão replicar para os colegas o que viram. Então, eu acho que o caminho é este. É você trabalhar uma parte em sala de aula e uma parte, até maior, fora, mas fazendo o que você trabalhou fora chegar na sala de aula, por que se não também você fica restrito a uma quantidade de alunos e não é esta a intenção. A intenção, embora utópica, é atingir o maior número de alunos possível. Este é o jeito que eu faço. Eu não sei até que ponto é voluntário ou não, porque o HTPI eu recebo pra trabalhar. Não vou ser hipócrita aqui com você, mas com certeza, se eu precisar fazer alguma coisa voluntária, de ir num lugar, num passeio, em um dia que eu não tinha nada, sem problema nenhum, por que quando eu assumi o projeto, estava ciente disso. Também acho que tem que ver a responsabilidade do professor quando fala eu quero participar, por que se for pra você participar pra ficar bonito na fita com a sua diretora, com a sua coordenadora? Uma eu acho que professor efetivo, eu não sei se é o seu caso, a gente não precisa ficar bonito na fita com a diretora ou com a coordenadora. A gente vai fazer um trabalho legal. Então, eu não preciso ficar o dia inteiro trabalhando pra ser aprovada, não. E outra, já passei disso. Tenho quinze anos de docência. Então, o meu trabalho, quem conhece, conhece. Então, eu acho que é realmente você saber conciliar. Porque

em alguns momentos você pode sentir vontade de parar, mas você tem que pensar isso quando assumiu. Depois que você assumiu...e outra, não é terminar de qualquer jeito pra dizer terminei, não. Acho que com o mesmo gás que você assumiu lá no começo pra que seja legal. Pra que não seja traumatizante até para o aluno, pô. Você chama o aluno pra participar de um negócio e vem mal humorado pra aqui? Para né! Então, melhor falar não.”

**Rodrigo:** “E como está o envolvimento dos alunos?”

**Professora:** “Nós temos cinco oitavas na escola. Em uma a professora de Português é a Cândida que tá ali. As outras quatro são minhas de Português e naquela dá Português, eu dou Redação. Então, envolvi todas, mesmo aquelas que eu só dou redação. Então, temos x alunos por sala que se interessou, não coloquei número, nem mais, nem menos. Então, hoje, no contra turno, eu estou com uma média de vinte e cinco, trinta alunos. De um total de oitavas séries de uns oitenta. São só cinco oitavas, mas é um sonho. São dezessete, dezoito alunos por sala. É uma delícia. É uma escola pública diferenciada. É muito gostoso. São poucos os problemas que você tem com aluno. Falar de droga, assim, aqui é muito difícil de se ver. No colegial você vê mais, no Ensino Médio. Aqui é um sonho. Então, eles estão bem. O que eu vi? Quando foi pra fazer a redação o envolvimento não foi tão grande. Até teve um número de alunos, mas não como eu pensava. Agora, quando a menina foi premiada, foi demais o reflexo! Sabe? A Volta que teve! Puxa, ela veio contando que ganhou uma câmera digital, ganhou uns livros, ganhou uma bolsa, que não sei o que. Por que ia gente, todo mundo, a diretora aqui. Todo mundo neste dia vai, viu. Nestas coisas todo mundo vai. Foi a diretora. Todo mundo falou da menina e da redação dela, foi elogiada. Tudo que é aluno escolhido a gente bota a proposta no pátio, por que a nossa escola não tem blog. A nossa diretora não curte muito esse tipo de coisa. Então, ela ficou em evidência, ficou super feliz também.”

**Rodrigo:** “Você acha que estimulou os alunos?”

**Professora:** “Eu achei. Porque eu já tinha escrito o projeto e disse: isto vai ter continuidade e já fui pondo uma lenha. A gente vai conversar sobre isso depois das férias, porque acabou que a gente entrou no projeto da EPTV. Todos participam. É o projeto de redação que te falei que o tema deste ano foi ‘Viver, você tem medo de quê?’ Inclusive eu uso a redação da EPTV pra nota, como uma nota. Porque como eu uso muitas aulas pra isso, eu já uso como avaliação, por que eu leio às vezes cinco vezes o

mesmo texto. Tem que pedir pra refazer, melhorar. Então, tem um trabalho extra com isso. São escolhidas da nossa escola vinte e da outra dez por que é proporcional ao número de alunos de oitava série e lá só tem duas oitavas. E esta trinta já ganham de cara um dia inteiro em São Carlos. Você conhece desde como funciona a emissora da EPTV que no caso é a filiada da Rede Globo. Vão pro CDCC que é um departamento da USP, depois vão para o shopping, tem o almoço, não sei o que. Depois vai pro SESC de São Carlos que é bem legal. Eles querem. Isso é uma coisa que eu percebo. Eles querem isso. Eles querem coisas diferentes, entendeu? E, por exemplo, neste projeto eu já incluí três visitas técnicas. Uma pela ABAG e duas por nós mesmos.”

**Rodrigo:** “Com a ABAG você visitaram onde?”

**Professora:** “Vamos ainda na Usina Ipiranga. A gente pediu. Eu não sei como está a conversação com a minha coordenadora. Por que eu queria ir na usina daqui, eu falei com a Patrícia, que a do Tonom, mas eles não receberam ninguém neste ano para visitação. Parece que abriu o capital e aí veio uma empresa junto. Era uma empresa familiar. Eu queria muito, porque é muito dentro da nossa realidade. Todos eles tinham um conhecido, um irmão, um namorado que trabalha no Tonom, direta ou indiretamente. É a Tonom Bioenergia. Ai, eles meio que se animaram com estas visitas e tudo mais, mas eu só falo das visitas depois no contra turno, porque não dá pra levar todo mundo, entendeu? É isso que às vezes o programa coloca, eu acho, envolver o maior número de alunos, a escola toda. Dá pra envolver? Indiretamente, porque diretamente é difícil. A ABAG mesmo sugere trinta e cinco alunos por visita. Então, pra você levar noventa tem que fazer quantas visitas? No mínimo três, concorda? Aí fica difícil, surreal. Então, como é que você escolhe estes trinta e cinco. Você sabe como funciona escola pública. Não deixe ninguém de fora, por favor. Cuidado com quem você deixa. Por que não é igual a colégio particular que quem pode pagar vai e quem não pode deixa. Mesmo porque a gente não cobra, é disponibilizado pela prefeitura.”

**Rodrigo:** “A prefeitura que dá o ônibus?”

**Professora:** “Tudo. Então é delicada esta seleção. Então, eu convido pra vir trabalhar a tarde. Vamos trabalhar, vamos pesquisar, vamos fazer. Aí, já no primeiro encontro eles ficam sabendo do cronograma. Então, já sabem das visitas, das possibilidades.”

**Rodrigo:** “Então, você não usa a tática da ABAG de utilizar as visitas, os prêmios para mobilizar os alunos? Você oferece depois que forma a equipe, né?”

**Professora:** “Isso, mas foi o que falei. No caso dessa menina o prêmio que ela trouxe a gente não sabia. A gente foi sem saber. Ela sabia que tinha a possibilidade da visita a Agrishow, porque pelo menos um deles iria visitar. Porque um de cada escola participante vai, entendeu? Não sabia que ela iria ser premiada lá, entendeu? Foi surpresa. Eu não sabia, ninguém sabia. Nós sabíamos que algumas redações seriam escolhidas, mas eu nem sabia porque. Até eu fui premiada, ganhei livros e tudo mais. Porque é o professor e o aluno. Agora, estes passeios e tal, porque é o seguinte. É uma estratégia para estimular perfeita, mas você concorda comigo: você afunila como depois? Que aluno de escola pública não adoraria, ao invés de ter uma manhã inteira de aula ir pra uma fazenda de café linda, ouvir, passear, conhecer uma usina. E aí você faz como pra afunilar? Sorteia? Quem que merece o prêmio? Quem está afim de fazer o projeto. É assim que eu penso.”

**Rodrigo:** “Como é que foi a capacitação do programa?”

**Professora:** “Adorei. Foi uma palestra. No primeiro dia foi uma palestra com o Içami Tiba. Todos os professores gostam dele, né? Eu curti muito. Eu nunca tinha ido a uma palestra dele, embora já tivesse lido algumas obras e com um cara que foi ministro.”

**Rodrigo:** “Roberto Rodrigues.”

**Professora:** “Isso, da fazenda, né? Não, da agricultura do Brasil. Adorei tanto a fala de um, quanto de outro. Apesar de que esta minha veia do meio ambiente com a fala do Roberto Rodrigues, teve umas coisas que ele falou lá que eu fiquei meio assim, né.”

**Rodrigo:** “Tipo o quê?”

**Professora:** “Tipo o que a gente ainda vai precisar de terras e que a gente não vai derrubar uma árvore, que não tem necessidade. Mas, não é isso que a gente vê, né? Entendeu? A gente vê, eu hoje acredito nisto, é possível produzir muito mais destruindo muito menos, mas porque não se faz? Eu acabei de te falar, eu morei no Pará. Vai lá ver se aquilo lá é Brasil. Porque é lá ou é aqui. São duas realidades completamente diferentes.”

**Rodrigo:** “Dá um exemplo.”

**Professora:** “Meu marido trabalha na VALE e emprego dos sonhos. Muito legal, mas é na parte de reflorestamento. Não na área da mineração. Lá ele fez um projeto de reflorestamento pra que? Porque você acha? Tem todos os estragos. Carajás! Fora n lugares que ela devastou por causa da bauxita que ela pega. Não é um buraco num lugar só. Ela vai devastando. E aí vai lá vai uma plantação de árvores nativas e de eucaliptos,

numa tentativa de amenizar isto, né? Mas aí vai plantar só nativa? Planta eucalipto que dá dinheiro também.”

**Rodrigo:** “E aqui?”

**Professora:** “Aqui como?”

**Rodrigo:** “As diferenças. Você falou que lá é diferente daqui.”

**Professora:** “Sim. A educação sem condições. Uma coisa que me fez, eu falei pro meu marido: pode ser um emprego ótimo, as eu tô indo. Eu dava aula em universidade lá. Tinha um filho no colegial, no segundo ano do Ensino Médio. Meu marido trabalhava com engenheiros que não se comparam com os técnicos daqui. Aí eu falei não, vamos embora.”

**Rodrigo:** “Você falou da VALE e disse que ela faz um projeto de reflorestamento porque provoca a devastação da região. Você acha que a ABAG opera com a mesma lógica? O projeto Agronegócio na escola surgiu após uma pesquisa de pinião que mostrava que a imagem do setor era muito negativa e associada ao trabalho escravo e ao latifúndio. O que você acha?”

**Professora:** “Isso. Inclusive, eu começo falando com meus alunos sobre isso. Aqui no interior nós não temos a questão do latifúndio, mas tem a visão do da roça, do caipira, daquele que trabalha na roça. Então, tentar mostrar que hoje o agronegócio, ele é um negócio, ele é uma empresa, seja ele pequena empresa, pequeno produtor, ou uma usina que você sabe que tá bombando e vai bombar e as usinas não vão parar, tem muita cana, ainda tem espaço pra muitas outras e elas vão vir. Tá? Isto é fato. E agora então com a muleta da bioenergia. Era tudo que eles queriam, entendeu? Só que bioenergia explorada desta forma não vai ser algo tão bom, a gente sabe disso, né? Eu acho que as coisas devem ser exploradas por consenso. Pena, você reparou que não acontece isso? Que nem a moda, né? Vai até cansar, aí muda. E, na verdade, é a primeira coisa que eu falo para os meus alunos é isso. Esta visão de quem é do agronegócio é o cara que trabalha na roça, que vai ficar com a mão suja, é o cara que de repente, por exemplo: ‘meu filho trabalha no campo. Aí o meu é engenheiro em São Paulo’, entendeu? Tem muito disso aqui no interior de São Paulo. Tinha na verdade. Agora, eu acho que aqui já tem mudado bastante, porque como aqui as pessoas, embora tivesse essa visão, era o caminho da maioria. Agora, a maioria tá podendo trabalhar em outras. Não, eu trabalho no Tonom. Antigamente, você falava que trabalhava no Tonom era sinônimo de cortador de cana, entendeu? Ou ser guardinha na portaria. Hoje não. Hoje emprega

engenheiros, técnicos, administradores, etc, e tudo que você sabe que envolve esta cadeia produtiva. Então, eu estou tentando estudar esta cadeia produtiva tentando mostrar esta questão da mão de obra, por que eu acho que para os meus alunos de oitava série o que mais interessa é ver a parte da mão de obra do agronegócio, por que eles vão ver como o agronegócio mexe com eles, em termos até da comida que chega na casa deles e vão ver as possibilidades de trabalho, de profissionalização em uma cidade que você vê que é bem limitada de uma outra forma. Porque aqui em Dourado é difícil. A maioria dos jovens se formam pra trabalhar fora quando tem uma formação melhor, entendeu? E agora isso está mudando. Nós temos uma fábrica aqui de ração do Maluf. Aqui próximo, sentido Jaú. Esta já pertence a nossa cidade e emprega muita gente daqui. A gente trabalha com turismo, ecoturismo, mas não deixa de ser rural. A gente tem aqui em Dourado a fazenda Bela Vista que é pioneira em turismo rural, desde a década de 1980. Foi ela aqui e uma no Rio Grande do Sul. Aí nós temos a estância Santa Clara que é um resort top de linha que emprega mais de cem pessoas com carteira assinada. Imagina isso numa cidade como a nossa? É muito emprego. Fora os empregos indiretos e o que traz de dinheiro que traz pra cidade. E também é agronegócio! Você entendeu? Então, eu procuro mostrar essas vertentes pra eles. Inclusive como oportunidade de trabalho, de falar: ‘eu vou fazer um técnico em química, porque a nossa realidade é boa, mas é de um pessoal, não é, assim, de classe média. Tem, mas a maioria às vezes tem que fazer um técnico, não sei se conseguem fazer uma faculdade. Então, tem que pensar em alguma coisa assim, neste sentido, como um aliado.’”

**Rodrigo:** “Eu entrevistei um Secretário de Educação, lá de Matão. Você conhece Matão?”

**Professora:** “Conheço, meu irmão estrosul.”

**Rodrigo:** “Então, eu conheci e entrevistei o Alexandre que é Secretário de Educação...”

**Professora:** “Inclusive o nosso Secretário de Educação é de Dourado, mas estava em Matão. Talvez ele até conheça.”

**Rodrigo:** “Matão, até onde eu conheço, é o único município que não assinou com a ABAG...”

**Professora:** “Não participa?”

**Rodrigo:** “Não, não participa.”

**Professora:** “O que ele alegou?”

**Rodrigo:** “Já faz quatro anos que a ABAG tenta, convida, chama...”



**Professora:** “Nossa, Matão é super agro!”

**Rodrigo:** “Matão talvez seja o município com a maior presença de associados da ABAG-RP.”

**Professora:** “É, porque tem aquelas de implemento. E o que ele alegou?”

**Rodrigo:** “Ele não aceita e fica esta questão, porque para a ABAG é muito importante levar para Matão, por conta disto, e o Alexandre...”

**Professora:** “Mas é ele que veta ou é o prefeito?”

**Rodrigo:** “Segundo ele, é ele quem veta. Ele afirma que tem um projeto diferenciado e que se o programa da ABAG entrasse nas escolas...”

**Professora:** “Atrapalharia este projeto?”

**Rodrigo:** “Retiraria das escolas e da educação pública de Matão seu potencial crítico e transformador. Frase do Alexandre. Qual o argumento dele? Sendo este um programa empresarial, qualquer programa empresarial, expressa os interesses desta associação.”

**Professora:** “Sem dúvida.”

**Rodrigo:** “Então, como é que eu, segundo Alexandre, levo os interesses de uma associação empresarial pra dentro da escola. Isso retira o caráter público desta escola? Ou eu vou levar o MST também ou o pequeno agricultor? A agricultura familiar. Eu vou levar todo mundo pra dentro da escola pra discutir agricultura? Ou eu vou levar só a ABAG? Isto tudo fala do Alexandre. Eu queria que você dissesse um pouco sobre isto? Se sofreu resistência, se não sofreu e o que você avalia disto. A escola perde em criticidade ou não?”

**Professora:** “Acho que tudo depende de como você pega o que, no caso a ABAG, tudo depende de como você pega o material que eles mandam. Você concorda que você trabalha com material que o governo te manda? Eu não sei como é lá, as aqui é. Tudo depende daquilo que se faz com este material. A criticidade não implica, porque você está mostrando a visão de uma associação empresarial que quer passar uma visão positiva do agronegócio, porque tem um lado positivo, mas nada impede que você mostre o lado negativo. Olha gente, você já pensou se fosse assim, se fosse assado. Mostrar o outro lado. Então, na verdade você pode fazer uma discussão. No meu caso, o que eu enxergo pra minha cidade, pra realidade da minha cidade, dos meus alunos, foi bem positivo. Porque realmente o agronegócio, por menor que seja na minha cidade, sempre foi por ele que a minha cidade cresceu. E nós aqui em Dourado não temos muitos latifundiários, grandes empresários. Por exemplo, a maior fazenda que nós

temos aqui, nem é um latifúndio, seria essa do Maluf e o Maluf, por si só se lasca sozinho, né?”

**Rodrigo:** “Qual o nome da empresa dele?”

**Professora:** “Ele tem uma fazenda. Qual o nome da fazenda? Eu já cheguei a trabalhar para o Maluf. E tem a Grand Food que é a Premier que é uma ração top que tem por aí que ele faz. Esqueci o nome da fazenda. E nessa fazenda ele planta cana, planta milho, aí tem os empregados dele. Eu cheguei a trabalhar com ele pelo seguinte. Ele precisava de reforço para os filhos do Flávio, filho do Maluf, porque eles estudavam no Saint Paul, em São Paulo, e é o método britânico, né? Em inglês e eles queriam prestar vestibular no Brasil e tal. Eles tinham Português como a gente tem Inglês, pouquíssimas aulas e a mãe fazia questão que os filhos ficassem melhor em Português. Aí a mãe deles pediu, eles vinham todo fim de semana pra Dourado, e pediram pra alguém da fazenda, pro pessoal de Dourado indicar uma professora e me indicaram. E me interessei. Desafio. Vamos lá conhecer. Não tenho do que me queixar do Flávio, da ex-esposa, agora ele está com outra que é a mãe dosmeninos e estava com ele na época, os meninos também. Eram três faixas etárias, eu trabalhei com as três. E aí eu os conheci e aí o Flávio, conversa vai, conversa vem, comigo na fazenda, acho que ele gostou do meu trabalho, me convidou para fazer uma melhoria de alfabetização com esses funcionários que eram da época do pai dele. Então, essa era a visão que eu tinha. Uma fazenda que ainda tava em Dourado, com pessoas morando que ainda tinha uma colônia que aí, no caso, ele se preocupava com os colonos, até em termos de alfabetização e tudo mais. Foi aí que eu comecei a frequentar. Aí mesmo, com horário fixo durante a semana, melhorando a alfabetização. Todos adultos. Uma graça. Um falou assim pra mim, que só acreditou que a Terra gira entorno do sol, porque eu falei. Ele não acreditava. Como pode? Era o sol que girava ao redor da Terra. Isto era em 2003, 2004. Pra mim foi uma experiência única. Porque o que aconteceu em Dourado foi meio ruim. Os grandes fazendeiros, aqueles que tinham terra maior, arrendaram tudo pra cana e ó, tchau! Isso desde a década de noventa. O pró-alcool foi oitenta e pouquinho, não foi? Aí o Tonom começou a bombar, a usina da serra, tem ali uma grande que é da barra. Então, eles começaram a arrendar. Eles não moravam aqui em Dourado. Então, aquela realidade de Dourado, de pequenos sitiantes que alimentavam a cidade se modificou. Os sitiantes começaram a serem engolidos pelos grandes que iam arrendando suas terras para a usina. Então, esta foi a parte negativa do agronegócio nesta ótica. Então, o que

aconteceu? Eles iam gastar esse dinheiro que eles pegavam fora daqui, porque normalmente moravam na capital e os pequenos sitiante acabaram desempregados, falidos, quebrados ou com uma chacinha. O comércio quebrou, a cidade, literalmente, quebrou. Só que de uns tempos pra cá, o que aconteceu? A usina acabou encampando o cara que trabalhava no campo e melhorando esse cara. O cara que era um capial, como diz aqui, ele entrou na usina como, talvez, um cortador de cana e ele teve a oportunidade de ir crescendo lá dentro e ele foi melhorando. Então, devagar o dinheiro que saiu do comércio acabou voltando pro comércio através dos funcionários da usina, dos motoristas de caminhão, dos próprios cortadores de cana. Outra coisa que eu vejo é a questão do café. Depois de um tempo, as fazendas que ainda permaneceram começaram a apostar no café, porque a cana deu caída numa época. Quem tava com a cana, é meio extrativista, se tiver um pau de sebo não fica, porque o que interessa pra eles é a terra. E aí começou a questão do café de novo, as pessoas a plantar novamente o café, colher o café, jogar o café no mercado. Nós temos três marcas de café, como te falei, fora a de Ribeirão, mas em Ribeirão é uma indústria o cara compra. Aqui não, é a cadeia produtiva. É do plantio ao supermercado. Então, eu acho que começou a ter este outro lado também. Quer ver um outro lado ruim? Contrata ônibus. Ônibus de baianos que não são só da Bahia. A gente fala baiano, mas são nordestinos que vem pra cá. Eu tô passando por isso na pele. Na porta da minha casa tinha um mercadinho que depois virou uma tapeçaria, enfim, era um prédio comercial que o cara alugou para uns quinze baianos! Dividiu com divisória, não sei o que lá, e eles moram lá. Achei que teria o maior problema. Cheguei a ir no fórum ver meus direitos. Uns amores, coitados, saem de manhã e só chega de noite. Embora, eu não ache isto certo. Hoje nós temos na nossa cidade uma invasão disso e não vem com uma renda boa, uma família estabilizada. Só que de boa, a ABAG pode não gostar, mas eu abordo os dois lados da questão. E o que eu viso no meu trabalho, pelo menos neste ano, é levar a informação sob a ótica positiva sim. Eu não tenho essa visão tão radical quanto deste Secretário, entendeu? Eu estou trabalhando este outro lado. Eu estou tentando ver no feio o bonito. Vamos assim dizer, vendo o lado positivo. Pra que as pessoas, já que a realidade está aí e não vai mudar. Na minha cidade não tem como. Não tem opção. Hoje você não tem outra opção. Tem a opção das marcenarias, mas são pequenas. Cada uma emprega cinco, seis no máximo. Então, tentar ver o lado bom disso, das pessoas tentarem se profissionalizar e entrar na área, não pra cortar cana, mas pra ser alguém lá dentro da empresa que vai poder puxar

mais alguém que vai crescer que vai abrir a mente. Agora, quanto a postura dele, eu não sei. Eu acho que tem um fundo nisto. Eu concordo, de uma certa forma, com o discurso dele, mas como ele tem o agronegócio como um...sabe o que acontece? Matão tem os caciques, né? É um Douradão. É uma cidade pequena maior, mas ela tem os caciques ainda ali que devem dar as cartas. Matão é Matão e talvez ele queira que os alunos percebam isto, não de uma maneira rebelde, mas de uma maneira crítica. Por exemplo, a Citrosuco polui pra caramba e tem um tanto de coisa do meio ambiente porque polui demais. Os reflexos de uma fábrica de laranja são terríveis, entendeu? Então, ele tem problemas ambientais no município dele, por conta do agronegócio. A gente, o nosso maior problema ambiental são as queimadas da cana que agora acontecem sem querer, vez ou outra acidentalmente, entendeu? E a usina coitadinha depois tem que ir lá cortar. Mas a tendência é acabar por causa da mecanização do corte de cana. Então, eu acho que no caso dele tem este fundo, entendeu? Que talvez ele não queira que as crianças percam e achem que é só tudo lindo, lindo, lindo. Mas não sei. É um cargo político e a gente sabe que todo cargo político tem uma intenção por trás tem uma segunda intenção, tem uma segunda ideia que se defende. Então, eu não sei como funciona lá, mas ao meu ver a gente não deve, quem sou eu pra falar que não deve, eu pelo menos trabalho os dois lados. Até porque com esse meu projeto que te falei a gente trabalha educação sócio-ambiental, então me interessa tanto o sócio, quanto o ambiental e o agronegócio envolve as duas coisas, entendeu? Só que não adianta a gente ser radical, tem que ser consciente e criar uma consciência coletiva a partir disto, mas de uma maneira racional. Não pode ser só agro. Tem que ser o tripé. Não pode ser só sócio, nem meio ambiente e nem só economia. Tem que ser os três e no agronegócio é a mesma coisa. Não dá pra ser só uma coisa e não ter a outra. Eu penso assim.”

**Rodrigo:** “Como é que você trabalha a cartilha?”

**Professora:** “Então, na verdade, como é que a gente está agora? A gente voltou das férias agora e eu introduzi o tema para eles pesquisarem e todos eles terão que me trazer no próximo encontro uma visão sobre o agronegócio, pequeno ou grande que tem na nossa cidade. Eles vão ter que citar pra mim. Isto é agronegócio, acho que isto é agronegócio, agronegócio. Nem que não for, mas eles têm esta obrigação de mostrar isso. A partir do que eles trouxerem eu vou distribuir o material e aí nós vamos. Acho que é neste ponto que vale. Aí na verdade eles vão ter condição de analisar a cartilha junto comigo. Eles não vão aceitar tudo, nem olhar pra aquilo sem nunca ter visto.

Então, eu tô partindo de um pré-entendimento sobre o tema, do assunto, para daí entrar na cartilha que eu não vou usar de ponta a ponta porque não é assim que eu uso material didático. Ela é só um apoio. Vou usar como apoio para algumas terminologias, para algum apoio naquilo que possa ajuda-los. O resto é pesquisa, pesquisa de campo. Por exemplo, pra este jornal eles vão entrevistar o agronegócio, o poder público, não vai ser só a opinião deles. Não sei se você entende que no final eles vão construir a opinião deles a partir de vários olhares, entendeu? Eu acho que isto é uma visão crítica que eles vão poder construir. Não vai ser a minha visão, ou pelo menos não só a minha, ou a deles ou do outro, mas uma visão que foi o que te falei, coletiva e eles vão poder tirar as próprias conclusões deles, a partir disso. E vamos fazer também esta discussão chegar na sociedade. Porque eu acho que quando chega um jornalzinho como este, você dá um pra cada aluno levar pra casa, desta escola, por exemplo, já são trezentas, quatrocentas crianças. Então, já são duzentas e cinquenta famílias. Você distribui em alguns pontos estratégicos do município, você joga a discussão no ar, não é?”

**Rodrigo:** “Quem vai financiar o jornal?”

**Professor:** “A prefeitura. Eu perguntei antes de jogar a proposta se eu teria subsídio pra isto. Ele falou que sim, que tem como bancar o jornal, porque o resto não tem custo. A palestra, o programa de rádio, a notinha do blog, vão ser complementos de mídia, você entendeu? Pra levar a informação de várias maneiras, mas o carro chefe é o jornal que eu dividi, diamei na minha cabeça, por enquanto, em seis páginas, de um tamanho não grandão, naquele estilo tabloide. Acho que vai ficar legal. Papel jornal mesmo, pelo menos é ecologicamente menos pior. Enfim, eu acho que é uma maneira de trabalhar um tema na escola e levar pra comunidade, com a visão dos alunos que eles montaram.”

**Rodrigo:** “Pra terminar. Gostaria, pra terminar que você falasse sobre as suas expectativas nesta fase atual do projeto e, quanto a ABAG, se você acredita que seu projeto irá colaborar para atingir ao objetivo da associação de valorizar a imagem do agronegócio?”

**Professora:** “Sinceramente, eu não me preocupo muito com a ABAG. De verdade, a ABAG pra mim foi a mola propulsora do projeto. Eu me preocupo com o projeto na minha cidade, com a repercussão que ele vai ter aqui. A repercussão que vai ter aqui é positiva. Então, óbvio que vai rebater lá na ABAG, mas de verdade se você me perguntar se eu penso nisso, eu não penso na ABAG. Eu não sou uma funcionária da ABAG, eu sou uma educadora e a ABAG me deu uma oportunidade de trabalhar num

projeto. É assim que eu penso. Ela viabilizou, ela pra mim abriu uma porta, um caminho pra eu trabalhar o projeto que eu achei legal, por isso comprei a ideia e tô trabalhando. O tipo de resultado que vai ter pra ABAG, de verdade, nunca parei pra pensar, nunca. É lógico que eu sei que existe uma intenção dela por trás disto, mas eu nem parei pra pensar nem na intenção da ABAG. Pra falar a verdade, se eu parar pra pensar muito na intenção da ABAG eu vou sentir usada pela ABAG e aí não faço o projeto igual o cara em Matão. É isso que não pode. Você tem que entender que alguns projetos vêm de maneira x, y, retas ou tortas. Não estou dizendo que essa aqui é torta, pelo amor de deus, mas vem através de um ideal da empresa, mas o que você pode fazer a partir disto? Acho que o nosso trabalho é esse. De qualquer professor, entendeu? Porque quando a gente trabalha com educação pública. Por exemplo, meu município não assinou o PNLD neste ano e está adotando o método apostilado no ano que vem. Teve uma experiência de sistema apostilado para o município e foi péssimo. A gente não foi consultada. Enfim, o que vai caber a mim? Arrancar a roupa? Ficar pelada no MASP e fazer um protesto? Eu vou pegar, a gente faz a nossa parte. O que dá pra mudar, a gente discute e muda. O que não dá pra mudar você aceita e cria um caminho pra fazer o melhor com aquilo. Então, este projeto eu achei legal. Em momento algum, eu te juro cara, você está falando, agora que eu fiz essa reflexão. Eu nunca pensei na intenção da ABAG. Se eu te falar que eu nem sei quais são as empresas associadas da ABAG. Eu conheço muito pouco da ABAG. Eu gostei da ideia e pensei no agronegócio. Você lembra do que falei do agronegócio na minha cidade? Não sei se tem associada da ABAG na minha cidade. Eu pensei na minha cidade, na autoestima da minha cidade. No bem estar dos meus alunos que podem ver nisto uma oportunidade de estudar, de querer estudar, fazer um curso e ir pras umas dessas áreas que pra minha cidade funciona, entende? A expectativa da ABAG certinho eu nunca parei pra pensar. Acho que é lógico que se eu fizer um bom trabalho para a ABAG será ótima, porque o nome dela está indo junta. É isso.”

- **Entrevista**
- **Data: 16/08/2013**
- **Entrevistada: Professora 4**
- **Local: Na escola, no município de Monte Alto, na sala dos professores.**

**Rodrigo:** “Nós estamos aqui em Monte Alto, na escola, com a professora. Pra gente começar a conversa eu queria que você falasse de forma livre como você conheceu o programa, falasse sobre a sua relação com o programa. Eu sei que você foi aluna do programa e participou do programa como professora. Eu queria que você me falasse um pouco do programa.

**Professora:** “Então, eu conheci o projeto como aluna, quando eu estudava na rede estadual que foi no ano do projeto experimental em Jaboticabal, a gente estudava na época, em 2001, 2002, não me recordo ao certo. Foi na escola Aurélio Martins, em Jaboticabal, que foi a escola experimental. Eu nem sabia, não tinha conhecimento de que o projeto continuava. Eu dou aula aqui na rede é o meu terceiro ano. Eu apliquei o projeto no ano passado, no meu segundo ano na rede. No meu primeiro ano eu nem tinha conhecimento do projeto aplicado em escolas da prefeitura, porque mudou, agora não é mais em escola do estado e não são todas as escolas. As escolas são convidadas a participar e na rede a minha escola participa. Daí minha coordenadora na época, professora Dayse, e aí ela fez o convite para eu aplicar no ano passado, falou sobre o projeto, porque já teve várias mudanças, desde a época que eu participei como aluna. Então, ela me convidou e eu apliquei aqui na escola Rita Matos, no ano passado, como professora. Então, teve alguns encontros com orientações, teve uma palestra no primeiro dia com todos os professores que iriam aplicar, do projeto inteiro, algumas orientações e a gente recebeu o material e aplicou com os alunos aqui na escola, em horário de aula, a gente não tinha horário separado. E eu busquei, ao longo do ano, integrar a ideia do agronegócio dentro da minha matéria que eu sou professora de história e eu integrei com o currículo deles e trabalhei com as turmas de oitavo e nono ano, né? Que aqui na prefeitura ainda são sétimas e oitavas séries. Trabalhei com essas duas séries então. Eu fiz um projeto para trabalhar com os alunos. Por uma questão de tempo, infelizmente, no projeto nós só trabalhamos a parte teórica. Não chegamos a fazer a parte prática. Uma das falhas da minha prática no ano passado foi isto. Eu trabalhei a parte teórica

com eles, mas a gente não chegou na parte da aplicação prática do projeto que foi feito. Acho que isto muito em questão do tempo também, porque eu sou, eu não sou mais. Eu era aplicadora no ano passado de um outro projeto e como era tudo em sala, ficou muito corrido e eu acabei não conseguindo aplicar o projeto. Eu falei com eles mais as questões teóricas com o material, o vídeo, e no final nós fizemos uma visita com a sétima série no ano passado a ua das empresas conveniadas que foi a Coplana de Jaboticabal. Basicamente foi este meu trabalho no ano passado.”

**Rodrigo:** “Você é professora concursada aqui na prefeitura?”

**Professora:** “Sou efetiva.”

**Rodrigo:** “Você falou em projeto?”

**Professora:** “É. Nós trabalhamos com projeto.”

**Rodrigo:** “Mas você é professora com que carga horária aqui?”

**Professora:** “Eu tenho carga total. Tenho jornada total. É que assim, o professor, além da matéria dele, ele é convidado a aplicar os projetos da Rede, dentro da minha carga horária.”

**Rodrigo:** “E são quantos tempos em sala de aula?”

**Professora:** “Este ano em sala eu estou com vinte e três horas aula.”

**Rodrigo:** “E quantas horas de planejamento?”

**Professora:** “De planejamento seis, mas no ano passado não tinha o HTPI que é horário de planejamento, tinha só as três horas de HTPL que é uma hora do professor.”

**Rodrigo:** “HTPL?”

**Professora:** “Isso, é uma hora separada. São três horas.”

**Rodrigo:** “Mas é pra projeto?”

**Professora:** “Você ganha por elas, mas você tem elas pra preparar aula, mas não precisa ser obrigatoriamente na escola e o HTPC que é o horário do professor, que é o horário coletivo em que todos se reúnem com a coordenação.”

**Rodrigo:** “Toda semana?”

**Professora:** “Então, no ano passado a gente não tinha isto que é uma lei recente que, no entanto, nem o estado cumpre ainda, e que a cidade de Monte Alta é uma das primeiras a ter ainda neste ano. Um terço de planejamento, mas no ano passado não tinha. Entendeu? Daí eu aplicava com eles. Eu tenho três aulas com eles de história por semana e eu tinha que junto com a minha aula de história aplicar outro projeto, mais o agronegócio na escola. Então, uma das dificuldades foi a questão do tempo.”



**Rodrigo:** “Mudou muito a sua visão sobre o programa, entre o momento como aluna para o momento professora? Mudou? Não mudou?”

**Professora:** “A visão assim teórica mudou. Na época eu tinha conhecimento como aluna só. Só que na questão da prática foi diferente, porque os alunos muitas vezes não conhecem termos básicos como sustentabilidade. A gente fala da questão da ruralização e pra eles as vezes não faz parte da realidade. Então, eu tive dificuldades para passar o assunto da forma menos abstrata possível e trabalhar a questão prática. Estas foram as maiores dificuldades como professora.”

**Rodrigo:** “Você falou que mudou a visão de aluna para professora por você ter se formado ao longo deste tempo, mas antes de você participar do programa, você tinha alguma ideia do que era o agronegócio?”

Professora: “Então, quando eu, antes do programa, quando eu era estudante não. Mas no programa, na escola experimental Aurélio Arrobas, fizeram várias visitas, não foi como aqui. No ano retrasado, eu fiquei sabendo por um outro professor nem visita teve, que voltou no ano passado. Porque a gente tinha pedido, não sei se estou falando certo, mas foi o que chegou ao nosso conhecimento. A gente pediu pra voltar a fazer as visitas com alunos, porque estava sendo feito só com professor. Mas no que começou a ser projeto experimental, comigo como aluna, era muito mais, tinha mais visita. A escola era uma escola muito grande e se encontravam todos ao mesmo tempo. Agora é só oitavo e nono ano. Então é um pouco diferente.”

**Rodrigo:** “Reduziu o número de alunos?”

**Professora:** “É, reduziu o número de alunos e mudou a faixa etária também. Eu vi isso. Antes era colegial, agora eu trabalho com ensino fundamental dois.”

**Rodrigo:** “Porque antes era Ensino Médio e agora são os dois anos finais do Ensino Fundamental?”

**Professora:** “Isso. Mudou a faixa etária. Então assim, mudou .”

**Rodrigo:** “Em que você acha que impacta no aluno? Esta mudança de faixa etária. Você acha que impacta na percepção dele sobre o agronegócio?”

**Professora:** “Na parte prática eu acho que não influencia tanto, mas na parte teórica, de abstração, eu acredito que sim. Isto fez com que se demandasse um esforço muito maior de tentar fazer eles entenderem a partir de um lance prático mesmo. O que nem sempre é simples, porque demanda a visita, tem toda a questão do transporte. E como na época era um projeto muito maior, então era mais fácil. Eu acredito que seja esta a questão.

Não que eu esteja dizendo que é impossível porque eles são mais novos, mas demanda uma metodologia um pouquinho diferenciada.”

**Rodrigo:** “Porque você acha que foi selecionada pela coordenadora para participar do programa?”

**Professora:** “Eu não sei. Eu acho que foi por causa do currículo, porque dava pra integrar em matéria de História, assim como dava pra ciências e geografia também. Eu não sei se outras pessoas foram convidadas antes de mim, mas eu sei que houve uma rotatividade de professor. Eu não sei se é pra mais professores se integrarem ao projeto ou se o outro professor não quis. Eu não sei te falar, mas pra mim me foi passado que no meu currículo seria importante eu falar sobre isto, seria fácil integrar. Que até no material da ABAG tem a questão desde a pré-história até tudo mais, que poderíamos trabalhar o véis histórico da questão do agronegócio. Foi o que me foi passado.”

**Rodrigo:** “E aí você se interessou?”

**Professora:** “Aí eu me interessei e aí peguei o projeto. Porque eu já tinha sido como aluna e eu achei que tem tudo a ver o assunto com a minha matéria.”

**Rodrigo:** E como você encaixa na sua matéria?”

**Professora:** “Encaixava né? Porque eu não aplico mais neste ano. No ano passado, assim, não em toda a aula, né? Porque eu aplicava escola da inteligência também. É um projeto do doutor Augusto Cury, que a Rede é filiada a este projeto. Que é um projeto que a gente aplica no horário de aula. Então eu aplicava dois projetos no horário de aula. Talvez seja isto que tenha prejudicado um pouco. Eu buscava integrar, se era um conteúdo que eu já estava falando, adicionando o conteúdo e as ideias do agronegócio da apostilinha da ABAG e dos vídeos. Se não era um assunto similar, eu falava: ‘vou parar meu conteúdo agora para falarmos sobre o agronegócio e fazia aula separada. Geralmente a cada quinze dias. Eu queria ter feito uma por semana, mas por causa do outro projeto não deu. A minha organização foi mais ou menos esta.”

**Rodrigo:** “O que você está me trazendo sobre a sua experiência abre uma questão que eu iria trazer pra você. Inclusive eu falei com a Paloma e a Patrícia. Na edição do ano passado, se inscreveram setenta e quatro professores e apenas dez concluíram o programa. É um número expressivo...”

**Professora:** “Expressivo.”

**Rodrigo:** “Eu tenho as minhas hipóteses, uma delas é esta dificuldade de se conciliar no tempo de aula o trabalho dos conteúdos regulares cobrados pelos planejamentos, pelas

avaliações externas, pela Prova Brasil, pelas coordenações, como estes programas que entra nas escolas. Isto de fato é um problema?”

**Professora:** “Então, no meu caso, eu não estou fazendo uma meia culpa aqui, mas eu tinha um outro projeto também, com prazo também. Então, assim, e foi meu primeiro ano também. Eu não sei se tem professores que aplicam mais de um ano. Esse ano eu não apliquei, não é porque eu não quis aplicar, mas é porque a minha sede mudou de escola. Então, como eu não tenho a sede nesta escola, os projetos eu aplico em outra escola e na outra escola o professor que aplicava continuou. Então, no meu caso como no ano passado foi meu primeiro eu ainda tava me adaptando ao projeto e eu acho que nesta história do cronograma eu não consegui atingir o cronograma que eu mesmo fiz, não participei do concurso, do prêmio professor, mas eu mandei o projeto. Eu não participei, porque eu não apliquei o projeto, mas eu fiz o projeto no começo do ano. Eu fiz o projeto e mandei, mas depois não consegui aplicar o projeto que eu tinha feito. Só que eu sei que tem caso de pessoas que não chegam a fazer o projeto também. Eu fiz mas não apliquei. Então, eu acho que a questão do tempo me prejudicou muito, mas não foi só a questão do tempo, mas foi a questão da minha inexperiência também. Assim, foi o primeiro ano. Tava aprendendo ainda. A gente tinha um projeto. Então, eu acho que acabei me enrolando nesta parte também. Então, tem a responsabilidade pessoal, não é só a questão do tempo. Eu idealizei uma coisa, mas na prática não saiu como imaginei. Aí chegou o fim do ano, veio o SARESP, porque a oitava série faz o SARESP. O SARESP é além da Prova Brasil. O SARESP é todo ano. E aí a sexta e a oitava série fazem todo ano. Tá chegando o SARESP, conteúdo todo atrasado e acabei me enrolando um pouco.”

**Rodrigo:** “Me fala um pouco mais deste projeto que você mandou pra lá.”

**Professora:** “Então, era um projeto que a gente tinha que aplicar o projeto na escola. Todo mundo pensa: vamos fazer horta, tinham dois lá que eram horta, mas eu não queria ter que depender da prefeitura, né? Primeiro porque é difícil, segundo porque quando é duas mãos você fica dependendo do sim ou do não de outras pessoas. Com a gente tem muitas empresas aqui em Monte Alto, eu estava pensando em fazer uma feira de profissões para indicar aos alunos no mercado de trabalho. Pensar o agronegócio como uma possibilidade de trabalho no futuro. Aí a gente tinha pensado na parte teórica. Eu cheguei até a dividir os alunos pra ver quem iria pesquisar o que em profissões do agronegócio. Mas na parte de convidar os profissionais e montar a feira, não deu tempo.

Então, a gente idealizou tudo, mas não fez nada. Ficou tudo na teoria, mas o projeto era este, mostrar as profissões. Como aqui tem muita influência pra cidade. Então usar as profissões pra mostrar pra eles este outro viés, não só como estudo, mas como uma oportunidade a mais de futuro de emprego. Foi o que pensei.”

**Rodrigo:** “E o programa continua na escola?”

**Professora:** “Continua. Agora eu não lembro se é o Beto ou se é a Solange ou se são os dois. Porque também teve esta questão. Eu só dei aula a tarde no ano passado. Então, as turmas da manhã não participaram do projeto, só as da tarde. Ao contrário do outro ano que o professor era da manhã e só aplicou de manhã. Então, assim, em 2011 foi só de manhã e em 2012 foi só de tarde. Este ano parece que está sendo nos dois períodos. Porque tem esta coisa também da carga horária do professor.”

**Rodrigo:** “Duas perguntas pra a gente terminar. Eu estive em Matão, conversando com o Secretário de Educação, o Alexandre, e eles estão há quatro anos resistindo a assinar o acordo com a ABAG. Daí eu tive que ir lá. Ele tem uma explicação. Ele diz que são contrários, porque um programa de uma associação empresarial expressa uma...”

**Professora:** “Ideologia.”

**Rodrigo:** “Ideologia e que a escola é um espaço o livre saber, do pensamento crítico e que levar a ABAG para a escola, de duas uma, ou ele transformaria a escola num espaço de difusão dos interesses e da imagem que a ABAG quer passar do agronegócio ou teria que abrir a escola a uma série de outras iniciativas, como a agroecologia, a agricultura familiar, o MST, entre outros. O que você acha disto? Isto procede? Procede em parte? Não procede? Nada haver. Eu gostaria que você que é professora, que está de fato trabalhando com o programa avaliasse.”

**Professora:** “Então, eu me perguntei, assim, diversas vezes sobre o que eu penso disto. E aí eu cheguei na seguinte conclusão: no meu caso, eu acho que tudo depende da forma como você vai trabalhar. Ideologia tem em tudo. Não é só neste projeto. Eu trabalho com outros projetos e a gente nota que há uma ideologia neles também. Então, eu acredito que o jeito que a gente trabalha pode aguçar isto ou anular, não anular, mas diminuir esta relação. Em nenhum momento, pelo menos na minha fala, enquanto eu trabalhei no projeto, a gente ficou preocupada com estas questões. Eu procurava trabalhar as questões num viés histórico e, se possível, até sociológico da coisa, trabalhando com eles a partir de um ponto de vista tentando ver com eles a aplicação na vida deles, na realidade deles. Então, eu procurei não focar nestas questões, entendeu?”

Então, no meu caso. Eu acho que pode ter impacto, mas depende de como é trabalhado. Porque, assim, a gente, pelo menos os alunos em nenhum momento eu acho que isto foi, como que eu vou dizer? Isto foi colocado em questão desta forma, entendeu? Tanto que nem sei se os alunos sabem que tem a questão da iniciativa privada. Eu acho que isto ficou mais patente na visita, porque a gente foi em uma empresa, mas aí na empresa, mesmo as pessoas da empresa tiveram um pouco este cuidado de querer fazer eles entenderem mais a dinâmica do que eles estavam fazendo do que a empresa em si e outras coisas. Então, eu acredito depende da abordagem da pessoa. Porque eu acho que pode ser nocivo sim, mas depende do professor. Pode ser nocivo, mas depende da forma como você trabalha. Mas eu acho que pode ser positivo, não é?”

**Rodrigo:** “Você já se deparou com este questionamento? Dentro da escola? Com algum colega professor?”

**Professora:** “Pelo projeto ser privado?”

**Rodrigo:** “Isso.”

**Professora:** “Na ABAG nem tanto. Pelo menos a mim não foi imposto nada. Eu peguei o material, que o material é pronto, mas eu não ficava naquilo. A gente tem liberdade pra fazer o que quiser, a partir do material. Eu acho que não me foi imposto nada. Eu pensei sobre isto, mas não eu não vi como uma coisa que atrapalhasse. Eu tentei pegar o que era positivo para trabalhar com eles.”

**Rodrigo:** “Como é que você trabalhou a cartilha? Você falou que trabalhou com o vídeo?”

**Professora:** “Eu trabalhei com o vídeo, mas infelizmente não passei todos, mas a gente passa o vídeo pra fazer a discussão. Porque como eles são mais novos, eu não queria ficar trabalhando como conteúdo teórico. Agente fazia mais discussões e, como eles são muito jovens, é muito senso comum e não conhecem muito as coisas, eles tem muitos mitos ainda sobre agricultura. Eles acham que agricultura é pegar uma enxada e quando a gente falava da modernização, por exemplo, a gente falava, tinha muito mais conversa, era uma coisa mais informal. A cartilha, a gente fez uma leitura orientada e sala. Ela é curtinha. Então eu fiz em uma, duas aulas, depende da turma. No entanto, eu acabei pegando emprestado e fiz com outras turmas também, mas eu fiz mais discussão com notícia atual.”

**Rodrigo:** “Você acha que este processo de modernização da agricultura fica bem visto pelo aluno?”

**Professora:** “Então, depende.”

**Rodrigo:** “Você disse que a visão do senso comum é de que agricultura é o homem pegando na enxada.”

**Professora:** “Eu notei que eles saem de uma visão muito simplista pra uma visão muito grandiosa. Muitos deles quando eu mandei fazer o desenho, fizeram um trator. Daí eu disse, não é só trator. Aí eles queriam fazer trator. Aí eles disseram: ‘é legal, uma pessoa só vai fazer um monte de coisa.’ Só que assim, neste bairro nem tanto, mas na outra escola, eu não aplicava, mas conversava com eles. Conheci casos de alunos que o pai perdeu o emprego porque era cortador de cana. Então aí eu vi a outra versão. Porque aqui, muitos não citaram isso porque não é a realidade deles aqui.”

**Rodrigo:** “Aqui desta escola.”

**Professora:** “Depende muito da realidade do aluno. Porque muda muito de acordo com a realidade do aluno, a vivência que ele tem e tudo mais. Aqui, pelo menos o que eu senti é que ele viam o lado bom só da tecnologia. Eu tentei enfatizar as outras questões também quando a gente falava da sustentabilidade. Não adianta só modernizar, tem que ser sustentável também. Se não esta modernização vai sair caro. Então, assim, que eles passaram a ter uma noção da modernização no campo, mas eu também tomei cuidado para não virar um estereótipo. Eu tentei, não sei se consegui.”

**Rodrigo:** “Agora pra terminar mesmo. Você avalia que a ABAG consegue atingir seus objetivos? O objetivo mais importante é valorizar a imagem do agronegócio. Eles iniciaram o programa tendo este objetivo. Você acha que eles atingem este objetivo?”

**Professora:** “Olha eu não posso falar como um todo. Eu enquanto aplicadora eu tentei passar os dois lados da situação também. Por quê? Pra gente pensar também que na questão do agronegócio também há exploração e tudo mais. Eu sou professora de História. A gente não pode ser tão ingênua. Os meus alunos, pelo menos, eu tentei passar o agronegócio enquanto uma visão crítica, né? Eu não sei se consegui atingir, mas pelo menos foi o que eu tentei fazer com eles, mas como no final não teve aplicação do projeto, acabou que eu não tive este retorno. A atividade prática de fazer redação e fazer o desenho é no começo do ano, não é no final, né? Então, assim, esta questão da valorização vem mais com a aplicação do projeto. Não só com a teoria, né? Porque a maioria dos projetos das escolas que tiveram, eu sei porque eu fui assistir, eram projetos muito mais de integrarem a pessoa com o seu meio e não só valorizar as práticas de fora, mas era integrar a pessoa. Eu procurei trabalhar isto do ponto de vista

pragmático de dar pra eles a ideia do que é, pra eles usarem isto em benefício próprio. Agora se atingiu. Se melhorou a visão eu não posso te falar. Porque eu não consegui este retorno.”

**Rodrigo:** “Quando você participou como aluna o projeto chegou a ser concluído?”

**Professora:** “Então, eu não sei como funcionava a dinâmica da época e já faz mais de dez anos que fui aluna. Eu lembro que a gente fez as visitas, os desenhos, as redações, mas eu não me lembro do projeto, pois a escola era muito grande, então não era uma coisa com uma sala só, entendeu?”

**Rodrigo:** “Você não foi nesta política de premiações no final do ano? Na época como aluna.”

**Professora:** “Não, porque quem vai é o professor. Os alunos vão as vezes pra apresentar alguma coisa. Que nem neste ano teve a apresentação de uns alunos. Não só os vencedores. A escola levou uns alunos pra fazer uma música lá. Foi um descuido meu, mas eu não sabia que poderia levar os alunos, mas aí foi uma falha minha mesmo. Porque eu não sabia que podia ao estar participando levar os alunos lá. Não sei como foi na minha época, porque eu não fui em premiação nenhuma. Sei quem foi o vencedor da redação. Da mesma forma que eu levei eles na Agrishow, na Coplana, teve isso, mas enquanto a premiação eu não lembro não.”

**Rodrigo:** “E como é que é o envolvimento dos alunos? Eles se envolvem?”

**Professora:** “É complicado, porque é como um todo. Muitos alunos você tem que forçar, igual eu falei, eu usei a palavra propositalmente, eu mandei que eles fizessem os desenhos, porque se eu colocasse a opção poucos desenhos iriam retornar. Mas não é uma questão deste projeto, é uma questão...”

**Rodrigo:** “Você acha que a política de premiação, então, não atinge os alunos?”

**Professora:** “Não todos. Tem aluno que você pode falar em premiação, ele falava assim: ‘mais fulano de tal, tal cidade vai ganhar’. Porque no ano passado pra incentivar eu falei quem tinha ganhado no ano anterior e a cidade que era, porque teve ganhador aqui de Monte Alto. Aí eles falavam, mas se o aluno do Juventino no ano passado ganhou, então ele vai ganhar de novo, sabe? Então, eu acabei forçando um pouco pra eles participarem. É, assim, na questão do envolvimento teve muita gente que se envolveu pelo tema, mas tem alunos que não só neste projeto, mas a questão do envolvimento com questões de cultura, desenvolvimento é que está um pouco complicado na situação da educação hoje. Mas assim, eu tentei interessar, mas quando

não interessei, como tinha prazo pra cumprir, eu ainda forçava. As redações foram mais espontâneas que o desenho. Redação assim, não que mais gente escreveu, mas mais gente tomou iniciativa do que em relação ao desenho. Eles queriam mais, eu não sei porque.”

**Rodrigo:** “Através dos desenhos e redações você consegue ter o retorno disto? Desta valorização do agronegócio?”

**Professora:** “No desenho, eu acho que eles ficaram muito no estereótipo, tentando copiar os desenhos da cartilha. No entanto, o desenho que eu mandei não foi o mais bonito, foi o mais original, o mais criativo.”

**Rodrigo:** “Foi premiado?”

**Professora:** “Não, daqui não. Na redação, eu barrei várias redações e escolhi três, porque como eu tinha que trabalhar muito a sustentabilidade, eles queriam copiar coisas e eu dizia: não pode copiar! Então, assim, foi complicado.”

**Rodrigo:** “Qual é o critério para selecionar?”

**Professora:** “A relevância, a criatividade em relação ao tema e a reflexão. Ele tem que não só ver o conceito, mas refletir sobre o conceito e eu tentei selecionar desta forma. Quem procurou, nem que for do seu jeitinho, entender do que que está falando, que o tema era sustentabilidade e eles ouvem bastante sobre isto em todas as matérias aqui. Então, assim, eu tentei selecionar deste jeito e eles tiveram mais iniciativa na redação.”

**Rodrigo:** “E você não trabalhou no contra turno? Só dentro da sua aula?”

**Professora:** “Só dentro da minha aula, até porque aqui eu só dou aula a tarde. Então, foi só dentro da minha aula e em horário de aula, não foi fora de horário. A única coisa que eu fiz fora do horário foi o concurso de redação e desenho e a visita, porque a visita a Coplana também foi no outro turno. É, foi no outro turno. Porque as visitas de professor foi no horário de aula. Eu saía e ia fazer a visita.”

**Rodrigo:** “E quem ficava com as turmas?”

**Professora:** “Aí cabe substituição quando eu faço este tipo de atividade.”

**Rodrigo:** “E a formação? Aquela formação dada no início do ano, como é?”

**Professora:** “Foi uma palestra com o, eu não vou lembrar o nome dele agora, sei que ele dá aula na Unesp de Jaboticabal, ele deu uma palestra pra gente. A palestra em si foi bem legal. Assim, eu não tive problema, porque eu já conhecia o material, mas o que eu achei que poderia ser melhor trabalhado, como orientação, era trabalhar com o material, com os vídeos, com a apostila. É isso.



- **Entrevista**
- **Data: 07 de Novembro de 2013**
- **Entrevistado: Professor 5**
- **Local: Escola, em sala reservada para a entrevista**

**Rodrigo:** “Professor gostaria que você começasse falando sobre como conheceu o programa, como participou, desde quando. Fala de forma livre por favor. Desde quando você participa?”

**Professor:** “Este é o terceiro ano, né? Boa tarde. Este é o terceiro ano. Eu fui convidado porque quem era o professor de História que fazia o programa. E como eu sou professor de Ciências. É sempre aquele negócio: professor Ciências, Geografia e História que fazem o programa. E aí eu fui convidado e comecei a desenvolver o programa. Então tem a palestra. A gente leva. A gente vai até a palestra. Depois a gente leva o aluno vencedor da redação na Agrishow, né. Eles fazem a visita a Agrishow. Faz a visita. Daí depois tem o concurso de frase. Eu trabalho. Pego o material algum material que eles mandam, que a própria ABAG manda pra embasamento e trabalho com eles em sala de aula. Porque o agronegócio não é só comida que se compra. Tem que ver o que tá atrás da comida. O próprio papel é agronegócio. Eu começo a trabalhar com eles a cadeia produtiva. Apesar de não ser muita da área minha, eu sou professor de Ciências, mas a gente acaba trabalhando. Tem um embasamento. Tem a palestra do pessoal da ABAG. Então a gente começa a trabalhar a cadeia produtiva. A falar pra eles, dando um embasamento pra eles poderem fazer o trabalho. Então eu falo pra eles: ó, agora vocês vão pesquisar, vocês estão livres pra fazer o desenho, pra fazer a frase que vocês quiserem, desde que se encaixe no tema.”

**Rodrigo:** “Você acha que a formação que a ABAG deu ajudou?”

**Professor:** “Ajuda! É uma palestra, visitas e eles oferecem também visitas às empresas associadas. Por exemplo, uma vez eu até agendei com a Ourofino. Não sei se você conhece ou já ouviu falar. É muito conceituada por aqui. É muito interessante. Nós fizemos a visita e eles depois ofereceram pra nós. Só que o que acontece é que eu não tive condições por conta de verba. Tinha estourado a verba da escola. Esta é uma dificuldade que a gente acaba tendo, né?”

**Rodrigo:** “Porque?”

**Professor:** “Por conta da verba, a gente tem que qualquer...”

**Rodrigo:** “Tem algum tipo de gasto?”

**Professor:** “Levar os alunos. O ônibus. Isso eles não oferecem.”

**Rodrigo:** “Nem a prefeitura?”

**Professor:** “Teria que sair da verba da prefeitura.”

**Rodrigo:** “A verba que destina pra cada escola?”

**Professor:** “Destina uma verba pra cada escola e tem que dividir as verbas e eu não consegui.”

**Rodrigo:** “Você está a três anos no programa e em um dos anos não conseguiu levar?”

**Professor:** “Isso. Aí eu não levei e acabei não levando nos outros anos diante desta dificuldade. Porque tinha esse problema, né? Mas se agendasse ia, né? Os alunos até queriam ir, tal, interessaria, mas diante desta dificuldade tem aquele bolo ali você divide e cada um leva, mas tem que dividir entre tudo, né?”

**Rodrigo:** “Ao longo destes três anos de participação no programa você inscreveu o projeto no Prêmio Professor?”

**Professor:** “Não. Não porque a gente acaba tendo muito projeto, inclusive da Secretaria, daí a gente fica mais na sala de aula e eu acabei não inscrevendo. Em nenhum dos três anos. O que eu faço é trabalhar, eu trabalho em paralelo ao que eu tenho que desenvolver. Dou uma parte, algumas aulas, explico, converso, reúno eles, faço, e aí eu faço o projeto.”

**Rodrigo:** “Mas então você chega a realizar o projeto na escola? Não inscreve no Prêmio Professor, mas realiza?”

**Professor:** “Isso. Com as oitavas por exemplo. Eu faço isso sempre com as oitavas séries. Com as séries terminais. Eu trabalho, por exemplo, foi a menina da oitava que ganhou o prêmio e foi até a Agrishow. Então ela vai, a gente marca, encontra a Secretaria pra ir pra Agrishow. A Secretaria leva a gente lá com um ônibus, ela disponibiliza um ônibus. Mas aí é a gente e uma aluna.”

**Rodrigo:** “Mas deixa eu tentar entender. Você tem um conteúdo que tem que ministrar. Eu tenho visitado várias escolas e cada uma insere o programa de uma forma. Em Dourado e em Descalvado, as professoras me relataram projetos. Já em Monte Alto a professora informou que não faz projeto e insere no próprio conteúdo da disciplina. Como vocês fizeram nestes últimos três anos? Foi com projeto? Foi no próprio conteúdo?”

**Professor:** “Não. Eu fiz em paralelo tá? Porque o conteúdo que eu tenho que trabalhar com a oitava não bate com o conteúdo do programa. Eu acho que seria até mais fácil Geografia e História, a área de vocês, né? Porque como o meu eu tenho que dar química, eu tenho que dar física, é mais difícil eu casar. Então o que é que eu faço? Eu faço ele à parte. Eu separo um parte, trabalho isto, pra eles desenvolverem.”

**Rodrigo:** “Você imagina trabalhar em quantas aulas?”

**Professor:** “Eu devo ter gasto neste ano agora umas cinco, seis aulas, mais ou menos, umas duas semanas. Para dar o conteúdo, explicar o que é, eles desenvolverem aqui e me entregar.”

**Rodrigo:** “Mas isto choca com o bimestre ou não? Um bimestre são oito semanas em média, se você usa duas, passa a ter seis. Isto choca ou você aproveita os resultados do programa na sua avaliação?”

**Professor:** “Eu aproveito também. Eu aproveito. Eu acabo dando nota na minha avaliação se eles me derem retorno no projeto. Só que o que acaba acontecendo. Como nós aqui somos trimestral, não é bimestral, o que acontece? A gente acaba tendo um prazo maior. Entendeu? Então, eu não fico tão apertado. Porque eu dou aula no estado, por exemplo, também. Bimestral é muito apertado, é muito corrido. Iria me apertar. Não me aperta porque é trimestral. Então, eu me coordeno pra justamente cumprir o conteúdo que eu tenho que cumprir, porque depois vai ter uma prova da própria Secretaria Municipal de Educação, cobrando aquele conteúdo dos alunos. Todo trimestre.”

**Rodrigo:** “Todo fim de trimestre a SME aplica uma prova?”

**Professor:** “Isso. Eles vão fazer essa prova na semana que vem.”

**Rodrigo:** “Qual é o nome dessa prova?”

**Professor:** “SABER – Sistema de Avaliação do Ensino da Rede. Então vai começar dia 12, terça-feira. Terça, quarta e quinta. Três dias.”

**Rodrigo:** “Eu estou te perguntando isso porque avaliei os resultados do ano passado. É um número grande. São setenta e quatro escolas que se inscrevem no programa. Este número cai pra umas quarenta escolas que inscrevem o projeto da escola. E lá no final quando vai ser avaliado para o prêmio professor sobram só dez projetos. Então, de setenta e quatro este número cai pra dez. Daí estou tentando entender porque professores como você que desenvolve o programa há três anos, tem alunas premiadas e não inscrevem-se no prêmio.”

**Professor:** “Pra mim o problema é tempo. Tempo pra desenvolver o projeto e mandar pra lá, demandar mais aula. Aí vai me sobrecarregar. É tempo pra eu fazer o projeto pra lá, pra mandar. Aí fica mais difícil. E mesmo a excursão, por exemplo, com os alunos que eu falei. A gente não fez este ano, mas poderia viabilizar para os outros anos, mas o problema é que também eu tenho medo de prejudicar o meu conteúdo, né? Porque eu preciso cumprir aquele conteúdo, entendeu? Eu me organizo pra cumprir o conteúdo, mas também promover o projeto.”

**Rodrigo:** “Uma pergunta que eu tenho feito para todos os professores entrevistados. Primeiro deixa eu te fazer uma outra pergunta. Quando eu entrevistei um professor que participou do programa e relatei estes números que te falei agora. Ele me respondeu que havia esta questão que você colocou sobre o tempo, mas relatou uma hipótese de alguns professores de uma forma não declarada realizarem uma espécie de resistência a uma parte do programa. Mais ou menos assim: eu aceito ir até aqui, mas daqui eu não passo e não aceito fazer. O que você acha? Existe isso? Os professores chegam a pensar numa resistência por acharem que seu trabalho está sendo mais explorado? Isto é uma questão?”

**Professor:** “Não. Eu acho que não. Eu acho que o que acaba acontecendo mesmo é que a pessoa não dá conta. Eu mesmo, graças a Deus, consigo me organizar pra dar o conteúdo e realizar o projeto. Porque na semana que vem tem a prova. Eu dei a matéria em todas as salas. Tô dando revisão, prova de revisão. Em reunião com os professores de Ciências, tem gente que ainda está terminando o conteúdo. Então quer dizer se este professor trabalhou o conteúdo dele, o conteúdo normal, e ainda o projeto é muita coisa. Fica truncado. Acho que é mais por aí que o pessoal larga. Acaba que um projeto a mais pode prejudicar o andamento do trabalho dele. Acho que é mais por isso. Acho que é mais neste aspecto.”

**Rodrigo:** “Uma outra questão que me deparei na pesquisa foi que a ABAG tem empresas associadas em quase noventa municípios da região. A Patrícia me disse que todos os municípios da região que possuem escolas com turmas do oitavo e nono ano do ensino fundamental aderiram ao programa. O único município que não aceitou receber o programa foi Matão. Matão é um município importantíssimo para a ABAG porque tem sócios com sede na cidade. E já faz quatro anos que elas tentam e Matão recusa. Então eu fui lá entrevistar o Alexandre que é Secretário de Educação e Cultura. E perguntei a ele quais as razões para ele não aderir ao programa. Segundo ele tem um choque. Na

visão dele tem um choque. Ele me respondeu assim: eu regulo uma rede de ensino que organiza instituições que são as escolas que são instituições com base no direito público. Nas palavras dele: como é que eu vou organizar um programa que trabalha dentro de uma outra perspectiva, com base no direito privado, no interior desta instituição. Pra ele há um choque neste caso entre o direito público e o direito privado, quando o objetivo do programa é valorizar a imagem do agronegócio. Pro Alexandre, se ele valoriza a imagem do agronegócio ele está, por conseguinte, desvalorizando as demais formas de produção, desvalorizando os movimentos sociais que lutam contra o agronegócio, o pequeno agricultor familiar que disputa contra o agronegócio as políticas públicas. Como é que você vê isto?”

**Professor:** “Eu acho que você competir, um pequeno produtor competir com o agronegócio é meio complicado, é meio difícil, né? Mas eu sempre falo o seguinte: a gente, independente disso a gente pode ter alguma coisa contra enquanto professor, enquanto profissional, mas só que a gente depende daquilo, né? A gente depende. Não tem como você não depender, né? Eu acho que é muito mais interessante despertar no aluno que a gente precisa daquilo, mas que aquilo lá precisa respeitar o meio ambiente. Que aquilo lá precisa respeitar o meio ambiente onde a gente vive, tem que respeitar. Porque? No caso da agropecuária, por exemplo. Ele pode explorar, mas ele tem que respeitar o meio ambiente. Eu pelo menos, por ser um biólogo, prefiro ver por esta ótica do que negar. Porque se você falar assim ó: eu vou negar, eu não aceito, é o público, tá entrando o privado, mas acontece que você precisa daquilo! E queira ou não queira o agronegócio foi que deixou nossa balança comercial, né? Mais, vamos pensar, mais, mais alta, né? Apesar de todo o problema de logística, de grão que tá tendo, de portos, né? Mas a safra todo ano é recorde! E aí o que a gente não pode? É mais interessante despertar no aluno que existe o agronegócio, mas também o agronegócio tem que respeitar o meio ambiente, né? Porque sem o meio ambiente ele também não sobrevive, tá? Pela minha visão, por ser biólogo. Então, eu prefiro ver este lado, do que ver o lado de que não esbarrar. Porque muitos outros projetos entram na escola que são privados. E aí? Como é que vai fazer? Então não vão entrar? Eu já participei do projeto da Unimed de prevenção de gravidez na adolescência. AH! Mas aí é Unimed! Unimed é privado! E aí? Eu não vou fazer? Eu tenho que ver o interesse do aluno. Eu acho que é muito mais importante eu desenvolver o projeto pra ele. Eu participar de uma premiação pra ele, ele apreender aquilo. Porque o lado da Unimed, da ABAG, eles estão vendo o lado social.

Eles estão vendo o retorno pra sociedade. Eles têm que dar um retorno pra sociedade. Eles estão fazendo isso pra dar um retorno pra sociedade. Então eu não vejo por aí. Eu acho que a gente precisa entender que a gente precisa daquilo. Que aquilo é necessário e que tem que respeitar o meio ambiente. E aguçar o senso crítico dos alunos pra entender esta relação. Porque a gente precisa. A gente precisa de comida, é óbvio. A gente precisa de vestuário, mas a gente precisa da mata preservada, a gente precisa do meio ambiente. Sem isso né? Não tem como.”

**Rodrigo:** “E como é que você vê a mobilização dos alunos? Os alunos se interessam em fazer a redação? Os desenhos? Você trabalha com a turma toda ou grupos de alunos? No turno? No contra turno?”

**Professor:** “Não. Eu trabalho no meu turno normal. Eu passo o material de embasamento. Falo pra eles lerem, daí a gente discute em sala de aula, eu explico, a gente fala ó: o agronegócio não é só da porta da fazenda pra dentro. Você tem que ver, porque pra fazer o leite você tem que fazer a caixa do leite que vai papel. Daí tudo é uma estrutura que vai na cadeia produtiva. Então eu explico pra eles e tal, mas eu explico na sala de aula. Agora, o que eu vejo? Alguns se interessam mais do que outros. Como vale nota também na minha matéria. Como eu agrego na minha matéria? Pra justamente eles fazerem, né? E pra eu ter mais material pra tirar. Então o que que acontece. Eu vejo que alguns fazem porá fazer, mas eu vejo que outros se interessam. Outros se interessam. Eles perguntam, né? E eu acho que essas visitas demandam tempo. É complicado porque tira a gente da sala de aula. Eu acho que isso aí também é interessante. Porque outra hora ele pode ver até o lado profissional pra ele. Aí ele fala: pô, eu quero fazer Biologia por causa disso. Quero fazer Engenharia Agrônoma.”

**Professor:** “Você já viu um caso específico disso?”

**Professor:** “Não. Eu não vi pelo que te falei. Eu acabei não levando. Esta parte eu acabei não fazendo. Eu queria até fazer. Nesse ano até o pessoal até queria ir, mas eu não acabei vendo isso.”

Rodrigo: “E quem era o outro professor que trabalhou no programa?”

**Professor:** “Era o [...]”

**Rodrigo:** “E porque ele não fez mais?”

**Professor:** “Não sei. Ele resolveu não fazer e aí passou. Teve um outro professor de Geografia que eu não sei se ele chegou a fazer, Acaba que tem outro projeto e cada professor vai viabilizar um projeto. Olha você fica responsável por este aqui. Então a

gente acaba se separando e cada um fica com um. Como é sétima e oitava, nós não temos sétima. Por conta da organização do quinto ano nós não temos sétima este ano. Então eu acabei trabalhando só com oitava. Eu noto que tem oitavas, tem alunos que fazem realmente porque querem participar e tem alunos que fazem simplesmente por fazer. Então, este lado de despertar e tal, eu não consegui ver porque seria interessante a visita. Em relação ao emprego, em relação profissional, de ir pra aquela área. Então eu até queria levar pra ver esse lado. ”

**Rodrigo:** “Professor, você acha que esse seu trabalho que você realiza já a três anos cumpre com o principal objetivo do programa que é valorizar o agronegócio?”

**Professor:** “Acho que cumpre. Acho que cumpre. Eu acho que ele poderia ser mais assim, é, facilitar a visita. Você entendeu? A gente pode marcar a visita, mas sei lá, as empresas da área podem dar esta estrutura, entendeu? Porque a gente tem uma visita que eu levo eles aqui na Ambiente, empresa de tratamento de esgoto. Elas fazem o traslado, elas dão o lanche lá. Então eu acho que a própria podia fazer, porque amanhã ou depois isto volta para a própria empresa, entendeu? Este pessoal que você falou, eles não vão ser profissionais, não vão trabalhar lá? Acho que o retorno é pra eles mesmos. Entendeu? Eu acho que esta própria estrutura poderia ser dada por eles, por estas empresas, tá? E nem precisaria levar a sala inteira. Eu levaria aquele que realmente está interessado. Porque a gente sabe. Você que é professor sabe disso. Você tem quarenta e cinco alunos em sala de aula. Não vão ser os quarenta e cinco profissionais que vão fazer faculdade. Então, uma boa forma de selecionar é ver aquele interessado, aquele que quer ir, que poderia se interessar por aquilo, né?”

**Rodrigo:** “Obrigado professor.”

- **Entrevista Professor 6**
- **Data: 08 de Novembro de 2013**
- **Entrevistado: Professor**
- **Local: Centro Avançado de Pesquisa Tecnológica do Agronegócio da Cana (Rodovia Antônio Duarte Nogueira, KM 321, Anel Viário Contorno Sul)**

**Professor:** Sou o professor [...], sou da escola [...]. Esta escola fica na cidade de Guariba. O nosso projeto Agronegócio na Escola é o terceiro ano que a escola participa e eu como professor no segundo. E a gente percebe a melhora que ele faz na escola, porque? Por que os alunos começam a ter um maior entendimento da cadeia produtiva e tudo que é feito realmente na agricultura. Esse ano nosso projeto ele visou ver as pessoas que realmente trabalham com a agricultura, trabalham para deixar nosso país um país mais formidável na questão do agronegócio para um desenvolvimento maior. Por isso até o tema trabalhado: “parceria”, é buscar o pequena o pequeno agricultor que muitas vezes ele não tem tal capacidade, só a parte financeira é muito pouco, então ele precisa de ajuda de outros grupos para que ele possa desenvolver, onde veio a parceria. Esta parceria pra nós vem muito através de institutos de pesquisa do próprio governo, como a Embrapa e a EMATER que estão sempre ajudando as pessoas a adquirir mais conhecimento, a melhorar e, de uma forma geral, melhorar a produção de alimentos no Brasil, de uma forma geral. Posteriormente, a gente pensou no tema da sustentabilidade. A gente sabia que pra nós, precisa construir. Ser algo pra construir na escola algo sustentável, tornando a nossa escola mais sustentável. Foi onde nós resolvemos aproveitar a água que descia do bebedouro. Então, neste sentido, até fontes pesquisadas pelos alunos dizem que pra cada litro de esgoto são contaminadas dezessete litros de água. Então, se a gente pegar que a cada dia a escola pega em torno de setenta litros só no horário da manhã, provavelmente uns cento e quarenta o dia inteiro, a gente tá pensando quantos litros de água estão sendo evitados de serem contaminados. E além de por cima, a gente está tornando a ter uma produção maior e, por fim, a gente precisa reforçar as parcerias. É impossível no mundo de hoje, existir algo sem as parcerias. Por isso, nesta questão a gente sempre foi procurar as parcerias, procurar ajuda pra realizar o nosso projeto. Esse era o nosso objetivo.

**Rodrigo:** “Como é que você se tornou representante da escola no programa?”

**Professor:** “Na realidade a nossa escola ela já participava quando eu cheguei. Eu era professor de uma outra escola na cidade e por alguns motivos tive que vir pra esta



escola e quando cheguei já tinha uma professora que participava, professor [...], muito bem, por exemplo, e eu fiquei até nessa responsabilidade de continuar o trabalho que ela fazia.”

**Rodrigo:** “Mas você foi escolhido pela diretora da escola?”

**Professor:** “Fui. Na realidade eu já fico até incumbido desta parte, porque já dizem o projeto Agronegócio na Escola é seu! Infelizmente, aí talvez é um ponto crítico em relação aos demais. A própria prefeitura, as outras escolas de Guariba que hoje tem oito escolas de ensino fundamental e só a nossa participa.”

**Rodrigo:** “Porque as outras não participam?”

**Professor:** “Até hoje eu não sei. Não sei se os professores têm medo de ficar com muita responsabilidade porque realmente toma um pouco do nosso tempo. Aí a gente tem que buscar muito. A gente adianta a matéria. Primeiro e segundo bimestre, pra depois no terceiro bimestre a gente ter este momento de trabalhar. Então, alguns professores ficam com medo. No passado eu chamei os professores de ciências, apresentei que a gente conseguiu fazer e infelizmente esse ano ninguém quis participar. Só a nossa escola.”

**Rodrigo:** “O tema do projeto de vocês é a parceria. A ABAG fala em parceria com a escola pública.”

**Professor:** “Uma das maiores e melhores parcerias que a nossa escola tem. Porque através da ABAG a gente consegue irnos as visitas, nós conseguimos o agendamento, nós conseguimos também mostrar a escola como a escola faz para a nossa cidade e para a nossa região. A escola [...], por exemplo, fica inserida na periferia da cidade. Então, muita gente tem um olhar mais crítico em relação as escolas que são localizadas no centro e mesmo assim a gente trabalha, consegue. Hoje eu falo que a gente consegue desenvolver um trabalho muito melhor que as outras escolas.”

**Rodrigo:** “Pra terminar, o objetivo do programa é valoriza o agronegócio. Você acha que o trabalho que vocês realizam na escola valoriza o agronegócio?”

**Professor:** “Valoriza e valoriza muito. Porque a partir do momento em que os alunos passam apreender sobre o agronegócio, eles passam a ter um olhar diferente sobre isso e até uma situação que a gente pode comentar que muitos alunos não conheciam os pesquisadores que a gente comentou que foi falado isto no começo e muito bem comentado. A gente conhece jogador de futebol, jogador disso e tudo, mas não reconhece as grandes mentes e isso eu acho que o projeto desse ano, agronegócio e

parceria, ajudou e muito a gente ter um olhar mais abrangente desta parte. Então, a ABAG ajuda bastante.”

- **Entrevista Professores**
- **Data: 08 de Novembro de 2013**
- **Entrevistado: Professoras 7 e 8**
- **Local: Centro Avançado de Pesquisa Tecnológica do Agronegócio da Cana (Rodovia Antônio Duarte Nogueira, KM 321, Anel Viário Contorno Sul)**

**Rodrigo:** “Primeiro você se apresenta e fala de forma livre como você conheceu o programa, como você participou, como trabalha o programa na escola, se trabalha dentro do horário regular, se trabalha fora do horário regular, se trabalha com a turma inteira na disciplina ou com um grupo de alunos.”

**Professora:** “Bom, eu sou [...], formada em História e Pedagogia, já trabalho há três anos no projeto na escola [...] e esse ano eu passei pra vice direção. Então, com toda esta experiência que eu já trago com a ABAG, hoje a professora [...], de ciências, vai estar apresentando o projetinho que nós realizamos. Na escola [...] nós temos o hábito de fazer a feira cultural todos os anos. Então, nós adequamos o projeto da ABAG à feira cultural onde a gente apresenta pra nossa comunidade geralmente no mês de setembro. Então, qual a intenção? Toda a preservação do meio ambiente e mostrar para os nossos alunos o quanto o projeto da ABAG é abrangente em todas as profissões. Então o menino, ele quer ser um psicólogo, um nutricionista. A gente abraçou o projeto ABAG e colocamos na nossa feira cultural, mostrando a diversidade das possibilidades de trabalho e tudo mais.”

**Rodrigo:** “Vocês inscreveram projeto no Prêmio Professor?”

**Professora 1:** “Sim.”

**Professora 2:** “Sim.”

**Rodrigo:** “E foi só neste ano ou foi em todos os anos?”

**Professora 1:** “Em todos. Só que em todos os outros anos a nossa feira cultural era apresentada após a apresentação da ABAG, entendeu? Então, nós não tínhamos o tanto de material que nós estamos trazendo neste ano que nós, por conta do projeto ABAG, nós fizemos a feira em setembro neste ano.”

**Rodrigo:** “Pra terminar, vocês acham que o trabalho que vocês estão realizando na escola, através do programa, cumpre o principal objetivo da ABAG que é valorizar o setor, valorizar o agronegócio na região, na comunidade escolar?”

**Professora 2:** “Sim. A gente consegue alcançar isto através da prática. Quando a gente coloca os alunos vivenciando o momento. Assim, eles vivenciam uma cadeia produtiva, do começo até o final, eles começam a entender a importância sim. Na verdade ele lá, nós trabalhamos com uma horta hidropônica, eles trabalharam desde lá no plantio, o cultivo, até a finalização com a venda. Isso eu acho que funciona porque na prática eles aprendem. Funciona sim.”

- **Entrevista**
- **Data: 08 de Novembro de 2013**
- **Entrevistado: Professora 9; Professora 10**
- **Local: Centro Avançado de Pesquisa Tecnológica do Agronegócio da Cana (Rodovia Antônio Duarte Nogueira, KM 321, Anel Viário Contorno Sul)**

**Rodrigo:** “Boa tarde, gostaria que vocês se apresentassem, dissessem como vocês conheceram o programa, desde quando vocês participam.”

**Professora 1:** “Bom, eu sou professora [...] de [...], escola [...] e leciono Ciências.”

**Professora 2:** “Eu sou a professora [...], leciono Língua Portuguesa.”

**Rodrigo:** “Vocês participam do programa há quanto tempo?”

**Professora 1:** “Há uns cinco anos.”

**Professora 2:** “Há mais ou menos uns cinco anos.”

**Rodrigo:** “Vocês então participam já há cinco edições. E são sempre vocês que representam a escola?”

**Professora 1:** “Sempre.”

**Rodrigo:** “Normalmente é apenas um professor, né?”

**Professora 1:** “Como, por exemplo, eu sou da área de Ciências, então quando é pro campo, pra usina, que tá mais ligada a área de Ciências, então eu que acompanho as crianças, né? Agora nós desenvolvemos com eles as frases, redações, tem concursos de desenho. Então tem a professora de Artes que também desenvolve este projeto na escola.”

**Rodrigo:** “E vocês chegaram a inscrever o projeto no Prêmio professor?”

**Professora 2:** “Não, nós não participamos.”

**Rodrigo:** “Neste ano? Ou em nenhuma das edições?”

**Professora 1:** “Nenhuma delas.”

**Rodrigo:** “Porque?”

**Professora 1:** “Porque eu acho assim, as nossas escolas lá. Eu acho que as dificuldades dos alunos e nós também professores teríamos que ter um horário fora daquele horário da escola para estarmos trabalhando o projeto. Porque pra gente estar desenvolvendo um projeto junto, no horário de aula, fica difícil, porque ali hoje com os alunos é difícil você estar desenvolvendo um projeto com a classe toda. Eu acho que você tem que trabalhar com aqueles que tem um interesse, né?”

**Rodrigo:** “E como é que vocês trabalharam o programa?”

**Professora 1:** “A gente leva para os alunos, explica como o projeto é desenvolvido na escola, orienta. A gente orienta os alunos a pesquisarem sobre o assunto. Então há uma interação entre professor e aluno.”

**Rodrigo:** “Mas sempre em sala?”

**Professora 2:** “Sim. Dentro da grade curricular. Português no meu caso. Eles acham que não tem nada a ver com eles.”

**Rodrigo:** “Eles acham que não tem nada a ver com ele?”

**Professora 2:** “A maioria né? A gente não vê interesse neles. Até a nossa disciplina tá difícil de desenvolver, né?”

**Rodrigo:** “Vocês chegaram a utilizar o projeto como forma de avaliação na disciplina de vocês?”

**Professora 1:** “Não. Neste projeto não. Pra avaliação não.”

**Professora 2:** “É claro que aquele que participa a gente sempre leva em consideração. A gente sempre dá uma nota de participação pra eles, né? Mas não pra classe toda. Na classe toda não são todos que querem participar. Então a gente leva em consideração aqueles que participam. Aí sim.”

**Rodrigo:** “Então pra terminar. O principal objetivo do programa é valorizar a imagem do agronegócio. Vocês acham que o projeto que vocês desenvolvem na escola de vocês cumpre este objetivo?”

**Professora 1:** “Eu acredito que sim porque os alunos ficam sabendo pelo projeto as coisas que a gente leva pra dentro da sala de aula e explica, né? Desde do início quando é feito o projeto, a importância que o agronegócio tem pra nós, pro universo e desperta,

desperta o interesse. Eu acho assim ó. Eu que sou da área de Ciências, que vou pra campo com eles, que vou pra usina, então eles vivenciar ali, na prática, o dia a dia, o que é mesmo. E não ali na teoria, Na teoria eles não tem muito interesse não. Mas quando vai pra prática eles se interessam muito.”

**Professora 2:** “É como se a gente jogasse uma semente. Muitos aproveitam. As vezes até parte pra esta área, né?”

**Rodrigo:** “Em relação à emprego?”

**Professora 2:** “Isso.”

**Rodrigo:** “Mas vocês já chegaram a ver isto acontecer ou é uma expectativa?”

**Professora 2:** “É uma expectativa.”

**Professora 1:** “É uma expectativa.”

**Professora 2:** “A gente lança a semente , né? Mas a gente nota que há um grande interesse. Não da maioria, mas a gente nota que alguma coisa a gente consegue.”

- **Entrevista Professor**
- **Data: 08 de Novembro de 2013**
- **Entrevistado: Professor 11**
- **Local: Centro Avançado de Pesquisa Tecnológica do Agronegócio da Cana (Rodovia Antônio Duarte Nogueira, KM 321, Anel Viário Contorno Sul)**

**Professor:** “Meu nome é [...], eu sou da cidade [...], mas trabalho em [...] na escola [...]. A escola já está no terceiro ano que participa do projeto da ABAG. No ano passado a escola já havia participado. A professora havia feito uma horta orgânica e ficou em segundo lugar. Como os projetos envolvem a escola inteira, não fui eu que inscrevi o projeto, mas eu participei junto com ela. Nesse ano ela já não estava mais na escola e quem tinha os oitavos e nonos anos, este ano era eu. Então assim, na hora que a gente definiu e recebeu o tema da ABAG deste ano a gente conversou entre a gente com a Secretária de educação e aí ficou pro pessoal de Ciências liderar o projeto, mas com aquela ideia de que todo mundo iria participar. Na hora que a gente viu o tema do projeto, aí a gente começou. O que a gente pode fazer em relação a este tema. Foi aí que a gente pensou em trabalhar as cadeias produtivas do município. Por que quem é daqui da região sabe. Nossa cidade é famosa pela produção da linguiça, pela produção do amendoim e pelas fábricas de doce. O doce de amendoim é até exportado. E cana que a

gente tem em volta da cidade inteira. Então é a nossa realidade. É a realidade deles. Os pais dos alunos trabalham em destes setores do agronegócio. Então a gente começou a discutir e o projeto foi se desenhando no diálogo com os próprios alunos. Porque eu, principalmente por não ser de lá, não tinha tanto conhecimento. Então conforme a gente ia trabalhando as aulas, ia trocando as informações, conforme eles traziam informação e eu levava informação pra eles, a gente ia redesenhando e definindo os próximos passos. Tanto que a gente conseguiu definir quais seriam os tópicos que entrariam no projeto agronegócio com quase tudo pronto. Faltava um mês pra feira quando a gente conseguiu desenhar. Porque durante três meses a gente ficou nesse processo de troca. A gente ia na bibliografia, a gente ia na visita de campo, tinha as palestras, tinha as aulas. Aí é que a gente ia desenhando o projeto. O legal é que como o agronegócio não é um conteúdo, ele é um tema que você articula várias matérias, você tem a chance de trabalhar muita coisa e essa muita coisa está diretamente relacionada com a realidade deles. Então assim, de todos os projetos que já desenvolvi na escola, este talvez tenha sido em termos de envolvimento aquele que eu tive um envolvimento maior deles, aquele que a gente conseguiu chegar no x deles, que eles conheciam, que eles faziam. Eram eles que traziam a informação. Eles foram bem autores do projeto.”

**Rodrigo:** “Você avalia positivamente a parceria da ABAG com a escola pública?”

**Professor:** “Avalio. A ABAG, o fato dela pegar, disponibilizar material, dela disponibilizar visita técnica, o fato dela ter um concurso, incentiva porque estimula o professor, estimula a escola e estimula o aluno a trabalhar, independente do tema. O que falta muito é estímulo e a ABAG fornece isto. Ela estimula a produção e isto é muito vantajoso. Porque quando a gente é estimulado, a gente faz bem e sempre quer fazer mais.”

**Rodrigo:** “Pra concluir. Você avalia que o programa da ABAG consegue valorizar a imagem do agronegócio na região, na comunidade?”

**Professor:** “Valoriza. Valoriza sim. Porque os alunos passam a ter uma visão diferente. Muitas coisas que eles imaginavam, que eles pensavam, eles acabam modificando, eles começam a enxergar o meio ao redor dele de uma maneira completamente diferente. É bem válido!”

**Rodrigo:** “OK. Valeu [...]”

- **Entrevista Professor**
- **Data: 08 de Novembro de 2013**
- **Entrevistado: Professor 12**
- **Local: Centro Avançado de Pesquisa Tecnológica do Agronegócio da Cana (Rodovia Antônio Duarte Nogueira, KM 321, Anel Viário Contorno Sul)**

**Rodrigo:** “Boa tarde. Gostaria que você começasse identificando a escola e falando um pouco sobre a sua relação com o programa.”

**Professor:** “Eu sou o professor [...], dou aula na escola municipal de [...], [...], e sou professor de Geografia.

**Rodrigo:** “É a primeira vez que você participa do programa?”

**Professor:** “Eu já estou no programa uns cinco, seis anos. Não sei precisar o período certo. Com a gente tem lá na escola alguns direcionamentos, os alunos já participaram do concurso de desenho e redação. Alguns alunos da redação, porque isto foi mais pro meio do ano.”

**Rodrigo:** “E como é que você trabalha o programa? É dentro do horário regular? É fora do horário regular?”

**Professor:** “É assim. Na verdade como a gente tem o conteúdo muito já com períodos certos para trabalhar, quando lança-se a ideia, o tema do projeto, aquilo que vai ser pedido dos alunos, a gente vai e dedica aulas pra eles para que eles executem o trabalho em casa e devolvem pra gente e aí, conseqüentemente, a gente dá uma continuidade.”

**Rodrigo:** “Estes trabalhos contam na avaliação regular?”

**Professor:** “Não. De nenhuma forma. É mais no intuito mesmo de participação. Porque lá na escola a gente faz bem a questão de não obrigar, mas tenta fazer com que eles participem o máximo de concursos, ao máximo de olimpíadas.”

**Rodrigo:** “Você acha que consegue ter esta mobilização?”

**Professor:** “Sim! Pelo menos na escola em que a gente dá aula, a gente consegue um número de alunos que está sempre participando deste tipo de evento.”

**Rodrigo:** “Você disse que não participou do prêmio professor no ano passado?”

**Professor:** “É a primeira vez que estou vindo aqui porque como meus horários se alteraram na escola ficou a cargo de outra professora que, inclusive, ela está em São

Paulo com duas turmas de alunos nossos. Então eu vim com dois alunos que, de fato, são meus e vieram para a premiação.”

**Rodrigo:** “Vocês chegaram a inscrever o projeto para o prêmio professor?”

**Professor:** “Não. A nossa escola é uma escola muito pequena. Então eu tava falando para os alunos que eu tinha vontade de inscrever o projeto ou algum projeto já a alguns anos, mas como a escola tem o limitador que é o espaço que ela era na verdade, anteriormente, uma escola particular que foi comprada pela prefeitura. Então não tem espaço pra terra, pra jardim, espaço pra a gente fazer um projeto mais abrangente. Teria que se condicionar a coisas pequenas que eu acho que não ficaria legal.”

**Rodrigo:** “Você acha que o programa consegue seu objetivo? O objetivo primeiro do programa é a valorização do agronegócio. Você acha que o projeto que vocês trabalham consegue alcançar este objetivo?”

**Professor:** “Olha no caso aqui da nossa região ela vive muito deste, desta situação do agronegócio. Então é muito fácil falar, passar para os alunos, eles serem receptivos a isso e entenderem a questão. Com os menores é até mais fácil. Depois eles vão crescendo e aí vai dispersando um pouco da ideia, mas é sempre legal e no intuito do projeto a gente consegue sempre alguma coisa.”

**Professor:** “Na nossa escola o programa é mais direcionado para o nono ano o tema. Assim, cotidianamente na área de geografia, de ciências a gente tem no programa e a gente acaba trabalhando, falando algumas coisas com os alunos a respeito disso. Então eles tem contato com redação, com algumas parcelas. Então, eles os alunos não viveram isso antes, é a primeira vez, que nem a ideia de como funciona todo o programa eles vão ter agora, depois da palestra. Então a ideia deles é bem aquilo que foi passado e direcionou: ó vamos trabalhar com desenho sobre o agronegócio. Daí explicamos o que era cadeia produtiva. Então a ideia veio em relação a isso, nós estamos começando ainda e estamos encaixando na grade.

- **Entrevista**
- **Data: 08 de Novembro de 2013**
- **Entrevistado: Professora 13 (Geografia)**
- **Local: Centro Avançado de Pesquisa Tecnológica do Agronegócio da Cana (Rodovia Antônio Duarte Nogueira, KM 321, Anel Viário Contorno Sul)**



**Professora:** “Boa tarde. Sou a professora [...], ensino de geografia do ensino fundamental, trabalho no município de [...] no estado de São Paulo. No primeiro momento quando fala em projeto a gente pensa: vai virar confusão na escola, uma bagunça porque não envolve só o professor e o aluno, envolve toda a escola, desde o funcionário de limpeza, os inspetores. Então, quando pensei em trabalhar com a horta, aí veio a preocupação. Eu vou tirar este aluno de sala de aula? Eu vou estar atrapalhando os outros professores? Como a gente trabalhou com horta, havia a necessidade de participação dos alunos dos dois períodos. Pra não prejudicar nenhum, nem outro, nós trabalhamos com todos os oitavos e nonos anos. Então cada dia eu pegava um grupo de alunos de cada sala. Assim, nenhum seria prejudicado perdendo muita aula, né? E a maior parte do trabalho é feito no horário contrário desses alunos. Mas não há como não tirá-los da sala de aula por algum momento. Toda escola acaba envolvendo de alguma forma. É um projeto bom. É o que mais prende o aluno na escola ainda são os projetos. Porque o aluno, todo dia a gente vê: o aluno agrediu o professor, o professor agrediu o aluno, mas é na escola ainda que o aluno se encontra. É lá que ele opta passar a maior parte do tempo. Ele gosta. Ele ainda vê no professor o mestre. Então eles gostam, eles interagem, entre eles o cooperativismo é muito grande, eles trocam ideia, eles levam para os pais, eles mandam ideias. No caso desse meu projeto mesmo, cada dia vinha um: professora meu pai disse que isso aqui está errado, quer que meu pai venha? Então há uma interação muito grande. É muito bom o projeto.”

**Rodrigo:** “E como foi que você se tornou a professora escolhida a ser a representante da escola no programa da ABAG? Essa é sua primeira edição?”

**Professora:** “Porque eu? (risos) Olha, é a primeira edição, espero que a primeira de muitas. Não que seja só eu, outro colegas também. Foi como te falei. Acaba envolvendo todas os professores. Cada um fez uma pesquisa. No início falaram assim: vamos fazer? Aí eu vi, já me inscrevi. Até no início eu fiquei assim: será que eu vou dar conta? será que eu vou conseguir? E deu certo!”

**Rodrigo:** “A avaliação da sua participação é positiva?”

**Professora:** “É muito positiva! Muito! A princípio eu pensei em tirar da sala de aula porque eu não trabalhei só com os meus. Trabalhei com todos. Cada dia eu pegava de uma sala mesmo que não fosse minha. Porque o agronegócio foi trabalhado com todos né? Com todos os oitavos e nonos anos. A princípio nós pensamos em trabalhar só com

os alunos mais indisciplinados. Aquele que vive dando problema em sala de aula, aquele que não interesse em apreender o conteúdo. Para a parte mais pesada foram eles mesmo no início. Mas depois eles também queriam ver o produto fina que era a parte do tempero. Daí eles participaram e como a nossa colega lá fala eles melhoram sim o rendimento, mudam de atitude.”

**Rodrigo:** “E vale ponto nas notas das disciplinas?”

**Professora:** “Não vale, porque não dá pra levar todos. Como nosso espaço lá era muito pequeno, eu não tinha como levar uma sala inteira pra horta, então nós não trabalhamos valendo ponto.”

**Rodrigo:** “O principal objetivo do programa é a valorização da imagem do agronegócio. Você acha que o trabalho que vocês desenvolvem na escola em [...] cumpre este objetivo?”

**Professora:** “Eu acho que sim. Muitos alunos, a maioria das famílias de Miguelópolis trabalha na cana e eles não tinham noção de quanto eles dependiam da terra. Eles não tem noção do quanto nossa vida está relacionada a terra, nossa dependência total. Então eu acho que vale a pena sim. Valorizou! Eles mesmo falaram: vou cultivar um pé de pimenta lá em casa, vou tentar vender. O produto mesmo final vai vir agora na hora que a gente começar a comercializar. Porque agora que a gente começou a primeira colheita. Então agora eles estão mostrando, a empolgação deles está maior ainda. Maior do que na implantação do projeto no início, porque agora eles tão vendo o produto, tão vendo que deu resultado. Muito bom! Satisfatório! ”

**Rodrigo:** “Obrigado.”

- **Entrevista**
- **Data: 08 de Novembro de 2013**
- **Entrevistado: Paulo Rodrigues (Conselho da ABAG)**
- **Local: Centro Avançado de Pesquisa Tecnológica do Agronegócio da Cana (Rodovia Antônio Duarte Nogueira, KM 321, Anel Viário Contorno Sul)**

**Paulo Rodrigues:** “Sou Paulo Rodrigues. Do Conselho da ABAG. O programa é um dos pilares da nossa atividade na ABAG. O foco da ABAG é a valorização do agronegócio através do que? Informação consistente e séria pra que as pessoas possam formar um juízo de valor adequado do que é a atividade no Brasil, na região,

principalmente, e no Brasil. E trabalhar com as crianças e com o professor que é um formador de opinião é um dos pilares dessa nossa atividade. Levar informação adequada e, mais do que isso, levar a possibilidade das pessoas se informarem, já que a gente abre porta numa série de instituições. A gente leva uma série de conteúdos sobre o agronegócio pra que aí sim as pessoas possam conhecer e aí, depois de conhecer, optar ou opinar e fazer juízo de valor. É realmente um dos programas mais importantes e mais antigos que nós temos. Desde o começo da ABAG.”

**Rodrigo:** “Existe no organograma da ABAG um setor educacional?”

**Paulo:** “Não. A ABAG-RP é uma entidade pequena, tá certo? E a gente não tem um supervisor da área educacional, mas existem pessoas focadas mais ou menos tempo nesta atividade. Mas não tem assim, uma coisa específica, hierarquizada.”

**Rodrigo:** “Existe um cálculo de quanto custa o programa pra Associação?”

**Paulo:** “A gente tem isto. A gente tem isto muito bem orçamentado, bem orçado e acompanha isso.”

**Rodrigo:** “É possível ter acesso a este orçamento?”

**Paulo:** “É. Eu acho que até pode ser. Tem que falar com a Patrícia este número todo aí. Porque a gente tem.”

**Rodrigo:** “Porque ela me passou um número. Ela disse que custa em torno de cem mil reais por ano.”

**Paulo:** “É, a Patrícia é que vai poder abrir estes números todos direitinho, mas a gente tem um orçamento aprovado. A ABAG funciona muito tranquila, mas ela tem toda uma estrutura de decisão muito segura. Então toda vez que a gente propõe atividade para o próximo, já propõe com orçamentação adequada, fundos adequados e tudo mais. Porque apesar de ser não ser uma entidade grande não pode furar né? Tem que funcionar direitinho.”

**Rodrigo:** “Paulo, muito obrigado.”

- **Entrevista**
- **Professora 14**
- **Entrevista realizada por meio digital**
- **Data: Questões enviadas em 11 de Dezembro de 2013 e resposta enviada em 10 de janeiro de 2014)**

**Rodrigo:** “Você participou do programa em que ano? Qual escola e município?”

**Professora:** “Participei em 2012, pela EMEB [...] da cidade de [...].”

**Rodrigo:** “Como você conheceu o programa?”

**Professora:** “Conheci através da equipe gestora da escola.”

**Rodrigo:** “Como você se tornou representante da escola no programa?”

**Professora:** “Me tornei representante porque a professora de Ciências saiu do grupo de professores e, então, fui eleita para dar sequência no trabalho.”

**Rodrigo:** “Como você trabalhou o programa na escola (apenas no horário de trabalho? No contra turno? Teve trabalho não remunerado)? Desenvolveu um projeto?”

**Professora:** “Você participou da capacitação oferecida pela ABAG? Caso resposta afirmativa, descreva como foi, o que representou, etc?”

**Professora:** “Participei das visitas sim, e pra mim foram muito valiosas, pois era um assunto no qual não tinha muito contato, somente o que a televisão mostrava.”

**Rodrigo:** “Você realizou visita às empresas associadas? Como foi?”

**Professora:** “Sim. As visitas e as capacitações foram realizadas em conjunto.”

**Rodrigo:** “Inscreveu projeto da escola no Prêmio Professor? Teve algum aluno premiado nos concursos do programa?”

**Professora:** “Inscrevi sim, mas não houve alunos premiados.”

**Rodrigo:** “O trabalho foi desenvolvido com quais alunos? A participação deles contou pontos na avaliação?”

**Professora:** “Foi desenvolvido com alunos do 8º e 9º ano. A participação contou ponto sim, afinal foi conteúdo trabalhado em sala de aula.”

**Rodrigo:** “O trabalho desenvolvido na escola ajudou no objetivo do programa de valorizar a imagem do agronegócio na região?”

**Professora:** “Ajudou muito, os alunos se tornaram mais conscientes em relação ao assunto e espero que algum deles siga o caminho profissional no agronegócio que é uma área que só tende a crescer.”

**Rodrigo:** “Em 2010, uma conselheira do Conselho Municipal de Educação de Ribeirão Preto afirmou que o programa retirava o caráter público do ensino, uma vez que representava o interesse de um setor (no caso o agronegócio). Como você avalia esta afirmação?”

**Professora:** “Acredito que é interessante inserir o agronegócio nas escolas, pois é um setor que cresce a cada instante, e assim nossos alunos ficam parcialmente por dentro do

que ocorre e como ocorre, esta é uma forma de incentivo para que nossos alunos sigam esta área profissional.”

➤ **Entrevista Professor 15**

➤ **Entrevistado:** Professor

➤ Entrevista realizada por meio digital.

➤ **Data:** Questões enviadas no dia 23 de março de 2014 e a resposta enviada em 26 de março de 2014 / Contato realizado através da APROFERP durante a greve).

**Rodrigo:** “Quando conheceu o Programa Agronegócio na Escola?”

**Professor:** “Foi em uma escola estadual, em meados da década passada. O projeto apareceu na nossa unidade escolar e fomos a uma palestra sobre o assunto. Foi aí que tomamos conhecimento do projeto.”

**Rodrigo:** “Qual a sua opinião sobre a proposta pedagógica apresentada pela ABAG-RP?”

**Professor:** “Na verdade se trata de uma cartilha acompanhada de uma atividade, geralmente uma produção textual ou um desenho que venha enaltecer os supostos benefícios do agronegócio. No caso de Ribeirão Preto, o projeto está voltado para o cultivo de cana de açúcar e a produção sucoalcooleira.”

**Rodrigo:** “Em sua opinião o objetivo do programa de “valorizar a imagem do agronegócio” através das escolas públicas é atingido pela ABAG?”

**Professor:** “Não tenho instrumentos para avaliar o alcance do projeto, mas a intenção é essa mesma, ou seja, valorizar a imagem do agronegócio.”

**Rodrigo:** “Você já representou a escola junto ao programa? Como são definidos os professores que representam a escola no programa? Você já foi convidado? Como isto ocorreu e qual foi sua resposta?”

**Professor:** “Não, nunca participei diretamente do projeto. Há uma resistência entre os professores de História e Geografia em trabalhar o projeto em sala de aula. Então ele acaba sendo desenvolvido pelos professores de Língua Portuguesa. Em muitas escolas o projeto é desenvolvido passo a passo de acordo com o material proposto pela ABAG, sem que haja espaços para o questionamento ou relativização do programa. Porém, existem escolas em que o professor de Língua Portuguesa pede ajuda aos professores de

outras áreas e aí as críticas ao modelo da monocultura industrial aparecem, levando a discussão para outras esferas, como a exploração da mão de obra dos trabalhadores no corte de cana de açúcar, o impacto ambiental causado pela monocultura, desvalorização e desestímulo à agricultura familiar, por exemplo. Na escola municipal em que atuo (hoje o programa só é desenvolvido em escolas municipais), fazemos este trabalho de desconstrução do agronegócio. O resultado é que NUNCA tivemos nenhum trabalho classificado por algum de nossos alunos, embora as visitas às usinas aconteçam normalmente.”

**Rodrigo:** “O programa vem sofrendo algum tipo de resistência para cumprir seus objetivos na escola? Justifique sua resposta.”

**Professor:** “Sim. Como expliquei acima, os professores de História e Geografia se negam a trabalhar o projeto. Atualmente, até mesmo professores de outras áreas vêm se posicionando contra o projeto. A solução encontrada por muitos coordenadores e diretores de escolas é passar o projeto para professores emergenciais que temendo represálias como avaliação negativa por parte dos gestores e possível interrompimento do contrato. No entanto, essa é uma ameaça velada ou mesmo fictícia, posto que não existe nenhum caso em que o professor tenha sido advertido por se negar a trabalhar qualquer projeto externo na escola. Não que eu saiba.”

**Rodrigo:** “Você acompanhou as disputas e resistências à inserção do programa no Conselho Municipal de Educação? Em caso positivo, como isto ocorreu?”

**Professor:** “Na verdade, quando eu fazia parte do Conselho, tentamos montar uma comissão de avaliação dos projetos encaminhados às escolas, mas fomos voto vencido nas várias tentativas de implantar essa prática.”

**Rodrigo:** “O Programa Educacional Agronegócio na Escola vem se inserindo em escolas de dezenas de municípios na região de Ribeirão Preto. O único município que, até então, vem resistindo a assinar o termo de cooperação foi Matão. Segundo Alexandre Freitas, Secretário de Educação e Cultura, o programa é antagônico aos princípios do projeto educacional da secretaria e, por isso, justifica sua recusa. Na visão do Alexandre, o referido o programa representa uma proposta de privatização da educação pública. Como você avalia a posição de Matão e os argumentos do secretário?”

**Professor:** “Não posso avaliar, pois não tenho conhecimento de como está a discussão do projeto ABAG nesta cidade.”

➤ **Entrevista Professor 16**

- **Entrevistado:** Secretário Geral da Associação dos Profissionais da Educação de Ribeirão Preto - Aproferp
- Entrevista realizada por meio digital.
- **Data:** Questões enviadas no dia 23 de março de 2014 e a resposta enviada em 10 de Junho de 2014 / Contato realizado através da Aproferp durante a greve em 2013).

**Rodrigo:** “Quando conheceu o Programa Agronegócio na Escola?”

**Professor:** “Eu o conheci quando vi propagandas na televisão da ABAG, ainda quando era estudante de Pedagogia.”

**Rodrigo:** “Qual sua opinião sobre a proposta pedagógica apresentada pela ABAG-RP?”

**Professor:** “Entendo que a proposta tem viés ideológico dominante, na medida em que a traz como a única alternativa para o campo. Entendo que a proposta faz parte de um programa mais amplo de “inculcação” da ideologia do agronegócio na cidade, na qual a ABAG a implanta em muitos espaços institucionais da cidade. Ela defende a monocultura, a especulação sobre a terra, as grandes propriedades e a relação trabalhista existente hoje no campo.

**Rodrigo:** “Em sua opinião o objetivo do programa de "valorizar a imagem do agronegócio" através das escolas públicas é atingido pela ABAG?”

**Professor:** “Convencimento sobre a positividade do agronegócio na cidade.”

**Rodrigo:** “Você já representou a escola junto ao programa? Como são definidos os professores que representaram a escola no programa?”

**Professor:** “Nunca trabalhei com o programa. Esse programa procura atuar mais nos anos finais do ensino fundamental e eu ministro aulas nas séries iniciais. O programa, normalmente, é empurrado através dos diretores, que são comissionados. Então, na prática, o programa não é discutido nas escolas, e sim acordado entre secretaria e ABAG.”

**Rodrigo:** “Você já foi convidado? Como isto ocorreu e qual foi a sua resposta?”

**Professor:** “Não. Já vi os convites, sempre de forma muito autoritária, como se a SME tivesse ordenado. Fiz um projeto na escola em uma horta comunitária na escola, mas foi projeto meu e de outra professora de 5º ano.”

**Rodrigo:** “O programa vem sofrendo algum tipo de resistência para cumprir seus objetivos na escola? Justifique sua resposta”

**Professor:** “Penso que não, pois os professores não foram convencidos do contrário. Nunca houve qualquer discussão sobre isso e, assim sendo, nunca se debateu o programa. Há algum desconforto entre os professores, mas é apenas um desconforto.”

**Rodrigo:** “Você acompanhou as disputas e resistências à inserção do programa no Conselho Municipal? Em caso positivo como isto ocorreu?”

**Professor:** “Não.”

**Rodrigo:** “O Programa Educacional Agronegócio na Escola vem se inserindo em escolas de dezenas de municípios na região de Ribeirão Preto. O único município que até então vem resistindo a assinar o termo de cooperação foi Matão. Segundo Alexandre Freitas, secretário municipal de educação e cultura, o programa é antagônico aos princípios do projeto educacional da secretaria e, por isto, justifica sua recusa. Na visão de Alexandre, o referido programa representa uma proposta de privatização da educação pública. Como você avalia a posição de Matão e os argumentos do secretário?”

**Professor:** “Correta. O Agronegócio aprofunda a desigualdade social, é explorador e mitiga o meio ambiente. O Agronegócio não se coaduna com qualquer projeto emancipador. Para ser sincero, não se coaduna nem com o Plano Nacional de Alimentação Escolar, normalmente ancorado, conforme legislação, com a agricultura familiar.”

**Rodrigo:** “O Fórum Social de Ribeirão Preto organizou entre 2008 e 2010 uma resistência ao programa, articulando movimentos sociais da cidade. Segundo a fala de alguns entrevistados o movimento se desarticulou e esta luta ficou prejudicada. Na sua avaliação, existe espaço para retomar esta resistência? Há perspectivas de ampliação da luta realizada em Matão?”

**Professor:** “Hoje, em Ribeirão Preto, sim. Há movimentos mais atuantes desde a atuação do MPL e, os professores, em virtude de mobilização, que culminou em uma paralisação, estão mais engajados.”

**Rodrigo:** “Diversos professores que participam do programa analisado responderam que sua participação não é acrítica. Eles argumentam que ao trabalhar o programa exploram “os dois lados da questão”. Como você avalia esta posição destes professores?”

**Professor:** “Improcedente. “Explorar” os dois lados consiste em reproduzir o que é hegemônico.”



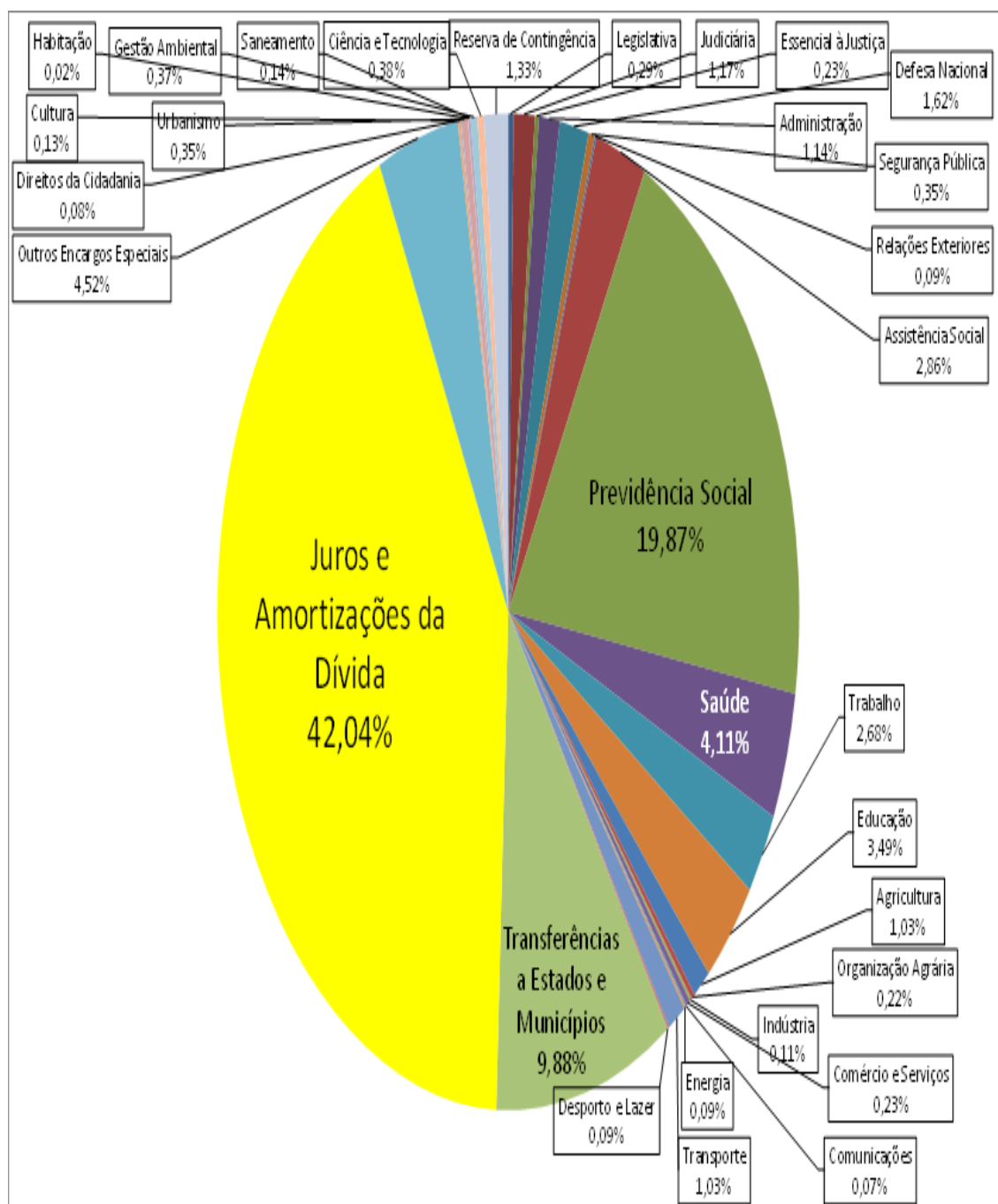
**Rodrigo:** “Em sua avaliação quais são as repercussões para a consciência ambiental dos alunos que participam do programa?”

**Professor:** “Não tenho dimensão. Mas creio que o programa, aliado com a publicidade do agronegócio na cidade em outros espaços (mídia, Câmara dos Vereadores, etc.), sistematiza o que as crianças e jovens veem de forma esparsa.”

## Anexo I

Orçamento Geral da União (Previsto para 2014)<sup>27</sup>

Total = 2,383 TRILHÕES



<sup>27</sup> Disponível em <http://www.auditoriacidade.org.br/e-por-direitos-auditoria-da-divida-ja-confira-o-grafico-do-orcamento-de-2012/> . Acesso em 15 de Maio de 2014.

## Anexo II

### Mensagem eletrônica

**De:** ABAG - Ribeirão Preto - EDUCACIONAL [mailto:abagrp2@abagrp.org.br]

**Enviada em:** quinta-feira, 17 de maio de 2012 17:32

**Para:** gilberta@restinga.sp.gov.br; angelamello@netsite.com.br; paulobacagini@hotmail.com; granduquejose@com4.com.br; jgsampaio@educacao.pmrp.com.br; marizeteps@hotmail.com; romualdo@educacao.pmrp.com.br; vsalata@educacao.pmrp.com.br; alcina@educacao.pmrp.com.br; apalocci@educacao.pmrp.com.br; gеспin@educacao.pmrp.com.br; ccpenn@bol.com.br; nmachado@educacao.pmrp.com.br; anisio@educacao.pmrp.com.br; angerami@educacao.pmrp.com.br; jmbarros@educacao.pmrp.com.br; rojs@ibest.com.br; paulom@educacao.pmrp.com.br; xico Soares@uol.com.br; wroberto@educacao.pmrp.com.br; honorato@educacao.pmrp.com.br; angelaju1@hotmail.com; jarbas@educacao.pmrp.com.br; jrodini@educacao.pmrp.com.br; pfreire@educacao.pmrp.com.br; raulmachado@educacao.pmrp.com.br; valeria\_bac@yahoo.com.br; dercy@educacao.pmrp.com.br; edgarcia@educacao.pmrp.com.br; eponina@educacao.pmrp.com.br; pedrogdanelon@uol.com.br; milrossi@educacao.pmrp.com.br; nmichelutti@educacao.pmrp.com.br; sebastiao@educacao.pmrp.com.br; sazevedo@educacao.pmrp.com.br; jdelibo@educacao.pmrp.com.br; mousinho@educacao.pmrp.com.br; alfeu@educacao.pmrp.com.br

**Assunto:** Visita dos Professores - Programa Educacional "Agronegócio na Escola" - Dia 04.06

**Prioridade:** **Alta**

Enviar as atividades para o e-mail: [abagrp2@abagrp.org.br](mailto:abagrp2@abagrp.org.br) ou no endereço: Avenida Presidente Vargas, 2001, sala 87, Ribeirão Preto /SP – CEP 14.020-260.

Paloma Mincarini  
 Coordenadora do Programa Educacional "Agronegócio na Escola"  
 Patricia Milan  
 Diretora-executiva da ABAG/RP  
 ABAG RP  
 Associação Brasileira do Agronegócio da Região de Ribeirão Preto  
 Av. Presidente Vargas, 2001 - 8º Andar - Sala 87  
 CEP: 14020-260  
 Ribeirão Preto - SP  
 Fone: (16) 3623-2326 Fax (16) 3620-9303  
 Email: [abagrp@abagrp.org.br](mailto:abagrp@abagrp.org.br)  
 Site: [www.abagrp.com.br](http://www.abagrp.com.br)

